UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Tese de Doutorado

Arqueologia do Conflito no Pontal da Barra, sul do Brasil

Sabrina Escobar Freitas Ribeiro

Pelotas, 2024.

Sabrina Escobar Freitas Ribeiro

Arqueologia do Conflito no Pontal da Barra, sul do Brasil

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito à obtenção do título de Doutora em Antropologia com concentração em Arqueologia.

Orientador: Dr. Rafael Guedes Milheira

Pelotas, 30 de agosto de 2024.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

R484a Ribeiro, Sabrina Escobar Freitas

Arqueologia do conflito no Pontal da Barra, sul do Brasil [recurso eletrônico] / Sabrina Escobar Freitas Ribeiro ; Rafael Guedes Milheira, orientador. — Pelotas, 2024.
380 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Arqueologia pública. 2. Arqueologia do conflito. 3. Pontal da Barra. I. Milheira, Rafael Guedes, orient. II. Título.

CDD 930.1

Elaborada por Michele Lavadouro da Silva CRB: 10/2502

AGRADECIMENTOS

Agradeço à UFPEL e todos que fazem parte dessa instituição de ensino superior, em especial aos colegas do LEPAARQ e do PPGANT. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – por 2 anos. Agradeço à agência de fomento por tornar viável a realização desta pesquisa, reconhecendo a importância de realizar um trabalho que propõe pensar a questão pública na ciência, dentro de uma instituição pública de excelência, com verba pública destinada à essa proposta.

Agradeço aos meus familiares e amigos por todo incentivo para iniciar, desenvolver e finalizar esta importante etapa, por tolerar minhas ausências, por me dar apoio quando as coisas ficaram mais desafiadoras.

Aos entrevistados por compartilharem os seus conhecimentos, pela seriedade e por me conduzirem no desenvolvimento deste trabalho, além da confiança e paciência em mim depositada em narrar tantas histórias das suas vidas. Ensinamentos que carregarei comigo tanto no decorrer de minha trajetória acadêmica quanto na vida.

Agradeço aos integrantes da banca que acompanharam essa jornada que agora avaliarão os resultados dessa trajetória.

Um agradecimento especial ao orientador Rafael Guedes Milheira pela dedicação e paciência em todo processo de construção desse trabalho.

E por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para essa conquista. Muito obrigada!

Resumo

O Pontal da Barra é uma área de ecótono composta por banhados, campos alagados, dunas e mata atlântica, localizado à margem da laguna dos Patos e canal São Gonçalo, no município de Pelotas no sul do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. É um lugar de intensos conflitos que envolvem processos de degradação ambiental e patrimonial, principalmente em decorrência do avanço da especulação imobiliária na região. Esses conflitos envolvem uma série de atores sociais como empreendedores imobiliários, pescadores tradicionais, moradores, administradores públicos, cientistas (ambientalistas, ecólogos, arqueólogos, antropólogos e biólogos), advogados, agentes públicos de gestão e juristas que, através de ações individuais ou institucionais, atuam neste cenário sob diferentes perspectivas. Sob a ótica da Arqueologia Pública, o presente estudo compreende o lugar Pontal da Barra como uma paisagem cultural, onde permeiam questões do campo da Arqueologia e da Antropologia referentes a relação com os atores de conflitos entre humanos e não-humanos, analisados a partir dos discursos dos diferentes agentes sociais e do histórico dos conflitos sobre os bens patrimoniais. O presente estudo aborda esses discursos através de uma construção multivocal do conhecimento, diluindo a posição de autoridade de pesquisadora em vias de simetrização narrativa. Ao observar as relações entre os diferentes atores e a paisagem, o conhecimento construído em torno do Patrimônio permite ampliar noções ligadas à sua existência, às discussões sobre sua permanência, proteção, valorização, divulgação e atributos legais em torno de sua preservação.

Palavras chave: Arqueologia Pública; Arqueologia do conflito; Pontal da Barra; multivocalidade.

Abstract

Pontal da Barra is an ecotone area characterized by wetlands, flooded fields, dunes, and Atlantic Forest, located along the shores of the Patos Lagoon and the São Gonçalo Channel, in the municipality of Pelotas, in the southern Brazilian state of Rio Grande do Sul. This region is marked by intense conflicts related to environmental and heritage degradation, primarily driven by the expansion of real estate speculation. These conflicts involve a diverse array of social actors, including real estate developers, traditional fishermen, local residents, public administrators, scientists (environmentalists, ecologists, archaeologists, anthropologists, and biologists), lawyers, public management agents, and jurists, each of whom engages with the landscape through various individual or institutional actions and perspectives.

From the viewpoint of Public Archaeology, this study conceptualizes Pontal da Barra as a cultural landscape where Archaeology and Anthropology intersect, particularly in the context of conflicts between human and non-human actors. The study examines these conflicts by analyzing the discourses of various social agents and the history of disputes over heritage assets. It approaches these discourses through a multivocal construction of knowledge, intentionally diminishing the researcher's authoritative position in favor of a more balanced narrative. By exploring the relationships between different actors and the landscape, the knowledge generated around Heritage broadens understandings related to its existence and fuels discussions about its continuity, protection, valorization, dissemination, and the legal frameworks that underpin its preservation.

Keywords: Public Archaeology; Conflict Archaeology; Pontal da Barra, multivocality.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEIAN – Área Especial de Interesse Natural.

AP – Antes do Presente.

APP – Área de Preservação Permanente.

ANT - Actor-Network Theory.

BR – Brasil.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FEPAN - Fundação Estadual de Proteção Ambiental.

FURG - Universidade Federal do Rio Grande.

GPS - Global Positioning System.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

LEPAARQ – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia.

PPGANT – Programa de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia.

UC – Unidade de Conservação.

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Adaptação das etapas de trabalho de enfoque na história oral, com base nos trabalhos de Meihy (2005) e o Núcleo de História Oral da USP14, elaborada por Márcia Lika Hattori. Fonte: HATTORI, 2015. ……..…….. 24
Figura 2. Localização do Pontal da Barra no município de Pelotas, Rio Grande do Sul. O mapa à direita indica a localização dos sítios arqueológicos na região e a comunidade de pescadores. Fonte: Adaptado de https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-3-Pelotas-RS-urbanizacoes irregulares-precarias-Fonte-Mapa-elaborado-pelo_fig1_32189399 1 e MILHEIRA, 2019, pág.43.....42
Figura 3. Coletores e lixo no final da Vila do Trapiche sobre o banhado Pontal da Barra Fonte: RUAS, 2010, pág. 105. **Figura 4.** Descarte de lixo doméstico no banhado do Pontal da Barra, 2021. Fonte: arquivo fotográfico da autora.....44
Figura 5. Figura 6. *Austrolebias nigrofasciatus* (peixeanual) e *Ophiodes enso* (cobra de vidro). Fonte: MAURÍCIO etc. al, 2019, pág. 23.....45
Figura 7. Figura 8. Imagens da cheia de 2015 onde moradores ficaram desabrigados nos balneários no Laranjal. Fonte: https://diariodamanhapelotas.com.br/site/calamidade-no-laranjal-enchente-atinge-os-balnearios-principalmente-o-pontal-da-barra-novo-valverde-e-colonia-de-pescadores-z-3-parte-da-praia-esta-sem-agua-e-sem-energia-eletrica/, acessado em 02/08/2022.....47
Figura 9. Foto da área aterrada para a construção do Hotel Cavalo Verde. Fonte: RUAS 2012, pág. 118.....49
Figura 10. Projeto do Loteamento Villa Guilhermina da Construtora, Incorporadora e Imobiliária Green Horse Ltda. Fonte: RUAS, 2012, pág. 119.....50
Figura 11. Vistoria da FEPAM e Programa Mar de Dentro com acompanhamento do GEEPAA e do CEA, no banhado do Pontal da Barra, Pelotas/RS, no final da década de 90. Fonte:https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/tag/movimento-pontal-vivo/, acessado em 03/05/2022.....53
Figura 12. O ponto “A” refere-se ao local da Vila de Pescadores do Trapiche (início da estrada do Pontal da Barra, Laranjal) e os locais para onde os moradores foram removidos: ponto “B” Residencial Eldorado, bairro Três Vendas, e ponto “C” bairro Getúlio Vargas. Fonte: Nebel, 2014, pág.66.....58
Figura 13. Conjunto Habitacional Residencial Eldorado. Fonte: Nebel, 2014, pág.66.....58
Figura 14. Enchente em Pelotas em 1941. Acervo - Aline Montagna - Almanaque Bicentenário de Pelotas. Fonte: https://diariopopular.com.br/geral/_pelotas_1941_entenda_como_foi_a_ultima_grande_enchente_na_cidade.592811, acessado em 20 de junho de 2024.....70
Figura 15. Mapa de implantação da ADA com a localização dos sítios arqueológicos identificados (cerritos) até novembro de 2009 (pontos em preto) e identificados após (pontos em verde). Consta também a localização do hotel que ia ser construído (Hotel

Cavalo Verde) na ADA com destaque em amarelo. Fonte: MILHEIRA et al. 2012. ….....…….....73
Figura 16. Mediação no cerrito PSG-03 do Pontal da Barra em Pelotas-RS, com estudantes do Curso Popular UP LECA/FURG. Fonte: MILHEIRA e OLIVEIRA, 2019.....… 74
Figura 17. Entrevista com a Sra. Rosa Maria Koglin (moradora a 42 anos no Pontal da Barra) no seu comércio dentro da comunidade tradicional de pescadores da Vila da Barra. Fonte: arquivo fotográfico da autora.….....…….. 86
Figura 18. Entrevista com o Sr. Antônio Carlos Vargas Borges, pescador do Pontal da Barra, durante as atividades de conserto das redes de pesca. Fonte: arquivo fotográfico da autora. …….....…. 87
Figura 19. Entrevista com o Sr. Jorge Luiz Lopes, pescador do Pontal da Barra. Fonte: arquivo fotográfico da autora…….....88
Figura 20. Entrevista com o Sr. Gabriel Barcelos de Paula, pescador do Pontal da Barra. Fonte: arquivo fotográfico da autora.....…….. 89
Figura 21. Figura 22. Entrevista com a Sra. Arlene da Silveira Guedes (contexto da Granja Santa Helena). Na figura da esquerda para a direita: Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira (UFPEL), Thiago G. Andrades (FDAM), Prof. Dr. Gustavo Perreti Wagner (UFPEL) e a Sra. Arlene. Fonte: Foto Thiago Andrades (figura à direita), arquivo fotográfico da autora.....91
Figura 23. Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023.....92
Figura 24. Barro exposto nas margens da Laguna dos Patos, Comunidade do Barro Duro. Fonte: Foto de Antônio Girão, 30/11/2021.....97
Figura 25. Entrevista com o artesão Guto (Antônio Girão). Fonte: Arquivo fotográfico da autora…….....……..…..... 98
Figura 26. Antônio Girão, artesão do Turistrilha no Barro Duro (Laranjal) produzindo peças de cerâmica utilizando técnicas inspiradas na cerâmica arqueológica. Fonte: Jornal do Laranjal,https://www.facebook.com/jornaldolaranjalphotosa.282871175210908/1986390911525584/, acessado em 22/09/2021.....98
Figura 27. Figura 28. Entrevista com o Sr. Rubimar Rodrigues Medeiros. O entrevistado deixa evidente sua preocupação com a preservação ambiental, histórica e arqueológica da região e destaca a necessidade de ter um espaço de memória nas comunidades. Na imagem à esquerda: Alguns dos objetos históricos do acervo pessoal do Sr. Rubimar. Fonte: Arquivo fotográfico da autora.....99
Figura 29. Entrevista com o Sr. Joabe Bohns, presidente da Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro Brasileiro. O Sr. Joabe faz questão de mostrar a lei orgânica municipal para lamentar a falta de políticas públicas de preservação ambiental. Fonte: arquivo fotográfico da autora. ……101
Figura 30. Manifestação pela proteção do banhado do Pontal da Barra, em 02.09.12. Fonte: Antonio Soler/CEA,

https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/tag/movimento-pontal-vivo/, acessado em 03/05/2022.....105
Figura 31. Acompanhada da reitora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) Isabela Andrade, do secretário estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, Luiz Henrique Viana, e de técnicos da pasta, a prefeita Paula Mascarenhas visitou a área onde estão localizadas as dunas do Pontal da Barra, no Laranjal. Acompanharam também a visita ao local, o vice-prefeito Idemar Barz, o secretário de Qualidade Ambiental, Eduardo Schaefer e técnicos da pasta municipal, o diretor do departamento de Biodiversidade da Sema, Diego Melo, o pró-reitor de Planejamento da UFPel, Paulo Ferreira, e o pesquisador e professor de Gestão Ambiental da UFPel, Giovanni Nachtigall. Fonte: https://diariodamanhapelotas.com.br/site/dunas-do-pontal-da-barra-serao-areas-de-conservacao/, acessado em 5 de fevereiro de 2024.....114
Figura 32: Outodoor instalado no limite da área de preservação ambiental do Pontal da Barra com o anúncio "O seu sonho de morar no Laranjal será construído aqui!". Fonte:https://diariopopular.com.br/geral/preservacao_do_pontal_da_barra_volta_ao_debate.275319, acessado em 16 de junho de 2024.....116
Figura 33. Roda de conversa com a autora, moradores da comunidade do Barro Duro e alunos do SESC. Fonte: arquivo fotográfico da autora.....118
Figura 34. Oficina cerâmica com a arqueóloga Sabrina Ribeiro e alunos do SESC, reproduzindo técnicas e motivos decorativos inspirados na cerâmica arqueológica encontrada na região. Fonte: arquivo fotográfico da autora. ….....119
Figura 35. Exposição do artesão Antônio Girão no Centro Comercial Mar de Dentro, Balneário do Laranjal em 2022. Fonte: arquivo fotográfico da autora.....120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13
1. Pressupostos teóricos-metodológicos.....17
1.1 A Arqueologia do Conflito: conceituação e aplicação.....17
1.2 O lugar “Pontal da Barra” como paisagem cultural.....19
1.3 O registro dos discursos: História Oral e narrativas.....22
1.4 Arqueologia Pública no Pontal da Barra: sobre patrimônios, territórios e identidades em contexto de conflitos.....25
1.5 O caráter político e social da Arqueologia Pública: a quem interessa preservar, estudar, evidenciar ou esquecer?.....29
1.6 O território e o processo de territorialidade no estudo de caso do Pontal da Barra.....34
1.7 Multivocalidade e pós-colonialismo.....38
2. O contexto dos conflitos: O Pontal da Barra.....41
2.1 O “palco dos conflitos”: O Pontal da Barra e sua importância nos debates sobre os conflitos ambientais na região sul pampeana.....47
2.2 O lugar e sua História: décadas de resistência e conflitos.....56
2.3 Discursos, ações e lutas sobre e em prol do Pontal da Barra: os atores no palco de conflitos.....60
2.4 O processo de patrimonialização do Pontal da Barra: territórios, conflitos e identidades.....65
2.5 Os sítios arqueológicos do Pontal da Barra: considerações e desdobramentos sobre a preservação do banhado.....72
3. A experiência de campo: o convergir, o divergir e o entrelaçar dos discursos.....76
3.1 Entrevistas com a comunidade acadêmica: pesquisa e preservação.....79
3.2 Entrevistas com as comunidades de moradores e pescadores tradicionais: desenvolvimento para quem?.....84
3.3 Discursos de moradores da comunidade tradicional de pesca da Vila da Barra e representantes do poder público: Audiência Pública SOS Pontal da Barra, de 17 de novembro de 2023.....92

3.4 Trilhas ecológicas e oficinas de artesanato inspirado na cerâmica arqueológica: valorização do patrimônio ambiental e arqueológico no contexto da comunidade do Barro Duro…….....……..…….96
3.5 O Instituto Tupauhe: sensibilização e preservação do patrimônio ambiental e arqueológico..……..…….100
3.6 A Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro Brasileiro: preservação ambiental, políticas públicas, religiosidade e espaços sagrados……101
3.7 Fórum de Democratização Ambiental (FDAM): debates, ativismo e o engajamento social e político da Arqueologia……..……..…….....102
3.8 Movimento Pontal Vivo: sobre ativismo e promover o acesso público do conhecimento.....105
3.9 O empreendedorismo imobiliário: sobre o crescimento urbanístico da cidade....108
3.10 O jornalismo e a mídia local: o papel da mídia na construção dos discursos...……..……109
3.11 Arqueologia Colaborativa e Comunitária: atividades no contexto da Comunidade do Barro Duro…….....……..117
4. Por uma construção multivocal: o lugar e o emaranhado dos discursos…….....121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....……144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....……...146
ANEXOS.....……160

INTRODUÇÃO

Esta Tese de doutorado, intitulada “Arqueologia do Conflito no Pontal da Barra, sul do Brasil”, busca analisar as perspectivas sobre o lugar Pontal da Barra, palco de disputas que estão atreladas à um amplo processo de resistências e conflitos. Estas perspectivas envolvem comunidades, coletivos, instituições e poderes, cujas as posições sobre o lugar são variadas e atendem a interesses diversos, esses principalmente de cunho ambiental, social, cultural, político e capital. Esse estudo é uma análise, através dos discursos e posições sobre os conflitos do Pontal da Barra, de empreendedores imobiliários, pescadores tradicionais, moradores, administradores públicos, cientistas (ambientalistas, ecólogos, arqueólogos, antropólogos e biólogos), advogados, agentes públicos de gestão e decisão judicial. Neste cenário de conflito, o estudo busca pensar e fazer a arqueologia através da multivocalidade, considerando a diversidade de pontos de vista dos atores sociais envolvidos, efetuando um comparativo dos diversos olhares sobre o Pontal da Barra. De um modo geral, é possível delinear onde os discursos se encontram, entrelaçam, conflitam ou se afastam, permitindo assim compreender a significância e os conceitos sobre os bens patrimoniais dos diversos coletivos envolvidos. O olhar da Arqueologia através da prática multivocal e reflexiva será importante na construção de um conhecimento “com” e “para” os atores sociais, contribuindo na construção de políticas públicas mais inclusivas e democráticas e reforçando cada vez mais o papel social e político da arqueologia e da antropologia. As informações analisadas através de perspectivas sobre o Patrimônio do Pontal da Barra corroboram para construção do conhecimento multivocal, que vem agregar/contribuir aos vários estudos realizados no Pontal da Barra e aos debates e estudos para a implantação de uma Unidade de Conservação do Pontal da Barra.

A temática da pesquisa insere-se na área da Arqueologia Pública, com enfoque central na transformação e concepção da paisagem cultural pelos atores sociais nos conflitos. Nesse sentido, optamos por referenciarmo-nos nas contribuições teóricas de vários autores, entre os quais destacamos: LATOUR (2012), BALÉE (2006), BOADO (1999), HAMILAKIS (2016), RUIBAL (2012), dentre outros.

O estudo do lugar “Pontal da Barra” contempla a perspectiva de Paisagem Cultural, onde os sítios arqueológicos não são espaços determinados em uma paisagem, mas

parte da própria paisagem - lugares de percepção e interação entre humanos e não-humanos. O conceito de Paisagem Cultural é deliberado no Programa de pesquisa da Ecologia Histórica (relativo às interações através do tempo entre sociedades e ambientes e às consequências dessas interações para o entendimento da formação de culturas e paisagens contemporâneas e pretéritas (BALÉE 2006).

O contexto no Pontal da Barra foi apresentado no início do doutorado, e todo o histórico de lutas ambientais, emaranhado dos conflitos e os debates patrimoniais na região se mostraram um campo fértil para desenvolver o presente estudo. Nesse momento do texto, em especial, desenvolvo a narrativa em primeira pessoa. Considero que em toda pesquisa científica, especialmente na área de humanas não existe neutralidade política, e deixo impresso nos resultados e no texto que apresento minha trajetória, minhas experiências na pesquisa arqueológica e meu olhar como um dos atores sociais que foi inserido nesse contexto dessa pesquisa no início do ano de 2020. Meu histórico como arqueóloga permeia sobre os resultados desse presente estudo e, indiscutivelmente, faço parte deste grande emaranhado que está sendo apresentado e analisado.

Refletindo sobre minha trajetória como pesquisadora, parti da minha experiência por abordagens teóricas das ditas Arqueologias mais “tradicionais”. Iniciei minha formação na Arqueologia, ainda no Rio Grande do Sul, na FURG no LEPAN em 1999, no clássico vínculo de “bolsista” de pesquisa, em projetos com uma forte diretriz teórica histórico-culturalista. Seguindo minha formação ainda no Rio Grande do Sul na Pós-graduação na PUCRS, em meados de 2003. E nos anos que se seguiram desenvolvi vários projetos em Arqueologia de Contrato pelo Brasil. Esse período que estava recém formada surgiam novas empresas de Arqueologia no país e as pesquisas no Brasil na área de contrato estavam no seu ápice. Realizei pesquisas de levantamento arqueológico no sul do Brasil em sítios pré-coloniais e projetos de resgate arqueológico em sítios históricos ainda na graduação.

Nessa etapa do doutorado, considero um desafio pessoal desenvolver um projeto com uma abordagem multivocal que envolve uma ótica interpretativa e subjetiva, refletindo meu papel como arqueóloga e o caráter social da pesquisa. As reflexões da abordagem desse estudo na Arqueologia Pública, o caráter político da pesquisa e a construção dos diálogos com as comunidades e os atores sociais

descortinou uma infinidade de possibilidades de aprendizado, permitindo entrelaçar a minha experiência como pesquisadora nas reflexões deste estudo.

Durante 25 anos atuando como arqueóloga em diferentes contextos de pesquisa no Brasil através de contratos em licenciamentos ambientais constantemente refleti sobre o impacto da implantação de empreendimentos nas comunidades locais e nossas ações nos projetos em campo. Nos trabalhos de prospecção, resgates arqueológicos e ações socioeducativas sobre o Patrimônio eram possíveis identificar que nossos olhares como pesquisadores eram, em muitos casos, díspares dos olhares da comunidade sobre os lugares que estudávamos. Nossa atuação permitia, através das leis de licenciamento ambiental, resgatar parcialmente os sítios arqueológicos identificados e realizar ações pontuais de Educação Patrimonial, que consistiam geralmente em palestras nas escolas e distribuição de livretos e folders sobre o Patrimônio da região impactada. Nossa atuação terminava e aqueles locais eram destruídos para sempre. Ficava evidente que era necessária uma abordagem mais próxima com as comunidades, um trabalho que permitisse refletir sobre os bens patrimoniais daqueles lugares pelas perspectivas dos atores sociais.

Com base em experiências que vivenciei me considero, fazendo uma referência ao próprio título desta tese, uma arqueóloga em conflito. Nessa etapa da minha formação reflito sobre meu papel social e o meu “fazer arqueológico” diante dos contextos conflituosos que fiz parte, assim como o panorama que proponho analisar nesta tese. Muitos anos desenvolvendo projetos de contrato foram muitos os desafios enfrentados, as questões éticas e os questionamentos sobre as responsabilidades sobre os patrimônios e as pessoas envolvidas nos contextos de impacto.

O presente estudo contribui para as discussões sobre o papel social da arqueologia nesses contextos conflituosos. Esta abordagem parte do pressuposto de que o olhar arqueológico em tais contextos pode contribuir para compreender o presente, e nossa agência na paisagem. O papel da Arqueologia na análise das mudanças ao longo do tempo e do espaço, com a chegada de empreendimentos que reestruturam e modificam a paisagem, alterando a organização social e os usos do lugar. A presente tese tem, por objetivo geral, identificar as múltiplas vozes interpretativas, os atores sociais e sua relação com o lugar Pontal da Barra, refletir sobre a complexidade dos conflitos socioambientais, significações e os patrimônios

apropriados na paisagem, possibilitando uma tradução multivocal do passado no presente. Também tem como foco 1) Refletir sobre a adequação da Legislação vigente sobre o Patrimônio Arqueológico do Brasil através do estudo de caso do Pontal da Barra; 2) Promover uma maior interação e compartilhamento com o público sobre o conhecimento sobre os patrimônios, sensibilizando as comunidades e os diversos atores sociais em relação à preservação do patrimônio arqueológico do Pontal da Barra; 3) Contribuir para abordagens de atuação metodológicas no local de conflito possibilitando o diálogo em conjunto com a comunidade não acadêmica e acadêmica; 4) Contribuir com o registro de diversas narrativas dos atores sociais envolvidos nos conflitos sobre as áreas de proteção ambiental no Pontal de Barra e na região de Pelotas.

Esta Tese está dividida em quatro capítulos e dezoito subcapítulos. No capítulo 1 delineamos uma reflexão teórica sobre as práticas arqueológicas em contexto de conflitos, sobre os caminhos teóricos escolhidos na Arqueologia Pública e no registro de fala e de escuta dos atores sociais no contexto de pesquisa. No capítulo desenvolvemos a problematização teórica da experiência de pesquisa e do pesquisador por meio da História Oral em situação de conflitos. No capítulo 2 apresentamos a contextualização do estudo, sintetizando todo o processo histórico das lutas ambientais e dos atores sociais mais atuantes no contexto. O capítulo 3 é composto por trechos de entrevistas presenciais e virtuais feitas com os diferentes atores que compõem o cenário do Pontal da Barra e região, é o capítulo empírico da tese. No capítulo 4 analisamos os discursos dos atores sociais que foram entrevistados, correlacionando os principais pontos onde as falas convergem, divergem e se entrelaçam sobre os conflitos analisados. Neste capítulo realizamos a análise a fim de amarrar as pontas encontradas no contexto que, além de buscar entrelaçar as falas, refletimos sobre o emaranhado de discursos no cenário de estudo.

1. Pressupostos teóricos-metodológicos

1.1 A Arqueologia do Conflito: conceituação e aplicação

A Arqueologia do Conflito tem por enfoque os conflitos intergrupos e intragrupos em diversas conjunturas. A Arqueologia em Áreas de Conflitos ou *Conflict Archaeology* é pertinente às pesquisas contextualizadas nas guerras, conflitos armados e conjunturas militares, com foco no estudo e gestão do patrimônio destes vestígios. Por conceituação, é uma subdisciplina dentro da Arqueologia (SAUNDERS, 2012) e, apesar de predominar essa abordagem, a Arqueologia do Conflito não se restringe aos campos de batalha, nem às guerras em grande escala entre as nações, mas abrange qualquer tipo de conflito (e seus correlatos sociais e culturais mais amplos), em qualquer nível, dentro de uma única nação ou entre as nações. É uma abordagem de estudo com caráter multidisciplinar que permeia a Antropologia, Geografia Cultural, História da Arte, História Cultural, Museologia e demais ciências e disciplinas da área de Humanas.

A Arqueologia de Conflito Moderna (SAUNDERS, 2012) compreende os estudos tecnológicos, sociais, culturais e psicológicos no contexto dos conflitos. Ao contrário de uma arqueologia centrada nos campos de batalha, a Arqueologia de Conflito Moderna investiga mais profundamente o caráter antropológico dos conflitos, em vez das manifestações físicas das batalhas.

O que é inerente à civilização é o conflito. A Arqueologia da Violência debate na atualidade questões ambientais e as crises climáticas onde as violências são geradas a partir desses conflitos, violências institucionalizadas justificadas pelo capital, pela política e ideologias:

> “Existen notables debates científicos y sociales, especialmente desde la antropología, y ahora desde la arqueología, sobre la naturaleza, causas y orígenes de la violencia (Clastres 2001; Ralph 2013; Dwyer 2022, 5). Pero más allá de tales discusiones académicas, lo que queda claro es que la violencia surgió desde muy temprano y ha permanecido en la historia de la humanidad a lo largo de diversas regiones del mundo (Fagan et al. 2020, Graeber y Wengrow 2022, González-Ruibal 2023). De todas ellas, la violencia institucionalizada, la que se práctica dentro de las sociedades estatales mediante instituciones políticas e ideológicas oficiales que la justifican (también ver Kothari 2008), es una de sus expresiones más extremas y que más huella ha dejado en los cuerpos humanos, artefactos y paisajes (TAN TALEÁN, 2023, pág. 11 e 12).

No Brasil, a Arqueologia dos Conflitos se relaciona principalmente com os processos de avanço de grandes empreendimentos em comunidades e seus territórios, e o papel da Arqueologia nas leituras sobre as mudanças deles decorrentes (HATTORI, 2015). Os conflitos sociais de cunho ambiental vêm inspirando os arqueólogos e arqueólogas a avaliarem a sua própria práxis. A Arqueologia dos Conflitos relaciona-se com o papel da Arqueologia nas leituras sobre as mudanças no contexto analisado:

> "...uma pesquisa arqueológica voltada para o presente em contextos como estes, deve se considerar aspectos mais amplos com o objetivo de compreender o uso do território pelas comunidades, modos de vida, relações de pertencimento e as apropriações e ressignificações do passado no presente (…) busca, na compreensão dos conflitos, as mudanças que acarretam tanto na paisagem, como nas dinâmicas sociais dos grupos envolvidos. Trata-se de uma postura mais política, visto que adota uma visão crítica em relação aos problemas enfrentados pelas populações estudadas, como os relacionados à globalização, à violência política, entre outros..." (HATTORI, 2015, pág. 38).

Para analisar contextos em conflito é importante reconhecer que cada conflito é multifacetado e incorpora muitos contextos dos atores sociais envolvidos, ao que é preciso entender todas as facetas das questões motivadoras. Compreender os efeitos residuais sentidos do próprio conflito sobre as comunidades e atores sociais no contexto. É importante, desta forma, entendermos a atuação da Arqueologia nos contextos de conflitos como um papel político e social. Uma Arqueologia concebida como uma forma de ação social e política no presente (TILLEY, 1998), buscando o enfrentamento das agendas mais atuais da contemporaneidade. Essa abordagem reconhece que a Arqueologia não está livre de seus laços sociais e políticos, que os pesquisadores sempre trabalham pressionados por questões inerentes à conjuntura e ao contexto social, desconstruindo a ilusória objetividade ou neutralidade científica (UCKO, 1995).

Os bens patrimoniais são agentes de disputa no palco dos conflitos, afetados pela pressão e interesse político e econômico. Akinruli (2019) destaca que as comunidades devem se amparar em diversas formas de resistência que incluem não somente as ferramentas legais, mas também armas simbólicas que são associadas à preservação de sua história em seus reflexos, como os bens patrimoniais e a memória:

> "No contexto de conflito ambiental a negociação entre os interesses dos diversos grupos e partes interessadas se desdobra em uma arena de disputas múltiplas, com possibilidades desiguais e assimétricas sobre os usos sociais de memória, da história e do patrimônio de uma coletividade. Os

> procedimentos de patrimonialização são tomados como uma arma e oposição aos bloqueios simbólicos, cujas experiências estão pautadas nas referências culturais locais e, portanto, sendo um expediente relevante na luta da comunidade. E os agenciamentos que estão por trás disso, dispersos nos grupos sociais, indiciam diferentes possibilidades para a mobilização do uso do patrimônio" (AKINRULI, 2019, pág. 19 e 20).

Os conflitos de cunho ambiental fazem parte de um emaranhado de outros conflitos sociais relacionados com os processos de avanço de grandes empreendimentos e disputas territoriais da comunidade tradicional de pescadores. Ainda as controvérsias entre atores sociais com distintos modos de significação e apropriação territorial e diferentes olhares sobre os patrimônios.

A discussão sobre a valorização e silenciamento do patrimônio em uma paisagem em conflito remete aos processos de construção da noção do patrimônio e de representatividade deste patrimônio. A Arqueologia do Conflito nesse panorama remete ao papel político e social da arqueologia e na análise do processo, bem como na preservação e proteção desses patrimônios e no fortalecimento dos laços institucionais em torno deles, através da ação participativa dessas distintas vozes.

A Arqueologia do Conflito desta forma propõe envolve-se criticamente com os legados multifacetados do conflito e sua memorialização, promovendo debates e valorização dos patrimônios sobre múltiplas perspectivas por meio de um compromisso ético com a prática inclusiva. Sua prática permite o registro das histórias daqueles sub-representados ou invisíveis nas narrativas dominantes da história.

1.2 O lugar "Pontal da Barra" como paisagem cultural

O uso da definição 'lugar' partimos da premissa estabelecida por Binford em *Archaeology of Place* (1982) que propõe aos(às) arqueólogos(as) expandir suas análises para além do sítio arqueológico, compreendendo as características dos espaços topográficos em que diferentes tipos de sítios (e não-sítios), componentes de um sistema regional de assentamento, estão distribuídos (BINFORD, 1982, 1992). Binford apropriou-se do conceito de lugar a partir da Geografia Cultural e desenvolveu seus estudos sobre a diversidade nos padrões de mobilidade entre grupos caçadores-coletores. O autor apontou para o zoneamento de impacto humano na paisagem e os movimentos subsequentes dos sistemas culturais de realocar o acampamento residencial, que levariam a uma sobreposição física dos componentes do registro arqueológico no espaço em um processo histórico.

A interpretação de lugar é abordada por meio das mais variadas definições tanto processuais, quanto pós-processuais. Seu conceito justificando-se, sobretudo, por ampliar a noção de sítios arqueológicos, de compreender que o estudo de sítios isolados não satisfaz as premissas da pesquisa e que, desta forma, entende que a paisagem seria o foco principal da intervenção arqueológica, indiferente dos aspectos teórico-metodológicos que a nortearam (FAGUNDES, 2009). O enfoque ecológico em relação à paisagem não abarca toda a complexidade do modo de vida e cultura no passado, a paisagem vai além da dimensão material que ocupa dentro do modo de vida de dados grupos humanos, também sustém um espaço simbólico vinculado.

O conceito da paisagem em Arqueologia se estrutura a partir da compreensão das relações existentes entre humanos e seus ambientes, em que a paisagem é entendida como uma construção, um produto social historicamente constituído. O estudo do lugar “Pontal da Barra” contempla a perspectiva de Paisagem Cultural, onde os sítios arqueológicos não são espaços determinados em uma paisagem, mas parte da própria paisagem como espaço de percepção e interação entre seres humanos e não-humanos. Percebemos que a concepção do Pontal da Barra narrada pelos atores sociais (principalmente – mas não exclusivamente- da comunidade acadêmica) é construída através das abordagens ecológicas e sustentáveis, um espaço ecológico de “museu” ou “laboratório” a céu aberto. Essa abordagem permite avançar de uma visão patrimonialista exclusivamente focada nos artefatos ou nos sítios arqueológicos para uma perspectiva que permite descolonizar a construção dos conceitos dos patrimônios e contribuir nas lutas pela demarcação dos territórios:

> “Ressalte-se que o próprio conceito de paisagem é passível de proteção no âmbito da legislação patrimonialista. Um avanço possível no processo de descolonização da Arqueologia é minimizar a ruptura entre cultura material e espaço. O processo de constituição de ecomuseus é uma iniciativa importante neste sentido, na medida em que deixa o material escavado na região de estudo e permite que as comunidades locais estabeleçam suas próprias relações com aquele passado materializado (STRAUSS, 2021).

O conceito de Paisagem Cultural é deliberado no Programa de pesquisa da Ecologia Histórica (BALÉE, 2006) relativo às interações através do tempo entre sociedades e ambientes e às consequências dessas interações para o entendimento da formação de culturas e paisagens contemporâneas e pretéritas. O pensamento de que os humanos são agentes históricos de mudança na paisagem em todos os lugares

(para além de sua consciência de sê-lo), tornando-a histórica, quer pela agricultura ou outras interferências humanas reconhecíveis (BALÉE, 20171).

Portanto, a paisagem em que se inserem os assentamentos arqueológicos (ou paisagem arqueológica) é vista como um ambiente que ultrapassa os preceitos de uma entidade física intacta, mas que há uma relação intrínseca com a dinâmica cultural, compreendida como uma construção social, fundamentada pelos processos que atuam em uma sociedade. Dentro deste conceito a concepção de paisagem como um lugar construído que promove a interação entre os atores sociais, um lugar onde os atores sociais se posicionam e onde os conflitos acontecem. Nesse contexto de conflitos a relação e os conceitos sobre os patrimônios são construídos.

Para Latour (2005), o social não é um estado de coisas fechadas, de modo que as explicações científicas modernas já não dão conta de abranger o social nos debates na atualidade. O autor afirma que é preciso reconstruir o "significado primitivo de social", rastreando os atores nas conexões entre coisas que não são sociais em si mesmas. Isso nos faz pensar que não existe uma essência no que se tem chamado de social, muito pelo contrário, esse é um elemento volátil e fluído.

Seguindo dentro da perspectiva de paisagem cultural, são identificados os atores sociais. O ator é definido a partir do papel que desempenha e quanto efeito produz na sua rede, portanto, pode-se dizer que pessoas, animais, coisas, objetos e instituições podem ser um ator social.

A ANT (*Actor-Network Theory*) entende o social como associações constantes entre os atores humanos e não humanos, Para Latour (2012) os objetos também agem dentro do coletivo:

> "Além de "determinar" e servir de "pano de fundo" para a ação humana, as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, ensejar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir, etc. A ANT não alega, sem base, que os objetos fazem coisas "no lugar" dos atores humanos: diz apenas que nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o quê e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada, embora isso signifique descartar elementos que, a falta de termo melhor, chamarmos de não humanos (LATOUR, 2012, p. 109).

Já a rede representa interligações de conexões onde os atores estão envolvidos. A rede pode seguir para qualquer lado ou direção e estabelecer conexões

---

[1] Texto publicado originalmente como: BALÉE, William. The Research Program of Historical Ecology. Annu. Rev. Anthropol. 35, 2006. p. 75-98, tradução de Rafael Guedes Milheira (LEPAARQ/UFPel).

com atores que mostrem algumas similaridades ou relação. Latour (2005) opta por utilizar os termos quase-sujeitos e quase-objetos, para demonstrar que não há uma separação entre sujeito e objeto, mas sim, uma hibridação na qual os sujeitos são compostos pela associação a objetos e vice-versa. Como abordagem para acompanhar e descrever o movimento dos actantes e os efeitos que decorrem dos vínculos entre eles.

Latour (2005) propõe pensar a questão social através de associações, as micro associações, fluxos, conexões, microelementos que se articulam em uma rede, conformando coletivos que constituem o social. O social como relacional, fluido e não fechado. O autor afirma que o social é detectado através dos movimentos de uma associação à outra, normalmente é constituído e agrupado com os atores sociais que são membros de uma sociedade. Por fim essa associação termina numa definição partilhada de um mundo comum, um coletivo. É através de coletividades compostas por associações de agentes cuja natureza e identidades são diversas. Não existem grupos estáticos, mas sim processos contínuos de formação dos grupos. O autor propõe a adoção de uma ciência das associações, reassociações e reconfigurações entre os agentes humanos e não humanos.

Pensar o social em um contexto conflituoso como o estudo de caso do Pontal da Barra vem ao encontro da proposta do autor sobre identificar e analisar a relacionalidade dessas diversas agências. A agência dos atores humanos e não humanos na paisagem promove a identificação e valoração dos patrimônios, estabelecendo critérios de ação de preservação, estudo e construção de identidades sociais.

1.3 Registro dos discursos: História Oral e narrativas

As entrevistas são tomadas como fontes de pesquisa, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registros. Caracterizam-se por serem produzidas a partir do estímulo do pesquisador que procura o entrevistado e lhe faz perguntas. Esse processo permite registrar e compreender como indivíduos experimentaram e interpretaram acontecimentos, situações e modos de vida em diversos contextos. As entrevistas de história oral (registradas em áudio e/ou vídeo), além de seu valor como

fontes históricas, também se colocam como ponto de partida para outras produções e documentos, como artigos, livros, documentários, material didático, etc.

Os estudos de História Oral surgiram em 1947, nos Estados Unidos, e chegou ao Brasil na década de 1970 (GARNICA, 1998). Com isso, o registro através da oralidade passou a ser tida como uma fonte da história, uma vez que até então apenas os documentos eram tidos como fontes “oficiais” de estudo.

No Brasil, especialistas da área de biblioteconomia, documentação e cientistas sociais articularam-se para criar uma infraestrutura de documentação para a pesquisa na área de Ciências Sociais. Os grupos de pesquisadores se especializaram, dividindo-se de acordo com interesses e temáticas, com a finalidade de reunir o maior número de entidades e pessoas para, em conjunto, estudar, propor, coordenar e executar projetos relacionados às áreas específicas. Foi criado um grupo de estudos de História Oral que passou a contribuir para a preservação de documentos necessários aos estudiosos das Ciências Sociais no Brasil, no Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro. A influência externa fica evidenciada quando em 1975 se organizou o primeiro curso de História Oral, em nível de pós-graduação, patrocinado pela Fundação Ford e CAPES e ministrado por professores norte-americanos. Os novos projetos de pesquisa tiveram o objetivo específico de acumular arquivos de depoimentos orais, visando a organizar um novo tipo de documentação (CASSAB & RUSCHEINSKY, 2007).

A História Oral permite que sejam ouvidos os indivíduos pertencentes a segmentos sociais geralmente excluídos da história oficial, deixando os registros dos seus discursos para os estudos e para a História. Como metodologia de pesquisa a História Oral permite conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade através das narrativas. Os relatos orais permitem observar padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano. Ao focalizar nas suas lembranças pessoais se constroem também uma visão do funcionamento e trajetória do grupo social ao qual pertencem, refletindo assim sobre fatos e importâncias na vida desses indivíduos (CASSAB & RUSCHEINSKY, 2007).

Para o desenvolvimento da entrevista é necessário estabelecer um roteiro de perguntas que direcione a conversa dentro da proposta do estudo. Contudo, a entrevista também é um momento em que o entrevistado reflete sobre sua vida, sobre

sua trajetória, é importante a proposta "aberta" do pesquisador e seu modo de apresentar as questões:

> "...nas entrevistas é importante a postura "aberta" do pesquisador e seu modo de formular as questões, em momentos "certos", o que depende não somente de sua experiência, mas dos conhecimentos acumulados ao longo do processo da pesquisa. Nesse sentido, não se pode estabelecer um roteiro rígido, único, a ser seguido em várias entrevistas, pois em cada uma delas novas informações e conhecimentos são acrescidos. O resultado da escuta atenta e da reflexão sobre as informações implica novos questionamentos nas entrevistas subsequentes. Embora se deva deixar o narrador livre para falar o que quiser, há a necessidade de aprofundar determinados aspectos, relevantes para a pesquisa, que vão surgindo no decorrer da entrevista." (CASSAB & RUSCHEINSKY, 2007, pág. 16).

Os trabalhos em História Oral devem seguir alguns procedimentos: estabelecimento de um projeto, a escolha das colônias[2], a formação de rede, a entrevista, o processo de transcriação.[3]

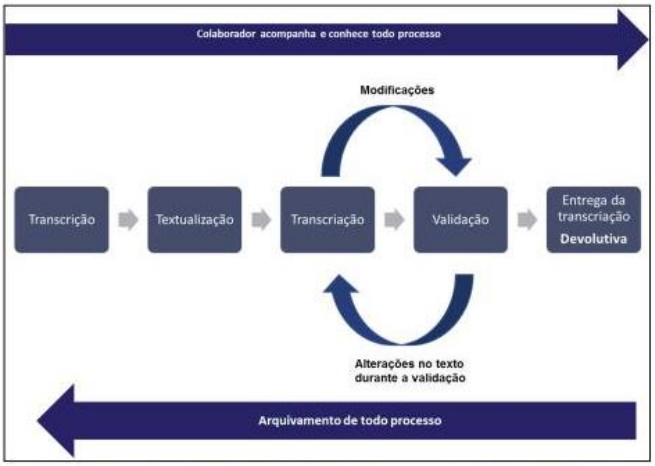

Figura 1. Adaptação das etapas de trabalho de enfoque na história oral, com base nos trabalhos de Meihy (2005) e o Núcleo de História Oral da USP14, elaborada por Márcia Lika Hattori. Fonte: HATTORI, 2015.

---

[2] Comunidade de destino, colônia e rede: são conceitos de história oral para definir o grupo gerador da pesquisa. A comunidade de destino é o resultado de uma experiência que qualifica um grupo, de maneira a configurar uma coletividade com base identitária. A colônia é uma parcela de pessoas de uma mesma comunidade de destino, cuja finalidade é tornar o estudo viável. A rede é uma subdivisão da colônia, a menor parcela de uma comunidade de destino, e deve ser sempre plural para o aproveitamento de diferentes argumentos (FERNANDEZ, 2010, *apud* HATORI, 2015, pág.43).

[3] Transcriação: tem como objetivo a manutenção do sentido intencional dado pelo narrador, o qual articula o seu raciocínio com as palavras emitidas. Este ritmo da narração só é absorvido pelo oralista quando ouve repetidas vezes a mesma entrevista e utiliza o caderno de campo para descrever todo o contexto do encontro. Por meio da teatralização da linguagem, como defende Barthes (1977), a transcrição caracteriza-se pela — correção, intervenção ou — criação do oralista na passagem da língua falada para a escrita. A intenção é a elaboração de um texto claro, expressivo e de leitura agradável e fluente (HATORI, 2015, pág. 44).

1.4 Arqueologia Pública no Pontal da Barra: sobre patrimônios, territórios e identidades em contexto de conflitos

O patrimônio nas sociedades contemporâneas implica em reconhecê-lo como uma categoria de pensamento, o patrimônio pode ser compreendido como esse esforço constante de resguardar o passado no futuro. Para que o patrimônio seja reconhecido (conferido valor) ele se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si (FERREIRA, 2006).

Noções de tempo e identidade operam em conjunto, o patrimônio não ser somente esse lugar de identidade, de passado contido, mas um apelo ao presente e ao futuro, uma ressignificação do mesmo, ou seja, o patrimônio é portador de tempo e vivências. Nessa construção cultural do que é o patrimônio, o jogo de escolhas e o espaço do conflito são elementos inerentes ao mesmo (FERREIRA, 2006).

O termo "Arqueologia Pública" foi usado pela primeira vez em uma publicação do volume da Mcgimsey de mesmo nome em 1972. Nesta época o termo era associado às exigências práticas de gestão de recursos culturais. Segundo Merriman (2004), o conceito foi criado pois a Arqueologia dependia do apoio público para convencer legisladores e desenvolvedores de que os sítios arqueológicos precisavam de proteção ou mitigação, e muitas vezes dependia dos não-arqueólogos para fazer esse trabalho. A Arqueologia Pública, nesses termos, tinha sua prática focada na gestão de recursos culturais, administração local e combate ao saque e ao comércio ilícito.

Segundo Merriman (2004) o conceito de Arqueologia Pública na maioria das vezes significava uma Arqueologia regulamentada pelo Estado, com interesse público generalizado, e apenas ocasionalmente significa a arqueologia do "público", que busca suas próprias maneiras (diferentes e concorrentes) de entender o passado.

A Arqueologia Pública como disciplina foi construída a partir dos debates das questões públicas sobre legislação, gestão, ética e educação. Por outro lado, o desenvolvimento do termo para um campo de interesse acadêmico se deu a partir do direcionamento da Arqueologia para novas posições teóricas que enfatizavam aspectos políticos e públicos. Deste modo as questões da Arqueologia Pública abriram espaço para serem discutidos não apenas produtos e programas educacionais, exposições em museus e visita a sítios arqueológicos, mas os

processos pelos quais os significados são criados pela sociedade a partir de materiais arqueológicos. Portanto, envolveria os debates entre os interesses científicos da Arqueologia e os interesses públicos sobre o significado e valores dos recursos arqueológicos (FERNANDES, 2007).

Atualmente a Arqueologia Pública aborda criticamente a produção do conhecimento científico, questionando para quem a Arqueologia é feita, o papel do(a)s arqueólogos(as) na sociedade e, principalmente, o impacto desses estudos na sociedade. O comprometimento social e o reconhecimento de que tudo que produzimos como conhecimento tem um impacto imediato nas pessoas no presente (FERNANDES, 2007).

Para este estudo consideramos a abordagem em Arqueologia Pública como um campo de pesquisa de debate e aplicação da Arqueologia, destinada a dialogar com a sociedade sobre as questões públicas da disciplina, tendo por enfoque os temas de proteção, preservação e gestão do patrimônio, considerando os interesses profissionais, científicos e públicos da disciplina.

O conceito de patrimônio do presente estudo é referenciado pelo IPHAN nas orientações para elaboração dos inventários do patrimônio cultural:

> "O patrimônio cultural é um conjunto de bens culturais que estão muito presentes na história do grupo, que foram transmitidos entre várias gerações. Ou seja, são os bens culturais que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São os bens que se quer transmitir às próximas gerações. O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, o patrimônio cultural liga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício ou lugar que todos acham importante... (IPHAN, 2013, pág. 5)".

Paisagens culturais, como já vimos, são territórios nos quais a interação dos humanos com o meio ambiente cria marcas e características especiais. Um lugar pode ser importante para uma comunidade por ser referência e pode significar e indicar outros bens patrimoniais que precisam ser preservados.

As práticas de Educação Patrimonial (envolvendo principalmente o patrimônio arqueológico) ganharam um grande espaço nas pesquisas nos últimos anos, principalmente pelo desenvolvimento de projetos através da Arqueologia de contrato. Contudo, essas práticas limitadas sobre o olhar o pesquisador:

> "A partir dos anos 2000 temos um boom de pesquisas arqueológicas nos moldes de contrato no Brasil. Atualmente correspondem a aproximadamente 98% das pesquisas e apenas 2% são realizadas pela academia. No entanto, as discussões sobre valoração do patrimônio mantinham-se restritas ao olhar apenas do pesquisador. Além disso, tal crescimento pouco tem contribuído

> efetivamente na preservação do patrimônio arqueológico, entendendo preservação enquanto socialização e utilização qualificada dos recursos arqueológicos desvelados pela Arqueologia de contrato.” (HATORI, 2015, pág.29).

A Arqueologia Pública e sua abordagem de pesquisa reconhece a potencialidade de mudar comportamentos. Desta forma, a importância de estabelecer diálogos entre cientistas e não cientistas, promovendo uma “perturbação positiva” sobre o conhecimento em construção.

Delineando os termos ao estudo dos conflitos do Pontal da Barra, a Arqueologia Comunitária é considerada uma forma de Arqueologia Pública e sua conceituação se aplica à abordagem proposta do estudo. Os termos são considerados intercambiáveis na perspectiva de envolver a população local nas pesquisas arqueológicas e nas políticas de representação do patrimônio cultural (MARSHALL 2002, pág. 211). A Arqueologia Comunitária exige que os arqueólogos abandonem parte do poder sobre o conhecimento que eles produzem para as comunidades para as quais estão produzindo. Ela envolve as comunidades no planejamento e na execução de projetos de pesquisa que são de interesse direto. Partindo desse pressuposto conceitual no presente estudo usamos o termo Arqueologia Pública (outrossim Arqueologia Comunitária) dentro dessa perspectiva de abordagem.

Esse envolvimento com população local nas pesquisas e o impacto que produz em contextos de conflitos que permite mudanças de comportamento e apropriação dos patrimônios como símbolos de resistência e luta.

> ...o trabalho arqueológico requer necessariamente posicionar-se em meio aos conflitos contemporâneos e, nos casos mais extremos, entre os disparos da guerra e da destruição programada e sistemática do patrimônio cultural. Com efeito, o patrimônio cultural, estudado e interpretado pelos arqueólogos, está sempre subsumido a políticas de representação. Dito de outro modo: como índice da formulação da autoimagem de uma nação ou de um grupo étnico, o patrimônio cultural é periodicamente selecionado, re-selecionado, revisado, dispensado e, muitas vezes, intencionalmente destruído. Daí ele ser um poderoso símbolo dos conflitos sociais... (FERREIRA, 2008, p.84).

Ferreira (2008) ressalta que dificilmente nos esquivaremos dos conflitos ao fazermos pesquisas arqueológicas. O autor afirma que os conflitos são inevitáveis ao confrontar o passado e ao interferir criticamente junto com as comunidades e nos processos de constituição de identidades culturais.

Florêncio (2019) enfatiza que o Patrimônio Cultural e as políticas de preservação são um campo de conflitos. A autora reflete sobre os desafios e

possibilidades que se apresentam aos que trabalham em torno do campo da educação patrimonial no Brasil. Deixa evidente a dimensão política e o caráter social do trabalho:

> “Sabe-se que as políticas de preservação se inserem num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais envolvidos na definição dos critérios de seleção, na atribuição de valores e nas práticas de proteção dos bens e manifestações culturais acautelados. Situação determinada, entre outras causas, pelo assimétrico e desigual processo de desenvolvimento socioeconômico que, por um lado, expande o regime da grande propriedade rural e da agricultura intensiva; por outro, determina uma urbanização caracterizada por grandes concentrações metropolitanas, que estimulam o processo de especulação imobiliária gerando a substituição de edificações e espaços sociais, a segregação de populações e a limitação do usufruto dos ambientes públicos e comunitários. Esse quadro acaba por originar um desequilíbrio de representatividade em termos da origem étnica, social e cultural, o que provoca, por sua vez, uma crise de legitimidade e uma baixa identificação da população, em alguns casos, com o conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural nacional. Nesse sentido, é fundamental conceber as práticas educativas em sua dimensão política, a partir da percepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais (FLORÊNCIO, 2019, p.64)”.

São essenciais projetos que permitam que um sentimento de pertencimento e identidade aconteça entre o Patrimônio Arqueológico e as pessoas, trabalhos que abracem essa função social, sem perder a perspectiva crítica, numa abordagem multivocal. Ruibal (2017) destaca que a relação é clara com a Arqueologia Pública, multivocalidade e educação:

> ”Em relação estreita com a multivocalidade fica a questão educativa. A educação é uma das tarefas imprescindíveis na Arqueologia Pública, embora isso não seja sempre reconhecido. A educação virou, algumas vezes, fenômeno negativo, associado ao autoritarismo e ao imperialismo epistêmico. (...) A verdadeira educação, como a verdadeira multivocalidade, consiste em fazer retornar às comunidades que ficaram marginadas na produção e no usufruto do patrimônio o que é delas, legal e moralmente. Mas essa não é uma tarefa fácil, porque esse retorno tem que ter instruções de uso. (...). Tais instruções, no entanto, não devem ser escritas unicamente pelos arqueólogos: eles têm que escutar as pessoas, as coisas e a paisagem para compreenderem valores culturais, naturais e espirituais que, às vezes, ficam longe da especialidade – da ontologia mesmo – do pesquisador (RUIBAL, 2017 p. 23)”.

Partindo dos modelos de atuação dos pesquisadores no campo da Arqueologia Pública a autora Cilcair (ANDRADE, 2019) enfatiza a importância de estabelecer relações entre os diferentes atores, ampliar o conhecimento construído em torno do Patrimônio que precisa estar cercado de noções ligadas à sua existência, às discussões sobre sua permanência, proteção, valorização e divulgação e atributos legais em torno de sua preservação. Nessa perspectiva, o conhecimento é construído não apenas nas relações de troca entre espaços e/ou sujeitos, objetos e/ou sujeitos,

práticas e/ou sujeitos, mas principalmente por meio dos saberes que se cruzam pelo compartilhamento.

Segundo a autora uma linha argumentativa muito semelhante ao educador brasileiro Paulo Freire, Holtorf (2007) advoga que no modelo democrático da prática da Arqueologia Pública. Nesse modelo todas as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos, com saberes que podem variar de acordo com a trajetória de vida de cada um dos indivíduos, mas que possuem igual importância.

Cilcair (ANDRADE, 2019) destaca que o conhecimento arqueológico é reconhecido como múltiplo e não exato. Por isso, o discurso do arqueólogo não pode o único conhecimento válido. Os saberes com os quais a Arqueologia Pública trabalha devem ser construídos de forma cooperativa e no sentido de fornecer instrumentos para que todos os envolvidos em um determinado projeto possam elaborar questionamentos e conclusões a respeito dos temas debatidos. Desta forma são os diálogos, as críticas e as reflexões acerca da cultura material, entre os arqueólogos e os não arqueólogos, as maiores responsabilidades da Arqueologia Pública.

1.5 O caráter político e social da Arqueologia Pública: a quem interessa preservar, estudar, evidenciar ou esquecer?

Os conflitos no Pontal da Barra são fenômenos sociais recorrentes em espaços de atuação de obras no Brasil e no mundo. Nos últimos anos, no Brasil, as pesquisas em Arqueologia Pública ganharam um maior espaço, incluindo uma maior interação com comunidade (principalmente abrangendo comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas) bem como o debate com as comunidades sobre a proteção e preservação dos recursos arqueológicos. Segundo Funari e González (2008) os arqueólogos começaram assim a assumir sua responsabilidade social em relacionar a experiência do passado à do presente, e contribuir na promoção do futuro. Por outro lado, uma vez que no Brasil a Arqueologia Pública foi principalmente relacionada ao desenvolvimento de pesquisas de contrato, sua discussão e prática estão associadas a um objetivo importante: a definição de instrumentos e estratégias para a sustentabilidade socioambiental num contexto capitalista. Funari e Gonzalez argumentam que o capitalismo pode levar à destruição de patrimônio arqueológico, na medida em que os arqueólogos não seguem os padrões éticos básicos, e as

instituições públicas não estão equipadas para monitorar e vistoriar sua prática. Por outro lado, o capitalismo, regulado e controlado por instituições públicas e pelo poder judiciário, pode contribuir para uma melhor compreensão do passado. Iniciativas que incluam a participação da comunidade são agora cada vez mais frequentes, e é crescente a colaboração de instituições estatais e privadas para fomentar a consciência pública. Mas, ao final de tudo, não podemos desviar da grande questão ética: quem se beneficia da pesquisa arqueológica?

Quando analisamos nossa prática de interpretação sobre o passado e levando em consideração as múltiplas vozes interpretativas sobre a trajetória humana no passado, é fato que nem todas as vozes no conflito têm o mesmo peso ou ênfase, há uma assimetria das vozes no conflito (HAMILAKIS, 2016). Segundo o autor quando finalmente abrimos o debate sobre a ontologia da própria arqueologia, refletimos sobre o que é a arqueologia, saindo de uma posição autoritária e de uma noção singular de arqueologia e suas certezas para uma gama diversificada de arqueologias, alguns oficiais e profissional, e alguns não oficiais, indígenas ou de baixo para cima, é primordial que mudemos de uma arqueologia colonial ou nacional. Uma arqueologia de um discurso fácil, assumidamente pós-colonial, que abraça as diferenças (HAMILAKIS, 2016).

A concepção de uma arqueologia com um caráter político e social ganhou espaço nos debates principalmente a partir dos anos 90, refletindo a prática arqueológica como uma forma de ação social e política no presente (TILLEY, 1998) e sobre os resultados e o papel do arqueólogo na construção subjetiva do passado (TRIGGER, 2004). O papel do(a) arqueólogo (a) na escolha do que se deve estudar e se preservar, em termos de patrimônio arqueológico, são tópicos que ocupam cada vez mais espaço dos projetos de pesquisa e debates na atualidade.

A Arqueologia nessa proposta deve exercer seu papel social e sua prática não deve ignorar os atores em todas suas esferas. Hamilakis (2016) instiga à uma reflexão sobre uma Arqueologia crítica e dialogada, onde nos força a "escavar" nossa própria subjetividade coletiva e cultura disciplinar, onde o processo é mutuamente transformador que envolve "pesquisadores" e "interlocutores". Descolonizamos as arqueologias nas suas próprias ontologias, num esforço de reflexão e buscando posicionar-se criticamente nos campos de batalha do presente. O autor define esse grande palco de conflitos como um espaço transcultural compartilhado de

coexistências e interações entre as pessoas e comunidades de origens e experiências diversas, entrando colaborativamente em um contínuo diálogo. Muitas vezes, um sítio arqueológico ou no caso, uma paisagem cultural, funciona como o ponto de encontro onde muitas dessas interações acontecem.

O autor enfatiza que a arqueologia é de fato política e, potencialmente, no momento em que finalmente abrimos o debate sobre a ontologia da própria arqueologia, é fundamental que mudemos de uma arqueologia colonial ou nacional para arqueologias reflexivas que continuamente se esforçam para descolonizar suas próprias ontologias, discursos e práticas.

As discussões em Arqueologia Pública no Brasil atualmente abrem um importante espaço para reflexão sobre a inclusão da sociedade nas pesquisas arqueológicas. Souza (2018) argumenta que não basta informar a comunidade sobre a importância de se preservar o patrimônio arqueológico, mas é necessário refletir e discutir sobre as relações entre os vestígios e sua relação com as pessoas. Sendo papel da Arqueologia Pública contribuir para a inclusão social a partir do patrimônio e não impor uma leitura acadêmica e vertical da história do patrimônio de uma comunidade. Desta forma, construímos o conhecimento através dos diversos olhares interpretativos dos atores sociais envolvidos sobre o tema em foco.

Diante deste palco de conflitos, qual é o papel do arqueólogo? Analisando nossa prática de interpretação sobre o passado e levando em consideração as múltiplas vozes interpretativas sobre a trajetória humana no passado, é fato que nem todas as vozes no conflito têm o mesmo peso ou ênfase. Há uma assimetria das vozes no conflito, negar isso é ingenuidade e/ou posição política estabelecida, como discute com propriedade Hamilakis (2016). E afinal, se o conhecimento é construído pelas pesquisas e os avanços são conquistados pelo progresso, este progresso e conhecimento são para quem? O quanto os agentes de conflito são conscientes do impacto que as decisões tomadas no lugar Pontal da Barra afetam seu modo de vida, sua memória, seu Patrimônio?

Segundo Souza (2018) a arqueologia pós-processual reflete sobre os aspectos públicos, políticos e práticos, em prol de uma responsabilidade social entre academia e público nas discussões da disciplina arqueológica. Essa abordagem permite que a ciência não se “feche em si mesma”, sem olhar para o mundo e sociedade em que se insere. A autora afirma que uma das principais contribuições da Arqueologia Pública

está relacionada à maior visibilidade do contexto histórico e social na produção do conhecimento arqueológico e o reconhecimento dos arqueólogos de sua intransferível missão no comprometimento com os grupos sociais. A partir desse novo olhar voltado para a socialização do conhecimento, a pesquisa arqueológica passou a ter um compromisso social, uma prática engajada em construir diálogos com as diferentes comunidades, deixando de olhar somente para o passado para assumir seu fazer social na compreensão do presente e envolvimento com o passado:

> "O contato e a parceria da comunidade em pesquisas arqueológicas ligadas aos empreendimentos econômicos podem trazer uma rica contribuição para a interação com o repertório sociocultural, permitindo o resgate no interior da pesquisa, da dimensão de produção coletiva do conhecimento e da realidade. Isso porque o relacionamento constante e flexível com a comunidade favorece a compreensão dos fatores políticos, sociais, culturais e arqueológicos que se expressam no ambiente da pesquisa arqueológica. Do contrário, a distância entre arqueólogo/a e comunidade compromete a eficácia das ações de Educação Patrimonial e Arqueologia Pública nos projetos de maior envergadura. Por isso, o papel social do arqueólogo/a dentro da sociedade é tão importante, pois ele aprende com a própria comunidade sobre o olhar que a mesma tem em relação ao patrimônio e através de ferramentas da Arqueologia Pública (diálogos e mediação) se abre um caminho para construir, juntos, sentidos e significados ao patrimônio..." (SOUZA, 2018, pág. 85).

O engajamento social do/a arqueólogo/a junto às comunidades promove um espaço de compartilhamento de saberes e informações, aproximando e envolvendo o conhecimento arqueológico dentro da comunidade, fomentando novas pesquisas e novos conhecimentos.

Segundo Souza (2018) isso acontece porque o patrimônio arqueológico está ligado a laços de "referência à identidade, à ação, e à memória dos diferentes grupos da sociedade", como destaca o artigo 216 da Constituição de 1988. A autora afirma que o/a arqueólogo/a passa a ser um articulador entre patrimônio arqueológico e sociedade, incentivando as comunidades a conhecer a Arqueologia e se envolver da construção do conhecimento do patrimônio arqueológico.

> "...realizar diálogos horizontais tem reverberações mais profundas, pois aproxima a comunidade e abre as portas para a participação nas escolhas do que se deseja manter e preservar. Essa troca de diálogos e saberes promove o conhecimento e a interação entre pesquisador e população. Com isso, vem-se derrubando muitas barreiras, sobretudo no que diz respeito à relação entre arqueólogo e sociedade. A sociedade hoje colabora e participa das pesquisas arqueológicas, trazendo um novo olhar para as investigações e descobertas arqueológicas..." (SOUZA, 2018, pág. 86).

Na atualidade um dos principais desafios da Arqueologia Pública está no caráter capital dos projetos de desenvolvimento econômico que promovem, consequentemente, profundas implicações para a atuação do/a arqueólogo/a dentro desse cenário. A arqueologia no cenário do licenciamento ambiental está ligada diretamente às relações capitalistas, principalmente nas abordagens de estudo através da Arqueologia de Contrato. Nesse cenário a Arqueologia Pública exerce um papel importante no que diz respeito às questões sociais entre empreendedores, arqueólogos e população, promove reflexões e ampliação de estratégias que permitam um gerenciamento mais completo do patrimônio cultural e acesso à pluralidade de olhares sobre os patrimônios através de diálogos estabelecidos:

> "A Arqueologia Pública pode contribuir para a identificação e registro dos bens culturais de uma determinada comunidade que não tenha a proteção instituída como elementos importantes do patrimônio cultural brasileiro, no sentido de garantir o conhecimento e a valorização da identidade local dessa população, para que tais bens não venham a ser sumariamente desvalorizados na hora da implantação de projetos de desenvolvimento econômico (...)é indispensável a atuação não só de Educação Patrimonial, mas também de atividades diretamente relacionadas à Arqueologia Pública que são ferramentas relacionadas às questões sociais em Arqueologia. Partindo desse entendimento de que a preservação de recursos arqueológicos é um dos principais instrumentos para o desenvolvimento da racionalidade patrimonial, a Arqueologia Pública incentiva a reflexão sobre a identificação dos problemas advindos com os empreendimentos para com o patrimônio arqueológico e a busca de índices satisfatórios de desenvolvimento econômico e de preservação do patrimônio cultural e arqueológico... (SOUZA, 2018, pág. 87 e 88).

A Arqueologia Pública exerce um papel de promover diálogos com a comunidade, com os empreendedores, com os poderes públicos, com os diferentes atores socias envolvidos no contexto. Ela abre a discussão para ações e estratégias voltadas à reflexão sobre a proteção dos patrimônios, do desenvolvimento sustentável, permitindo criar espaços de trocas de conhecimento. Segundo Souza (2018) a Arqueologia de Contrato foi duramente criticada por muitos profissionais, devido aos efeitos que o "capitalismo selvagem" pode ter sobre um trabalho essencialmente de pesquisa científica. Todavia é importante destacar que os trabalhos de Arqueologia de Contrato possibilitaram a socialização da Arqueologia com a realização de ações de cunho educativo patrimonial, além de promover discussões sobre a importância da Arqueologia Pública no Brasil.

1.6 O território e o processo de territorialidade no estudo de caso do Pontal da Barra

O debate teórico que investiga a articulação da territorialização como um processo de apropriação e dominação (concreta ou simbólica) é extenso e têm ganhado força frente às transformações espaciais que refletem as relações políticas, econômicas, simbólicas e culturais nos conflitos de crescimento demográfico e avanço imobiliário nas cidades. A territorialidade (partindo de um conceito de identificação e pertencimento) envolve uma série de símbolos e sua relação com a materialidade dentro do território, relação esta construído através dos atores sociais, com contextos muito próprios.

Os conflitos sociais no contexto do Pontal da Barra estão profundamente relacionados com as diferentes concepções de território. Uma complexa rede de simbologias e significados que dividem olhares, em primeira análise, dicotômica. Nesse contexto há relações pautadas pela lógica capitalista hegemônica, funcional e vinculada ao valor de troca. Relações que partem principalmente de projetos desenvolvimentistas que vem crescendo exponencialmente desde os anos 1980 e têm estimulado a especulação sobre as áreas, acentuando a pressão sobre o território e a dinâmica de apropriação individual das terras utilizadas como exploração imobiliária e turística.

As disputas pelo Pontal da Barra transbordam o próprio Pontal, correlacionando a outros contextos regionais, principalmente na orla lagunar do município de Pelotas. O avanço imobiliário nos balneários do Laranjal são espaços em que as propriedades do território estão sendo disputadas:

> "...as disputas pela ocupação dos espaços da cidade, as formas materiais que essas ações produzem - como os condomínios fechados com seus espaços de geometria funcional perfeita; as favelas e vilas com o espaço constituído por suas moradias frágeis, improvisadas e provisórias, dizem muito sobre a realidade da cidade. São nestes espaços de fronteira onde se constituem as referências ideais e materiais que motivam a diversidade dos modos de habitar a cidade. Para alcançar essa dimensão criativa da cidade, é fundamental estar atento ao que se pensa, mas também, em igual importância, ao que se faz. Assim, a observação das margens, das periferias das cidades, das fronteiras que os espaços urbanos nos apresentam é o

> método de uma antropologia urbana preocupada em expressar a dimensão política de suas opções epistemológicas (ALFONSO E RIETH, 2016)".

Esta relação de territorialidade é bem expressa nos discursos dos pescadores, principalmente em espaços de debate público onde sempre colocando são avisados que moram em áreas de risco, onde os órgãos públicos sugerem sua mudança de áreas no Pontal. A resposta sempre provocativa, onde "qual o pescador que não vive em área de risco?". O próprio ato de estar e morar no Pontal da Barra se tornou uma luta neste palco de conflitos (FONSECA, 2022).

Em contrapartida à essa lógica capital há outras relações voltada ao mundo vivido, múltiplo e complexo na diversidade dos atores sociais humanos e não humanos que atuam na paisagem. Olhares sobre preservação da paisagem, dos patrimônios naturais e arqueológicos, do modo de vida da comunidade que pertence à paisagem.

Desta forma, para entendermos o conceito neste estudo por território e por territorialidade partimos da lógica base do conceito de multiterritorialidade proposta por Haesbaert (1997, 2001a, 2002a, 2004).

Território, segundo Haesbaert, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação de um espaço. Enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território "unifuncional" proposto pela lógica capitalista hegemônica. Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'" (HAESBAERT, 2004:95-96). O território precisa ser compreendido como um domínio politicamente estruturado e também como apropriação simbólica, identitária inerente a certa classe social. O território envolve, ao mesmo tempo, em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos. Desta forma prioriza o caráter político-cultural no estudo do território e da própria identidade.

O estudo de caso do Pontal da Barra compreende um embate sobre o território de forma multifacetada. Ruas (2014) constatou conflitos socioambientais potenciais e

evidentes na região do Pontal da Barra, área que apontou ser que mais concentrava problemas em termos de gestão territorial na cidade de Pelotas. As discussões sobre territorialidade aparecem frequentemente nos discursos sobre, para e com a comunidade de pescadores. Esses atores sociais reivindicam seu lugar e a condição do Pontal da Barra como território de pesca artesanal. Fabiane Fonseca (2022), moradora da Vila da Barra e cientista ressalta a importância a legitimação desses territórios de pesca e a agência dos pesquisadores e dos laudos científicos nesse contexto de conflito:

> "...produção científica hegemônica sobre o Pontal da Barra, especialmente no campo das ciências naturais e alguns setores das ciências sociais, apesar de ter importância no contexto do debate ecobiológico e arqueológico sobre o local, tem contribuído para a marginalização dos (as) pescadores (as) artesanais, reproduzindo uma narrativa inconsistente sobre essa comunidade, o que favorece a exclusão deles (as) de seus direitos territoriais, sociais e políticos (FONSECA, 2022, pág. 14).

Segundo a autora os discursos dos atores sociais da comunidade científica deveriam convergir com os dos atores sociais da comunidade de pescadores que reivindicam o Pontal da Barra como território de pesca artesanal. A proposta de criação de Unidade de Conservação de proteção integral municipal foi apresentada por meio de um relatório técnico publicado pela Universidade Federal de Pelotas (BARCELLOS, 2019). A autora questiona que ao analisar o referido relatório técnico verificou-se o não envolvimento dos(as) pescadores(as) artesanais em sua elaboração, seja através de consulta ou participação ativa:

> "Além disso, no que se refere à caracterização da comunidade, o relatório dispõe de uma descrição limitada e incompleta, sem defini-la enquanto um povo tradicional, conforme foi enquadrada em outras investigações sobre o Pontal da Barra (NEBEL, 2015; MEOTTI & CHIARELLI, 2021). Destaca-se também a apresentação de informações desatualizadas quanto aos serviços públicos acessados pelo grupo, afirmando erroneamente, por exemplo, não haver coleta de resíduos sólidos urbanos no local, e também a utilização de registros fotográficos de casas em extremo estado de deterioração, o que não retrata a realidade de grande parte das residências (FONSECA, 2022, pág. 12).

Sua crítica se refere à caracterização da comunidade, o relatório dispõe de uma descrição limitada e incompleta, sem defini-la enquanto um povo tradicional pesqueiro, conforme foi enquadrada em outras investigações sobre o Pontal da Barra (NEBEL, 2015; MEOTTI & CHIARELLI, 2021):

> "... a comunidade pesqueira Pontal da Barra de Pelotas, enquanto povo tradicional, resguardado pela Convenção da Organização Internacional do Trabalho 169/1989, da qual o Brasil é signatário, e pelo Decreto Nº 6.040/2007, tem direito ao seu território e, portanto, de participar de todas as

> discussões e decisões que a envolve. Esse aspecto está previsto também no Artº 5ª, inciso III, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que coloca enquanto diretriz do SNUC assegurar “a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”. Dessa forma, é importante que todos e quaisquer projetos que busquem interferir neste território – seja para fins econômicos, conservacionistas, ou outros garantam o acesso livre às informações para estas comunidades, bem como a consulta prévia sobre tais propostas, com vista a reduzir possíveis conflitos ambientais associados (FONSECA, 2022, pág. 13 e 14).

Assim, estabelecemos o Pontal como um território de disputas e legitimação, um território que possui tanto uma dimensão mais subjetiva, quanto uma dimensão mais objetiva, caracterizada como dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica. Nessa interpretação, as relações de poder emergem como produtoras das relações sociais e de identificações diferentes, opondo relações de produção e relações de vivência. Na perspectiva de caráter político-econômica, o território é apreendido como um “local” “delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder.

Segundo Haesbaert (2009), ao habitar um espaço e tomar consciência de sua participação, as pessoas o transformam em um território. Para a comunidade de pescadores esse território transborda a própria Vila da Barra, se estende pelas águas da laguna dos Patos e o banhado do Pontal. Embora todo território seja dotado de uma territorialidade, nem toda territorialidade exige um território no seu sentido material (HAESBAERT, 2009). Sendo assim, é possível conceber o território para além de um aspecto físico e geográfico, transcendendo uma fronteira espacial. Viver no lugar é também criar suas relações com o lugar. Essas relações criam formas de poder, domínio e controle. Viver é criar seus lugares de poder - seus territórios. Estar em um lugar é uma apropriação física e simbólica, que é demarcada de diversas formas (HAESBAERT, 2014). Um lugar que se constrói uma relação de pertencimento, de luta e resiliência:

> “… a comunidade do Pontal da Barra é um exemplo de comunidade que vive em situação de vulnerabilidade socioambiental, mas que vem construindo resiliência ao enfrentar as enchentes frequentemente, através de vínculos de pertencimento e afeto. Dessa maneira, é necessária a adoção de medidas que contribuam para a melhor qualidade de vida na comunidade e ao mesmo tempo sejam catalisadoras da prevenção de desastres e do desenvolvimento sustentável. Essas ações são oportunidades em gerenciar holisticamente a terra, a água e os recursos vivos, promovendo sua conservação, restauração e uso sustentável de forma equitativa (MEOTTI & CHIARELLI, 2021, pág.14).

No contexto de comunidades da pesca artesanal, os territórios pesqueiros são complexos e compostos pelo conjunto espacial, natural, cultural e simbólico. Esses

territórios não se limitam ao espaço físico, tampouco ao ambiente terrestre. O território tradicional pesqueiro articula terra-água-ar, pois envolve os ambientes de coleta no meio aquático, terrestre em que atracam, estabelecem suas residências provisórios ou permanentes e desenvolvem suas atividades do cotidiano, as quais dependem dos ventos, das chuvas, das secas, dentre outros agentes naturais (CARDOSO, 2019).

Embora a noção de território seja produto de uma situação histórica, as condições geográficas da paisagem do Pontal da Barra podem ter contribuído significativamente para uma relação com a paisagem onde a pesca seria a base da organização social no passado e no presente, através da via terrestre e fluvial, onde a atividade pesqueira é a principal estratégia de manutenção dos laços sociais e políticos. Portanto, os espaços escolhidos na região do Pontal da Barra para a ocupação pré-colonial se manteriam os mesmos em função da abundância de recursos locais, justificando os padrões nucleados de sítios arqueológicos observados e na atualidade a comunidade de pescadores no mesmo território, entrelaçando as relações com a paisagem dos atores sociais do passado e presente.

A agência dos pesquisadores e dos laudos científicos da Arqueologia nesse contexto de conflito permitem estabelecer uma paisagem cultural onde a ação de humanos e não humanos estão correlacionadas com atividades pesqueiras desde tempos pré-coloniais, chegando até o presente na comunidade pesqueira do Pontal da Barra. A produção científica arqueológico sobre o Pontal da Barra corrobora com os debates sobre o uso do território, contribuindo na legitimação da comunidade de pescadores e reforçando com dados científicos que o Pontal da Barra sempre foi um território de pesca.

1.7 Multivocalidade e pós-colonialismo

As múltiplas vocalidades aparecem na experiência como questão prioritária: trata-se não somente de falar sobre o outro, de dar voz ao outro, ou traduzir seu universo. É antes uma interlocução entre o mundo do outro e o do pesquisador. Na ruptura da produção de uma voz genérica sobre as coletividades pesquisadas, pretende-se construir relações mais simétricas.

Sobre o estudo dos conflitos no Pontal da Barra buscamos um amparo teórico e metodológico nas reflexões teóricas do pós-colonialismo de modo que, através dos

discursos, o estudo propõe a construção de uma narrativa junto, com e para a comunidade. O pós-colonial consiste em um movimento epistêmico, intelectual e político com argumentos comprometidos com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade. Buscar romper com a lógica monológica da modernidade. Um convite ao diálogo, pensar a modernidade/colonialidade de forma crítica, desde posições e de acordo com as múltiplas experiências de sujeitos que sofrem de distintas formas a colonialidade do poder, do saber e do ser (BALLESTRIN, 2013).

Ankiruli (2018) buscou amparar o trabalho da Arqueologia numa abordagem pós-colonialista, com numa narrativa desenvolvida junto, com e para a comunidade. A autora argumenta que o estudo arqueológico nesse panorama vai trabalhar em contextos de marginalização dos povos, mas continua a construir a subordinação epistêmica e política. O(a) arqueólogo(a) seria uma das roldanas que move o capitalismo, e ter a consciência de sua posição pode promover a mudança dessas experiências para um contexto pós-colonial, no qual a indústria do patrimônio cultural tem grande relevância e precisa ser entendida criticamente.

Assim, questões éticas, a aceitação a outros modos de ver e viver e a análise das relações desiguais de poder definiriam as novas agendas da arqueologia pós-colonial.

Nessa abordagem refletimos sobre os conflitos no Pontal da Barra e o que é considerado importante estudar e preservar, o papel do pesquisador como parte desse contexto pós-colonial, compreendemos seu papel na construção e preservação desse conhecimento em uma prática arqueológica onde descolonizar implica reconhecermos essa posição.

O estudo das situações de conflitos ambientais configura perspectivas relevantes para o entendimento da realidade (pós) colonial. São travadas lutas materiais e simbólicas nas quais se definem relações sociais tensionadas pelos variados atores que diretamente atuam na configuração das causas e desdobramentos dos conflitos, expondo as tramas e tensões existentes entre o Estado, movimentos sociais, pesquisadores, comunidades e empresas privadas. Enfim, o quanto os atores desde palco de conflitos são conscientes do impacto que as decisões tomadas no lugar Pontal da Barra afetam sua vida, sua memória, seu Patrimônio?

Segundo Ruibal (2017) a multivocalidade no Brasil é bem diferente de outros contextos. Para o autor o Brasil é um país de muitas vozes, vozes múltiplas e diversas que devem ser escutadas. Porque a multivocalidade é uma questão de diversidade, e principalmente uma questão de justiça social. Isso significa que algumas vozes precisam ser ouvidas, principalmente as que nunca tiveram espaço de voz:

> "A importância da multivocalidade talvez não esteja tanto nas palavras mesmas, senão na visibilidade que outorga os coletivos que foram esquecidos ou vilipendiados – caso de índios e de caboclos. Contudo a reivindicação dessas vozes não pode ser uma operação acrítica: a multivocalidade nunca deve ser confundida com populismo. (...) Uma correta aproximação multivocal deve celebrar as culturas das margens, mas tem que oferecer também reflexão e análise sobre as apropriações locais do patrimônio, sobre os direitos sobre a terra e o passado, sobre a criação de novas identidades, sobre o papel do conhecimento arqueológico em tudo isso..." (RUIBAL, 2013, pág. 22).

O autor estabelece uma relação estreita com a multivocalidade e a questão educativa. Ainda que a educação virou, algumas vezes, fenômeno negativo, associado ao autoritarismo e ao imperialismo epistêmico, Ruibal afirma que é necessário que a arqueologia aborde com outra forma de educação, com uma pedagogia crítica, baseada no diálogo e na aprendizagem mútua:

> "A verdadeira educação, como a verdadeira multivocalidade, consiste em fazer retornar às comunidades que ficaram marginadas na produção e no usufruto do patrimônio o que é delas, legal e moralmente. Mas essa não é uma tarefa fácil, porque esse retorno tem que ter instruções de uso. É nessa tarefa que estão envolvidos vários dos autores deste volume, ou seja, na produção de instruções que permitirão às coletividades recuperarem o que, por direito, é delas. Tais instruções, no entanto, não devem ser escritas unicamente pelos arqueólogos: eles têm que escutar as pessoas, as coisas e a paisagem para compreenderem valores culturais, naturais e espirituais que, às vezes, ficam longe da especialidade – da ontologia mesmo – do pesquisador..." (RUIBAL, 2013, pág. 23).

Ruibal faz alusão à pedagogia crítica de Paulo Freire (1991, 2003), com uma abordagem humanista e libertadora que conscientiza o interlocutor sobre sua situação de opressão e promove sua participação na transformação social.

2. O contexto dos conflitos: o lugar Pontal da Barra

O Pontal da Barra corresponde a uma extensão da praia do Laranjal localizado no litoral do município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, região sul do Brasil. A região é localizada na margem oeste da Laguna dos Patos no encontro com o Canal São Gonçalo, apresenta variadas fisionomias vegetais entre as quais estão incluídas dunas, turfeiras, campos úmidos e secos, banhados e florestas de restinga.

É um pontal de areias quartzosas com um tipo de solo de formação recente: neossolo quartzarênico. Esse tipo de solo, devido a sua má drenagem, à proximidade do lençol freático e ao alto teor de areia, apresenta uma baixa fertilidade e atinge rapidamente situações de deficiência hídrica, o que limita o desenvolvimento das plantas e da cobertura vegetal. Por conta disso, a cobertura vegetal predominante no Pontal da Barra é composta basicamente por uma vegetação paludosa típica de banhados, de formação pioneira dominada por ciperáceas (juncais). O banhado funciona como um lago de inundação da várzea do canal São Gonçalo e da Laguna dos Patos, causando um “efeito esponja”:

> “Em condições meteorológicas extremas (elevados níveis de precipitação e ventos que barram a circulação da água do Canal São Gonçalo e da Laguna dos Patos em direção ao Oceano Atlântico), o Pontal da Barra se antecipa como a principal área de concentração superficial e subsuperficial do escoamento deste sistema lagunar. Por este motivo, qualquer mecanismo de controle humano (estradas, construção de residências e depósitos inadequados de resíduos) é responsável por impactos significativos na dinâmica dos elementos do meio físicoambiental que se organizam espacialmente no Pontal da Barra...” (BARCELLOS, 2019, pág. 31).

É uma área de controle hidrológico, reservatórios de água, acúmulo de nutrientes e habitat de uma grande variedade de espécies vegetais e animais típicas do ambiente pampeano (MILHEIRA et.al, 2019).

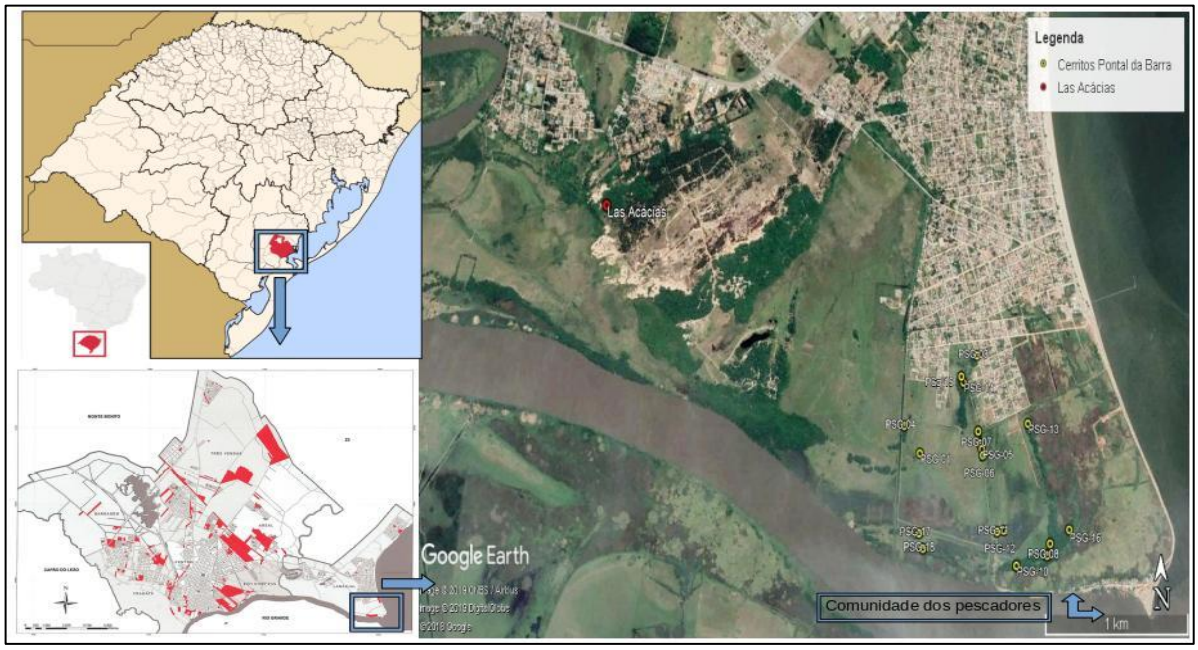

Figura 2. Localização do Pontal da Barra no município de Pelotas, Rio Grande do Sul. O mapa à direita indica a localização dos sítios arqueológicos na região e a comunidade de pescadores. Fonte: Adaptado de https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-3-Pelotas-RS-urbanizacoes-irregulares-precarias-Fonte-Mapa-elaborado-pelo_fig1_32189399 1 e MILHEIRA, 2019, pág.43.

Além do ambiente paludoso de banhados, encontra-se o resquício meridional da mata atlântica sobre um cordão de paleodunas, o que lhe confere um caráter ecótono de alta diversidade e sensibilidade ambiental. Graças à paisagem diversa, a região do Pontal da Barra apresenta uma rica biodiversidade, incluindo diversas espécies de plantas e animais endêmicos e/ou ameaçados de extinção.

Ruas (2012) aponta que, popularmente, os banhados são identificados como ambientes alagadiços, brejos, charcos, pântanos, pantanal, varjões e outros. Segundo o ecólogo Enrique Salazar – que atuou no Grupo Especial de Estudos e Proteção do Ambiente Aquático (GEEPAA), e é citado no trabalho de Ruas -, ao estudar o banhado Pontal da Barra, o complexo pontal-dunas fitogeograficamente é uma região localizada dentro de áreas de formações pioneiras de influência fluviomarinha e contém elementos comuns à restinga, floresta estacional de terras baixas (que pode ser considerada Mata Atlântica no sentido amplo do conceito). O pesquisador destaca ainda que os banhados são ambientes em constante sucessão e, de acordo com as

características climáticas, hidrológicas e de solos, tendem a evoluir para a formação de mata palustre, tipo de mata que ocorre no Pontal da Barra.

Sobre a fauna típica o banhado do Pontal da Barra apresenta uma grande variedade de aves, dentre as quais se destacam o gavião-caramujeiro, com sua colônia reprodutiva, o bem-te-vi, garças, joão-de-barro, marrecos, quero-quero, tachãs, entre outras. De acordo com a lista das espécies da fauna ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul, encontrada no trabalho de Marques (2002), mencionado por Ruas (2012), o banhado do Pontal da Barra abriga a população de *Austrolebias nigrofasciatus,* peixe-anual, uma espécie de peixe oficialmente considerado ameaçado de extinção.

A paisagem sofreu impactos e degradações de uso e exploração pelos moradores e visitantes, alterando algumas áreas no entorno do banhado:

> "...no banhado do pontal ocorrem alguns capões de mata nativa em avançado grau de degradação, pois é muito comum a exploração das mudas nativas para a comercialização, assim como para a venda de lenhas e de outros tipos de plantas para jardins. Outro fator que vem debilitando intensamente a cobertura vegetal do pontal é a criação de gado, atividade pastoril que, de longa data, trouxe impactos visíveis ao banhado, pois, em algumas áreas que antigamente eram juncais e mata nativa, há, atualmente, apenas uma cobertura vegetal de gramíneas, o que transformou áreas alagadas em campos…" (MILHEIRA, 2015, pag. 22).

Além da retirada de mudas nativas, de madeira e criação de gado, os grandes depósitos de lixo vêm sendo amontoados em meio ao banhado. Além de lixo colocado pelos próprios moradores da praia do Laranjal, a própria Prefeitura Municipal de Pelotas através da Secretaria de Serviços Urbanos, era responsável pelo depósito ilegal de lixo nesta área, exatamente nos fundos das casas dos moradores posseiros localizados na Av. Antônio Augusto de Assumpção (MILHEIRA etc. al, 2012).

Figura 3. Coletores e lixo no final da Vila do Trapiche sobre o banhado Pontal da Barra Fonte: RUAS, 2010, pág. 105. **Figura 4.** Descarte de lixo doméstico no banhado do Pontal da Barra, 2021. Fonte: arquivo fotográfico da autora.

Além da função de controle hídrico da região, a proteção do Pontal da Barra se justifica, especialmente, por sua importância na proteção do patrimônio genético de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. O *Austrolebias nigrofasciatus*, tem sua população na condição de restrita aos banhados do Pontal. Outro fato relevante, e de grande importância científica e ambiental é de uma nova espécie de réptil, o lagarto batizado de cobra de vidro, o *Ophiodes enso*, cuja população conhecida está limitada ao espaço do Pontal (MAURÍCIO 2017, MAURÍCIO etc. al 2019, MAURÍCIO etc. al 2019a).

Figura 5. Figura 6. *Austrolebias nigrofasciatus* (peixeanual) e *Ophiodes enso* (cobra de vidro). Fonte: MAURÍCIO etc. al, 2019, pág. 23.

Entre as espécies oficialmente consideradas ameaçadas de extinção se pode destacar: o peixe anual *Austrolebias wolterstorffi,* criticamente ameaçado de extinção,

bem como *Zizaniopsis bonariensis*, planta comum nos banhados do Pontal da Barra, e a açucena do banhado, *Hippeastrum breviflorum*, planta endêmica do extremo sul do Brasil e com apenas 5 populações conhecidas. É importante destacar que o número total de espécies ameaçadas presentes na área pode ser ainda maior, uma vez que não existem levantamentos intensivos e extensivos na área para a maioria dos grupos de fauna e flora (MAURÍCIO 2017, MAURÍCIO etc. al 2019, MAURÍCIO etc. al 2019a).

Além da incontestável relevância ambiental, o Pontal da Barra possui uma relevância arqueológica muito significativa. Milheira (2015) enfatiza a história milenar do Pontal da Barra, história esta que remonta 2500 anos no passado. Foram identificados 19 sítios arqueológicos pré-coloniais que remetem a ocupações indígenas, sendo 18 cerritos no Pontal da Barra e 1 sítio Guarani localizado nas dunas onde se situa o condomínio Las Acácias.

No Pontal da Barra existe uma comunidade de pescadores denominada “Vila da Barra”, localizada numa faixa de terrenos de Marinha entre a Laguna dos Patos e o canal São Gonçalo, com fundos para a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Pontal da Barra. Essa população reside na pequena faixa de terra entre o banhado e o canal, é a que mais de perto se relaciona com o ambiente natural:

> “Nessa pequena vila, reside uma média de 40 famílias de pescadores. As moradias são bastante precárias, umas de madeira, outras de alvenaria. Possui atracadouros para pequenos barcos, galpões de salgas de alvenaria, um pequeno bar e um restaurante que também é pastelaria… (RUAS, 2012, pág. 95).”

Segundo Nebel (2014), a ocupação do Pontal da Barra acompanha a expansão urbana dos balneários Santo Antônio e Valverde na década de 1970. Esse núcleo de ocupação originou-se por pescadores artesanais que desempenhavam a pesca como meio principal de subsistência e passaram a habitar a orla da laguna. O Pontal da Barra favorece a pesca pois o lugar é propício para a prática pelo interflúvio da barra do Canal São Gonçalo na Laguna dos Patos. Com o passar dos anos, o número de moradias foi aumentando e se constituindo a chamada Colônia de Pescadores do Pontal da Barra.

A comunidade do Pontal apresenta significativas diferenças de origem, situação econômica e modos de vidas. As comunidades que circundam a futura UC Pontal da Barra do Laranjal e que, possivelmente, mais estabelecerão relações de influência e reciprocidade com o local a ser protegido: as dos residentes nos

balneários Santo Antônio e Valverde, na vila do Pontal e no trecho que liga o centro da cidade ao bairro, arredores da avenida Adolfo Fetter (BARCELLOS, 2019).

A área limítrofe à área prevista para a UC no Pontal da Barra ao norte é formada pelas terras situadas no caminho da cidade às praias em que, nos últimos anos, é visível a expansão imobiliária. Nela foram projetados vários loteamentos e condomínios de classe média e alta, além da construção de residências e empreendimentos comerciais e de prestação de serviços que se instalaram ao longo da avenida.

A comunidade foi se constituindo em torno da estrada paralela ao canal. Atualmente, observa-se a expansão do povoamento com a proliferação de novas habitações e o ingresso de outras atividades, como pequenos comércios ligados à prestação de serviços para atender os moradores locais e, principalmente, os turistas que visitam a região principalmente para compra de pescado. Observa-se que várias construções não são habitadas permanentemente, servindo apenas para dormitório de alguns pescadores e para guarda de seus materiais de trabalho. Podem ser avistados atracadouros contíguos a algumas casas e galpões de salgas, barcos e objetos de pesca em torno da maioria das residências.

Episodicamente, a situação dos moradores se agrava: pela ação dos ventos, a elevação do nível das águas da lagoa e do canal os coloca em situação de grande insegurança. Esse quadro se agrava pelo isolamento da falta de trafegabilidade na única via de acesso, a Estrada da Barra. Devido às condições físico-geográficas do lugar, a comunidade vive em situação de iminente risco, fato que, eventualmente, ocasiona a retirada das famílias em caráter de urgência, pois o transbordamento repentino das águas as obriga a deixarem as casas e as atividades de produção e renda. Muitas das famílias reassentadas acabam por retornar ao local e reconstroem suas casas (BARCELLOS e MENEZES, 2019).

Figura 7. Figura 8. Imagens da cheia de 2015 onde moradores ficaram desabrigados nos balneários no Laranjal. Fonte: https://diariodamanhapelotas.com.br/site/calamidade-no-laranjal-enchente-atinge-os-balnearios-principalmente-o-pontal-da-barra-novo-valverde-e-colonia-de-pescadores-z-3-parte-da-praia-esta-sem-agua-e-sem-energia-eletrica/, acessado em 02/08/2022.

2.1 O "palco dos conflitos" e sua História: um lugar de embates e resistências

O Pontal da Barra é um lugar de intensos conflitos que envolvem processos de degradação ambiental em decorrência do avanço da especulação imobiliária na região.

A história do Pontal da Barra está atrelada a um antigo e amplo processo que, em primeira análise, coloca em conflito duas perspectivas sobre o lugar, olhares e práticas preservacionistas versus olhares e práticas desenvolvimentistas. Mas o caso do Pontal é muito mais complexo, envolve diversos outros conflitos atrelados à esta dualidade inicial e não há uma homogeneidade nos discursos. Segundo Milheira (2015) os conflitos envolvem diversos atores sociais:

> "...A situação tem colocado, de um lado, os empreendedores e proprietários de um projeto de loteamento residencial, e, de outro lado, ambientalistas (ecólogos, biólogos, advogados, professores, arqueólogos, políticos, antropólogos e historiadores), e membros de coletivos locais (em geral, moradores da localidade do Pontal da Barra), que se uniram em prol da preservação do banhado do Pontal da Barra. No local, situam-se espécies de animais ameaçadas de extinção, coletivos de pescadores tradicionais, sítios arqueológicos e áreas úmidas de importância singular para a manutenção do ecossistema da várzea do Canal São Gonçalo…" (MILHEIRA, 2015, pág. 16).

As iniciativas em prol da preservação ambiental da região do Pontal da Barra do Laranjal remontam desde o final dos anos 1980, quando ambientalistas e pesquisadores da cidade de Pelotas se posicionaram contrários à implantação de um

loteamento residencial no local. Este grupo formado por ecólogos e biólogos da cidade de Pelotas ativou ações públicas e judiciais contra o empreendimento:

> "No ano de 1984, o antigo proprietário das glebas iniciou o projeto de loteamento residencial numa área de 228 hectares contígua à foz do Canal São Gonçalo na Laguna dos Patos. Embora de forma irregular, muitos lotes foram comercializados sendo que boa parte deles situavam-se em área de banhado e mata nativa. Em 1986 a empresa "Pontal da Barra – Loteamentos, Mineração e Negócios Gerais Ltda" adquiriu a área do projeto, com vistas a regularizar o empreendimento imobiliário denominado "Loteamento Pontal da Barra" (...) a sociedade desta empresa era formada por Irajá Andara Rodrigues, ex- prefeito do município de Pelotas 25, junto com seu sócio Irineu Paludo (sogro de sua filha). Assim, nos anos sequentes, investiu-se nas obras de infraestrutura do loteamento, como a instalação de rede de água e de energia elétrica e, em especial, na drenagem e aterramento da área de banhado. Contudo, manteve-se caracterizada por um avanço irregular sobre a zona considerada de interesse para a preservação ambiental (ZPPL e ZPPN), de acordo com a lei de zoneamento municipal vigente (Plano Diretor 26), onde não é permitida nenhuma intervenção no local ou, conforme o caso, com restrições de usos (NEBEL, 2014, pág. 92)."

No empreendimento foi projetado inicialmente a construção do "Hotel Cavalo Verde" em área licenciada para realização do loteamento residencial e já tinham iniciado aterramento no banhado.

Figura 9. Foto da área aterrada para a construção do Hotel Cavalo Verde. Fonte: RUAS 2012, pág. 118.

Segundo Ruas (2012) tanto a FEPAM, órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental do loteamento, quanto a prefeitura, não consideraram a lei de zoneamento existente, ao liberarem o loteamento. Conforme a Lei Municipal Nº 2565/80 do II Plano Diretor, uma parte da área do loteamento que ocupa uma Zona de Preservação Permanente Legal (ZPPL). Nesse tipo de área, não é permitida nenhuma intervenção no local. Outra parte do empreendimento ocupa uma Zona de

Preservação Natural (ZPPN), onde a ocupação humana é permitida com restrições de usos. Essa área, para ser licenciada, necessita do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), bem como de Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Os documentos foram entregues pelos empresários, porém continham erros e equívocos graves, detectados mais tarde nas averiguações.

As denúncias originaram a abertura de um inquérito junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul que resultou no ingresso de uma Ação Civil Pública no ano de 1992, contra a FEPAM/RS 27, órgão responsável pela licença ambiental concedida, e os empreendedores em razão das intervenções na localidade (JUIZ DE DIREITO, 1999). Julgada no Tribunal de Justiça Estadual, esta ACP tinha como propósito embargar a implantação do Loteamento Pontal da Barra justificando que o projeto de instalação foi aprovado apesar de conter irregularidades administrativas. Segundo o Ministério Público, os laudos elaborados sob responsabilidade do empreendimento e que fundamentaram o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) apresentavam caráter duvidoso e insuficiente para autorizar o Licenciamento Ambiental da referida obra. Os fundamentos se basearam na má avaliação da Flori-Fauna da região do Pontal da Barra, a equivocada definição de ecossistemas e sua relação com a fauna, a falta de medidas alternativas preservacionistas compatíveis com a realidade e, não consideração de impactos ambientais decorrentes desse loteamento sobre áreas adjacentes e a não consideração da importância verdadeira da área em questão e da interdependência de seus ecossistemas, além de apontar que os laudos do EIA/Rima tampouco mencionavam que o loteamento seria implantado em Zona de Preservação Paisagística Natural (ZPPN). Colocou, enfim, em dúvida os laudos elaborados e criticou sua apresentação à FEPAM, por não espelhar a verdade (JUIZ DE DIREITO, 1999) (NEBEL, 2014).

A Pontal da Barra Loteamentos Ltda pretendia construir 1.681 lotes no “Loteamento Villa Guilhermina”. Em junho de 2011, Irajá Rodrigues, identificado como Diretor-Presidente da empresa “Metade Sul Ltda.”, peticionou ao MPF requerendo o arquivamento do inquérito civil uma vez que tinha desistido de realizar o “empreendimento hoteleiro” do Pontal da Barra. Em 17 de abril de 2014 foi confirmado pelo Secretário da SQA/Pelotas o arquivamento do pedido de licenciamento ambiental (NEBEL, 2014).

Figura 10. Projeto do Loteamento Villa Guilhermina da Construtora, Incorporadora e Imobiliária Green Horse Ltda. Fonte: RUAS, 2012, pág. 119.

A empresa foi condenada pela degradação de área natural e multada. Na sentença ficou definido que o empreendimento impactava o habitat de espécies endêmicas em risco de extinção, mais especificamente dos peixes anuais *Austrolebias nigrofasciatus* e *Austrolebias wolterstorffi*, as quais seriam altamente impactadas no caso de implantação do empreendimento e consequente aterramento e drenagem do banhado.

Depois de anos de luta, a Justiça Federal de Pelotas fez valer a legislação ambiental e condenou o loteador e órgão licenciador estadual do RS, no caso a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM/RS), a se absterem de realizarem qualquer ato de urbanização no banhado do Pontal da Barra.

Numa Ação Civil Pública (ACP), promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), após denúncias de ONGs ambientais /ecológicas, estudantes e de pessoas preocupadas com o ambiente, o juiz federal, Cristiano Bauer Sica Diniz, considerou em parte procedente a ACP para : “condenar a FEPAM/RS obrigação de não fazer, consistente em abster-se de conceder licença ambiental em favor dos requeridos Pontal da Barra Loteamentos Ltda, Irajá Andara Rodrigues e Rogério dos Santos Rodrigues, relativamente aos lotes ainda não urbanizadas do Loteamento Residencial Pontal da Barra situados dentro de área de banhado, ou em área que constitua habitat da espécie *A. nigrofasciatus,* ou ainda em área cuja urbanização afete área de banhado ou habitat da referida espécie”.

Ambos também foram condenados a “recuperar, mediante projeto de recuperação submetido à aprovação do órgão ambiental competente, a área natural degradada por obras de aterramento e/ou de drenagem, realizadas nos anos de 2008, 2010 e 2012 para fins de construção do “Hotel Cavalo Verde” e do “Loteamento Villa Guilhermina”, sob pena de pagamento de multa diária”. A sentença saiu em agosto de 2016.

A sentença não deixou dúvida sobre a obrigatoriedade legal da proteção dos banhados: “Vale dizer que a proteção da área de banhado se faz necessária independentemente do fato de abrigar espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, mas por força das diversas outras funções ecológicas desempenhadas por este tipo de ambiente. E o legislador estadual, ao estabelecer que a zona de banhado constitui área de preservação permanente, efetua um juízo de valor a priori quanto à importância ambiental da proteção dessa espécie de ecossistema, que não pode ser desconsiderada seja pela própria Administração Pública, seja pelo Poder Judiciário”.

A decisão da Justiça Federal também afirmou que “não faz coisa julgada erga omnes a decisão proferida em ação civil pública/coletiva julgada improcedente por insuficiência de provas”, referindo-se a uma ACP que tramitou na Justiça Estadual, no início da década de 90, pois “o principal fundamento da referida decisão foi exatamente a falta de provas quanto à existência de danos ambientais, embora também tenha sido levada em consideração a suposta irreversibilidade de eventuais danos por força da implantação do loteamento, argumento que não pode ser aceito, uma vez que cerca de metade da área total do empreendimento ainda hoje permanece intocada.” Tal decisão da Justiça do RS era seguidamente evocada pelos loteadores para dar prosseguimento a destruição do banhado.

O Juiz acatou grande parte das alegações do MPF, baseado em alegações das ONGs ambientalistas/ecologistas e em diversos estudos que apontam o banhado do Pontal da barra como um ecossistema de grande importância ecológica e histórica, entre outros motivos por ser habitat de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, bem como por nele existirem sítios arqueológicos.

A decisão do Poder Judiciário federal corrigiu um erro que a FEPAM cometeu ao conceder o licenciamento ambiental, ainda no início década de 90, e confirma o que o movimento ambiental/ecológico, começando pelo Abraço a Lagoa, Lagoa Limpa

e Pontal Vivo, afirmam desde o início do loteamento, no que tange ao valor ecológico do banhado e da impossibilidade legal do mesmo ser destruído pela urbanização, bem como falhas na elaboração do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), o que veio a ser constatado na ACP ora vitoriosa. A sentença também deixou claro que a propriedade deve cumprir sua função social, não sendo o direito à propriedade absoluto, conforme estabelece a Constituição Federal de 88[4].

Em 2019, por meio da ação integrada de especialistas da UFPel e de colaboradores de instituições afins, foi finalizado o documento "Fundamentação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal (Pelotas/RS)". O documento foi encaminhado à Prefeitura Municipal de Pelotas no objetivo de subsidiar a tomada de decisão para a criação da UC na modalidade Refúgio da Vida Silvestre (REVIS).

No ano de 2020, coube à Comissão para Assuntos Ambientais dar prosseguimento às ações relativas à criação da UC Pontal da Barra do Laranjal, o que se deu, inicialmente, por meio de uma campanha institucional para sensibilização das autoridades e da comunidade de Pelotas.

Na década de 1990, estudos desenvolvidos pelo Grupo Especial de Estudo e Proteção do Ambiente Aquático do Rio Grande do Sul (GEEPAARS) e por docentes da Universidade Federal de Pelotas recomendaram a preservação ambiental dos banhados e dunas do Pontal da Barra. Uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de apenas 65 hectares foi criada junto à margem do canal São Gonçalo, mas a maior parte das áreas de banhado permaneceu sob ameaça do avanço da especulação imobiliária (BARCELLOS, 2019).

[4] Fonte: ONGCea https://coletivocidadequequeremos.wordpress.com/2016/09/02/banhado-do-pontal-da-barra-apos-mais-de-duas-decadas-justica-determina-o-fim-do-loteamento/, consultado em 05/03/2024.

Figura 11. Vistoria da FEPAM e Programa Mar de Dentro com acompanhamento do GEEPAA e do CEA, no banhado do Pontal da Barra, Pelotas/RS, no final da década de 90. Fonte: Antonio Soler/CEA, https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/tag/movimento-pontal-vivo/, acessado em 03/05/2022.

O objetivo do coletivo consistiu em incorporar informações e estudos científicos acerca da biodiversidade local visando questionar as instâncias responsáveis pela liberação do loteamento em área que deveria ser mantida como de preservação permanente. O envolvimento de ativistas e moradores que já acompanhavam a antiga luta em torno da preservação do Pontal da Barra, e ainda de pesquisadores que desenvolvem estudos sobre o Bioma Pampa, possibilitou o alicerce para as pautas do movimento:

> ”Tais denúncias originaram a abertura de um inquérito junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul que resultou no ingresso de uma Ação Civil Pública no ano de 1992, contra a FEPAM/RS 27 , órgão responsável pela licença ambiental concedida, e os empreendedores em razão das intervenções na localidade (JUIZ DE DIREITO, 1999). Julgada no Tribunal de Justiça Estadual, esta ACP tinha como propósito embargar a implantação do Loteamento Pontal da Barra justificando que o projeto de instalação foi aprovado apesar de conter irregularidades de cunho administrativo. Segundo o Ministério Público, os laudos elaborados sob responsabilidade do empreendimento e que fundamentaram o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) apresentavam caráter duvidoso e insuficiente para autorizar o Licenciamento Ambiental da referida obra. Utilizam- se dos seguintes fundamentos: má avaliação da Flori-Fauna da região do Pontal da Barra; equivocada definição de ecossistemas e sua relação com a fauna; falta de medidas alternativas preservacionistas compatíveis com a realidade; não consideração de impactos ambientais decorrentes desse loteamento sobre áreas adjacentes e a não consideração da importância verdadeira da área em questão e da interdependência de seus ecossistemas, além de apontar que os laudos do EIA/Rima tampouco mencionavam que o loteamento seria implantado em Zona de Preservação Paisagística Natural (ZPPN). Colocou, enfim, em dúvida os laudos

> elaborados e criticou sua apresentação à FEPAM, por não espelhar a verdade (JUIZ DE DIREITO, 1999) (NEBEL, 2014, pág. 93)"

Inclusive, por meio deles o coletivo soube da existência de um Inquérito Civil aberto pelo Ministério Público Federal e que, posteriormente, em 2012, foi ajuizada uma Ação Civil Pública – contra a empresa responsável pelo loteamento e o órgão ambiental estadual (FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental) que liberou a licença para a tal atividade. Assim, fundamentando-se nesses dados, o coletivo organizou manifestações com caráter ativista a fim de divulgar e denunciar as irregularidades e os prejuízos advindos do empreendimento no Pontal da Barra.

Por mais de uma década as ações preservacionistas cessaram e áreas de ocorrência de espécies de peixes anuais protegidos pela legislação vigente chegaram a ser aterradas, situação que só veio a se alterar com o surgimento do movimento Pontal Vivo e com a realização de pesquisas científicas0 que demonstraram a existência de espécies ameaçadas de extinção e de sítios arqueológicos (NEBEL, 2014).

Somente com a identificação dos sítios arqueológicos e de espécies ameaçadas de extinção, mais recentemente, já nos anos 2000, houve uma retomada de ações públicas e judiciais. Isto porque esses dados demonstravam a grande importância do Pontal como espaço de memória histórica e arqueológica, bem como um nicho ecológico de alta biodiversidade. Inicialmente, as ações junto aos órgãos de defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural brasileiro foram realizadas separadamente, porém, os sujeitos envolvidos passaram a constituir, a partir do ano de 2011, um coletivo político em defesa do banhado, conhecido como "Movimento Pontal Vivo". Segundo Milheira (2015), esse movimento foi responsável - através de protestos, denúncias e fiscalização em campo - pela ativação de ações junto aos órgãos públicos como FEPAM e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), como, até mesmo, junto ao Ministério Público Federal:

> "Esse movimento atua de maneira autônoma, sem vinculações partidárias, interagindo através de redes sociais, reuniões presenciais para tomada de decisões e ações públicas, como protestos, exposições de fauna e flora e materiais arqueológicos que compõem o patrimônio ambiental e cultural do Pontal. Além de ações públicas que buscam sensibilizar a sociedade pelotense sobre a importância do Pontal da Barra, o Movimento Pontal Vivo organizou dois seminários nos anos de 2012 e 2014. Esses eventos foram de cunho acadêmico, mas tiveram ampla repercussão social. Deles participaram técnicos, ambientalistas e representações políticas locais, no intuito de discutir os aspectos legais do empreendimento, publicizar o patrimônio

> ambiental e cultural e pensar em estratégias de resistência e luta contra a destruição do banhado do Pontal da Barra (MILHEIRA, 2015, pág.25).”

Alguns meses antecedentes à sentença final em favor do empreendimento (em abril de 2009), a FEPAM notificou a interdição do Loteamento Pontal da Barra, alegando que o mesmo não possuía licença ambiental para atuar em virtude do descumprimento de condicionantes ambientais exigidas no processo de Licenciamento Ambiental. O diretor da FEPAM/RS na época, Antenor Pacheco Netto, que realizou o ato de interdição, revela que ainda em 1993, a empresa Pontal da Barra recebeu licença ambiental para a instalação do projeto, com alguns condicionantes, que, segundo ele, não foram cumpridos. Em 1996, houve o pedido de renovação da licença que foi negada. exatamente pelo não atendimento dos condicionantes anteriores (NEBEL, 2014).

Ainda sobre os sítios arqueológicos, a sentença definiu que toda a área do Pontal da Barra deveria ser preservada para que os cerritos existentes fossem devidamente estudados e compreendidos. Ficou assim definido que toda a área do Pontal da Barra faz parte de uma das áreas prioritárias para conservação da reconhecida pela Portaria 09/2007 do Ministério do Meio Ambiente, denominada Várzea do São Gonçalo.

Em 18 de outubro de 2017, a Universidade Federal de Pelotas promoveu um encontro sobre a região do Pontal da Barra. Esse encontro reuniu servidores envolvidos com ações de ensino, pesquisa e extensão no local, das mais variadas áreas do conhecimento. O debate se ampliou para outras temáticas relacionadas às questões ambientais e envolveu especialistas de outras instituições interessadas em estudar a viabilidade da criação de uma Unidade de Conservação (UC) na região do Pontal da Barra. O grupo de trabalho foi instituído pela Portaria UFPel nº 2.388/2017 com a finalidade de elaborar a “Proposta de Criação de Unidade de Conservação na Região do Pontal da Barra, Pelotas, RS”. Em 2018, por meio da portaria UFPel nº 2304/2018, o grupo passou a ser integrado, também, por técnicos da Secretaria de Qualidade Ambiental e da Secretaria de Cultura do município de Pelotas (BARCELLOS, 2019).

Além do caráter multidisciplinar, o relatório buscava reunir todos os argumentos e dados científicos para embasar a proposta da criação da Unidade de Conservação no Pontal da Barra. Silvia Barcelos enfatiza o desenvolvimento detalhado do trabalho:

> ‘Eu acho que são 8 ou 9 colaboradores que se buscou outros pesquisadores que agregam outras informações, né? Então. Eu tive acesso ao relatório e realmente é visível a preocupação de uma construção interdisciplinar com a colaboração de várias outras pessoas e pensando a questão do Pontal em várias perspectivas. Por isso que ele é tão completo no objetivo dele, né? De vários profissionais que trabalham para a mesma questão, por é importante preservar, estudar e fazer a unidade de conservação, da realidade tornar ali no Pontal todos os profissionais que trabalham para a mesma questão. Procurar em outras pessoas das suas áreas e contestar isso mostra que, na verdade, está muito bem embasado, muito bem construído, a, a proposta de que uma unidade de conservação é uma ideia de necessidade ali no Pontal da barra, né? (informação verbal).”

Esse relatório foi apresentado pela UFPel à Prefeitura Municipal e encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente. No mesmo ano houve a abertura de processo de criação da Unidade de Conservação do Pontal da Barra pela Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental. A proposta também tramitou junto ao órgão ambiental do Governo Federal, no qual alcançou parecer técnico favorável à criação da UC em nível municipal. (Barcelos, 2019).

2.2 Discursos, ações e lutas sobre o Pontal: os atores no palco de conflitos

O Pontal da Barra envolve uma série de atores sociais que, através de ações individuais ou institucionais, atuam neste cenário de conflitos.

Dentre eles podemos identificar como os grupos atuantes: os moradores do Pontal, os membros da comunidade científica representando principalmente pelas universidades (UFPEL, UCPEL e FURG), os movimentos ambientalistas, os empresários do ramo imobiliário e turístico, a mídia local e o poder público.

Sobre os moradores do Pontal, identificamos a comunidade tradicional de pescadores, onde alguns já foram removidos do Pontal (NEBEL 2014) e outras comunidades de pescadores e moradores do Laranjal, principalmente os que vivem no entorno do Pontal, que necessariamente sofreriam mais diretamente com o impacto ambiental do banhado.

O lugar Pontal da Barra é uma paisagem que envolve vários atores humanos e não-humanos. A água da laguna e dos banhados, a fauna e flora que habitam os banhados e os sítios arqueológicos são atores sociais que têm sido acionados como agentes de decisão através de peças judiciais e opiniões públicas. Identificados os atores, o Pontal da Barra configura um coletivo muito variado e heterogêneo.

A comunidade tradicional de pescadores do Pontal da Barra sofre pressões neste processo de conflitos:

> “Em primeira escala, a própria comunidade de moradores da Colônia de Pescadores do local resiste às estratégias da administração pública do município de Pelotas para a sua mudança. Desde os anos 1970, a comunidade de pescadores, atualmente com 60 famílias oriundas de várias localidades da orla da laguna dos Patos onde a pesca é tradicional (Colônia Z3, Ilha da Feitoria, Ilha de Sarangonha, Ilha do Pesqueiro), luta pela sua permanência no Pontal contra todas as políticas de pressão para sua retirada (MILHEIRA, 2015, pág. 23).”

Esse coletivo sofreu mudanças, mesmo resistindo, parte dos pescadores tradicionais que habitavam a orla da laguna dos Patos, nas imediações do Pontal da Barra, foram deslocados compulsoriamente de suas casas por ordem judicial, entre os anos de 2010 e 2011. Tratava-se da Vila de Pescadores do Trapiche, uma pequena comunidade anexa ao Pontal da Barra, com 30 famílias que se alojaram na orla da praia do Laranjal:

> “Durante os anos de 2010 e 2011 ocorreu a remoção desses moradores devido a uma ação judicial movida pelo Município de Pelotas 16 , por recomendação do Ministério Público. A decisão proferida alegou que ocupavam irregularmente um terreno público na orla da Laguna dos Patos, considerado como Zona de Preservação Permanente Legal (ZPPL), causando impacto ambiental nos denominados “charcos” (banhados), bem como a ação justificava que residiam em uma “área de risco” (beira de praia), portanto, sem condições para habitação (PRIMEIRA CÂMARA CIVEL DO TJ-RS, 2010) (NEBEL, 2014, pág.65)”.

Essas famílias tratadas, judicialmente, como “posseiras” e “invasores”, foram responsabilizados pelo “enfeiamento da paisagem” e por estarem acelerando o processo de deterioração do ambiente de banhados do Pontal da Barra. Por este motivo, foi aberta uma ação judicial movida pela Prefeitura Municipal de Pelotas, para a retirada dessas famílias (RUAS 2012).

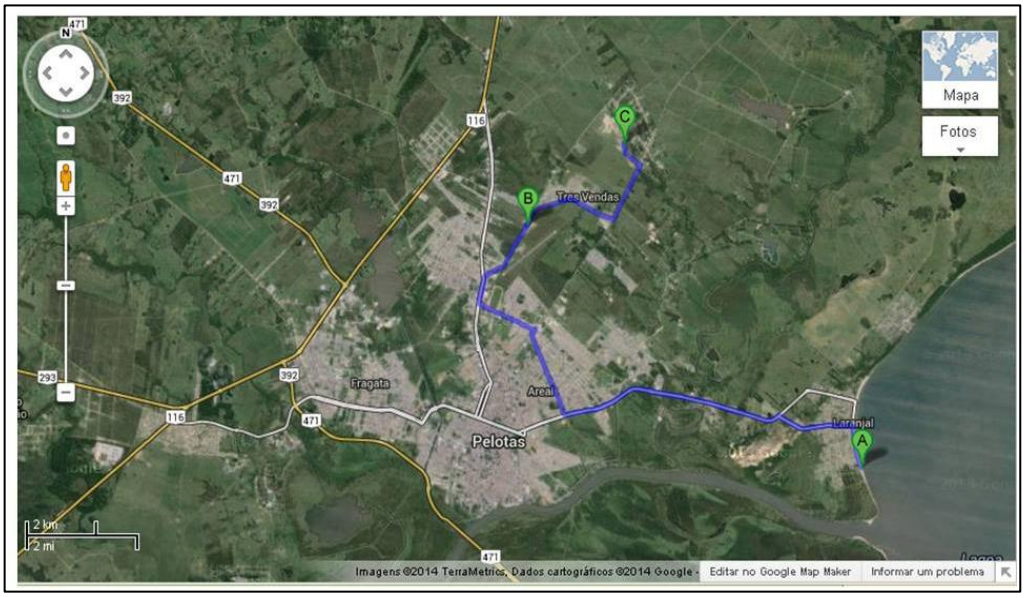

Figura 12. O ponto “A” refere-se ao local da Vila de Pescadores do Trapiche (início da estrada do Pontal da Barra, Laranjal) e os locais para onde os moradores foram removidos: ponto “B” Residencial Eldorado, bairro Três Vendas, e ponto “C” bairro Getúlio Vargas. Fonte: Nebel, 2014, pág.66.

Figura 13. Conjunto Habitacional Residencial Eldorado. Fonte: NEBEL, 2014, pág.66.

Segundo Nebel (2014), é essencial destacar a atuação do poder público municipal por meio da política de intervenção urbana no Laranjal. O Programa de “Requalificação da Orla da Lagoa”, instituído no ano de 2006, foi implantado com o propósito de reabilitar os espaços públicos, em termos de acessibilidade, lazer, arborização, infraestrutura, ordenação de uso e ocupação junto à orla. Essa intervenção urbanística representa um dos motivos para a remoção de cerca de 40 famílias de pescadores e de classes populares que residiam na área. Esse processo

é típico das ações administrativas de “desterritorialização” e “gentrificação”, o que envolve a retirada de comunidades de baixa renda, nesse caso, de pescadores tradicionais, para a chamada “revitalização do espaço”. Nesse caso, a “revitalização” atende a uma demanda privada, cujo impacto sobre o ambiente de banhados será devastador. Esse é, nitidamente, um caso em que o Estado lança mão de seu aparato repressor jurídico a serviço de empresas privadas, com interesses particulares, que visam ao lucro:

> “...a retirada compulsória da Vila de Pescadores do Trapiche foi uma atividade local, mas remete um fenômeno que ocorre em nível global, em que as comunidades de ribeirinhos, indígenas e demais grupos nativos, são “desterritorializados” em prol de interesses supostamente coletivos, mas, verdadeiramente planejados engenhosamente para a manutenção de reservas de mercado de empresas construtoras (MILHEIRA, 2015, pág. 36).”

A agência do poder público municipal é passível análise através do plano diretor[5]. No município de Pelotas o adensamento populacional em algumas áreas provocou, entre outros problemas, um alto número de déficit habitacional. A verticalização habitacional expandiu nos últimos anos, além da expansão nas áreas úmidas do município, acarretando conflitos de cunho ambiental. Além disso, verifica-se que as discussões desde 2011 não formataram o Plano Local de Habitação de Interesse Social (BORGES e MARTINS, 2013). Desta forma, deixa evidente a falta de políticas públicas para amenizar a segregação sócio espacial e impedir a continuidade e surgimento de outros conflitos.

Para os membros da comunidade científica existe uma lista bem significativa de profissionais atuantes no Pontal da Barra desde meados de 1980, pesquisadores da UFPEL, da UCPEL e da FURG. Alguns dos atores sociais da comunidade acadêmica mais atuantes na paisagem participaram da elaboração do Relatório Fundamentação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas, RS, elaborado em junho de 2019.

> “Outros estudos, inclusive da Universidade Católica de Pelotas, associados à articulação social de ecólogos, biólogos, advogados, professores, arqueólogos, políticos, antropólogos, historiadores e membros de

[5]O Plano Diretor Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, abrangendo os aspectos físicos, sociais, econômicos e administrativos do crescimento da cidade, visando a orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como ao atendimento das necessidades da comunidade, sendo a principal referência normativa para as relações entre o cidadão, as instituições e o espaço físico municipal. Ele é instituído conforme as determinações e diretrizes estabelecidas na Constituição, e as disposições legais trazidas pelo Estatuto da Cidade, pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e pela Lei Orgânica Municipal.
Fonte: https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-pelotas-rs, acessado em 10 de abril de 2024.

> organizações locais (em geral, moradores da região e pescadores tradicionais) tornaram possível, em 2012, a apresentação de uma Ação Civil Pública em defesa do Pontal da Barra no Ministério Público Federal e na Procuradoria da República do Rio Grande do Sul. Desde então, simpósios e outras atividades preservacionistas foram organizados pelo Movimento Pontal Vivo contando com grande adesão popular. (BARCELLOS, 2019, pág. 8)".

Sobre os movimentos ambientalistas em destaque o "Movimento Pontal Vivo". O Poder Público é representado pelas instituições governamentais, tem como papel mediar os conflitos. Destacamos como representantes desse grupo: a Prefeitura Municipal de Pelotas; o Ministério Público Federal; o IBAMA; e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM).

Compondo os grupos de atores no palco de conflitos os atores não humanos (atores sem voz própria e, portanto, analisados através das narrativas dos atores humanos) e dentro da perspectiva de associação e de rede atores humanos e não humanos (LATOUR 2012) os actantes não humanos (animal, vegetal, águas do banhado, os sítios arqueológicos, etc.).

2.3 O processo de patrimonialização do Pontal da Barra: territórios, conflitos e identidades

Os processos de patrimonialização compreendem uma trajetória entre a identificação do bem cultural que se deseja proteger e ao qual se atribuem valores culturais e significados, a avaliação desse bem, onde se reconhecem ou não determinados valores de modo a justificar a decisão sobre a sua proteção. Esse processo ocorre diante da diversidade de atores interessados pela preservação e suas aspirações pela inclusão desses patrimônios e representações culturais ainda não identificados e reconhecidos. Nesses processos os "saberes expertos" avaliam e definem o que será considerado patrimônio, de definindo, a partir de critérios supostamente objetivos, os que merecem ser preservados (BERTONCELLO 2010).

Quando nos referimos aos patrimônios e processos de patrimonialização na esfera pública gera algumas inquietações a respeito da apropriação e diligência de identidades. Essa é uma realidade dos processos da cidade contemporânea, principalmente em áreas que despertam interesse capital, como ocorre no palco de conflitos do Pontal da Barra. Esses processos possuem o seu caráter simbólico e identitário, e a atuação do Estado como legitimador desses processos.

Os patrimônios não possuem uma existência a *priori*, como determinados, prontos a serem apropriados, usado e compreendidos como tal. Os patrimônios tornam-se como tal através de um jogo de decisões, interesses, simbolismos e ações políticas e passam por processos que são revalorizados, reconstruídos e ressignificados, através de estratégias e olhares que, por princípio, visam a sua preservação:

> "...o processo de patrimonialização aplicado a um objeto (coisa, obra, bem, construção, sítio, paisagem, etc.) ou uma realidade ideal (idéia, valor, testemunho, evento, prática, etc.) não tem nada de natural. Esse objeto e essa realidade não são em si. Eles expressam sim, ao contrário, uma atribuição coletiva de sentido (portanto social), que deriva de um princípio de convenções. Este último traduz um acordo social implícito (muitas vezes institucionalizado e territorializado) sobre valores coletivamente admitidos; testemunha tácita de uma inegável identidade compartilhada. Para que haja patrimônio, são necessários processos (sociais no sentido completo do termo) de patrimonialização, sejam das modalidades bens precisos de transformação de um objeto, de uma ideia, de um valor em sua dupla simbólica e distinguido, rarificado, conservado, constituído de certa intemporalidade (mesmo se seja datado, paradoxo?), cuidadosamente selecionado (MÉO,2014, pág.5).

Partindo do histórico de conflitos desenvolvido desde os anos 80 no Pontal da Barra delineamos um processo de patrimonialização dessa paisagem fortemente construída através de ações voltadas à luta de reconhecimento de territórios de pesca tradicional, lutas de preservação ambiental, pesquisas científicas desenvolvidas e alta valorização do mercado imobiliário. Esses são os valores coletivos mais identificados na paisagem, partindo as disputas de território e promovendo o processo de patrimonialização do Pontal da Barra.

Revelamos assim um conflito de disputas de território entrelaçado ao próprio processo de patrimonialização, carregado de significados muito próprios de cada grupo de atores sociais, dentro de acordos sociais específicos. Os moradores da região são culpabilizados pelos impactos ambientais existentes na área do banhado. Por outro o poder público não viabiliza condições mínimas de saneamento e habitação, direito reconhecido às comunidades tradicionais de pesca. Enquanto isso, avançam no território grandes empreendimentos imobiliários e turísticos que visam atender às camadas mais abastadas da sociedade. Tudo isso com atuação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS (FEPAM/RS), que deveria fazer o controle do licenciamento ambiental. No contexto temos o processo de industrialização, especulação imobiliária e estabelecimento de áreas de

preservação ambiental. Esse panorama gera conflitos entre os atores sociais que constroem os conceitos de Patrimônios do lugar.

Dentro deste contexto surgem questões relevantes no que tange territórios e patrimônios. A preservação ambiental e arqueológica, com a atuação dos cientistas e todo processo de pesquisa que ressaltam a necessidade de garantir a preservação do meio ambiente e dos sítios arqueológicos. Muitas dessas áreas ocupadas são Áreas de Preservação Permanente (APP), as quais são áreas protegidas por lei, sendo estas cobertas ou não por vegetação nativa, mas que possuem uma diversidade ambiental complexa em diversos aspectos, como fauna, flora, biodiversidade e recursos hídricos. É uma paisagem que não pode sofrer alterações. Por outro lado, de caráter emergencial e que se sobressai nas discussões é a questão do futuro da comunidade tradicional de pesca que já existe no Pontal da Barra, que faz parte da paisagem.

Os atores sociais que usufruem dessa paisagem esporadicamente para lazer e comércio são igualmente importantes nesse processo de patrimonialização. O turismo nesses territórios recai a exploração desses patrimônios onde, muitas vezes, ficam reduzidos a meros vetores para o capital. Colocando-os numa condição mais vulnerável às lógicas econômicas e políticas, na qual sobressaem as disputas pela comercialização do espaço, como diria Choay (2011): “a mercantilização do patrimônio”.

As narrativas sobre os usos do lugar Pontal da Barra não são exceção à regra de mercantilização do patrimônio. A preservação do banhado é frequentemente atrelada a formas alternativas de trazer o “progresso” capital, com o turismo ecológico. Transformar a comunidade tradicional de pescadores, a paisagem, o banhado, os sítios arqueológicos, etc., em vetores capitais para o desenvolvimento regional:

> “O patrimônio é um discurso, ele é parte de um princípio narrativo (por isso ele precisa de narradores), que conta os mitos de origem, que descreve os épicos fundadores e momentos históricos de um grupo ou território. Ele confere à toda realidade social uma consistência temporal (duração) e espacial. Ele a convida a projetar-se para o futuro, formular um projeto coletivo. Como tal, os objetos patrimoniais estão se tornando cada vez mais uma dimensão econômica importante que agora interfere com a noção de valor patrimonial (...). Eles são muitas vezes feitos de edifícios, lugares e paisagens patrimoniais, agentes ativos de uma valorização crescente das promoções imobiliárias de todas as ordens. (MÉO, 2014, pág. 5).”

No processo de patrimonialização do Pontal da Barra podemos reconhecer a comunidade tradicional de pesca como uma confluência de patrimônios material e

imaterial, originários do modo de vida, dos saberes e fazeres tradicionais dos atores sociais que pertencem ao contexto da comunidade. O processo histórico dos conflitos e as lutas travadas pelo reconhecimento do território tradicional de pesca fortaleceu essa relação de identidade pelos atores sociais na paisagem, estabelecendo um sentimento de pertença como membros de uma coletividade:

> "O sentimento de pertencimento é a crença subjetiva num laço comum que une distintos sujeitos. Esses sujeitos, a partir desse sentimento de pertença, passam a pensar em si mesmos como membros de uma coletividade, cujos sinais ou marcas que os identificam expressam valores, medos e aspirações. O sentimento ainda pode ser reconhecido na maneira como um grupo desenvolve suas atividades, respeitando as diferenças individuais e mantendo as relações sociais (…) o engajamento da comunidade pode ser alcançado durante determinado período que a comunidade enfrenta um problema transitório e mobiliza-se para o enfrentamento desse problema. Na comunidade do Pontal da Barra há inúmeras situações que favoreceram o engajamento comunitário, como as enchentes que invadem suas casas e a luta por direitos básicos de infraestrutura (energia elétrica, coleta seletiva de lixo, transporte público, etc). A simplicidade das habitações, a integração da vida pessoal e o trabalho fazem das casas um ambiente só. Os pescadores trazem seus equipamentos de trabalho e fazem das moradias a extensão de seus barcos. Essas tipologias podem ser consideradas moradias camponesas (…) suas características correspondem a uma expressão cultural específica, assumindo formas particulares em termos de ocupação, apropriação, e representação do espaço e território. (MEOTTI E CHIARELLI, 2021, pág. 119, 120).

O banhado, os animais e vegetais, os sítios arqueológicos que pertencem ao contexto são atores sociais reconhecidos e protegidos por e órgãos governamentais. Essa realidade é resultado de mais de 40 anos de estudos realizados por vários pesquisadores e instituições. Cientistas, grupos ambientais, instituições são atores sociais que foram cruciais no processo de patrimonialização. Principalmente pelas lutas ambientais que foram travadas nesse longo processo que esses patrimônios naturais ainda permanecem nessa paisagem.

O processo de patrimonialização está atrelado às ações dos atores sociais na paisagem. E são esses atores sociais que constroem essa rede, onde cada grupo defende e dá ênfase aos patrimônios que se relacionam:

> "...os chamados atores e seus sistemas de ação sejam os construtores particularmente ativos dos valores patrimoniais e realidades territoriais que fornecem uma base para o seu poder, o seu negócio. Especialmente porque eles aprenderam que a ação em favor da cultura pode ser uma poderosa alavanca para o desenvolvimento, e que é a melhor maneira de estabelecer a autoridade local para enriquecer a sua reputação, ou para lhes oferecer promoções atraentes em escalas superiores às do território (MÉO,2014, pág. 21).

Nos últimos 40 anos de conflitos registrados na paisagem do Pontal da Barra analisamos um processo de patrimonialização com mais de uma origem de relacionalidade, que constroem discursos e valores patrimoniais bem definidos. O primeiro é voltado à comunidade de pescadores tradicional com seus saberes e fazeres. O segundo envolve atores sociais de grupos ambientais e universidades que estabelecem relação sobre o patrimônio natural e o patrimônio arqueológico. As narrativas analisadas expõem que essas relacionalidades são fluídas e se associam muitas vezes, retroalimentando a importância de preservar a paisagem em toda sua complexidade.

O Pontal da Barra é um bem cultural que se encaixa no conceito de paisagem cultural adotado pela Unesco em 1992. Em consonância com a Unesco, o Iphan regulamenta a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro em 2009, por meio da Portaria nº 127. Como definição, a chancela de Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. O Brasil é formado por enorme diversidade de paisagens, costumes e lugares. Compõem a paisagem cultural o sertanejo e a Caatinga, o candango e o cerrado, o pantanal e o boiadeiro, o gaúcho e os pampas, o pescador e os barcos tradicionais, as tradições da mata e as tribos indígenas. Outros tantos atores sociais e lugares formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando-se a relação exemplar entre homem e natureza. Dessa relação com a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qual quer um desses elementos isoladamente. Este conceito viabiliza a qualidade de vida da população e a motivação responsável pela preservação do patrimônio cultural.[6]

A relação dos atores sociais na paisagem do Pontal da Barra inviabiliza pensar o processo de patrimonialização sem delinear esse emaranhado simbólico que estabelece o Pontal da Barra como paisagem cultural. Sobre essa perspectiva de paisagem cultural evidenciamos a urgência de desenvolver um plano de gestão do poder público, sociedade civil e a iniciativa privada, para uma gestão compartilhada e

---

[6] Conceitos e normativas do IPHAN. Fonte: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/, consultado em 11/03/2024.

adequada. Nesse cenário os “saberes expertos” são legitimadores desses patrimônios, através da atuação dos pesquisadores e da produção científica.

2.4 O Pontal da Barra e sua importância nos debates sobre os conflitos ambientais na região sul pampeana

A importância das áreas úmidas no Brasil é reconhecido internacionalmente. O pantanal brasileiro é a maior planície inundável do mundo e nossas áreas de manguezais tem um papel muito importante para o equilíbrio do todo o ecosistema. A própria floresta Amazônica, com seu inquestionável papel de equilíbrio ambiental do planeta, é uma grande área úmida que contém uma diversidade de ambientes alagáveis. Essas áreas úmidas são muito importantes para a manutenção da vida animal e vegetal e são necessários planejamentos e ações para valorizar e conservar estes ambientes.

No Rio Grande do Sul o bioma Pampa ocupa 63% da superfície do estado, e é caracterizado por uma matriz formada por extensas planícies campestres, onde é possível encontrar outras fisionomias como banhados, turfeiras e matas ripárias. A região de Pelotas está incluída nesse contexto do Pampa, e além das fisionomias campestres, é reconhecida pela predominância de extensas áreas úmidas de várzeas e banhados relacionadas com o sistema fluviolacustre Arroio Pelotas – Laguna dos Patos – Canal São Gonçalo (RAMB 2021).

As zonas úmidas são geralmente consideradas pelas sociedades contemporâneas como áreas insalubres, fontes de epidemias, locais de intensa vida animal e vegetal (alguns considerados um risco ou inconvenientes aos moradores) ou ainda como barreiras físicas à expansão do progresso econômico, do desenvolvimento da urbanização ou no acesso recreativo à água. Por isso mostram-se espaços muitas vezes ignorados, intensamente alterados e destruídos, e tradicionalmente marginalizados (RUDZEWICZ, 2022).

Na atualidade os debates ambientais repensam as zonas úmidas que passam a ser objeto de (re)qualificação, colocando em foco os seus valores naturais, socioculturais, econômicos, mas também paisagístico-patrimoniais, advindos dos avanços nos estudos científicos. O Pontal da Barra passou por um (re)investimento patrimonial das áreas úmidas, valorizadas pela sua evolução biofísica, mas também

pelas mudanças nos usos e na percepção social desses ambientes (RUDZEWICZ, 2022).

Segundo Rudzewicz, a relação entre sociedades urbanas e áreas úmidas é colocada em foco a partir dos serviços ecossistêmicos, garantindo qualidade ambiental às populações e manutenção das identidades territoriais. O patrimônio paisagístico presente no Pontal da Barra é representativo desse importante sistema hídrico, como um marcador da "essência do lugar" e um "diferencial da região". O Pontal da Barra é uma extensa área úmida formada pelos banhados da várzea do canal São Gonçalo, em sua junção com a Lagoa dos Patos tem um papel ambiental muito importante para ao equilíbrio hidrológico. Os conflitos sobre a sua preservação tem mais de 50 anos de processo, um dos mais importantes e antigos do sul do Brasil. O Pontal da Barra como área úmida é um ator importante na paisagem regional, uma área de elevada importância para conservação ambiental.

O lugar Pontal da Barra como área úmida e como ator neste grande palco de conflitos tem sua importância definida pela sua relação estreitamente emaranhada na conservação de outros atores da fauna e flora, espécies que tem sua existência ameaçadas de extinção. Desta forma, esse cenário coloca o Pontal da Barra como um ator de elevada importância para a conservação da biodiversidade em nível municipal, estadual e federal.

O lugar Pontal da Barra como ator social nos conflitos socioambientais no sul do país é histórica e permeia através de um processo histórico que transborda o próprio lugar. O lugar é definido como um produto histórico e social, condicionado pela sociedade, conforme os interesses, as necessidades, a cultura, entre outros aspectos. Segundo Boado (1999), a Arqueologia da Paisagem é uma estratégia de investigação que compreende o estudo de todos os processos sociais e históricos em sua dimensão espacial. Segundo o autor, o lugar nunca é independente desse sistema de representações:

> "...las concepciones o representaciones espaciales reaparecen de alguna forma en todos los ámbitos de la acción social (saberes, discursos, prácticas y efectos sociales) que pueden ser definidas arqueológicamente (...) De esta forma, ese sistema de concepciones (o representación cultural del paisaje) puede reconstruirse através del análisis de la interrelación entre el mundo, el entorno artificial y los productos físicos de las prácticas sociales. Todas estas cosas, pero especialmente La última, son arqueológicamente reconocibles através de la Cultura Material y, por ello, sus características y relaciones con los contextos de los que proceden y en los que funcionan deberían permitirnos reconstruir arqueológicamente las formas del paisaje (BOADO, 1999, pág. 10)".

O lugar é um agente de conflitos onde as pessoas se posicionam de acordo com o caráter de interesses envolvidos. Comunidades, empreendedores, pesquisadores, órgãos governamentais e lideranças políticas locais apresentam seus termos e argumentam sobre a idoneidade para o uso do lugar e legitimidade de seus direitos sobre o lugar em conflito. Os embates sobre o Pontal da Barra remetem a questões sobre definição e proteção dos patrimônios na paisagem:

> "...é importante ressaltarmos que as questões que envolvem o "patrimônio", sejam culturais ou ambientais, formam um campo de tensões que se dão no e pelo espaço geográfico. Os conflitos vêm do fato de que o ambiente natural passa a ser visto, muitas vezes, como obstáculo, tanto ao processo de valorização do espaço, como à sua própria reprodução e, nesse sentido, ele deve ser eliminado para que prevaleça a racionalidade econômica na lógica desse espaço…. (RUAS, 2012, pág. 118)".

Nessa relação com o lugar Ruas (2012) estabelece o caráter político da especulação imobiliária no Pontal da Barra. A autora entrevistou o Sr. Irajá Andara Rodrigues, empresário no ramo de máquinas agrícolas e setor imobiliário e um dos principais acionistas da Firma Pontal da Barra Loteamentos, Mineração e Negócios Gerais Ltda. O Sr. Irajá foi prefeito do município de Pelotas por duas ocasiões (1977-1982 e 1992-1996) e deputado federal constituinte. A autora destaca a relação de interesses em comum na época entre o proprietário empreendedor e o prefeito, uma vez que ambos compartilham do mesmo grupo de poder político local. O interesse capital desses atores sociais com poder econômico e político é somado à municipalidade e de setores privados que trabalham no desenvolvimento do turismo no Laranjal.

> "Conforme nos relatou o ex-prefeito e atual empreendedor imobiliário do Pontal da Barra Sr. Irajá A. Rodrigues a área pertencia a um grupo de uruguaios que iniciaram o projeto de construção da "Cidade Balneária do Pontal da Barra". Eles haviam adquirido a área mediante a compra da família Assumpção. Como não conseguiram levar adiante a venda dos lotes, venderam os mesmos e retornaram para o Uruguai. Irajá, juntamente com um sócio, comprou o empreendimento já de terceiros, em 1990. Juntos, fundaram a empresa Pontal da Barra – Loteamentos, Mineração e Negócios Gerais Ltda., dando continuidade ao empreendimento imobiliário que passou a chamar-se Loteamento Pontal da Barra. A documentação para a regularização foi encaminhada aos órgãos ambientais responsáveis e, com base no acordo de que uma parte da área do banhado deveria ser preservada, a licença de instalação foi concedida pela FEPAM ao empreendimento. Segundo o empreendedor, as obras de drenagem e aterros no local geraram denúncias junto ao Ministério Público Federal, por parte de um grupo de ecologistas, por motivações políticas, com o intuito de prejudicá-lo, tendo em vista a sua trajetória pública (RUAS, 2012, pág. 152)."

Compreendemos, portanto, que a região do Pontal da Barra vem gerando de forma concomitante, interesses imobiliários (construção de condomínios privados e hotéis) e ações de cunho ambientalistas (que reivindicam a criação de uma Unidade de Conservação no Pontal da Barra). Esse embate, aparentemente dualista, expõe uma série de outros variantes, atores, significâncias, importâncias e contextos que carregam as discussões a nível municipal e regional, transbordando o próprio lugar Pontal da Barra.

> "Embora seja um conflito de âmbito local, o caso do Pontal da Barra ultrapassa a esfera local e expõe uma série de problemas da política ambiental e patrimonial do Brasil, sendo um estudo de caso exemplar, que permite partir do conflito político local e abordar a estrutura global de repressão do Estado Nacional brasileiro. Além de avaliarmos a situação atual do processo do Pontal da Barra, sob a ótica do patrimônio arqueológico, nosso intuito é também denunciar as más práticas de gestão do patrimônio e apontar medidas de preservação da Paisagem Cultural (MILHEIRA, 2015, pág. 16)".

A comunidade tradicional de pesca do Pontal da Barra é considerada pelo município de Pelotas como moradores em área de risco. Ainda que conceito de "área de risco" seja promovido por questões políticas e socioeconômicas negativas e excludentes para essas comunidades, compor a paisagem é um grande desafio para a comunidade de pescadores, principalmente através da relação com as águas da Laguna dos Patos. A comunidade do Pontal da Barra enfrenta grandes ameaças físicas e sociais, como as constantes enchentes, com períodos do ano que ficando ilhados e impossibilitados de sair do local. Um território marcado pela vulnerabilidade física e pela insegurança de continuar morando no local. Ainda assim é um exemplo de comunidade que vem construindo resiliência ao enfrentar as enchentes frequentemente, através de vínculos de pertencimento e forte relação com o lugar.

As enchentes são uma ameaça que as comunidades enfrentam frequentemente. A primeira enchente de grandes proporções registrada ocorreu em 1898, deixando a cidade privada de necessidades básicas, principalmente alimentos. Em 1914 as águas do São Gonçalo isolaram a alfândega e o Porto, por dias o transporte dos moradores se resumiu a canoas improvisadas. Essa enchente foi comparada com a de 1898 quando as águas do São Gonçalo invadiram o "Gazômetro", impossibilitando a fabricação de gás para a iluminação pública e privada. A correnteza das águas trazia consigo moitas de aguapé e mato, e junto a elas vinham bichos como cobras, capivaras e jacarés. As enchentes sempre se

repetiam todos os anos, geralmente no inverno (RUTZ, 2015). Em 5 de janeiro de 1923 quase todos os arroios do município de Pelotas transbordaram devido às abundantes chuvas que ocorreram nesse período. Pontes ficaram submersas, casas foram invadidas pelas águas, além da linha férrea, que também sofreu com as chuvas (RUTZ, 2015). Em Pelotas a enchente maior foi registrada entre os meses de abril e maio de 1941, por cerca de 20 dias de chuvas as águas dos rios e a laguna dos Patos se elevaram. No fluxo natural, o canal São Gonçalo deixou parte da cidade alagada. Na época, ainda não existia a praia do Laranjal, a área era privada. As comunidades no município em 1941 foram impactadas com o volume de água que mudou as ruas e o cotidiano da cidade:

> "As águas do São Gonçalo inundaram a várzea da cidade e invadiram parte considerável da cidade, avançando sobre a rua Benjamim, indo além para avenida Ferreira Vianna e alcançando ruas como a Almirante Barroso e Sete de Setembro. Muitos terrenos ficaram debaixo da água, que atingiu a marca de quase três metros além da cota normal do canal. Naquele ano, a cidade ainda não possuía dique de contenção junto ao canal. A cheia isolou a Alfândega e o porto. Segundo relatos do Jornal na época, na rua Tiradentes, desde o pontilhão sobre o canal do Pepino, até a Dona Mariana era possível cruzar com barco. A falta de meios de locomoção propiciou que fosse estabelecido o transporte de passageiros em pequenas embarcações mediante qualquer pagamento, isto porque pessoas que moravam em construções mais altas não se afastaram das suas casas. Além do São Gonçalo, os arroios Santa Bárbara, Pelotas, Pepino, Fragata, Moreira e a Sanga Funda transbordaram, separando a cidade e sua zona rural, (...) na década de 1940 o município tinha 104,5 mil habitantes, de acordo com o professor doutor Sidney Gonçalves Vieira, titular do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e autor do livro A cidade fragmentada. Destes, mais de mil pessoas foram desalojadas de suas casas."
> Fonte:
> https://diariopopular.com.br/geral/_pelotas_1941_entenda_como_foi_a_ultima_grande_enchente_na_cidade.592811, acessado em 20 de junho de 2024.

Os registros fotográficos da época mostram que as águas chegaram na calçada da Alfândega na praça Domingos Rodrigues:

Figura 14. Enchente em Pelotas em 1941. Acervo - Aline Montagna - Almanaque Bicentenário de Pelotas.
Fonte:https://diariopopular.com.br/geral/_pelotas_1941_entenda_como_foi_a_ultima_grande_enchente_na_
cidade.592811, acessado em 20 de junho de 2024.

Cheias ocorreram em 1951, 1952, 1953, 1954, 1955 e a grande enchente do trágico carnaval de 1956. Algumas áreas como a Vila Castilhos ficaram submersas. Devido ao alagamento, a cidade ficou sem luz, pois os motores da usina elétrica tiveram de serem desligados. O tráfego de veículos em alguns trechos da cidade também foi interrompido. As pontes do Retiro e do Fragata cederam, necessitando um desvio pelo interior do município. A cidade encontrava-se praticamente isolada do Bairro Fragata (Zona Oeste). Outra grande enchente ocorreu em maio de 2004, ela atingiu 50 mil pessoas e a cidade entrou em estado de calamidade pública. Na época houve o rompimento de um trecho do canal Santa Bárbara provocou alagamentos em muitas áreas da cidade.

Em janeiro de 2009 outra grande enchente afetou toda a área rural e atingiu 6.119 pessoas. Em 2015 a Defesa Civil de Pelotas confirmou 678 pessoas fora de casa em função das enchentes. Mais de mil residências ficaram alagadas na Praia do Laranjal, Colônia de Pescadores Z3 e Pontal da Barra. Em 2019 as águas invadiram as principais ruas da cidade, alcançaram o asfalto e invadiram as calçadas. De acordo com o departamento de drenagem do SANEP foi registrado a marca de 116 milímetros

de precipitações na cidade, enquanto a média histórica para o mês de janeiro costumava ser de 120 milímetros.

Em 2024 foi a maior enchente registrada no Rio Grande do Sul. O desastre ocasionado por eventos severos fez a prefeitura evacuar 23 áreas do município com a previsão que o canal São Gonçalo ultrapasse o maior nível já registrado. Foram orientados pela prefeitura a ser evacuados os bairros do Laranjal (Santo Antônio, Valverde e Pontal), Colônia Z3, Vila da Palha, Cruzeiro, Recanto de Portugal, Marina Ilha Verde, Charqueadas, Umuharama, Estrada do Engenho, Lagos de São Gonçalo, Parque Una, Navegantes, Ambrósio Perret, Mário Meneghetti, Balsa, Fátima, Village Center, JK, Doquinhas, Quadrado, Ceval, Mauá, Loteamento Osório, Pântano e Simões Lopes (fundos)[7]. O Laranjal, bairro em Pelotas, é o local de moradia de aproximadamente 40 mil pessoas. O bairro fica às margens da Lagoa dos Patos, foi um dos locais mais atingidos pela enchente de maio de 2024.

As enchentes em destaque são os momentos mais impactantes no histórico do município e região, contudo mesmo as cheias de menores proporções atingem as comunidades de pescadores. Esse quadro histórico constante de enchentes exacerba os conflitos socioambientais nas comunidades de pescadores, principalmente pelo impacto causado em maior escala devido à proximidade das águas da Laguna do Patos e canal de São Gonçalo. Ainda que essas enchentes maiores tenham atingindo vários bairros, o impacto maior vai acontecer nas comunidades de pesca. As cheias que acontecem quase todo ano atingem em menor ou maior escala essas comunidades, os territórios de pesca são nas áreas mais baixas onde o alagamento sempre acontece antes do restante do município e sempre com maior gravidade.

Os discursos que categorizam esses territórios como “áreas de risco” promovem uma valoração negativa e excludente à essas comunidades tradicionais de pesca, carregando um simbolismo de inadequação e/ou exclusão social diante do panorama de inundações na região. Esses discursos permitem articular disputas de territorialização e promovem processos de apropriação e dominação capital sobre essas comunidades em situação de vulnerabilidade.

[7] Fonte: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/13/pelotas-bairros-tem-ordem-de-evacuacao-total-previsao-e-de-mais-chuva acessado em 20 de julho de 2024.

O histórico de inundações no município de Pelotas evidencia que toda a região é área de risco, que aumenta à medida que a localidade se aproxima das margens de córregos, rios e principalmente da Laguna dos Patos. E o aumento desse risco está atrelado ao modo que atuamos na paisagem, como preservamos (ou não) as áreas úmidas, do modo como desenvolvemos (ou não) políticas públicas para manter o modo de vida das comunidades tradicionais de pesca com sustentabilidade e adaptação ao contexto ambiental da região.

O fato é que a comunidade tradicional de pescadores do Pontal da Barra sofre com

maior intensidade os riscos de cheias (assim como a Colônia Z3 e demais moradores às margens da Laguna dos Patos). Esses riscos estão atrelados ao modo de vida dessas comunidades, morar às margens das águas é o que sustenta sua relação com a paisagem, principalmente as comunidades de território de pesca.

2.5 A Arqueologia e os sítios arqueológicos do Pontal da Barra: considerações e desdobramentos sobre a preservação do banhado.

O levantamento arqueológico no Pontal da Barra teve início no ano de 2006 como atividades integrantes do Projeto de Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região - PMAPR, desenvolvido sob a responsabilidade do LEPAARQ-UFPel desde o ano de 2002. Esse estudo identificou 18 sítios arqueológicos classificados como cerritos, datados entre aproximadamente 2500 e 900 anos antes do presente e um sítio Guarani de aproximadamente 500 anos atrás, mapeado nas dunas onde se situa o condomínio Las Acácias. Todos foram devidamente registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN) e, portanto, compõem importantes registros do patrimônio arqueológico brasileiro (BARCELLOS 2019).

Desta forma, através do “Programa Arqueológico de Diagnóstico e Prospecção na região do Pontal da Barra, Pelotas – RS” 24 os pesquisadores elaboraram e apresentaram um mapa com a localização dos 18 sítios arqueológicos identificados pelos trabalhos da equipe do LEPAARQ/UFPEL.

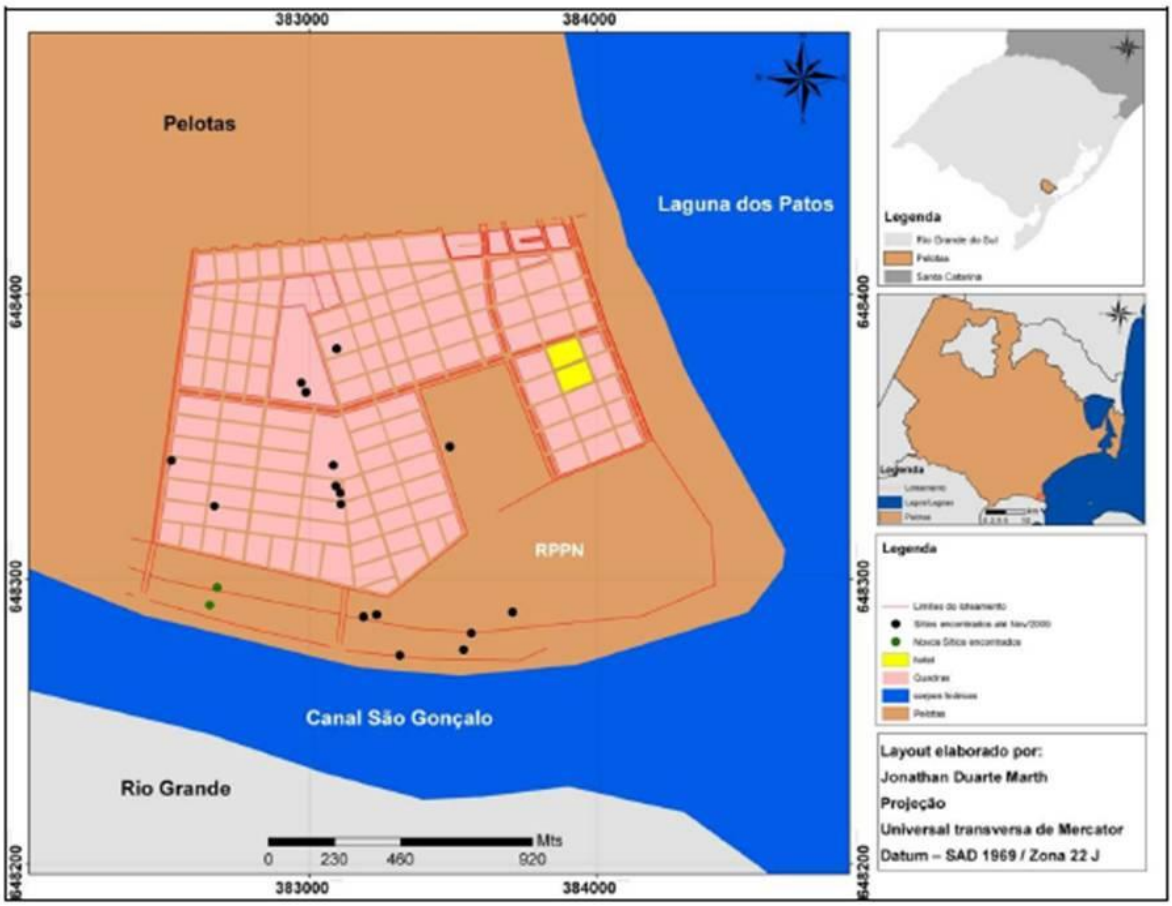

Figura 15. Mapa de implantação da ADA com a localização dos sítios arqueológicos identificados (cerritos) até novembro de 2009 (pontos em preto) e identificados após (pontos em verde). Consta também a localização do hotel que ia ser construído (Hotel Cavalo Verde) na ADA com destaque em amarelo. Fonte: MILHEIRA et al. 2012.

Deste momento iniciaram-se ações em defesa do patrimônio arqueológico então localizado e identificado no banhado do Pontal da Barra, inserindo os sítios arqueológicos, os arqueólogos e estudantes de arqueologia como atores sociais na paisagem.

Com a identificação dos sítios arqueológicos e as atividades dos trabalhos de campo foram realizadas ações junto à comunidade local entre 2006 e 2007:

> “ Buscou-se assim diagnosticar o potencial arqueológico da área, conhecer os anseios públicos sobre este patrimônio e salvaguardar os sítios arqueológicos em perigo, em razão das mais variadas ações antrópicas. Entre as causas da degradação dos cerritos, poderíamos enumerar a eminente construção e ampliação do loteamento Valverde e a depredação dos sítios para comercialização da terra, rica em material orgânico que compõe o solo dos cerritos, bastante utilizada em jardinagem, principalmente no período de verão por moradores dos balneários do município.” (CERQUEIRA, MILHEIRA e ALVES, 2009, pág. 2).

No Pontal da Barra também foi desenvolvido o projeto de extensão intitulado “Arqueologia, Educação Patrimonial e História Indígena em Pelotas”, ligado ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas- LEPAARQ/UFPEL, trabalho que, através de diferentes abordagens em ações educativas, teve como objetivo a socialização do conhecimento gerado pelas pesquisas arqueológicas sobre populações indígenas sul-americanas (MILHEIRA e OLIVEIRA, 2019).

Figura 16. Mediação no cerrito PSG-03 do Pontal da Barra em Pelotas-RS, com estudantes do Curso Popular UP LECA/FURG. Fonte: MILHEIRA e OLIVEIRA, 2019.

Com o estudo realizado foi possível registrar o potencial do Pontal da Barra e avaliar o impacto arqueológico e ambiental a que o Pontal da Barra estava sujeito com a construção do loteamento. Ficou evidente com este estudo que aqueles sítios localizados mais próximos de onde já existe a urbanização do bairro Valverde estavam mais impactados, devido às atividades de exploração dos cerritos para retirada de terra preta e minhocas. Alguns moradores do bairro Valverde vinham explorando e consequentemente destruindo os sítios arqueológicos para comercialização irregular do sedimento de composição orgânica e húmica para plantas ornamentais, hortas e outros (MILHEIRA, 2015).

Desta forma foram definidas condicionantes para a proteção dos sítios arqueológicos:

> “Como forma de minimizar o impacto e resguardar, pelo menos, os sítios arqueológicos, naquele momento foi sugerido ao IPHAN uma série de condicionantes para o desenvolvimento do empreendimento. Essas sugestões foram acatadas pelo instituto, que, por sua vez, obrigou os

> empreendedores a realização de atividades de: cercamento e sinalização dos sítios arqueológicos; monitoramento arqueológico em todas as etapas das obras do empreendimento; atividades de educação patrimonial; resgate arqueológico dos sítios (MILHEIRA, 2015, pág. 30)."

A atuação dos arqueólogos e a existência de sítios arqueológicos no Pontal da Barra teve um papel muito importante para as decisões e resultados nos conflitos do Pontal da Barra. O estudo considerou o caso do Pontal da Barra como um contexto singular, ainda se apresentava como uma área bastante conservada, com os sítios conglomerados, numa área circunscrita, de altíssimo potencial de pesquisa científica. Os sítios arqueológicos são atores sociais que, somados à outros não humanos, definiram o desfecho das medidas de preservação do Pontal da Barra:

> "Os cerritos só podem ser entendidos em sua totalidade se forem preservadas as suas características paisagísticas e ambientais. A paisagem cultural circundante aos cerritos faz parte do contexto arqueológico. É imprescindível que o banhado e suas características de fauna e flora sejam preservados para que se possa entender sua relação com o ambiente ao seu redor. Se os cerritos forem apenas preservados, cercados, ficando como "ilhas" isoladas em meio a casas e ruas, serão perdidos muitos aspectos bióticos, limitando e impedindo o entendimento das sociedades que os construíram, como é o caso dos micro relevos nos entornos dos cerritos e das estruturas (caminhos e trilhas), que denotam a conexão entre os mesmos, consolidando, do ponto de vista arqueológico, possíveis comunidades indígenas pré-coloniais (MILHEIRA, 2015, pág. 35)."

Os estudos arqueológicos realizados no Pontal da Barra foram enfáticos para a preservação da paisagem cultural e de seus atributos históricos e ambientais, considerando o lugar como um museu à céu aberto, onde deveria ser compreendido também como um laboratório de pesquisa, extensão e ensino (MILHEIRA, 2015). O caráter singular dos cerritos identificados no Pontal da Barra foi um dado crucial no desenrolar do emaranhado dos conflitos sobre a preservação do lugar, a agência dos sítios arqueológicos foram determinantes no contexto dos conflitos:

> "O conjunto de cerritos que compõe essa Paisagem Cultural do Pontal da Barra é um fenômeno único no sul do Estado do Rio Grande do Sul. São encontrados cerritos em outros municípios do Estado, como Camaquã (RÜTSCHILLING 1989), Rio Grande (NAUE 1970, SCHMITZ 1976), Santa Vitória do Palmar (SCHMITZ, GIRELLI, ROSA 1997), Pedro Osório, Jaguarão (PEREIRA 2008) e Herval (COPÉ 1991), porém, devido ao uso intensivo do solo pela agricultura e de outros fatores antrópicos modernos, boa parte dos cerritos que outrora compunham grandes aglomerados, hoje em dia, encontra-se isolada na paisagem, distando alguns quilômetros uns dos outros em alguns contextos (MILHEIRA, 2015, pág. 33 e 34)."

3. A experiência de campo e os atores sociais: o convergir, o divergir e o entrelaçar dos discursos

No decorrer do processo de pesquisa todo o emaranhado de relações e significâncias são desenrolados e eventualmente enrolados, é comum se deparar com contextos sensíveis, através dos diálogos e entrevistas são partilhadas as situações, preocupações e as realidades dos atores sociais. Realidades diferentes, política e poder econômico expõe a complexidade dessas relações com a paisagem, deixando evidente a diversidade de discursos e os diferentes conceitos sobre os patrimônios.

Além disso, o conhecimento e os conceitos sobre o patrimônio são apresentados através de diferentes experiências e olhares, o desenrolar do processo de pesquisa envolveu múltiplos atores, com interesses e anseios diferenciados. Para alguns entrevistados são memórias de desafios que envolveram muitos esforços em prol da preservação dos patrimônios no Pontal da Barra, muitos anos dedicados à pesquisa e ações sociais. Ainda há discursos que são essencialmente capitais e desenvolvimentistas. Outros entrevistados ainda relacionam com seu próprio cotidiano, sobre sua relação como morador dentro de uma comunidade, seus medos, desafios e sua sobrevivência. Essas relações são fluídas, em um emaranhado carregado de diferentes significados que transborda os conceitos de grupos de entrevistados estabelecidos para o estudo[8].

A autora Cilcair Andrade (ANDRADE 2019) enfatiza a importância de estabelecer relações entre os diferentes atores, ampliar o conhecimento construído em torno do Patrimônio que precisa estar cercado de noções ligadas à sua existência, às discussões sobre sua permanência, proteção, valorização, divulgação e atributos legais em torno de sua preservação. Nessa perspectiva, o conhecimento é construído não apenas nas relações de troca entre espaços e/ou sujeitos, objetos e/ou sujeitos, práticas e/ou sujeitos, mas principalmente por meio dos saberes que se cruzam pelo compartilhamento.

Registramos os discursos através de entrevistas com variados atores que diretamente atuam na configuração das causas e desdobramentos dos conflitos no

[8] Os atores sociais permeiam nas classificações prévias de relação com a paisagem cultural, atores da comunidade acadêmica possuem relação familiar com a comunidade de pesca e carregam significação dessa relação com o lugar, assim como os movimentos ambientais, a mídia e os poderes públicos possuem representações na comunidade de moradores, deixando evidente essa liquidez de relação com o Pontal da Barra.

Pontal da Barra. Nos primeiros 24 meses do estudo as atividades presenciais foram adiadas devido ao contexto pandêmico. As entrevistas realizadas até este momento da pesquisa foram remotas (pela plataforma Webconf da UFPEL, documentadas em áudio/vídeo e transcritas).

As entrevistas foram orientadas por um roteiro com questões focadas na perspectiva dos entrevistados sobre seu conceito e a sua relação com o lugar Pontal da Barra, sobre o que é importante preservar e estudar, ações e responsabilidades, enfocando na história dos conflitos e na sua relevância. O roteiro serve apenas como suporte para o desenvolvimento da conversa, oportunizando uma narrativa aberta e subjetiva.

Com o avanço da vacinação realizamos as entrevistas presenciais, mantendo as regras sanitárias necessárias. Os entrevistados foram:

1. Sr. Antônio Carlos Soler, Presidente do FDAM;
2. Sra. Silvia Barcellos (UFPel);
3. Sr.Giovanni Nachtigall Maurício (CIM/UFPel);
4. Sr. Marcelo Dutra da Silva (IO/FURG);
5. Sr. Matheus Volcan (IPPAMPA);
6. Sr. Adriano Luís Heck Simon (ICH/UFPel);
7. Sr. Aluísio Gomes Alves (UFPel);
8. Sra. Arlene da Silveira Guedes, moradora do Laranjal (contexto da Granja Santa Helena);
9. Sra. Tereza moradora do Laranjal (contexto da Granja Santa Helena);
10. Sr. Daniel Moreira, morador e proprietário de área ambiental em proteção do Laranjal;
11. Sra. Stela Mari Nesello, representando o Instituto Tupauhe;
12. Sr. Paulo Ricardo Faraco, representando o Instituto Tupauhe;
13. Sr. Fabiano de Marco, empresário do ramo imobiliário;
15. Sr. Diogo Cassal, jornalista do Jornal do Laranjal;
16. Sra. Verônica Caldeira Leite Christino (PROPLAN/UFPel);
17. Sr. Paulo Otávio Pinho, jornalista da Zero Hora;
18. Sr. Augusto Girão (Guto), morador do Laranjal, artesão ceramista e dono da Trilhas do Barro Duro, no Balneário dos Prazeres;

20. Sra. Rosa Maria Koklin, moradora da comunidade pesqueira do Pontal da Barra;

21. Sr. Antônio Carlos Vargas Borges, morador da comunidade pesqueira do Pontal da Barra;

22. Sr. Jorge Luiz Lopes, morador da comunidade pesqueira do Pontal da Barra;

23. Sr. Gabriel Barcelos de Paula, morador da comunidade pesqueira do Pontal da Barra;

24. Sr. Rubimar Rodrigues Medeiros (Tarzan), morador da comunidade do Barro Duro;

25. Sr. Joabe Bohns, presidente da Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro Brasileiro;

26. Alunos e professores do SESC (atividade “Arqueologia Colaborativa e Comunitária: o contexto da Comunidade do Barro Duro”).

As entrevistas foram classificadas como: comunidade acadêmica, comunidade não acadêmica (moradores e pescadores tradicionais), a mídia local, empresas do ramo imobiliário (empreendedores) e outros contextos específicos (Instituto Tupauhe, atividades desenvolvidas com a comunidade no Barro Duro, etc.). A classificação é um primeiro norteador sobre a atuação dos entrevistados na paisagem, uma primeira relação prévia estabelecida com os conflitos, a paisagem e conceitos sobre os patrimônios. Todavia, essas relações são múltiplas e fluídas, os interlocutores permeiam por mais de uma tentativa de classificação, estabelecendo mais de uma relação e/ou atuação na paisagem.

Além das entrevistas analisamos os discursos registrados através da Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023, discursos esses dos moradores mais antigos da Vila da Barra:

27. Sr. Cláudio Antônio Nizola, morador da Vila da Barra, conhecido por “Macaco”;

28. Flávio Bous, morador da Vila da Barra;

29. Sra. Célia Carvalho, moradora da Vila da Barra;

30. Sra. Marilanda Fonseca, moradora da Vila da Barra, conhecida como “Preta”;

31. Vereador Ireno “Xuxa”, morador da Vila da Barra;

32. Sra. Beatriz Farias, moradora da Vila da Barra;
33. Sr. Carlos Eduardo Vaz, morador da Vila da Barra;
34. Sr. Nathaniel Machado, morador da Vila da Barra;
35. Sra.Yasmim Silva, moradora da Vila da Barra;
36. Sr. João Carlos Fonseca, morador da Vila da Barra;
37. Sr. Cláudia Mesquita, moradora da Vila da Barra;
38. Sr. Orlando Mendes, morador da Vila da Barra;
39. Sra. Fabiane Fonseca, cientista e moradora da Vila da Barra;
40. Sr. Orlando, morador da Vila da Barra;
41. Presidente da colônia de pesca Sérgio Duarte;
42. Vereador Jurandir;
43. Vereadora Fernanda Martins;
44. Vereadora Mirian.

3.1 Entrevistas com a comunidade acadêmica: pesquisa e preservação

As entrevistas realizadas com os profissionais do âmbito acadêmico que atuaram em pesquisas no Pontal da Barra deixam evidente uma preocupação latente com a preservação do banhado do Pontal, principalmente pela perda irrecuperável de toda biodiversidade e, com maior atenção, às espécies endêmicas ao contexto ambiental.

O Pontal da Barra é referenciado como um “laboratório a céu aberto”, um espaço de múltiplas possibilidades de promover aprendizado, onde muitas espécies (animais e vegetais) continuam sendo identificadas e catalogadas.

Alguns discursos que registramos explicitam as relações estabelecidas com o Pontal da Barra, estas transbordam o caráter científico e preservacionista. Os conflitos no Pontal da Barra extrapolam o próprio lugar denominado Pontal, refletindo sobre outros conflitos socioambientais na região de Pelotas. O descaso de órgãos públicos para as áreas úmidas no município é uma constante preocupação, essas áreas são consideradas um “flanco aberto” para total indiferença. O banhado muitas vezes é concebido como um lugar de “desperdício de espaço” para parte da população, com descarte constante de detritos. Uma série de conflitos ambientais na região são relacionados com os conflitos do Pontal da Barra, como a preservação das dunas (Las Acácias), a preservação da Mata do Totó e algumas áreas baixas do canal São

Gonçalo (que estão sendo cogitados para futuros empreendimentos imobiliários). A região do município vizinho (Rio Grande) é mencionada como um cenário que se configura da mesma forma, com banhados de água salgada (marismas) também muito importantes e mostrando a necessidade, assim como em Pelotas, de políticas públicas de preservação e ações de educação ambiental.

O histórico de conflitos no Pontal tem um caráter simbólico de resistência e luta. O caso do Pontal da Barra é icônico sobre a relação das pessoas com o meio ambiente e com o patrimônio, principalmente para construção de políticas públicas ambientais para a região.

Para os cientistas do meio acadêmico essa relação transpassa através das instituições, universidades onde seus estudos são desenvolvidos. Todavia essa relação é fluída, em alguns casos esses pesquisadores também foram ou são moradores do Laranjal, e compartilham olhares muito próprios sobre a paisagem.

A entrevista com o pesquisador Dr. Giovanni Nachtigall Maurício (CIM/UFPel) evidencia uma relação que transborda sua atuação como cientista na paisagem. Ele desenvolveu trabalhos de campo na região do Pontal da Barra entre 1987 e 2016 que, somados a outras produções bibliográficas, permitiram justificar a criação de uma Unidade de Conservação:

> "… eu diria, até, que é uma relação de ancestralidade, eu tenho estudado bastante as ideias dos povos originais da América do Sul, através de muita gente boa assim, muito profunda como Davi Kopenawa, Ailton Krenak, Daniel Munduruku e outros tantos, a Márcia Kambeba, a própria Sônia Guajajara (…) desde os 4, 5 anos de idade eu saía ali pelos fundos, umidade, rua de chão batido, eu muitas vezes me juntava com meu vizinhos, meus amigos assim, a gurizada (…) acho que eu tinha 5 anos a primeira vez que eu fui à beira do banhado, que eu vi uma areia amarela, uma areia de duna sendo despejada, uma areia de duna dentro do banhado, em seguida eu aprendi que aquela areia vinha das próprias dunas do Laranjal, nos caminhões, no final da década de 70, para aterrar o banhado. E eu me lembro andando naqueles campos, aquela imensidão dos Campos e uma lebre saiu correndo, até hoje eu me lembro da lebre. Eu tinha 5 anos. E aí em seguida começou uma relação com aquela área, 6 anos eu já estava andando lá pro meio (…) eu comecei uma amizade muito grande com uma figueira, eU chamava de "minha figueira", ali perto da casa do Paulo Abel, já indo ali para o que seria o Pontal, aí eu subia na figueira, aquela relação virou, uma relação assim, de origem mesmo né, aquele era meu chão, aí com 8 anos eu decidi, que eu ia fazer alguma coisa, que eu sabia que a exploração do Laranjal ia para lá. (informação verbal)"

Motivado por uma relação construída com o Pontal da Barra desde muito jovem o professor Giovanni é um importante ator social nos conflitos em prol da preservação do banhado do Pontal da Barra. Para o entrevistado a importância do Pontal da Barra

é simbólica e vital, é preciso ter sensibilidade para ver que ele é fonte de vida e um lugar sagrado. Ele estabelece a conexão do lugar com o canal de São Gonçalo, Lagoa dos Patos e o Arroio Pelotas:

> “Agora, tentando olhar da perspectiva de gente dali, eu já fui pescador-coletor, eu já pesquei peixe para comer em casa, no contrário, eu já coletei frutos e coisas para comer, assim, como o povo tradicional de uma área. E eu te diria, assim, que o mais importante é a própria dinâmica do banhado, é a própria presença daquele... fonte de vida, assim, né? Um berçário, um lugar... sagrado, digamos assim, por ser um berçário, né? Todo mundo sabe que os banhados são áreas de reprodução de peixes, então eu te digo que é um lugar que te abastece, que te dá segurança, entende? Não é um lugar, digamos assim, só romântico, ah, que bonitos os bichos, e também não é só um lugar de... de deleite científico, de interesse na pesquisa científica, também é um lugar que te fornece condições de viver, porque quanta gente pescava lá, e eu pescava, e é um lugar que prove, vamos dizer assim, é um provedor de... de vida e de... e de até alimentos, vamos dizer assim. Então, nesse sentido, eu tentaria te resumir que o... que o Pontal da Barra seria um... uma fonte de... de tudo. É um lugar fonte, assim. Claro que não sozinho, né? A gente sabe que São Gonçalo, a relação da Lagoa dos Patos, São Gonçalo, o próprio Arroio Pelotas, tudo interage, nada está sozinho. Mas é um... eu te diria assim que, desde guri, quando eu via aquele banhado, quando secava o banhado, eu via aquele monte de peixe morto, siri, entrava, assim, eu digo, meu Deus, que lugar abençoado, entra tudo que é bicharada para reproduzir aqui dentro, e a gente não vê e não dá valor, né? Então, é um lugar... É explícito, né? O valor dele está explícito, é só você ter sensibilidade para olhar.” (informação oral)

Sua atenção e preocupação se estende à margem oposta, no município de Rio Grande, na localidade chamada “Barra Falsa”, onde ele tem atuado também como pesquisador. Para o Sr. Giovanni é inquestionável a importância das áreas de banhados na região, mas os discursos sobre a questão muitas vezes divergem e polemizam o desfecho das ações institucionais sobre a preservação da paisagem:

> “a partir dessa leitura que eu faço do banhado em si, e ele se justifica como uma, como um ente sagrado digno de existência, né, isso se contrapõe o que a FEPAM fez, quando a gente disse que era banhado, a gente descobriu que o loteamento do Pontal da Barra foi liberado boa parte que era o banhadão era um campo limpo ou campo inundável a gente ficou muito ofendido, era um banhadaço cheio de peixe, como era um isso tudo era um campo limpo? Isso tudo está no alto desses processos aí a gente vê as contradições, porque, dessas decisões toda né, de toda discussão, fizemos todo o movimento de toda essa discussão não foi possível tapar o sol com a peneira, aí veio uma equipe de zoobotânica, que era um banhado grosso coisa e tal, não me contrapondo ao órgão, o relato e licenciamento ambiental e então o laudo da isso gerou esse desconforto em todo mundo, que que houve, alguém está nos enganando, alguém está sendo enganado, isso até hoje a gente sabe disso, que a FEPAM ela busca se proteger suas decisões não voltar nas suas decisões para não mostrar suas fragilidades (..) Admitir o erro geraria até um problema jurídico até um enfraquecimento jurídico Isso dá, digamos assim, uma puxada de tapete na gente, no sentido que mostra o que é a realidade que é o Brasil (…) entra naquela melosidade fria e distante da

> burocracia entende, de pessoas que nem vieram ver o banhado e decidiram pelo fim dele…" (informação verbal)

A entrevista com o pesquisador Marcelo Dutra da Silva (IO/FURG) corrobora com o discurso do pesquisador Giovanni Nachtigall sobre a importância da preservação da paisagem, em especial o banhado do Pontal. Marcelo Dutra reforça as pesquisas realizadas todos esses anos fundamenta a justificativa de preservação. O entrevistado ainda argumenta que o processo de edificação da região é inevitável, sendo necessário que os olhares e interesses se convirjam:

> "...já que nós temos todas as justificativas do mundo né, para que aquele espaço se torna um espaço de preservação acho que tem que haver um esforço, talvez um esforço assim sobrenatural, das pessoas que tem interesse na conservação, que tem um interesse econômico, um que tem interesse social, a única coisa que pode daqui pra frente construir, construir o que é necessário para aquelas pessoas que estão lá, que fazem parte de uma comunidade tradicional de pescadores, enfim, precisa também ter regras porque se aquele espaço lá crescer e se tornar um grande espaço urbano vai quebrar essa idéia, né, não poderá tem que ser atendido, assistido, (...) obviamente o acesso tem que ser garantido, ser seguro e o espaço tem que receber as melhorias necessárias, mas para isso seja alcançado, para que a gente possa colocar as regras no jogo no processo de edificação, porque o processo de edificação ele continuará acontecendo, o crescimento da cidade continuará acontecendo, então sem a gente ter a Unidade de Conservação estabelecida, isto é, sua poligonal decretada e sua zona de amortecimento, sem isso nós não vamos conseguir dar o próximo passo...(informação verbal)"

O pesquisador Marcelo Dutra defende que a criação da Unidade de Conservação no Pontal de Barra é crucial para que se estabeleçam regras para preservação do patrimônio local frente ao avanço imobiliário na região.

Ele ainda aponta que a presença humana sempre fez parte da paisagem no passado e presente e que a comunidade de pescadores é parte da paisagem, passível de proteção e preservação:

> "todo pensamento de criação de Unidade de Conservação naquela região deve ser pensada né em conjunto com aquela comunidade que está ali né, fazem parte daquele cenário que existe ali, obviamente que tem que ter um regramento, tem que ter um zoneamento, aquela área não pode ser mais perdida, não pode se avançar no que tem de construções ali, mas é uma comunidade tradicional daquela região também, e o banhado tem o seu papel...(informação verbal)".

O pesquisador Adriano Luís Heck Simon (ICH/UFPel) converge com os discursos que defendem o Pontal da Barra como um grande laboratório de estudos, um espaço para desenvolver pesquisas em várias áreas, principalmente estudos

sobre a relação entre sociedade e natureza. O entrevistado enfatiza a importância de preservar todo o contexto da paisagem:

> "Acredito que o Pontal da barra é um laboratório didático excelente para compreender relações atuais e pretéritas entre sociedade e natureza. Porque as alterações oriundas dessa relação, elas estão presente, presentes quase que em tempo é em tempo é normal. Em tempo em tempo real. Eu digo, não é. Ou seja, os alunos, eles conseguem. É depois de um ano verificar mudanças que ocorrem nesse setor, mudanças vinculadas a todo tipo de ocupação e isso tem feito com que anualmente, o Pontal da barra, junto com a praia do Laranjal, seja um laboratório ou um recorte utilizado para trabalhos de campo."

Silvia Carla Bauer Barcellos (PROPLAN/UFPel) foi a organizadora do relatório entregue à prefeitura de Pelotas intitulado "Fundamentação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas, RS". Para a entrevistada todo o processo foi um grande esforço por parte de vários profissionais sensibilizados com a importância do Pontal da Barra:

> "Eu tive acesso ao relatório e realmente é visível a preocupação de uma construção interdisciplinar com a colaboração de várias outras pessoas e pensando a questão do Pontal em várias perspectivas. Por isso que ele é tão completo no objetivo dele, né? De vários profissionais que trabalham para a mesma questão, por é importante preservar, estudar e fazer a unidade de conservação da realidade tornar ali no Pontal todos os profissionais que trabalham para a mesma questão. Procurar em outras pessoas das suas áreas e contestar isso mostra que, na verdade, está muito bem embasado, muito bem construído, a, a proposta de que uma unidade de conservação é uma ideia de necessidade ali no Pontal da barra, né? (informação verbal)"

O entrevistado Aluísio Gomes Alves (UFPel) foi um dos pesquisadores que desenvolveu os estudos arqueológicos no Pontal da Barra. Para o pesquisador a atuação da Arqueologia foi muito importante para o desenrolar dos conflitos sobre a preservação do banhado do Pontal:

> "É em relação aos seus conflitos ali do local sempre existiu assim. Que são anteriores à pesquisa arqueológica, né? (…) E começam ainda nos anos 90. Porque sonhos para licenciamento, por causa do tempo que eles querem fazer algo ali, não. Caminho de hotel, estrada por aquela. Pela margem do São Gonçalo, não é? Então tem tudo isso. (...) Inclusive que esse processo nessa época que, se não me engano. E os empreendedores acabaram ganhando. E aí tinha discussões, inclusive, sobre as rubricas de quem assinou. (...) De tentar contribuir de alguma forma, e. Um dos argumentos que depois acabou gerando o processo está procuradoria da República por justamente é o sítio arqueológico, né? Porque uma vez o processo na parte ambiental tá é. Já. Precisava de novos elementos para reabrir o processo de rediscutir ali. A proteção no local e arqueologia acabou. Isso é uma das formas de subsidiar, não é esse. De material e, fazendo elementos novos para. Pra reabrindo ali. Função, uma vez que nunca tinha sido feita dentro dos processos de licenciamento, licenciamento para o arqueológico. Isso acabou fazendo. (…) O papel da arqueologia ali dos arqueólogos. A acabou

> sendo que direcionou, determinou o desfecho curto, esses conflitos na naquele momento.” (informação verbal)

O pesquisador enfatiza o caráter único e complexo da paisagem, onde os conflitos exacerbam as questões de cunho ambiental e arqueológico e extravasam para outras questões sociais no contexto. Para Aluísio é mais que uma questão burocrática, mas uma complexa rede de outros conflitos sociais envolvidos:

> “Esse tipo de conflito envolve coisas mais amplas do que simplesmente o cumprimento da legislação ambiental, etc. É algo complexo, assim, porque o impacto tanto ambiental quanto arqueológico está envolvido também não só com o empreendedor em si, mas está envolvido também com o contexto de pessoas que têm certa condição de vida. Ou seja, a desigualdade acaba também gerando que as pessoas acabem fazendo intervenções no meio ambiente, no espaço específico do pontal, de forma a degradar os sítios. Tirar a terra, por exemplo, para vender para jardinário. Ao mesmo tempo, tem ocupações irregulares, que acontecem desde muito antes. Começou ali com a colônia de pescadores que têm no pontal da barra, depósitos de lixo irregular. E aí a gente presenciou depósitos de lixo irregular de diversas instâncias. O próprio município a gente presenciou correndo o lixo lá, especializados do município. As próprias pessoas. E mais o impacto dos empreendedores, que queriam licenciar de qualquer jeito e tocar o seu empreendimento imobiliário também. Então, é um problema complexo. Os conflitos que estão ali não envolvem só o cobrimento de termos de referência ou ritos burocráticos.’’ (informação verbal)

3.2 Entrevistas com moradores e pescadores tradicionais: desenvolvimento para quem?

Para os moradores que dependem da pesca artesanal a situação é muito delicada, as comunidades apresentam muitos contextos de vulnerabilidade social, os pescadores tradicionais são os atores sociais que estão inseridos no centro dos conflitos, pois todos os caminhos e decisões tomadas definirão seu modo de vida, permanência e até existência como comunidade. Para tanto, enfatizamos a importância de registrar os discursos dos moradores (em destaque das comunidades de pescadores) sobre os conflitos que envolvem sua relação individual e comunitária com o Pontal da Barra.

A abordagem junto à comunidade de pescadores no Pontal da Barra, as observações e diálogos acontecem através do comércio local, onde restaurantes, pequenos mercados e peixarias são espaços receptivos (principalmente pelo comércio de pescado nos fins de semana). O estudo em campo deteve-se basicamente em dois espaços, as comunidades de pescadores (espaço que compõe construções para exploração da pesca sazonalmente e de moradias também de

caráter permanente) e os moradores do bairro Laranjal (principalmente a área que circunda a comunidade que é parcialmente invadida pelas construções na comunidade e que se estende pelas margens da Laguna dos Patos). As maiores concentrações de áreas de atividades são nas margens da Laguna em toda sua extensão do balneário do Laranjal, com intensa atuação das rotinas de pesca.

A comunidade de pescadores do Pontal da Barra tem graves problemas de infraestrutura e a preocupação com a violência e os assaltos é uma constante, por isso “pessoas de fora” algumas vezes são recebidas com estranheza e até uma certa desconfiança.

Nas primeiras abordagens os atores masculinos da comunidade resistem em manter diálogos mais longos com uma interlocutora, e as conversas são encaminhadas para as mulheres (mães e filhas) que muitas vezes estão à frente dos pequenos comércios locais. Justificando que elas “gostam de falar mais” (provavelmente indicando um desconforto de gênero) são as mulheres que se tornam importantes interlocutoras do estudo nas primeiras abordagens dentro da comunidade de pescadores tradicionais no Pontal da Barra.

Dona Rosa Maria Kloglin é uma das entrevistadas que exemplifica essa atuação das mulheres na comunidade. Ela é moradora a 42 anos no Pontal da Barra, atende e administra o mercado da família. Enquanto Dona Rosa está à frente do comércio, o marido e filhos descansam após as rotinas da pesca, todos os componentes masculinos da família são de pescadores. Além de itens alimentares básicos para a comunidade, Dona Rosa comercializa equipamentos de pesca (anzóis, bóias, redes) e deixa evidente na sua conversa a importância da pesca para sua família. Segundo Dona Rosa a atividade é o que estabelece a base das relações e da permanência dela e de sua família no lugar.

Figura 17. Entrevista com a Sra. Rosa Maria Koglin (moradora a 42 anos no Pontal da Barra) no seu comércio dentro da comunidade tradicional de pescadores da Vila da Barra. Fonte: arquivo fotográfico da autora.

O banhado do Pontal é ocupado parcialmente pela a comunidade de pescadores para moradia (sazonal para pesca e/ou permanente). Muitas construções são feitas com madeira e os fundos das construções (área do banhado) é utilizada para descarte. As construções margeando a laguna geralmente possuem um trapiche de acesso aos barcos, enquanto que as casas dentro da área de banhado são elevadas por estruturas de madeira.

A relação com a pesca é a relação de maior importância com a paisagem apontada nas entrevistas. Mas o protagonismo e a preservação do banhado é um tema polêmico. O Sr. Antônio Carlos Vargas Borges, pescador a mais de 10 anos no Pontal da Barra, acredita que o aterramento do banhado pode melhorar a condição de vida na comunidade. Com o acesso difícil para os carros até o Pontal da Barra, o comércio de peixe e crustáceos é prejudicado. O Sr. Antônio argumenta o banhado é apenas um entrave no desenvolvimento da comunidade. Ele acredita que tudo devia ser aterrado e que estradas deviam ser construídas:

> "...sabe o que eles deviam fazer? Pegar esse banhado aí e tapar ele todo. Só para criar cobra que presta, aí não tem nada.(…) eles tem que preservar a Amazônia, esses lugar (…) aqui não precisa, ó, aterrasse aqui, deixasse só aquele mato lá, ó, aquele mato, aterrasse tudo aí, aterrasse tudo, e fizesse, mas um aterro orgânico, e fizesse um canalzão no meio, ó, esse aqui é a divisão de vocês, vocês ficam aí (…) para escoar a água, que a água entrava num lado e saía no outro… (informação verbal)"

Figura 18. Entrevista com o Sr. Antônio Carlos Vargas Borges, pescador do Pontal da Barra, durante as atividades de conserto das redes de pesca. Fonte: arquivo fotográfico da autora.

O Sr. Jorge Luiz Lopes é pescador a mais de 35 anos no Pontal da Barra e considera o lugar muito melhor para viver que na cidade. O entrevistado argumenta que renda “vem da água”, então sua relação parte da pesca, do peixe, tudo é relacionado com a água. O Sr. Jorge justifica que é uma “grande família” onde ele se sente protegido, apesar da falta de estrutura na comunidade. Ele reivindica que administradores da prefeitura cuidem da comunidade. Sobre o banhado o Sr. Jorge conhecia o projeto da Unidade de Conservação porque via as placas informativas, e defende a preservação:

> “...é claro tem que proteger os animal tudo (…) querem fazer essa estrada aí para sair lá em Pelotas lá, de trás aqui, querem tirar o pessoal... “(informação verbal)

Figura 19. Entrevista com o Sr. Jorge Luiz Lopes, pescador do Pontal da Barra. Fonte: arquivo fotográfico da autora.

O discurso do Sr. Gabriel Barcelos de Paula converge com o mesmo olhar sobre o banhado que o Sr. Jorge Luiz Lopes. Para o entrevistado o Pontal da Barra é seu lugar de moradia (o entrevistado também menciona que prefere morar no Pontal que na “cidade”) de onde ele tira o sustento para sua família, onde eles vivem em paz. Novamente a prática da pesca é estabelecida como a relação principal com a paisagem:

> “Eu tinha aqui a relação nossa. A gente mora, né? Moradia, sustento. Família, você tem relação de família aqui, mas a gente mora, o pessoal, vocês, criança. Só.(...) Pra mim? É um pouco de moradia, sabe, sustento para a família. É onde eu tiro esses tempos, tentava mulheres, crianças. Aí aqui eu gosto do campo. O Pontal da Barra pra mim, desculpe, na verdade. É bom de morar. (…) Adoro morar aqui, amo morar aqui, prefiro morar aqui mais tarde. (...) Importante que eu diria na nossa casa, que a gente tem aqui no meu sossego. Todos e sem incomodar. Fazer tudo, né? E teu sustento, a tua família é a pesca. Não é que a relação de tudo não é. Estou dentro de água. (…) Aí a gente fala sobre cuidar o lugar, assim, você sabe o que é que é? Todo tem um banhado grande, não é? A gente fala muito sobre preservar isso, banhado, cuidar desse, banhado cuidar também da das pessoas, né, que fazem parte daqui, não é nosso (informação verbal).”

Figura 20. Entrevista com o Sr. Gabriel Barcelos de Paula, pescador do Pontal da Barra. Fonte: arquivo fotográfico da autora.

O discurso do Sr. Antônio Carlos Vargas Borges dialoga com a postura observada por Ruas (2012), onde moradores da comunidade de pescadores defendem o avanço imobiliário na expectativa de melhorias no comércio local:

> "Um aspecto observado é que, de forma geral, os moradores dessa comunidade não se opõem aos projetos privados existentes para o banhado, muito menos revelam preocupação com a preservação do mesmo. Também, não se opõem à retirada da vila do Trapiche, que está sendo removida para uma periferia na cidade, distante da orla. Com os projetos de revitalização da área e a urbanização do Pontal da Barra, a comunidade espera obter mais lucros por conta do aumento do fluxo de veranistas e turistas" (Ruas, 2012, pág. 98).

Nesse discurso o banhado perde sua relevância como ator social, sobrepondo a importância de outro ator social de vital importância para a comunidade de pescadores: o peixe. Todavia é ignorado a relação de equilíbrio ambiental que é necessária ser estabelecida entre esses dois atores para que a paisagem se mantenha e, consequentemente, a existência do pescado e a prática de pesca.

Nota-se que os discursos dentro das comunidades de pescadores são conflitantes, algumas falas são construídas entrelaçadas sobre outros discursos (empresas, mídia, etc.). Até onde estes discursos são próprios ou influenciados pelos discursos que priorizam o avanço imobiliário na região? Os pescadores estão cientes do papel do banhado para o equilíbrio ambiental e, consequentemente, para a atividade pesqueira e sua sobrevivência como comunidade?

O Sr. Antônio Carlos Vargas Borges não acredita nessa relação e argumenta que o melhor é aterrar o banhado e construir estradas. Já o discurso do Sr. Gabriel

Barcelos de Paula e o Sr. Jorge Luiz Lopes defende a necessidade de preservar o banhado e estabelece essa relação com sua permanência na paisagem.

A preocupação com a sobrevivência através da atividade pesqueira e a dificuldade de acesso à comunidade para o comércio dos pescados potencializam os conflitos, e a promessa de que melhorias estruturais possam acontecer para a comunidade é o principal motivador desses discursos. A falta de estradas trafegáveis até a comunidade limita o comércio, eventualmente só possível ser realizado via barcos. Desta forma, o discurso apresenta o banhado como uma barreira natural para o desenvolvimento capitalista dentro desta perspectiva.

Os debates sobre os conflitos ambientais do Pontal e sobre políticas públicas de preservação na região também acontece em outras comunidades no balneário do Laranjal. Os conflitos envolvem questões atreladas ao desenvolvimento econômico das comunidades do balneário, mas a preocupação é as consequências que este desenvolvimento pode acarretar. Os discursos e debates sobre o Pontal da Barra transbordam o próprio lugar Pontal, e entrelaça com o contexto de outras comunidades.

A entrevista com a Sra. Arlene da Silveira Guedes, professora aposentada, moradora a 30 anos no Laranjal e proprietária de uma casa histórica (Granja Santa Helena), fica evidente a preocupação com o avanço imobiliário na região e suas consequências. Ela conhece alguns estudos sobre a fauna, a flora e arqueológicos que foram realizados na região, e lamenta que com esse avanço a paisagem sofra mudanças e muitos animais desapareçam. Apesar de desconhecer a existência de sítios arqueológicos indígenas na sua propriedade, a Sra. Arlene reconhece potenciais sítios arqueológicos históricos (mencionando construções antigas do balneário) sabe da importância histórica do lugar e se preocupa com a sua preservação:

Figura 21. Figura 22. Entrevista com a Sra. Arlene da Silveira Guedes (contexto da Granja Santa Helena). Na figura da esquerda para a direita: Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira (UFPEL),Thiago G. Andrades (FDAM), Prof. Dr. Gustavo Perreti Wagner (UFPEL) e a Sra. Arlene. Fonte: foto de Thiago G. Andrades (figura à direita), arquivo fotográfico da autora.

O Sr. Daniel Moreira é publicitário e proprietário de uma grande área preservada no Laranjal, uma área de cerca de mais de 200 hectares às margens do São Gonçalo e do Arroio Pelotas. Na entrevista afirma que seu grande sonho é transformar a área em um grande complexo turístico ecologicamente sustentável, onde as pessoas possam admirar as belezas naturais da paisagem. Ele afirma que é muito importante que se mantenha um diálogo entre empreendedores e ambientalistas, que é possível que os discursos se convirjam e se preserve os patrimônios:

> "...eu tenho o sonho de alguma forma conseguir dar um acesso. É gratuito, não é livre para as pessoas que moram aqui. Não é? E Claro que isso exige alguma estrutura. Alguma, não é algo o mínimo de algumas e estrutura com o mínimo de impacto possível, né? Que que respeite as necessidades hídricas e de fauna e de flora do local, né? Que não interfira, que não sejam uma estrutura agressora a isso, mas que que possa conviver, não é? Eu acho, quando as pessoas. Como parte, isso faz parte da tua preocupação no caso, você acredita que é uma área que a gente possa, Ham? De alguma forma usufruir, né? E transformar num espaço de turismo e mas que de uma forma que não haja um impacto que vai mudar o que ele contestou. Ambiental, né? De uma forma pensada, inteligente, o ponto de vista, Ham, de um olhar ambiental sobre o espaço, entendendo o contexto todo. Você acha que é possível os discursos em empreendedores e científicos é de cunho ambiental? Eles podem realmente haver um diálogo entre essas duas abordagens? É isso. Acho importantíssimo. Imprescindível, não é?... (informação verbal)."

3.3 Discursos de moradores da comunidade tradicional de pesca da Vila da Barra e representantes do poder público: Audiência Pública SOS Pontal da Barra, de 17 de novembro de 2023.

A Audiência Pública de 2023 foi um espaço onde alguns dos moradores mais antigos da Vila da Barra estavam reivindicando seus direitos como cidadãos da comunidade tradicional de pesca. Nas narrativas identificamos relações de pertencimento desses atores com a paisagem. Representantes do poder público também estavam participando dos debates e apresentaram suas perspectivas sobre os conflitos.

As narrativas na audiência pública reforçam as preocupações e as relacionalidades observadas nas entrevistas realizadas dentro da comunidade, a forte relação com a paisagem e as questões emergentes que envolvem a sobrevivência através da atividade pesqueira, principalmente pela dificuldade de acesso à comunidade para o comércio dos pescados através da única estrada de acesso para a comunidade de pescadores tradicionais do Pontal da Barra.

Figura 23. Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023. Transmitido pela Rede Câmara municipal. Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=jGK21pgQlBo, acessado em 20 de janeiro de 2024.

Todas as falas são carregadas de emoção e indignação com todos os desafios enfrentados, enfatizando a importância e o direito de manter o modo de vida da comunidade com condições dignas para a atividade pesqueira. Dentre todas as

narrativas a fala do Sr. João Carlos Fonseca se destacou por comover os participantes e enfatizar a forte relação familiar que os atores sociais da comunidade mantém através da pesca, evidenciando sua uma relação de pertencimento à paisagem. O Sr. João Carlos Fonseca enfatiza que a comunidade sofre com o descaso do poder público, que todos os conflitos que acontecerem e acontecem no Pontal da Barra desencadeiam em um crime social contra a comunidade, que estão torturando os moradores da comunidade tradicional de pesca:

> "Então torturando nós. Já imaginou, uma coisa chama de uma coisa, tão procurando, nos então torturando. Isso é tortura que a gente tá passando lá, a gente passa, tem pai chorando sem poder trabalhar, para quem quer vender o peixe e tem criança chorando pedindo aí. E tem criança chorando pedindo leite. Meu Deus do céu (inaudível) criança chorando me ajudar uma criança com 5 anos e o pai chorando impedido de trabalhar e pedindo de comprar leite para eles, comida gente! Isso é tortura. Porque lá no exterior tem cara explodindo e matando. Vocês não param para pensar no Brasil isso aí. Seja rico torturando pobre que quer trabalhar as pessoas perdem as estribeiras, percebendo? Tortura. Crescer vendo desde 5 anos pequenininho, cresce vendo pai chorando. Trabalhar que não pode trabalhar então. Então trabalhar é contra a natureza, então não pode trabalhar. Tem que sair a roubar. Ser político para enfiar a mão no dinheiro dos outros." João Carlos Fonseca, morador da Vila da Barra Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023.

Os discursos expõem tristeza e indignação, deixando evidente que o modo de vida da comunidade de pescadores tradicionais não tem apoio do poder público, principalmente nos momentos de crise e na falta de estrutura básica. Os atores sociais enfatizam que sua relação com a paisagem é a estrutura da sua identidade social, de seu reconhecimento como a sociedade o concebe como ser social. Sr. Nathaniel Machado enfatiza seu papel social como pescador:

> "E é com muita tristeza e insatisfação que eu chego nessa tribuna nessa tarde indignado com a negligência da prefeitura. Porque no tempo de eleição, eles falam em democracia. Democracia é essa que não se tem direito de ir e vir, que democracia que impede de trabalhar que impede de sair da minha casa para comprar comida e que impede a grávida fazer o pré-natal, que direito é esse que eu não tenho mais direito nenhum só agora para ver se ele ver. Casa eu não consigo sair, eu não consigo pagar minhas contas. (...) Eu sou pescador, eu dependo unicamente da Pesca. Eu não tenho nenhum outro fazer. Como é que a gente vai fazer? Nós estamos ficando no limite, porque temos falando, nós estamos falando e não estamos sendo ouvidos, o que que tá acontecendo para a política pessoal?" Nathaniel Machado, morador da Vila da Barra. Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023.

O Sr. Orlando Mendes, também morador da Vila da Barra, converge com o discurso do Sr. Nathaniel, reforça essa posição social como pescador da comunidade. O Sr. Orlando reforça que sua relação com a paisagem vem de gerações. E, como o

discurso dos outros pescadores da comunidade, não se sente ouvido ou atendido pelos poderes públicos:

> “Olá boa tarde a todos, meu nome é Orlando, sou pescador nascido e criado na barra de Pelotas, eu só queria pedir para vocês que a gente não porque ali é o que a gente sabe fazer que nem eu nasci, cresci. Aprendi. Então quer dizer que eu só queria agradecer, como se a gente agradece com quem não faz nada. Eu não estudei muito queria saber. Então, só quero que vocês entendam que a gente não foi para aí ontem, meu avô morou ali meu bisavô, meu pai eu minha filha. Que é isso? Eu que a gente quer nem vou falar porque eu acho que a gente não tá sendo ouvido. Então, só queria agradecer por nada. Muito obrigado.” Orlando Mendes, morador da Vila da Barra, Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023.

Sra. Marilanda Fonseca (conhecida como Preta) discursa sobre como a comunidade tradicional de pescadores é negligenciada pelo poder público por ser considerada dentro de uma área de risco:

> “Oi, bom dia, gente com todo mundo me conhece eu sou a preta eu tenho 37 anos, nasci e cresci na barra fica muito chateada. Quando eu escuto a palavra área de risco, como pescador tivesse medo da água, a gente vai para casa a gente vamos então tem que parar de ver a gente como área de risco. O que é isso que tá pegando, de arrumar um pequeno pedacinho de estrada. Se arruma em qualquer lugar, dá um exemplo. A gente tá 69 dias sem entrada aqui (…)” Marilanda Fonseca, moradora da Vila da Barra. Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023.

O sr. Ireno, conhecido como vereador Xuxa, é morador a 25 anos na Vila da Barra e um representante político local. Seu discurso é enfático sobre o descaso com as pessoas da comunidade tradicional de pesca, dualizando com a importância dada à questão ambiental, argumentando que o poder público dá mais atenção à preservação da fauna do que das necessidades da comunidade:

> “Morador a 25 anos, vivo da pesca como os demais. Eu vim aqui. Para fazer contenção da Barra. Por que dizem que tem um bicho ali, que é que escreve preservar, a gente que mora não quer conservar? Nós que é morador a gente quer conservar. Mas para conservar tem teu apoio político. Contenção porque cada vez que dá um vento desses 30 a 40 m some dá uma olhada. Aí o político quando quer o teu voto eles vão lá (...) 7 anos não vai ter mais banhado não vai ter mais aquela coisa ali, moradores da praia que tem muito bem de vida com a água invade a casa dele. Quem é o pescador que morava na Barra na verdade não foi o pescador? Esses políticos do meio ambiente que eu fui não eu não é a primeira vez que eu venho aqui na audiência pública. E toda vez a mesma história. Quando precisam estão lá. Comer pastel lá na Barra, já foi, não foi? Agora a senhora vai lá? Agora não agora não. Mas não apoiou. Hoje eu fiz também não precisa ir lá. Você não reconhece. Tem que dar valor a isso. (…) Agora a prefeita botou a luz pública. Aí junto aqui só quer ir para que aconteçam para proteger a barra, proteger a base, proteger o meio ambiente.” Ireno (Xuxa), morador da Vila da Barra e vereador, Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023.

Os vereadores que participam da Audiência Pública se mostram solidários com a causa dos moradores da comunidade tradicional de pesca do Pontal da Barra, o discurso do vereador Jurandir, da vereadora Fernanda Martins e da vereadora Mirian são de apoio e indignação com o descaso do poder público com a comunidade. O debate se estabelece nas importâncias do que deve ser protegido e no respeito aos moradores, sobre como esse descaso é um processo de “apagamento histórico”. Cobram resposta dos poderes públicos. A vereadora Fernanda reforça a emergência de ações na comunidade a partir das falas dos moradores:

> “...gente tá aqui com a comunidade e a registrar que é uma falta de respeito da prefeitura não manda nenhum representante na verdade, não é falta de respeito cumprir o projeto que eles querem para a comunidade da Barra, infelizmente a palavras do Seu Fonseca dói nos nossos ouvidos, mas dói mais a vida das pessoas que estão lá (…)Vai ser sim a prefeitura a Prefeitura Municipal de Pelotas que não estão dando nenhuma resposta da cidade que só sabe dizer que não tem dinheiro, mas não tem dinheiro para o rico tem? (…) Mande agora para o pobre que não é fácil ficar passando por isso aqui tem passado pelo apagamento histórico...” Vereadora Fernanda, Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023.

Os discursos dos moradores na audiência convergem na emergente legitimação do uso do espaço como território tradicional de pesca, reivindicando seus direitos ao modo de vida com condições dignas. A Sra. Fabiana Fonseca, moradora da Vila da Barra e cientista, defende essa perspectiva e reforça a situação da comunidade:

> “A barra é uma comunidade tradicional de pesca. Eu queria explicar o que significa uma comunidade tradicional. Como indígenas, quilombolas, ciganos e pescadores. Precisam do local (...) não é na zona de risco! Não é uma ocupação irregular que está dentro da lei para identificar como acessar, tem direito de morar. Nós também temos. São comunidades que dependem do território. São comunidades que tem uma dependência de relação com a natureza com o território. Se eu tirar comunidade se você não der condições para comunidade permanecer ali. Elas não tem como manter seu modo de vida tradicional. Modo de vida que produz saberes próprios. Eu duvido que alguém sabe fazer a rede, remendando como a Bia faz, com a Dona Maria faz, corte o linguado dos dois lados (...)acessar aquele território com condições dignas (...) mas eu não tenho dúvida de que vocês já comeram lá na peixaria. (…) Então, você pode até não reconhecer a barra diretamente como uma comunidade tradicional. Mas você sente na prática, no bucho de vocês, que a barra é comunidade tradicional de pesca com saberes próprios. Quero ver se alguém tem conhecimento de remendar rede com o Macaco tem (…) Aquele costume, conhecimento, sobre o que são povos tradicionais. Não é que a gente que não tem onde morar, não é isso não...” Fabiane Fonseca, moradora da Vila da Barra e cientista, Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023.

Os discursos dos moradores do Pontal da Barra na audiência reforçam a identidade cultural na paisagem construída através da atividade pesqueira, enfatizando a importância de permanência e existência como comunidade. A

moradora Yasmim Silva enfatiza que é vital viver no lugar para ela e sua família, que são trabalhadores da pesca:

> "...que eles são trabalhadores, são pescador. Nós também somos nós, estamos atrás do nosso direito, tá? A gente não consegue mais fazer mais nada ninguém para fazer mais nada, porque ele tá todo mundo aborrecido a gente precisa viver. Pergunta para fazer a um que esteja aqui que eu gostaria de sair de lá a gente vive de lá a gente trabalha e a gente gosta do que a gente faz. Não adianta dizer para gente que vai nos colocar em qualquer outro lugar, porque se tu me perguntar o que que eu tenho que fazer você responder eu sei trabalhar vendendo o peixe. O outro lugar eu não ia conseguir fazer isso... Yasmin Silva, moradora da Vila da Barra, Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023.

Presidente da colônia de pesca Sérgio Duarte fala sobre a relação dos pescadores artesanais, enfatizando que a realidade da Vila da Barra transborda sobre as outras comunidades de pesca. Sua narrativa também fala de apagamento e denuncia a ausência dos representantes dos poderes públicos nos momentos de maior calamidade da comunidade. Ele narra a relação de apoio entre os membros da comunidade atendendo as famílias e a emergência da estrada principal:

> "Descaso do governo municipal, governo estadual, com a pesca artesanal, eu tô falando em nome dos pescadores não da Vila da Barra, que a barra é o nosso lugar, eu saio da base muitas vezes a gente sair da base para na barra, é tradição do pescador (…) papel que eu fico indignado com isso não é só apaga não gente. Eu tinha que durante toda a gente bebel, Fabiane, Fonseca, macaco, todos eles viveram aqui junto (...) Perguntando o que que é necessário, que nós saindo para alguém para reuniões em vários lugares durante a semana inteira (…) eu não vejo a prefeitura fazer nada para nós nada fazer três continua com uma conta para outra para lá outro dia mandar uma imagem para nós, lá limpando a saída do ar hoje, porque a água não sair de casa estava cheio d'água conte uma máquina para fazer a limpeza da Barra. A muitos anos eu vender batendo a barra. Tem que ter alternativa para evitar esse tipo de coisa, nós precisamos da estrada principal. Precisa sim, mas precisava de uma alternativa para acontecer alguma coisa..."

3.4 Trilhas ecológicas e oficinas de artesanato inspirado na cerâmica arqueológica: valorização do patrimônio ambiental e arqueológico no contexto da comunidade do Barro Duro.

Na comunidade do barro duro (ou Balneário dos Prazeres, também composta de pescadores tradicionais) os discursos são imperativos para propostas de criação de unidades de conservação. O nome "Barro Duro" que identifica o Balneário e sua comunidade tem origem na existência de locais da praia onde tem um tipo de barro mais denso e "escorregadio" (NUNES & MONSELL,2018). Com o recuo das águas da Laguna dos Patos o afloramento desse material fica exposto nas margens.

Esse barro é recolhido e usado na confecção de cerâmicas por um artesão local, que também promove trilhas ecológicas nas matas que margeiam a Laguna dos Patos. Essa cerâmica é cozida em um forno rústico que o artesão construiu no local e comercializada com as pessoas que participam das trilhas e/ou com os moradores locais, que as utilizam principalmente para fins religiosos.

Figura 24. Barro exposto nas margens da Laguna dos Patos, Comunidade do Barro Duro. Fonte: Foto de Antônio Girão, 30/11/2021.

A entrevista e demais conversas com Guto (Antônio Augusto Girão, morador do Laranjal, artesão ceramista e guia da “Trilhas do Barro Duro”, no Balneário dos Prazeres) ampliaram as possibilidades do trabalho do artesão, promovendo o seu envolvimento com a comunidade em atividades culturais e oportunizando espaços para o diálogo sobre preservação e ações patrimoniais.

Figura 25. Entrevista com o artesão Guto (Antônio Girão). O entrevistado deixa evidente sua preocupação com a preservação ambiental, histórica e arqueológica da região. Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

Figura 26. Antônio Girão, artesão do Turistrilha no Barro Duro (Laranjal) produzindo peças de cerâmica utilizando técnicas inspiradas na cerâmica arqueológica. Fonte: Jornal do Laranjal,https://www.facebook.com/jornaldolaranjalphotosa.282871175210908/1986390911525584/, acessado em 22/09/2021.

Em uma abordagem colaborativa o artesão reproduziu em sua cerâmica os motivos decorativos e técnicas de modelagem da cerâmica arqueológica dos sítios arqueológicos identificados e estudados na região. O discurso do Sr. Antônio Girão

defende ações de preservação ambiental na região e a criação da Unidade de Conservação (UC) no Pontal da Barra:

> "...é muito importante que seja estabelecida ali uma unidade de conservação. Para que a responsabilidade passe para o governo federal, estadual ou municipal, porque nós não podemos deixar só para as secretarias e órgãos menores. Eu acho que tem que ter ali uma, um conjunto de ferramentas públicas interagindo entre sim para que possa talvez fazer medidas locais específicas para aquele lugar, que aquele lugar é um lugar especial… (informação verbal)"

A entrevista com o Sr. Rubimar Rodrigues Medeiros (conhecido na comunidade como "Tarzan"), também morador da comunidade do Barro Duro converge com do Sr. Antônio Girão. O discurso reforça a necessidade de um espaço permanente na comunidade para que esse debate sobre preservação e patrimônio seja construído junto aos moradores. Uma casa de memória onde abrigar objetos que contam a história do Barro Duro (onde o Sr. Rubimar é guardião de vários objetos) e que possam ser desenvolvidas oficinas e cursos para a comunidade, além de uma exposição e/ou museu local. No caso do Pontal da Barra o entrevistado aponta sua relevância patrimonial e arqueológica:

> "...o Pontal da Barra, é uma área assim, é uma área arqueológica, entendeu? O que aconteceu, ali naquela mata tem muita coisa, naquela parte de juncos, ali pra fora na área da direita, tem muita coisa que já foi encontrada por pessoas campeiras… (informação verbal)"

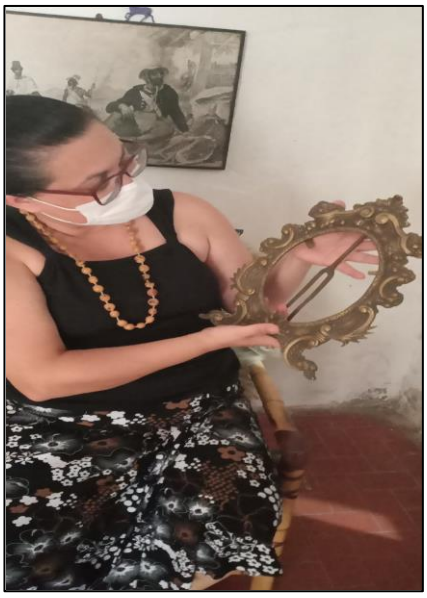

Figura 27. Figura 28. Entrevista com o Sr. Rubimar Rodrigues Medeiros. O entrevistado deixa evidente sua preocupação com a preservação ambiental, histórica e arqueológica da região e destaca a necessidade de ter um espaço de memória nas comunidades. Na imagem à esquerda: Alguns dos objetos históricos do acervo pessoal do Sr. Rubimar. Fonte: Arquivo fotográfico da autora.

3.5 O Instituto Tupauhe: sensibilização e preservação do patrimônio ambiental e arqueológico.

A Fundação Tupahue – Fundahue, possui sua sede na zona do Laranjal, na área urbana da cidade de Pelotas/RS, em meio ao seu Parque Sede com extensa área verde de 250 ha, composta de diferentes ecossistemas bem preservados ou em fase de recuperação. Instituída em 15/11/99 é uma entidade privada sem fins lucrativos tutorada pelo Ministério Público. De cunho absolutamente ambiental e aberta à participação e apoio de toda sociedade, a Fundahue é conduzida por um grupo heterogêneo de atores sociais. A entrevista foi realizada com dois membros da Fundação, a Sr. Stela Mari Nesello o Sr. Paulo Ricardo Faraco.

A entrevista valorizou o caráter multidisciplinar da fundação e a sua atuação em ações de educação ambiental e arqueológicas na região. Através da fundação vários atores sociais desenvolveram estudos e atividades educativas na região:

> "Com aquele viés do multifocal, mas principalmente concentrado em educação ambiental, em valorizar a questão ambiental da, na área do parque, né? Da área, ali em geral, mas muito. Conforme se ela falou anteriormente, assim, com o propósito, era educação ambiental e via escola e algumas ações, mas não, não tinha uma conectividade com o entorno. Conforme essa proposta. É Sabrina que está falando olhar multifocal. E depois dando continuidade na gestão da Estela, que foi um após o seu Hamilton. Eu acho que essa gestão da Estela marcou, foi uma transição esse rearranjo de quando eu fui convidado para participar, como para assumir a presidência, eu acho que é muito interessante, porque não? A gente começa a ver Na parte dos conselheiros, a formação. Ela é multidisciplinar. Aí começa a vir. Tem advogado ambientalista, tem agrônomo, é. Todas essas informações. É que a gente necessita para esses olhares e eu acho que o meu desafio e tendo a Estela como uma lida nessa gestão, é a gente aproximar mais o conselheiro. É. Não, não. Só aquela forma na tomada de decisão ali no finalzinho do processo, não é? Estou fazer com que o conselheiro ele interaja mais que ele. Traga assuntos. Por exemplo, é que participem de repente de um grupo da área de arqueologia e mesmo que esteja fora da área da fundação, ou né, e fazendo esses links e é uma forma também…" (informação verbal).

Os representantes do Instituto enfatizam a importância da relação do Pontal da Barra com o Instituto. Para a sobrevivência do Instituto é preciso pensar o Pontal através do mesmo, ainda que tenham projetos independentes. A retirada de vegetação e principalmente espécies endêmicas é uma preocupação, principalmente espécies de palmeiras típicas da região.

3.6 A Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro Brasileiro: preservação ambiental, políticas públicas, religiosidade e espaços sagrados.

A festa de Iemanjá é um dos festejos mais importantes para as comunidades do Laranjal, envolve vários atores sociais e estabelece relações importantes de valorização da paisagem cultural. A discurso com o Sr. Joabe Bohns, presidente da Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro Brasileiro é enfático na preservação ambiental do Pontal da Barra. O Sr. Joabe é um ator social importante para as comunidades do Laranjal, principalmente na comunidade do Barro Duro (Balneário dos Prazeres) onde os festejos se concentram.

Figura 29. Entrevista com o Sr. Joabe Bohns, presidente da Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro Brasileiro. O Sr. Joabe faz questão de mostrar a lei orgânica municipal para lamentar a falta de políticas públicas de preservação ambiental. Fonte: arquivo fotográfico da autora.

Ele aponta a destruição gradativa das áreas ambientais no Barro Duro e o avanço imobiliário na região. Para o Sr. Joabe essa é uma questão de gestão municipal, a necessidade de políticas públicas e fiscalização nas áreas de preservação ambiental:

> "… temos que ter cuidado para que o homem não destrua aquilo que está lá, aonde era banhado, onde tinha animais que não encontra, inclusive capivaras, hoje os animais foram ficando extintos … aquela é uma área muito importante da cultura de Pelotas… (informação verbal)"

O Sr. Joabe Bohns menciona vários exemplos de conflitos ambientais na região de Pelotas. Partindo das discussões sobre o Pontal da Barra, o entrevistado correlaciona aos conflitos ambientais da Mata do Totó, Balneários dos Prazeres, Camping Municipal e Parque da Baronesa. O entrevistado argumenta que falta diálogo

com a Câmara de Vereadores e responsabiliza o executivo e o legislativo sobre a preservação dessas áreas:

> ...é uma mentira, que vem me dizer que é uma área de App, pra onde que está a preservação permanente daquele, se está destruído? (…) agora já tem um projeto da prefeita, que tem uma ligação dos Balneários… (informação verbal)"

O entrevistado reforça o caráter simbólico e religioso das áreas ambientais às margens da Laguna dos Patos. O avanço imobiliário e a falta de políticas públicas de preservação ameaça esses territórios de manifestação religiosa.

3.7 Fórum de Democratização Ambiental (FDAM): Manifestações, apresentações e debates: o engajamento social e político da Arqueologia

Desde 26 de junho de 2019 o Fórum em Defesa da Democracia Ambiental (FDAM) busca garantir, de forma mutua e cooperada, uma maior participação da sociedade civil na construção e execução das políticas públicas socioambientais, visando o seu aperfeiçoamento a consolidação. Composto por representantes de sindicatos, entidades educacionais, ONGs, Universidades, movimentos e por pessoas comprometidas com a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado. A maior preocupação do FDAM é com a democracia ambiental e a valorização do COMPAM como espaço democrático e máximo da política ambiental local.

O entrevistado é Antônio Carlos Soler, advogado ambientalista, doutor em educação ambiental e militante do Centro de Estudos Ambientais (CEA), um dos principais articuladores do Fórum de Defesa da Democracia Ambiental de Pelotas (FDAM).

O Pontal da Barra é assunto constante nas reuniões do Fórum, e a luta pela sua preservação é considerada um símbolo de resistência e militância ambiental na região. O entrevistado relaciona a preservação do banhado com a fauna, a flora e também com as pessoas na paisagem:

> "O Pontal da barra, ele é um espaço. Ao mesmo tempo que ele é, é um espaço simbólico. Ele também tem uma importância em si mesmo, não é? Ele é um espaço simbólico porque nós estamos assentados, não é? Essas, são constituições, associações que nós de cidades, estão assentadas. Rio Grande, Pelotas, em um bioma que é o Pampa e é um bioma que é muito marcado. Também por zonas úmidas, como os banhados, não é? (...) Elas há um estudo, um estudo agora recente, feito por uma série de especialistas mundiais confirmados aí de vários lugares do planeta, não é? Confirmaram aquilo que a gente já vem dizendo há muito tempo, sobre a questão, sobre a importância dessas áreas e sobre a ameaça dessas áreas. Este estudo, era

> agora do início do ano de 2021, aponta que de todos os ecossistemas do planeta, as zonas úmidas são os mais destruídos. Os mais degradados. Ou seja, depois até posso te passar essa referência. Se tu quiseres a 90% dessas áreas já foram destruídas em todo o planeta. Então só isso já é uma justificativa, vamos dizer assim, de ordem. É biológico, ecológico e também de sobrevivência. Para que nós tenhamos um cuidado com esses ambientes. É, por outro lado, o seu ponto de vista é da minha área de conhecimento que é o direito, não é? E existem diversas regras, diversas normas é e vão. É. Determinar a necessidade de proteção dessas áreas. Então, proteger uma área como Pontal. Não é só uma questão de lei. Não é mais que isso, é uma questão de sobrevivência, não só. É o que pode parecer a princípio de espécies da fauna, da flora. Não é a paisagem típica de banhado que muitas vezes isso pode ser erroneamente desprezado por quem é encara a questão? Mas é uma questão de sobrevivência e de qualidade de vida dos humanos, não só da vida na vida não humana, mas também da vida humana. Porque eles, esses ambientes têm relações com diversos aspectos da nossa vida, como por exemplo, atividade econômica da pesca, já que são lugares que protegem as espécies no início do seu desenvolvimento, para depois irem para outros lugares mais abertos, como Lagoas, rios, etc. Também tem um papel importante na qualidade da água, não é no fornecimento de água. Para a gente usar, não só em atividades econômicas como arroz usa na mão da cultura do arroz, mas também para a própria subsistência humana, né? É além também da questão da economia da sim, como arroz, a água para à, pra usar em pecuária, né? É a importância da proteção desses ambientes. É essa, não é? E é uma outra questão que a gente pode agregar aí nessa reflexão da importância, é porque ocupar esses ambientes, porque destruir esses ambientes se há possibilidade de ocupar outros em outras áreas não é menos degradados com mais possibilidade, é. É de construção, por exemplo, não é? E Claro que a gente vai chegar a resposta de que é essa questão mais coletiva, né? Que seria usar os ambientes mais adequados em detrimento dos menos adequados. Essa questão mais coletiva? Ela acaba não se impondo, porque o que acaba definindo se vai destruir o Pontal ou construindo Pontal é a propriedade. O proprietário acaba decidindo por si, né? Em detrimento da maioria da população. Se ele é, vai ou não usar aquela área para fins imobiliários, não é mesmo que essa área tenha uma importância ecológica única, mesmo que essa área seja fundamental para garantir atividades econômicas, não é mesmo que essa área esteja praticamente desaparecida? Esse tipo de ambiente desaparecido do planeta, mas tendo a propriedade na mão, ele acaba decidindo, né? Porque os órgãos de controle acabam. É via de regra. Claro que tem exceções, né? Permitindo que esses absurdos aconteçam, mesmo que seja contrário à lei. Não é que há uma outra coisa que tem que ser estudada observada, né? Para entender por que que essas questões, mesmo ilegais, acabam prosseguindo...'' (informação verbal)

O entrevistado reforça o longo processo de conflitos sobre o Pontal da Barra e enfatiza a importância do Relatório que foi elaborado na intenção da criação da Unidade de Conservação do Pontal da Barra. Apesar de não ter participado da elaboração do documento, Soler argumenta que o documento é importante, abrange várias áreas e foi elaborado por vários profissionais e que, apesar desta importante etapa, a luta para a criação da UC ainda não terminou:

> "Para lembrar, porque são desde a década de 90 que a gente está nessa luta. Então, são décadas, não são meses, não são dias, não são meses, são

> décadas. É uma história de longo prazo, que envolve várias instituições profissionais, áreas diferentes. E o documento que foi criado, um documento muito maciço de informações, ele é um documento que abrange várias áreas, vários profissionais. Quer dizer, é um documento que realmente tem um peso argumentativo bem representativo sobre a questão do Pontal da Barra, mas ainda é um processo. Ainda eu percebo que o esforço ainda não terminou. A briga, na verdade, não terminou. E, no caso, por que você acha que ainda não é uma realidade isso? Bom, antes de dizer isso, eu queria só fazer uma pequena crítica ao documento, que eu acho que é importante a gente ter o olhar crítico sobre tudo, não só crítico, mas também autocrítico. Precisamos fazer a nossa autocrítica. Mas o documento, sem dúvida nenhuma, é um avanço muito significativo, muito importante ver um trabalho que junte tantos profissionais qualificados e uma universidade, reforçando essa luta de décadas...'' (informação verbal)

A questão pontuada pelo entrevistado é sobre as escolhas dos espaços para habitar a região. As áreas valorizadas para construção são escolhidas pelo capital, sem considerar a questão ambiental. Para o entrevistado é possível atender a demanda imobiliária e manter a proteção desses ambientes:

> "Então, a importância da proteção desses ambientes é essa. E uma outra questão que a gente pode agregar nessa reflexão da importância é por que ocupar esses ambientes, por que destruir esses ambientes, se há possibilidade de ocupar outros, em outras áreas, menos degradados, com mais possibilidade de construção, por exemplo, e claro que a gente vai chegar à resposta de que essa questão mais coletiva, que seria usar os ambientes mais adequados em detrimento dos menos adequados, essa questão mais coletiva acaba não se impondo, porque o que acaba definindo se vai destruir o pontal ou construir o pontal é a propriedade. O proprietário acaba decidindo por si, em detrimento da maioria da população, se ele vai ou não usar aquela área para fins imobiliários...'' (informação verbal)

Convergindo com o discurso do Sr. Soler, A Sr. Verônica Caldera Leite Christino (PROPLAN/Ufpel) também integrante do FDAM ressalta a importância da atuação dos movimentos ambientais no histórico de conflitos no Pontal da Barra, bem como a atuação das universidades e os grupos de pesquisadores de se reuniram em prol da preservação do Pontal da Barra:

> "Sobre essa questão do Pontal da barra, não é que eles queriam que a universidade se envolvesse mais diretamente, fizesse alguma coisa pelo Pontal da barra. E nesse período eu já, por óbvio, assim, já conhecia alguns movimentos assim já tinha ouvido falar, né? Que algumas pessoas queriam criar uma unidade de conservação no Pontal da Barra e tal. Não tinha muito conhecimento sobre a unidade de conservação, mas já sabia e quando eu soube do dos professores ali. Eu acho que eles entraram em contato diretamente com o professor Otávio e depois com a Sílvia, acredito. Que a Sílvia trabalhava na coordenação de desenvolvimento de inserção. História e para Ana, comentou ali no núcleo de planejamento ambiental, sobre esse trabalho, se tinha alguém interessado. E eu me interessei de participar dessa dessas primeiras reuniões. Ham, na verdade, foi uma reunião chamada até pelo reitor assim, agora, recapitulando agora. Ele conta que eu, eu gosto do professor Rodrigo e do Rafael Milheira. Tenha sido diretamente com o reitor Pedrinho na época, porque efetivamente quem chamou uma reunião geral foi o próprio reitor, né? Então ele fez uma primeira reunião ampliada, aberta a

> toda a comunidade universitária, que tivesse interesse pelo tema do Pontal da barra. E eu fui nessa reunião e dessa reunião surgiu então um GT, um grupo de trabalho para estudar o caso do Pontal da Barra. (informação verbal)"

3.8 Movimento Pontal Vivo: sobre ativismo e promover o acesso público do conhecimento.

O Movimento "Pontal Vivo" foi criado para reunir ativistas ambientais revoltados com o descaso do poder público quanto a natureza e cultura de Pelotas, principalmente motivados pelo histórico de luta preservadorista no Pontal da Barra. O Movimento Pontal Vivo surgiu no final de 2011, realizado por ecólogos, biólogos e estudantes vinculados as universidades e órgãos ambientais da região, que indignados com a situação e o descaso com o local, resolveram se unir para reivindicar a conservação do Pontal da Barra. Desde o início do movimento, campanhas pela internet e redes sociais vêm divulgando a destruição das áreas naturais do Pontal.

Figura 30. Manifestação pela proteção do banhado do Pontal da Barra, em 02.09.12. Fonte: Antonio Soler/CEA, https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/tag/movimento-pontal-vivo/, acessado em 03/05/2022.

A agência do Movimento Pontal Vivo reuniu atores sociais da comunidade acadêmica e não acadêmica. As manifestações públicas e mutirões de conscientização promoveram visibilidade ao avanço imobiliário no Pontal da Barra e todos as questões ambientais e sociais sobre o lugar:

> "Tendo em vista a crescente supressão de origem antrópica incidente sobre o local, advinda principalmente de loteamentos (especulação imobiliária), que foi incrementada drasticamente recentemente, se pretende como estratégia de ação do "Movimento Pontal Vivo", divulgar a importância da preservação

> do Pontal da Barra para a conservação de ecossistemas prioritários e de suas espécies endêmicas e ameaçadas. O estabelecimento de loteamentos no local ocasiona o aterramento, drenagem e canalização dos banhados, afetando negativamente a biodiversidade local. Portanto, o licenciamento de empreendimentos geradores de impactos ambientais negativos na área do Pontal da Barra deveria obrigatoriamente receber atenção especial por parte dos técnicos e órgãos ambientais (…) Além dessas ações, o movimento pretende ainda realizar manifestações públicas e mutirões de conscientização sobre a importância socioambiental do local e de arrecadação de assinaturas para o abaixo assinado. Uma das primeiras conquistas do movimento foi a recente ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal contra o empreendedor que pretende lotear a área e o órgão ambiental estadual que liberou a licença. O processo ainda está em andamento, mas o MP pretende que o empreendedor recupere a área já degradada e que o órgão ambiental fique proibido de liberar licenças para qualquer obra no local, além disso, no documento elaborado pelo MP, se destaca também o fato de que a obra poderá afetar diretamente uma Unidade de Conservação federal (RPPN do Pontal da Barra) e que o órgão ambiental estadual não poderia ter liberado a licença sem antes consultar o ICMBIO…" Movimento Pontal Vivo, 7 de fevereiro de 2012. Fonte: https://institutopropampa-ippampa.blogspot.com/2012/02/movimento-pontal-vivo.html, acessado em 10 de janeiro de 2024.

O pesquisador Matheus Volcan (IPPAMPA) estabelece uma relação muito próxima com o Pontal da Barra. Assim como o pesquisador Giovanni Nachtigall, o entrevistado evidencia uma relação que é estabelecida desde a infância como morador da região, e seu discurso de morador, dos atores sociais não acadêmicos, e esse discurso se entrelaça com sua atuação como cientista na paisagem, um ator social acadêmico na paisagem. O entrevistado destaca a importância do Movimento Pontal Vivo, define que ele é um dos mais antigos na região, e que o movimento se reagrupa e é retomado sempre que as pessoas registram ameaças à paisagem do Pontal da Barra:

> "...a partir de 2013 foi que surgiu o Movimento Pontal Vivo né, então estava terminando os campos do meu doutorado e um dia eu cheguei lá para fazer minhas coletas e tinha dezenas de caminhões, patrolas, já entrando para dentro da área do Pontal da Barra, com placa de autorização de licença de instalação da FEPAM a partir daí a gente, eu entrei contato com o pessoal que conhecia, daqui da região, começamos a divulgar nas redes sociais, isso via nossa ONG eu sou membro do Instituto Pró-Pampa, (...) via instituição a gente começou a fazer parcerias e reativar o movimento que já existia… o movimento pela preservação do Pontal da Barra é uma das lutas ambientais mais antigas do país, faz quase 40 anos que se briga volta e meia (…) o movimento "Pontal Vivo" surgiu no início da década passada foi na verdade foi uma retomada desses movimentos na verdade o que a gente conhece do Pontal da Barra hoje (…) é um resquício do que a gente do que a gente tinha antigamente na cidade, e as espécies o Pontal da Barra quando eu chegue lá os caras estavam aterrando um dos banhados que eu trabalhava sabe, de espécies que são protegidas por lei, então bah, aquilo me causou, me comoveu assim, me senti na obrigação de proteger, de deixar aquilo não acontecer e de não deixar aquilo acontecer."(informação verbal)

O entrevistado reforça que o Movimento “Pontal Vivo” foi uma organização de vários outros movimentos que estavam acontecendo em prol da preservação do Pontal da Barra. Matheus Volcan foi um dos pesquisadores que atuou nas frentes dos conflitos, que foram intensos e até arriscados para o entrevistado e os demais participantes. Ele narra momentos que os manifestantes foram ameaçados pelos operários e que houve intervenção policial:

> “E o movimento Pontal Vivo, que surgiu no início da década passada, foi, na verdade, uma retomada desses movimentos que já haviam sido realizados, tentando impedir, então, que essa área fosse perdida. E, na verdade, aquilo que a gente conhece do Pontal da Barra hoje é um percentual do que já foi, aquela grande extensão de banhados que estendiam até o Barro Duro. Então, aquilo ali é um resquício do que a gente tinha antigamente na cidade. Então, a briga Pontal da Barra, e as espécies que eu trabalho são espécies ameaçadas de extinção. E aí, o dia que eu cheguei lá, os caras estavam aterrando um dos banhados que eu trabalhava, sabe? Uma espécie que é protegida por lei. Então, aquilo me causou, me comoveu, assim, e eu me senti meio que na obrigação também de proteger aquilo, sabe? Não deixar aquilo acontecer. E aí, teve vezes que eu fui escoltado até de delegacia, tenho ficha na polícia por ter chegado lá uma vez, estava eu sozinho lá, cheguei lá para fazer coleta, e estavam os caminhões, eu peguei meu carro, botei meu carro na entrada onde os caminhões estavam e ficou uma fila de uns 20 caminhões lá. E aí, era o tratorista querendo bater em mim, os motoristas dos caminhões brigando comigo porque estavam com a carga deles parada, tinham que fazer outras entregas. Então, teve um desgaste gigante. Mas, ao mesmo tempo, foi super recompensador porque a gente conseguiu barrar aquilo. (...) A gente foi até depois encaixando as figurinhas, porque já existiam outras frentes trabalhando contra a destruição pontal. E quando aconteceu isso, nós formamos o Pontal Vivo, juntando essas forças, essas instituições e fazendo um apelo também para a sociedade em geral, para que elas pudessem se comover e a gente agregar pessoal para somar na luta.” (informação verbal)

O entrevistado enfatiza sua preocupação com a falta de políticas públicas sobre as áreas úmidas no município de Pelotas. A atuação da SQA é questionada, principalmente sobre as compensações ambientais propostas. Além disso, as áreas úmidas acabam sendo alvo da especulação imobiliária pelo valor. Para o pesquisador não é possível compensar o impacto ambiental que ocorre no município com o avanço imobiliário como está sendo executado, as compensações ambientais não são suficientes e promovem desequilíbrio no ecossistema da região:

> “...um monte de licenciamento ambiental sendo feito, um monte de área de banhado sendo perdida aqui no município de Pelotas e não se tem um fundo para se destinar para se criar uma unidade de conservação. Então, falta também um pouco de atuação e de maior rigor da Secretaria de Qualidade Ambiental, de cobrar desses empreendimentos e de destinar as compensações onde elas devem ser realmente destinadas. Então, não adianta você aterrar hectares de banhados e plantar árvore na avenida, entende? Ou criar uma praça urbana, numa área urbana de Pelotas. Então, isso não é uma compensação ambiental. É uma compensação para a gente.

> Mas onde é que você está reparando esse dano que você está causando? Onde é que você está minimizando esses impactos que você está causando com os seus empreendimentos? Então, é um outro problema, porque muitas vezes, além da questão do empreendedor ser super ganancioso e adquirir áreas de banhado porque são mais baratas, além disso tem a questão, porque eles sabem que eles conseguem depois licenciar isso com a Secretaria de Qualidade Ambiental, que é totalmente negligente com esse tipo de ambiente, que são os ambientes que a gente encontra no Pontal da Barra. A falta de uma política pública direcionada para essas áreas úmidas acaba facilitando que haja essa perda. E não tem como reparar o dano causado. Ele interliga, envolve vários... desequilibra o ecossistema do local. Então, não adianta tu plantar uma arvorezinha no centro, que isso não vai fazer em nada para poder recuperar o que está sendo perdido. Por isso que a política pública fala tanto." (informação verbal)

Matheus Volcan reconhece que, apesar dos vários estudos biológicos no Pontal da Barra, foi o trabalho da Arqueologia que impediu o avanço imobiliário. Seu discurso converge com o discurso do entrevistado Aluísio Alves, onde a atuação da Arqueologia foi muito importante para o desenrolar dos conflitos sobre a preservação do banhado do Pontal. Para Matheus Volcan a atuação da Arqueologia foi decisiva:

> "Não foi a questão biológica que travou, não é o que a gente tem de vivo hoje que travou o empreendimento. Foi a arqueologia, foi o IPHAN que travou. A gente só conseguiu travar por causa do patrimônio arqueológico que tem naquela região. Então, se dá mais valor aos artefatos indígenas, a nossa história, do que o que a gente tem hoje de vivo, a nossa biodiversidade, o nosso patrimônio genético mesmo. É isso que choca. Se não tivesse encontrado os sítios arqueológicos... Tinha passado tudo. Parece que foi o que sentenciou que realmente precisa proteger. Até ali parece que o argumento não era forte o suficiente. E tinha muito argumento, muita pesquisa." (informação verbal)

3.9 O empreendedorismo imobiliário: sobre o crescimento urbanístico da cidade.

O empreendedorismo imobiliário e o avanço de novos projetos de loteamentos são apontados pelos entrevistados como a maior ameaça para as áreas úmidas da região de Pelotas. As áreas úmidas são muito importantes para manter o equilíbrio ecológico da região, e o caso do Pontal da Barra é um dos casos mais icônicos que expõe essa realidade, principalmente porque a cidade continua expandindo e novas áreas são loteadas.

O entrevistado é o Sr. Fabiano de Marco, sócio e cofundador da Idealiza Urbanismo. A empresa Idealiza Urbanismo é uma das mais importantes do ramo imobiliário na

região de Pelotas, e o entrevistado deixa evidente seu papel em atender às necessidades de crescimento urbanístico da cidade.

> "...quem fez a lei não é o mesmo time quem fez o estudo. Concorda comigo que uma cidade que funciona, que a gente pega o mapa AEIAN e a Unidade de Conservação está ali dentro? Isso não acontece em Pelotas. Então assim o que tu já vai encontrar na hora que tu levar adiante o assunto da Unidade de Conservação: ou tu vai alterar o Plano Diretor de Pelotas ou tu vai ter que indenizar em valores mais altos aqueles proprietários. Isso é um ponto. Primeiro vamos discutir questões ambientais, que a universidade de ter um bom embasamento...uma área que não pode fazer nada tem outro valor." (informação verbal)

O entrevistado argumenta que as áreas a serem preservadas devem ser definidas, mas isso é competência das universidades e dos órgãos governamentais. No discurso do entrevistado os territórios dependem do valor capital que é agregado ao lugar. Mantém um discurso atrelado ao consumismo como lógica prioritária de uso da paisagem. A relação com a paisagem também é atrelada ao valor turístico, destacando a questão comercial do pescado e, principalmente, às belezas paisagísticas do lugar. Esse valor é associado ao olhar comercial imobiliário, de crescente especulação nas margens da Laguna dos Patos, áreas que estão cada vez mais valorizadas por esse nicho de mercado.

3.10 O jornalismo e a mídia local: o papel da mídia na construção dos discursos

Os discursos sobre os conflitos também convergem, divergem e entrelaçam entre os atores sociais que atuam nas mídias locais, principalmente sobre o avanço imobiliário e capital sobre o banhado do Pontal da Barra. Os jornalistas Diogo Cassal (Jornal do Laranjal) e Paulo Otávio Pinho (Zero Hora) reforçam a importância das pesquisas científicas no Pontal da Barra. Esse foco da mídia vem desde a década de 1980, onde os conflitos iniciaram e nos anos seguintes tiveram seu ápice com a tentativa de instalação do hotel e dos loteamentos no Pontal da Barra. Os atores sociais na mídia local aparecem com seus discursos antagônicos e polêmicos, promovendo o debate em uma base dualista, colocando o desenvolvimento econômico regional e as questões de preservação e pesquisa ambiental como foco principal dos conflitos no Pontal da Barra.

Os discursos confluem quando enaltecem a importância de estudos e posturas preservacionistas para a paisagem. Contudo os discursos divergem sobre o banhado do Pontal da Barra e como as ações preservadoristas devem ser consideradas. O jornalista Diogo Cassal pondera sobre o impacto que acarreta o avanço imobiliário atrelado ao desenvolvimento capital para uso da paisagem, argumentando a importância do crescimento urbanístico e econômico no Laranjal:

> "...a relação que eu tenho com o Pontal é com uma área que não é habitada, é uma área de preservação, é uma área que sofre com incêndio, é uma área que sofre com descarte de lixo, sabe, é uma área que é muito valorizada, ela está sob os olhos de muita gente querendo construir mas ao mesmo tempo sobre uma perspectiva de que o impacto pode ser desastroso já que a pessoa vai construir uma casa ali, daqui a pouco chove e vai ficar tudo cheio de água, ou então ainda em outro viés vai estar acabando com uma parte fauna, a flora e riquezas naturais vão ficar perdidas (…) eu acho que tem que estudar tem que esgotar tudo o que for necessário da área, criar esse parque, preservar uma fração da área e liberar o resto, eu penso dessa forma, que venham obras que tenham condições para as pessoas viverem naquela área, preservem o que que não se veja a questão ambiental como um impedimento do desenvolvimento as questões ambientais ficam barrando né o desenvolvimento de algumas áreas da cidade e por algum tempo (…) eu acho animais e plantas que existam ali, que estejam eminente risco de extinção tem que ser preservados, mas por isso que digo, preservar uma fração, inclusive de valorizar (…) um banhado fechado, que não se tira proveito (..) eu não quero levantar a bandeira que o banhado tem que ser habitado, eu acredito, nós vivemos num mundo feroz capitalista, apesar de meus ideais eu tenho que ser realista, mais cedo ou mais tarde alguém vai conseguir, depender do governo, depender do prefeito, governador, sei lá, da situação, vai se trazer um projeto que não seja tão conflitante com a área (…) mas tem que aterrar a área, o Laranjal todo nasceu assim, boa parte do Laranjal foi aterrado, boa parte do Laranjal era banhado... (informação verbal)".

O jornalista Paulo Otávio Pinho diverge desse discurso, argumentando que proteger o banhado é crucial para a fauna e flora local, além do equilíbrio das águas da Laguna e dos sítios arqueológicos encontrados no contexto. Para o entrevistado são áreas que precisam ser preservadas em todo o seu contexto:

> "Tem vários aspectos, não é? Tem uma. O aspecto da importância do banhado, não é por si só, já é importante. E tem a importância da fauna e da flora. Coisas que se se se aborda e tal, é são, é importância da adversidade e, inclusive, se não me falha a memória. (…) Tinham espécies em extinção, é e espécies é que só no Pontal que se não me falha a memória que existiam. É a cobra de vidro. Tudo bem, aqui é um lagarto que ela, isso existe uma ação qual e os peixes anuais são os peixes. Isso é. Exatamente. Além dos sítios arqueológicos, também que como registrados 18 sítios arqueológicos ali na região. Naquela época, eu não, não se falava em. Não isto. Falava que, lógico, são. Acho que 15 anos depois, mais ou menos desse período, um pouco mais até que foram localizados. E além da própria questão de a equilíbrio das águas, né? Que os biólogos. Também o exato, exato, é importância do banhado e de todos os banhados para essa relação com a com as chuvas, com a, com as enchentes, com. Né? Os alagamentos. Escudo? Você sabe que esses quês com essas discussões. Elas se mantém até hoje, né? (informação verbal)".

Os discursos da mídia permite analisarmos o processo de avanço imobiliário onde o Laranjal é visto dentro de uma lógica da (re) estruturação do capital. Ruas (2012) evidencia esse fato analisando a edição do dia 10 de novembro de 2010 do jornal Diário Popular. O texto fez uma referência ao deslocamento dos “posseiros” do Pontal da Barra na orla da Lagoa dos Patos. Segundo a autora o termo posseiro na referida reportagem refere-se às ocupações de áreas sem títulos de propriedade, caracterizando uma posse “ilegal” do ponto de vista jurídico. Contudo, se partimos do pressuposto de que essa última é uma maneira de assegurar a possibilidade de uso do espaço urbano ou de garantir o direito a cidade, a questão não deve ser reduzida ao seu caráter jurídico e, sendo assim, o termo requer outra interpretação [9].

Através das mídias identificamos discursos de legitimação, sobre usos da paisagem e de ações de preservação do lugar. O protagonismo da mídia sobre o Pontal da Barra tem uma abordagem preservadorista principalmente quando são narrativas produzidas a partir de grupos de atores sociais de ongs e centro de estudos ambientais (CEA[10], FDAM, Movimento Pontal Vivo, Instituto PROPAMPA, etc.). Ainda que esses discursos preservadoristas têm protagonismo constante nos artigos da mídia desde a década de 80, as opiniões não são unânimes sobre a preservação o banhado e a legitimidade das famílias de pescadores tradicionais na paisagem. Através de artigos publicados em diversas plataformas digitais[11], podemos estabelecer abordagens onde o Pontal da Barra é um símbolo de lutas ambientais na região:

> “O banhado do Pontal da Barra, em Pelotas/RS, além de sofrer pressão pela especulação imobiliária, muitas vezes com a anuência do Poder Público, agora corre um novo perigo: o de ser consumido pelo fogo. Essa nova agressão ocorreu durante do fim de semana passado (09 e 10.06.12), quando grande parte desse ecossistema úmido foi consumido por um incêndio que carece de esclarecimentos pelo Corpo de Bombeiros e pela polícia ambiental. Objeto de ações de movimento ambiental/ecológico, de estudos acadêmicos diversos, de ações judiciais e até de legislação própria, o banhado do Pontal

[9]Tendo em vista a dissertação de mestrado que autora desenvolveu sobre a produção do espaço urbano e os conflitos socioambientais da/na orla lagunar de Pelotas vinculada ao PPG-UFSC. Reflexões sobre os conflitos no Pontal da Barra – Pelotas/RS por Kelli Ruas. Fonte: https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/2011/01/19/reflexoes-sobre-os-conflitos-no-pontal-da-barra-pelotasrs/, acessado em 21 de abril de 2024.

[10]O Centro de Estudos Ambientais (CEA) é a primeira ONG ecológica da região sul, constituída em Rio Grande/RS/Brasil, em julho de 1983.

[11]O universo midiático abrange uma série de diferentes plataformas que agem como meios para disseminar as informações, como os jornais, revistas, a televisão, o rádio e a internet. Sobre o Pontal da Barra são mesa de debates transmitidas online, audiências, vídeos no yotube com curtas, documentários, artigos publicados e dezenas de publicações pessoais sobre o posicionamento dos atores sociais nos conflitos.

> da Barra continua carecendo de um cuidado maior, seja através de uma política ambiental adequada, seja por parte da população. Recentemente, retomou-se o movimento pela proteção do banhado do Pontal da Barra, iniciado nos anos 90, protagonizado por diversas instituições e pessoas preocupadas com o seu desaparecimento, como a ONG Pró-Pampa...” (artigo sobre o Pontal da Barra publicado pelo CEA em 11 de junho de 2012. Fonte: https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/2012/06/11/banhado-do-pontal-da-barra-tem-nova-ameaca-o-fogo/, acessado em 30 fevereiro de 2024).

Através da mídia é possível traçarmos o processo dos conflitos no Pontal da Barra, bem como olhares díspares sobre esses conflitos. Em meados de 2021 os debates são retomados[12] sobre o projeto de criação de uma unidade de conservação no Pontal da Barra, mas sem nenhum resultado até o presente.

É possível acompanharmos através da mídia um processo gradativo crescente de atuação de representantes políticos no Pontal da Barra na última década[13], principalmente depois da elaboração do relatório referente à criação da unidade de conservação no Pontal da Barra:

> “Acompanhada da reitora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Isabela Andrade, do secretário estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, Luiz Henrique Viana, e de técnicos da pasta, a prefeita Paula Mascarenhas visitou na manhã deste sábado (4), a área onde estão localizadas as dunas do Pontal da Barra, no Laranjal. A ideia é que o local, que já conta com um estudo científico realizado pela Universidade, seja transformado em uma unidade de conservação do ecossistema. Em uma caminhada de cerca de duas horas, a gestora e demais autoridades conheceram de perto a diversidade de ecossistemas, como áreas de restinga, campos secos e úmidos, matas paludosas, e as dunas existentes numa área de cerca de 800 hectares que margeia o Canal São Gonçalo. Em uma caminhada de cerca de duas horas, a gestora e demais autoridades conheceram de perto a diversidade de ecossistemas, como áreas de restinga, campos secos e úmidos, matas paludosas, e as dunas existentes numa área de cerca de 800 hectares que margeia o Canal São Gonçalo. A área também é rica em espécies raras e endêmicas da fauna e da flora, ameaçadas de extinção, além de recursos hídricos e ambientes característicos do local. Depois de conhecer detalhadamente o espaço, Paula salientou a importância de visitar o local com representantes de todas as esferas públicas: o Município, com a Secretaria de Qualidade Ambiental; o Estado, com a Secretaria de Meio Ambiente; e a União, com a Reitoria da UFPel, professores e pesquisadores em prol da preservação da área” (Diário Popular, DUNAS DO PONTAL DA BARRA SERÃO ÁREAS DE CONSERVAÇÃO. Fonte: https://diariodamanhapelotas.com.br/site/dunas-do-pontal-da-barra-serao-areas-de-conservacao/, acessado em 5 de fevereiro de 2024.

---

[12] https://diariodamanhapelotas.com.br/site/projeto-de-criacao-de-uma-unidade-de-conservacao-no-pontal-da-barra-volta-a-ser-discutido/, acessado em 12 de junho de 2024.

[13] https://diariodamanhapelotas.com.br/site/projeto-de-criacao-de-uma-unidade-de-conservacao-no-pontal-da-barra-volta-a-ser-discutido/, acessado em 10 de fevereiro de 2024, https://diariodamanhapelotas.com.br/site/pontal-da-barra-um-novo-passo-para-a-unidade-de-conservacao/, acessado em 10 de fevereiro de 2024, https://diariodamanhapelotas.com.br/site/dunas-do-pontal-da-barra-serao-areas-de-conservacao/, acessado em 10 de fevereiro de 2024.

Os conflitos ambientais sobre o Pontal da Barra também se entrelaçam com outros locais de importância ecológica no município de Pelotas. No início do ano passado, atendendo solicitação do Fórum em Defesa da Democracia Ambiental (FDAM) a Prefeitura, através da Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA), tratou sobre o "banhado do Big" numa reunião do COMPAM. Localizado na área central do município é um banhado urbano entre as avenidas Bento Gonçalves, Juscelino Kubitschek de Oliveira e rua General Argolo. O "banhado do Big" é uma área nativa remanescente. Estudos na UFPel registraram cerca de 1.200 aves da espécie Maçarico-de-cara-pelada. O local é apropriado para o acasalamento das aves, e foram localizados seiscentos ninhos no banhado. Segundo Soler[14] na área verde já foram identificadas 63 espécies, sendo quatro migratórias. O pesquisador afirma que no local as aves nidificam no local e migram para o norte da América do Sul. Ele exemplifica com a Andorinha-de-bando, que se reproduz nos EUA e Canadá. A preservação do banhado, no entanto, embora legalmente integre a Área de Preservação Permanente (APP) do arroio Pepino, tem sido ameaçada pela intensificação das construções.

A construção que avançava pelo "banhado do Big" gerou polêmica e envolveu vários ambientalistas, e sendo uma área protegida por legislação local, estadual e federal, na época houveram manifestações contrárias à construção. O Pontal da Barra se mantém protagonista nesses debates, seguindo como referência ao seu importante papel como uma das principais áreas úmidas na região. Mas a obra mesmo assim avançou e o Ministério Público investiga a denúncia apresentada pelo FDAM[15].

O Pontal da Barra é protagonista nos debates sobre os vários conflitos ambientais que ocorrem na região de Pelotas e permanece como símbolo nos discursos voltados à preservação ambiental. O "banhado do Big" é um importante exemplo que, apesar dos esforços e constantes alertas da ciência, ainda testemunhamos o avanço imobiliário destruindo áreas que precisavam ser preservadas, com perdas irreparáveis.

O histórico de movimentos e ações preservacionistas promovidas pelos atores sociais nas últimas quatro décadas elencaram o lugar Pontal da Barra como um

---

[14] Advogado ambientalista Antônio Soler – representante do Centro de Estudos Ambientais (CEA) no Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM).

[15] Fonte https://diariodamanhapelotas.com.br/site/meio-ambiente-mais-de-60-especies-de-aves-habitam-no-banhado-urbano-proximo-ao-big-em-pelotas/, acessado em 15 de junho de 2023.

símbolo de lutas ambientais na região. O protagonismo da mídia promoveu espaços de debate e visibilidade para os conflitos socioambientais do Pontal da Barra.

Em contrapartida às perdas ambientais, o Pontal da Barra ainda tem seu protagonismo político. O Pontal da Barra ganhou visibilidade social principalmente nas últimas duas décadas, seu protagonismo nas questões públicas cresceu pelas ações ambientais, pesquisas acadêmicas e todo processo judicial que ocorreu sobre seu território. Dentro desse palco de conflitos a atuação dos atores sociais dos poderes públicos aumentou, o Pontal da Barra se torna um importante protagonista nas campanhas partidárias e na busca de apoio político nas comunidades no Laranjal.

Figura 31. Acompanhada da reitora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) Isabela Andrade, do secretário estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, Luiz Henrique Viana, e de técnicos da pasta, a prefeita Paula Mascarenhas visitou a área onde estão localizadas as dunas do Pontal da Barra, no Laranjal. Acompanharam também a visita ao local, o vice-prefeito Idemar Barz, o secretário de Qualidade Ambiental, Eduardo Schaefer e técnicos da pasta municipal, o diretor do departamento de Biodiversidade da Sema, Diego Melo, o pró-reitor de Planejamento da UFPel, Paulo Ferreira, e o pesquisador e professor de Gestão Ambiental da UFPel, Giovanni Nachtigall. Fonte: https://diariodamanhapelotas.com.br/site/dunas-do-pontal-da-barra-serao-areas-de-conservacao/, acessado em 5 de fevereiro de 2024.

A criação da Unidade de Conservação do Pontal da Barra ainda não saiu do papel, contudo permanece as reinvindicações dos especialistas e a pauta se mantém nos debates políticos e na mídia local.

Nas quatro décadas de conflitos no Pontal da Barra a mídia também promoveu espaço de protestos para os atores sociais da comunidade de pescadores. As reinvindicações predominantes são de estruturação básica da comunidade, água, luz, esgoto e melhorias nas residências. A estrada de acesso é o problema mais

constante, que sofre com as mudanças do clima sazonalmente. Ainda que a mídia tenha um protagonismo que denuncia as condições de vulnerabilidade social da comunidade tradicional de pescadores, em contrapartida a narrativa que associa esses atores sociais como “posseiros” os marginaliza socialmente:

> “Por volta das 19h, eles bloquearam o principal acesso à vila. Pneus, colchões e pedaços de madeira serviram de combustível para o fogo, que impedia a passagem de pessoas no local. Do outro lado, no sentido Barra-Laranjal, havia mais chamas. A situação, que já é crítica (são todos posseiros e vivem em casas de madeira improvisadas), piorou após uma operação realizada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) em parceria com a Brigada Militar (BM). No início da tarde, foi constatado furto de energia elétrica e toda a fiação que ligava um dos postes de luz às residências do Pontal da Barra foi desconectada e apreendida. “Esta é uma situação de risco tanto para os moradores como para quem trafega por aqui”, informou um dos técnicos da companhia que trabalhava no local…” Famílias protestam com fogo por novas moradias em Pelotas. Fonte: https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%Adcias/geral/fam%C3%Adlias-protestam-com-fogo-por-novas-moradias-em-pelotas-1.51115, acessado em 25 de março de 2024.

Além de posseiros, outros discursos da mídia também promovem a deslegitimação da comunidade tradicional de pesca do Pontal da Barra. “Loteamento ilegal”, “área de risco” e “áreas impróprias para assentamento humano” são narrativas que reforçam a inapropriedade desses atores sociais na paisagem:

> “Por que em Pelotas não se exige ‘palafitas’ em regiões alagadiças? Elas reduziriam, por exemplo, o sofrimento e os prejuízos de moradores do Pontal da Barra, no Laranjal, cercado pela maior lagoa do Brasil, Canal São Gonçalo, vizinho de extensa área alagadiça. Além do mais, é preciso dar fim ao maior risco: O loteamento ilegal, em área imprópria, com fins eleitoreiros. Áreas de risco em Pelotas foram estudadas e confirmadas há poucos anos por pesquisadores em geociências do Serviço Geológico do Brasil, ligado ao Ministério de Minas e Energia. Durante três dias eles avaliaram as áreas com históricos desastres naturais e os locais onde a prefeitura identificou situações de risco. Constataram que a cidade está crescendo em áreas de risco, que precisam de bons projetos de drenagem e escoamento de água, a fim de evitar possíveis alagamentos. Na ocasião, a prefeitura revelou que 80% das bombas contavam com geradores, item importante para enfrentar enchentes, geralmente acompanhadas de falta de energia elétrica. São consideradas áreas de risco aquelas impróprias ao assentamento humano por estarem sujeitas a ameaças naturais ou decorrentes da ação humana. Por exemplo, margens de rios, arroios, lagoas, lagos, oceanos, sujeitas a inundações, florestas sujeitas a queimadas, áreas de declividade (encostas ou topos de morros) com riscos de desmoronamento ou deslizamento de terra, além de áreas contaminadas por resíduos tóxicos. Portanto, se são áreas de risco, por que prefeituras permitem e alguns políticos incentivam ocupações ilegais?” Jandir Barreto, 16 de outubro de 2015. Fonte: https://diariodamanhapelotas.com.br/site/enchente-lei-proibe-construcao-em-area-de-risco/, acessado em 20 de abril de 2024.

Esses discursos de deslegitimação dos atores sociais da comunidade de pescadores na paisagem parte desde o início do avanço imobiliário na região nos anos

80 (NEBEL, 2014). São mais de quatro décadas de processo histórico no Pontal da Barra, mas ainda permanecem narrativas recentes com essa perspectiva, evidenciando que a pressão capital sobre a paisagem e os conflitos sobre a territorialidade ainda é uma realidade atual.

Em 2020 foi instalado um outdoor anunciando a venda de lotes no Laranjal que chamou a atenção dos ambientalistas e do Fórum em Defesa da Democracia Ambiental em Pelotas, principalmente por conta da proximidade da área ambiental protegida do Pontal da Barra[16]. A placa ofertava terrenos a 300 metros de distância da orla da Lagoa dos Patos. O FDAM denunciou a situação ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMPAM).

Figura 32. Outodoor instalado no limite da área de preservação ambiental do Pontal da Barra com o anúncio "O seu sonho de morar no Laranjal será construído aqui!". Fonte:https://diariopopular.com.br/geral/preservacao_do_pontal_da_barra_volta_ao_debate.275319, acessado em 16 de junho de 2024.

Ainda que a corretora imobiliária Terena Mendes, responsável pelo outdoor, afirmou que os lotes disponíveis para aquisição e construção não fazem parte da área de preservação ambiental, as áreas limítrofes de preservação do Pontal da Barra precisam estar sempre sob monitoramento e atenção especial. A empresa dona dos

[16] Fonte: https://diariopopular.com.br/geral/preservacao_do_pontal_da_barra_volta_ao_debate.275319, acessado em 16 de junho de 2024.

lotes anunciados é a Pontal da Barra Loteamentos, a mesma empresa citada neste estudo que foi investigada desde 2008 pelo Ministério Público Federal em Pelotas acerca da construção de empreendimentos no espaço. Em 2016 os advogados da empresa solicitaram recurso para o caso para análise.

Com essa pressão imobiliária o Pontal da Barra se mantém sob constante vigilância ambiental. Segundo Henrique Mendonça (Ufpel)[17] essas empresas tomam iniciativa, fazem os caminhos para as novas ruas e no meio do processo a obra é embargada. Mas no processo o estrago já foi feito, impactando o natural, vegetal e os sítios arqueológicos.

Através da mídia é possível acompanhar o desenrolar dos conflitos nesse longo processo, sendo também importante ferramenta para conscientização e engajamento social.

Segundo Ruibal (2013) os novos meios de comunicação são um aliado fundamental ao trabalho da arqueologia. Atualmente os arqueólogos os empregam cada vez mais para divulgar as suas pesquisas e engajar públicos mais amplos, porque as comunidades não são apenas aquelas que moram ao lado dos sítios arqueológicos (embora as que moram sejam muito importantes do ponto de vista social). Existe uma ampla comunidade virtual interessada no passado e no patrimônio. A mídia é um importante agente para exercer o papel da arqueologia na construção do presente.

3.11 Arqueologia Colaborativa e Comunitária: atividades no contexto da Comunidade do Barro Duro

Através do espaço cultural criado pela Turistrilha no Barro Duro (Laranjal) foi realizado uma ação com a comunidade de Barro Duro, atividades junto ao SESC com dois professores e 8 alunos da escola, além de outros moradores locais. A proposta foi realizar uma roda de conversa sobre a temática “Patrimônio, preservação e comunidade”, onde os conceitos foram discutidos e construídos sobre o olhar e fala dos participantes.

[17]Professor da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), especialista em economia rural e ambientalista do Fórum em Defesa da Democracia Ambiental (FDAM). Fonte: Fonte: https://diariopopular.com.br/geral/preservacao_do_pontal_da_barra_volta_ao_debate.275319, acessado em 16 de junho de 2024.

A conversa foi conduzida por mais de um interlocutor em uma abordagem colaborativa e multivocal. Além da arqueóloga Sabrina Ribeiro, a conversa foi dirigida por Antonio Girão e Matheus Regatto. O artesão Antonio Girão apresentou seu espaço “Trilhas do Barro Duro” e sua perspectiva sobre ações de proteção ambiental e turismo sustentável. Além disso, deixou evidente a necessidade de valorização do Balneário do Barro Duro do ponto de vista histórico, do seu potencial turístico e cultural:

> “...quando o poder público também chega no local, e ele valoriza aquele local, as próprias pessoas começam a valorizar. Enquanto o poder público não ir lá, não vão investir nas pessoas, no conforto, comunidade, assistência saúde, eles não vão cuidar do local...(informação verbal)”

Figura 33. Roda de conversa com a autora, moradores da comunidade do Barro Duro e alunos do SESC . Fonte: arquivo fotográfico da autora.

Como atividade central foi desenvolvida uma roda de conversa sobre os conflitos socioambientais na região, patrimônio e preservação. Os participantes apresentaram suas perspectivas sobre os conflitos envolvendo o avanço imobiliário, sobre ações de preservação e patrimônios da região. A valorização dos patrimônios e apoio dos poderes públicos para o turismo foram apontados como essenciais para a comunidade.

Matheus Regatto (graduando em Antropologia da UFPEL) apresentou a trilha ecológica do Barro Duro. Seu discurso ressaltou a relação dos moradores com a natureza, correlacionando a importância de políticas públicas de preservação ambiental na região. O avanço imobiliário no Laranjal é referenciado como um risco à preservação dos patrimônios:

> “...daqui a pouco vem construções vem, a gente sabe como é feito, eles derrubando tudo, passariam concreto (...) porque o avanço da água com a falta de vegetação ele vai comendo o barranco e as árvores vão caindo (..) mas quando chegar o grande investimento capital, aí sim, eles passam trator, leva tudo. Vai estar levando nossa história, vai estar levando nosso patrimônio… (informação verbal).”

Figura 34. Oficina cerâmica com a arqueóloga Sabrina Ribeiro e alunos do SESC, reproduzindo técnicas e motivos decorativos inspirados na cerâmica arqueológica encontrada na região. Fonte: arquivo fotográfico da autora.

Na ação foram desenvolvidas oficinas de cerâmica utilizando o barro das margens da Laguna dos Patos com o artista Antônio Girão e a arqueóloga Sabrina Ribeiro. Os participantes reproduziram técnicas e motivos decorativos inspirados na cerâmica arqueológica estudada na região.

Outra atividade proposta atrelada à ação é a criação de um espaço para uma simulação de escavação arqueológica voltada para alunos das escolas da comunidade e uma biblioteca comunitária com livros doados para acesso de escolas da comunidade e público geral. Exposições da cerâmica produzidas pelo artesão Antônio Girão são realizadas para o público geral nas comunidades.

Figura 35. Exposição do artesão Antônio Girão no Centro Comercial Mar de Dentro, Balneário do Laranjal em 2022. Fonte: arquivo fotográfico da autora.

4. Por uma construção multivocal sobre o lugar, os conflitos e os patrimônios: analisando o emaranhado dos discursos.

A análise da teia de discursos sobre o lugar Pontal da Barra estabelece um emaranhado de simbologias e relações com a paisagem cultural. Algumas relações construídas que se destacam e/ou se repetem nos discursos, passível de estabelecer linhas de discursos estruturantes que se entrelaçam no contexto de conflitos.

Segundo Chagas (2009) as relações com os patrimônios são voláteis e não rígidas, permitindo múltiplos sentidos, principalmente nesses contextos de conflitos:

> "….dois ou mais sentidos podem ocupar um mesmo corpo patrimonial, uma vez que eles estão na dependência do lugar social que ao corpo é destinado. Esse lugar social, contudo, é dado pelas relações dos indivíduos e dos grupos sociais com o referido corpo, do que decorrem o seu alto grau de volatilidade e seu baixíssimo grau de fixidez. A capacidade de os corpos patrimoniais encarnarem múltiplos sentidos contribui para a ampliação de tensões e conflitos.'' (CHAGAS, 2009, p. 43-44)

A análise dos discursos dos entrevistados em relação aos conflitos permite esboçar essa teia de relações sobre o lugar e com seus diversos patrimônios. Em linhas gerais podemos estabelecer as principais relações estabelecidas pelos atores sociais:

O Pontal da Barra como lugar de identidade social: a relação com as águas da Laguna dos Patos e a atividade de pesca é estabelecida principalmente pelas comunidades de pescadores. Os discursos registrados pelos atores sociais da comunidade de pescadores do Pontal da Barra embasa sua relação com a atividade de pesca, o peixe e as águas, construída a partir desses atores sociais não humanos. O banhado é mencionado de forma dualista, como ator importante para equilíbrio ecológico na paisagem e também é considerado por parte dos entrevistados como um "entrave" para o desenvolvimento capital. Os sítios arqueológicos identificados no Pontal da Barra são pouco conhecidos e raramente mencionados pela grande parte dos entrevistados não acadêmicos, e são supracitados frequentemente pelos entrevistados acadêmicos.

O Pontal da Barra como lugar de sustento e produção de alimentos: essa relação está atrelada à identidade social principalmente pelas comunidades de pescadores, que reivindica seu papel como comunidade tradicional, mas também identificamos na comunidade acadêmica, que enfatiza a importância da preservação

ambiental e o impacto do avanço imobiliário na região na realidade social das comunidades pesqueiras e no comércio de pescado local. Se agrega valores de turismo (pela beleza da paisagem) e pelo consumo de peixe e camarão nos restaurantes no local. Esse comércio é muito importante para o sustento das famílias locais, e para os entrevistados de fora da comunidade, um ponto turístico da cidade, principalmente nos fins de semana.

O Pontal da Barra como lugar de entrave de desenvolvimento econômico: os discursos que balizam/minimizam o impacto do avanço imobiliário atrelado ao desenvolvimento capital para uso da paisagem são defendidos principalmente pelos empreendedores imobiliários. A lógica única de consumo econômico da paisagem é a base do discurso capital. Contudo, a perspectiva de um banhado sem utilidade, um entrave para o desenvolvimento da região também é defendido por parte da mídia local e por alguns moradores do Pontal da Barra. A promessa de melhorias na comunidade e acesso mais fácil para o comércio do pescado incentivam os discursos favoráveis ao aterramento do banhado. Essa posição é alimentada pela precariedade estrutural da comunidade de pescadores, que ignora o efeito a médio e longo prazo que o impacto ambiental acarreta à atividade de pesca e, consequentemente, a permanência e existência da própria comunidade.

O Pontal da Barra como lugar de produção científica, educação e turismo sustentável: esse discurso é frequentemente defendido pelos entrevistados que desenvolvem pesquisas acadêmicas. O lugar é considerado um grande “laboratório” que abrange diversas áreas das ciências, com múltiplas possibilidades de promover aprendizado e projetos de educação ambiental, patrimonial e turismo sustentável. O potencial de estudos agregado ao contexto de uma área preservada dentro da área urbana do município permite que vários projetos de pesquisa possam ser desenvolvidos, somando aos estudos já realizados no local. Projetos de turismo também são mencionados como imprescindíveis para valorização e proteção dos patrimônios do Pontal da Barra**.**

O Pontal da Barra como símbolo de resistência e luta ambiental: alguns discursos registrados explicitam as relações estabelecidas por um caráter simbólico de resistência e luta sobre a preservação ambiental na região. O caso do Pontal da Barra é icônico sobre a relação das pessoas com o meio ambiente e com o patrimônio, principalmente na construção de políticas públicas ambientais. É mencionado como

uma das lutas mais antigas da região, que remonta desde meados da década de 80, com um longo histórico de pesquisas, embates políticos e movimentos sociais.

O Pontal da Barra e os conflitos como referência para ações e discussões sobre o patrimônio nas comunidades às margens da Laguna dos Patos: os discursos que associam o histórico de conflitos no Pontal da Barra com a carência de atividades de cunho cultural, ambiental e patrimonial nas comunidades, de maior envolvimento dos moradores com as decisões sobre seu próprio patrimônio, da falta de espaços culturais (casas de memória, museus) dentro das comunidades. Discursos que anseiam por mais pontes de comunicação, de interação com as universidades e que permitam cada vez mais se apropriar dos seus patrimônios.

A complexidade do contexto conflituoso e as variadas relações estabelecidas entre os atores sociais e o lugar Pontal da Barra explicita que os discursos vão além de um convergir ou divergir, mas um entrelaçar de significados e olhares. Ainda que essas narrativas em muitos momentos se unam na perspectiva de preservação e valorização patrimonial do Pontal da Barra, o olhar capital de valorização imobiliário da paisagem prevalece em alguns discursos. O que levanta a questão que transborda o próprio Pontal e se estende para as áreas úmidas de Pelotas: afinal, morar ou não no Laranjal?

A malha urbana da cidade de Pelotas está crescendo. Há um processo de verticalização das moradias com o surgimento de vários novos condomínios e prédios no município. A discussão que permanece nos debates ambientais sobre a região, principalmente nas áreas de banhado e nos balneários, são os novos loteamentos que estão surgindo próximo às áreas de proteção ambiental. Esse avanço imobiliário nessas áreas úmidas é constantemente monitorado pelos ambientalistas, e o interesse nessas áreas e sua alta valorização é uma realidade atual.

Afinal, esse avanço imobiliário é uma ameaça aos patrimônios, a existência desses novos moradores no balneário do Laranjal não deve acontecer?

Não é uma questão simples e esses conflitos não são exclusivos do contexto analisado e podem e devem ser pensados além do Pontal da Barra, do Laranjal, além da região do município de Pelotas. As cidades crescem aceleradamente, sobrepondo a necessidade de moradia com a pressão capital sobre as áreas consideradas mais valorizadas pelo mercado imobiliário. No caso do Laranjal, essa pressão capital promove uma disputa de “importâncias” e de territórios. Esse conflito é característica

de uma crise que é contemporânea, está materializada na atualidade, daí a necessidade de entendemos o conflito em todas as suas conexões, compreendermos sua complexidade. Uma das questões que entrelaça esse emaranhado de disputas é, afinal, para quem esse "progresso" é direcionado? Qual o ônus para aqueles atores - humanos e não-humanos- que compõe essa paisagem? Ele promove ameaça ou perda dos patrimônios?

O Laranjal é considerado um lugar valorizado pela comunidade, principalmente pela paisagem natural e posição privilegiada em relação às águas da Laguna do Patos. Para os moradores das comunidades tradicionais de pescadores ela vai além desse olhar, é um contexto que permite viver seu modo de vida de onde tiram o sustento da sua família. Para os empresários do ramo imobiliário um importante nicho capital de grande potencial em expansão. Para os cientistas um grande laboratório a céu aberto, com infinitas possibilidades de estudos e pesquisas de relevância científica para várias áreas. Para os banhistas e veranistas, um local de lazer, de prazeres e descanso perto da natureza:

> "O que torna atrativo morar no centro da cidade? Proximidade do trabalho, da escola, do supermercado, farmácia, etc. Tudo aquilo que costumamos chamar de facilidades. E o que tem de atrativo morar numa praia ou na zona rural? A proximidade da natureza, o ar puro, a tranquilidade, a paisagem, nem. E se houver um lugar que reúna as facilidades da cidade e os agradáveis encantos de uma praia e da zona rural? Esse lugar existe: é o Laranjal. O Laranjal, na orla da Lagoa dos Patos, é como uma pedra preciosa incrustada em um anel. (…) O conjunto de atrativos que o Laranjal oferece tem trazido para cá muitos dos novos moradores da cidade que migraram para Pelotas em função de suas atividades, como, por exemplo, professores e estudantes das nossas universidades, que viram no Laranjal o melhor lugar da cidade para fixar suas residências.
> Paralelamente, muitos pelotenses que veraneavam aqui, agora têm aqui suas moradias. Não raro, seus moradores se referem ao Laranjal, especialmente à praia do Laranjal, como¨o nosso paraíso¨. Experimente levantar cedo e ir até a beira da praia... ver suas águas serenas, parecendo um espelho. Aprecie a quantidade e variedade de pássaros, palmeiras, figueiras, plátanos... sem dúvida: É um privilégio morar no Laranjal. Vamos cuidar e preservar esta jóia." Jornal do Laranjal 12/05/2016[18].

O Laranjal reflete uma rede complexa de questões que estão no cerne das discussões da atualidade sobre nosso modelo societário baseado na economia, no acúmulo e exploração capital. A crise ecológica tende a crescer à medida que as

[18]Jornal do Laranjal 12 de maio de 2016, "LARANJAL, UM LUGAR PARA BEM VIVER" https://www.facebook.com/jornaldolaranjal/posts/laranjal-um-lugar-para-bem-viver-o-que-torna-atrativo-morar-no-centro-da-cidade-/612042095627146/, acessado em 05/03/2024

relações econômicas se intensificam, com o crescimento econômico ilimitado. Essa pressão capital força mudanças e problemas ambientais, e nesse cenário o mercado capitalista tem encarado como mais uma oportunidade para sua expansão. É o caso dos impactos provocado pelas mudanças climáticas, onde ações de enfrentamento têm sido secundarizadas em prol de medidas de adaptação (SOLER e DIAS, 2016).

Morar ou não morar no Laranjal? O cerne da questão é como construirmos estratégias que entendam a complexidade ambiental e social da paisagem e entendermos como essa rede é estabelecida pelos atores sociais:

> "É necessário que a sociedade civil esteja organizada, informada e em condições de fazer valer os instrumentos legais disponíveis para a proteção ambiental, cenário que só pode ser atingido através de uma EA comprometida com a superação da crise, aquela de caráter progressista e ciente do paradigma opressor vigente, o que não dispensa uma estrutura pública preparada para a execução das políticas ambientais. Contudo, ressaltamos os principais documentos internacionais que tratam da EA, notadamente por dentro do sistema da ONU, e sua prática apresenta uma predominância da visão antropocêntrica de natureza e, portanto, insustentável" (SOLER e DIAS, 2016, pág. 161,162).

Políticas públicas que promovam sustentabilidade, que protejam o meio ambiente e entendam toda a complexidade única que as áreas úmidas representam para o equilíbrio ambiental. Estabelecermos estratégias de proteção e apoio ao modo de vida das comunidades tradicionais de pesca, promovendo políticas públicas de conscientização ambiental e identidade patrimonial, medidas essas somadas à estruturação sustentável das comunidades, garantindo todos os direitos constitucionais de saúde, saneamento básico, segurança, trabalho, acessibilidade, entre outros.

O estudo do panorama conflituoso do Pontal da Barra remete à reflexão sobre a adequação da Legislação vigente sobre o Patrimônio Arqueológico do Brasil. É necessário uma atuação dos poderes públicos através das leis e ações de proteção aos bens de natureza material e imaterial que façam referências às identidades dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, que constituem nossos patrimônios. Cabe ao poder público junto às comunidades promover e proteger os patrimônios por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e várias outras formas de estudo e preservação (constituição federal, artigo 276, s1). A construção do conhecimento precisa ser pública e envolver diretamente as comunidades do contexto. O estudo de caso do Pontal da Barra explicita que nesses contextos de conflito os olhares e relações com os patrimônios são complexos e diversos, que se

divergem, se aproximam ou afastam, e em muitos momentos se entrelaçam permeando através das relações construídas com os patrimônios identificados. Esse amaranhado simbólico, como exemplo do caso analisado, não é exclusivo ao contexto estudado. Somos um país multifacetado culturalmente e com grandes desigualdades sociais. A legislação sobre os patrimônios no país precisa alcançar esses olhares e discursos, rompendo os limites acadêmicos e reduzindo as desigualdades sociais.

O conflito social é uma força que molda nossa sociedade, influenciando mudanças, debates e crescimento. Na Arqueologia da Guerra e do Conflito partimos da problemática central de como dados materiais podem contribuir com novas informações sobre os conflitos. Em contextos como o estudo do caso do Pontal da Barra que são conflitos contemporâneos podemos fazer a reflexão ao contrário: como os conflitos podem afetar a construção das informações, dados, conceitos e olhares sobre os patrimônios?

No estudo de caso do Pontal da Barra é inegável o protagonismo dos sítios arqueológicos no desfecho da proteção do banhado. Além dos próprios sítios arqueológicos, o protagonismo dos(as) arqueólogos(as), os laudos, relatórios, todos esses agentes humanos e não humanos atuaram nesse contexto ampliando e construindo os conceitos sobre os patrimônios do Pontal da Barra.

Nas últimas quatro décadas os atores sociais operam em conjunto e individualmente para o reconhecimento dos patrimônios do Pontal da Barra. Esses patrimônios não somente como lugar de identidade, de passado contido, mas um apelo ao presente e ao futuro, uma ressignificação do mesmo.

Existe a correlação de toda ação dos atores sociais na paisagem que promoveram os conceitos, os conhecimentos e as ações de proteção dos patrimônios do Pontal da Barra que temos na atualidade. Mesmo as ações que não partiram do olhar de preservação tiveram seu protagonismo nessa construção. Partindo do próprio conflito como catalizador de ações dentro da paisagem cultural, os atores sociais são motivados a exercer seu papel diante do contexto que se apresentou catastrófico. O avanço imobiliário sobre o Pontal da Barra e todo interesse capital sobre a paisagem estimulou o interesse científico que já existia sobre o banhado, promovendo novas pesquisas e descobertas, instigando as ações de cunho ambiental e o convite à comunidade para pensar sobre o papel do banhado na paisagem. Em um panorama desastroso com o início do aterramento e impacto a todo o ecossistema do banhado

motivou as ações de defesa do Pontal. Nesse contexto os debates e ações sobre os estudos e preservação do Pontal da Barra reforçam abordagens sobre territorialidade, que impulsionam as discussões sobre os territórios de pesca, estimulando discussões sobre as questões sociais da comunidade tradicional de pesca da Vila da Barra, deixando em evidência a importância de políticas públicas para atender à toda essa complexidade.

Todo conhecimento produzido é, em última análise, político (MCGUIRE, 2008). O que é observado, identificado tornam-se significativo, transformam-se em conhecimento somente por meio de discursos sociais sobre o mundo. Esses discursos ocorrem no presente e envolvem interesses sociais e políticos. Desta forma todo conhecimento é social e político, assim como a ação dos que promovem esse conhecimento. Esse caráter político e social que é inerente aos cientistas (da Arqueologia e demais ciências) no contexto do Pontal da Barra. Segundo Mcguire (2008) quando os arqueólogos entram em uma área para fazer pesquisas, eles entram em um contexto social historicamente criado. Darmos esse passo insere o(a) arqueólogo(a) nesse contexto e nas relações sociais que o compõem. Experiências históricas específicas, culturas, interesses, relações com outras comunidades e ideologias definem cada comunidade. Arqueólogos entram nesse contexto social como seres sociais plenamente constituídos, com identidades próprias. O autor ressalta que uma compreensão histórica de contextos sociais oferece aos arqueólogos (as) a oportunidade de combater estereótipos e interagir mais eficazmente com os grupos sociais afetados no contexto da nossa pesquisa (MCGUIRE, 2008, pg.249). A Arqueologia produz símbolos, conhecimentos e patrimônio, que despertam a consciência da identidade de grupo e são invocados para inspirar e justificar o arbítrio coletivo. Grupos travam lutas poderosas sobre o que é lembrado e esquecido sobre o passado (MCGUIRE, 2008, pg.252).

Esse emaranhado de ações e relações com o Pontal da Barra (que é impulsionado pelos conflitos) estabelece um panorama latente por ações sociais e políticas que reduzam as desigualdades nos espaços de fala e ação. Resolvermos os conflitos implica em procurar formas de empoderamento e de reconhecimento dos grupos marginalizados, como forma de começar o processo de transformação social. A complexidade destes conflitos pode implicar na necessidade de trocas de

informação entre a comunidade acadêmica e não acadêmica relacionada a aspectos legais, sociais, econômicos e científicos sobre o uso e proteção da paisagem.

Apesar de ficar explícito que os conflitos sobre o Pontal da Barra continuam na atualidade e devem continuar até que a tão almejada UC seja uma realidade, os desfechos sobre a luta judicial que foi travada pela proteção do banhado demonstra que é necessário refletirmos sobre outros modos de vida além do capitalismo para a paisagem. Se pensarmos a modernidade apenas por esta ótica desenvolvimentista, ocultamos o seu sentido e significado eurocêntrico que propaga diversas formas de desigualdade social. Afinal, o desenvolvimento é para quem? As narrativas deixam explícita a fragilidade social da comunidade de pescadores tradicionais da Vila da Barra. Para esses atores sociais esse conceito de desenvolvimento não alcança. Seu modo de vida é incompatível com o olhar desenvolvimentista que o setor imobiliário tem proposto para a paisagem.

A decolonidade surge no debate como uma proposta para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo. No estudo de caso do Pontal da Barra deixamos evidente que os esforços de preservação e a resistência ao avanço imobiliário na paisagem impostos pela (e construído para usufruto da mesma) elite econômica é um enfrentamento à colonialidade e ao pensamento moderno, conceitos formados principalmente através dos estudos do grupo MCD (Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade) compostos por estudiosos como Aníbal Quijano (2005), Catherine Walsh (2005), Edgardo Lander (1997), Enrique Dussel (2002), Nelson Maldonado-Torres (2007) e Walter Mignolo (2003). A decolonialidade no estudo de caso do Pontal da Barra é a resistência aos padrões de uso dessa paisagem, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados (principalmente à comunidade de pescadores tradicionais da Vila da Barra) durante todos esses anos, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo.

Todas as ações voltadas à preservação da paisagem corroboram na formação de um pensamento decolonial que se coloca como uma alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados. Através dessas narrativas analisadas abrimos um espaço de debate, poder de fala e visibilidade que não deve finalizar nesse estudo, mas promover outros

projetos que permitam que mais espaços sejam criados para discussões dos atores sociais sobre seu patrimônio.

Sobre o patrimônio arqueológico percebemos uma não relacionalidade com a comunidade local, um apagamento de relação entre o presente e o passado com a comunidade de pescadores tradicionais, essa não relacionalidade levanta a questão importante: Porque os pescadores do presente não fazem conexão com o modo de vida dos pescadores do passado?

Primeiro momento, o total desconhecimento da existência dos sítios arqueológicos não permite que essa conexão/identidade aconteça, principalmente devido ao pouco ou nenhum conhecimento por parte dos atores sociais entrevistados com dos estudos acadêmicos realizados na Vila da Barra, Pontal da Barra. Precisamos “construir pontes” de informação e de espaços de memória dentro das comunidades, principalmente as comunidades que estão diretamente ligadas à realidade do Pontal de Barra e de todo o contexto de conflito que estabelece, ainda que com foco mais educacional, sobre a exploração ambiental dentro desse espaço, sobreposto a exploração do olhar capital imobiliário das empresas.

É importante destacarmos que essa não relacionalidade pode ser intencional, um tipo de apagamento proposital para que, no presente, não se construa uma relação com o passado, de importância. É notório que a presença da comunidade de pescadores tradicional naquela paisagem se torna conflitante com os interesses econômicos da expansão imobiliária, o que não é interessante que essa relacionalidade e pertencimento sejam estimulados. O papel da Arqueologia estabelece a reflexão sobre o passado e o presente, permite construir essa ponte de relação. Na verdade, quanto mais essas pesquisas não tiver espaço que legitime essa importância ou que fomente essa conexão entre presente e passado, mais estará de encontro com os interesses de empresas e instituições que buscam explorar esse espaço de modo capital.

Em todo processo ao longo dos anos e ainda na atualidade é um desafio avançar um debate sobre os patrimônios dentro de um contexto onde a comunidade enfrenta a falta de atendimento de necessidades básicas. Além da dificuldade de trazer essas pessoas à reflexão, existe uma desconfiança e medo de ser expulsos daquele espaço. Reiteramos que os discursos acadêmicos reforcem a legitimidade da comunidade de pescadores como parte da paisagem, não estigmatizando a Vila da

Barra como atores sociais em áreas de risco[19], precisamos refletir e discutir sobre as relações entre os vestígios e os atores sociais, principalmente com os moradores da Vila da Barra que pertencem à esse lugar, compondo a paisagem assim como as pessoas do passado. As pesquisas arqueológicas apontam que aquele lugar era habitado desde, em média, 2500 anos A.P., até, pelo menos, 1200 anos A.P., sugerindo ser uma ocupação indígena bastante antiga e permanente que perdurou por aproximadamente 1300 anos (MILHEIRA, 2013). O papel da Arqueologia e os arqueólogos como atores sociais nesse contexto promovem essa reflexão sobre legitimar a existência da comunidade pesqueira na paisagem partindo do patrimônio identificado, estabelecendo essa conexão do passado com o presente.

O emaranhado dos discursos que parte principalmente da comunidade de pescadores deixa em evidência de como o conflito promove a fluidez dos posicionamentos frente as questões de preservação do lugar. A preocupação com a sobrevivência através da atividade pesqueira e a dificuldade de acesso à comunidade para o comércio dos pescados permitem que o discurso de desenvolvimento dos atores sociais do empreendedorismo imobiliário se entrelace com os discursos da comunidade, onde a promessa de que melhorias estruturais possam acontecer para a comunidade é o principal motivador desses discursos. A falta de estradas trafegáveis até a comunidade limita o comércio, eventualmente só possível ser realizado via barcos. Desta forma, o discurso apresenta o banhado[20] como uma barreira natural para o desenvolvimento capitalista dentro desta perspectiva. A agência do banhado é concebida como contrária ao modo de vida da comunidade tradicional de pescadores, discursos que ignoram o fato que a agência do banhado sobre o equilíbrio ambiental da paisagem necessário para que o modo de vida da comunidade tradicional de pescadores seja preservada.

---

19 Se partimos da reflexão que a região de Pelotas é predominantemente de áreas úmidas e composta de diversas áreas de banhado que, consequentemente, deveriam ser preservadas, grande parte do Pelotas seria área de risco ambiental. Por essa lógica é importante considerar que as comunidades como do Pontal da Barra ou Passo dos Negros como área de risco é redundante e serve apenas para propósitos políticos, de exploração capital e de exclusão social.

20 O banhado nessa perspectiva integra todos os atores sociais que estão nessa paisagem, os animais e vegetais em perigo de extinção, os sítios arqueológicos, etc. É importante perceber que as dificuldades de permanência e sobrevivência dos atores sociais da comunidade tradicional de pescadores se sobrepõe e/ou dualiza com a relação com o banhado, além da não relacionalidade com o passado arqueológico.

Quando propomos pensar sobre os patrimônios em contextos de conflitos se torna necessário refletirmos sobre como essa relacionalidade é construída (ou apagada) ao longo dos anos. O questionamento inicial, se eles têm consciência do seu patrimônio e o que está acontecendo na paisagem é de resposta complexa. Essas relações são fluídas e “moldadas” nas tensões dos conflitos, na emergência de solucionar questões comunitárias. São atores sociais em situação de vulnerabilidade social, as questões de sobrevivência, sustento, segurança, saúde, estruturação básica, etc. Ainda é preciso ter acesso desses atores sociais ao conhecimento construído através das pesquisas ao longo desses anos, para que o entendimento aconteça, promovendo meios para que essa relação seja construída.

Ao tratarmos do avanço imobiliário no Laranjal e a proteção ambiental em áreas protegidas úmidas, acredita-se que não se pode recorrer a respostas simplificadoras, pois a questão exige a reflexão aprofundada sobre as complexidades inerentes ao contexto ambiental e sociocultural em que se insere. Morar ou não morar no Laranjal? A continuidade deste avanço imobiliário exige (re)considerarmos constantemente as dinâmicas naturais e socioculturais imbricadas nessa paisagem, que ao longo dos anos estão em constante mutação, (re)avaliando as possibilidades de impacto nas áreas protegidas úmidas, os desafios à governança desses espaços e seu papel no desenvolvimento sustentável local e na proteção dos patrimônios.

Sobre os grandes projetos do capital imobiliário na cidade de Pelotas, especialmente sobre territórios conflituosos como o Pontal da Barra e também o caso do Passo dos Negros, podemos refletir e/ou correlacionar com cenário de Racismo Ambiental, ou ainda um cenário de Gentrificação. Ainda que o cenário está em constante mudança, e muitas variantes precisam ser consideradas à luz de novos episódios na paisagem em constante mudança, precisamos pensar sobre o que acontece hoje no Passo dos Negros e poderá acontecer no Pontal, caso os tais projetos do capital imobiliário se viabilizem. Eles enquadram-se no conceito de Gentrificação? Se considerarmos a pressão capital e no processo de aumentar o valor capital dessas áreas, há uma segregação socioespacial e a mudança na paisagem. A valorização mercadológica e a expulsão de antigos moradores é o que caracteriza esse cenário, que são nuances de um mesmo fenômeno econômico-social.

No caso do Pontal da Barra, o valor capital dessas áreas está atrelado a segregação socioespacial, nesse caso podemos falar de gentrificação. Fica evidente

que os discursos de valorização capital não são voltados para a comunidade que já faz parte do cenário, pelo contrário. Quando ao valor agregado, esse é destinado aos atores sociais mais abastados da região, pela busca de novos moradores com capital para usufruir das belezas da paisagem às margens da Laguna dos Patos.

No Passo do Negros, o processo de apropriação pelas elites ocorre também com tentativa de expurgo dos tradicionais e empobrecidos. O território do Passo dos Negros vem passando por uma gentrificação inequívoca. Nesse momento o bairro São Gonçalo é o metro quadrado mais caro da cidade, o setor imobiliário usa o poder econômico para expulsar as comunidades, apagando toda a historicidade e pertencimento, deslocando as pessoas para outras margens. E o mesmo estaria acontecendo no Pontal da Barra se, durante todo esse processo de avanço imobiliário, não tivessem acontecido tantas mobilizações por parte da atores sociais, tanto da comunidade acadêmica, como não acadêmica.

O racismo ambiental é um fenômeno nas comunidades de minorias étnicas e raciais e são desproporcionalmente expostas a riscos ambientais, incluindo poluição do ar e da água, falta de acesso e ambientes insalubres. O caso do Passo dos Negros é indiscutivelmente essa situação, sendo uma comunidade de origem histórica negra, e tem todo um processo histórico que explicita essa marginalização social. No caso do Pontal da Barra a comunidade não possui uma identificação racial, não foi identificado um movimento racial de identidade nesse estudo. Contudo, visibilizando as dimensões de vulnerabilidade social e ambiental de grupos historicamente excluídos a terem seus direitos, no contexto da Vila da Barra podemos e devemos fazer analogias, os atores sociais vivem em condições precárias, em áreas denominadas de risco pelo poder público. Muitas vezes essas comunidades são culpabilizadas pelos problemas enfrentados por morar em áreas consideradas de risco, o que acaba por ser uma contradição, visto que o modo de vida nos territórios de pesca acontece às margens de rios, lagos e mar. Uma comunidade tradicional de pesca vive no seu território de pesca, e todo discurso construído contraditório à essa realidade deslegitima seu modo de vida e marginaliza essas comunidades. Essa relação de exclusão social, de marginalização é muito presente dos discursos dos atores sociais da comunidade tradicional de pescadores do Pontal da Barra (audiência pública 17/11/2013). Esse preconceito social sentido e vivenciado pela comunidade tradicional de pescadores é uma confluência de preconceitos, principalmente de

diferenças culturais. A desigualdade social é um fator importante para o aumento do preconceito social.

Além da gentrificação, o racismo ambiental destrói a paisagem, aterra os banhados, aumenta o desmatamento e isso influi no deslocamento dos animais da região que estão sumindo, altera e contamina a água da região e altera o modo de vida das pessoas. Constroem esses empreendimentos sem pensar no impacto para essas comunidades. O apagamento da historicidade e seus patrimônios material e imaterial é um fato. A proposta do setor imobiliário é cada vez mais dominar outros espaços, e essa pressão social e capital está sobre essa comunidade tradicional de pesca. A questão no cerne da discussão é de como que a cidade não é pensada de forma igual, de como é que os acessos não estão disponíveis para as pessoas de forma equânime, respeitando seus modos de vida e seu direito aos seus territórios.

Quando pensamos sobre patrimônios dentro de contextos de conflitos socioambientais refletimos toda uma cadeia de olhares e relações intensas, onde os atores sociais estão em constante reinvindicação de seus territórios. É uma luta de poderes e importâncias e, nesse panorama de disputas, são construídas as relações com os patrimônios. Fica evidente que o próprio conflito afeta cada olhar. Um patrimônio pode receber reconhecimento e proteção de maneiras diferentes por atores sociais, influenciado por sua ação dentro do palco de conflitos. Os múltiplos interesses sobre a paisagem além da variação ao acesso ao conhecimento científico podem destacar ou ignorar as importâncias dos patrimônios.

Os debates sobre os conflitos no Pontal da Barra transbordam o próprio território, não somente no sentido político e social. O Pontal é simbolismo frente das diferentes lutas e resistências ambientais na região, e para a comunidade tradicional de pescadores não é apenas na luta pela terra, mas também pelas águas. As águas da Laguna dos Patos e do banhado do Pontal são atores sociais cruciais nas disputas por territórios e construção das identidades dos atores sociais com os patrimônios.

A falta de políticas públicas sobre a preservação ambiental do Pontal da Barra e da região de Pelotas configura um cenário de ecocídio. Os desastres ambientais que testemunhamos no Brasil (como o caso de Belomonte[21], entre tantos outros)

[21]Altamira é uma cidade que recebeu grandes obras ao seu redor e, por isso, experimentou um crescimento desenfreado e impactos altamente negativos, principalmente da Usina de Belo Monte. A obra continua causando uma série de graves problemas tanto sociais, como ambientais. Fonte:

servem como exemplo para um panorama desastroso. Os debates ambientais cada vez mais são alarmantes sobre as mudanças climáticas, e é necessário compreender a fragilidade ambiental da região de Pelotas.

O Pontal da Barra é um território com marcas e características específicas que estabelece uma paisagem cultural de importância para a comunidade, um lugar de referência e significação que indica outros patrimônios que precisam ser preservados.

Refletir sobre o papel social da Arqueologia nesse contexto de conflitos se entrelaça ao papel dos pesquisadores de várias áreas científicas. Toda a atuação científica nesse contexto deve ser usada como ferramenta de conscientização, reflexão sobre a realidade em que se vive, evidenciando os focos a serem problematizados pelos grupos que fazem parte dos conflitos, instigando o debate e constituindo uma rede de significados. O protagonismo dos atores sociais da Arqueologia e demais ciências acadêmicas que são atuantes nesse contexto podem e devem ser como uma abordagem de empoderamento, legitimação de territórios e ressignificação dos patrimônios.

O papel da Arqueologia no contexto conflituoso do Pontal da Barra transborda as importâncias indiscutíveis na pesquisa acadêmica e corroboram para os debates sobre legitimação do uso da paisagem e dos territórios de pesca no passado e no presente. O Pontal da Barra foi no passado um território de populações que dependiam da pesca, a base para seu modo de vida. No presente a comunidade tradicional de pesca da Vila da Barra reivindica sua legitimação dentro do território e como parte da paisagem cultural através da pesca. Essa conexão com o passado e com o presente na paisagem devem ser cada vez mais construídos através de ações que promovam diálogos entre a academia e as comunidades.

Segundo Freire (2003), o diálogo possibilita a ampliação da consciência crítica sobre a realidade, a igualdade em que todos procuram pensar e agir criticamente com suporte na linguagem comum. Diálogo, nessa perspectiva, tem a amorosidade como dimensão fundante, contrapondo-se a ideia de opressão e dominação. Os círculos de cultura, sistematizados por Paulo Freire (1991) estão fundamentados em uma proposta pedagógica cujo caráter radicalmente democrático e libertador propõe uma aprendizagem integral, promove a horizontalidade na relação educador-educando e a

---

https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/solucao-para-o-caos-ambiental-de-belo-monte-esta-na-mesa-do-ibama, acessado em 22 de maio de 2024.

valorização das culturas locais, da oralidade, contrapondo-se em seu caráter humanístico à visão elitista de educação. Toda produção científica construída a partir do contexto do Pontal da Barra precisa ter esse protagonismo de “construir pontes” entre a academia e as comunidades, onde esses atores sociais atendam esse papel social sobre o contexto de conflitos.

Este estudo foi finalizado durante a maior catástrofe ambiental do estado do Rio Grande do Sul, ocorrido em maio de 2024. As fortes chuvas provocadas pelas mudanças climáticas na região sul do Brasil causaram enchentes, destelhamento e destruição de casas, queda de árvores e quebra de pontes. Foi o maior desastre ambiental registrado no estado, ultrapassando a enchente histórica registrada no Rio Grande do Sul em 1941.

Esses eventos climáticos extremos não podem ser mais ser considerados como surpreendentes ou não esperados. A falta de políticas públicas que se antecipem esses eventos climáticos extremos são um grave problema pois, segundo a ciência, a previsão é que aconteçam com mais frequência[22].

Nesse contexto de tragédia testemunhamos a comunidade tradicional de pesca do Pontal da Barra e a Colônia de pescadores da Z3 serem os primeiros atingidos pela inundação da Laguna dos Patos em Pelotas. Todas as questões sociais discutidas neste estudo são expostas nesse contexto trágico. A realidade das comunidades pesqueiras requer um estudo aprofundado pelos poderes públicos sobre como viver com segurança nessas áreas às margens da Laguna dos Patos. Adaptar as cidades consiste em lidar com a garantia de moradia segura, principalmente para os grupos sociais de maior vulnerabilidade social e econômica. As comunidades tradicionais de pesca vivem às margens das águas, sendo impactadas com maior intensidade pelos eventos climáticos extremos e pela falta de políticas públicas para esses locais e situações.

Esses eventos catastróficos ocorridos em 2024 deverão ser estudados por várias ciências que desenvolverão pesquisas dedicadas exclusivamente à toda complexidade deste panorama de desastre ambiental. Estabelecemos nesse estudo apenas algumas considerações indispensáveis sobre a relação desses eventos com

[22] Fonte: https://www.greenpeace.org/brasil/blog/chuvas-no-rio-grande-do-sul-quantas-pessoas-mais-precisarao-morrer, acessado em 11 de maio de 2024.

as questões que trabalhamos, lamentavelmente elucidando muitas questões apresentadas pelos atores sociais nos seus discursos.

As mudanças climáticas foram e são debatidas em espaços acadêmicos, programas de rádio, em audiências públicas na câmara dos vereadores, podcast, etc. e o alerta sempre presente sobre o avanço imobiliário do município de Pelotas na direção das áreas úmidas (com um grande potencial de risco de inundações). O avanço imobiliário no município de Pelotas se estabelece em terrenos baixos, planos e úmidos, alguns associados à ambiente de margem da Laguna dos Patos e córregos. Esses locais sofreram aterramentos para a construção e, como testemunhamos nesse evento de inundação, são as áreas vermelhas de maior risco na enchente. O que vivenciamos é um efeito resposta ao como planejamos nosso habitar às paisagens. Esses eventos seguirão acontecendo com maior intensidade e frequência, por isso a importância de trazer a justiça climática para a construção de políticas públicas que considere o saber dos povos indígenas do presente e do passado, o saber popular das comunidades de pescadores, que considere os saberes das ciências que constantemente alertam sobre essas mudanças.

Segundo Silva[23] a sociedade continua construindo as cidades em lugares que são mais vulneráveis e suscetíveis a receber grandes impactos como esse. Não podemos insistir em construir e reinstalar infraestruturas públicas e áreas residenciais urbanas em ambientes que sabemos que são de risco, porque ou estão muito próximos de um leito de um corpo hídrico, que é vale de inundação, ou porque estão encaixados em um vale e é área de captação onde toda uma água, um grande volume de chuva, vai percorrer e vai inundar. Cada município deve revisar o seu Plano Diretor, ter um plano ambiental e reunir outros instrumentos de planejamento.

O Rio Grande do Sul vivenciou uma tragédia sem precedentes na história, umas das maiores catástrofes ambientais da história do país. A situação é extrema – porém, não dá para dizer que seja inesperada. Há pelo menos 10 anos, um amplo estudo da Presidência da República já apontava chuvas acentuadas no Sul do Brasil em decorrência das mudanças climáticas. Também chamava atenção para a

[23] O professor Marcelo Dutra Silva é um dos ecólogos que fez alertas em 2022 sobre as mudanças climáticas, participava de um programa de rádio e se manifestou várias vezes levantando os dados de uma série histórica. A UFPEL (Universidade Federal de Pelotas) possui uma das coleções mais antigas de dados meteorológicos que são coletados diariamente há muito tempo sobre o tema. Fonte: https://www.ihu.unisinos.br/639307-nos-precisamos-entender-que-isso-nao-foi-obra-do-acaso-alerta-professor-da-furg-sobre-enchente, acessado em 18 de maio de 2024.

necessidade de sistemas de alerta e de planos de contingência. O projeto “Brasil 2040: cenários e alternativas de adaptação à mudança do clima”, encomendado em 2014 pela gestão de Dilma Rousseff, do PT, composto por vários relatórios, apresentava resultados dramáticos. Elevação do nível do mar, mortes por onda de calor, colapso de hidrelétricas, falta d’água no Sudeste, piora das secas no Nordeste e o aumento das chuvas no Sul[24]. O relatório do “Brasil 2040” que detalhava os impactos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos, feito pela Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, destacou um aumento no nível de chuvas no extremo sul do país superior a 15%.

O crescimento do poder político no Brasil de extrema-direita nos últimos anos com uma postura anticomunista, neoliberalista e de nacionalismo extremo, o negacionismo cresceu como principal estratégia de desconstrução. Vivenciamos a negação ambiental sobre o aquecimento global, a queimadas e ao desmatamento. O negacionismo levou ao maior desmonte de políticas públicas de meio ambiente da história do país. Tivemos a desmobilização da participação da sociedade civil em conselhos, paralisia de fundos internacionais, cortes significativos no investimento e manutenção de programas e projetos, abandono das unidades de conservação. A fiscalização e o controle foram reduzidos. Nos últimos anos no nosso país “a boiada passou” sobre o bioma brasileiro e foi um grande exacerbador às mudanças climáticas, impactando nossas águas e nossa biodiversidade. A falta de políticas públicas de proteção ambiental antecede o mandato atual, mas permanece na atualidade a ausência de políticas de preservação, principalmente no estado do Rio Grande do Sul. Nos últimos anos o “progresso” capitalista devastou imensas áreas de proteção ambiental por todo o país. A destruição ambiental é resultante de um modelo de desenvolvimento onde as elites se beneficiam e o caos é a realidade para a maioria da população, principalmente as comunidades de vulnerabilidade social.

Mas a legislação e as políticas públicas ainda são executadas como se não vivêssemos em época de eventos extremos. Suely Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima[25], afirma que o estado gaúcho teria que fazer a

---

[24] Fonte: https://www.intercept.com.br/2024/05/06/enchentes-no-rs-leia-o-relatorio-de-2015-que-projetou-o-desastre-e-os-governos-escolheram-engavetar/, acessado em 18 de maio de 2024.

[25] Fonte: https://www.intercept.com.br/2024/05/08/nao-temos-mais-como-evitar-os-eventos-extremos-diz-coordenadora-do-observatorio-do-clima/, acessado em 18 de maio de 2024.

restauração florestal e da vegetação natural nas margens dos cursos d'água. Trabalhar com uma abordagem com uma agropecuária que não necessite desmatar tudo que está pela frente.

Como testemunhamos nesse evento climático extremo a crise ambiental é agora, não mais o futuro. Em abril deste ano, o governo gaúcho sancionou uma lei que permite desmatar áreas de preservação permanente, as APPs, essenciais para conter maiores volumes de chuva. A vegetação não florestal tem grande importância ecológica. Esses ecossistemas são fundamentais para a manutenção de nascentes e aquíferos. Ainda assim com 38 votos (principalmente de ruralistas e "bolsonaristas") contra 18 votos dos partidos de esquerda, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou o projeto de lei (PL) que permite devastar, pelo menos, 48 milhões de hectares só de campos nativos, o equivalente às extensões somadas do Rio Grande do Sul e do Paraná[26].

O grau de destruição de uma política colonialista agronegocial ao longo de vários anos facilitou e energizou o aumento das águas transbordantes. Segundo o prof. Althen Teixeira Filho[27] (UFPEL) o atual governo, acumpliciado com o Legislativo, "esquartejou" o nosso código ambiental, queriam minerar carvão próximo ao centro de Porto Alegre, impôs aos gaúchos agrotóxicos proibidos nos países onde são fabricados tendo em vista a sua grande toxicidade. Com essas escolhas e desconsiderando opiniões de universidades e centros de pesquisa, agrediu a saúde da população e do meio ambiente. O governo flexibilizou a legislação ambiental (com o apoio da Fiergs e Farsul) para permitir a construção de barragens e açudes em Áreas de Proteção Permanente (APP), retirou proteção de dunas costeiras retirou proteção de árvores como as figueiras e corticeiras. Segundo o autor o atual tipo de produção agrária por parte do agronegócio é colonialista, agressiva e desumana. Ele faz referência aos casos de trabalho semelhante à escravidão que foram recentemente detectados no RS e pertenciam ao setor agronegocial.

---

[26] Fonte: https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/camara-aprova-projeto-que-permite-devastar-area-de-campos-nativos-do, acessado em 24 de maio de 2024.

[27] Professor Titular / Instituto de Biologia / Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Fonte: https://sul21.com.br/opiniao/2024/06/o-bioma-pampa-mais-desmatado-e-degradado-por-althen-teixeira-filho/, acessado em 16 de junho de 2024.

Nesse panorama catastrófico voltamos o olhar para a paisagem deste estudo. A comunidade pesqueira e suas casas, a estrada de acesso ao pontal, fauna e flora do banhado, sítios arqueológicos, os conflitos e os discursos. Tudo, submerso nas águas. Perdas incalculáveis, a população em situação de grande risco. Todos os debates ambientais e sociais fazem uma pausa para as questões mais emergenciais. Os moradores se mobilizam para salvar o que é possível, alimentar e alojar os desabrigados, cuidar dos animais. Lidamos com a tragédia que impacta essa paisagem conscientes que a análise que fazemos nessa realidade transborda o próprio Pontal da Barra. Como mencionado esse panorama catastrófico foi previsto pela ciência, mas não teve respaldo dos poderes públicos, que manteve o avanço imobiliário nas áreas mais sensíveis ambientalmente em Pelotas. Testemunhamos na paisagem do Pontal da Barra uma realidade de catástrofe ambiental que está atrelada à uma política local que transborda do micro para o macro. É uma crise regional, estadual, nacional e mundial.

Muitos bairros e cidades inteiras do RS deverão ser mudadas de local. Em Muçum/RS 200 famílias já estavam em processo de transferência desde as enchentes de 2023. Após as chuvas recentes, o prefeito conta que 40% da população do bairro Fátima e em torno de 60% do São José terá de ser remanejada. Eldorado do Sul foi praticamente toda tomada por enchentes, mas a prefeitura não irá transferir toda a cidade para escapar do Jacuí e do Guaíba. Já no município de Roca Sales (que está entre as cidades mais devastadas pelas chuvas) a intenção da prefeitura é mudar toda a zona central e deixar para trás ruas e prédios engolidos pela água. No município quase 60% da área urbana da cidade havia sido inundada até 6 de maio. O caso comprometeu cerca de 3,6 mil estruturas dos mais diferentes tipos. [28].

O preço é alto pelo crescimento exacerbado das cidades. Pago com vidas e com perdas materiais incalculáveis. O que isso nos diz sobre a relação de humanos e não humanos, sobre a atuação humana nessas paisagens?

Com essa tragédia do Rio Grande do Sul, a ciência estuda possibilidades de adaptações climáticas para as cidades conseguirem enfrentarem os eventos climáticos extremos que possam vir. Nesses estudos são considerados o papel das cidades-esponjas, construídas para evitar enchentes e alagamentos. Como uma

[28] Fonte: https://www.nsctotal.com.br/noticias/cidades-do-rs-planejam-mover-centros-e-bairros-de-lugar-para-evitar-novas-catastrofes, acesado em 24 de maio de 2024.

esponja essas cidades são desenhadas para absorver a água da chuva e prevenir alagamentos. No lugar do concreto o chão poroso imita o natural, absorvendo a água e liberando lentamente para o solo. Nas áreas às margens de rios em vez de construir muros cada vez mais altos, estão restaurando pântanos e áreas úmidas para manter o nível das águas controladas, protegendo assim as margens. As cidades-esponja já se espalham pelo mundo e elementos que fazem essa união dos centros urbanos com construções arquitetônicas com essa proposta. Elas podem ser encontradas na China, Estados Unidos, Tailândia, Alemanha e Dinamarca. A proposta das cidades-esponja é coexistir com outros atores não humanos da natureza, e não ir "contra" a atuação deles na paisagem. As cidades-esponja podem ser a saída para enfrentar climas extremos, com chuvas intensas e secas duradouras.[29]

Sobre o Pontal da Barra os atores sociais destacam a importância do papel de "esponja" que os banhados e áreas úmidas de Pelotas exercem sobre a paisagem. Percebe-se a importância de preservar ambientes que a natureza já oferece essas soluções para os fenômenos naturais, e mesmo assim é ignorado a importância desse papel na paisagem, da sua preservação. E quando as coisas não mudam, parece que precisamos seguir remediando. A tragédia está longe de acabar se o modo humano de atuar na paisagem não mudar.

Na China o conceito urbanístico relacionado ao meio ambiente está ligado ao trabalho do arquiteto, urbanista e paisagista chinês Kongjian Yu, creditado mundialmente a maior referência e "criador" das "cidades-esponja" e vencedor do prêmio Sir Geoffrey Jellicoe, da Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas, em 2020. Em entrevista para o Fórum Econômico Mundial, Yu disse que "as enchentes não são inimigas e podemos ser amigos das inundações e das águas usando sabedoria ancestral"[30].

Buscar na sabedoria ancestral uma relação em equilíbrio com a paisagem. Nessa perspectiva as pesquisas arqueológicas contribuem para essa reflexão, permitindo através do estudo dos sítios arqueológicos entender como os primeiros

---

[29] Fonte: https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2024/05/cidades-esponja-na-china-e-no-resto-do-mundo-saiba-onde-essas-metropoles-inteligentes-ja-existem#:~:text=%E2%80%9CCidade%2Desponja%20%C3%A9%20um%20conceito,da%20sigla%20OICS%2C%20uma%20plataforma, acessado em 7 de junho de 2024.

[30] Fonte: https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2024/05/cidades-esponja-na-china-e-no-resto-do-mundo-saiba-onde-essas-metropoles-inteligentes-ja-existem#:~:text=%E2%80%9CCidade%2Desponja%20%C3%A9%20um%20conceito,da%20sigla%20OICS%2C%20uma%20plataforma, acessado em 7 de junho de 2024.

habitantes da região da planície costeira e da orla da laguna do Patos conheciam as mudanças ambientais e o aumento das áreas de inundação no decorrer dos anos. Os cerritos são adaptações às condições da paisagem, esses povos habitavam esses ecossistemas de Mata Atlântica e do Pampa desde mais ou menos 5 mil anos atrás.

Segundo Milheira[31], Charruas e Minuanos viviam nos banhados, campos alagadiços e charcos ligados a grandes sistemas lagunares, como as lagoas dos Patos e Mirim. Esses povos preferiam esses ambientes. Com muita fartura de alimentos eles também domesticam plantas, manejavam bosques de palmeiras e selecionavam várias espécies vegetais para uso doméstico, arquitetônico, ritual e medicinal. Ecologicamente podemos afirmar que a relação entre as populações indígenas e o meio ambiente era de extremo equilíbrio, visto que, ao longo de aproximadamente 5 mil anos, foram explorados todos os ambientes dos referidos biomas, sem que nenhum tipo de distúrbio sistêmico negativo. Milheira afirma que as áreas onde mais ocorrem sítios arqueológicos de ocupação indígena são áreas com ampla biodiversidade, como é o caso dos butiazais do sul do Brasil e Uruguai, evidenciando a relação harmônica na paisagem. Se a sociedade ocidental contemporânea tem como uma de suas principais características a destruição e consequente esquecimento de si mesma e de sua condição como parte da paisagem, a Arqueologia pode ter uma importante contribuição a fazer: trazer ao debate o passado sobre as questões do presente, evidenciando o modo de vida e a sabedoria intrínseca desse modo de vida desses povos e, porque não, contribuindo para soluções de conflitos e problemas da nossa vida moderna.

Krenak (2020) expressa sua grande preocupação com o uso dos recursos naturais pela sociedade moderna. Vivemos no limite, consumindo e modificando a paisagem de forma inconsciente e irrefreável tudo aquilo que sustenta a vida no planeta – água, alimento, florestas, minérios, petróleo, etc. Essa premissa estaria na origem do desastre socioambiental de nossa era. Segundo o autor somente o reconhecimento da diversidade e a recusa da ideia do humano como superior aos demais seres podem ressignificar nossas existências e refrear nossa marcha insensata em direção ao abismo. Desconstruir a idéia de humanidade como algo separado da natureza.

---

[31] Fonte: https://wp.ufpel.edu.br/empauta/tudo-isso-vai-passar-mas-e-ai/, acessado em 8 de junho de 2024.

Enfrentamos uma era de grandes desafios sociais, durante este estudo testemunhamos uma terrível evolução de uma pandemia, a ascensão do governo de extrema-direita e do neoliberalismo que gerou uma série de conflitos, discursos de ódio, negacionismo científico e por fim uma das maiores tragédias ambientais registradas no estado do RS, a enchente de 2024, consequências do aquecimento global.

Nesse panorama refletimos sobre o papel social da Arqueologia. Uma Arqueologia de abordagem pública e social que faz a análise sobre o presente e o passado de uma paisagem, sobre como ela foi alterada e significada ao longo do tempo. A Arqueologia do Conflito que possibilita pensar os processos de continuidade e de mudança enfrentados pelos atores sociais e como suas relações são construídas ou não com os patrimônios. Dessa maneira nos permite entender os diferentes processos históricos, culturais, econômicos e sociais, intervir de forma engajada e diferenciada no presente ou mesmo contribuir com o conhecimento e saberes dos povos do passado para idealização de um outro futuro. Portanto para uma Arqueologia socialmente engajada não basta a produção de novos conhecimentos científicos sem envolver esses saberes com as pessoas. Esse conhecimento poderá ser gradativamente incorporado à memória coletiva da sociedade, contribuir para as lutas humanistas, processos de ressignificação de identidades principalmente em um país multicultural como o Brasil (OLIVEIRA, 2005, pág.118). A Arqueologia com abordagem pública se torna uma ferramenta de luta social e cidadania, uma ferramenta para refletir sobre nosso futuro como sociedade.

Krenak (2020) afirma que o futuro é ancestral. Ao considerar a ética ambiental sob o ponto de vista antropocêntrico, a natureza está subjugada à humanidade. A perspectiva dos povos indígenas onde o a humanidade é parte da natureza será importante para os próximos anos de incerteza quanto aos rumos da política ambiental brasileira.

Ser anti-capitalista nesse contexto não é mais somente uma questão de ser de esquerda, direita ou decolonial. Não podemos ignorar o fato que as políticas públicas são a base dos discursos e ações anti ou pró-vida, mas falamos basicamente de sobrevivência, dessa relação construída que nos separa da natureza que nos condena. Mantemos uma perspectiva contemporânea de acúmulo de riquezas infinitas, em um mundo de recursos finitos. Krenak afirma que precisamos da

sabedoria ancestral dos povos indígenas para desconstruir essa mentalidade. Um olhar sobre o presente, com a sabedoria do passado para existir um futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu da análise dos discursos dos atores envolvidos nos conflitos do Pontal da Barra, realizando assim através de entrevistas o registro das narrativas a identificação de pontos de tensão, delineando os históricos dos conflitos e relações de pertencimento. Essa abordagem foi desenvolvida através de entrevistas via Webconf (principalmente no período pandêmico), através de entrevistas presenciais e prospecção em campo na Vila da Barra, atividades e entrevistas no Balneário do Barro Duro e outros locais no município de Pelotas. Ainda foram analisados os discursos em Audiência Pública sobre os conflitos envolvendo a comunidade da Vila da Barra. Essa abordagem foi realizada assumido o intuito de compreender as perspectivas dos envolvidos, cujo diálogo foi estabelecido a partir da Arqueologia, pautadas sempre no respeito às diferentes formas de percepção e no acesso à informação resultante de toda a ação promovida no contexto do Pontal da Barra.

Os discursos registrados e analisados no estudo explicitam o emaranhado de discursos e conflitos em torno do lugar Pontal da Barra, que envolve diversas questões que estão correlacionadas entre si, que transbordam esse lugar e seus diversos significados e se entrelaçam com outros conflitos narrados. Ainda podemos estabelecer a relacionalidade com outras questões de cunho ambiental, social e patrimonial na região de Pelotas e sul do estado do RS. O estudo de caso do Pontal da Barra é um dos mais antigos e mais importantes sobre questões ambientais na região. Atualmente muitos debates envolvem as causas ambientais em Pelotas podem e devem ser correlacionadas com o estudo de caso do Pontal da Barra, como os conflitos socioambientais no Passo dos Negros[32], a destruição gradativa da Mata do Totó e todas as áreas que são consideradas de risco no município. As políticas públicas em torno das áreas de risco (ou a falta delas) é o que amplia as discussões e permite estabelecer a conexão entre esses lugares de conflitos no município. A inclusão ou exclusão dessas comunidades na paisagem é legitimado pelos discursos de proteção ambiental, discursos que são reforçados ou não pelos poderes municipais, pelas Universidades, por grupos e órgãos de proteção ambiental e pela sociedade em geral.

[32] Dossiê Passo dos Negros, UFPEL 2018.

As narrativas registradas e analisadas neste estudo são dos atores sociais que se disponibilizaram a contribuir para a pesquisa. Além dos desafios enfrentados no desenrolar dessa pesquisa (período pandêmico com isolamento social e a enchente que manteve as comunidades inacessíveis) muitos atores sociais do contexto do Pontal da Barra se recusaram a dar entrevista. Existe uma insegurança por parte da comunidade de pescadores tradicional da Vila da Barra, medo de perder suas casas, seu modo e vida e sustento. Ainda devido à polêmica que os conflitos geram sobre o tema do Pontal da Barra os atores sociais do poder público não se manifestaram ou permitiram entrevistas. Os conflitos e debates sobre o futuro do Pontal da Barra permanece um assunto controverso e perigosamente polêmico. Através dos discursos dos atores sociais da Audiência Pública podemos analisar o protagonismo de alguns vereadores que atuam nas discussões sobre os conflitos envolvendo a comunidade de pescadores tradicional do Pontal da Barra. O protagonismo dos atores do poder público também é visível nas mídias, o Pontal da Barra ganhou visibilidade social principalmente nas últimas duas décadas, a atuação dos atores sociais dos poderes públicos aumentou, o Pontal da Barra se tornou um importante protagonista nas campanhas partidárias e na busca de apoio político municipal.

As entrevistas com os atores sociais deixaram explícito o pedido de ajuda para as causas socioambientais em Pelotas, onde há contextos críticos como os exemplos supracitados. O Fórum de Democracia Ambiental (FDAM) é um dos espaços que os debates e os discursos convergem na necessidade de ações junto às comunidades nesses contextos mais críticos. Ongs e ativistas ambientais configuram nesse cenário desde a década de 80, assim como atores sociais da política que estendem os debates principalmente nas plenárias e audiências nas câmaras de vereadores.

O presente estudo promoveu uma reflexão sobre papel social da Arqueologia no contexto conflituoso do Pontal da Barra, evidenciando o protagonismo dos atores sociais (pesquisadores, sítios arqueológicos, laudos, etc.) sobre o desenrolar das decisões judiciais sobre a paisagem. Esse protagonismo permitiu refletir sobre a legitimação da existência da comunidade de pescadores na paisagem partindo do patrimônio identificado, estabelecendo essa conexão do passado com o presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOMILLI, G. K. (2002). **Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – RS** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2002.

ADOMILLI, G. K. (2007). **Terra e mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte – RS** (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

ADOMILLI, G. K., ROMANI, F., & CAMARERO, L. D. **A arte da construção naval na pesca artesanal: sobre saberes e habilidade de carpinteiros navais do litoral do extremo sul do Brasil**. Cadernos do Lepaarq, *16*(32), 122-137, 2019.

ADOMILLI, G. K., TEMPASS, M. C., & LOPES, R. da C. (2017). **Notas teórico-metodológicas sobre a pesquisa etnográfica na área de educação ambiental**. REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental, *34*(3), 226–244.

ALFONSO, Louise Prado ; RIETH, Flávia . **Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural.** In: Camen Burget Schiavon, Sandra de Cássia Pelegrini. (Org.). Patrimônios Plurais: iniciativas e desafios.. 1ed.Rio Grande: Editora da FURG, 2016, v. 1, p. 131-147.

ALBERTI, Benjamin, FOWLES, Severin, HOLBRAAD, Martin, MARSHALL, Yvonne, WITMORE, Christopher **"Worlds Otherwise": Archaeology, Anthropology, and Ontological Difference** Reviewed work(s): Source: Current Anthropology, Vol. 52, No. 6 (December), pp. 896-912 Published by: The University of Chicago Press on behalf of Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research Stable, 2011.

ALMEIDA, M. **O Australopiteco Corcunda: as crianças e a Arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola**. São Paulo. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos **A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: Arqueologia e Etnografia da Comunidade de**

Miguel Burnier, Outo Preto, Minas Gerais. Tese de Doutorado, Belo Horizonte MG, 2018.

ANDRADE, C. **Educação Patrimonial em Arqueologia: a dinâmica das práticas evidenciando redes de conhecimento.** Revista de Arqueologia, v. 32, n. 2, p. 239-255, 22 dez. 2019.

ANDRADE, Cilcair. 2019. **Nem Eva viu a uva, nem o índio fez a cerâmica: experiências e análises de Projetos de Educação Patrimonial em Arqueologia**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BALÉE, William The Research Program of Historical Ecology. Annu. Rev. Anthropol. 35, 2006. (Texto publicado originalmente) **PROGRAMA DE PESQUISA DA ECOLOGIA HISTÓRICA.** Tradução de Rafael Milheira. Cadernos do Leeparq, vol. XIV, n°28, 2017.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, maio-agosto de 2013, p. 91.

BARCELLOS, Silvia Carla Bauer (Org.). **Fundamentação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas, RS** UFPEL, Pelotas (RS), junho de 2019.

BARCELLOS, Silvia Carla Bauer MENEZES, Gabrielito Rauter **Aspectos gerais do contexto socioeconômico do entorno** In: BARCELLOS, Silvia Carla Bauer (Org.). Fundamentação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas, RS UFPEL, Pelotas (RS), junho de 2019.

aspectos gerais do contexto socioeconômico do entorno Silvia Carla Bauer Barcellos Gabrielito Rauter Menezes

BEGOSS, A (org) **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** São Paulo: NUPAUB-USP/HUCITEC/FAPESP/NEPAM-UNICAMP, 322 pp, 2004.

BERTONCELLO, R. **Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio**. In: PAES, M. T.; 2010.

BEZERRA DE ALMEIDA, Márcia - **O Público e o Patrimônio Arqueológico no Brasil: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil**. Habitus, v. 1(2): 275-295, 2003.

BINFORD, L. R. **Nunamiut Ethnoarchaeology**. Academic Press, New York. 1978.

BINFORD, L. **The Archaeology of place.** Journal of Anthropological Archaeology, n.1, p.
05-31, 1982.
BINFORD, L. R. **Em busca do passado: a descodificação do registro arqueológico**. Europa-América, Mira-Sintra. 1983.
BINFORD, L. **Seeing the present and interpreting the past – and keeping things straight.** IN:ROSSIGNOL, J.; WANDSNIDER, L. Space, time and archaeological landscapes. New York: Plenum, p. 4359, 1992.
BIRNBAUM, Pierre. **O Conflito**. In: Raymond Boudon (org.) "Tratado de Sociologia". Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
BOADO, F. C. **Del terreno al espacio: Planteamentos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje,** CAPA 6, GTArPa, USC. 1999.
BORGES, Emilene Silveira, MARTINS, César Augusto Ávila **Plano Diretor e a relação com as áreas especiais de interesse social: um estudo de caso no município de Pelotas-RS** I*V* ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, Ufpel, 2013.
CARDOSO, E. S. **Conhecimento, política e território na pesca artesanal brasileira** In: DE PAULA, C. Q.; SILVA, C. N.; SILVA, C. A. (Org.). Geografia & Pesca Artesanal Brasileira: Volume 2. 1 ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2019, v. 2, p. 289-311.
CASSAB, L. A., & RUSCHEINSKY, A. **Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral.** *BIBLOS*, *16*, 7–24, 2007.
CERQUEIRA, Fabio Vergara; MILHEIRA, Rafael Guedes; ALVES, Aluisio Gomes. **Relatório do Programa Arqueológico de Diagnostico e Prospecção na Região do Pontal da Barra, Pelotas – RS**. 2019.
CHAGAS, Mário de Souza. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009.
CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate.** Portugal: Edições 70, 2011.
DAVID, N; KRAMER, C. **Ethnoarchaeology in Action.** Cambridge Press, New York. 2001.
DIEGUES, A. **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB-USP, 235pp, 1997.
DIEGUES, **A Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário.** São Paulo: HUCITEC, 292pp, 1998.

DIEGUES, A. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. NUPAUB – Núcleo de pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas Brasileiras** Universidade de São Paulo. 211 pp, 1999.

DIEGUES, A. (org). 2000. **A imagem das águas.** São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 207 pp, 2000.

DIEGUES, A. **A Pesca Construindo Sociedades.** São Paulo: NUPAUB/HUCITEC, 243-315, 2004.

DUARTE, F. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba** (Dissertação de mestrado). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1978.

DUSSEL, E. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FAGUNDES, Marcelo **O Conceito de Paisagem em Arqueologia – os lugares persistentes** HOLOS Environment, v.9 n.2, 2009 - P. 301, ISSN:1519-8634 (ON-LINE).

FERNANDES, T. C. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil.** Dissertação (mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERNANDES, M. C. de M.; CORONEL, L. . P.; THIESEN, B. V. Arqueologia e ação política: resultados da instalação vestígios de uma ausência. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 57–74, 2020. DOI: 10.20396/rap.v14i1.8658992. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8658992. Acesso em: 15 fev. 2022.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi **Patrimônio: Discutindo alguns conceitos.** Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Sob fogo cruzado: Arqueologia Comunitária e Patrimônio Cultural.** Revista Arqueologia Pública, São Paulo, nº 3, 2008. pgs. 81-92.

FERREIRA, Denison da Silva **Campo-Território**. revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014.

FIGUTI, L. **Estórias de arqueo-pescador: considerações sobre a pesca nos sítios de grupos pescadores-coletores do litoral**. Revista de Arqueologia, (11), 57-70,1998.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília-DF, Brasil, Brasil. Dossiê Educação Patrimonial - Artigos **Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e açõe s estratégicas**, Revista CPC v. 14 n. 27esp 2019.

FONSECA, Fabiane Fagundes da. **Desigualdade Ambiental em comunidades pesqueiras: o caso do Pontal da Barra – Pelotas/RS** IN: Horizonte Oceânico Brasileiro (2022). CAPÍTULO 3: Conflitos envolvendo Unidades de Conservação. São Paulo, SP, Brasil. 47 p, 2022.

FUNARI Pedro Paulo GONZÁLEZ Erika M. Robrahn **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil**. HISTÓRIA, São Paulo, 27 (2): 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade.** 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, P. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FUNARI, P., ZARANKIN, A., Reis, J. A. **Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960/1980)**, São Paulo, Annablume, Fapesp, 2008.

GARNICA, A. V. M. **O escrito e o oral: uma discussão inicial sobre os métodos da história.** *Ciência & Educação*, Bauru, v. 5, n. 1, p. 27-35, 1998.

GOULD, R (org.). **Explorations in Ethnoarchaeology.** School of American Research, Santa Fe. 1978.

GOULD, R. **Living Archaeology**. Cambrigde University Press, New York. 1980.

GOSDEN, Cris. **What do objects want?** Journal of Archaeological Method and Theory, p. 193-211, 2005.

GUBER, Rosana**. La etnografia: método, campo y reflexividad**. Buenos Aires. Siglo XXI. 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização e as "regiões-rede"**. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214, 1994.

HAESBAERT, R **Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001a.

HAESBAERT, R. **Le mythe de la déterritorialisation.** Géographies et Cultures n. 40. Paris: L'Harmattan, 2001b.

HAESBAERT, R. **A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. Terra Livre** n. 7. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002a.

HAESBAERT, R. **Fim dos territórios ou novas territorialidades?** In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002b.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAMILAKIS, Yannis. **Decolonial archaeologies: from ethnoarchaeology to archaeological ethnography**. World Archaeology 48(5), 2016:1-5.

HATTORI, Márcia Lika. **Arqueologia das áreas de conflito: cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades**. Dissertação de Mestrado, MAE/USP, 2015.

HOLTORF, Cornellius. **Archaeology is a brand. The meaning of archaeology in the contemporary popular culture.** Oxford: Archaeopresse. 2007.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Educação Patrimonial : Manual de aplicação : Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. – Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

KENT, S. **Analyzing activity areas: An ethnoarchaeological study of the use of space.** University of New Mexico Press, Albuquerque. 1984.

KENT, S. (org.) **Understanding the Use of Space: An Ethnoarchaeological Approach.** In: M ethod and Theory For Activity Area Research. pp. 1-52, Columbia University, New York. 1987.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo** – Edição padrão, 24 julho 2020.

LANDER, Edgardo **Colonialidad, modernidad, postmodernidad** em Anuario Mariateguiano (Lima: Amauta) Vol. IX, Nº 9, 1997.

LATOUR, B. **Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory.** Oxford University Press, 2005.

LATOUR, Bruno. Terceira fonte de incerteza: os objetos também agem. In: **Bruno Latour. Reagregando o Social. Uma introdução à teoria do Ator-Rede.** Ed Edusc, 2012. pp. 97-12.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1°ed. Rio de janeiro: Ed. 34, 1994.

LIMA, R. K. **Pescadores de Itaipu: a pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social** (Dissertação de mestrado). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1978.

LITTLE, Paul **Territórios Tradicionais e Povos Tradicionais No Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Trabalho apresentado no Simpósio "Natureza e Sociedade: Desafios epistemológicos e Metodológicos para a Antropologia", na 23º Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado/RS, 2002.

MALDONADO, S. **Mestres e mares, espaço e indivisão na pesca marítima.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 1994.

MALDONADO, S. **O caminho das pedras: percepção e utilização do espaço marinho na pesca simples**. In: DIEGUES, A. C (org). A imagem das águas. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP p. 59-68, 2000.

MALDONADO-TORRES**. Sobre a colonialidade do ser: Contribuições para o desenvolvimento de um conceito**. Estudos Culturais , 21 (2–3), 240–270, 2007.

MARSHALL, Y. **O que é arqueologia comunitária?** World Archaeology, 34 (2), 211-219, 2002.

MAURÍCIO, Giovanni Nachtigall **A importância ambiental da área do Pontal da Barra/várzea do canal São Gonçalo, 82 Pelotas (RS): justificativas para a implantação de uma unidade de conservação.** Cadernos do CIM, v. 1. n. 1, 2017.

MAURÍCIO, Giovanni Nachtigall et. al **Ocorrência e distribuição de vertebrados ameaçados de extinção no Pontal da Barra, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.** Geographia Meridionalis, v. 3, n. 3, p. 301320, jul./dez., 2017a.

MAURÍCIO, Giovanni Nachtigall et. al **Importância biológica** In: BARCELLOS, Silvia Carla Bauer (Org.). Fundamentação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas, RS UFPEL, Pelotas (RS), junho de 2019.

MÉO, Guy Di **Processos de Patrimonializaçao e Construção de Territórios**. Geosaberes, Fortaleza, v. 5, número especial (1), p. 03 – 23, dez. 2014.

MEOTTI, Bruna Disconzi, CHIARELLI Lígia Maria Ávila **Risco, vulnerabilidade e resiliência: A comunidade de pescadores do Pontal da Barra em Pelotas/RS.** Projectare 12, Universidade Federal de Pelotas, 2 n. 12, 2021.

MERRIMAN, Nick **Public Archaeology.** London: Routledge, 2004.

MCGIMSEY, III Charles R. **Public Archaelogy** . Nova York e Londres: Seminar Press, 1972.

MCGUIRE, RH (2008). **Arqueologia como ação política**. Berkeley, Califórnia / Los Angeles / Londres: University of California Press.

MILHEIRA, Rafael Guedes, CERQUEIRA, Fábio Vergara ALVES, Aluísio Gomes **Programa Arqueológico de Diagnóstico e Prospecção na região do Pontal da Barra, Pelotas – RS** Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.7, Jul./Dez.2012.

MILHEIRA, Rafael Guedes. Pelotas 2500 anos de História Indígena. **Almanaque Bicentenário de Pelotas**. Pelotas: Ed. João Eduardo Keiber ME, v.3, p. 37-47, 2014b.

MILHEIRA, Rafael Guedes. **Entre o desenvolvimentismo e a preservação do patrimônio. O caso do Pontal da Barra, no sul do Brasil, Pelotas-RS** .Ser de Imagen y Signo: Abordajes sobre El Patrimonio Cultural. Fondo Editorial de la Universidad Latinoamericana y del Caribe (FEULAC) Paseo Enrique Eraso. San Roman. Caracas, Venezuela, 2015.

MILHEIRA, Rafael Guedes; ATORRE, Tiago; BORGES, Caroline. Construtores de cerritos na Laguna dos Patos, Pontal da Barra, sul do Brasil: lugar persistente, território e ambiente construído no holoceno recente. **Latin American Antiquity**, 30 (1), P. 35-54, 2019.

MILHEIRA, Rafael Guedes **Contexto arqueológico pré-colonial** In: BARCELLOS, Silvia Carla Bauer (Org.). Fundamentação técnico-científica para a criação da Unidade de Conservação Pontal da Barra do Laranjal, Pelotas, RS UFPEL, Pelotas (RS), junho de 2019A.

MILHEIRA, Rafael Guedes; OLIVEIRA, Tamara. **Arqueologias e ações educativas: saída de campo nos cerritos do Pontal da Barra, Pelotas-RS** In: Carolina Kesser Barcellos Dias; Milena Rosa Araújo Ogawa; Douglas Ferreira dos Santos. (Org.). A Universidade vai à Escola: uma experiência de professores universitários no Curso Popular UP. 1ªed.Porto Alegre: Casaletras, v. 1, p. 99-107, 2019.

MILLER (Orgs.), **Povos e coletivos pesqueiros. Estudos etnográficos e perspectivas socioantropológicas sobre o viver e o trabalhar. (pp 205-220).** Rio Grande: Editora da FURG, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais/projetos Locais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOURÃO, F. A. **Pescadores do litoral sul do estado de São Paulo**. São Paulo: Hucitec (2003 [1971]).

MULLER, Letícia Morgana (Org), BRUGGEMANN, Adelson André, HERBERTS, Ana Lúcia [et.al] **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública no Brasil: Breve Histórico.** In: Estudo e Valorização do Patrimônio Arqueológico do Vale do Rio Pelotas, SC: A Contribuição da UHE Barra Grande, Florianópolis, SC, 2011.

NEBEL, Gitana Cardoso da Silveira. **Conflitos ambientais no Pontal da Barra - Pelotas/RS - desde uma perspectiva etnográfica na educação ambiental.** 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2014.

NUNES, M.R.S.; MONSELL, A.J. **Contexto e memória Balneário dos Prazeres – Pelotas-RS.** Pelotas: Revista Seminário de História da Arte, 2018. 1v.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de**. Por Uma Arqueologia Socialmente Engajada: Arqueologia Pública, Universidade Pública e Cidadania**. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ORSER JÚNIOR, Charles; SCHIAVETTO, Solange N. de O. (Org.). Identidades, Discurso e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2005.

OLIVEIRA, M. (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Annablume, 2010. p. 33-53.

OLIVEIRA. J. E. A**rqueologia Pública, Universidade Pública e Cidadania.** Ciudad Virtual de Antropologia y Arqueologia, 2002. Disponível em http:// www.naya.org.ar/congresso2002/ponencias/jorgeeremites.htm acesso em: 02 de novembro de 2021.

PIEVE, S., KUBO, R., & SOUZA, G. **A dinâmica do conhecimento ecológico local: um estudo etnoecológico sobre a resiliência dos pescadores artesanais da Lagoa Mirim, Rio Grande do Sul, Brasil.** In: G. Adomilli, L. D'Ambrosio, G. Carreño & F, 2012.

RAMB, Prefeitura Municipal de Pelotas Secretaria de Qualidade Ambiental **Relatório Anual de Qualidade Ambiental 2021**, Prefeita Paula Shild Mascarenhas, Secretário de Qualidade Ambiental Eduardo Daudt Schaefer Elaboração Camila Ferreira Pereira Assessora Jurídica.

QUIJANO, Anibal**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor 2005.

RUDZEWICZ, Laura. **Turismo e áreas úmidas: reflexões sobre uma proposta de unidade de conservação para o Pontal da Barra, Pelotas, Brasil.** Revista Gestión Turística, (37), 8-27. ISSN 0717-1811, 2022.

RUAS, Keli Siqueira. A **Orla Lagunas de Pelotas-RS: Conflitos Socioambientais, Atores e Processos.** 2012. 214 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2012.

RUAS, Keli. **Reflexões sobre os conflitos no Pontal da Barra Pelotas/RS.** ONG CEA, 19 de janeiro 2011. ONG CEA, Disponível em: http://goo.gl/OfDmtH. Acesso em: 28 de fevereiro de 2024.

RUIBAL, Alfredo González**. El giro poscolonial: hacia una etnoarqueología crítica.** En Departament d'Arqueologia i Antropologia. Institució Milà i Fontanals - CSIC (eds.). Etnoarqueología de la Prehistoria: Más allá de la analogía. Treballs d'Etnoarqueologia, 6, CSIC, Madrid, p. 41-59, 2006.

RUIBAL, Alfredo González. De la etnoarqueología a la Arqueología del presente. In: SALAZAR. J.; DOMINGO, I.; ASKARRÁGA, J.; BONET, H. (Coords.). **Mundos tribales: una visión etnoarqueológica**. Valencia: Museo de Prehistoria, p. 16-27, 2009.

RUIBAL, A. G. Hacia otra Arqueología. Diez propuestas. **Complutum.** V. 23 (2), 2012. pp. 103-116.

RUIBAL, A. G. **Prefácio III p. 22-24 A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil** [recurso eletrônico] : comunidades, práticas e direito / Juliano Bitencourt Campos, Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues, Pedro Paulo Abreu Funari, organizadores. – Criciúma, SC : UNESC, 2017.

SAUNDERS, Nicholas. **Beyond the Dead Horizon: Studies in Modern Conflict Archaeology.** Oxford, RU: Oxbow Book, 2012. SILVA, F. **Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material**. Métis (UCS), Caxias do Sul, v. 8, n. 16, p. 121-139, 2012.

STRAUSS, André **Um ensaio sobre a Arqueologia da Paisagem** Landscape Archaeology Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, Revista Hawò, v.2, 2021.

SILVA, F. A. **Arqueologia como tradução do passado no presente**. Amazônia, v. 3 (2), 2011.

SILVA, L. A. **Etnoarqueologia da pesca. Um estudo sobre as áreas de atividades e práticas de pesca dos pescadores da Barra do João Pedro, RS,** Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, 2011.

SILVA, L. A. **Com vento a lagoa vira mar: uma etnoarqueologia da pesca no litoral norte do RS.** *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 10*(2), 537-547, 2015.

SILVA, L. A. **Nas cordas, anzóis, redes e gaiolas: seguindo os materiais na pesca artesanal.** Tessituras, *5*(1), 115-128, 2017.

SILVA, L. A. **Os materiais de pesca fluindo: uma arqueologia com os pés na água** (Tese de doutorado). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, L. A. **Pescadores da Barra do João Pedro, um estudo etnoarqueológico** (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2012.

SILVA, L. A., & Gaspar, M. D. **Anzóis, redes e pescadores reflexões sobre a arqueologia da pesca.** Revista de Arqueologia, *32*(2), 3-14, 2019.

SILVA, L. **Etnoarqueologia da pesca. Um estudo sobre as áreas de atividade e práticas de pesca dos pescadores da Barra do João Pedro, RS** Cadernos do Lepaarq, V. 8, N. 15, 2011.

SOLER, Antonio; DIAS, Eugênia Antunes **A educação ambiental na crise ecológica contemporânea,** Revista Acesso Livre n. 5, jan.-jun. 2016.

SOUZA, Laize Carvalho de. **Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social**. In: Cadernos do Lepaarq, v. XV, n.30 p. 80-97, Jul-Dez. 2018.

TAN TALEÁN Henry. **Arqueologías contemporáneas: excavando violencias, resistencias, olvidos y memorias** Universidad Nacional Mayor de San MarcosDiscursos Del Sur, n.o 11, enero/junio 2023, pp. 9-18, doi: xxx - ISSN: 2617-2283.

TILLEY, Christopher. **Archaeology as socio-political action in the present** In: Reader in Archaeology post-processual e cognitive approaches. David S. Whitley. New York e London: Routledge, p. 305-330, 1998.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. Trad. Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odyseus, 2004.03

UCKO, Peter (ed.).**Theory in Archaeology a world perspective.** New York e London: TAG Routledge, 1995.

WAGNER, G. & SILVA, L. A **Outros Pesqueiros, Apontamentos Sobre a Pesca, os Pescadores e os Ambientes do Sul do Brasil** *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi,* v. 16, n. 1. P. 1-16, jan./abril,2021.

WAGNER, G. & SILVA, L. A. **A pesca e o pescador: por uma haliêutica historicizada.** *Oficina do Historiador, 13*(1), 1-6, 2020.

WALSH, Catherine. Introducion - (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. In: WALSH, **C. Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. p. 13-35.

Sites de referência:

A disputa pelo Pontal da Barra vista pela ciência. ONG CEA, 14 de julho de 2014. Disponível em: http://goo.gl/Rf67NK. Acesso em: 28 de fevereiro de 2021.

Amanhã é a mobilização pela proteção dos banhados e sua vida relacionada. ONG CEA, 25 de agosto de 2012. Disponível em: http://goo.gl/kRnqHn. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023. Transmitido pela Rede Câmara municipal. Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=jGK21pgQlBo, acessado em 20 de janeiro de 2024.

BANHADO de Pontal da Barra tem nova ameaça: o fogo. ONG CEA, 11 de junho de 2012. Disponível em: http://goo.gl/FfdUPF. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

BANHADO do Pontal da Barra não pode ser loteado. ONG CEA, 16 de maio de 2013. Disponível em: http://goo.gl/apKSOL. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

COMPAM aborda degradação ambiental do Pontal da Barra. ONG CEA, 16 de julho de 2012. Disponível em: http://goo.gl/VdwgnG. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

COMPAM discute compra de banhados para Unidades de Conservação. ONG CEA, 18 de janeiro de 2013. Disponível em: http://goo.gl/ZceWzB. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

DE posseiros no Pontal a proprietários. Diário Popular, 04 de outubro de 2011. Disponível em: http://goo.gl/eWiVIx. Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

HOJE é dia de reforçar a luta pela proteção do banhado do Pontal da Barra. ONG CEA, 03 de outubro de 2012. Disponível em: http://goo.gl/OHsSIS. Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

Jornal do Laranjal 12 de maio de 2016, “LARANJAL, UM LUGAR PARA BEM VIVER” https://www.facebook.com/jornaldolaranjal/posts/laranjal-um-lugar-para-bem-viver-o-que-torna-atrativo-morar-no-centro-da-cidade-/612042095627146/, acessado em 05/03/2024.

MANIFESTAÇÃO na FEPAM pela preservação do Pontal da Barra. ONG CEA, 5 de outubro de 2012. Disponível em: http://goo.gl/KSJYPJ. Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

MOVIMENTO Pontal Vivo. Instituto Pró-Pampa, 7 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://goo.gl/VY2Twh. Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

MPF/RS quer impedir a implantação de loteamento residencial em área de preservação permanente. Ministério Público Federal/RS, 17 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://goo.gl/bXUXvb. Acesso em: 28 de fevereiro de 2024.

MPF/RS quer impedir loteamento residencial em praia. Observatório Eco, s/d. Disponível em: http://goo.gl/4Xi9h0. Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

ONGCea https://coletivocidadequequeremos.wordpress.com/2016/09/02/banhado-do-pontal-da-barra-apos-mais-de-duas-decadas-justica-determina-o-fim-do-loteamento/, Acesso em: 28 de fevereiro de 2015.

OBRAS no Pontal da Barra são embargadas pela Cia. Ambiental e pelo IPHAN. ONG CEA, 26 de setembro de 2012. Disponível em: http://goo.gl/h2g4Sz. Acesso em: 28 de fevereiro de 2015.

PONTAL da barra: fragmentos de uma remoção. 1558. Produção de Gitana Nebel. Pelotas (RS), 2014. Disponível em: http://goo.gl/WYZRqS. Acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

PROTESTO pela destruição dos banhados continua hoje na FEPAM. ONG CEA, 04 de outubro de 2012. Disponível em: http://goo.gl/x5PIW7. Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

Anexos

Arqueologia do Conflito no Pontal da Barra

Entrevistas da 1º e 2º etapa de levantamento de dados de campo – 2021/2022.

Transcrição das entrevistas realizadas durante o período pandêmico, 2021 e 2022.[33]

1. Sr. Antônio Carlos Soler, Presidente do FDAM;
2. Sra. Silvia Barcellos (UFPel);
3. Sr. Giovanni Nachtigall Maurício (CIM/UFPel);
4. Sr. Marcelo Dutra da Silva (IO/FURG);
5. Sr. Matheus Volcan (IPPAMPA);
6. Sr. Adriano Luís Heck Simon (ICH/UFPel);
7. Sr. Aluísio Gomes Alves (UFPel);
8. Sra. Arlene da Silveira Guedes, moradora do Laranjal (contexto da Granja Santa Helena);
9. Sra. Tereza moradora do Laranjal (contexto da Granja Santa Helena);
10. Sr. Daniel Moreira, morador e proprietário de área ambiental em proteção do Laranjal;
11. Sra. Stela Mari Nesello, representando o Instituto Tupauhe;
12. Sr. Paulo Ricardo Faraco, representando o Instituto Tupauhe;
13. Sr. Fabiano de Marco, empresário do ramo imobiliário;
15. Sr. Diogo Cassal, jornalista do Jornal do Laranjal;
16. Sra. Verônica Caldeira Leite Christino (PROPLAN/UFPel);
17. Sr. Paulo Otávio Pinho, jornalista da Zero Hora;
18. Sr. Augusto Girão (Guto), morador do Laranjal, artesão ceramista e dono da Trilhas do Barro Duro, no Balneário dos Prazeres;
20. Sra. Rosa Maria Koklin, moradora da comunidade pesqueira do Pontal da Barra;
21. Sr. Antônio Carlos Vargas Borges, morador da comunidade pesqueira do Pontal da Barra;
22. Sr. Jorge Luiz Lopes, morador da comunidade pesqueira do Pontal da Barra;

[33] Transcrições dos áudios/vídeos da gravação original das entrevistas realizadas do projeto. Os textos foram produzidos parcialmente com auxílio do programa de transcrição Transkriptor. Fonte: https://transkriptor.com/pt-br, acessado em janeiro de 2022.

23. Sr. Gabriel Barcelos de Paula, morador da comunidade pesqueira do Pontal da Barra;

24. Sr. Rubimar Rodrigues Medeiros (Tarzan), morador da comunidade do Barro Duro;

25. Sr. Joabe Bohns, presidente da Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro Brasileiro.

26. Alunos e professores do SESC (atividade “Arqueologia Colaborativa e Comunitária: o contexto da Comunidade do Barro Duro”, realizada dia ...).

Foram analisados os discursos registrados através da Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023, discursos esses dos moradores mais antigos da Vila da Barra:

27. Sr. Cláudio Antônio Nizola, morador da Vila da Barra, mais conhecido por “Macaco”;

28. Flávio Bous, morador da Vila da Barra;

29. Sra. Célia Carvalho, moradora da Vila da Barra;

30. Sra. Marilanda Fonseca, moradora da Vila da Barra, conhecida como “Preta”;

31. Vereador Ireno “Xuxa”, morador da Vila da Barra;

32. Sra. Beatriz Farias, moradora da Vila da Barra 22 anos;

33. Sr. Carlos Eduardo Vaz, morador da Vila da Barra;

34. Sr. Nathaniel Machado, morador da Vila da Barra;

35. Sra.Yasmim Silva, moradora da Vila da Barra;

36. Sr. João Carlos Fonseca, morador da Vila da Barra;

37. Sr. Cláudia Mesquita, moradora da Vila da Barra;

38. Sr. Orlando Mendes, morador da Vila da Barra;

39. Sra. Fabiane Fonseca, cientista e moradora da Vila da Barra;

40. Sr. Orlando, morador da Vila da Barra;

41. Presidente da colônia de pesca Sérgio Duarte;

42. Vereador Jurandir;

43. Vereadora Fernanda;

44. Vereadora Mirian.

Entrevista: Antonio Carlos Soler, presidente do FDAM.

Entrevista realizada via Plataforma webconf da Ufpel em 13 de abril de 2021 (interrompida por problemas de conexão, retomada em 15 de abril de 2021).

Transcrição:

Sabrina: Muito obrigada por aceitar o convite, por participar do projeto, você é meu primeiro entrevistado, então para registro hoje é 13 de abril de 2021, meu entrevistado para o projeto é Antonio Carlos Soler, que é coordenador do FDAM, membro do Centro de Estudos Ambientais (CEA) e professor do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) ... (inaudível)... projeto Arqueologia do Conflito no Pontal da Barra, e nesse primeiro momento eu pergunto : Você concorda em ser entrevistado e participar na pesquisa citada e autoriza o uso das informações por escrito, áudios produzidos e imagens pessoais para o referido estudo e para divulgação?

Soler: Sim, autorizo.

Sabrina: Está certo, muito obrigada.

Sabrina: Então... as perguntas, a proposta é bem básica, são todas pela tua perspectiva né, então eu queria na verdade, para começar, que a gente conversasse um pouquinho sobre qual tua relação com o lugar Pontal da Barra.

Soler: Aham... na verdade... minha relação é uma relação ligada à preocupação com a proteção do banhados em geral, não tem, não tem nenhuma relação com (hamm...), pessoal ou familiar, ou profissional, fora essa relação que já vem de muito tempo, desde que eu era pré-adolescente e que depois acabei colocando ai como uma das atividades na minha vida de advogado da área ambiental, como algo a ser feito no sentido de garantir a proteção desse eco-sistemas né, então, é, a relação é essa, é uma relação de cidadania ecológica vamos dizer assim né, de ecologia política, no sentido de tratar da proteção desses ambientes naturais.

(entrevista interrompida por problemas na conexão). Entrevista retomada.

Mais uma vez obrigada, essa etapa da nossa entrevista, como eu realmente consegui registrar num perdido aqui na plataforma. Então a partir de autorização e introdução e falasse um pouco sobre a relação com a ponta da barra, eu consegui fazer o registro nossa parte também pela é a gente não precisa retomar o pensamento anterior, né? Que bom, então eu novamente eu te comentei, eu tenho, eu tenho um roteiro, mas a nossa conversa é bem livre.

Eu tive uma conversa com a Silvia, ela me falou todo o processo de formação do documento da Unidade de Conservação, os desafios que eles tiveram, uma conversa muito boa. E eu sei também que tu faz parte de todo esse processo histórico que tu estás acompanhando, todo o trabalho que foi feito. Eu sei que tu também és uma pessoa bem atuante nessa questão do Ponta da Barra.

E eu queria, nessa segunda parte da entrevista, que a gente conversasse um pouquinho sobre, na tua perspectiva, do profissional que você é, que trabalha com ambiental tanto tempo, o que tu considera que é importante, que deva ser estudado, preservado? Por que é importante a preservação do Ponta da Barra, na tua perspectiva? Bom, o Pontal da Barra, ele é um espaço, ao mesmo tempo que ele é um espaço simbólico, ele também tem uma importância em si mesmo. Ele é um espaço simbólico porque nós estamos assentados, essas constituições, essas organizações que nós chamamos de cidades, estão assentadas, Rio Grande e Pelotas, num bioma que é o Pampa, e um bioma que é muito marcado também por zonas úmidas, como os banhados. E as zonas úmidas, está tranquilo, e as zonas úmidas, segundo um estudo agora recente, feito por uma série de especialistas mundiais, confirmou de vários lugares do planeta, confirmaram aquilo que a gente já vem dizendo há muito tempo sobre a fragilidade, sobre a importância dessas áreas e sobre a ameaça dessas áreas.

Esse estudo, que é agora, do início do ano, de 2021, aponta que de todos os ecossistemas do planeta, as zonas úmidas são os mais destruídas, os mais degradados. Ou seja, depois até posso te passar essa referência, se tu quiseres, 90% dessas áreas já foram destruídas em todo o planeta. Então, só isso já é uma justificativa, vamos dizer assim, de ordem biológica, ecológica, e também de sobrevivência, para que nós tenhamos um cuidado com esses ambientes.

Por outro lado, sou pontuista da minha área de conhecimento, que é o direito, existem diversas regras, diversas normas, que vão determinar a necessidade de proteção dessas áreas. Então, proteger uma área como pontal não é só uma questão de obediência à lei, é mais que isso, é uma questão de sobrevivência, não só o que pode parecer a princípio de espécies da fauna, da flora, ou a paisagem típica de banhado, que muitas vezes isso pode ser erroneamente desprezado por quem encara a questão, mas é uma questão de sobrevivência e de qualidade de vida dos humanos, não só da vida não humana, mas também da vida humana, porque esses ambientes

têm relações com diversos aspectos da nossa vida, como, por exemplo, a atividade econômica da pesca, já que são lugares que protegem as espécies no início do seu desenvolvimento, para depois irem para outros lugares mais abertos, como lagoas, rios, etc. Também tem um papel importante na qualidade da água, no fornecimento de água para a gente usar, não só em atividades econômicas, como o arroz usa na monocultura do arroz, mas também para a própria subsistência humana, além também da questão da economia, assim como o arroz, há água para usar em pecuária.

Então, a importância da proteção desses ambientes é essa. E uma outra questão que a gente pode agregar nessa reflexão da importância é por que ocupar esses ambientes, por que destruir esses ambientes, se há possibilidade de ocupar outros, em outras áreas, menos degradados, com mais possibilidade de construção, por exemplo, e claro que a gente vai chegar à resposta de que essa questão mais coletiva, que seria usar os ambientes mais adequados em detrimento dos menos adequados, essa questão mais coletiva acaba não se impondo, porque o que acaba definindo se vai destruir o pontal ou construir o pontal é a propriedade. O proprietário acaba decidindo por si, em detrimento da maioria da população, se ele vai ou não usar aquela área para fins imobiliários.

Mesmo que essa área tenha uma importância ecológica única, mesmo que essa área seja fundamental para garantir atividades econômicas, mesmo que essa área esteja praticamente desaparecida, esse tipo de ambiente desaparecido do planeta, mas tendo a propriedade na mão, ele acaba decidindo, porque os órgãos de controle acabam, via de regra, claro que tem exceções, permitindo que esses absurdos aconteçam, mesmo que seja contrário à lei, que é uma outra coisa que tem que ser estudada, observada, para entender por que essas questões, mesmo ilegais, acabam prosseguindo. Perfeito, e isso chega num ponto de uma outra questão que eu queria conversar contigo, porque, desses pontos que tu destacou que são importantes, quem tu acha que é responsável pela preservação, pelo estudo, daquilo que você está apontando, por que é importante preservar o pontal da barra? E você acredita, no caso, que ele está sendo protegido e estudado como deveria? Olha, o primeiro responsável é aquele que tem conhecimento sobre o que a área representa, e aquele que deve ter conhecimento sobre o que a área representa. Então, o Poder

Público, sem dúvida nenhuma, é o primeiro responsável, porque o Poder Público tem que saber o que a área representa.

Ele não pode alegar que desconhece a importância da área, nem no município, nem no Estado e nem na União, nem em nenhuma esfera federativa. O Poder Público sabe o que a área representa, tanto que tantos órgãos ligados ao patrimônio ambiental e ao patrimônio histórico já se manifestaram sobre a importância da área. Então, não tem como o Poder Público, seja ele executivo, legislativo ou judiciário, inclusive.

A gente costuma deixar o judiciário de fora dessas cobranças, mas o judiciário é tão governo como qualquer outro poder. Ele é um poder da República, assim como é o executivo e o legislativo. Então, ele também deve ser cobrado, da mesma forma que nós cobramos demais.

Porque não há por que ele ser isento dessa cobrança. Depois, me parece que, sem dúvida nenhuma, é o proprietário da área. O proprietário tem que ter esse cuidado, ele não pode... Não é porque eu sou dono de uma área ou de qualquer coisa que posso dispor dela da forma que eu desejar.

Há regras para o uso da propriedade. Uma das regras que está prevista na Constituição Federal de 88 é a função social da propriedade. E a função social da propriedade inclui a proteção ambiental.

Por quê? Porque é dever, tanto do Poder Público quanto da coletividade, à defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, como se está lá no artigo 225 da Constituição. Então, não é porque eu tenho uma área na Amazônia ou no Pontal que posso fazer o que quiser com ela, porque eu devo usar a minha propriedade, tendo em vista o coletivo, que é a função social. Isso vale, por exemplo, para um vizinho, que não é porque ele tem uma casa que vai poder fazer o que quiser na casa dele.

Ele não pode. Para ele fazer uma atividade econômica, vai ter que ter uma licença. Para ele fazer um comércio, vai ter que ter uma licença.

Se ele quiser fazer uma festa à regras de vizinhança, que ele tem que obedecer para não interromper o sossego do vizinho. O mesmo vale para uma área que tem um ecossistema importante. E tanto é assim que tem vizinhos, tem proprietários ao lado que protegem a sua área, que dão um tratamento diferenciado para a sua área.

E, por último, a coletividade. A coletividade é responsável. A coletividade, para ela não perder os seus direitos e não sofrer no futuro, ela precisa ter conhecimento, precisa ter consciência e precisa agir.

Não basta só ter consciência e conhecimento. Se nós não agirmos, se nós não atuarmos, as coisas não acontecem, não se transformam, porque muitas vezes, para acontecer, a gente precisa ir em cima, pressionar, buscar, pedir, cobrar. A gente tem inércia, é preciso ação.

Exatamente. Bom, perfeito. Ali no histórico da preservação do Pontal da Barra, a gente nota que, desde a década de 80, foram vários os esforços que moveram várias instituições, vários profissionais, pessoas da comunidade também, em prol da criação da unidade de conservação do Pontal da Barra.

O que você acha da proposta dessa unidade de conservação? E por que, na sua opinião, a unidade de conservação do Pontal da Barra ainda não é uma realidade? Eu até tentei pesquisar alguma coisa aqui para a gente conversar, do histórico. Eu não consegui muita coisa, porque eu só estou com os arquivos digitais, os arquivos físicos estão em uma outra cidade e eu não tive como acessá-los em razão da pandemia, porque eu queria resgatar um pouco dessa história para conversar contigo, mas isso eu ainda posso fazer depois, se for necessário. Mas, de qualquer forma, os arquivos digitais, algumas notícias, alguns documentos, algumas coisas que eu consegui acessar.

Para lembrar, porque são desde a década de 90 que a gente está nessa luta. Então, são décadas, não são meses, não são dias, não são meses, são décadas. É uma história de longo prazo, que envolve várias instituições profissionais, áreas diferentes.

E o documento que foi criado, um documento muito maciço de informações, ele é um documento que abrange várias áreas, vários profissionais. Quer dizer, é um documento que realmente tem um peso argumentativo bem representativo sobre a questão do Pontal da Barra, mas ainda é um processo. Ainda eu percebo que o esforço ainda não terminou.

A briga, na verdade, não terminou. E, no caso, por que você acha que ainda não é uma realidade isso? Bom, antes de dizer isso, eu queria só fazer uma pequena crítica ao documento, que eu acho que é importante a gente ter o olhar crítico sobre tudo, não só crítico, mas também autocrítico. Precisamos fazer a nossa autocrítica.

Mas o documento, sem dúvida nenhuma, é um avanço muito significativo, muito importante ver um trabalho que junte tantos profissionais qualificados e uma universidade, reforçando essa luta de décadas. Mas, justamente nesse aspecto que você fala, se eu tivesse participado da construção, eu teria reservado um espaço maior para contar essa história, para contar melhor essa história, como ela aconteceu, os fatos que envolvem esse tema. Tem muita questão curiosa, tem muita questão interessante, resgatar alguns arquivos, coisas importantes de notícias, de documentos elaborados, e isso, infelizmente, não sei por que motivo, não constou nesse material elaborado.

E por que estou dizendo isso? Para responder a outra pergunta, porque, se olharmos para a história, vamos saber por que a unidade de conservação não foi criada. Então, o documento poderia, esse documento que você refere, o da UFPEL, esse trabalho que está à disposição, poderia ter ajudado mais nesse aspecto, porque ele não fez essa reflexão. Ele fez uma proposta que não analisou as dificuldades que temos para superar, para implantar a unidade de conservação.

Mas, em síntese, quais seriam os principais problemas? Bom, o principal problema é que a propriedade é privada. A propriedade é privada, e isso requer, para criar uma unidade de conservação que tenha realmente efetividade na proteção, ela tem que ser pública. Essas outras categorias de unidades de conservação que são privadas, na nossa avaliação, não são a melhor opção para a unidade de conservação.

Nós acompanhamos vários processos de criação de unidades de conservação, inclusive construímos a legislação estadual, o sistema estadual de unidades de conservação aqui no Grande Sul. O CEA ajudou a construir a parte legal dele. Participamos da avaliação do Plano Nacional de Proteção da Biodiversidade, onde a criação de unidades de conservação é uma estratégia de proteção.

Então, a gente tem algumas experiências, entre outras, para falar. Não é uma opinião de quem está olhando só. Nós temos uma experiência prática e também histórica, como tu disse.

Nós acompanhamos desde o início, especialmente essas medidas mais legais, na área mais legal. O CEA sempre ficou nessa parte mais da educação ambiental e legal, responsável por tocar, quando a gente fazia campanhas, materiais, folders, essas coisas todas, que tem várias, depois posso te passar. O CEA ficava mais com

essa parte, e o GEPA ficava mais com a parte biológica, da análise da fauna, da flora e tal, que era o que tinham pessoas mais envolvidas.

Praticamente foi o CEA e o GEPA que tocaram essa luta de proteção do pontal durante os anos 1990, durante os anos 2000. Depois já começaram a agregar outras entidades, como a Associação Pelotense de Biólogos, como o GAI, o Grupo de Agricultura Ecológica da UFPEL, o DANVI, que é o Diretório Acadêmico da Agronomia. Enfim, foram se agregando outras instituições pontualmente, umas entravam, depois saíam, e alguns partidos políticos, alguns mandatos de vereadores, de deputados.

A própria UFPEL tinha participação não como reitoria, mas como cursos. O curso de Biologia participava, o curso de Arquitetura, principalmente através do Maurício Polidori, que puxava essa questão lá dentro. Da Biologia quem puxava era o professor Eugênio Antunes, que já faleceu, que era também vinculado ao PV, e, dessa forma, o PV também participava, assim como outros partidos, como o PT.

Todos esses grupos, ao longo do tempo, se agregavam nessa luta, ficava um tempo, saiu, entrava. Então, a maior dificuldade é essa. Apesar de nós conseguirmos, ao longo desse período, demonstrar a importância da proteção do pontal, conseguir suspender licenças, conseguir ganhar algumas decisões na justiça, a proteção não vai adiante, porque o seu proprietário não quer proteger, quer destruir.

Então, precisa tirar da mão da propriedade privada, passar para a pública, para que ele possa virar uma unidade de conservação. Enquanto estiver na mão da propriedade privada, aquilo ali é visto como uma mercadoria, como um bem a ser transformado em dinheiro. Não é visto como um ecossistema natural importante, que tem uma função fundamental para toda a sociedade.

Na verdade, o que percebemos é o valor capital, Soler. É o valor capital do terreno, que acaba sendo um dos grandes desafios para conseguir transformar em uma unidade de conservação. Eu não diria que o valor é o problema.

Eu diria que a propriedade privada é o problema, que são coisas diferentes. Porque o poder público tem mecanismos para desapropriar e fazer o pagamento. Ele tem esses mecanismos, certo? O valor daquele imóvel para o proprietário pode ser alto, mas para o poder público é irrisório.

Para o orçamento do município de Pelotas é irrisório. Claro que é dinheiro. Claro que são recursos importantes que podemos aplicar em várias áreas, assim como vários recursos de outras áreas podem ser aplicados na área ambiental.

Mas nós já tivemos, por exemplo, e aí se junta outro problema, antes de eu falar isso, quero dizer que o primeiro problema é esse, é a propriedade ser privada e não pública. O segundo problema, que converge com esse outro, é a falta de compromisso dos governos de criar unidade de conservação, porque o proprietário quer transformar em dinheiro. E o governo municipal ou estadual? Até porque nós já até fizemos um projeto de lei na década de 90, que reuniu várias dessas instituições que eu te falei, que era um projeto de lei estadual que criava a APA das Lagoas, dessa região toda de banhado aqui, desde a Lagoa Pequena até o Capão Seco, em Rio Grande.

E o pontal estava dentro, o pontal seria uma unidade de conservação mais protegida dentro da APA, que é uma unidade de conservação mais aberta, inclusive permite a existência de núcleos urbanos e atividades agrícolas também, agropecuárias. Mas o pontal estaria dentro dessa APA, da APA das Lagoas, que eu também depois posso te mandar o material se quiser, onde a gente propunha a criação dessa área toda protegida, não só o pontal, porque o pontal dialoga com o outro lado de São Gonçalo, em Rio Grande, que é também o mesmo ambiente de banhados, dialoga com a Z3, com o Barro Duro e até a Lagoa Pequena lá em cima. Tudo isso é um grande complexo úmido, e que a gente queria proteger com a APA das Lagoas, que, infelizmente, acabou não sendo aprovada na Assembleia Legislativa.

Uma pena, não é? Então, o pontal não vira unidade de conservação, porque o proprietário não quer, e teve um momento em que o proprietário e o Poder Público eram o mesmo, aí era muito mais difícil criar a unidade de conservação. No início, quando se iniciou a campanha para proteger o Pontal da Barra, o proprietário da área e o prefeito eram a mesma pessoa. Então, era muito difícil naquela época.

Que desafio, meu Deus! Muito difícil mesmo, muito difícil. Daí que a gente disse que precisamos reforçar essa luta, nós temos que fazer com que o Conselho Ambiental, que tinha sido criado no final dos anos 70, 79, 78, que estava parado, fosse reestruturado. Aí o SEE elaborou uma minuta de projeto de lei, que foi enviada à

Câmara de Vereadores, articulamos com várias instituições, além do GEPA, claro, outras instituições.

A Câmara de Vereadores aprovou a reestruturação do COMPAN, porque essa reestruturação vinha na onda democrática participativa, que a Constituição de 88 recém tinha imputado ao nosso sistema funcional. Então, nós fizemos uma minuta de reestruturação do Conselho, justamente para que ele entrasse nessa onda democrática e pudesse, então, agir em temas como esse, mas não só, esse era um tema importante, mas não era só esse que a gente gostaria que o COMPAN discutisse e decidisse. Fizemos a lei, a Câmara aprovou com maioria, não com unanimidade, foi para o prefeito, que é o dono da área, sancionar, como é o sistema legislativo brasileiro, o prefeito vetou a lei.

Voltou para a Câmara, a Câmara manteve o veto. Ficamos sem o Conselho. Nos rearticulamos, enviamos novamente, à minuta, a Câmara, conseguimos aprovar na Câmara novamente, no ano seguinte, foi para o prefeito, o prefeito vetou de novo.

É o mesmo proprietário da área. Vamos lá conversar com o prefeito, vamos lá negociar com o prefeito. O prefeito nos recebeu um dia lá no seu gabinete.

E o tom da conversa, só para ter uma ideia, não vou entrar em detalhes, mas o tom da conversa foi o seguinte, ele olhou para nós e gritando, batendo na mesa, disse assim, eu fui eleito prefeito nesta cidade e eu mando nesta cidade. Esse foi o tom da conversa com o prefeito. Naquela época.

Claro que nós não nos intimidamos com aquilo, e dissemos para ele que ele estava muito enganado, que ele era o prefeito, ele não era o dono da cidade. Eu mando, não estou aberta a diálogos, é o que eu decido na Câmara. Exatamente.

E nós dissemos para ele que nós íamos seguir com a nossa luta de construção do Conselho, e assim seguimos. E, por mobilização da sociedade civil, conseguimos derrubar o veto do prefeito dessa vez. Dessa vez, o veto foi derrubado, porque fizemos uma grande pressão dos vereadores, na mídia, na sociedade, derrubamos o veto e, então, a lei de reestruturação do Conselho foi publicada, e aí iniciou uma outra luta, mas não vou entrar aqui agora, que é fazer o Conselho funcionar, porque o prefeito não queria nomear os conselheiros.

Mas isso é uma outra história. Então, eu estou dizendo isso para falar que o CEA sempre teve mais nessa área legal, política, da educação ambiental, e, assim, nós fizemos vários projetos de lei que não diziam diretamente ao Pontal, mas nós

elaboramos o projeto de lei das espécies da flora ameaçada de extinção, que tem espécies que estão no Pontal, que está em vigência até hoje a lei. Elaboramos o projeto de lei de tombamento da Mata do Totó, com patrimônio ambiental, que está em vigência até hoje.

Não é o Pontal, mas é parte desse complexo, dentro dessa lógica da APA das lagoas, que a Mata do Totó está inserida, e a Mata do Totó ia até o Pontal da Barça, não vai mais, porque a urbanidade, ou o urbanismo, melhor dizendo, do Laranjal cortou esse corredor ecológico. Criamos a lei da orla, que protege a orla. Criamos a lei da flora nativa em geral, não só das que estão ameaçadas de extinção, mas o cuidado com a flora nativa em geral, onde está a arborização urbana, por exemplo, mas que tem a ver com a flora nativa, com os ecossistemas nativos.

E tem vários. Vários diplomas legais foram criados e várias campanhas de educação ambiental foram feitas, como o Abraço à Lagoa, como Eu Também Quero a Lagoa Limpa, como – agora me lembrei, esqueci o nome da outra campanha – com material adesivo, com folders, camisetas, enfim, vários materiais de campanha. Por isso que digo que é uma pena que toda essa parte histórica, política, legal, não consta nesse documento que foi elaborado.

E poderíamos ter dado subsídios para demonstrar onde falhamos no passado para agora, no futuro, conseguir realmente... Acho que o meu trabalho, de certa forma, vai contemplar um pouco isso, que a parte de levantamento histórico, de contextualização, a ideia realmente é falar de todo esse processo e depois, mais tarde, a intenção é que se publique. Isso vai virar um documento, o trabalho de tese. Então, talvez o meu trabalho atenda um pouco a essa demanda de poder documentar isso.

E pretendo fazer isso com bastante atenção. É uma coisa que o Rafael me orientou, que é necessário fazer realmente uma documentação bem detalhada de todo o processo histórico dessa luta ali no Pontal. E também, a última questão que eu queria conversar contigo, que extrapola o Pontal.

Porque o conflito do Pontal da Barra, na verdade, ele extrapola o próprio Pontal. Gomes, você falou da Mata do Totó e mais outros locais que a gente vive constantemente conversando ali no FEDAM sobre a questão de proteção e avanço, e é uma área protegida, eles estão mexendo naquela área. Então, o Pontal da Barra, ele está no centro da minha proposta de reflexão, mas ele vai muito mais além, ele

transborda, acho que conheço melhor o termo, os conflitos transbordam o Pontal da Barra.

Então, só um segundo. Claro, claro, vai lá, vai lá. Desculpa, Soler.

Não, não, capaz. A última questão, como eu estava falando, a questão que transborda o Pontal é que esses conflitos no Pontal da Barra, eles são bastante comuns aqui na atualidade, nessas discussões, visto que cada vez mais frequentemente a gente vê esses embates sobre empreendimentos e interesses de preservação desses ambientes ecológicos.

Entrevista: Sílvia Carla Bauer Barcellos.
Data:17/04/2021

Sabrina: Pronto. E eu espero muito de grave dessa vez (risos). Então vou começar aqui, eu só vou fazer a introdução rapidinho. Então é minha entrevista número dois, tá, de dezessete de abril de 2021, do projeto Arqueologia do Conflito do Pontal da Barra, Rio Grande do Sul, Brasil, minha entrevistada é Sílvia Carla Bauer Barcellos, que é assistente social do núcleo para inserção territorial da pró-reitoria de planejamento e desenvolvimento. Tem um currículo bem extenso com formação em várias áreas de serviço social, educação, gestão de pessoas, desenvolvimento social, então é bem abrangente, né. E a Silvia, foi uma das pessoas na minha lista das vinte pessoas muito importantes na questão do Pontal da Barra, pelo fato de que, pela sua atuação né, em todo esse histórico de pensar o Pontal, da questão em potencial ambiental, arqueológico, patrimonial, social, então, uma pessoa que parece muito atuante em todo esse histórico do Pontal da Barra. Então foi feito meu convite, agradeço imensamente por ter aceito meu convite, e esse primeiro momento eu tenho que perguntar, então se tu concordas em ser entrevistada, participar desse projeto que foi citado, se tu me autorizas o uso das informações que irão ser transcritas, áudios, vídeos, imagens, produzidos nessa entrevista, pelo estudo que citei e também para divulgação, Silvia.

Silvia: Sim, aceito, tudo bem.

Sabrina: Muito obrigada novamente. Então assim, para a gente começar a nossa conversa, é uma conversa né, eu queria que me falasse um pouquinho da tua história,

da tua relação com o lugar Pontal da Barra, queria que me contasse um pouquinho sobre isso.

Silvia: Está bem. Bom Sabrina, eu pra fazer isso eu até vou iniciar minha fala, porque estou nesse trabalho a partir do meu vínculo profissional. Como servidora pública em uma universidade federal, que é a Ufpel. Então eu acho importante até contar em breves palavras como eu cheguei a estar, ao lado né, dentro desse trabalho, dessa atuação pelo Pontal da Barra. Em 2017 lá na universidade eu, bem no finalzinho do ano eu fiz seleção para o mestrado em desenvolvimento territorial e achei que era um bom momento também de eu mudar um pouco o ambiente de trabalho na universidade, me lançar a outros desafios, até mais relacionados aos meus interesses e aos meus estudos anteriores, né. Então, eu solicitei a troca de unidade, fiquei disponível ali naquela transição de uma nova gestão, e felizmente assim eu pude ir pra reitoria de planejamento e desenvolvimento. E chegando na Proplan então em janeiro eu comecei a integrar uma equipe muito nova assim, ela se formou em janeiro de 2017, né, o núcleo para inserção territorial foi criado e eu fiquei atuando nesse núcleo. Buscando assim, abrindo frentes de atuação né, ouvindo as demandas que haviam sido colocadas na universidade e também criando, prospectando alguma coisa que pudesse ser criada naquele novo trabalho. Então, como que aconteceu o meu início da minha relação com o Pontal. Mais ou menos no mês de abril, ou maio de 2017 o professor Giovanni, que é um professor de gestão ambiental da universidade e ele nos procurou né, quer dizer, na verdade ele já tinha procurado a reitoria da universidade do final de 2016, então havia sido notada a intenção dele de a universidade dar atenção ao Pontal da Barra, claro assim já deslumbrando tudo o que a Ufpel teria a desenvolver em relação ao Pontal em ensino, pesquisa e extensão. Então a reitoria se sensibilizou e mais ou menos em abril ou maio foi me passada essa, esse contato com o professor Giovanni e eu vi assim, uma, um trabalho mesmo né, uma frente que estava se abrindo para a gente atuar fora da universidade que era um dos objetivos do núcleo de inserção. Então, eu fiz um chamado para o professor Giovanni, que ele viesse conversar sobre aquele assunto que ele já tinha anteriormente na reitoria. Então a gente, eu fiz uma entrevista com ele, e aí foi o momento que eu comecei a conhecer o Pontal, nesse sentido né, da sua importância, da sua riqueza, e até mesmo assim, a responsabilidade da universidade em zelar por aquele espaço. E ter naquele espaço também um ambiente que o conhecimento se

ampliasse, né, surgisse práticas de extensão, de pesquisa, e assim, eu diria que o Giovanni como é uma pessoa que, eu diria que ele tem uma paixão por aquele lugar, eu, ele passou para mim, e também para minha equipe de trabalho e para minha chefia, esse sentimento, sabe, de nós todos sermos responsáveis pelo Pontal. Claro que ele também nos falou das ameaças que havia né, e que existem ainda. Então a gente logo se colocou como pessoas, como equipe, como servidores públicos, que teriam que ter uma prática de proteção né, assim, de entrar no Pontal, na causa Pontal (...)

Também para fazer frente a tudo o que vinha em contrário, não é de especulação imobiliária, de riscos, mesmo a integrar a integridade daqueles sistemas. E pelo aterramento, né? Pelos loteamentos, pela destruição mesmo. Então, a partir daquela conversa. Eu acho que foi Ham passar um ao passou algum tempo assim, não foi de imediato, mas a gente em seguida, projetou uma ação. Eu digo a gente, porque não foi só eu, né? Foi uma equipe. Sobre o que fazer? Como agente, atuar até de uma forma planejada. Ham, reunindo força por dentro da universidade, não é porque não éramos, não seria eu ou a minha chefia, os meus colegas, os únicos nisso, porque nós estávamos dentro de uma unidade que tratava do planejamento institucional e de algumas ações externas. Mas a bagagem de conhecimento de pesquisa. Estar na universidade não é nos seus cursos, nos seus pós-graduação, e então nós planejamos a formação de um grupo. Então, num primeiro momento. Eu acho que eu posso continuar assim a te contar essa histórico. Está? É?

Sabrina: Não, tá ótimo. É. Na verdade, é importante para a gente poder entender o teu envolvimento histórico na história totalmente ligado. Acabam que ligam os pontos, né?

Silvia: Tá, então, num primeiro momento nós fizemos um chamamento via e- mail para todas as unidades. Eu acho que até aqui não. Não fui só para as unidades a fins que seriam 2 cursos na área ambiental, mas foi um chamamento geral, porque ele até foi divulgado no portal da universidade. Não é para as pessoas interessadas. Então, hã, nós chamamos para que as pessoas interessadas Na questão ambiental. O projeto como tal o local para Ham, Pontal da barra, nós convidamos para uma reunião. Foi uma reunião até no auditório. Mas assim houve a houve recepção ao convite. Nós tivemos pessoas interessadas. As pessoas que já militavam pelo Pontal, professor Giovanni, professor Rafael. E outras é pessoas que se dedicam a até a outros. Outras

causas, também ambientais, não é como professor Alten. E agora eu não recordo assim, mas tinha um grupo em torno de 10 pessoas. Talvez naquela reunião inicial. Bom, mas é a partir dali. A gente percebeu que também não seria só a universidade a fazer isso, né? A pensar junto a reunir um grupo. Aí nós resolvemos, né? Coletivamente de fazer um chamamento. Também externo, não é? Para outras entidades, instituições. E aí foi. Fui, foi interessante, assim foi bom. Nós tivemos então a vinda de pessoas que pessoas, não de um de um servidor da FURG, né? Envolvido com essa área ambiental. Antevíamos a avião da Secretaria de meio ambiente, a Sema.

E tivemos assim, de uma forma muito especial, a participação da Secretaria de qualidade ambiental da prefeitura, né? Que também, que participou assim, não fui, mas primeiro as reuniões da vinda da Secretaria foi um pouquinho depois, quando o grupo já estava com reuniões em andamento, mas eles vieram e até com mais de um servidor municipal. Eu recordo que inicialmente tinha 44 técnicos da Secretaria de qualidade ambiental, que se integraram ao grupo. Eu acho que o grupo no total, é em um dos momentos, ficou com 17 ou 18 pessoas. Esses dados. Assim, se em algum momento precisar, eu posso acessar, hã, ao drive. Que o ela eu acho que está tudo no drive assim, porque eu tenho as memórias de cada uma das reuniões e eu posso.

Sabrina: Eu queria muito porque eu vou montar um histórico também de todo esse processo. Desde lá da década de 80, e eu tenho algumas informações que eu peguei em alguns documentos na internet. Professor Giovanni falou dos documentos também, mas assim toda informação é importante. Quanto mais completo eu tenho todo esse processo, melhor é o entendimento que as pessoas têm dentro desse movimento do que foi o Pontal, não é? E essa relação que você fala, essa construção de um sentimento de importância, de preocupação que ao longo desses processos, né? Então é muito importante. Eu te agradeço que puder, depois de me passar, eu gostaria sim.

Silvia: Em pois é, eu. Eu tenho memórias de reuniões que no período que foi de 1 ano e meio. Um ano e meio é um pouquinho mais. Hã? Então assim até Sabrina, eu nesse momento. A gente está em 2021 mesmo. Eu não. Não releio essa são faz tempo, né? O que eu estou te contando assim? Vendendo a minha memória. Então eu acho que eu tenho um, eu vou para a frente, depois eu volto, então, mas eu estou procurando relembrar. Ao máximo, assim. Ham foi esse grupo interinstitucional foi formado, não

é? Ele começou a se reunir. Depois eu vou ter que ver o meia, certo? Mas eu não sei se foi em setembro ou outubro de 2017. E ele logo em seguida, ele ganhou uma oficialidade na universidade. A reitoria emitiu uma portaria de designação nomeando todos. Todos os componentes, essa portaria até já está disponível. Se tu precisar acessando na pesquisa 2017, tu encontra lá no site da Ufpel com a nome nata e as entidades também, né? Está tudo definido ali na portaria. Então. Inicialmente, o que que aconteceu? Primeiro, Claro, até agora eu vou te contar um pouquinho já. Já destacando um pouco mais a minha atuação enquanto assistente social nesse trabalho, né? Porque? Eu tenho assim. Anteriormente, alguns estudos, não é a minha primeira dissertação, foi relacionada à questão ambiental. Lá no ano 2000. E depois eu fiz algumas participações em eventos, escrevi algumas coisas, então eu nunca me me distanciei da questão ambiental. Para mim, foi sempre muito presente, então eu tinha facilidade assim, de entender. De fazer escuta mesmo a as pessoas daqui naquele grupo, não é a maioria. Especialista não é da na área da biologia, da oceanografia e da gestão ambiental. Então, naquele primeiro momento, eu como assistente social, eu fiz essa nucleação do grupo, né? Que eu já contei. E num primeiro momento, Claro, a gente teve momentos de integração. Não é para se conhecer, porque até mesmo os membros do grupo que eram da universidade, alguns não se conheciam, né? E muito menos tem vinha de fora, né? Então a gente teve, assim como que um aquecimento, né? Inicial. Mas o foco das discussões desde saída sempre ficou muito Claro, era a questão do Pontal da barra, não é? Nós não íamos tratar de outros assuntos de preservação. Era. É aquele lugar que nos interessava saber. Quero conhecimento daquela realidade e então construir estratégias para a preservação. Depois eu, ao longo dos meses, depois com as memórias, tu vai ver bem como foi esse passo a passo. Nós chegamos a um momento em que em que nós nos demos conta assim que não bastava a gente ficar relatando o que cada um conhecia aqui. A gente teria que ter uma metodologia de trabalho, né? E que essa metodologia. Perto da lógica, resultasse um produto. E com esse produto já estava muito Claro para todos que nós teríamos que que com ele sensibilizar as pessoas que têm poder de decisão, não é? Para a iniciativa, que nós desde o início, desejávamos proteger aquela área e para que isso acontecesse com uma unidade de conservação, tá? Então a gente pensou numa metodologia e o nosso, o nosso objetivo era desembocar num escrito Ham, por isso que nós temos um relatório, não é? Foi o resultado do trabalho

todo. Foi um relatório que, por circunstâncias assim facilidade, a gente está estava dentro de uma universidade. Acabou, inclusive Ham sendo editado. É do comum livro não é com registros, como um livro. Bom, então. De início, assim ficamos pensando, como fazer, que metodologia seria? E aí um dos membros, que é o professor Marcelo. Talvez tu venha conhecer. Ele é da FURG e era um dos colaboradores, né? Ele nos trouxe a proposta de a gente utilizar uma matriz. Que era uma grade, não é claro, mas é eu não lembro se tem nome assim essa matriz, mas na verdade é um. É um instrumento visual, né? Para dividir tarefas, não é , é por temáticas. Para que a gente fosse alimentando, não é aquela é para que a gente conseguisse fazer a construção. Com uma certa lógica, né? Essa matriz eu também sou Marcelo, de construir a questão metodológica de organização para poder. Quem é? Inclusive, numa das reuniões, eu lembro que, por tudo o que a gente já tinha conversado, ele trouxe a matriz já com uma das colunas preenchidas, que seriam o os itens, né? Ou assessores que necessariamente teriam que constituir o nosso relatório. Então foi um caminho assim que se abriu, né? A equipe nas reuniões, visualizava aquela planilha ou grade. Ali, o que que aconteceu? A gente começou conforme de atuação de cada membro. A gente fez uma divisão de tarefas. Houve um tempo para cada um fazer as suas leituras, fazer as suas. O gestam de texto e aí começou a agregar. Naquela planilha mesmo, né? Por exemplo, nós tínhamos a professora Caroline, é são exemplos que eu vou te dar que lá na faculdade de educação trabalha com educação ambiental. Então ela logo se propôs a ficar com esta parte do relatório, né? A professora Laura, da área de turismo, logo se propôs a escrever a contribuir com as perspectivas do turismo para o Pontal. Já o técnico da Secretaria de meio ambiente, conhecedor do aspecto legal e tal, ele já foi verificado para com a parte de legislação, tipos de unidades de conservação. Acho até que ele também contribuiu para a parte. Relação de recursos. E assim foi o nosso relatório, embora ao final, os textos tenham sido. É? Finalizados assim com 23 pessoas, ele teve esse início. Não é? Por exemplo, na educação ambiental. Eu mesma contribui a Caroline, e então está assinada por nós 2, não é? E, e, assim, houve outras seções. Assim que a sessão do professor Giovanni, mesmo claro que ele, com todos os estudos fotográficos e as pesquisas, os tantos que ele faz a por lá anos. Ele começou A redação, não é? Mas ele tem a parte dele no relatório. Eu acho que são 8 ou 9 colaboradores que ele buscou outros pesquisadores que agregam outras informações, né? Então. Eu tive acesso ao

relatório e realmente é visível a preocupação de uma construção interdisciplinar com a colaboração de várias outras pessoas e pensando a questão do Pontal em várias perspectivas. Por isso que ele é tão completo no objetivo dele, né? De vários profissionais que trabalham para a mesma questão, por é importante preservar, estudar e fazer a unidade de conservação da realidade tornar ali no Pontal todos os profissionais que trabalham para a mesma questão. Procurar em outras pessoas das suas áreas e contestar isso mostra que, na verdade, está muito bem embasado, muito bem construído, a, a proposta de que uma unidade de conservação é uma ideia de necessidade ali no Pontal da barra, né?

Sabrina: Aham, isso não quero te corromper, pode continuar com a gente volta um pouco depois eu tenho uma pergunta sobre este relatório.

Silvia: E vai ficar bom, mas eu vou, já que eu estou falando no relatório, até eu vou fazer uma observação, é bem como tu falaste? O nosso propósito foi sempre dar base para que o leitor desse relatório ficasse bem. Ham suprido de informações e ficasse confirmado até de que realmente é importante a preservação? Mas também sempre a certeza de que por ser tão pouco tempo não é assim elaborada. Ham, porque não é um trabalho fácil juntar essas informações. Elas precisam ter um concentramento, né? E, e por isso, assim, eu diria que não está ainda perfeito, mas a gente sempre teve essa certeza de que o que foi possível fazer tá ahh, mas essa obra, então ela merece atualizações. Até porque a, a científica tem um dinamismo tal que, que precisa das coisas, não é? Eu sei assim, de vez em quando o professor Giovanni me passa e-mails, me mostra fotos com novas descobertas. Não é uma flor pela primeira espécie, que foi identificada como uma outra espécie, então é algo que está sempre em movimento, então. Então a gente sabe que o que está ali e é de 2020, esses 2 anos que se perguntam, o que já teria muito acréscimo a esses textos, né? Bom, mas agora saindo um pouco do relatório, em seguida, você me faz perguntar alguma coisa, mas deixa só eu, eu terminar essa questão dos tempos, né? Mas depois que achamos a, encontramos a fazer o que digamos. Daquela grade, com textos com conteúdos. Isso durou...Cerca isso foi por 1 ano, um ano e 2 meses. Talvez porque tu sabe, né, Sabrina que né? Eu estava até mais disponível, mas os demais do grupo em geral fosse, né? Com as suas pesquisas, as suas disciplinas e também o pessoal de fora, a da Sema e, e outras eram pessoas assim, com as suas atribuições, né? Os seus prazos e tal, então. A gente sempre avaliou que, embora tudo isso, a gente vinha tendo a

(inaudível) Ham, sucesso No trabalho, porque havia uma boa presença nas reuniões que eram que um teve alguns momentos que elas foram até semanais, mas em geral, quinzenais. Então, depois de 1 ano. A gente conseguiu chegar a um ponto de dar uma certa forma. Esse relatório, não é? Foi um momento muito importante. Em dezembro de 2018. Em que na forma de um simples relatório houve uma entrega oficial, a prefeita. Então, nós, por meio do reitor e do pró-reitor da PROPLAN. Eles devem um, não é? Com a prefeita e o grupo todo, foi convidado a ir ao gabinete. Eu acho que no dia17 ou 18/12/2018, e aí, nós podemos entregar, inclusive com a projeção da área para a unidade de conservação. Então, o grupo se expressou, não é também? Então, verbalmente, além do escrito que foi notado na prefeitura.
(...)

Entrevista: Antônio Girão

Entrevista realizada presencialmente no contexto da Comunidade do Barro Duro, no espaço “Trilhas do Barro Duro” e também residência do entrevistado em 2021.

Sabrina: Então, Guto, para fazer o registro primeiro momento eu queria te pedir autorização, então para fazer a entrevista, áudio vídeo, fotos, todo o material que foi produzido dessa entrevista pra pro trabalho do projeto do conflito do Pontal da barra, Rio Grande do Sul, Brasil e para divulgação para outros momentos do trabalho que possa ser usado seu material, se você autoriza.

Antônio: Claro que eu te autorizo e da mesma forma, eu quero saber se tu vai autorizar também que eu use ter o material para divulgar, na minha empresa turistrilha.

Perfeito está autorizado, eu também da minha parte, a eu te pedi que tu te apresenta-se no primeiro momento.

Meu nome é Antônio Augusto. Girão Costa. Eu sou nativo aqui desse lugar mesmo, nasci aqui. De uma família de policiais militares. As mulheres, enfermeiras, porque meu pai era policial, minha mãe é enfermeira, então. Daí saíram nas profissões. E, mas eu já tinha um perfil. Mais humanista. Então eu passei só 2 anos na polícia militar e depois abri mão, sabe que sair ter uma vida. Que tem uma outra visão da vida, não é não aquela vida militar que estava me levando para um caminho que não era muito de acordo com a minha personalidade. Então, depois de alguns anos, eu saí daqui de Pelotas e fui morar em Florianópolis. Lá como me conheciam, essa área do turismo não é da hospitalidade e fui trabalhar nos hotéis. Princípio como segurança, depois

como recepcionista e aí ganhei uma bolsa de estudos para mim fazer um curso de técnico em hospitalidade. O privilégio de estudar numa escola técnica lá gratuitamente sabe, particular, mas eu fui atingido pela pandemia, depois já trabalhando lá e fiquei desempregado lá. Daí eu vim para cá para Pelotas pensando em primeiro, na minha situação econômica, né? Que eu precisava ficar mais próximo da minha família, não é? E também porque minha família, minha mãe, estava morando sozinha, eu precisava, queria e ela tinha me pedido para mim. Vim morar com ela, ficar com ela e tudo mais. Mas hoje eu tenho outra pessoa morando com ela, minha irmã, graças a Deus eu pude, ver um lugar para mim morar mesmo, né? Que foi necessário devido à grande demanda de serviços que tinha, porque eu quis me dedicar um projeto de ecoturismo. E aí eu acabei vindo para cá vendo que meu bairro estava completamente jogado, atirado e tinha um lixão enorme aqui. Então eu comecei a limpar esse lugar e projetar aqui uma empresa de ecoturismo parecia uma utopia no começo, mas para mim era um sonho. A praia é muito suja também e eu acho que isso. Resume bem quem eu sou assim? Sabe? Como todo mundo, é um pecador, falhas de caráter, mas acima de tudo, a minha personalidade tende ao ambientalismo. A proteção do meio ambiente das pessoas como parte integrante desse processo e tentar gerar a renda, não é que eu vi o que é uma população muito pobre, aprisionada, uma cadeia. De eventos aqui, que sempre mantém a situação econômica delas sempre igual, então eu imaginei que fazendo 11 trabalho de ecoturismo, a gente pudesse não só preservar o meio ambiente, mas também talvez gerar renda, né? Para algumas pessoas, este sou, eu acho.

Sabrina: Perfeito a eu queria. Nesse primeiro momento, eu vou puxar a conversa um pouquinho lá para o Pontal da Barra, porque é meu projeto. Eu conheço mesmo é, então assim, eu queria que falasse um pouquinho. Você falou um pouco da sua relação com o bairro do Barro Duro, Laranjal, e eu queria que você falasse um pouco sobre o Pontal também, que você conhece. E qual a relação que tu tens aí com o Pontal, com essa região?

Antônio: É o Pontal. Foi logo no começo, quando eu era criança, o meu pai era trabalhava lá no balneário também. Então a gente conheceu lá o Laranjal bem no começo, sabe quando era criança? E aí, com relação aos ao peixe que a gente ia buscar, a gente ia no Pontal, que lá ainda tinha, era muito mais perto, tinha pescadores lá do que nascer. 3 como a gente morou lá e hoje a minha relação hoje com o portal

foi depois que eu vim para Pelotas. Eu comecei a frequentar lá porque eu conheci alguns pescadores lá e eles tinham uns barcos de turismo que estavam lá no Pontal, algumas pessoas e eu fui para lá buscar esses barcos, né? Saber que a gente tinha vontade de fazer também passeios de barco. Fazer um itinerário aqui, que ligasse o Pontal da barra. O balneário Valverde, balneário Santo Antônio Barro Duro até AZ 3 e tinha um barco lado um morador, um pescador lá que ele tinha adaptado para isso. Só que não aconteceu, né? Naquela época, como ele, talvez hoje no futuro possa acontecer, né? Minha relação é essa que eu passeava muito por lá, tentando captar nessas pessoas que talvez quisessem fazer esse time erário, né? De barco.

Sabrina: Guto na tua opinião, o que que você acha que é importante naquela região ali do Pontal?

Antônio: Pô, eu acho muito importante ali a cultura local. Porque o Pontal da barra, ele. Ele é uma ligação entre a parte antiga de Pelotas que ele do canal. E como a Z3, então eles são detentores de não só de conhecimento, mas eles eram transmissores de conhecimento porque eles, eles eram pontos de ligação e comércio entre os moradores do canal Santa Bárbara. Toda aquela região de Pelotas ali.

Entrevista: Professor Giovanni

Giovanni: E eu posso te perguntar uma coisa, Sabrina.

Sabrina: Claro, a gente está, na verdade. A ideia é uma troca. É claro que para mim é muito importante discutir pelo fato de que eu sou uma pessoa que estou entrando agora nesse diálogo sobre o Pontal da Barra. E você, como os outros profissionais, outras pessoas que estou conversando, são pessoas que estão há anos trabalhando no Pontal, que já viveram várias histórias, têm uma relação maior com o Pontal, mas é uma conversa.

Esse meu roteiro aqui é só uma orientação para a gente poder desenvolver algumas coisas ali para o projeto, mas é bem informal, na realidade. Sem roteiro a gente perde, né? É, é isso aí. Eu quero só começar aqui, só para início, eu pedi que, na verdade, perguntasse se tu concorda em ser entrevistado, que essa entrevista está sendo gravada, participando desse projeto, que é denominado Arqueologia do Conflito no Pontal da Barra, e se me autoriza a utilizar as informações que foram inscritas, informações em áudio, vídeos e imagens produzidas desse estudo e também para divulgação.

Giovanni: Sim, eu te autorizo tudo que tu precisar. Eu só te pergunto se tem algum documento para assinar, tu manda que eu bota, eu tenho uma assinatura de escaneada também, talvez tu precise depois. Perfeito.

Sabrina: Nesse momento, a autorização em vídeo gravada já é suficiente, mas sim, tem alguns documentos que a gente produz depois, até porque vão ser transcritas as entrevistas, né? Então... Mas no segundo momento, sim, eu entro em contato contigo. Para iniciar nossa conversa, eu queria que você me contasse um pouco a tua relação, o início da tua atenção e da tua relação com a questão do Pontal da Barra como um todo, né? Qual a tua relação com o Pontal da Barra?

Giovanni: Sim. Eu te diria que é uma relação que descobriu outras relações. É uma relação, assim que eu te diria, até de ancestralidade.

Eu tenho estudado bastante as ideias dos povos originários da América do Sul através de muita gente boa, muito profunda, como o Davi Kopenawa, a Ailton Krenak, o Daniel Munduruku, e outros tantos, a Márcia Kambeba, a própria Sônia Guajajara. Tenho visto isso porque eu só estou indo lá adiante, estou indo lá na frente para te contar, para te fazer sentido o que eu vou te dizer agora.

Porque desde o ano passado, trabalhando nos meus projetos de educação ambiental, eu digo que tenho que fazer o resgate ancestral, o resgate do sagrado. E aí eu comecei a me lembrar tudo. Mas eu vou entrar na questão dos povos originários, né? E aí eu comecei a mergulhar nisso.

Eu comprei o livro do Davi Kopenawa, O Queto do Céu e tudo, os livros do Ailton Krenak e tal. E aí, então, o que isso tem a ver com o que eu vou te dizer? Tem a ver com essa busca que eu comecei a fazer, tão logo comecei a trabalhar no Pontal. Então, a nossa casa ali, a casa dos meus pais em Laranjal, ela é, na verdade, no que seria a margem norte do banhado do Pontal da Barra.

O banhado do Pontal da Barra vinha contínuo desde lá do Canal São Gonçalo até a rua Avenida Pará, a antiga Avenida Pará, até a Rua Amaral ali, que é a nossa rua. Nos fundos da minha casa, que eu já começava o banhado, ia contínuo, assim, dois quilômetros até lá o São Gonçalo. E aí, desde os quatro, cinco anos de idade, eu saía ali para os fundos, né? Aquela umidade, aquelas ruas de chão batido.

E muitas vezes eu juntava com os meus vizinhos, os meus amigos, assim, a gurizadas ali. Eu tinha quatro, cinco anos, juntava com os gurizinhos um pouco maiores, de sete, oito, nove anos, e ia aquela patota de criança. Aí ia lá para os fundos, e aí me chamou

a atenção, acho que eu tinha cinco anos, a primeira vez que eu fui até a beira do banhado, que tinha uma areia amarela sendo despejada, assim, eu via aquelas areias de duna dentro do banhado.

Em seguida, eu aprendi que aquela areia vinha das próprias dunas de Laranjal, nos caminhões, no final da década de 70, para aterrar o banhado. E eu me lembro de eu andando naqueles campos, vendo aquela imensidão dos campos, e vinha uma lebre, saiu correndo. Até hoje eu lembro da lebre.

Eu tinha cinco anos. E aí, em seguida, começou uma relação com aquela área. Seis anos eu já estava andando lá para o meio, em geral com outras crianças, ou então com o pai e a mãe.

Aí, com sete por oito anos, eu tinha os amigos meus ali, aquele rapaz que foi candidato à vereadora, o Abel Dugas. O Abel Dugas, o nome dele é Paulo Abel. O Paulo Abel é um amigo da família deles desde pequeno.

É uma família bem mestiça, a mãe deles chamava de castelhana, que é indígena, são pessoal indígena misturado. Então, eu sempre tive essa relação com eles ali. E aí, a gente ia campo adentro, e aí a mãe sempre comentou, a mãe como artista, sempre dizia, esses campos, será que um dia vão acabar com essa imensidão dos campos? E eu, como assim, mãe? Não, porque aqui o loteamento, vão aterrar, vão destruir.

E eu me lembro, com oito anos, eu disse, puxa, mas é tão bonito isso aqui. E aí, naquela época, eu comecei uma amizade muito grande com uma figueira, que eu chamava de minha figueira, ali perto da casa do Paulo Abel, já indo ali para o que seria o pontal. E aí eu subia na figueira, e aí aquela relação virou uma relação de origem mesmo.

Aquele era o meu chão. E aí, com oito anos, eu decidi que ia fazer alguma coisa, porque eu sabia que a expansão do Laranjal ia ir para lá, como a mãe estava me alertando. E aí eu simplesmente decidi, vou pesquisar as aves, vou ser ornitólogo, vou estudar os bichos aqui para mostrar que isso aqui tem... Imagina, oito anos de idade. Eu digo assim, não, que isso aqui tem uma razão de ser. Aí eu comecei, com oito anos, a fazer... Assim, não tinha nem livro, não ia ver o que era o que era, mas que bicho é esse? Começava a mapear os bichos de memória. Aí o tempo foi passando.

Minha relação ali com o banhado continuava, eu ia caminhar na praia, coisa e tal, com a família. E aí, o próximo evento mais importante, eu diria que foi com 12 anos, que aí eu comecei a fazer um catálogo das espécies de aves. Comecei a desenhar elas e

pegava, eu liava enciclopédia, assim, sabe? E via o nome dos bichos mais comuns, assim, gaivota, os nomes que não eram muito específicos.

E fiz um catálogozinho, eu tenho guardado até hoje, com os bichos desenhados, assim, o nome dos bichos. Chamava-se Aves do Laranjal. E não tinha biografia, mas aí com 13 anos o pai ganhou um prêmio de poesia, que chamava... Era o João Simões Lopes Neto, 1987, eu que tinha 13 anos.

E o pai foi preso político, meu pai era do Partido Comunista Brasileiro, e ele foi preso na época da ditadura e virou poeta, desde então ele... Virou poeta e concorreu a esse prêmio, escreveu, acho que foi a segunda vez que ele concorreu, ganhou esse prêmio, ele ganhou um dinheiro bom, uma grana lá. Aí a gente foi na feira do livro, que era no calçadão da André de Neves na época, aí nós achamos o livro do Helmut Zick, um alemão que é o pai da ornitologia moderna brasileira, só que o livro era caro, na livraria da UFPL. Mas aí o pai me comprou com o dinheiro do prêmio, e a partir dali começou um fanatismo desmedido.

Eu rodei dois anos, na sétima, depois do segundo ano, segundo grau, rodei por causa do meu grude com aqueles livros, que era um troço insuperável. E aí o pai, com 13 anos, teve que guardar cadeado o livro do Zick para não rodar de ano na sétima, no sétimo ano. Porque eu vivia estudando, eu lia o livro e ia para o banhado identificar as espécies.

E aí eu comecei um novo catálogo. Aí comecei a anotar algumas coisas, e mais adiante, acho que foi dois anos depois, com 15 anos, que eu comecei um catálogo de desenhar as espécies em tamanho grande, numa folha grande, botaram uma pastinha, um plastificador, e eu tenho guardado isso até hoje. Isso foi levantando cada vez mais as espécies, identificando, com 15 anos, acho que eu já tinha umas 130 espécies identificadas de aves do Pontal.

E nisso, cada vez mais, eu ia entrando na essência do banhado. Já com 12 anos, na primeira travessia grande que eu fiz banhado sozinho, com água pela barriga, com medo de me afundar, sei lá, vai ter um sumidouro, um troço, eu digo, não quero nem saber. Comecei a sentir uma intimidade com aquela área, lá bem no Pontal, indo daquela tripa de banhado que separa o São Gonçalo daquele mato onde é a RPPM, hoje é a RPPM.

Aí eu atravessei aquilo e me senti muito seguro. De fato, aquele é um dos trechos mais fundos do banhado que eu andei até hoje. Tem um lodaçal ali que tu vai com água até a barriga.

E para uma criança pequena de 12 anos fica com medo. E uma vez eu atravessei aquilo ali, depois eu atravessava tudo, porque não atravessei a pior parte. E aí começou uma relação de muita tranquilidade com o banhado.

E aí o levantamento das espécies dele a correr e tal. E aquele encantamento, aquela coisa sonhadora, conhecendo cada vez mais espécies, me emocionando com cada descoberta nova. Mas aí com 15 anos, já era 89, veio a história do loteamento.

Aí o Asilio de Leonto, era até amigo do pai, amigo do Baltar, uma série de pessoas conhecidas da cidade, chamaram para uma audiência pública e me disseram, não chegou bem uma audiência pública formal, mas naquela época, recém estava começando a ser implementada a questão dos estudos de impacto ambiental, que foi previsto em 1981 com a Política Nacional de Meio Ambiente. A existência do IRM teve mais instrumentos legais até, que eu acho que em 86 é que saíam as primeiras instruções normativas do IBAMA, na época nem era IBAMA, era o IBDF, que estabelecia o que era o regramento do estudo de impacto ambiental. Isso recém sendo gestado, recém começando, não é de se surpreender que a primeira dita comunicação entre o empreendedor e a comunidade tenha sido algo meio improvisado, não muito bem feito, mas hoje a minha leitura é que aquilo seria o que deveria ter sido uma audiência pública nos moldes de hoje, mas na época não foi.

Isso foi lá no clube, naquele clube que tem lá no Barro Duro, me lembro de ter ido até o Barro Duro, alguém me deu carona, a nossa casa é no Valverde ali, e a gente foi lá para aquele clube, o Clube Paraíso, o clube lá do Barro Duro. E aí me lembro de sentar e já levar meus catálogos com desenhos das espécies e mostrei para o Marcelo de Leão, que era contratado do doutor Irajá, da turma do Irajá e tudo, para fazer o levantamento, fazer o estudo de impacto ambiental. Aí ele foi apresentar, porque o pontal é uma área de banhado, mas começou a minimizar o pontal.

Não, mas tem o Taim, tem os banhados mais maiores, por outro lado. Aí eu abri meu catálogo, mas olha aqui o Marcelo, tem tudo isso aqui de espécies, por acaso vocês viram essas espécies lá no levantamento. E ele minimizou.

Não, mas isso também não tem importância, eu me senti meio mal. Não, mas olha aqui, vocês viram isso no banhado? Esses bichos aqui, isso tudo aqui tem lá em muito

mais que ainda estou levantando. E aí naquela postura, assim, parecendo querendo se livrar, do tipo assim, isso aí a gente sabe que tem por tudo aí, não é isso que vai nos... Não importa.

É, não é isso que vai nos preocupar agora. E aí se o banhado ali, a casa de vocês, a sua casa também era banhada ali, as outras pessoas também têm direito de ter uma área no laranjal. Aí outras pessoas pareceram dizer não, mas não é bem assim, tem outros lugares que não são banhados, que poderiam ser ocupados e tal.

E preocupados por onde iam os animais que viviam ali. Ah, mas os animais que viviam ali vão passar lá para o doutor Jardim, que é vizinho, vão para os outros campos do outro lado, eles fogem. Bom, aí eu não tinha muita noção de postura, nesse tipo de evento, de ter uma voz mais firme, então foi aquela coisa, e aquela preocupação.

Desde ali eu não consegui mais dormir direito, foi minha preocupação constante. Aí, em 1990, eu tinha já 16 anos, continuei trabalhando levantamento de espécies e tal, e aí, nesse meio tempo, acho que já com 14, 15 anos, eu estava andando lá no mato, do ponto da Barra, sozinho, e senti uma espécie de presença, e aí comecei a falar, vi uma imagem mental, talvez vou te dizer uma imagem do coração, que tinha alguém ali perto que era um indígena que estava ali, um espírito do indígena, e aí eu conversei, cumprimentei, e assim estou entrando aqui, eu sou um ambientalista, pesquisador, que quero salvar essa área, e fiz uma espécie de reverência, não sei por que aquilo, num daqueles monticos. Aí, depois, conhecendo Rafael Moliere, em 2007, eu fui saber que aquele lugar onde eu tinha feito aquela reverência eram os cerritos, onde tinham os indígenas, então, os tipos originários ali.

Então, assim, já começou um lance ali de mediunidade, de coisa, e que, em seguida, eu já comecei a perceber que eu conhecia todos aqueles lugares de antes, só que estavam diferentes, né? E aí, paralelo a essa descoberta ancestral, eu continuei fazendo trabalho. E aí, Sabrina, nesse meio tempo, a partir dos 16 anos, na verdade, eu já conhecia, mas com 16 para 17 anos, no final do ano, que eu ainda tinha 16 anos, 16 para 17 anos, eu, conversando com o meu amigo Morevich F, que é um cara que trabalha com os peixes, ele me disse assim, olha, tu quer salvar o teu banhado? Dá uma olhada nos banhadinhos, ramos, charcos temporários, vê se tem peixe anual. Um é assim, um é todo cheio de listas, faixas, e o outro é escuro pintado de branco.

Aí, eu fiquei com aquilo na cabeça, olha, charcos temporários, aí eu peguei uma rede lá, um pedaço de saco de cebola, e aí fui arrastar nesses charcos e peguei os bichos,

peguei esse peixe anual e levei para o Morevich. E aí, o Morevich, opa, são eles mesmo, ah, não, então temos que lutar por essa área. Então, a partir daí, eu tinha 17 anos, já 17, aí se juntou o Morevich, e aí o Morevich estava trabalhando no Museu Carlos Ritter, da UFPEL, na época, aí já envolveu um pouco a própria estrutura do museu, aí começamos a fazer coletas e tal, e aí se levantou toda essa informação, eu fazendo levantamento de aves, o Morevich com os peixes, aí já apareceu um colega nosso, um rapaz que é estudante de agronomia, o Luciano Matheus, que se interessou em fazer levantamento de répteis, principalmente cobras, e aí a gente começou a fazer levantamento de tudo que é vertebrado, os répteis, os anfíbios entraram de carona, os sapos, as pererecas, os peixes estavam indo, mamíferos a gente acabou fazendo também, porque todo mundo conhece um pouco de mamíferos, e aí a gente chegou no final de 91, acho que 92, a gente já tinha uma lista preliminar de fauna, e já em 92, paralelamente, o Henrique Salazar e o Roger Ferreira também tinham sido combinado com a gente, de fazer levantamento da flora também, nas plantas.

Então, ali para o 92, 93, a gente já tinha uma lista de fauna e de flora da área, até que eu tenho ela aqui, a lista de flora e fauna do Pontal da Barra, e aí isso serviu em seguida para a gente entrar no Ministério Público, em 91, a primeira vez que a gente... Na verdade, em 91, a gente entrou no registro de imóveis para tentar impugnar o loteamento, em 91, no fim de 91. E aí depois, em 93, eu acho, ou 94, a gente entrou com a ação mesmo, com o Ministério Público Estadual, com o Charqueiro. E eu tenho aqui, essas pastas que têm listas de espécie, a lista parcial da Ictiofauna aqui, digitados lá no Museu Carlos Ritter, pelo Morevi, trouxe a fé de amor até.

Sim, 90 e poucos, já deu tempo de ver. Isso aqui eu acho que é de 92, essa digitação, nem digitalização mesmo. Não sei se o Morevi botou a data aqui, tem levantamento de fauna, mas eu lembro de escrever isso aqui junto com o Morevi, a lista de aves, em 91.

Eu só não lembro se... Entre 91 e 93, isso aqui foi tudo definido. Entregue ao Charqueiro. Em 94, a coisa estava mais forte, assim, com o bando.

É, mas... É, foi o momento mais conflituoso, vamos dizer assim, que eu vi entre os meados de 90, que quando vocês começaram a reunir todas as informações, os estudos, para argumentar em cima da proteção do banhado. Eu tenho conversado, conversei com o Soler, acho que fui entrevistado, fui entrevistado, ele explicando da importância de a gente registrar todo esse processo que foi histórico de esforços na

tentativa de proteção de estudo do banhado, que ainda não tem nenhuma publicação, nenhum texto que reúne tudo isso. Tudo que se viveu nesse processo, a gente está falando desde a década de 80, que tem esses esforços em torno do banhado.

E eu digo que um dos objetivos do meu trabalho, uma parte do meu trabalho, vai ser fazer esse levantamento, que eu acho importante registrar. O movimento das pessoas com o banhado e o processo que se construiu essas ideias. Por que isso chegou até hoje? Sim, se você tem interesse, eu tenho aqui quatro volumes de cópias que a gente fez do processo que estava rolando no Ministério Público Estadual, tem quatro volumes aqui, guardado aqui, não sei se você tem isso, o Soler tinha isso.

O Cláudio passou vários documentos, mas alguns mais detalhados, ele mandou alguns resultados do processo, decisões que foram feitas durante o processo de proibição do loteamento, tudo mais, mas eu estou reunindo documentos, eu te agradeço por poder me mandar, eu gostaria sim, porque eu acho que é importante. Porque são quatro volumes, deve dar umas 300, 400 páginas. E tem outros documentos pingados, tipo esse aqui do Bruno Hirgem, o falecido Bruno Hirgem, do Gastal, de 1995.

Eu acho que tudo isso merece ser citado, eu acho que merece ter referência no texto, eu acho importante. Claro, Bruno Hirgem foi professor da UFRGS na época e foi chamado por nós, o Henrique Salazar tinha contato com o pessoal da UFRGS e chamou, e nós fomos a campo com o Bruno, com o Gastal, levamos, e aí ele produziu uma lista de espécies aqui de flora aquática, chamou atenção para algumas ameaçadas de extinção e raras, e outras raras, e esse documento ajudou no processo, na justiça. Então, é importante citar, é importante citar, eu te agradeço.

Quando a gente tiver oportunidade, quando a gente puder se encontrar, eu gostaria muito de ter acesso, porque isso tudo vai, tem uma parte de arquivo que vai no texto, é óbvio, mas eu acho que dentro do texto, quando eu estou contando a história, o histórico de todo o processo de conflitos do Pontal, eu acho importante citar essas pessoas e esse material que foram produzidos, porque todos, de alguma forma, colaboraram para o grande palco de conflitos que existe ainda hoje, que a gente ainda discute com o Pontal da Baga, essas pessoas participaram do processo, eu acho importante todas elas estarem citadas, e o que produziram, quais foram as ações que foram feitas durante esse período, e a gente tem pelo menos 30, mais de 30 anos, de pessoas e ações dentro desse espaço de conflito, mas o que eu puder documentar,

eu gostaria de documentar o máximo possível, e eu te agradeço, eu gostaria desse material, sim. Esse material tem aqui em mãos, só algumas partes deles estão xerox mal, está incompleto, e aí eu tentei ir atrás da versão original, só que isso já está nos arquivos do Ministério Público em Porto Alegre, então você tem que entrar aqui e fazer uma petiçãozinha, um pedido, se você quiser documentar tudo no Ministério Público Estadual, tem que ir ali no fórum, e aí faz o pedido que eles mandam vir de Porto Alegre o arquivo completo de todo o processo, esse que tramitou na Justiça Estadual, para, se você quiser, tudo bem completo mesmo do processo. Periférico ao processo, eu não sei se esse documento, acho que esse documento do Bruno e do Gastal estão nesse processo também, mas tem alguns documentos periféricos que talvez não estejam, que a gente tenta complementar, mas o principal seria essa argumentação aí, essa que está no Ministério Público, que está nos arquivos, porque a ação já foi, e aí tem a ação nova, essa que começou em 2008, com o Ministério Público Federal, que eu acho que o Rafael Milheira já tem acesso, que é um material mais difícil.

Ele mandou a documentação. Na internet tem o processo que o Dr. Mauro instaurou, que é um processo bem longo também, que ali já tem bastante elementos. E nesse meio tempo, o que saiu de importante depois que se descobriu os peixes anuais foi em 2001, o Morevi, esse amigo meu dos peixes, descreveu o peixe anual novo, o peixe anual do Pontal da Barra, esse austrolebias nigrofasciatus, que hoje é uma das bandeiras mais importantes do Pontal da Barra, descreveu ele para a ciência, porque antes ele era considerado austrolebias sp, sabia que era uma espécie aparentada de um peixinho desse mesmo gênero, austrolebias, que ocorre na região de Porto Alegre, que se chama austrolebias adolphe.

Só que já se imaginava, pela distância, 250 quilômetros, os peixes anuais são muito propensos à especiação, à diferenciação, mesmo com pouca distância geográfica. Então já se imaginou que ele seria diferente. Mas aí demorou até 2001, desde as nossas escolhas.

Demorou então 10 anos até a espécie ser descrita como espécie nova para a ciência. E a partir do momento que ele foi descrito como espécie nova, aí sim a gente tinha um argumento forte. Só que aí veio toda uma questão de negação, que o bicho não ocorre, e também ele não era protegido legalmente.

E aí só em 2004 que saiu a lista de peixes ameaçados de extinção do nível nacional. E aí a gente passou a usar isso também como argumento. Perfeito.

Porque ele está protegido de lei. Pelo menos ele está constando em uma lista oficial de espécies ameaçadas. Aí foi um fato novo.

Mais de 10 anos, então, para conseguir esse argumento de que não poderia mexer ali porque tinha esse peixe que era uma espécie nova. Isso, que era o argumento, digamos assim, mais forte para poder reverter a situação. Por que, Sabrina? Porque aí no meio rola aquelas sacanagens que acontecem no nosso país.

Em primeiro lugar, na minha cabeça lá quando eu guri, eu pensava assim, poxa, mas precisa ter todo esse tecnicismo todo para preservar uma área tão bonita, tão importante quanto essa? Basta ser o que ela é, não precisa provar nada. E aí vinha, claro, aquele meu apego pela área e coisa e tal, para que mostrar, quantificar a importância de uma área? Poxa, basta ver o que é um criador de peixe, tem um monte de animais aqui, um ambiente saudável, equilibrado aqui, uma coisa completa em si, digamos assim, uma coisa, um ambiente, uma dimensão ali, um espaço ambiental, um espaço natural pleno, na sua plenitude, que precisa mais. Mas aí eu aprendi, bom, isso não basta para o capitalismo, para o nosso colonizador aqui, tem que te virar nos 30, levantar argumentos, destrinchar, para conseguir... Eu percebo que as pessoas já têm esse olhar, é importante, nós temos que estudar, preservar.

Aí parece que depois dessa percepção, dessa ideia de pertencimento, parte daí para mostrar o porquê, seja do arqueológico, da questão das aves, da questão do solo, que ela é uma esponja também, até a questão da invasão das águas, na questão das casas ali. Então parece que depois se procura vários, não é um motivo, mas vários motivos para poder justificar por que é importante estudar e preservar. Tu já começou, mas eu passando aqui, é uma pergunta difícil, porque eu vi que a tua visão é muito ampla do que é o pontal da barra, mas como é que tu definirias o pontal da barra na tua perspectiva? Em termos geográficos? Em termos de tudo? Abrangência sim? De tudo.

Uma definição do pontal da barra, se tu pudesse dizer o pontal da barra é isto, como é que tu definirias o pontal da barra? Olha, eu não sei te definir assim, é tanta coisa... Pois é, eu acho que na verdade o que você falou agora quase meia hora, muito do que você falou definiria o pontal da barra da tua perspectiva, porque eu vi que a tua relação é desde criança, então definir engloba tudo isso que você explicou. Eu estou antecipando a tua resposta, mas eu imagino que seja isso. É, mais ou menos por aí,

quer dizer, é um lugar que é a continuação da minha casa, vamos dizer assim, é a minha própria casa, entende? E aí vai... A relação de conhecimento é claro.

Eu saía de manhã cedo, de madrugada, de casa, ia para lá como se fosse parte de casa, a mãe às vezes levava o pai, levava a mãe, a minha irmã ia muito pouco, mas o mais o pai, às vezes o pai como ficava naquela situação de depressão dele, de vez em quando o pai ia para o sanatório, então o pai era muito delicado, então as vezes a mãe dizia, leva o teu pai, aí eu ia com o pai, caminhava de pé descalço lá, a gente fazia, mostrava os bichos para ele, ia com o pai e os cachorros, então era uma extensão de casa mesmo, muitos amigos nossos, amigos da mãe, moram ali ainda até hoje, nos fundos, então era uma continuidade de casa, como se fosse uma comunidade, e uma continuidade. E aí, então, para tentar te definir o que era contar, o canal aí com 13, 14 anos, junto dessas descobertas todas que eu te falei. Até os 13, 14 anos, eu era mais no Pontal mesmo, ali nos 18 sítios arqueológicos do Milheira. Mas, paralelamente, eu também ia até as dunas, lá pela casa do Filipe Guerto, lá por cima, só que o meu caminho era por cima. Só que aí, um dia, eu resolvi unificar isso tudo.

Eu vou por dentro do meu caminho tradicional, pelo banhado Pontal, vou entrar pelo Pontal, vou atravessar o valetão, e eu ia de pé descalço, fiz. Eu ia engrossado, os pés embaixo, eu caminhava em cima dos espinhos para ficar com o pé grosso, eu gostava de sentir a natureza, sentir o frio, o pé gelado no inverno, era essa coisa aí, bem raiz. Eu atravessei o canalete para ir no Pontal, aí, um dia, eu disse, agora eu vou lá em direção ao velho jardim, ao doutor jardim, lá que, na época, a área dele chamava as Três Cacimbas, popularmente conhecida por Três Cacimbas.

Só que aquilo, pô, ficava 3 quilômetros ali do Pontal, aí, vai, eu vou lá, eu vou. Aí, eu saí bem cedo, com o meu binóculo, para ver os bichos, e fui cortando, cortando, cortando, quando eu vejo, eu estava lá do lado da... tem uma casinha lá, que os capatazes deles, quando eu vejo, estava lá longe, e eu digo, puta, mas eu cheguei até aqui. Aí, eu dei uma esticadinha, mais uns 300 metros, cheguei nas dunas.

Eu consegui unificar o caminho. A partir daí, então, daí, até os 15 anos, eu comecei a ir, ir até lá, a fundação do Palmeiras, quase o Arroio Pelotas, ou seja, atravessar a área toda. Então, o meu conceito de Pontal da Barra não é só... Aí, eu talvez te respondo.

Não é só o Pontal mesmo, dos pescadores. O meu conceito de Pontal da Barra foi até as dunas lá, e até quase o Arroio Pelotas. É a proposta da Unidade de Conservação, entendeu? Isso aqui... É a coisa que pega tudo.

Então, o meu conceito de Pontal da Barra é tudo, não é só o Pontal ali. É um território, um território que era o que eu percorria à pé, e me apropriava daqueles ambientes. Então, eu ia me apropriando aos pouquinhos, como se fosse digerindo, comendo e digerindo aos pouquinhos.

Olha, isso aqui agora é meu também. Isso aqui também é meu. Não, mas agora o Feasto das Dunas também é meu.

Também quero isso preservado. A ideia do meu trabalho tem partido do conflito. Só que eu vejo que isso transborda o Pontal da Barra.

E a relação das pessoas também transborda o Pontal da Barra. Porque o conceito de Pontal está inserido dentro de uma região que as coisas estão interligadas, elas não são isoladas. Então, uma área definida é uma área definida.

A relação de pessoas com o lugar, ela transborda dentro daquela área. Então, estou conversando com pessoas também de fora. Pessoas que já moraram no Pontal, mas ainda têm ligação com o Pontal, se sentem, de alguma forma, relacionadas com ele.

Pessoas que ainda estão lá, que ainda estão fazendo, trabalhando, ou simplesmente vivem no local, pescam no local, mas também mantém essa relação. E todas elas estão interligadas com além do Pontal. É uma relação que transborda.

É o que você está conversando comigo, você consegue fazer a relação do Pontal, mas vai além do Pontal, dentro de uma região. Sim, e para mim era uma relação de raiz mesmo, era como se fosse um lugar sagrado. Eu tinha uma ideia de tão sagrado que era, que eu conversava com os índios ali, com quem estava ali, começava aquele lugar e era sagrado, me sentia pleno ali.

Tanto é que eu me acompanhava muito do meu cachorro Baio, que na verdade era dos meus vizinhos ali, da Tia Vimo, do Joãozinho, da Zica, dos meus vizinhos de casa ali. Só que eu era tão amigo dele que ele virou meu amigo. E o Baio ia comigo, sei lá, dos 14 até quase 18.

Eu ia fazer 18 anos e ele morreu. Era um cachorro enorme, grandão, Baio, alemão, sei lá, 20, 25 quilos o cachorro. E aí ele morreu de piroplasmose.

Faltavam cinco dias, seis dias para eu fazer 18 anos. E aí o Pontal era um lugar tão importante para mim, sei lá, aquilo me chamava. O que eu vou fazer? Eu vou levar o enterrar o Baio lá.

Aí lá, do lado dos Montículos, sem saber que aquilo era cemitério indígena, que era lugar de cerrito indígena, eu levei com carrinho de mão, pedi um carrinho de mão para o Baio, meu vizinho, e levei aquele baita cachorro, atravessei banhado, atravessei o valetão com o Baio, com o carrinho de mão, levei o Baio lá naquele lugar sagrado, enterrei o Baio, que era o meu animal sagrado, o meu amigo sagrado, enterrei ele lá. Mas não é só essa noção, você vê como a leitura que aquilo tinha permeava, então vai muito além do interesse científico dessa coisa. Ele tem uma dimensão raiz.

Então eu levei o meu amigo sagrado, enterrei lá. Quase no pé da figueira ali, na figueira onde eu subia para ver os bichos. E eles encontraram um cachorro também associado aos indígenas que moraram ali, né? Pois é, até perguntei para o Rafael, vem cá, Rafael, não é o meu cachorro Baio que eu enterrei aqui? Não é o Baio que você está estudando.

Se eu enterrar o Baio, vou brigar contigo. Desenterra-se o meu cachorro, cara. É, mas foi provado, fizeram estudo, tem idade, fazer carbono 14, não tinha como ser seu cachorro Baio, era realmente um cachorro associado ao sítio arqueológico.

Era outra encarnação do Baio, de repente, era o Baio. Vamos saber se o Baio também não tinha ligação com o lugar, que o cachorro não pode falar, mas é que está o não humano que está envolvido com o contexto dos humanos, e ele também tinha o cachorro do passado. É interessante pensar isso, né? Interessante.

Sabrina: Professor, assim, você já mencionou algumas vezes no seu discurso, mas eu gostaria que o professor pontuasse o que você acha importante ali no ponto da barra. Importante, assim, em todos os sentidos, né? Eu acho importante esses elementos, essa relação com humanos e não humanos naquele espaço, eu acho importante destacar. No ponto da barra, o que você considera importante?

Giovanni: Olha, tentando... Era uma pergunta difícil. Eu acho, assim, o importante desse ponto de vista de... Se pensar do ponto de vista biológico, aí já é um pouco afetado, assim, afetado por esse cientificismo, pelo cartesianismo, entende? Que já vem poluído com essa coisa, né? Agora, tentando olhar da perspectiva de gente dali, eu já fui pescador-coletor, eu já pesquei peixe para comer em casa, no contrário, eu já coletei frutos e coisas para comer, assim, como o povo tradicional de uma área. E

eu te diria, assim, que o mais importante é a própria dinâmica do banhado, é a própria presença daquele... fonte de vida, assim, né? Um berçário, um lugar... sagrado, digamos assim, por ser um berçário, né? Todo mundo sabe que os banhados são áreas de reprodução de peixes, então eu te digo que é um lugar que te abastece, que te dá segurança, entende? Não é um lugar, digamos assim, só romântico, ah, que bonitos os bichos, e também não é só um lugar de... de deleite científico, de interesse na pesquisa científica, também é um lugar que te fornece condições de viver, porque quanta gente pescava lá, e eu pescava, e é um lugar que prove, vamos dizer assim, é um provedor de... de vida e de... e de até alimentos, vamos dizer assim. Então, nesse sentido, eu tentaria te resumir que o... que o Pontal da Barra seria um... uma fonte de... de tudo.

É um lugar fonte, assim. Claro que não sozinho, né? A gente sabe que São Gonçalo, a relação da Lagoa dos Patos, São Gonçalo, o próprio Arroia e Pelotas, tudo interage, nada está sozinho. Mas é um... eu te diria assim que, desde guri, quando eu via aquele banhado, quando secava o banhado, eu via aquele monte de peixe morto, siri, entrava, assim, eu digo, meu Deus, que lugar abençoado, entra tudo que é bicharada para reproduzir aqui dentro, e a gente não vê e não dá valor, né? Então, é um lugar... É explícito, né? O valor dele está explícito, é só você ter sensibilidade para olhar.

É, é, não precisa ter muita... não precisa descobrir o peixe anual, não. É, aí, Sabrina, antes que a gente esqueça... A gente fica do peixe anual. Exato, só para fazer um aponte, para, talvez, um gancho, que talvez tu recupere depois, ou... Ele é o peixe, que está resolvido, depende de ti, mas eu quero te dizer, que a partir dessa leitura que eu faço, assim, do banhado em si, e ele se justifica como um ente sagrado, digno de existência, né, isso se contrapõe ao que a FEPAN fez.

Quando a gente disse que era... Que era banhado, né, a gente descobriu que o loteamento do pontal da barra foi liberado, considerado, porque a rima do que o Moacir de Leão fez dizia que a parte de banhada era uma parte muito pequena, e que boa parte do que é o banhadão mesmo era campo limpo ou campo inundável, e não banhava. E o pessoal da FEPAM, da Fundação de Proteção Ambiental de Porto Alegre, veio e corroborou isso. Então eu fiquei muito ofendido, porque eu caminhava ali, quebrava gelo de manhã, andava com água, como eu te disse, às vezes dependendo do lugar, pela cintura, num banhadaço cheio de peixes e tudo.

Como é que isso aqui é um campo seco, um campo limpo? Que história é essa? Que desrespeito é esse? Como é que eles deveram dessa forma, né? Isso tudo está nos autos desse processo que eu tenho, esses quatro volumes, e também lá no Instituto Estadual. E aí a gente vê as contradições dessa decisão toda, de toda essa discussão, porque como a gente fez todo esse movimento de levantar essa informação, Bruno Irgan veio, não foi possível tapar o sol com a peneira, e aí veio uma equipe da Fundação Zoologica, que é o órgão irmão da FEPAM, com uma, não lembro se é a Maria de Lourdes, que veio fazer um laudo sobre o pontal, e ela atestou que era banhado mesmo, que era banhado grosso, coisa e tal, contrapondo ao da colega dela do órgão correlato, do órgão irmão deles, que é a FEPAM, que a Fundação Zoológica faz pesquisa e a FEPAM faz gestão ambiental e licenciamento ambiental. E aí então o laudo da Botânica, da Fundação Zoológica, contradisse o que o laudo da FEPAM já dizia.

Então isso gerou esse desconforto em todo mundo, o que houve? Alguém está nos enganando, então alguém está sendo enganado, éramos nós e a sociedade, por conta desse erro. Aí a gente descobriu depois, que isso é um, até hoje a gente sabe disso, veio se fortalecendo essa ideia, Sabrina, de que a FEPAM busca, e vários órgãos fazem isso, mundo afora, ela busca proteger suas decisões, não voltar atrás das decisões para não revelar fragilidade, quer dizer, aquele orgulho besta de alguém que não admite o erro, e a gente soube depois lá dentro, de dentro da FEPAM, que era isso mesmo, que a pessoa não podia, que admitir o erro geraria até um problema jurídico, um enfraquecimento jurídico. Então os advogados da FEPAM dizem, não vamos admitir o erro, não, não admite que está errado, ou seja, morre abraçado com o teu, com a tua primeira palavra.

Então isso dá uma, digamos assim, uma puxada de tapete na gente, no sentido de que mostra o que é a realidade, o que é o Brasil, né? O Brasil é esse posto de contradição que, enfim, diz uma coisa, combina uma coisa e faz outra depois, né? Não dá para confiar. Então isso foi muito sério que pode detectar nesse material aí. E aí para rebolar, para tu conseguir argumentar que realmente é um banhado, que aquilo tem que ser preservado porque está na legislação, aí tu vê os meandros todos, né? Aí fica sabendo que eles não querem voltar atrás, porque isso fragiliza a instituição como órgão decisório, aí tu entra naquelas curvas, naquela melosidade fria e distante

da burocracia, entende? De pessoas que nem vieram ver o banhado e decidiram pelo fim dele.

Sabrina: Perfeito. O que o senhor está mencionando, professor, é mais ou menos também com a questão seguinte que eu estava, que eu tinha apontado. A gente falou sobre a importância do banhado e quem que você considera que é responsável, responsável por preservar, responsável para estudar, aquilo que a gente conversou agora do que é importante.

E você acredita que está sendo protegido e estudado como deveria o Pontal da Barra?

Giovanni: Não, a pergunta é se estaria protegido, né, Sabrina? Eu te diria que não, que ele é um flanco aberto, constante, para a total indiferença da sociedade. Passam pessoas lá, a hora lá da praia, o pessoal para, põe o carro, joga um lixo, aquela coisa, né? E as máquinas da prefeitura vêm e passam, já empurram um pouco do lixo para dentro, banhado, a população vai lá, põe lixo, praticamente toda a volta dele. O banhado é imaginar, ele é, sei lá, concebido pela sociedade, pelas pessoas como um lugar esquecido, um lugar de desperdício, de espaço, não sei, ou pelo menos de indiferença, né? Não para todo mundo, a gente lamenta muito, eu vejo muitas pessoas ali conhecidas e outras que só estão passando, que lamentam a quantidade de detrito e lixo e despejos que recebem, né? E a própria questão do poder público, né, que muitos nem sabem o que fazer, né, digamos, no início o poder público lá na década de 80, 90, tá até em jornal, tá nas reportagens que a gente tem, se queriam era que desenvolvessem, aquela ideia, o secretário de meio ambiente na época, o Breno Correia Filho, tem uma reportagem de 1991 na Zero Hora, eu tenho guardado aqui, que ele diz assim, ele vê com bons olhos o projeto no Pontal, né, então imperava aquela visão naquela época, depois o pessoal mudou.

Eu li o trabalho da Nebel, tem muita população também, né? Até pescadores, pessoas que moravam no Pontal apoiavam, acreditavam que aquilo seria bom para todos, né? É, aí tem uma série de discursos que as pessoas incorporam da própria mídia, né, e fica um discurso até meio enlatado, assim, não muito legítimo, né, porque simplesmente copiam o que vem na TV, e aí eu te diria que a impressão que passa, assim, é descaso, assim, desinteresse, né, que aí tu só converte em interesse com base em muita argumentação, não tem como fazer diferente, aí tem que fazer educação ambiental, fazer publicação, etc. Eu preciso, tem a minha aqui, que quer falar comigo, Sabrina? Oi, Sabrina! Oi, tudo bem? Só um minutinho, (...) A gente pode,

de repente, a gente já falou um pouquinho sobre essa questão de responsabilidades, né, até a questão da própria população.

No histórico de preservação do Pontal da Barra, como a gente mencionou no início da conversa, foram vários esforços, desde a década de 80, que envolveram várias pessoas, várias instituições, e no trabalho eu pretendo desenvolver todo o registro desse processo, e esses esforços culminaram na criação de um documento para a criação da Unidade de Conservação do Pontal da Barra. O que tu achas dessa proposta? Sei que você participou dela, né? E, na tua opinião, por que a Unidade de Conservação do Pontal da Barra, ainda agora, em 2021, não é uma realidade? Sim, tu tá falando dessa proposta de 2019, desse livro... Unidade de Conservação, isso. Sim.

Giovanni: Eu te diria, sim, que foi um resultado parcial, que surgiu da discussão, mas um resultado parcial, mas, ao mesmo tempo, relativamente amadurecido. E aí a proposta, eu acho que ela tá buscando propor o melhor recorte territorial possível, né, dentro da realidade geográfica ali, acho que o melhor recorte do dia, né, mas, ao mesmo tempo, ele é um recorte cheio de flancos, né, porque ele tá próximo de várias áreas de expansão urbana. É o Arroio Pelotas ali com o Recante Portugal, é as dunas ali com a Vila Assunção, é o Valverde, é o Pontal da Barra, enfim, né, daquela questão da especulação imobiliária de entorno.

E, com relação ao segmento da proposta, ao encaminhamento disso, eu te diria que, pelo que eu colhi, assim, dentro da SQA, eles encararam como uma tarefa de verdade, encararam como uma tarefa a ser encarada. Só que não transparece muito, segundo me conta um amigo, um colega que trabalha lá dentro, e que não falou muito, mas que na proposta da vinda do centro, que ele não é um projeto de lei, vai ser um projeto de lei de maioria, houve a criação de um núcleo, gestor de um núcleo que lide com unidades de conservação, está tentando estabelecer um arcabouço jurídico e logístico, assim, organizacional dentro da SQA, pautado por uma lei. E que a demora dessa lei, que estaria sendo... Essa lei teria que vir primeiro, que é a unidade de conservação.

É isso que eles dizem. Só que aí, eu e outros argumentamos que não precisa esperar essa lei. Dá para correr em paralelo com a proposta da unidade.

Aí eles dizem que, então, mas tudo bem, se é por isso, está correndo, porque a gente está vendo a questão fundiária, tem gente que está levantando isso, levantando

aquilo, e isso está seguindo em paralelo com a proposta dessa lei. Então, tem esse embate de ideias. A gente disse que a coisa podia estar correndo, e dentro da SQA, a voz reinante é que tem que primeiro esperar os surgimentos dessa lei.

A aprovação e a concretização da lei para poder dar o passo seguinte. E a gente disse que não, não tem porquê. Já existe uma lei, SNUC, a lei do SNUC, que já dá guarida para a proximidade com a aprovação.

Então, eu acho que é um capricho, e o quanto esse capricho da SQA é uma desculpa, ou não, eu não sei dizer, porque as pessoas que dizem que defendem essa ideia é uma pessoa que não tem companhia com ninguém lá dentro, um cara sério que diz isso. Eu acho que é um pouco de capricho burocrático, por não estar andando. Mas, nas últimas vezes, com o pessoal da SQA, eles nos disseram que estão estudando, estariam dispostos a negar qualquer projeto de empreendimentos dentro do polígono proposto, que estão protegendo a área.

Dizem que eles estão evitando aprovação de projetos dentro daquele polígono da proposta da Unidade de Conservação. Isso o secretário falou faz uma semana e pouco, numa reunião. Então, teoricamente, a gestão municipal está ciente disso, e a gente frisa isso sempre.

E eu disse, olha, o nosso livro, esse aqui da proposta da Unidade de Conservação, na época ele foi, não tem dois anos ainda, ele tinha 43 peças ameaçadas de Estado. Só que agora, nesses um ano e meio, apareceram mais. A gente já está em 50 peças ameaçadas de extinção.

Então, a gente fica reforçando, olha, gente, a justificativa técnica está, digamos assim, o balai, o peso da responsabilidade está aumentando, não diminuindo. Quer dizer, nós temos uma proposta maior que está em pausa, embasada em N atributos, inclusive peças ameaçadas. Só que a lista de peças ameaçadas está engordando, está ficando mais robusta.

E aí, digamos assim, que chama mais atenção para a importância da areia. A gente usa comparativos importantes para gerar esse entendimento. Por exemplo, o comparativo que a gente usa é com a Estação Ecológica Itaim, que o Pontal da Barra tem muito mais peças ameaçadas que o Itaim, apesar da diferença de tamanho.

O Itaim tem todo um cuidado, um reconhecimento que o Pontal da Barra a gente está tentando alcançar. O Itaim já possui, né? A questão de reconhecer, preservar, ter leis, né? E o Pontal da Barra a gente ainda está buscando. Ali, a professora Giovanna, os

conflitos do Pontal da Barra, como a gente conversou no começo, eles são bastante comuns na atualidade.

Esse meu trabalho, ele... dialoga com vários outros trabalhos que estão sendo produzidos no Brasil, com a questão de conflitos ambientais e sociais, frente às questões arqueológicas, ambiental, enfim, é um conflito muito comum na atualidade. Ele não é exclusividade do Pontal da Barra. E a gente percebe que existem outros contextos.

Tu identificas outros contextos aqui na região, no Pelotas, Brasil, podemos falar, que sejam análogos com outros, porque a gente está discutindo ali no Pontal da Barra?

Sim, do ponto de vista genérico, a gente sabe que... todo o litoral brasileiro, né? Em primeiro lugar, a correlação que eu sempre faço com o pessoal em geral, principalmente com os alunos, é o contexto e o peso que é estar no litoral. Zonas de litoral, zonas de praia, zonas que têm acesso à praia, seja de mar ou de grandes lagoas, são zonas que vão ser muito visadas para a especulação imobiliária, para a expansão e a cobiça. Então, eu comento que isso aqui, que a gente vê no Pontal da Barra, não é diferente da realidade de todo o litoral do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e todo o Brasil, né? Aí me vem à cabeça, assim, coisas na Bahia, eu sei do litoral da Bahia, da Norte Atlântica riquíssima ali da Bahia, aquela região que trancou os resorts, fazendo pressão para expandirem ou para criarem novos resorts, entrando naquelas matas de restinga da Bahia, que são cheias de espécies endêmicas que só tem ali, no litoral do Rio de Janeiro, aquela região que invade aquelas matas de restinga, litoral de São Paulo, Itanhaém.

Eu te digo isso porque a gente, em 2006, publicamos um livro em parceria com a BirdLife Internacional, da Inglaterra, a instituição a nível global, que é um livro das IBAs, que é as áreas importantes para a conservação de aves. Esse IBAs é da sigla em inglês, Important Bird Area, e esse Important Bird Area é um termo que eles usam, eles fazem uma análise das regiões, de todo o planeta, tentando detectar as áreas que são importantes para a conservação das aves, da ave fauna. Com o pressuposto de que se tu preservar aves, que as aves são bons indicadores de qualidade ambiental, se tu preserva a ave fauna, tu preserva todo o restante da biota, plantas, animais, tudo, as aves sejam guarda-chuva.

Eu trabalhei nesse projeto da Mata Atlântica, do livro das IBAs para a Mata Atlântica, que saiu em 2006. É um livro bastante denso, mais de 400 páginas, que faz uma

análise de todas as áreas importantes em todos os estados que tem Mata Atlântica. Então pega metade do Brasil e está ali dentro.

E a gente trabalhou com uma base de dados gigantesca, então a gente analisou a ocorrência das espécies, as áreas, a descrição das áreas e os impactos ambientais. E trabalhando nessa revisão bibliográfica, o que ficou claro é que essas áreas do litoral, e aí são várias das IBAs, dessas portas imobiliárias aí, que ficam no litoral, ficou claro assim, essas que eu te falei do litoral da Bahia, Rio, Espírito Santo também, São Paulo, região de Itanhaém, região da Ilha Comprida, região do Paraná, Ilha do Mel, Santa Catarina, então é tudo cheio de conflito com expansão imobiliária. E eu botei o Pontal da Barra também, eu escrevi o texto do Pontal da Barra desse livro, falei da especulação imobiliária, mas usamos esse chavão de especulação imobiliária para N áreas, várias áreas do litoral brasileiro, porque é um problema recorrente nessas áreas próximas de centros urbanos, Santa Catarina toda, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, principalmente até a Bahia.

Então se repete isso de norte a sul, essa mesma ameaça. Loteamentos em São Paulo por causa da pressão daqueles 30 milhões de pessoas...

O que eu queria é que vocês vejam o que é um Diálogo Unido, o que é uma Botânica, o que é das Coisas Reais, o que é o Queer, o que é o Cristo, o que é a nossa Flora Viva, o que é o Direito, o que é a Informação, o que é a Vida. A gente vê os relatos de São Paulo, aquela mata atlântica riquíssima ali também, entrando naquela espinha de peixe, vem a especulação imobiliária, e faz uma estrada perpendicular à praia, em direção à Serra do Mar, entrando, rasgando 10 quilômetros para dentro, e depois saindo estradinhas laterais, fazendo os lotes, sabe? Igual com o tal. Então, isso a gente vê em tudo. Santa Catarina também, a gente sabe que tem um órgão ambiental muito permissivo ali, a Fátima, fundação estadual.

É verdade. Então, muita detonação, muita permissividade, essa visão ultrapassada do progresso a qualquer custo. Então, é todo litoral brasileiro.

E no Rio Grande do Sul, em especial na região norte, principalmente na região do Tramandaí para cima, também muita especulação entrando nas dunas, nas banhadas, nas restingas. Então, é muito comum. E aqui mais perto de nós, fora o Pontal da Barra, São Lourenço também está... Três anos atrás estávamos falando de um projeto de loteamento, que o prefeito era parceiro disso, também ao norte da praia,

uma área de 2, 3 quilômetros de praia, de ambiente preservado também, fazer um loteamento, uma expansão ali.

A gente ouviu falar que os caras da Zezé também queriam fazer... Queriam até fazer uma ponte até a Ilha da Feitoria. Na Ilha da Feitoria os caras queriam fazer empreendimento. É pensado isso.

Tem gente pensando em fazer empreendimento na Ilha da Feitoria. Então, é assim. Rio Grande, a gente sabe que tem problema, o Cassino... Muito, muito.

Eu sou de Rio Grande. Pois é, e... Problema sobretudo na área de Dunas, ali no Cassino. Dunas, no Cassino, as marismas ali no Saco da Mangueira, aqueles banhados ali, depois aquela zona da Capilha, a Capilha está crescendo, estão especulando, vendendo muita coisa na Capilha.

Na Ilha dos Marinheiros também, são vários sítios arqueológicos, agora com o plantio dos pinos. Afinal, impactaram muitas áreas também importantes do ponto de vista arqueológico, do ponto de vista de preservação das dunas, ambiental, animais, vegetal, enfim. A Ilha dos Marinheiros também sofreu um impacto muito grande nos últimos anos.

E tem aquela Lagoa da Noiva ali. O turismo ali naquela Lagoa da Noiva. O pessoal está indo ali.

É bonito, a senhora, a duna... Isso também está impactando. Está impactando. Então, a gente vê isso acontecendo aqui na volta.

Então, eu me preocupo também com o outro lado ali do Pontal da Barra, que é no município do Rio Grande, que é a Barra Falsa ali. Eu tenho trabalhado ali também, sabia? Inclusive, a primeira vez que eu fui lá foi a Nado. Eu atravessei o Sul Gonçalo a Nado, 16 anos, fui fazer umas observações, uns banhados ali do outro lado.

E agora, em 2019... Na Barra Falsa, eu fiz meu trabalho de graduação. Eu trabalhei ali, eu escapei dois esqueletos ali. Ah, é? E foram meus trabalhos de menina da graduação, sim.

E a Barra Falsa ali tem vários sítios arqueológicos. É porque a gente chegava a fazer levantamento arqueológico 10, 15, 20, 40 sítios. Se você lê na minha dissertação da Barra Falsa, acho que pelo menos tem uns 20 registrados.

E foram os primeiros sítios que eu trabalhei menina ainda, 20 aninhos, menos. Legal. E é que tu fala da Barra Falsa da localidade, da vila ali, né? Porque tem a Barra Falsa verdadeira.

É, da localidade, da vila. Qualquer lugar. E quase todos os sítios são ali próximo das casas, que os moradores nos indicavam.

E o professor Pedro, na época, fazia trabalho de campo. Então, provavelmente até tenha mais. Mas quase todos os sítios, na época, eram por indicação.

Alguém ia lavrar uma área e encontrava um crânio. Ou encontrava uma vasilha e chamava a gente, né? Sabes que tem um sítio promissor que é o Capão Umbu? Que é o que os pescadores, meus amigos, desde criança, eu conheço por Umbu, que é aquele mato que é muito perto do pontal da Barra, né? Eu conheço. Do Laranjal.

A travessa de barco ali dá dois quilômetros e meio, mais ou menos. Que é uma praia virgem. Não tem nada ali.

Só tem gado ali. Então, ali a gente tem que ir trabalhar. E o Capão Umbu, ele fica bem antes, né? Fica uns dois quilômetros da própria vila da Barra Falsa.

Aquela boca ali, que é uma boca, se tu tá olhando, parece uma boca, assim, um dragão abrindo a boca, assim, né? Ao sul do pontal ali. Aquilo ali que é a verdadeira Barra Falsa. Porque ela parece uma entrada do São Gonçalo.

Os barqueiros antigos miravam aquilo ali e se encalhavam. Por quê? Porque era a Barra Falsa. Que Barra? A Barra do São Gonçalo.

A Barra do São Gonçalo é um quilômetro, dois quilômetros, mas pra cima um pouquinho. Então, a Barra Falsa, o acidente geográfico, é a boca, nada a mais é do que a boca do arroz e do peixe. O arroz e o peixe é um sangrador daquele banhadal ali do Capão Seco, que vai sair lá no Pedágio.

Então, ali é um lagoão, um banhadão, que drena pra Barra Falsa. Então, a Barra Falsa geográfica é ali do lado do pontal da Barra. E a Barra Falsa Vila é essa que trabalhou mais ao sul, que tá meio desconectada.

As pessoas acham que Barra Falsa é a vila. Mas, claro, hoje é a vila oficialmente. Mas a Barra Falsa nos mapas da... E eu tenho aqui o mapa do tempo do Silva Paz aqui, de 1700 e tanto.

A Barra Falsa é essa aí, do lado do pontal, ali do Varejal. Tem um porquê do nome, né? Tem um porquê do nome. A vila só adotou o nome que era usado na região.

Mas ali, sim, tem um porquê. Tem um porquê do nome. Professor, eu... E tem um mapa único.

Deve ter sítio ali também, nesse Mato do Ombulho. É quase certo. É muito difícil.

Mas toda essa área aqui é coberta de sítios arqueológicos, né? A gente tá falando região da grande pelotas. E tem muita coisa pra se descobrir, na realidade. Acaba por sempre essas descobertas associadas com o trabalho de outros profissionais, pesquisadores também, e a própria população, né? Porque, como a gente disse, na época, uma grande parte dos sítios foram registrados pela FURG, pelo LEPAN, era indicação de algum lavrador, de alguém que estava trabalhando, e chamava os alunos e os alunos registravam.

Então, imagina o quanto que tem que ainda a gente não sabe ali na região, né? Que não houve um trabalho de campo intenso no sentido de ir além daquelas áreas que a gente já tinha localizado. Porque isso envolve outras questões, né? Logística, custo. E a arqueologia acadêmica fica naqueles limites, naquele grupo de estudantes.

Então, eu sei que tem muita coisa nessa região ainda pra ser descoberta. Professora Giovanni, do ponto de vista do meu trabalho aqui, eu tô extremamente satisfeita. Não tinhas mencionado no começo da nossa conversa que também querias me fazer algumas perguntas? É, eu tinha comentado que... Pensado, aliás, né? De te perguntar, assim, sobre... Aí, eu fico à disposição.

O que querias conversar? Na verdade, sobre o teu trabalho, né? Qual seria o olhar, assim, pra ter pra mim... Mas eu acabei que já entendendo, não precisa nem fazer pergunta que tu já me respondeu, de certa forma. Qual seria a tua abordagem? Que é mais a história técnica ou tu quer mais uma história... Ou seja, tu quer um depoimento de alguém local, tu tá me encarando como um nativo do lugar ou, então, como um acadêmico? Eu quero dizer que eu não quero ser visto como acadêmico, eu sou um nativo, entendesse? Então, a ideia é a gente desconstruir essas caixinhas, professor. A ideia é desconstruir essas caixinhas, professor.

Porque, na realidade, principalmente no seu caso, você tem o seu olhar acadêmico e tem o seu olhar nativo, entre aspas. A ideia é trabalhar pessoas e coisas. O meu projeto, ele tá bem dentro de uma discussão contemporânea de arqueologia, da ideia que o arqueólogo não apresente o conceito do que é importante, do que é patrimônio, do que deve ou não deve ser preservado e estudado, no meu olhar como arqueóloga.

Sabrina: Eu quero construir isso junto com as pessoas e junto com os humanos e não-humanos que estão envolvidos com o Portal da Barra. Então, a ideia é uma construção multivocal, é uma abordagem multivocal. Existem alguns trabalhos feitos na Amazônia que foram desenvolvidos por algumas arqueólogas, eu posso falar a Mariana, a

Mariana e... Eu me ligo do trabalho da Mariana, mas tem outras pesquisadoras que estão desenvolvendo a ideia de partir da perspectiva dos grupos indígenas sobre a sua questão de conceito de patrimônio e de pertencimento.

Mas o arqueólogo, ele chega como provocador, não existe neutralidade. Eu, Sabrina, eu não sou neutra no envolvimento com o conceito do que é o Portal da Barra e o que é importante no Portal da Barra, mas eu construo junto com as pessoas e não necessariamente o meu olhar do que é importante, ele acaba sendo sobreposto numa posição de poder. Por isso que é importante conversar... As caixinhas, eu não estou separando locais, pessoas locais, de pesquisadores, de mídia, de poderes públicos, eu quero escutar todos, mas sem essas caixas.

Só que cada um vai ter o seu posicionamento no panorama, na paisagem de conflito, cada um tem o seu posicionamento, mas as pessoas também transbordam nessas caixas. Por exemplo, no seu caso, você não é somente um local, vocês vão encaixar nessa caixinha, um nativo, também é um professor, também é um pesquisador, e também é uma pessoa que se sente pertencente ao local desde criança, ao lugar, pertence nisso desde muito pequeno. Então, é um olhar múltiplo, eu não tenho como ele encaixar numa caixinha que eu o terei limitando a sua perspectiva sobre o Portal da Barra.

Sabrina: Então, é uma ideia que eu estou construindo com o projeto, mas eu gostaria de não encaixar as pessoas dentro dessas caixinhas, eu acho que é limitador. Bom, é o pesquisador, mas também é o local, também a criança que brincava ali no banhado, que tinha aquele olhar, que tinha uma relação de sentimento, uma relação mágica, como você falou, uma relação de sagrado, e também tem um olhar científico, e uma coisa não anula a outra. Isso que é interessante, que eu acho que se completa, quando a gente for construir o que é o patrimônio do Portal da Barra.

O conceito de patrimônio é muito mais amplo do que arqueológico, do que ambiental, mas é essa relação de pertencimento, e a sua, por exemplo, é construída muito mais além de ser um nativo, muito mais além de ser um cientista. Na verdade, é a relação de tudo isso, com o seu irmão. Eu estou me sentindo respeitosa e eu me sinto confortável de poder conversar com as pessoas sem ter esses conceitos construídos, de encaixar essas pessoas.

Estou falando com um pescador de Portal da Barra, não, estou falando com o seu Paulo, que o seu Paulo é pescador, mas ele não é só pescador, ele também mora lá,

mas ele também tem um comércio lá, ele também estudou, ou não estudou alguma coisa sobre lá. Falando com a pessoa, com o ser humano, não com o título. Perfeito.

Sabrina: Por isso que eu parto da abordagem de Bruno Latour, da relação dos humanos e dos não humanos, dentro dessa teia de significados, de relações. Então, parto do Bruno Latour por isso, porque a ideia é considerar, por exemplo, o seu cachorro que está envolvido dentro disso, ele é um não humano, mas percebe que no seu nacional ativo ele teve importância também. Então, ele faz parte de toda essa história, ele está na narrativa, ele também tem... Se você enterrou ela no Portal da Barra, ele é um elemento do Portal da Barra dentro da sua narrativa, e ele compartilhava com o tipo da sua relação com o Portal da Barra.

E se patrimônio é relação, de parte da relação, eu considero importante essa xícara, ela é meu patrimônio, mas tem um porquê, que é a relação com ela. Então, se essa relação é importante, tudo que está envolvido nessa relação tem que ser considerado, entende? Dentro do meu limite como pesquisadora, que eu posso, porque meu limite vai com as pessoas que eu conseguir conversar, mas não se esgota, e isso que é interessante, entende? Eu contribuo para a discussão, mas não se esgota. Meu trabalho vai terminar e eu não vou conseguir, não vou conseguir, eu não vou alcançar toda a imensidão do que pode ser o Portal da Barra como patrimônio, mas vai estar bem consistente, entende? Sim, eu acho... Bom, eu só deixo eu te comentar que eu tenho muitas anotações, claro que boa parte, eu tenho mais de 10 mil páginas de caderno de campo anotado, desde 1989, que aí eu comecei a anotar mesmo, eu tenho... Só que as minhas anotações é a lista de espécies, o que eu vi, ah, eu vi uma espécie tal fazendo isso, mas tem algumas coisas que eu escrevia, reflexões, depois que o pai morreu eu escrevi umas coisas também, lá no meio, mas é tudo relatórios, com nomes científicos, ou então, os mapinhas por onde eu andava, assim, eu fazia um micro croquis com os pontos por onde eu andava no pontal, eu tenho isso, milhares de páginas aí, milhares, milhares.

Sabrina: Perfeito, professor. Então, tudo que considerar isso que é relevante para poder construir essa ideia do que é o Pontal da Barra, o lugar, a paisagem, que ela é cultural, e achar que é importante para a construção desse discurso, me interessa, porque, no caso, o professor Giovanni, ele é um personagem dentro dessa paisagem cultural que é muito atuante, então, eu estou trabalhando com atores, ser uma pessoa que atuou por muitos anos naquela paisagem cultural, tudo que é relacionado à

perspectiva desse ator me interessa, entende? Então, o que considerar isso importante para construir essa narrativa, eu gostaria muito de ter acesso. Talvez tu me demande, porque eu tenho muito, e parte desses cadernos a gente usa, porque tem informações que eu estou usando para publicações, eu tenho que olhar lá.

Há esse tempo, eu estava olhando lá as anotações de 1992, que eu vi um bicho, um passarinho que eu estudei lá no banhado comer uma rasinha, umas pererecas, e isso é novo, não tinha dado aí, eu fiz um artiguinho sobre isso ano passado, só que eu tinha que olhar, coligir essas informações em cadernos pré-históricos. Então, sou coisa que usa. Imagino que deve ser um volume grande, são muitos anos, imagino que deve ser um volume grande de material.

Faz uma seleção. Faz uma seleção. Me consegue um mapa para mostrar como é que tu mapeava, como é que tu andava? Com essa demanda, eu posso ir atrás.

Uma seleção daquilo que tu destaca, que é mais importante, esse mapa que foi importante, essa narrativa desse animal que encontrei, acho muito importante incluir isso na minha perspectiva do pontal. Faz uma seleção, tirar umas fotinhas e me manda por... Umas fotos, manda. Me manda pelo meu e-mail, que é foto, na verdade, depois tem os anexos, eu vou fazer uma seleção.

Porque, guria, imagina, eu abri o leque, o volume de material vai ser bem grande, eu vou realmente fazer, vou enxugar, mas dentro do arquivo original da pesquisa, eu vou guardar tudo, porque isso vai ficar na universidade e alguém em algum momento, se quiser, mais tarde, partir outros artigos, outros trabalhos dali, vai ter como consultar isso. O arquivo geral, ele vai ser passado para a universidade. Claro que, quando eu for transformar isso em texto, a gente tem que fazer um filtro, não tem como, não tem como.

Eu vou pegar muita coisa, realmente, não tem jeito. Mas aí, eu te peço, na tua perspectiva, aquilo que consideras importante, se tu puderes me mandar, eu te agradeço muito. Sim, sim.

Então, conforme for, eu vou fazer essa seleção, assim, tirar foto, tá? E aí, a gente, vou te mandando. Eu tô no primeiro ano, minha professora. Eu tô no primeiro ano, eu tenho ainda três anos de doutorado.

A princípio, eu tô com o meu prazo um pouco ainda folgado, mas a minha qualificação é ano que vem. Então, assim, esse momento dessas entrevistas é para atender a esse primeiro momento de discussão que eu tô propondo. Mas eu gostaria de algumas

pessoas, eu vou, eu vou convidar umas pessoas para, talvez, fazer esse material para o documentário.

Eu, essas primeiras pessoas que eu tô entrevistando são as pessoas que eu já tô pensando como chave para poder continuar a conversa. E aí, apareceu no documentário. E, o professor Milheira, ele tem, deu bastante ênfase, ele acha importante a gente transformar isso num documentário, porque acho que é, o conflito do pontal, as discussões atuais, pedem que a gente produza esse tipo de material para convidar as pessoas a discutirem.

Então, um livro, uma publicação, ela é muito importante, mas a gente quer alcançar além da academia, né? Então, esse tipo de material tem um bom alcance, né? Convidar a comunidade a discutir, a refletir, né? Então, ele tem, ele tá muito empolgado com a ideia desse documentário e eu também. Eu gostaria, no segundo momento, eu vou lhe fazer um segundo convite, tá? Tá ótimo. E, eu acho que isso é bom.

Agora, dessa tua abordagem, eu queria te comentar, assim, que é muito interessante, porque, ela é despida de, né, desses rotos, dessa caixinha, né? Tá? O fulano é, é, é ator tal, o fulano é comunidade local, o fulano aqui é, é da academia, esse aqui é empreendedor, é o professor, entende? É, sim. Então, eu acho que... Perfeito. Não é por aí.

E aí, eu te pergunto por que, né? Porque, eu, eu, eu fico, às vezes, tentando me conter, por causa da, da possibilidade de conflito, assim, que a gente vê com, com certas abordagens, assim, né? (...)

Então, as pessoas estão mais preocupadas em alimentar o seu currículo e manter a sua visão melhor, manter o seu conceito, né? Do que, efetivamente, trabalhar pelo bem das comunidades. Mas eu disse para ela, não, eu sou o que eu sou, se eu sou professor hoje, se eu sou da academia e estou fazendo isso, é porque eu sou uma extensão do que eu era daquele guri de 12 anos, 13 anos lá dentro do banhado. Eu sou o próprio guri que achou caminho para ter uma voz mais amplificada, mas não sou...

Então, a gente tem que ter a mesma condição de professora ou de aluno, nós pertencemos à academia, também pertencemos à comunidade e, novamente, não são extremos opositores, a gente tem que cada vez mais tentar criar pontes e não muros, isso nos discursos também. (...)

Então, morando ou não morando, sendo pescando ou estudando, ou vendendo, a atividade da pessoa é importante, mas não é o que define ela, o que define para o meu trabalho é a relação dela com o Pontal da Barra, e essa relação extrapola esses papéis, essas caixinhas que a gente está definindo. Então, é óbvio que eu vou conversar com pescadores do Pontal da Barra, é óbvio, mas são pessoas que quiserem conversar, no caso ela já não quis, que quiserem conversar, e eu vou estar aberta para poder conversar. Tem algumas pessoas que não vão querer, eu vou ter que respeitar isso, mas eu não converso com elas por serem somente pescadores, principalmente porque são pessoas que importam, importam o que vai acontecer com o Pontal, entende? De alguma forma elas vão estar sendo afetadas, pessoalmente, profissionalmente, porque mora lá, porque tem uma relação de pertencimento, de sentimento com o lugar, mesmo que não more lá, ela vai se sentir afetada nesse sentido.

E o meu trabalho é a relação disso. Então não se definir por questão de comunidade ou de pesquisador, apesar de, claro que as pessoas não estão isoladas no mundo, elas pertencem a algo, pescadores, vai ser mencionado que é pescador, pesquisador, pesquisador, mas as pessoas não são somente isso. E a ideia é não só impor a ideia da academia para a comunidade, mas é o diálogo do que está acontecendo, o que eles acreditam e pensam dentro daquela comunidade e fora da comunidade. (...)

Em um desses dias, tu analisa tudo e não põe a mão na massa, sabe? Isso que eu me revoltava desde guria. Porque a gente procurava a Universidade Federal de Pelotas sobre o Pontal. O único grupo da UFPEL que nos ajudou na causa foi a arquitetura.

O pessoal da biologia não virava as costas para o Pontal. Então, a gente teve um ranço com a academia. A URGS ajudou com o Bruno Hirga, mas tudo se virava por nós mesmos.

Autodidata, entende-se? Então, eu sou um autodidata. Me formei depois, mas eu já era um autodidata antes dos 20 anos. Eu entrei na faculdade com 20, saí com 23.

Mas muito antes disso, eu já estava até publicando, escrevendo artigos e publicando no meio científico como autodidata. Então, quem é esse cara da academia? Esse cara é um nativo, um pé no chão, que saiu dali que estudou, que se esforçou. Não é nada. Como tu falou, não tem que ver rota. É um cara, como hoje os povos originários indígenas estão fazendo. Estão fazendo mestrado, doutorado.

Está aí o Daniel Munduruku. Então, quem é indígena? Quem é indígena? O que define ele como indígena? Essa é uma discussão que hoje em dia é muito comum na pesquisa contemporânea sobre o que define ser indígena. O cara está usando jeans, o cara está usando celular, usa computador.

Então, é isso que define ser indígena? A ideia de pertencimento, ela é muito mais ampla do que as coisas. Apesar que as coisas também têm o seu papel na definição cultural. Mas ela extrapola isso.

Ela flui de uma forma diferente. Então, onde se encaixam elementos que a gente pode identificar ele como indígena ou não? Então, essa é uma discussão muito complicada. Da mesma forma, se a gente for considerar pessoas que pertencem ao Plutão da Bíblia...

Entrevista: Marcelo Dutra

Pronto, já iniciou a gravação, então. Esse primeiro momento, professor Marcelo, eu preciso lhe perguntar se tu concordas de ser entrevistado, para a gente registrar o documento, participando, sim, do projeto Arqueologia do Conflito no Pontal da Barra, Rio Grande do Sul, Brasil, e se autorizas o uso das informações em áudio, escrito, vídeos e as imagens produzidas para o referido estudo e também para a publicação, se tu me autorizas. Claro, está autorizado.

Perfeito. Então, professor Marcelo Dutra, hoje é dia 19 de maio de 2021, e como a gente conversou antes de fazer o registro de gravação, é uma conversa informal, né, a gente vai, é praticamente toda a nossa conversa é sobre sua perspectiva, eu quero conhecer um pouco mais sobre o seu olhar sobre o Pontal da Barra, e nesse primeiro momento eu queria te pedir que me falasse um pouquinho sobre a tua relação com o lugar Pontal da Barra. Bom, primeiro, obrigado pelo convite, te mandar, no momento que eu te cumprimento e agradeço as convites, eu quero mandar um abraço para o Rafael Vieira, um companheiro aí de batalha, luta e preocupação com as questões ambientais, sejam elas do município, onde nós estamos aqui contextualizados, mas na região, particularmente com o que acontece, no contexto nacional, que sempre, de alguma forma, acaba refletindo sobre o que a gente acaba vivendo por aqui.

O meu contato, vamos dizer assim, com Pontal, ele começa na minha graduação, é na graduação que eu acabo, eu sou formado em ecologia, na Universidade Católica

de Pelotas, depois fiz pós-graduação na área da agronomia, nos solos, produção vegetal, mas sempre dentro do tema ambiental, quando eu trabalhei, no meu trabalho de mestrado, é relacionado ao uso de pesticidas em microbacias hidrográficas, o impacto disso, a presença, a persistência dos pesticidas e, na sequência, no doutorado, foi relacionado, então, a um aspecto maior, já de uma bacia, já praticamente uma pedação, assim, do extremo sul, do Rio Grande do Sul, em que eu trabalhei com a descaracterização da paisagem, com a tentativa de construir um modelo matemático para o reconhecimento da fragilidade ambiental. Mas, durante todo esse período, o que foi muito oportuno, assim, foi que estes temas me levaram a conhecer muitas características, ou muitos espaços, ou muitos lugares da nossa, do nosso município de Pelotas, e aí, entre eles, o povo da Barra. E aí, claro, no primeiro momento, meu olhar era, vamos dizer assim, eu tentava ser ambiental e, com o tempo, eu comecei a perceber que não está desassociado o ambiental do social, as questões sociais estão intimamente relacionadas, e aí, com isso, também, o econômico.

Aliás, coisas que, na verdade, eu ouvia na graduação, em função das diferentes disciplinas, também na pós-graduação, mas, particularmente, a prática, a vivência, o contato é que me permitiu perceber melhor que essa relação, ela não só existe, como ela pode ser melhorada ou piorada. E aí, o que a gente tem ali no Pontal, quando eu passei a visitar o Pontal, passei a conhecer o Pontal, passei a ver a realidade do Pontal, diferente até de outros colegas que, eventualmente, comentam, dizem que a gente precisa encontrar lá um denominador comum, que há uma convergência de interesse. Eu discordo que exista uma convergência de interesse, eu acho que há ali uma histórica divergência de interesse.

As pessoas querem coisas diferentes para o Pontal da Barra. E aí, dependendo das pessoas ou dependendo das instituições que são representadas por pessoas. Se a gente olha do ponto de vista legal, nós temos uma situação que está absolutamente impedida de ser ocupada, nós somos pessoas que moram ali no contexto do Pontal da Barra e é uma área de preservação permanente, as pessoas estão no ambiente de margem, estão submetidas ao risco do ambiente de margem, é uma área impedida pela edificação e pelo atendimento do serviço público tradicional, de urbanização, urbanidade, por conta justamente de estar inserida nesse tipo de contexto.

Porém, é uma comunidade tradicional que está, então, também amparada pela lei. No caso, há uma intenção muito forte, um trabalho já de muitos anos para que a gente

consiga tornar aquele espaço uma unidade de conservação. Fizemos um estudo recentemente que conseguimos, vamos dizer assim, reunir os aspectos técnicos necessários para que isso caminhe, mas depende de também um arranjo legal do município que não dispõe ainda de uma estrutura.

Aliás, até escrevi recentemente sobre isso, num texto para o Diário Popular, sobre a necessidade que temos de um sistema municipal de unidades de conservação. Sem isso, nós não vamos conseguir ter as nossas unidades de conservação municipais. E aí, para ter isso, nós precisamos reformar o nosso arranjo legal, ou seja, a nossa lei ambiental do município.

E a lei ambiental do município está lá, por enquanto, parada. Por mais que tenham pessoas, enfim, tentando discutir ou tentando avançar nesse sentido, ela ainda não saiu do nosso Conselho de Proteção Ambiental, do Ban. Então, ela tem que sair dali, ela tem que chegar na Câmara, ela tem que ser debatida na Câmara, ela tem que ser sancionada.

Então, há todo um caminho ainda a ser construído, do ponto de vista legal, até mesmo para que aquela unidade se torne uma unidade de conservação oficial. E mesmo que ela se torne uma unidade de conservação oficial, isso não necessariamente resolve o problema das pessoas que estão vivendo lá, que precisam ser atendidas com urbanidade, que precisam ser atendidas pelos serviços públicos, que têm um acesso muito ruim, né? E é uma área que tem uma riqueza não só natural, mas também tem história, mas também tem ali registros antigos, que ali tem pessoas que guardam ou reservam o fato de serem pescadores tradicionais, mesmo que hoje lá vivam pessoas que não necessariamente estão associadas à peste, mas que são descendentes desta prática. É também um lugar muito visitado, muito conhecido, basta ir lá no período de verão e vai se ver um incrível movimento de carros, pessoas acessando, por pior que seja o acesso, né? É terrível quando a gente vê a elevação do nível da água, e aí as pessoas são atingidas pelas águas, justamente porque elas estão inseridas num ambiente de margem, e eu participei até de um episódio muito ruim, dentro dessa questão do contexto legal, dentro dessa discussão de que a gente precisa ter urbanidade e atenção de fundamento da administração pública, houve um... eu não lembro exatamente agora quando foi isso, se eu não me engano foi em 2016 ou 2017, foi por aí que a prefeitura, enfim, uma secretaria decidiu para atender, vamos dizer assim, uma reivindicação talvez muito antiga daquelas pessoas de ter um

acesso melhorado, a prefeitura colocou, né, então patroas para, né, retroescavadeiras para dentro da lagoa, cavou lá a lagoa e fez uma espécie de taipa, uma espécie de suporte para proteger aquela via de acesso em direção ao Pontal da Barra, para evitar então que aquele acesso seja destruído no momento de alagamento, as pessoas possam sair.

Bom, a intenção é muito boa, mas isso foi executado de uma forma completamente ilegal, e aí denunciei, né, fiz a denúncia da prática, o que não substitui a necessidade de atender as pessoas, mas a administração pública, ninguém pode colocar equipamentos para dentro de uma lagoa, né, que tem, neste caso, ela está sob a vigência pública-federal, a ponto que essa denúncia se deu no Ministério Público Federal, e o procurador de justiça, então, chamou o secretário e foi acordado de a obra ser desmanchada, e até em algum momento depois, houve uma grande chuva e houve de fato um alagamento, e as pessoas acabaram ficando ilhadas. Mas por quê? Porque nós, até hoje, não resolvemos naquela área a edificação de um acesso adequado, de fundamento, seguro, e a gente continua, vamos dizer assim, na permanente estática dos tratamentos paliativos, a gente tem só feito paliativos, vai lá, corrija um pouquinho, passa, me dá uma melhoradinha, mas não passa disso, a gente nunca deu para aquelas pessoas que vivem ali a atenção necessária, e por outro lado, nós nunca conseguimos avançar, de fato, na conservação daquele lugar, na parte que merece ser conservada, que, aliás, é de preservação permanente, que abriga ainda, assim, num pequeno espaço, boa parte dos nossos remanescentes diversos, de todo o contexto, se a gente pensar assim, Pelotas, onde está a maior diversidade de ambientes? No Laranjal. No contexto do Laranjal, o núcleo dessa diversidade está justamente no que a gente reconhece como povoal da barca, com seus banhados, seus campos úmidos, com suas matas, com dunas, ou seja, é ali que eu encontro as mais belas paisagens do Laranjal, é ali que eu encontro não só as belas paisagens do Laranjal, como também associado a elas, uma diversidade biológica enorme, que está aí descrita no trabalho dos colegas, entre eles, espécies de aves, algumas espécies de répteis, inclusive espécies novas, foi descrita a espécie cobra-de-vidro, que é uma espécie nova, até um colega da FURG, lá da Biologia, que descreveu, e também os peixes anuais.

Então, temos uma população ali de um peixe anual, que ele é endêmico, exclusivo daquele contexto. Então, sem isso, sem isso a gente, vamos ver se tem como reunir

tudo, sem isso nós não vamos conseguir avançar no propósito desse aspecto social, ambiental, e aí para fechar com o econômico, é um espaço extremamente ameaçado pela expansão do ambiente identificado urbano. Então, gira e mexe, a gente tem notícias de que um novo empreendimento está se instalando naquela região.

Eu até tento manter um contato, tento manter um diálogo, conheço alguns dos empreendedores, eventualmente eu consigo até conversar numa boa, e as pessoas dizem, manifestam, olha, dá para a gente ajustar, podemos construir juntos, podemos fazer uma coisa mais adaptada à realidade e tal. Mas, eu vejo que, de nem todos os meus colegas, existe essa iniciativa. Muitas vezes o pessoal, tipo, não se identifica mais, ou não se avança mais em nenhum sentido, e isso não vai ser possível enquanto a gente não tiver aquele espaço preservado.

A única coisa que pode segurar, efetivamente, e é uma percepção minha, Marcelo, a única coisa que poderá segurar, efetivamente, a caminhada do espaço edificado naquela direção, é a unidade de conservação. E também, a única coisa que talvez venha garantido para aquelas pessoas que vivem naquele contexto, um pouco mais de urbanidade, é a transformação daquele espaço numa unidade de conservação. Só que, para isso, nós vamos precisar construir a estrutura legal, que nós também não temos.

Sabrina: Perfeito! É um desafio bem grande, né, professor? Bom, pelo seu discurso, eu já vi que pontuaste o que tu consideras como importante ali no pontal da barra, né? Queres reforçar a questão social, a questão ambiental...

Marcelo: E a econômica, por conta da urbanidade, por conta, vamos dizer assim, dos novos empreendimentos urbanos, que eles começaram a caminhar. Só para fazer um registro, eu acompanho, assim, boa parte das questões ambientais da cidade, vamos dizer, com mais atenção, desde 2003. Eu graduei, fiz a pós-graduação e, em 2013, eu retorno para a Universidade Católica de Pelotas como professor da Biotecnologia e da Biologia.

Eu fiquei lá até final de 2009 e, em 2010, eu ingressei na PURG. Estou na PURG desde 2010. Então, eu continuo, apesar de ser professor da PURG em Rio Grande, eu continuo morando em Pelotas e continuei acompanhando, então, as questões ambientais de Pelotas, regiões.

Então, eu sempre permaneci atento a esse nosso contexto. Claro, tem coisas que acabam escapando, a gente fica sabendo só muito depois, mas muitas coisas, hoje,

a gente consegue saber em tempo real. De alguma forma, a gente acaba ficando sabendo o que está acontecendo.

E, o mais frequente, hoje, é justamente esta invasão do espaço natural pelo crescimento do urbano. E essa explosão, ela começa em 2010. Então, até 2010, o crescimento da cidade e o crescimento da cidade em direção ao Laranjal, ele era muito, muito assim, em parâmetro.

Existiam novas construções aqui, outras ali, mas essa ideia da expansão, grandes condomínios, grandes loteamentos, ela não era muito presente. E isso, talvez, se deva ao Plano Diretor da cidade, que foi alterado ali em 2008. Em 2008, houve uma alteração do Plano Diretor e houve uma reorientação para onde deveria crescer a cidade.

Então, até 2008, a ideia era crescer a cidade para outros lados. Mas, em 2008, ou a partir de 2008, começou a ficar, vamos dizer assim, claro que a orientação de crescer era a cidade do centro em direção ao Laranjal. E a gente começou a ver que a avenida, por exemplo, que era vazia até chegarmos no Laranjal, hoje, ela já não é mais.

E não é só na volta da avenida que está preenche. Outros lugares que são úmidos e tem presença de banhados e tem presença de mata, estão sendo suprimidos, alterados em função do crescimento urbano. Então, essa é a maior ameaça do Pontal da Barra e a maior ameaça dos remanescentes naturais do Laranjal.

Aliás, nós precisávamos ter uma nova política de orientação da construção. Claro que isso deveria estar no Plano Diretor, não está. Na última reforma que tivemos do Plano Diretor em 2018, eu até tentei atuar fortemente em empresas que foram suprimidas.

Se tu resgatar os jornais de 2018, as notícias relacionadas ao Plano Diretor, vai me encontrar lá. E onde eu e outros, a gente está tentando manifestar a necessidade de não tirar algumas obrigações que são do município com relação às áreas ocupadas e alteradas. Isso saiu do Plano Diretor.

Até vereadores na época justificaram que isso não deveria estar no Plano Diretor porque isso já está presente na legislação. Só que o Plano Diretor não é só uma lei. O Plano Diretor é o projeto de cidade que queremos para os próximos anos.

No caso, os próximos dez anos. Então, quando tu passa a tirar obrigações que estão ali escritas no projeto da cidade, significa que há uma intenção naquele momento dessas coisas não serem feitas. E a gente ficou, enfim, foi voto vencido, óbvio,

perdemos essa... E aí, claro, este crescimento urbano para as áreas naturais ainda íntegras do Laranjal ganhou mais força.

E a gente foi ver uma coleção de empreendimentos, alguns em lugares certos, em lugares adequados, que não comprometem, e outros em lugares absolutamente fora da casinha, que a gente vê que está colocando em forte ameaça aquele aspecto natural. Então é que a gente olha assim, ah, mas lá no Pontal da Barra tem aquelas pessoas que moram ali. Aquelas pessoas, por mais até que elas, de alguma forma, colaborem para o impacto na futura unidade de conservação, elas jamais vão se aproximar de um impacto que é real e é presente e que ameaça, que são impactos de grandes empreendimentos que vêm se instalando no entorno daquela área.

E se a unidade de conservação não for feita, não for concebida logo, quando a gente efetivamente conseguir colocar o desenho da poligonal da unidade, talvez seja já o desenho de uma unidade de conservação muito menor e muito diferente da desejada, ou até descrita, neste livro que nós publicamos recentemente. Com certeza, não é estático, o impacto continua acontecendo, por mais que a gente cuide, monitore, ainda acontece e a gente sabe que são vários os agentes ali que estão impactando o Pontal.

E só para ainda materializar isso, tem um empreendedor que tem um projeto de um condomínio que pega parte do nosso desenho da poligonal, está próximo das áreas de Dunas, tem uma parcela de terreno que está lá, conhecer a nossa proposta de unidade de conservação.

Enfim, a incorporadora, empreendedor adquiriu a área, está fazendo o trabalho de campo, idealizando qual será o projeto, em algum momento vai solicitar, vamos dizer assim, licenciamento para fazer o empreendimento e aí, na prática, eu conversando com ele e ele até disse que está muito aberto, que ele aceita fazer ajustes, a discutir uma proposta sustentável e aí eu falei, beleza, ok, só que ele também me adiantou. Neste momento, não tem nada que me impeça de fazer um empreendimento. A unidade de conservação faria isso, se ela tivesse feito o papel.

Exatamente, porque assim, ele está em uma área que é próximo dos ambientes de preservação permanente, ele não está sobre os ambientes de preservação permanente, que poderia impedi-lo. Ele não está, ele está inserido no contexto, ele está próximo, ele está tendo cuidado, disse ele, na proposta de eliminar, de eliminar aquilo que tiver, vamos dizer assim, algum impedimento legal para ser suprimido.

Então, ele não vai nem mexer, vai conservar, manter dentro do contexto, só que ele diz assim, na forma em que eu estou elaborando, nada me impede.
Então, não tem um impedimento legal. Agora, óbvio, se tivéssemos a unidade, uma poligonal e aí, bom, colocaram um grande empreendimento no limite de uma unidade de conservação, já não dá. Tipo, a gente não está, a gente está gatinhando muito com isso.
E aí, claro, dentro dessa questão da divergência de interesse. Essa divergência não está só sobre os atores econômicos, porque empreender também é importante para a cidade. A gente não pode demonizar isso.
A questão é empreender de uma forma, vamos dizer assim, ajustada aos novos tempos, é diferente de empreender a moda louca, né? Empreender a procura do espaço sem dar conhecimento sobre os serviços ambientais que os ambientes prestem, pode ser, inclusive, um tiro no pé. O meu melhor exemplo aqui, o meu melhor exemplo de tiro no pé, é um empreendimento que é lindíssimo, é muito bonito, que é o Largo do São Gonçalo, e eu acho que ele foi edificado em um lugar errado. É um empreendimento daquele porte, um empreendimento rico, né, que atende a alta renda.
Ele está edificado numa região que é baixa, que é úmida, e que certamente oferece problemas, né, para quem lá edifica. E está ali muito próximo também do Canal São Gonçalo. Então, se chega a ter algum problema naquela proteção, que é aquele enorme... aquela enorme barreira, aquela que tem uma estrada, né, edificada sobre aquilo, se aquilo, porventura, romper, se tiver uma enchente no São Gonçalo, algo histórico, vai invadir o condomínio.

Então, eu acho que a gente não tem... Será necessário ter uma orientação melhor para quem empreende, para que se ajuste melhor aos ambientes. A gente está falando já de um contexto que a gente precisa. Então, há necessidade de unir os interesses e essas divergências não estão só no interesse de quem empreende, não estão só... Essa divergência não está só em quem quer conservar, não está só na questão do interesse social, que, às vezes, quer desconsiderar outros aspectos, mas quer atender o social.
Não é só isso. A gente olha até mesmo dentro da área técnica, das pessoas que querem proteger aquela área, há muita divergência entre elas. Há muita desconexão.

Sabrina: E a ideia é conectar, né, professor, e não desconectar. E a ideia é conectar, e as pessoas abrem o diálogo.

Marcelo: Exatamente. Mas, se você tivesse a oportunidade de todas as pessoas aí da área técnica, ligada à ciência, da conservação, que pensam no Pontal da Barra, que tiver oportunidade de reunir todas elas numa única live, você vai ver que as pessoas, em algum momento, vão acabar quebrando o palco porque elas discordam muito sobre o que fazer, sobre a necessidade. Porque aí, claro, surgem as opiniões e aquilo que é mais prático. Então, vai ter gente que vai defender que aquilo lá tem que ser protegido e acabou.

Não é assim? Não funciona. No título do meu trabalho é conflito, né? Porque é realmente difícil. Tem gente que diz que é fácil, a prefeita só tem que fazer um decreto e dizer, ok, está decretado.

Não é bem assim. Não vai acontecer. Basta procurar um pouco mais do ponto de vista legal que não aconteceria desta forma.

Também há uma resistência forte desde os conhecimentos das pessoas e, obviamente, dos outros interesses, sejam eles da construção ou até daqueles que vêm, por exemplo, a criar uma unidade de conservação, pode se tornar uma ameaça para aquelas pessoas que estão morando ali. Claro, aquela comunidade não pode precisar mais do que está crescendo. Mas isso não é por causa de uma futura unidade de conservação, é por se tratar de um ambiente de risco, em que, inclusive, tem uma lei lá de 79 que já diz que não pode ninguém edificar ou se instalar em ambiente de margem e ambiente de risco, como é aquele caso.

A questão é o que aquelas pessoas já fazem parte daquela paisagem que envolve cultural, social, ambiental. Elas estão dentro de tudo isso. São questões que têm que ser resolvidas na própria paisagem do Pontal da Barra.

Aquelas pessoas estão inseridas. Existe a comunidade de pescadores, como fazer para que melhore o contexto de qualidade de vida, a relação deles com o próprio banhado, educação ambiental, patrimonial, aprender com eles também sobre a própria relação do banhado. Então, na verdade, novamente, o diálogo é essencial para que esses interesses de alguma forma vão convergir em benefício mútuo.

Ou seja, para a própria natureza, o banhado, como as pessoas que vivem lá, e as pessoas que, de alguma forma, precisam que o desenvolvimento da cidade, da localidade, continue, mas de um modo inteligente, de um modo bem pensado,

embasado cientificamente, com a preocupação social. Então, acho que é um conflito, mas é um conflito que tem que ser dialogado, porque, novamente, são perspectivas bem diferentes. É o que eu tenho notado no meu trabalho.

Eu até acredito que já tenhas respondido, mas vamos apontar um pouquinho mais. Quem acreditas, na sua opinião, que é responsável para proteger e estudar essas questões importantes que você destacou do ponto da barra? Agora é complicado. Do ponto de vista... Mas aí, qual a perspectiva? Social, ambiental ou econômica? Ampla, porque, na verdade, novamente, elas se relacionam.

Elas estão em relação. Olha, eu parto do princípio que a gente, hoje, não tem outra estratégia. Se eu pudesse reunir as pessoas todas interessadas, de alguma forma, tento fazer isso escrevendo.

E, óbvio, tem muita gente que está da mesma luta que eu estou e não concorda comigo. Mas, no meu entendimento, uma vez que a gente já justificou que aquela área tem importância para a conservação, para a biodiversidade, ela tem importância do ponto de vista (...) presta, que ela tenha importância até para a saúde, então, das pessoas, dentro de um contexto do próprio Laranjal. Porque ela é uma relíquia dentro do contexto municipal, porque está ali guardado, vamos dizer, os nossos melhores remanescentes, dentro de um pequeno espaço. Pensando nisso, já que está tudo isso conhecido, justificado, publicado, o nosso próximo passo é, sem dúvida nenhuma... Oi? Alô? Caiu? Oi? Caiu? Oi? Oi, não se assuste, às vezes a plataforma dá uma falhada, mas eles continuam gravando, a gente não perde a gravação.

Então, está tranquilo. Eu esqueci de avisar no início, se oscilar um pouquinho, eu cair ou você cair, a gente consegue voltar e a gravação continua. Ainda bem, que eu já quase perdi entrevistas de uma hora.

A pessoa falava uma hora, eu tenho que pedir que ela fale uma hora de novo a mesma coisa. Não, está tranquilo. Mas olha só, já que nós temos todas as justificativas do mundo, para que aquele espaço se torne um espaço de preservação, acho que tem que haver um esforço, talvez um esforço sobrenatural, das pessoas que têm interesse na conservação, que têm um interesse econômico, que têm um interesse social.

A única coisa que pode, daqui para frente, construir o que é necessário para aquelas pessoas que estão lá, que fazem parte de uma comunidade tradicional de pescadores, precisa também ter regras, porque se aquele espaço lá crescer e se tornar um grande

espaço urbano, vai quebrar essa ideia. Então, não poderá. Tem que ser atendido, assistido, obviamente.

Tem que ter a urbanidade necessária, mas dentro de determinados limites, dada as condições. Obviamente, o acesso tem que ser garantido, seguro, e o espaço tem que receber as melhorias necessárias, mas para que isso seja alcançado, para que a gente possa colocar regras no jogo no processo de edificação, porque o processo de edificação continuará acontecendo, o crescimento da cidade continuará acontecendo. Então, sem a gente ter a unidade de conservação estabelecida, ou seja, sua poligonal decretada e também a sua zona de amortecimento, sem isso, nós não vamos conseguir dar o próximo passo.

Então, de quem é a responsabilidade de fazer esse próximo passo? Bom, tem que partir da administração pública, tem que fazer andar. Então, a reforma, a tal reforma da nossa lei ambiental, que tem aspectos muito ruins de ideias na mudança, e tem coisas boas, e eu diria que uma das coisas boas é a criação desse sistema de unidades de conservação. A gente precisa disso, porque até lá a gente só fica discutindo o que o governo não faz e que aquilo lá está se perdendo, e que aquilo lá é importante, e que as pessoas estão lá desassistidas.

Ou seja, sem a gente conseguir dar o encaminhamento para criar o nosso arranjo legal necessário para a criação de unidades de conservação, nós não vamos conseguir avançar em nenhum sentido. Nós vamos continuar na discussão, e vendo aquilo lá se perder. Se perder porque as pessoas vão continuar abandonadas pela administração, os empreendimentos vão continuar avançando, porque não tem nada que os impeça, e nós vamos continuar lamentando a riqueza daquilo lá.

E tem outra questão, porque uma coisa é fazer o arranjo legal, outra coisa é até decretar e tornar aquilo lá uma unidade de conservação, só que aquele é um ambiente privado. Então, até quando a gente fez no livro a proposta da unidade de conservação do Pontal da Barra do Laranjal, a nossa proposta concebeu ali até um modelo, tem um modelo de unidade de conservação que é de refúgio da vida silvestre. O refúgio da vida silvestre não precisa desapropriar a terra, ela pode continuar privada, mas quem é proprietário daquele espaço, ele cede, vamos dizer assim, para a conservação.

Ele tem o benefício, enfim, não vai pagar imposto, coisa que não vale, mas ele cede para a conservação, ele faz uma cedência, ele autoriza aquele espaço, ele continua

sendo dele. Ele até pode ser desapropriado, mas não há uma necessidade. Ali tem, dos três grandes proprietários, dois que parecem que têm esse interesse, e o terceiro não.

Ele quer ser desapropriado, ele quer receber pelo espaço dele. Tudo bem. Ou seja, existem até por aí recursos que podem ser acessados pelo município para, vamos dizer assim, financiar esse processo de compra diária para formar a unidade de conservação.

Ou até para sustentar a unidade de conservação, mas para isso, a unidade de conservação tem que existir. E ela só vai existir se a gente conseguir fazer essa caminhada do que nos permite criar a unidade de conservação. Então, sem a gente avançar nesse processo, que é de pura política ambiental.

Então, na verdade, o que eu estou falando é de algo que Pelotas até então tem muita conversa, mas a gente não tem os elementos que são os elementos de política ambiental. Nos falta política ambiental. A gente tem muita opinião, a gente tem muita ideia, a gente tem muita... Ah, legal, vamos lá.

Mas a gente, na hora que vai cobrar da administração pública, a administração pública está muito bem amparada para dizer mas eu não tenho como fazer. Porque eu não tenho o arranjo legal necessário para fazer. Inclusive, em outras áreas.

A gente está falando de uma área privada, de uma área histórica e de uma área símbolo, como tu bem colocou. Mas nós temos outros ambientes no município que são públicos. Que, por exemplo, do ponto de vista, se eu sou prefeito e quero só aparecer para a minha comunidade e criando uma unidade de conservação, por exemplo, tem dois espaços muito fáceis, três espaços muito fáceis de serem feitos, mas que também não são feitos porque não tem o devido arranjo.

Por exemplo, aquele espaço do antigo Eco Camping. É um espaço público, está inserido na mata, a mata que costeia a lagoa, tem características de mata atlântica. É um remanescente que também está fortemente atacado pela pressão urbana, está invadindo essa área de mata, tem um monte de ocupações irregulares.

E o Eco Camping foi desativado porque ele operava fora da legalidade. Então, há muito tempo ele está parado, não funciona. Mas o Eco Camping é um espaço reivindicado pela comunidade porque era uma área de lazer que a comunidade perdeu.

Então, a comunidade quer o retorno do Eco Camping. Mas ele não pode voltar como ele era antes. Ele tem que ser algo diferente.

Qual é a propósito? Até eu sugeri no meu último texto. É que aquele espaço, o espaço que corresponde ao município, seja transformado num parque, uma outra modalidade de unidade de conservação. Um parque tem a sua maior parte preservada, mantida, e uma parcela deste parque pode ser utilizada.

Ou seja, você pode voltar a ter a operação de visitação de uma área natural que pode, no espaço que está transformado, edificado, que é uma porção menor, ter essa presença de pessoas. E a grande maior parte, ou seja, 80% da área, é mantida sobre a vigência da conservação. E é um espaço 100% público.

Mas para fazer isso, eu preciso do organismo legal, eu preciso do arranjo legal, eu preciso do aparato legal. E esse aparato não existe porque a gente não avançou nas políticas públicas de conservação. Nós não temos isso em Pelotas.

Essa é a verdadeira questão. Nós não temos em Pelotas, ainda, na nossa estrutura municipal, uma política pública, de fato, para conservação. E o pouco que tinha ainda no plano diretor foi tirado porque compromete, porque dá obrigações ao município, as quais acabam atrapalhando os interesses do crescimento da cidade.

Só que o crescimento da cidade a cegas nos leva a perder o pouco que temos. E o que a gente precisa é construir na direção... E uma coisa não precisa ser necessariamente excludente à outra. Nós não estamos falando de desenvolvimento.

Mas tem sido. Quer dizer, é óbvio que é absolutamente possível a gente conciliar crescimento com sustentabilidade, que é a ideia do crescimento sustentável, ou é a ideia de a gente caminhar nessa direção. Agora, isso só é possível com boas políticas públicas.

E essa construção de políticas públicas não tem ocorrido. E os outros dois espaços, que são públicos também, é o entorno da barragem Santa Barbara, que além de ser uma área de preservação permanente, de uso especial, também pode se tornar uma unidade de conservação. O entorno dela é público.

E a mata na colônia, que nós temos a mata... Agora me fugiu o nome, mas é um espaço... Na colônia, não. Oi? Não, na colônia. Ah, na colônia.

Isso, na colônia. É uma área de mata atlântica, que é uma área também 100% pública, pertence ao município. Então, seria muito fácil.

Eu até acho que se a prefeita tivesse a condição, esses espaços já são do município, não dependem de nada. E já que nós não temos nenhuma unidade de conservação em Pelotas, imagina, Pelotas deste tamanho não tem nenhuma unidade de conservação, para aparecer, vamos dizer assim, se fosse, na ideia... Se fosse, na ideia dela, né? Seria muito fácil. Mas ela não consegue avançar aí, porque nós não temos a política pública necessária.

Claro, eu acho que, infelizmente, ela também não se dedica a avançar isso. Se eu fosse o prefeito, eu acho que me estimularia mais que essa discussão acontecesse. Para a gente ter essa política.

E a gente precisa dessa política. E aí, para essa política acontecer, nós vamos ter que construir alguma convergência em meio a tanta divergência. Mas a gente vai ter que encontrar alguma convergência para conseguir financiar interesses e ter essa política. Porque aí, sim, a gente, depois de ter, pode ajustar, mas a gente tem que ter. E aí, depois de ter, a gente consegue ter os limites. E aí, tendo limites, a gente consegue dizer que tem regras no jogo.

Então, vai edificar no Laranjal? Beleza. Não pode ser na área da poligonal da unidade de conservação. Não pode também atingir a zona de amortecimento.

Então, naquela proposta, está a poligonal da unidade de conservação e sua zona de amortecimento. Isso é muito importante, porque a área da zona de amortecimento total é maior do que a área conservada. Conservada, a princípio.

Então, o efeito de conservação de uma poligonal estabelecida é muito maior do que se imagina. E a gente consegue colocar muita regra no jogo. E isso constrói o quê? Um desenho.

Porque, se a gente pensar no tempo, 10 anos é pouco, 20 anos é pouco. Mas vamos colocar 50 anos. 50 anos crescendo o Laranjal desta forma que está crescendo será outro Laranjal.

Um outro centro urbano. Pelotas tende a ser uma coisa muito maior do que ela é hoje. Nós vamos ver um mar urbano em direção à praia.

E se a gente não tiver, se a gente não se antecipar e ter um desenho do que tem que ficar para a conservação, e se isso não estiver dentro de uma proposta legal, vai desaparecer junto nesse crescimento. Infelizmente. Essa é a realidade.

Enquanto a gente discute, tem que ser, tem que não ser... E esse papo todo tem que ser de convergência, mesmo que, nesta convergência, a gente venha a ter muitos

atritos. Porque aí nós temos aquelas pessoas que têm a intenção de que isso aconteça, mas aí são uma oposição, e aí não conseguem conversar, porque são oposição. Ou aqueles que até conseguem conversar, mas aí são situação, e aí são situação, ficam, não, não posso fazer.

Esse não é o momento para isso. A construção de uma política tem que ser em torno de um bem maior, de um bem maior que a gente está falando. A partidária.

Tem que ser a partidária, dificilmente será. Não pode ser ideológica, dificilmente será. Mas ela tem que conseguir garantir que as pessoas conversem e que saia daí um produto.

Um produto importante, que é nós termos uma política pública para a conservação dos ambientes remanescentes de pelotas. Claro, quando estou falando isso, estou falando os ambientes, as paisagens, a biodiversidade associada, e incluindo os aspectos sociais que estão rodeando tudo isso. Porque a gente olha para o aspecto social do Pontal da Barra, mas se eu olhar ali para a Mata do Totó, em que tem o Eco Camp, e as invasões, as invasões também se dão por pessoas que não têm para onde ir, e elas invadem a mata, começam a se estabelecer ali e vão lá.

E se tu tirá-las de lá... O problema está ligado a outro, né, professor? O problema social é ligado ao problema ambiental. Então, as coisas vão ser isoladas. Claro.

O econômico, ambiental e social evidentemente não podem ser divididos. E se a gente pretende, de fato, construir algo diferente, tem que pensar sempre fortemente na ideia de que não se constrói desenvolvimento destruindo os recursos naturais. Pelo contrário.

Tem que manter recursos, a qualidade dos recursos, dos serviços ambientais, aí sim tu consegue construir o desenvolvimento. Desenvolvimento é qualidade, crescimento é quantidade. A gente tem que quebrar o paradigma, mudar um pouco a terra.

Sabrina: Professor, voltando um pouco sobre esse histórico de preservação do Ponta da Barra, acredito que já deve ter respondido a pergunta para o que a gente está conversando, mas ainda vou reforçar, de repente, se tiver mais uma coisa para pontuar. Porque, assim, acho que o histórico de luta, preservação do Pontal, vem desde a década de 80, né? E, a partir dali, são várias instituições profissionais, pessoas da comunidade, é um esforço que foi feito, que está direcionado desde a década de 80 em prol da preservação e do estudo do Pontal da Barra.

Marcelo: Então, disso foi criado esse documento para a unidade de conservação, né? E, bom, já deixou bem claro o que tu achas da proposta, quer participar dessa proposta.

Mas, na tua opinião, assim, eu já vi que pontuou algumas questões. Por que tu achas que essa unidade de conservação ainda não é uma realidade? Nós estamos em 2021, em maio, por que tu achas que realmente ainda não aconteceu, não saiu do papel a unidade de conservação? Eu só... Se tu me fizesse essa pergunta, se tu fizesse essa pergunta antes daquele livro, tá? Então, eu acho que eu consigo, assim, três momentos. O espaço, a luta toda que foi feita pela conservação, aí, algumas pessoas dessa luta participaram daquele livro, outras não, outras criticaram o fato de que ao trabalharmos com aquele livro, nós ali reunimos pessoas da administração pública, no caso, a Secretaria de Qualidade Ambiental.

Então, ainda no atual governo, técnicos dessa secretaria participaram conosco no processo de construção daquele livro. E isso foi importante. Muitas pessoas que não participaram do processo, não participaram, se disseram indignadas em participar, porque não estariam do lado do governo.

Colocaram isso aí como um fator complicador para a sua participação. Eu não vejo assim. Eu posso contribuir em qualquer governo, mas eu quero ter a liberdade de dizer o que eu concordo e discordo, o que é muito difícil.

Talvez por isso eu não participe de governo nenhum, porque a gente nunca tem essa liberdade de, de fato, dizer o que pensa ou a liberdade de dizer o que imagina. Liberdade de pensar e liberdade de agir, né? Então, eu sou muito legalista e, do ponto de vista legal, tem coisas que não dá, não tem como abrir mão. Mas aí, bom, eu acho que tem esse momento da luta até a chegada do livro, eu acho que quando a UFPEL se envolveu em colegas, lá como o Giovanni, o Rafael Vieira, essas pessoas se envolveram nessa ideia.

O reitor, Pedro Alau, na época, tomou isso como uma ação da Universidade, abriu para a contribuição do público, eu fui convidado a participar. Eu sou lá de uma outra instituição, da FURG, mas que acompanha as questões ambientais em Pelotas, a gente começou a construir um trabalho e, durante esse trabalho, a minha percepção foi mudando e, um pouco depois deste trabalho, isso não ficou claro naquele trabalho, mas aquilo já apareceu no trabalho, que é a necessidade da gente ter um instrumento legal que permitisse que nós avançássemos nas unidades de conservação. Então, eu

acho que tem um longo período a cegas, que garantiu, pelo menos, lá na Justiça, que os empreendimentos não avançassem, porque havia a ideia de um empreendimento em loteamento daquela área, então, levou 20 anos isso na Justiça, eu acho que esse movimento foi importante.

Teve o momento do livro que materializou para a comunidade, reuniu alguns aspectos técnicos e materializou para a comunidade, olha, esse espaço símbolo de Pelotas pode ser conservado, está aqui. Toda a justificativa para isso acontecer. E tem um momento, que eu acho que é o que eu estou vivendo agora, que é o momento em que eu acredito que a gente não vai avançar em nada se a gente não construir a política pública adequada, necessária para que isso aconteça.

E aí é o Pontal da Barra, na Mata do Totó, o campo em torno da barragem em torno da barragem de Santa Bárbara e a nossa mata lá na região da colônia. Então, sem a gente ter a estrutura, o arranjo legal, a estrutura política pública necessária, nós não vamos avançar nessa questão. Eu entendo que esse é o momento que a gente está vivendo agora.

Eu acho que é este. Não dá mais para ficar naquele negócio de que o pessoal vai lá, constrói edifício, a gente denuncia. Aí recorre ao Ministério Público.

É sempre uma roda que nos deixa patinando e a gente não sai do lugar. Olha, eu já fiz dezenas de denúncias. Eu já fiz dezenas de denúncias de várias coisas erradas na cidade.

Algumas, vamos dizer assim, deram frutos porque o processo cessou, porque o processo parou, porque o processo mudou de rumo. E outras as coisas seguiram porque não havia nada que conseguisse, de fato, impedir. O promotor vai lá, colhe, chama, esclarece.

É justificado e aí, de fato, se chega à conclusão que não adianta levar à frente porque não dá. Então, acaba que a coisa fica. E isso é muito triste.

E isso também desmobiliza muito e desmotiva muito. Então a gente tem que conseguir alcançar o próximo passo. E esse próximo passo eu não vejo outro a não ser a gente conseguindo avançar na política pública necessária para, vamos dizer assim, reconhecer os nossos remanescentes naturais, seus limites, suas zonas de amortecimento como espaços importantes e importantes do ponto de vista legal.

Daquilo que o município entende por importante e não edificável. Não estará lá na lei não sei o quê. Não.

O município está dizendo que esta é a unidade de conservação do município e sua zona de amortecimento. Isso já muda completamente o cenário. Perfeito.

Está faltando, na verdade, essa construção de uma política pública que possa realmente tirar do papel da teoria essas propostas, porque bem fundamentadas estão, mas é preciso. Argumento não falta. Agora está faltando transformar isso em uma realidade.

Os conflitos do Pontal da Barra são bastante comuns. Meu trabalho não é exclusivo. A gente vê esses contextos de conflito no caso do Pontal da Barra aqui na região de Pelotas, no Estado, no país, que é um embate entre o interesse de empreendimentos e a preservação dos bens ambientais, patrimoniais, as questões sociais envolvidas.

E no caso, professora, você identifica que no caso na nossa região, na cidade, ou até no país, conflitos análogos com o caso do Pontal da Barra? A gente até mencionou alguns casos, como o Mato do Totó, a gente já conversou um pouco. Vou dizer assim, do ponto de vista da conservação e desse conflito, tem duas unidades de conservação estabelecidas, aí é no contexto da região, não dentro do município. Nós temos a Unidade de Conservação Estadual do Mato Grande, que fica em Jaguarão, e é uma unidade de conservação que foi decretada há muito tempo, se não me engano, na década de 70, quase 80, e aí ela só recentemente passou a existir.

Só há uns 4, 3 anos atrás ela passou a existir como uma unidade de conservação de fato. Aí tem lá o chefe da unidade, tem lá o guarda-parte da unidade, tem lá uma estrutura mínima, e aí está uma discussão enorme, porque o espaço passará a ser, as áreas de banhada, as áreas de mata vão ser, a poligonal que está desenhada vai ser desapropriada, e aí os usos no entorno obviamente terão que ser ajustados, e é uma região de cultivo de arroz. Então, eu participei de algumas reuniões como representante da FURG lá, que tem uma cadeira na unidade de conservação, e na discussão a gente viu uma apreensão muito grande das pessoas que seriam desapropriadas e das que, principalmente das que não serão desapropriadas, mas que continuarão tendo sua atividade de cultivo no entorno, em que elas vão ter que mudar, vão ter que se ajustar, porque tem coisas que não podem ser feitas no limite de uma unidade de conservação.

Então, esse conflito lá é forte, depois um outro conflito importante que é na unidade de conservação do banhado do Maçarico, já no município do Rio Grande, que é uma unidade que começou com uma modalidade e trocou de modalidade justamente por

conta, é uma unidade pequena, estreita, e trocou de modalidade justamente por pressão do entorno, dos vizinhos, que também são da área do cultivo. Então, esse conflito sempre vai existir. Eu acho que o conflito muitas vezes a gente não percebe, mas ele é fortíssimo, se a gente olhar, por exemplo, unidades de conservação mais conhecidas e maiores, como o Taim, como o Lagoa do Peixe, são unidades de conservação que abrigam no seu entorno um conflito enorme, gigantesco, por N razões, das mais variadas.

Nós aqui não estamos nem vivendo isso. A gente aqui vive um conflito de se criar, se acontecer, e é tudo no plano do si, porque nada está efetivamente concreto. Estou dizendo isso para mostrar o quanto estamos atrasados no processo.

A gente está muito atrasado. Se a gente pensar, Pelotas é uma cidade tão, vamos dizer assim, rica do ponto de vista do conhecimento, tem instituições de ensino, tem uma bagagem cultural enorme, mas, para algumas coisas, nós ainda estamos em um plano do atraso impressionante, porque esse tipo de discussão nós não temos. Nós não temos nenhum conflito de um espaço de conservação se ele está impedindo ou não o crescimento da cidade, porque nós não temos um espaço de conservação oficial.

A gente está um passo atraso da discussão ainda da região. O que nós temos até então são as áreas de preservação permanente que estão no arranjo legal federal, estadual e alguma coisa dentro das leis do município, mas nós não temos um espaço que, olha só, aquela unidade de conservação está impedindo o desenvolvimento do laranjal. Esse tipo de papo não tem.

As pessoas ficam só no, ah, mas se criar, ah, mas se não se entender. Não. O se criar pode até ser muito Benê, porque a gente pode melhor orientar onde, de fato, pode edificar.

E a gente pode, inclusive, garantir para essas, por exemplo, para comunidades que estão inseridas dentro desse contexto uma melhoria urbana, que até então não está permitida, não está autorizada, não está feita. Então, nós precisamos avançar nas políticas públicas para nos permitir ter um avanço na discussão que nós não estamos tendo. E essa é uma discussão que, óbvio, é importante no Conselho de Proteção Ambiental do Copan.

É óbvio que ela é importante dentro da estrutura da Secretaria de Qualidade Ambiental.

Entrevista: Matheus Volcan

Sabrina: Sim, como eu falei, tem um roteiro de orientação, mas a gente, a conversa é bem livre, né? Na realidade, é somente para a gente manter dentro de uma discussão ali que é a proposta do projeto. Eu vou fazer um registro aqui, então. Então, hoje é 12 de agosto de 2021.

O meu entrevistado é o professor Matheus Volcan, é isso, né? E, nesse primeiro momento, eu queria perguntar se concorda em ser entrevistado. Participar, então, do projeto Arqueologia do Conflito no Pontal da Barra, Rio Grande do Sul, Brasil. E se me autoriza, então, o uso das informações que vão ser faladas ou por escrito, os áudios, os vídeos e as imagens que estão sendo produzidas dessa entrevista, para o referido estudo e também para divulgação, professor.

Matheus: Concordo e autorizo.

Sabrina: Muito obrigada. Então, esse registro, no primeiro momento, é oral, se houver necessidade de um documento, mais adiante eu entro em contato com o senhor também e mando o documento, tá? Mas, a princípio, eu acredito que vai ser o suficiente.

Então, assim, para a gente começar a conversar um pouquinho, isso é bem livre. Eu queria que você me contasse um pouco a sua relação, seja profissional ou até pessoal, com um lugar chamado Pontal da Barra.

Matheus: Bom, eu já tive casa próximo do Pontal da Barra, então, desde pequeno, eu conheço aquela região, eu uso aquela região para lazer, né? Durante o meu TCC, então, eu acompanhei o meu trabalho de conclusão de curso, entre 2003 e 2005, nós fizemos um trabalho em Pelotas, Santa Vitória, Chuí, Jaguarão, Arroio Grande, coletando peixes anuais.

E o TCC do colega meu, que eu participei junto, foi aqui em Pelotas. Então, nós tivemos a oportunidade de coletar em toda a região de Pelotas. E uma das áreas que a gente coletou foi o Pontal da Barra.

Então, ali foi uma das primeiras áreas onde eu coletei peixes anuais. Peixes anuais é um grupo de peixes que hoje eu trabalho e desenvolvo pesquisas com eles. E muito trabalho voltado para conservação, taxonomia e identificação dessas espécies.
Então, a partir desse momento, o Pontal, eu já tive uma relação maior com o Pontal no sentido de pesquisa, de conhecer aquela biodiversidade. E não só da questão de lazer, de lá contemplar aqueles banhados, aquela região que é super bonita, Pontal da Barra. Em 2011, eu comecei o meu mestrado, o meu doutorado em Santa Maria.
E aí, no meu doutorado, a área de estudo que eu defini para estudar ecologia e padrões, espaços temporais na comunidade de peixes anuais foi o Pontal da Barra e a Fundação Tupauê. Na verdade, é um contínuo de banhados e de campos alagados que ocorrem na varja do Canal São Gonçalo até a desembocadura da Lagoa dos Patos. E durante o final da minha dissertação de doutorado, quando eu estava terminando meus campos, minhas amostragens de campo, foi quando começou, então, as atividades que retomavam a destruição, o loteamento daquela área do Pontal da Barra.
Então, a partir daí, em 2014, 2015, foi em 2013 que surgiu o movimento Pontal Vivo. Então, eu estava terminando meus campos do doutorado e um dia eu cheguei lá para fazer minhas coletas e tinha dezenas de caminhões, patrolas, já entrando para dentro da área do Pontal da Barra com placa de autorização de licença de instalação da FEPAM. E aí, a partir daí, eu entrei em contato com o pessoal que eu conhecia daqui da região, entrei e começamos a divulgar nas redes sociais, isso via nossa ONG, porque eu sou membro do Instituto Propampa, que é uma ONG sediada aqui em Pelotas, mas que trabalha com conservação da biodiversidade, principalmente peixes anuais no Brasil inteiro.
Então, via instituição, a gente começou a fazer parcerias e, na verdade, reativar um movimento que já existia. O movimento pela preservação do Pontal da Barra talvez seja uma das lutas ambientais mais antigas do país. Então, faz quase 40 anos que se briga, volta e meia, está lá o ex-prefeito Irajá, o seu sócio, com algum projeto mirabolante, onde construiu um hotel, onde construiu um grande loteamento.
E o movimento Pontal Vivo, que surgiu no início da década passada, foi, na verdade, uma retomada desses movimentos que já haviam sido realizados, tentando impedir, então, que essa área fosse perdida. E, na verdade, aquilo que a gente conhece do Pontal da Barra hoje é um percentual do que já foi, aquela grande extensão de

banhados que estendiam até o Barro Duro. Então, aquilo ali é um resquício do que a gente tinha antigamente na cidade.

Então, a briga Pontal da Barra, e as espécies que eu trabalho são espécies ameaçadas de extinção. E aí, o dia que eu cheguei lá, os caras estavam aterrando um dos banhados que eu trabalhava, sabe? Uma espécie que é protegida por lei. Então, aquilo me causou, me comoveu, assim, e eu me senti meio que na obrigação também de proteger aquilo, sabe? Não deixar aquilo acontecer.

E aí, teve vezes que eu fui escoltado até de delegacia, tenho ficha na polícia por ter chegado lá uma vez, estava eu sozinho lá, cheguei lá para fazer coleta, e estavam os caminhões, eu peguei meu carro, botei meu carro na entrada onde os caminhões estavam e ficou uma fila de uns 20 caminhões lá. E aí, era o tratorista querendo bater em mim, os motoristas dos caminhões brigando comigo porque estavam com a carga deles parada, tinham que fazer outras entregas. Então, teve um desgaste gigante.

Mas, ao mesmo tempo, foi super recompensou porque a gente conseguiu barrar aquilo. Então, topamos com o Ministério Público, com a Universidade Católica de Pelotas, a Federal. A Federal já vinha há um bom tempo.

A gente foi até depois encaixando as figurinhas, porque já existiam outras frentes trabalhando contra a destruição pontal. E quando aconteceu isso, nós formamos o Pontal Vivo, juntando essas forças, essas instituições e fazendo um apelo também para a sociedade em geral, para que elas pudessem se comover e a gente agregar pessoal para somar na luta. Perfeito.

Então, desde o início, na verdade, participas e estes envolvidos na ação com a questão do pontal. Você tem acompanhado todo o processo, participado de todo o processo, que ainda é atual, ainda é uma questão atual, o pontal da barra. Muito.

Tanto é que até hoje a gente está tentando transformar aquilo numa unidade de conservação e não se consegue, mesmo sabendo, tendo Universidade Federal, Universidade Católica, um monte de instituições dizendo e revelando a importância daquela área ali. E, ao mesmo tempo, a gente não consegue transformar isso numa unidade de conservação aqui dentro do município. Então, é complicado.

Recurso tem, um monte de licenciamento ambiental sendo feito, um monte de área de banhado sendo perdida aqui no município de Pelotas e não se tem um fundo para se destinar para se criar uma unidade de conservação. Então, falta também um pouco de atuação e de maior rigor da Secretaria de Qualidade Ambiental, de cobrar desses

empreendimentos e de destinar as compensações onde elas devem ser realmente destinadas. Então, não adianta você aterrar hectares de banhados e plantar árvore na avenida, entende? Ou criar uma praça urbana, numa área urbana de Pelotas.

Então, isso não é uma compensação ambiental. É uma compensação para a gente. Mas onde é que você está reparando esse dano que você está causando? Onde é que você está minimizando esses impactos que você está causando com os seus empreendimentos? Então, é um outro problema, porque muitas vezes, além da questão do empreendedor ser super ganancioso e adquirir áreas de banhado porque são mais baratas, além disso tem a questão, porque eles sabem que eles conseguem depois licenciar isso com a Secretaria de Qualidade Ambiental, que é totalmente negligente com esse tipo de ambiente, que são os ambientes que a gente encontra no Pontal da Barra.

A falta de uma política pública direcionada para essas áreas úmidas acaba facilitando que haja essa perda. E não tem como reparar o dano causado. Ele interliga, envolve vários... desequilibra o ecossistema do local.

Então, não adianta tu plantar uma arvorezinha no centro, que isso não vai fazer em nada para poder recuperar o que está sendo perdido. Por isso que a política pública fala tanto. Sim, a ironia é maior.

Não foi a questão biológica que travou, não é o que a gente tem de vivo hoje que travou o empreendimento. Foi a arqueologia, foi o IFAM que travou. A gente só conseguiu travar por causa do patrimônio arqueológico que tem naquela região.

Então, se dá mais valor aos artefatos indígenas, a nossa história, do que o que a gente tem hoje de vivo, a nossa biodiversidade, o nosso patrimônio genético mesmo. É isso que choca. Se não tivesse encontrado os sítios arqueológicos... Tinha passado tudo.

Parece que foi o que sentenciou que realmente precisa proteger. Até ali parece que o argumento não era forte o suficiente. E tinha muito argumento, muita pesquisa.

De todas as partes, claro. Eu tenho lido. Eu tenho várias pessoas que eu tenho entrevistado que têm definido o que é o Pontal da Barra, do ponto de vista científico, do ponto de vista social.

Como é que você, professor, poderia me definir o que seria o Pontal da Barra, pelos anos que tem de experiência e de relação com o Pontal? Como é que definirias o Pontal da Barra? O Pontal da Barra é uma ilha dentro da cidade, que resguarda um pouco do que foi o nosso município antes dele ser totalmente colonizado. A cidade se

expandiu pelas áreas mais baixas da cidade. Isso é uma grande falha no nosso processo de expansão urbana, porque a gente não pensa em colonizar as áreas mais altas, a gente está se expandindo justamente na várzea do canal, nas partes mais baixas, nas áreas de maior risco.

E o Pontal da Barra, queira ou não, é um remanescente de tudo isso. Ele é um pouquinho da história da cidade contada de uma forma mais natural. E ali ele abriga um pouco de tudo o que a gente tinha aqui.

Espécies que são exclusivas do município, que ocorriam muito mais amplamente na área do território de Belo Horizonte, mas que hoje, em função da expansão urbana, do que a gente tem perdido de áreas naturais, se restringiu àquela área. Então, é um laboratório mesmo, céu aberto, um local que a gente tem baixo do nosso nariz aqui e que nos oferece uma oportunidade gigante de explorar toda a questão não só histórica, como também a nossa biodiversidade. Conhecer um pouco do que era o nosso município.

Acho que é um pouco da história natural da cidade estar resguardada ali no Pontal da Barra. Até pela diversidade de ambientes que ele suporta, porque não tem só banhado, tem campos alagados, tem banhado, tem campo seco, tem mata de dunas, tem capões de mata nativa, fragmentos de floresta atlântica. Então, poxa, é um lugar único dentro do município que comporta uma complexidade gigante de ambientes e que abriga uma diversidade enorme de espécies.

Tanto de peixes, aves, mamíferos, invertebrados. Enfim, é um laboratório céu aberto e com três universidades aqui do lado, tem um leque gigantesco para explorar. E até com todo o conhecimento que se tem, hoje em dia ainda se descobre bicho novo lá.

Três anos atrás teve uma enchente e se descobriu uma espécie de lagarto que não tem pata, que é endêmica do Pontal da Barra. O mundo inteiro é conhecido ali. Então, mesmo tendo toda essa infraestrutura, esse monte de centro de pesquisa aqui na volta, ainda segue-se descobrindo coisas naquela área ali, que relativamente é pequena, porque Pontal da Barra, conhecido como Tupanuê, a gente não tem mil hectares de ar ali, menos do que isso.

Mas é isso. Para mim, é uma área das mais importantes no sul do Brasil, uma das mais representativas, não só pela sua história, mas de luta pela conservação dela, mas pelo que ela abriga dentro daquela pequena área que está sendo engolida pela cidade.

Sabrina: Perfeito. A sua fala é reforçada com outros profissionais na área, professores, cientistas também. Aprendizagens, projetos, descobertas, do ponto de vista biológico, do ponto de vista arqueológico também, porque não se esgota a possibilidade também de se encontrar outros sítios na região, pode ser pontal, ou relacionados com a mesma região, mas enfim. Mesmo os sítios que foram encontrados ainda não se esgotam as possibilidades de fazerem outras escavações e outras pesquisas.

Matheus: É preciso preservar isso. O mais antigo do Brasil é da ilha, da América Latina, foi encontrado no Pontal da Barra pouco tempo atrás. São sítios muito importantes no contexto de sítios para a arqueologia do Brasil.

Enfim, é indiscutível a questão de importância do pontal. Eu ia perguntar, mas acho que o Sônia já começou a desenvolver um pouco mais sobre o que considera importante no pontal. Acho que já mais ou menos foi respondido, do ponto de vista natural, ambiental, do ponto de vista arqueológico, e também a gente fala também da questão social, porque o ser humano não está desconectado desse todo contexto, os humanos e não-humanos.

A gente também tem os moradores também da comunidade ali, e a questão do equilíbrio, não sei se você quer falar um pouquinho mais sobre o equilíbrio natural do banhado, que é muito importante para aquela região. Sim, é uma área fundamental, e há muito tempo que convive com humanos ali. A gente tem aquela população que utiliza aquela área, que vive naquela área, e na verdade, no meu entendimento, todo o pensamento de criação de comunidade de conservação naquela região deve ser pensado em conjunto com aquela comunidade que está ali.

Eles fazem parte daquele cenário que existe ali. Obviamente que tem que ter um regramento, tem que ter um zoneamento, aquela área não pode ser mais perdida, não pode se avançar no que tem de construções ali, mas é uma comunidade tradicional daquela região também. E o banhado tem esse papel, a gente pega os ciclos de inundação do município, do Laranjal, muito do que a gente tem esse alagado da cidade seriam áreas que naturalmente seriam de banhados.

Então o papel do banhado em si já é fundamental para toda a nossa sociedade, porque eles têm o papel mesmo de ser de esponjas, de ser zonas de proteção das cidades. E quando a gente perde isso, quando a gente retira isso, a gente mesmo está sendo prejudicado com isso. Então quem mais vai ser prejudicado são as comunidades que estão naquele entorno ali, primeiramente.

Mas é um problema do município em geral. Está sem áudio. É que eu tinha por causa do barulho. (...)

Então a gente está falando sobre a questão do controle hídrico que o banhado faz aqui naquela região, e isso afeta diretamente o modo de vida das comunidades pesqueiras ali na região. Então esse impacto também tem um impacto social além da questão que a gente já está falando, geológica, ambiental, a questão arqueológica, em todos os contextos. A memória natural do município que está ali preservada, registrada, é um livro natural sobre a memória do município, eu acho que é muito importante destacar isso, que é uma área preservada dos tempos remotos, de como eram pelotas.

Então é muito importante que tudo isso embasa, endossa a questão do potencial e da importância do pontal da barra. E a questão social é muito importante também, porque se vai mexer no equilíbrio ambiental daquela região, vai impactar essas pessoas que precisam da laguna, precisam da pesca, precisam, moram naquele local, e tem um modo de vida próprio. Então a gente não é tirar aquelas pessoas daquele local, como já aconteceu isso no passado uma parte, tem um trabalho da Gabriel que fala sobre todo esse impacto, e ainda existem famílias que moram ali, que vivem da pesca, tem esse modo de vida tradicional, de comunidade tradicional, e isso também tem a questão social.

Então eu sempre gosto de enfatizar que isso tudo está encarregado nessa grande rede de significados, de importância sobre a pontal. E se fala muito em retirar aquela comunidade dali, porque é uma comunidade de baixa renda. Ao mesmo tempo a gente está vendo a várzea do Arroio Pelotas toda ser loteada por mega construções, por casas de embargadores, de promotores, de juízes, e dessas casas milionárias, os caras estão construindo vienas, canais de drenagem pelo Arroio Pelotas para poder acessar essas casas.

Desses caras ninguém tenta tirar, ninguém tenta realocar eles para uma área que não seja de risco. Mas a gente vê uma comunidade com menor poder aquisitivo, a primeira coisa que eles fazem é pensar em realocar eles. Uma comunidade que é tradicional, que vive da pesca, vive dos recursos que ela rege, que a lagoa dá para eles, e jogar eles no meio da cidade, como fizeram com o pessoal que já vivia ali na volta, jogar eles no meio da cidade, longe de total... A gente vê o trabalho ali da Gitana Nebel, que ela fez sobre as pessoas que foram retiradas, eu vi as entrevistas, as pessoas

apavoradas, chorando, porque eles cascavam camarão, eles pescavam, vendiam o pescado, e dali diziam que não tem emprego, as mulheres que trabalhavam dentro do balneário, ajudando na limpeza de casa, fazendo outras tarefas, não tinham mais as pessoas com que elas trabalhavam.

Então, enfim, todo o contexto de um modo de vida daquelas pessoas foi transformado. E a principal fonte de renda e de alimento e de estrutura, que é a margem da lagoa onde eles fazem a pesca, eles foram removidos. Então, mudou.

Entende? Mudou. Deixando a cultura daquela comunidade. Exatamente.

Então, novamente, o capital vem com a ideia de progresso, mas é progresso para quem? Esse progresso beneficia quem? Essas pessoas removidas dali não foram beneficiadas porque foram para um apartamento ou uma casa de tijolos, porque aquilo ali não é progresso para o modo de vida deles. E a gente tem que entender isso quando fala em impacto social. Então, isso tem que ser somado a tudo o que a gente está falando aqui sobre a questão de mudança e impacto sobre o contorno da barra.

As pessoas estão somadas, como você falou, naquela paisagem e é preciso considerar, é preciso pensar sobre o modo de vida delas. E mexendo o banhado... Humanidade de conservação ali tem que considerar essas comunidades também, como integrantes do pontal ali. Então, não dá para pensar separado ou querer... Até porque, em vez de você agregar pessoas ao movimento e a ideia de você criar uma humanidade de conservação, de proteger o lugar, não.

Vai causar repúdio, vai causar revolta, vai gerar um estresse gigantesco. Em vez de você estar agregando gente que poderia estar atuando positivamente pela conservação daquela área, não. Vai estar vendo aquilo como um problema social, um problema econômico para eles.

Então, você vai estar preservando uma área, mas gerando um problema ainda maior para o município, talvez, em relação a essas comunidades. Então, é algo que tem que ser pensado integral, integrado. Então, professora, agora nós vamos falar sobre responsabilidades.

Quem é que consideras que é responsável, então, por essa preservação e estudo dessas coisas que a gente está apontando como importantes? E acreditas que está sendo protegido e está sendo estudado, preservado como deveria o pontal da Barra?

Eu acho que não. Pela minha opinião, o Estado tem que ser mais atuante nesse sentido. O que a gente tem aqui, eles já têm a ciência da importância dessa área.

A Universidade Federal está encabeçando um movimento fortíssimo para que se proteja essa área. E o documento que foi confeccionado não foi um documento feito pela Federal, mas foi por uma série de pesquisadores, de instituições, de grupos que se dedicam a conhecer a importância ambiental do município, já trabalharam em toda a região, então, sabem da importância daquela área ali. Então, não é alguém que está caindo de paraquedas, dizendo que tem que proteger o pontal da Barra, porque ali tem o peixinho bonitinho.

Então, é um contexto. O que tem de argumentos ali é inacreditável que ainda não se tenha protegido aquela área. E, apesar de tudo, a cada tanto tem projeto para detonar aquela área ali.

Então, alguém está loteando, a cada tanto vai lá o pessoal do Irajá, os sócios deles, e loteiam mais um lotezinho. E assim, teve um problema de alagamento. A primeira coisa é que eles foram lá e criaram uma barreira no pontal da Barra.

Então, criaram uma elevação, uma barreira no dia de uma enchente, isso aterrou metade dos banhados, metade dos banhados fragmentou ainda mais a área. Então, a cada tanto, o próprio governo municipal contribui com a degradação daquela área. Então, é negligência, é falta de vontade do Estado de tentar proteger aquela área.

Falta canalizar recursos e vontade para que se adquira, que se indemnize os proprietários e se adquira aquela área como um patrimônio do município e um patrimônio mundial. Porque aquilo ali tem coisas dentro daquela área ali que são de valor global, que só ocorrem aqui na nossa região. Então, falta... Eu percebo o seguinte, como você falou, falta vontade e informação não falta.

Não falta, é negligência até, de certa forma. Porque você sabe daquilo ali, mas você está sendo negligente com aqueles aterramentos, com aquela destruição, com tocar fogo a cada tanto naquele banhado, com extração de terra. Então, você está vendo aquilo, vamos deixar isso detonando? No momento que não tiver mais volta, a gente loteia tudo, aquilo ali vira um grande loteamento dentro do Laranjal, que é só o que a gente falta para preencher essa ponta aqui de loteamento.

Então, parece que é mais ou menos nesse sentido, de deixando-se perder até um ponto que não tenha mais volta. Verdade. Então, assim, o Pontal da Barra, no caso, a gente está falando do histórico desde a década de 80, então, foram vários os esforços para envolver várias dessas instituições que a gente já citou, o FIPÉ, o CEPÉ, o FURG, né? Vários pesquisadores das áreas ambientais, arqueológicas.

Eu tenho entrevistado essas pessoas, a lista é bem longa, né? E até aquele relatório, né, para a Unidade de Conservação, tem uma lista grande de profissionais. Bom, eu espero que você já fizesse parte dele, né? Até foi da onde eu tirei a seleção dos meus primeiros entrevistados. E eu queria que você falasse um pouquinho do que você acha sobre essa proposta que você participou, e, na tua opinião, por que que tu achas que a UC ainda não saiu do papel, ainda não saiu da proposta? Bom, a proposta da Unidade de Conservação é algo que a gente já vem, desde que eu estou na minha graduação, vem se falando sobre isso, né? Antes do movimento Pontal Vivo, já teve outros movimentos que visaram proteger o pontal de empreendimentos.

Na época da Copa, inclusive, os caras queriam fazer um hotel ali para abrigar a seleção que viria a jogar aqui no Brasil. Então, acho que era legal também, não sei se tu já entrevistou ou não, falar com o Antônio Soler, do CEA. Já, com certeza.

Ele foi meu primeiro entrevistado. O CEA durou mais tempo do que a gente nessa peleia aí, né? Eu tive uma entrevista com ele de duas etapas. Uma etapa eu fui pouco. Nós conversamos muito e eu conversei também com a Silvia. A Silvia me deu um histórico completo, extra-documental, porque as informações que ela tem, o levantamento que ela fez, vai além dos documentos. Ela fala do movimento das pessoas, das indas e vidas, dos desafios.

Quando você me contou que te levaram presa, ela falou das pessoas que entravam e eles iam armados atrás. Quer dizer, existe também uma coisa que vai além dos documentos de registro, de processo. É o movimento das pessoas.

É um grande... Uma grande energia de tempo, de pensamento, de preocupação, de dedicação. E até de risco de vida, por que não? Em prol de uma coisa que é mais do que evidente, que é importante. E a Silvia tem uma narrativa completa de todo esse histórico.

Desde o iniciozinho, ela me falou muito. E o Soler também. O Soler foi meu primeiro entrevistado e a gente fez em duas etapas a entrevista até.

E eu acredito que... Todos os entrevistados que fiz até o momento sempre destacam a importância de fazer um histórico muito detalhado de toda essa luta do Pontal da Barra. Entende? Envolvendo as pessoas e todo o processo que foi. Porque, como você mesmo estava falando, ele acaba sendo icônico para todas as discussões do município sobre a questão de políticas ambientais, sobre memórias, sobre preservação.

Porque Pelotas, ele é todo cercado de áreas úmidas. Isso não se aplica às discussões do Pontal da Barra. Extrapola o próprio Pontal da Barra.

Elas vão ser aplicadas a vários contextos do município e a outras discussões sobre a questão de relações pessoas.

Então, sim, já fiz. Tem algumas pessoas que ainda vou entrevistar esse ano, também relacionados com a lista da unidade de conservação, dos pesquisadores, e alguns ali do próprio Fdam. Então, com relação a esse documento que foi feito, eu já tinha falado, ele foi confeccionado por diversas pessoas, pesquisadores, entidades.

Então, ali tem um apanhado geral do pontal da barra, da história do pontal da barra, da importância biológica, da importância sociocultural para o município. Então, a informação está mastigada para se criar uma unidade de conservação. Então, está ali.

Falta vontade, falta recurso. E assim, eu não espero que esse recurso venha do município, por exemplo. Entende? Há quanto tempo já está pleiteando isso e não se consegue? O fundo municipal ambiental mesmo tinha, acho que era cerca de um milhão e pouco.

E aí, em função da COVID, se pegou todo esse dinheiro do fundo municipal para o hospital de campanha. Então, a gente já tem... Não usado. Oi?

E não usado. Então, assim, a gente já tem um déficit de investimento para a conservação, para a proteção das nossas áreas. A gente não tem uma área protegida, não tem uma unidade de conservação no município.

E o pouco dinheiro de recurso que a gente tem para fazer isso, a gente destina para uma outra finalidade que, no final, não teve nenhum uso. Então, foi um dinheiro que se perdeu. Então, esse é o problema, entende? Então, enquanto não tiver um movimento para se obter dinheiro, para indenizar os proprietários e assumir aquela área ali como uma propriedade pública e de interesse público, não vejo muita expectativa de que saia do papel.

E aí, mexe com política, mexe com fazer... Movimentar pauzinho lá dentro e fazer uma força, forçar para que se mude isso, para que se mude essa visão, que se dê um certo valor para esse projeto de criação de uma unidade de conservação, mas, ao mesmo tempo, acho que falta vontade política para que isso se desenvolva. Ainda mais no contexto político atual do Brasil, professor, mesmo que a gente seja de uma certa... Mais retrancas, mais dificuldades. Para falar de questão ambiental, a gente tem... Sim,

o agronegócio, os grandes empresários dominam e regem as leis conforme o interesse deles.

Isso, o governo de extrema direita, é mesmo que tem uma maior dificuldade de a gente falar sobre questão ambiental, de proteção e de unidade de conservação. É o pior contexto para a gente poder desenvolver qualquer coisa, mas a gente não pode desistir, tem que continuar na briga. Com certeza.

Pegar Pelotas mesmo, Pelotas é por interesse político, as áreas urbanizadas de Pelotas, porque ela foi urbanizada conforme o interesse, por exemplo, do Irajá mesmo. Ele loteou a cidade e urbanizou as áreas da cidade conforme as áreas onde ele tinha mais propriedade. Então, para valorizar os terrenos dele, o Laranjal, o Pontal da Morra mesmo, ele tinha metade do Laranjal, a área do Irajá.

Então, o quanto esses caras já não ganharam aterrando banhada, o quanto eles já não lucraram com isso. Não estava na hora do Poder Público dar um canetaço e retirar essas terras deles com um valor, não sei como poderia se fazer isso, mas de uma área de interesse público, algo teria que ser feito, uma compensação do que eles já destruíram aqui da cidade. É um reflexo de Brasília.

Eu vejo o Compan mesmo como uma mini Brasília. A gente fez, por exemplo, um tempo atrás teve o Plano Municipal Ambiental da cidade. E se juntou os pesquisadores, se definiu as áreas de maior interesse do município para a conservação.

E eu, ingenuamente, quando entrei no Compan, não entendia por que o Sindicato do Arroz, o Sindicato dos Comerciantes, estava no Compan. O que esses caras têm a ver com a conservação? Que interesse eles têm no Conselho Municipal Ambiental, o Sindicato dos Bancários? E aí, nessa votação que me caiu a ficha. No momento que você vai mexer em alguma coisa que mexa nos interesses deles, eles todos se juntam e votam conforme os interesses econômicos desse grupo majoritário.

As instituições que têm um viés ambiental, tem que encontrar essa minoria. Então, todo aquele esforço que foi feito por um grupo de pesquisadores, que passou dias elaborando mapas e definindo áreas, cruzando informações para fazer polígonos e definir quais eram as áreas mais importantes para a conservação, simplesmente foram botadas no lixo por causa que era interesse. Não, nós não vamos criar uma área de importância ambiental na Lagoa Pequena, porque o cara tem interesse em plantar soja ali na volta.

Ele pode atrapalhar a plantação de soja dele. Então, o capital ali definiu tudo, né? Porque o que os caras estão fazendo ali? Eles têm um poder aquisitivo, eles são um capital definindo sobre os interesses da questão ambiental. Quer dizer, você sobrepõe as áreas onde tem interesse ambiental porque os caras têm que ganhar dinheiro.

É por isso que eles estão ali. Por mais que fossem instituições... Sim, e por mais que fossem instituições que nunca tivessem presentes ali ou nunca se fizessem atuantes dentro do COMPAN, no momento que você tem algo que possa afetar os interesses deles, eles todos aparecem, se juntam e formam maioria. Então, acaba que você defende isso.

E é o que você vê em Brasília. Então, o COMPAN aqui, a Secretaria é uma mini Brasília, sabe? No momento que você tem um interesse econômico, você vai lá, se junta com os seus amigos, formam maioria. E muda o que precisar mudar a meu prazer, a interesse.

Então, a gente está falando aqui... A gente comentou agora pouco que os conflitos do Pontal da Barra extrapolam o próprio pontal. Então, a gente percebe. Já os conflitos que acontecem ali são bastante comuns na atualidade nesses contextos de embate entre empreendimentos e interesses de preservação de ambientes ecológicos, em áreas também de patrimônio cultural, arqueológico, ambiental.

No caso, você identifica... A gente está começando a falar um pouco sobre isso. Você identifica outros contextos, além do Pontal da Barra, com conflitos análogos ao pontal no município e aqui na região também de Pelotas? Olha, o município é muito simbólico, a questão do Pontal da Barra, mas a gente tem um problema muito grande aqui no município com a questão de perda de áreas úmidas, de banhados. E o Pontal da Barra é só um exemplo, mas, por exemplo, eu trabalho com peixes que só vivem em banhados temporários.

Ou seja, durante um período do ano, o banhado todo seca e aquele peixinho deixa o ovo dele enterrado ali no substrato e todo mundo morre. Então, ele vive exclusivamente nesse ambiente que seca. Então, você não encontra ele num arroio, num rio permanente.

Ele precisa que o ambiente passe por esse trigo. E a gente tem aqui na cidade uma grande representatividade de espécies aqui. Muitas delas ocorrem na Vale do Canal São Gonçalo e na região do Pontal da Barra, mas outras não ocorrem.

Outras ocorrem em áreas mais altas do município, por exemplo, em áreas mais próximas do KVG, naquela região das Três Vendas. E as leis do município não consideram nem as espécies e nem esses tipos de ambientes nos processos de licenciamento ambiental. Então, embora Pelotas seja um hotspot, uma zona quente de diversidade de peixes anuais, que são todos ameaçados de extinção, são criticamente ameaçados.

Existe um Plano Nacional de Ação de Conservação de Peixes Revolídeos. Eu sou membro assessor desse plano, que é um plano nacional, e Pelotas está no foco desse plano, o plano que é coordenado pelo ICMBio. Os caras já enviaram documentos para a Secretaria, informando das espécies, as regiões onde elas ocorrem.

E nada disso fez com que houvesse uma alteração nos termos de referência ou nos processos de licenciamento ambiental dentro do município. Então, a coordenação passada do COMPAN foi uma gestão do Instituto PROPAMPA. É um colega meu, o Maicon Sunivan, que foi coordenador do COMPAN.

E um dos legados dessa coordenação dele foi que a gente levantou essa bandeira de proteção das áreas úmidas aqui de Pelotas. Então, a gente está finalizando até agora um documento, acho que até a semana que vem a gente entrega protocolo na SQA, protocolo no Ministério Público, com diretrizes básicas para o processo de licenciamento ambiental em locais onde tenham áreas úmidas e que essas áreas úmidas sejam potenciais para a ocorrência dessas espécies. Então, a gente fez um zonamento dentro de toda a área do município, dizendo, olha, em toda essa área aqui que está demarcada, qualquer processo de licenciamento ambiental, qualquer empreendimento, tem que dar uma atenção específica para esse tipo de ambiente e para esse grupo de testes.

Então, uma forma assim é que vocês vão ter que obrigar os técnicos. E aí tem um outro grande problema que além da Secretaria de Qualidade Ambiental ser negligente, ser omissa contra isso, nós temos responsáveis técnicos e aí entra o problema de biólogos, de quem está assinando também, que para não ter causar indisposição para o empreendedor, para não se expor, acaba também negligenciando essas áreas. Então, embora o termo de referência diga que tem que mostrar fauna, os caras vão lá, fazem laudo de mamíferos, de aves, de répteis, de anfíbios, de todos os grupos que não poderiam impedir a implantação do empreendimento ou travar a implantação.

O único grupo daqui do município que pode dificultar a implantação do empreendimento hoje seria os peixes anuais, que são espécies que constam em listas de fauna ameaçada de extinção e tem uma lei que diz que as populações dessas espécies não podem ser perdidas. No entanto, como o termo de referência não diz especificamente que deva-se coletar peixes nessas áreas úmidas, então passa batido. Os caras nem comentam isso na maioria dos laudos ambientais para esse empreendimento.

Então, não é um problema só do Pontal da Barra, tem esse problema no município e isso é uma micro escala do que acontece no país inteiro. As áreas úmidas, esse tipo de ambiente, de banhado, só no Rio Grande do Sul se estima que mais de 90% dos banhados já foram perdidos. Então, espécies que são micro endêmicas, ou seja, elas ocorrem em determinadas regiões.

A Pelotas tem um grupo de espécies que é micro endêmica do município. Tanto é que muito dos nossos esforços é para mudar as políticas públicas municipais, para conscientizar os agentes dos municípios, porque muitas vezes a distribuição e a área de vida de uma espécie em nível global está restrita a um município ou dois. Para esses peixes, o rio, um ambiente permanente, o corpo d'água permanente é uma barreira.

Então é um peixinho coloridinho, bonitinho, e ele não consegue migrar a um rio. Então aquilo ali é uma barreira, isso propicia a especiação. Então eles ficam isolados, é como ilhas.

É uma ilha de água cercada por terra. É o contrário de ilhas oceânicas, por exemplo. Mas é o mesmo processo.

Eles estão ali, estão isolados, não conseguem migrar para outras áreas. Então isso... Um processo de licenciamento ambiental que você não considere eles, você pode estar sendo responsável pela extinção de uma espécie em nível global. Você falou, imagina a quantidade de empreendimentos no Brasil em áreas úmidas, o que a gente já perdeu de espécies por não fazer esse tipo de controle, de estudo, ou fazer muito pontual, alguns nem fazer.

Então eu fico realmente pensando na dimensão do que já foi perdido, e a gente continua perdendo. É incrível. E o Código Florestal, por exemplo, nem considera as áreas úmidas temporárias.

Porque, na verdade, os banhados aqui são todos banhados, mas eles são banhados que são temporários. Geralmente, no verão, eles ou secam todo, ou boa parte deles seca e eles mantêm água em uma pequena porção deles. Então, nem no Código Ambiental Florestal existe uma lei que considere as áreas úmidas temporárias para proteger elas.

Então, falta lei para proteger o ambiente dessas espécies, falta lei para proteger os banhados e, ao mesmo tempo, tem muita negligência desses órgãos ambientais, somada ao desconhecimento. Porque muitos dos esforços, por exemplo, das ações que a gente foca lá no plano de ação, essas ações são voltadas para capacitação de agentes ambientais. Então, a gente fala com o pessoal da SEMA.

O que a gente fez, mesmo retrasado, a gente teve uma reunião lá no COMPAM, junto com a Secretaria de Qualidade Ambiental, justamente fazendo isso, levando o conhecimento para os técnicos da Secretaria de Qualidade Ambiental, explicando, olha, pelotas, tem tantas espécies, as espécies ocorrem distribuídas em tais e tais lugares. O que é importante se fazer? O que é importante se considerar nos processos de licenciamento ambiental para evitar que essas espécies sejam perdidas? Alguns empreendimentos podem ser conciliados, você pode conciliar a conservação das espécies, preservar as áreas úmidas e, ao mesmo tempo, executar outro empreendimento. Você pode ter uma área que eu usaria de área verde, você pode comprar, você pode proteger um charco.

Geralmente, essas áreas são pequenas, um charco é uma área de 40 metros quadrados, um charquinho de 10 por 10. Então, dentro de uma área de empreendimento, compreende um lote dentro de um empreendimento imobiliário. Então, tem como proteger essas espécies, mas a gente só vai poder proteger, a gente só vai conseguir proteger esse ambiente se o órgão ambiental fizer o mínimo de esforço e exigir no mínimo isso.

Porque do empreendedor, a gente não vai esperar isso. Não, com certeza. Na área de patroa, tem as mesmas discussões também.

Eles esperam que o empreendedor venha avisar que tem material arqueológico no curso. Não vai, o empreendedor não vai fazer isso. O empreendedor vai passar a patroa por cima.

É preciso políticas públicas direcionadas de proteção, reservação, consistentes em cima de informação, porque a informação não falta. As pesquisas estão aí, tem um

volume grande de informação mostrando os caminhos para serem feitos. É como você fala, professor, tem o que querer fazer.

Tem que ter pessoas querendo fazer. Como a gente fala, quase um 7 a 1 diário, que a gente toma uma goleada, porque a gente dá um passo, faz um gol e toma 7. Ao mesmo tempo que a gente está lutando para que os caras considerem que pelotas, ou se termos de referência, a proteção das áreas úmidas, tem lei querendo fazer o auto licenciamento. É você botar a raposa cuidar do galinheiro.

O empreendedor vai fazer o licenciamento ambiental dele. Qual é a chance de isso dar certo? O que se considera como sustentabilidade? Sustentabilidade é uma utopia, na verdade, do jeito que o mundo cresce, do jeito que está o planeta. Eu não vejo muita, por mais... É uma coisa pessimista, mas pega os dados do IPCC que saíram agora, em 30 anos, a metade da nossa cidade pode estar embaixo d'água.

Em 70 anos, a gente, pelotas, pode não existir mais. Então... É complicado. Olha, pensando em investir, mas acho que vou comprar em morro redondo, lá na cascata, porque acho que é mais garantido de que meu filho ainda erra de casa.

Lá em cima, né? Pelo menos quando o troço estourar aqui embaixo. Eu moro aqui no São Gonçalo, meu amigo. Já era a minha casa.

Eu moro aqui também, na Uruguaia, pertinho de São José. Então, assim, subiu meio metro. Estou embaixo d'água.

Estamos juntos na água. Todo mundo embaixo d'água. Não tem jeito.

Morro redondo é o caminho. É o caminho. Olha, professor, da minha parte aqui, eu estou muito satisfeita.

Eu te agradeço muito. A proposta desse projeto, ela prevê uns produtos que eu quero, dentro do meu objetivo, é um documentário. Eu quero fazer um documentário sobre o Pontal, falando sobre as importâncias.

Toda essa relação salteia que a gente conversou aqui, é um produto que, no segundo momento, acredito que vou começar a trabalhar com ele ano que vem, e alguns dos meus entrevistados, eu pretendo voltar a um segundo momento, a fazer uma entrevista mais pontual, de uma ou duas questões que a gente possa usar nesse material. E aí eu vou com o Rapaz, que é da universidade, com câmera profissional, com uma pessoa técnica, não sou eu aqui no vídeo do WebConf, entendeu? Eu gostaria de deixar mais uma ferramenta para discussões sobre o Pontal. E eu queria fazer isso em forma de um breve documentário, não é uma coisa extensa.

Talvez em algum segundo momento eu faça um segundo convite para a gente fazer mais uma conversa. Então, essa conversa que a gente fez hoje, ela é uma conversa para realmente fazer o volume de informação para a gente poder trabalhar essas questões do Pontal. Mas eu ainda pretendo fazer um produto áudio-vídeo, mas aí eu preciso de apoio técnico.

E um momento que a gente possa conversar, que eu espero que aconteça de forma presencial. Eu não sei quando você já conseguiu se vacinar, professor? Tomei a primeira. Primeira.

Agora acho que está em setembro. Eu sou novinha e visita na primeira. Já quarentenei, estou só aguentando, só esperando chegar o meu vizinho para estar imune.

Eu já sou mais velha, eu tomei duas. Mentira, é que eu tenho asma, consegui me vacinar antes. Aquelas comorbidades.

E aí no segundo momento, todo mundo vacinado, eu pretendo aí fazer presencial. Aí a gente, de repente, vai ter oportunidade de se conhecer pessoalmente, porque a gente só conversou por aqui. Não, tranquilo.

Se precisar, entra em contato. Prazer também. Espero que a gente tenha oportunidade de se falar novamente.

Eu acho que essa semana, para a outra semana, o pessoal do FEDA estava falando de fazer até uma ação lá no centro. Uma ação lá no centro e parece que o portal da Barra vai ser incluído. Estou fazendo um material.

Um segundinho só. Só para fazer uma entrevista que minha frente fica disputada, deixa eu fazer fila. Normal.

Eu estou numa live, estou numa reunião, não para meus filhos, não para de ficar gritando na volta, o cachorro começa a puxar a calça para brincar. Os meus estão lá no quarto, no Playstation, para poder conversar. Não atrapalha a entrevista da mãe.

Normal. Muito obrigada, tá? Obrigada pelo tempo, pela disponibilidade. Eu te agradeço o convite.

É um prazer falar do Pontal da Barra, que é uma área que eu gosto muito, mas é um desprazer ter que estar falando nisso para tentar ainda lutar para conservar. O Cris está muito falando sobre o que a gente lutou, toda a trabalheira que a gente teve para chegar e criar uma unidade de conservação e aquilo está preservado. Infelizmente, a

gente segue conversando e debatendo como a gente pode preservar aquela área, como a gente pode salvar aquela área.

Mas vamos aí na luta, na discussão. Eu acredito que se não fossem os esforços de vocês até hoje, já não teria quase nada ali, não é verdade? Porque da coisa do jeito que foi, aquilo já estava realmente tudo destruído. Eu sei que é lamentável o que já foi destruído, é lamentável que ainda as coisas não estejam com o resultado que deveriam estar.

A gente já queria tacar o CEPROM como um fato, entendeu? As pesquisas sendo desenvolvidas ali a vapor, de alguma forma, dando um retorno ou envolvendo a comunidade nisso. Quer dizer, é uma luta que não terminou, a gente sabe disso. Mas também para você, para todas as pessoas que já estão trabalhando há muito tempo no Leopoldal, o saber que se não fosse isso, aquilo ali já não teria mais nada.

A gente não teria isso tudo, não teria nada conservado, porque já teríamos patrulhado tudo, já teríamos destruído tudo. É o mesmo processo que eu tenho acompanhado, a briga foi feia e continua. Está valendo, a gente segue mantendo lá.

Conseguimos ainda com muito esforço, com muita briga, porque ainda persiste o local. Mas é aquilo, chega um vilão novo querendo detonar tudo naquela região ali. Mas também vão se agregando profissionais, pessoas, eu já me incluo, e outras pessoas que têm consciência que vê a importância que consegue compreender o mínimo de senso para compreender a importância e se juntando também à frente de... Somar forças, lutar contra... Para as próximas gerações, porque também fica o exemplo de engajamento social, ambiental, científico, histórico.

Então, isso aí também fica para os alunos, fica de exemplo. A próxima geração de professores, pesquisadores que vão continuar, não só apontar, mas como você falou, de outras áreas úmidas, as pessoas também patrimoniais da região, é icônico. É uma briga que a gente espera que, talvez, com outros contextos políticos, governamentais, eles consigam mais resultados do que a gente nessa década de 80, 90.

E torcer para que a gente tenha um final feliz com o Pontal. Eu acho que está se encaminhando, apesar de algumas perdas no caminho, algumas atividades deletérias na região, a gente está se encaminhando para... Pelo menos está na mídia, o pessoal sabe. Eu vou levar o Pontal.

Agora, eu estava falando que vai ter esse ato lá no centro, e o pessoal vai fazer um material sobre o Pontal da Barra. Eu vou levar algum material, eles vão fazer cartazes

sobre o arborecídio que está acontecendo na cidade, que estão cortando as árvores. E aí o Soler me pediu que eu fizesse uma coisa sobre o Pontal também.

Eu vou fazer algum material impresso, para poder também, para levantar a bola. Vamos continuar discutindo sobre a questão do Pontal. O meu papel é convidar... A gente não deixa cair no esquecimento essa luta aí, porque é assim que funciona, sabe? Eles têm uma atividade no Pontal, não sei o que, mas daqui a pouco morre, o pessoal esquece, e aí esses caras vão lá e entram com uma licença novamente e tentam liberar algum empreendimento lá no Pontal.

Acho que uma parte importante do meu trabalho é isso, é não deixar a discussão sobre a questão do Pontal cair. As pessoas têm que me convidar ao debate, acho que é uma parte importante para os caras ideologia pública. E aí eu vou aproveitar esse espaço, acho que vai ser bem interessante.

Aí depois acompanha, não sei se você está saindo ou não, mas acompanha depois a que a gente vai compartilhar o material. Não, perfeito, eu estou no grupo do FDA também, estou acompanhando sim. Boa sorte aí no teu trabalho, muita pesquisa.

Muito obrigada. E qualquer coisa que precisar, estamos aí. Obrigada, professora.

Então, até a próxima. Obrigada pelo tempo, obrigada pela conversa, e eu fico torcendo que a gente possa em outros momentos desenvolver outros trabalhos também, e continuar a questão do Pontal ali, de repente, passar para as próximas etapas, torcer por isso. Perfeito.

E usar esse teu trabalho também como mais uma ferramenta para tentar proteger aquela área ali, transformá-la de uma vez em uma comunidade de conservação. Valeu, Sabrina. Valeu, um abraço.

Um abraço, valeu. Tchau, tchau.

Entrevista: Fabiano De Marco

Entrevista, fizestes tá fazendo no nosso meio, tirando de casa, né?

Sabrina: Então, numa ao, às vezes, quando o cachorro late, barulho de buzina, etc. É normal, né?

Melhor um pouco um pulo finzinho aí do tempo, na hora de perguntas, se quiser respostas mais objetivas, no máximo longos para eu também ser o mais produtivo aí dentro da tua tentativa.

É só ficar à vontade, porque, de qualquer forma, as entrevistas que a gente está fazendo no nosso meio cotidiano de casa, são normal. Às vezes acontece de cachorros baterem barulho de mim, de mim ter o pé. É normal, né? Você pode me dar um briefingzinho aí do tempo, na hora de perguntas, se quiser respostas mais objetivas, mais longas, para eu também ser mais produtivo dentro da sua expectativa.

Bom, eu queria, na verdade, te pedir uma confirmação para ti. Eu tenho aqui você, em teu nome, você é sócio e fundador da Ideias Urbanismo, né? Demarco é um empreendedor muito importante do campo do imobiliário da região. Mas eu gostaria que você me apresentasse um pouquinho, até para os dias que estão se abrindo.

Tá. A gente já está gravando? Já, né? Sim, já. Tá.

Bom, então, o meu nome é Fabiano Demarco, sou natural de Pelotas, estudei Direito na Faculdade de Calórica e Economia na Universidade Federal. Depois disso, eu abri o meu escritório de advogacia, que é o meu almoçado-chave em cima do Brasil. Aliás, no Banco do Brasil da Tcheca, que é difícil de dizer isso, comecei advogando.

Na época, eu fazia cobrança de tcheca sem fundos. Eu não existo mais. O meu escritório foi enriquecendo, orgânico também, até que a gente tinha um escritório de 25 pessoas de advogacia.

Eu comecei a prestar serviço para indústrias, principalmente da carne. Eu trabalhei em consultoria, em planejamento sucessório na área do agronegócio em parceria com uma empresa local chamada Safras e Cifras. Depois, comecei a prestar serviço de consultoria jurídica para uma construtora chamada VT Zintar.

Foi o meu primeiro contato com a área imobiliária. Um dia, um investidor, que hoje é meu sócio, o Ricardo, queria comprar um terreiro e pilotas. Estou falando do ano de 2008.

Acho que até 2008. Se não é de 2007, é de 2009. Ele tinha sido ofertado duas áreas de mais de um proprietário.

Ele tinha interesse em adquirir aquelas áreas. Ele pediu para eu analisar por um diretor e fazer os contratos de compra e venda. Esse foi o meu primeiro contato com o meu sócio, o Ricardo.

Ali foi comprada a área que hoje está instalada no Largo de São Gonçalo. Parte foi adquirida da sucessão de José Lopes Cardoso, que é da família da empresa de ônibus Santa Maria. O gênero deles chama Velósio.

Estava em espole a área. Os fundos do Umarama era a área que inicialmente estava planejada para ser uma nova fase do Umarama, que nunca saiu e que estava na propriedade da família. E uma segunda área que era de propriedade de dois advogados, um chamado Garot e o outro chamado Ariefe, que tinham adquirido uma ideia de que sobre essa área tinha um loteamento lançado com as iniciadas e não entregues.

Inclusive o empreendimento tinha bastante com necessidade jurídica, inclusive de consumidores lesados, que não pagavam e não tinham recebido os seus imóveis. E uma das condições para adquirir essa área, em parceria com esses dois advogados, foi que eles cancelassem mediante equipamento de acordos todas as ações que tinham em conta esse loteamento e eles se indenizassem quando fosse livre com a matrícula, e assim nós faríamos o pagamento integral da área. Então nós pagamos um sinal, eles ficaram um bom tempo, meses ou anos, resolvendo essas questões, até que eles nos apresentaram uma área livre de pedido de embaçada.

Então o meu cliente na época, o Ricardo, comprou a área através de 40 imóveis que foi um salvador dessas duas aquisições. Além dessa área, também foi ofertada mais duas áreas, uma delas é aqui onde hoje está instalado o Parque Único, e a outra é a área que hoje está entre o Parque Único e o Largo de São Gonçalo, que pertence à Companhia Charajú, e até hoje pertence a ela. Na época que ele contratou para ser sócio, que viveu nesses terrenos, eu expliquei para ele que eu não tinha condições de fazer essa aquisição, embora gostasse muito da possibilidade.

Fiquei jogando assim sem se desejar e com vontade de participar de algo que eu não tinha condições. Passado o tempo, o meu cliente procurou o Carlos Lange, filho dos postos do Google, para dizer que o sobrinho dele, o Otávio Lange, que nos apresentou a área, que era a área do Sr. Paulo Leiva Leite, que era a Chácara Maricá, Maricá, alguma coisa assim. Eu estou sendo seletivo porque eu sei que nos trabalhos acadêmicos isso é importante.

Se eu estivesse tendo impressões de atendente nessa obragem, como a gente está falando, como arqueólogo, eu acho que a história da coisa tem mais importância do que um olhar empresarial. É importante. Eu tenho vontade para dar esse feedback.

Então, na época nós fizemos um negócio com o Sr. Paulo, um contrato de primeira multa, entre nós éramos os empreendedores e ele era o proprietário do terreiro. Em troca do terreiro, ele recebia um euro de lotes em pagamento da área. E

a Dona Iônia Sessão, que eu odeio, da Cenas Maria, não sei o que, a família dela, o Sr. construíra a área genealógica que a gente tinha que ir em uma Cenas Maria, não sei de quem, que era a zona de Porto Alegre, aquilo grande.

E a primeira casa, aí é que já entra uma questão bacana, a primeira casa da região, eu tenho notícia antes da Fundação de Relótos, foi a sede da Estância do Marajá e aqui não pode ser informação correta, mas nas conversas eu fico impressionado com a anterioridade daquela casa ao próprio Distrito de Relótos. Lembro do professor muito querido que faleceu, o Maragães, que falava muito da casa número um de Relótos, eu acho que estava se referindo à casa número um do centro, eu acho que a casa da Dona Iônia ainda é mais antiga. A Dona Iônia nos ofereceu um terreno, na época nós alojávamos muito hoje este terreno, que hoje é o Alfaville, com cinquenta igrejas, e aí na época a Dona Iônia, ela é muito próxima da família do Ricardo, até não sei se existe um grau de quarentena, mas se se refere a ela, eu não sei por afinidade ou por quarentena.

E aí nós observamos que a gente tem interesse, mas não agora, a gente vai sempre alcançando aqui no Largo de São Paulo, aí uma outra empresa esperou ter esse projeto, então a gente faz o negócio agora ou vai acabar que não vai fazer nunca, ou vai fazer com um terceiro. O que a gente fez foi então que o Ricardo perguntou para participar desse negócio, e aí eu tinha passado um tempo e disse ah, eu me interesso, e eu comprei a Dona Ivone junto com o Ricardo, ele 80% e eu 20%, foi aí que o Fabio entrevistou a gente dentro do mercado imobiliário, até então eu era prestador de serviço jurídico na Universidade Católica, comecei do zero, sem ninguém da família, nenhuma nossa área jurídica nem imobiliária. Em 2007, um empreendedor chamado Augusto Oteiro, esteve em Pelotas, e ele fazia empreendimentos com condomínios fechados no interior de São Paulo, e ele manifestou interesse por meio de uma carta protocolada, uma vez eu li essa carta, dirigida ao prefeito de Pelotas, na ocasião, eu lembro quem é o prefeito na época, antes do FETR, ou foi pro FETR ou antes do FETR, anunciando o interesse em fazer condomínios fechados em Pelotas, e apontando para a necessidade de além.

Foi este contexto de a cidade já provocada e sensibilizada a fazer a tal lei, que nós encontramos a Prefeitura de Pelotas, e o esforço que nós fizemos na época político, vamos dizer assim, foi que tá, então, vai ter ou não vai ter lei, como é que vai ter, vamos nos inteirar, e na época, com um ano nesse tempo político, se dá interesse,

o processo fazia uma votação, que foi feita em dezembro de 2009, criando a lei 5.000 e não sei quanto, 2008, acho que era, 5.000, não sei quanto, 2.000, tô ficando velho, tô passando o tempo e tá ficando mais difícil de contar histórias. E aprovou, então, a lei de condomínios fechados, é fácil consultar aí no site da Prefeitura pra saber a data da aprovação, porque a informação não é tão relevante. E isso criou a possibilidade de se fazer condomínios fechados em Pelotas, em qualquer área, desde que atendida aquela lei.

Então, assim, às vezes, ficam perguntando ah, foi a lei feita pelos condomínios da Realiza? Não, foi a lei que foi pautada por um empresário que a gente, acho que nunca mais vi essa pessoa, o Augusto Guerra, acho que ele é até uma família de Rio Grande, era um assunto que a Prefeitura estava reencaminhando e a gente viu que se fosse aprovado, seria interessante fazer aqui as áreas. As áreas foram compradas por Ricardo antes da lei, então, assim, se não saísse a lei, a destinação dada às áreas seria a Augusto, e as compras não foram condicionadas à lei e posteriores à lei. Então se comprou as áreas porque, de fato, se achou que eram áreas que tinham potencial de valorizar, como, de fato, se mostrou verdadeiro com o passar dos anos.

Bom, fruto dessas aquisições e desse marco relatório vigente, que já se abriu sozinho aqui, foi aprovado e lançado em novembro de 2010 do Lázaro Gonçalo, novembro de 2011 o veículo dos autos da Laranjal, e novembro de 2012 do Alphaville. O Lázaro Gonçalo foi uma parceria da Idealiza com a Vaga para o Urbanismo, que é a empresa que fazia esse tipo de empreendimento no litoral do Rio Grande do Sul. A Idealiza é a proprietária do terreno e dedutora de 40% da empresa desenvolvedora.

Só para esclarecer, a proprietária do terreno recebe o percentual dos terrenos e tem uma empresa que desenvolve e ela paga a obra, entrega os terrenos para o dono da área e sobra o resultado dela. Nesta empresa, que é a segunda camada do negócio, a Idealiza tinha 40% e a Vaga tinha 60%. Depois, a ideia era lançar lá onde estava o Alphaville, mas ficou o Lávio Lange na proprietária de área, um quilômetro mais perto do seu território do Alphaville, que era a primeira rótula do Laranjal.

Nós achamos que, se o Alphaville fosse menor, os consumidores teriam mais interesse em uma próxima rotula do que em relação a uma segunda rotula. E isso que foi o que foi lançado lá no Alphaville, embora o Alphaville tenha sido comprado antes. Depois que nós lançamos esses dois condomínios, considerando que em 24 meses

nós ofertamos 265 quartos de empreendedores e 454 quartos de segundos, nós achamos que o mercado estava exaurido para nós empreendedores.

Mas foi então que o Alphaville apareceu em pelotas na imobiliária propriedades na época do Luciano e do Cardoso, o corretor que a mandou eles, e nos ligou dizendo que o Alphaville tinha interesse em áreas na cidade, que eles sabiam que a gente tinha comprado aquela área do Univô. Se nós não tivéssemos interesse em fazer negócio com eles, nós os conhecemos aqui em São Paulo, no Shopping Eldorado, na Galetria, no Galetos, e eles nos apresentaram uma proposta de permuta, onde nós seríamos os terreneiros e eles seriam os desenvolvedores. E, na época, nossa posição perante eles foi de que nós aceitaríamos o negócio, e que o Alphaville tivesse de ser o próprio terreno para o Alphaville. Na época, a cidade de São Paulo estava recebendo um bairro planejado na Barra Funda, chamado Jardim das Perdizes, e nós pesquisamos no Google, em arquitetos, que já tinham feito bairros planejados, e conhecemos o Hélio Mítica, que tem escritório aqui em São Paulo.

Hoje o escritório dele está até em cima do nosso, em função do volume de trabalhos que a gente tem em comum. E foi então que nós contratamos ele para fazer o Master Plan do Parque 1. É importante dizer que as áreas do Largos, do Veredas e do Alphaville, pelo plano diretor vigente, seja antes ou depois da nossa aquisição e até hoje, é permitido construir 7 metros de altura. Isso faz com que a vocação das áreas sejam sobradas.

Nada além disso. Já a área do Parque Unam, mesmo antes da aquisição dela, e isso foi um dos motivos de ela ter sido adquirida, uma área menor, com 18 hectares, ela tinha 700 metros de frente para o prolongamento da Avenida São Francisco de Paula, que é uma arterial. Então, uma arterial, do ponto de vista de planejamento urbano, ela permite um adensamento maior, ela tem uma capacidade de vazão de veículos maior, e aí se recomenda, tecnicamente, que a verticalização se dê onde tem infraestrutura.

E infraestrutura viária para verticalizar a maior dimensão de rua, pelo plano diretor de Pelotas, são as arteriais. É por isso que na Dom Joaquim pode subir prédio, na Bento pode subir prédio, na Ferreira Viana pode subir prédio, porque todas são arteriais. Se você abrir o mapa de sistema viário de Pelotas, vai ver que a hierarquia são ruas locais, ruas coletoras e ruas arteriais.

As coletoras com a intenção de conectar as locais nas arteriais, e as arteriais com a intenção de dar a maior vazão naqueles pêndulos de vai e volta do trabalho, que são onde está um concentrado maior trânsito, e é onde que se pretende que se verticalize. Essa era a única área no Land Bank, a palavra utilizada no jargão de mercado para se referir aos terrenos das construtoras, que nós tínhamos, que permitia fazer uma verticalização. Nós, na época, fizemos um evento chamado Pelotas Como Eu Quero, cujo objetivo era um workshop com participação popular.

Nós o fizemos na Praça Coronel Pedro Osório, com autorização do município, da prefeitura. Na época, o prefeito era o Eduardo Leite, foi conversado com ele pessoalmente sobre as nossas intenções. Nós contratamos três palestrantes, uma era a Natália Garcia, que tinha um blog chamado Cidade para as Pessoas.

A outra, eu esqueci o nome, mas ela tinha um case aqui no Largo da Batata, que é onde surgiu a política de ser plaques, ou onerosa, aqui no município de São Paulo, com a justificativa de melhorar ali próximo da Faria Lima as áreas comuns, verdes, públicas, etc. Mas acho que, para a pesquisa, não é uma questão relevante. O fato é que tinham três palestrantes.

Antes de eles fazerem as palestras, como anfitrião, fui ler o blog da Natália, percebi que ela era uma ativista do novo urbanismo e quase uma repetidora das ideias do Ianguel, no Brasil, vamos dizer assim. Foi ali que conheci o livro Cities for People, que é o Cidade para as Pessoas do Ianguel. É um livro que foi traduzido por um empresário do grupo Cidade Pedra Branca e que hoje talvez seja a grande referência nas faculdades de arquitetura e nos escritórios de arquitetura, na comunidade de arquitetos, quando se fala em cidade para as pessoas e de novo urbanismo.

Ali, para nós, ficou claro que ali estava uma fonte de conceito muito forte para desenvolver um empreendimento aberto, como é o Parque UNA. E ali a gente buscou muita inspiração. Então, eu diria que, fruto desse evento, o que surgiu de importante foi conhecer nas falas dos palestrantes o livro Cidade para as Pessoas, que mudou completamente o desenho urbano do Parque UNA.

Antes, o UNA tinha entrada por uma avenida. A gente percebeu que tinha que se transformar em uma rua de trânsito acalmada e, ao invés de ter duas faces de enrolamento, passou a ter uma rua de 5,75 metros com mão dupla para os carros andarem de forma lenta. Ao invés de ter asfalto, passou a ter blocos de 20 por 20 de concreto.

(...) Ao invés de ter pintura pontilhada de trânsito, passou a ter faixas perpendiculares no sentido da travessia dos pedestres. E ali se concentrou o maior investimento imobiliário urbano e paisagismo com o objetivo de criar um espaço para as pessoas.

É importante dizer aqui... Pode falar, Rafa. A gente podia abrir uma linha de diálogos também, umas perguntas. Fazer algumas intervenções.

Rafael: Eu fiquei muito curioso com todo o detalhe de informações que você está trazendo para a gente, que é muito rico de detalhes. Você é de Pelotas, né? Você é nascido aqui, você falou. Então, você vai lembrar tanto quanto eu desse movimento que, sei lá, quando a gente era pequeno, a gente ia para a praia e não tinha esse tanto de condomínios, construções, toda sorte de construções, não só os condomínios.

A própria via para o Laranjal foi sendo concretizada, asfaltada. Ela virou uma via dupla, uma via única, quando a gente era pequeno. Então, a gente vê um esforço do município de Pelotas em vários momentos.

A gente tem uns hiatos, uns gaps. Tem a ver com investimento, muito provavelmente. A gente vê um esforço de alguns momentos do município de Pelotas, através das suas gestões, em ampliar o sistema urbano em direção à praia do Laranjal e, especialmente, toda essa margem direita, margem esquerda do Canal São Gonçalo e margem direita da avenida de quem vai para o Laranjal.

Então, a gente vê um avanço imobiliário urbano em direção às praias. Então, eu te vejo detalhando, inclusive, do ponto de vista empresarial, a construção do Parque Urna, o Árbitro São Gonçalo. A gente vê lá aquele outro que falou da praia, o grandão.

O Alphaville. O Alphaville. Eu tenho que lembrar dos nomes das coisas.

O Amariles. Então, uma série de investimentos que vem acontecendo em direção à praia e que me parece que é um desejo antigo da cidade, avançar em direção à praia. Então, eu te vejo falando em detalhe esses avanços imobiliários, mas, por outro lado, também te vejo falando da inspiração para a construção do Parque Urna.

E hoje a conversa não é sobre o Parque Una, mas é muito mais sobre esse contexto de gestão, de gestão urbana, e que as construtoras estão envolvidas com isso, de alguma forma. Então, eu te vejo falando do avanço imobiliário, mas, por outro lado, eu te vejo falando de um novo urbanismo, de uma cidade para as pessoas. A

minha pergunta é, do ponto de vista conceitual, como fica o aspecto ambiental em uma cidade para as pessoas? Será que não existe uma questão de uma assimetria conceitual e que se materializa com o processo de construção urbana? Como que vocês... O que é uma assimetria conceitual que se materializa com construção urbana? Eu não entendi a pergunta.

Na medida que a gente... Aquela coisa que a gente aprendeu no colégio. Quando a gente aprendeu no colégio, qual é a posição do ser humano no sistema ecológico? O ser humano está sempre no topo de uma cadeia, sempre no topo de uma pirâmide. O livro de ciências do colégio trazia isso.

Foi isso que a gente aprendeu na escola, e a gente tem reproduzido isso há muito tempo. Hoje em dia, do ponto de vista histórico, da ecologia, das ciências humanas contemporâneas, uma das preocupações que se tem, até em função do avanço do capitalismo global, é a de desconstruir essa assimetria, porque a gente criou uma perspectiva assimétrica, de que os seres humanos estão no topo de uma cadeia, no topo de uma pirâmide, e tem todo o resto através dessa cadeia. Então, é mais ou menos isso por aí.

Então, gerar essa perspectiva como a cidade para as pessoas e que se apresenta como um novo urbanismo e parece que essa cidade... Eu já estou apontando. Parece que essa perspectiva de cidade para as pessoas não desconstrói essa assimetria que a gente já criou lá e que a gente reproduziu desde os nossos avós e etc. Como vocês, do ponto de vista empresarial, enxergam o meio ambiente nessa perspectiva? Eu quero ser chato, mas ainda não entendi a tua pergunta, porque eu não aprendi essa pirâmide.

Eu não sei qual é a teoria que você está comentando. Então, do ponto de vista empresarial de uma construtora, como é que vocês enxergam o trato, a matriz, o meio ambiente, o que isso representa no empreendimento? Vai, talvez isso... Vou dar a resposta mais completa que eu puder, mesmo não tendo clareza de o que está à espera em termos de abordagem. Vamos lá.

A gente tem... Nós somos produtores do espaço público, mas nós não criamos... Nós não somos responsáveis pelo planejamento urbano e o planejamento ambiental. E esse dá uma forma que é complexa e nem sempre ela é, digamos assim, consensual, combinada na comunidade, mas ela se dá com a legitimidade da Câmara de vereadores e pelos conselhos e pelo corpo técnico municipal. Então, assim, você

citou, assim, como era o Laranjal... A minha mãe alugava a casa no Laranjal para as férias, que é uma coisa que hoje não existe mais.

E eu ia para o Laranjal tomar banho de piscina, porque eu morava no apartamento, uma das que eu tenho de infância. Quando eu me tornei, digamos assim, um empresário e advogado, portanto, que consulta as leis antes de iniciar a iniciativa, e sem entender nada de leis, e nem de plano diretor, eu estava, digamos assim, aqui, me iniciando no mercado financeiro. Primeiro, eu acho que eu nunca tive uma aula de direito imobiliário na faculdade.

Para ter uma ideia, eu tive uma aula de inventário num sábado de tarde na faculdade, que dirá direito imobiliário, que eu acho que não tem nenhuma e nunca teve lá dentro. Então, assim, eu era esse advogado que não entendia nufas de plano diretor. Mas aí você vai na prefeitura, tem um fórum, tem uns mapas lá, e nesses mapas está definida a política urbana.

Por quê? Está dito assim, aqui você não constrói, aqui você constrói, aqui você faz dois andares, aqui é altura livre. De frente para as arteriais, você verticaliza, de frente para as coletoras, vai até 20 metros, em vários lugares, não sei o quê. E tem a legislação federal, o Código Florestal, que na época, ainda é, mas na época era mais difícil ainda de entender.

E eu acho que até hoje essa coisa de área úmida, banhado, não sei o quê, na época, para definir banhado, acho que nem a FEPAM chegava com consenso no corpo técnico, digamos assim, o que é, o que não é, o que é nascente, o que é nascente e permitente, o que é área úmida, o que é banhado, o que é efêmero, o que é perene, para a, digamos assim, comunidade científica, eu não sei se já está consensuado, para os licenciadores, que não eram tão recentes assim, não eram tão antigos e consolidados assim, era uma coisa difícil, de virar para um corpo técnico da prefeitura e para o peão de um vereador que cria um plano de diretor em relógio. Então, assim, este, trazendo para o nosso contexto, é o mundo que o recém-formado em direito encontrava em termos de planejamento urbano e legislação ambiental de notas. Recentemente criada este ato, eu não sei em que ano foi criado, mas assim, recém estava começando aquele movimento de delegação de competência de amplos discípulos, servidores, órgãos, contratados e tal, mas eu estou falando isso para contextualizar historicamente que grau de formação tinham esses agentes.

Entrevista Daniel Moreira.

Data: 22 de agosto de 2021.

Sabrina: Então, hoje é dia 22 de agosto de 2021, eu vou te pedir, Daniel, para você se apresentar, por favor.

Daniel: Sou Daniel Moreira, sou pelotense, publicitário, e a minha família tem uma área de cerca de 200 e poucos hectares às margens do São Gonçalo e do Arroio Pelotas, que é uma área de muito interesse ambiental. Uma área de interesse ambiental, perfeito.

Sabrina: Daniel, você concorda, então, para ser entrevistado, participar desse projeto denominado Arqueologia do Conflito no Pontal da Barra e no Rio Grande do Sul Brasil? Autoriza, então, o uso das informações por escrito, áudios, vídeos, imagens produzidos para o referido estudo e também para a divulgação?

Daniel: Sim.

Sabrina: Perfeito, obrigada, Daniel. Então, a gente estava conversando um pouquinho antes da entrevista, até para poder saber que você tinha me mandado uma mensagem comentando que você não tem acompanhado muito os conflitos do pontal, mas que, de toda forma, essa questão ambiental te interessa, porque você tem uma área que tem esse interesse ambiental, tem uma área grande, próximo ao pontal da barra.

Você gostaria de falar um pouquinho sobre essa área que você possui, que você é proprietário?

Daniel: Então, é uma área que foi comprada pelo meu pai, que faleceu há três anos atrás. Então, a gente está com ela, hoje ela está arrendada para um criador de gado, que é uma das atividades que são possíveis de serem feitas ali, já que é uma área de interesse, mas é uma área que alagadiça, assim como eu imagino que toda a área da cidade abaixo da Barroso e abaixo da Ferreira Viana, que são áreas que fazem parte do leito do São Gonçalo, é nessa situação que se encontra essa área. Então, realmente, o uso dela em termos de empreendimentos imobiliários é um uso que requer uma interferência bastante grande, eu acho, no meio ambiente, mas isso tem sido feito na cidade desde que ela existe.

Aliás, a cidade começou pelo Porto, pela região do Porto, que é uma área assim, com essas características. Quando eu falo do interesse, do sonho que nós temos para essa área, eu penso no seguinte, como tu mesmo disse antes da entrevista, a cidade

precisa crescer. Eu acho que o crescimento da cidade não significa especificamente só essa região, existem outras áreas na cidade que há essa possibilidade.
Porém, eu também acho que uma cidade não deve dar as costas para o seu rio, que é uma das maiores riquezas. Eu acho que privar as pessoas de terem contato com o canal São Gonçalo, eu acho que é uma coisa meio que descabida, tanto para a qualidade de vida das pessoas, quanto até para o turismo, enfim, eu acho que é uma potencialidade que deve ser explorada nos limites das questões ambientais, inclusive as questões ambientais são possíveis de serem exploradas até em termos de turismo, com todo o cuidado que precisa. Então, quando eu penso nessa área, eu não tenho o sonho de habitar ela de prédios e de coisas assim, mas eu tenho o sonho de alguma forma conseguir dar um acesso gratuito, livre, para as pessoas que moram aqui.
E claro que isso exige alguma estrutura, alguma estrutura com o mínimo de impacto possível, que respeite as necessidades hídricas e de fauna e de flora do local, que não interfira, que não seja uma estrutura agressora a isso, mas que possa conviver. Isso faz parte da tua preocupação no caso, você acredita que é uma área que a gente possa, de alguma forma, usufruir, transformar num espaço de turismo, mas que de uma forma que não haja um impacto que vai mudar o contexto ambiental, de uma forma pensada, inteligente, do ponto de vista de um olhar ambiental sobre o espaço, entendendo o contexto todo. Você acha que há possíveis discursos empreendedores e científicos de cunho ambiental, eles podem realmente haver um diálogo entre essas duas abordagens, é isso? Eu acho importantíssimo, imprescindível que haja esse diálogo, porque eu acho que ninguém constrói nada isolado, eu acho que isolado a gente só cria atrito e conflito.
Eu imagino, por exemplo, que inclusive deve ser trânsito, se não de carros, mas pelo menos de pedestres, de bicicletas, de um transporte coletivo ou de alguma coisa assim que as pessoas possam cruzar. Eu acho, como tu falou, tem que ser uma solução inteligente, criativa e inovadora e eu acho que isso é possível quando as pessoas se juntam para conversar, para compreender a posição do outro. Então, os ambientalistas estudam, conhecem as questões, assim como o empreendedor, ele também sabe como desenvolver uma atividade que seja sustentável financeiramente. Então, eu acho que quando esses dois, vamos chamar de players do mercado, esses dois se juntam e trabalham junto, eu acho que podem sair soluções boas, desde que um lado consiga compreender e assimilar as necessidades do outro. Eu gostaria

muito, o que eu imagino para a área no futuro é, por exemplo, é uma área que é alagadiça, isso comporta construções, por exemplo, em nível de palafita, porque eu imagino, estou falando sem conhecimento técnico ambiental. Estela, que é tua esposa, eu te fiz a entrevista com ela anterior e ela me mencionou, não no Brasil, não no exterior, que tem aquelas áreas com estrutura de madeira para você acessar as áreas úmidas.

Eu até esqueci de mencionar que existe em Rio Grande também, existe acesso a algumas áreas que eram do museu, que eles fizeram estruturas de madeira para a área de banhado para as pessoas poderem apreciar a paisagem, olhar os animais que vivem dentro daquela área alagadiça e acessar o museu que é sobre aquela região. Até agora não me recordo o nome do museu, mas a gente tem exemplos próximos aqui da nossa região. Eu sei que em Rio Grande tem.

Estou curiosa de saber, essa área que você possui, que você é proprietário, que é uma herança de família, qual o tamanho dela? Ela se conecta com outras áreas que não são de interesse ambiental, que são urbanas. No total são 250 hectares, mas eu acho que só a área de interesse ambiental tem uns 200. Você falou que ela é depois do pontal, antes? Só para me localizar.

Ela inicia exatamente no arroio, na esquina do arroio com o canal, e ela se estende aqui até mais ou menos o fim do Las Acácias. Tá, ótimo. A gente tem sítios arqueológicos no Las Acácias, a gente tem dentro do banhado, então a gente está falando de interesse ambiental, interesse arqueológico, porque essa divisão que a gente faz e nós fazemos, a questão de propriedade, mas do ponto de vista ambiental, arqueológico, de potencial, de conhecimento, está tudo conectado.

É tudo uma grande área que tem conexão, essas áreas úmidas, com as áreas de dunas, e, pelo que você falou, é uma área bem grande. E, Daniel, isso que é interessante, você, no caso, não pertence à área da ciência, você não é da universidade falando sobre a importância daquela região, mas você é um proprietário que tem consciência daquela importância e tem vontade de fazer alguma coisa adequada com a importância do contexto. Por isso que eu fiz questão tanto de conversar contigo, tentar entender o que você está pensando ali daquela área, ficou muito claro que você entende a importância daquele contexto ambiental, e, como eu comecei, a gente estava conversando antes da entrevista, você não fala que são mais

sonhos do que projetos, porque você ainda não vê isso sendo realizado nesse momento, no caso.

É, porque eu imagino que esse caminho de perseguir isso é um caminho meio longo, porque, em primeiro lugar, o tipo de interferência que pode ser feita de acordo com as características legais da área, então tem um trajeto todo de legislação, de tudo, e eu não comecei a agir nesse sentido, a conversar com as pessoas que têm esse poder de abraçar um projeto, isso não aconteceu ainda, mas eu vislumbro uma possibilidade, eu gostaria que a cidade tivesse acesso. E eu não estou falando isso por uma questão de negócio, para mim está tudo bem, essa área tem, na verdade, ela tem um custo, a gente paga imposto. Sabrina, você está aí? Dei uma congelada, ela tem mais de uma.

Não, eu estou te escutando. Então, nós pagamos imposto, a gente tem que zelar pela manutenção das cercas, a gente tem dois funcionários aqui que cuidam não só da área, mas também tem uma casa da família aqui, mas eles dão manutenção em todas as coisas. Então, para nós tem um custo disso, e que a gente gostaria, pelo menos, que a área fosse sustentável de alguma forma, e dar acesso às pessoas a ela eu vejo como uma forma de se fazer isso.

Eu penso assim, quando eu fecho o olho, eu enxergo um viaduto, uma ponte, feito da maneira ambientalmente correta, que sai lá da estrada do engenho, que cruza e que vai se conectar lá no pontal. E que embaixo disso está ali, está o banhado. Então, nesse viaduto, tem Nova York, a High Line, que era um trilho de trem elevado, e aquilo se transformou numa área de convívio, de uso das pessoas, elas vão para caminhar, elas vão para andar de bicicleta, elas vão para ir em restaurantes e bares.

Então, eu imagino uma coisa assim, que poderia ter acesso a carros ou não, porque Pelotas também precisa de um outro acesso ao Laranjal. Até uma questão um pouco estratégica, a gente está dependendo daquela única ponte que tem ali, que já é uma ponte velha, e que a qualquer momento pode nos deixar na mão. Se não me engano, moram 40 mil pessoas no Laranjal, se não me engano.

Se não me engano, 40 mil pessoas que acordam um dia e não tem acesso mais à cidade. Totalmente isolados, né? Então, vejo essa necessidade, mas não sei, não vejo como imprescindível que esse segundo acesso seja por ali. Imaginei até uma questão mais ecológica, que esse trajeto só pudesse ser feito a pé, ou de carro, ou de bicicleta, ou com o transporte móvel daqueles elétricos.

Seria um espaço mais realmente para contemplação, e não para trânsito de veículos, que é uma coisa que impacta de uma maneira pior. E que, de repente, em cima desse viaduto, dessa ponte, em alguns locais, a gente pudesse ter uns recuos com bares, com restaurantes, com coisas para entretenimento também. Acho que a grande questão é como fazer, né? Quais são as áreas que você pode construir para que tenha uma estrutura, para que as pessoas possam usar o espaço, contemplar o espaço.

Existir atividades de educação patrimonial, de educação ambiental. E quais espaços não pode, porque afetaria o contexto. Na verdade, isso envolve conhecimento, né? Com base nos poderes públicos também, o que pode e o que não pode fazer dentro das áreas, né? Mas a questão toda sempre, a chave disso é como fazer.

A questão que não poder fazer é como fazer. Porque vai ter lugares realmente que você não pode. Você não pode, por exemplo, aterrar uma área de banhado, porque isso vai afetar todo o contexto.

A gente estava conversando agora, um pouquinho antes, falando. Uma coisa é você fazer um trapiche, uma área de acesso para a contemplação, para a exploração turística. Para a educação, né? E outra é você aterrar a área e colocar uma casa em cima.

Você mexeu todo o equilíbrio do banhado, aquela área vai terminar. Então, todo o interesse que a gente tem em ambientar naquela área vai embora, né? E isso afeta outras áreas. Porque outra coisa que eu tenho conversado muito com os pesquisadores é a conexão dessas áreas, né? Porque se você mexe numa área úmida, numa área de banhado em determinado local, ela afeta toda uma área dentro de uma grande região.

Existe uma ligação, né? Então, o prejuízo não é só local, o prejuízo se estende a toda uma região, né? Prejuízo para o ambiente, a relação das pessoas com o ambiente, porque tem os pescadores que dependem desse equilíbrio, né? As pessoas que têm casa na região, se o banhado é aterrado, aquela esponja acaba, porque aquela esponja é que mantém o equilíbrio da água. A água invade e as pessoas vão ter prejuízo também financeiro, vão perder casa. Então, quer dizer, tudo isso tem que ser pensado, por isso que eu falo que é muito mais complexo do que vamos defender essa área que não pode mexer, tá, mas nós temos empreendedores que querem desenvolver e crescer essa região.

É possível a gente poder relacionar esses diálogos, né? Para que a coisa aconteça de uma forma inteligente, pensada, respeitando o contexto ambiental, mas o desenvolvimento também acontecendo da região, né? A gente sabe que existem exemplos em alguns lugares que isso funciona. Sustentabilidade, respeito ao espaço ecológico, investimento e intuísmo, né? Estudos para determinadas áreas que podem ser construídas e não que não há impacto, ou que o impacto é insignificante na questão da estrutura, né? Ou que não pode ser feito de qualquer jeito, que os prejuízos são muito maiores, não dá mais para voltar, não se recupera o que é perdido, né? Sim, por isso que eu te falo, mesmo eu conhecendo o mínimo dessas questões ambientais e questões hídricas, assim, de áreas alagadiças, berço de rio e tal, por isso que eu já pensei, não, tem que ser algo de palafita, tem que ser uma via suspensa, entende? São as coisas que me vêm na cabeça como possíveis, mas claro que no modelo, eu acho, que hoje está implantado aqui, dessa restrição legal, eu acho que uma via suspensa, eu não sei se seria o caso, eu acho que não seria permitido, teria então que ter uma adaptação nessa lei, ou uma permissão, uma licença especial, né? Então não é uma coisa... E claro, isso que eu falei é uma coisa bem megalomaníaca, né? Precisaria de um dinheiro muito grande, muito além das possibilidades de qualquer empresário local, né? É uma coisa a nível federal, assim, né? Teria que vir uma verba para uma construção. Tudo travou de novo.

Vocês estão me ouvindo? Eu não estou te ouvindo. Oi, Daniel. Oi.

Oi, Daniel, acho que eu voltei. Eu não sei, está dando uns relâmpagos aqui, eu não sei se acho que é temporal que está chegando, mas hoje está pior na internet do que costuma ser. Não, tranquilo.

Tá, consegui, voltei. Que bom. Então, assim, eu estava... A outra coisa que eu tinha que te mencionar, não se preocupe com essas quedas, por isso que eu escolhi essa plataforma da Webconf, porque mesmo caindo, eles continuam gravando.

Então eu não perco a entrevista. Já aconteceu disso, a pessoa falou meia hora, e aí cai e eu disse, pô, a pessoa vai ter que falar tudo de novo. Não vai acontecer.

Ela fica gravada. Assim, eu queria, na tua opinião, você reconhece a importância dessa área, tem uma preocupação que a gente vê que é visível e de fazer o que é correto, qual a questão do contexto para não prejudicar, mas tem também o olhar de empreendedor, de pensar no futuro para essa área. Eu queria que você falasse um pouco sobre o que você considera importante.

Novamente, eu não estou preocupada com conhecimento técnico. E por que você acha importante essa área? O que você definisse para mim? Para mim, essa área, em primeiro lugar, é importante para as pessoas que moram aqui. Perfeito.
Eu acho que as pessoas só têm contato com o canal ali no porto, no quadrado, aonde que elas têm um local de contemplação, público, que não seja um condomínio ou uma coisa assim. O Arroio até tem, tem condomínios ali, mas não é um acesso público. Então, eu acho isso.
É uma pena privar as pessoas que moram aqui. Nenhuma cidade vira as costas para o seu rio. Elas usam aquilo como uma riqueza.
E não só em termos de riqueza, porque vai valorizar uma área em termos imobiliários. Não é isso. É uma riqueza de qualidade de vida.
E quem acredita em energia também tem tudo a ver com o rio que está correndo. Eu acho que... Claro, sim. Nossa relação com a natureza é essencial.
Então, a gente fala de energia, energia de ser mesmo, de estar naquele local de pertencimento. Aqui é uma área de pescadores, mesmo que a gente não... Eu sou de Rio Grande, mesma coisa. Mesmo que eu não pratique pesca, que meu pai não pratica.
Nossa herança, nossa relação com a lagoa, de ancestralidade, de relação com as pessoas da família, entende? Tudo tem a ver com a questão da pesca. A pesca está na base da nossa formação como comunidade. A importância dela está ali.
E essa prática está ligada com o acesso à lagoa. Tem todo um simbolismo, o tamanho de um rio que corre. Eu acho que as pessoas têm que ser inspiradas por esse rio e não perder totalmente o contato com ele.
Perfeito. Bom, estendendo ali, como eu falei, essa área que a gente está falando, que é a propriedade, ela tem ligação com o pontal. Eu sei que você não, como você mencionou, você não acompanhou muito os conflitos de uma forma profunda do pontal.
Mas você sabe que aquela área tem conflito há muito tempo, não é, Daniel? E você conhece ali do pontal. Aquela área ali que tem dos pescadores, a paisagem daquela área, a relação com a área laranjal, você também associa essa mesma importância?
Com certeza. Toda essa orla aqui, tanto da lagoa, que graças a Deus a gente utiliza, quanto do canal.

O que você acha que é responsável para proteger, estudar? Quem você coloca no grande bloco? Nós somos quem responsável por isso? Para proteger essa importância que você está falando. Eu acho que a Prefeitura tem os mecanismos necessários, tem o COPLAN, eu acho que tem que se estabelecer um diálogo mesmo, uma intenção carregada pela prefeita hoje, mas que daqui a algum tempo já não vai ser mais a prefeita, ou vai ser outra prefeita. O personagem, quem for prefeita.

Mas isso tem que ser um projeto não de governo, mas de cidade mesmo, e tem que ser dado uma continuidade, isso não vai se resolver em dois, três anos, vai levar dez, quinze anos, no mínimo. Nossa cidade é toda composta de áreas úmidas. Novamente, eu sempre falo, o Pontal da Barra só levanta a discussão para várias outras áreas úmidas que a gente tem na cidade.

Essa importância, essas discussões, esses conflitos que existem, extrapola o próprio pontal, ela vai para outras áreas, e essa preocupação, esse como fazer é regional, não é somente essa área que a gente está com foco aqui na discussão. Vocês são responsáveis por isso, eu acho que eu me enquadro como uma das pessoas, porque eu posso falar, o que eu penso para essa área? Talvez tenha que sair de mim essa proposta, eu gostaria de fazer algo assim, vamos conversar, é possível isso? Eu estou pecando no que aqui? Como é que a gente viabiliza isso de uma forma que... Me orientem. Me orientem.

Vamos conversar com a prefeitura. O caminho não é punir e brigar, o caminho é orientar. Como a gente faz? Vamos conversar com a SQA, vamos chamar a universidade, vamos construir junto algo, o que é possível? E agora? Chegamos em um projeto que é possível, depois de cinco anos de conversa, porque eu sei que essas coisas não fazem cinco anos.

Não é para ontem. Onde vem a verba agora? Então, vamos atrás da verba. Depois vai mudar o prefeito, já vai ter outro entendimento, outro interesse, porque aí também tem interesse que é político.

É um trabalho do cão. Eu tenho vontade de pegar, de fazer um projeto e de largar para a cidade olhar. Olha só que legal isso, se nós tivéssemos isso aqui.

Mas faça, Daniel. Eu acho que é uma ideia excelente. No momento que você propõe uma coisa que tem vários interesses, a gente está falando assim, o pessoal do ambiental vai achar interessante, o pessoal que é empresário vai achar interessante,

os poderes vão ver assim, se ele está recebendo espaço na mídia, ou no olhar das pessoas, vamos prestar atenção no que ele está propondo.

E, de repente, ajuda a verbalizar, às vezes é questão de botar num papel e dizer, gente, vamos fazer isso. Quem concorda que isso é legal, que tem como fazer? Mas é um projeto justo, não é? Por exemplo, eu sou uma que também tem total apoio. Você está fazendo uma proposta de turismo ecológico sustentável, pensado no patrimônio, estruturado dentro de uma abordagem de preservação ambiental.

Poxa, eu, como arqueóloga, eu moro em apoio. Muita gente vai querer contribuir para a sua proposta. Então, assim, eu estou aqui te dizendo, vai em frente, coloca no papel, expõe para as pessoas, porque a importância existe, a gente sabe que ela está ali, não é? Agora, viabilidade, como você falou, é muito dinheiro, existe todo um burocrático, existe todo um vazamento científico, técnico para como fazer, não é? Eu sei que é um megaprojeto, mas a proposta é muito interessante, eu acho que você realmente devia levar isso para frente, não é? Talvez botar a mente, montar o projeto no papel, para poder levar para as pessoas que, de alguma forma, possam te apoiar, não é? Porque não vai ser uma coisa sozinha.

É um projeto que realizar... Projetar é caro, não é? Você imagina, contratar um escritório de urbanismo, arquitetos, ambientalistas, para criar uma coisa com o mínimo de razoabilidade, de impacto, não é? Uma coisa... Não posso simplesmente tirar da minha cabeça um troço que vai ser criticado por todo mundo, não é? Eu tenho que trazer um troço que tenha uma viabilidade em todos esses aspectos, tanto econômica, porque o troço tem que ser construído, tem que ser sustentável economicamente, quanto sustentável ambientalmente, não é? E humanamente, tem que ter interesse de passar ali, de frequentar, não é? Como é que junta todas essas pontas, não é? Até a antropologia, a arqueologia ali, a gente sabe que os índios, os guaranis e charruas, se não me engano... Moravam na área das dunas, ali, as dunas delas. O Cassio já tem identificado os sítios. Talvez, dentro da sua área, é que a cada trabalho de campo que a gente faz, a gente encontra mais sítios arqueológicos.

O Rafael Milheira poderia dizer com mais detalhamento se tem ou não um sítio nessa sua área, que ele teria registrado. Não significa que a gente, fazendo um trabalho de campo, não encontrasse mais. Eles ocuparam toda essa região.

Então, se sobreviver o sítio, se existem sítios na área, é uma possibilidade bem grande. E um sítio arqueológico é mais um ponto para que as pessoas façam

visitação, que conheçam o material, entendeu? Dependendo do que tem futuramente, pode até ter uma exposição, um museu no local, desse material arqueológico. E a gente sabe que a Ilha dos Marinheiros tem, ali no Rio Grande, tem várias unidades de exposição de material arqueológico de sítios que foram localizados.

E viram um ponto de museu que também existe a sustentabilidade econômica, visitação, contribui para o turismo. E, mais importante, o turismo, na verdade,

Entrevista: Diogo Cassal

Então, hoje é 6 de setembro de 2021. Agradecer ao Diogo, então, pelo tempo que você disponibilizou para participar do meu projeto. Eu queria, nesse momento, te perguntar se tu concorda em fazer essa entrevista, participar desse projeto denominado Arqueologia do Conflito, no Pontal da Barra, Rio Grande do Sul Brasil, autorizando, então, o uso das informações dessa entrevista para o projeto em si, sejam escritas, áudios, imagens, que foram produzidas para o estudo e também para a divulgação, se você autoriza.
Sim, eu autorizo. Diogo, muito obrigada. Eu gostaria que tu te apresentasse para registro, por favor.
Meu nome é Diogo Cassal, eu tenho 39 anos, sou jornalista, trabalho há 7 anos aqui no Laranjal, fazendo um jornalismo alternativo. Um pouco fora dos padrões do jornalismo convencional, mostrando tudo o que acontece dentro dessa região. Perfeito.
Como é que tu está dando uma narrativa alternativa? Dando voz à comunidade para que ela possa se manifestar. Perfeito, ótimo. E você é morador do Laranjal? Mora há quanto tempo? Eu moro aqui há mais de 20 anos.
Mais de 20 anos. Eu tive a minha infância aqui, então eu conheço o Laranjal provavelmente há 30 anos, um pouco mais.
Sabrina: Perfeito. Eu gostaria de começar, eu denomino a entrevista por questão realmente de denominação, mas é mais uma conversa, Diogo. Na verdade, eu queria conhecer um pouco mais a tua relação, porque, como você falou, você mora há muitos anos no Laranjal, faz um trabalho de jornalismo que você denomina alternativo, dando

voz à comunidade. Eu queria que tu falasse um pouquinho da tua relação com o lugar que é denominado Pontal da Barra, do Laranjal.

Diogo: Com o Pontal eu não tenho muita relação, já que eu moro distante do Pontal da Barra. Certo. Eu conheço o Pontal como um local de preservação, onde existia um banhado e onde foi há algum tempo, de uns anos para cá, havendo um crescimento imobiliário, uma expansão imobiliária do Laranjal em direção ao Pontal.

O crescimento do Valverde, vamos dizer assim, em direção ao Pontal. Então, alguns problemas do Laranjal são atribuídos à não preservação do Pontal, à questão de drenagem, de alagamentos e tudo mais. Perfeito.

E você definiria, então, o lugar Pontal da Barra como uma área de preservação, assim que você vê o Pontal? Sim, sim. Eu vejo como uma área de preservação, uma área onde não se tem utilização. E por que você consideraria que seria necessário preservar o Pontal da Barra? Olha, eu acredito que seria necessário preservar o Pontal da Barra pela questão hídrica.

Sei que existem outros fatores, como a riqueza biológica, a biodiversidade ali, mas acredito que a importância para essa humanidade que vive aqui seria, acho que a importância maior é essa, a questão da esponja, da dissolução da água. Acho que as pessoas não reconhecem tanto o valor que têm espécies raras. Essas coisas, assim, elas ouvem falar, mas elas não realmente, elas não dão devido valor a esse tipo de informação.

Mesmo elas sabendo que tem, elas não valorizam esse tipo de coisa. Estão preocupadas se tem água nas suas casas e o que mais. Eu acho que é uma coisa mais emergencial do que a questão de preservação mesmo.

Para te falar a verdade, da minha opinião, eu acho que o Pontal, ele deveria ter uma área, o Pontal é muito maior do que só aquela área ali da Barra. Ele tem, inclusive, uma parte que parece ter Rio Grande. Muito obrigado, Neto.

Isso. Então, eu acho que alguma, acho que pela questão econômica, pelo desenvolvimento, essa parte mais próxima à praia, ela não se sustente preservada por muito tempo. Eu acho que ela provavelmente, vai haver um entregão, o poder público vai ceder, sabe? Vai haver alguma alteração ali.

Apesar de todo o interesse que existe na preservação daquela área. Se é correto ou não, não cabe a mim julgar. Eu acho que... Você acha que é inevitável que no futuro haja uma modificação ali? Eu vejo isso.

Eu vejo isso. Eu acho que é questão de conseguir liberar aquilo ali. Certo.
E, assim, você falou da importância hídrica, né? Você tem conhecimento de algumas espécies que são preservadas na praia? E também a questão da importância para as pessoas que moram na praia, né? Vai afetar diretamente aquelas pessoas que moram ali, né? Então, Diogo, o que você acha que é responsável por causa disso, preservar aquilo que você está entendendo como importante? Ali no Portal da Barra. No Portal da Barra, a gente sabe que a questão do pontal extrapolou para o pontal. Na verdade, é em relação ao pontal do Laranjal, né? Porque as coisas vão afetar, o Laranjal vai afetar a região, né? Eu sempre falo que o pontal está no centro de uma instituição, mas que transborda para o Portal da Barra, né? Então, o que você acha sobre essas questões que você acompanhou como importantes no Ponto da Barra, que está relacionado ao Laranjal e o responsável para preservar, estudar, cuidar dessas pessoas que são importantes? Olha, eu acho que não é um... Para preservar, eu acredito que o poder público, né? Talvez desde uma esfera, não só na municipal.
Talvez uma esfera estadual, federal, né? Mas estudar, cabe às academias, né? Cabe à universidade. Sim, ali no histórico da preservação do Ponto da Barra, a gente tem vários esforços, a gente está forçando um pouquinho nessa entrevista. Desde a década de 80, quando são feitas as pesquisas, né? Morreram várias instituições, o FURG, o FIPEL, o CEPEL, tem vários projetos.
E o fruto dessas várias pesquisas que aconteceram no Pontal é um relatório que foi criado com a proposta da unidade de conservação no Pontal da Barra. Existe um documento com essa proposta que está em trâmite, esforços estão sendo feitos para que aconteça. E o que você acha dessa proposta de uma unidade de conservação ali no Pontal da Barra? Olha, eu não conheço a própria proposta, né? Mas vejo que existe uma importância na criação dessas unidades, né? Já que a primeira unidade seria a unidade de conservação do eco camping, né? E também não se concretizou até agora.
Não sei se são interesses físicos, se a questão é recursos, o que é, mas, independentemente do que seja, existem entraves bem complicadas que dilatam muito os prazos, né? Isso aí você deve saber bem melhor do que eu. E acho que acabam prejudicando muito a parte burocrática, acaba prejudicando muito a questão ambiental, apesar de ser necessária, né? Sim, eu tenho conversado com as pessoas e alguns profissionais estão bem por dentro do processo, a gente está falando aí de

algum bom tempo, né? Esse relatório tem pelo menos três anos, quase quatro, teve todo esse período e ainda é uma coisa que está sendo discutida, enfim, né? Então, em suma, na tua opinião, por que você acha que essa unidade de conservação ainda não saiu do papel, ainda não é uma realidade? Porque o poder público não quer. E quando há interesse de fazer, eles fazem, fazem o dado, fazem acontecer.

É, isso é verdade. Bom, aí nós falamos, estamos falando sobre pontal da barra, como eu me ensinei agora há pouco, a questão do pontal da barra, ela extrapola, transborda a questão do pontal da barra, né? Ela relaciona toda uma região e o próprio Laranjal em si, né? Então, esses conflitos que acontecem ali no pontal, eles são muito comuns na atualidade, né? Tem sido cada vez mais frequente esses embates entre empreendimentos, no caso aqui no Laranjal, a gente tem mais evidente a questão dos empreendimentos imobiliários, né? Que é o que aparece mais. No meu trabalho, eu destaco muito a questão de atores, né? Aqueles que aparecem... Oi, Diogo.

Oi. Não se preocupe que eu escolhi até essa plataforma da universidade, porque mesmo quando cai, a gente não perde o que foi gravado. A internet... É, não, isso é ótimo.

Imagina, uma entrevista longa, que a pessoa está falando já faz meia hora, aí perde todo o raciocínio de ter que disser de novo, né? Então, a plataforma, mesmo com ter essas quedas, a gente não perde, fica gravado. Desculpa, eu corri as crianças. Então, assim, só para a gente finalizar a última parte aqui.

Eu queria perguntar para ti se tu identifica aqui na... Na região de Pelotas, na região aqui do nosso litoral, outros contextos de conflitos que são análogos, que são parecidos com o que a gente vê ali no Pontual da Barra. Se você vê aqui no contexto da cidade, você que é jornalista, que está sempre acompanhando essas questões e outras na cidade, se você vê outros casos como o Pontual da Barra? Eu lembro, não. Eu lembro, sim, de uma área de preservação tão grande, que tenha conflitos, assim... Mas casos menores, você acompanha em algum caso? Existe muita... Em Pelotas tem muita especulação imobiliária, né? Então, existem algumas áreas privilegiadas, abandonadas na cidade.

Então, talvez aquela área ali na frente do Big. Perfeito! Eu já ouvi falar muito que as pessoas estão preocupadas com algumas áreas ali que estão para construir, enfim. E eu tenho também uma especulação na Mata do Totó, não sei se você sabe alguma coisa.

É, a Mata do Totó é bem diferente, né? É uma situação diferente. É uma situação diferente e é uma vegetação diferente também. E os problemas são outros também. Lá não tem encharcamento do solo. Os problemas que tem lá é invasão, é clareira, é abandono de... Tem muito... Eles usam aquela área ali para desossos, desafogo, né? É um carro roubado, a pinta de estrada já apareceu ali no meio daquele mato. É uma zona bem perigosa.

Mas é diferente da zona do Pontal que ela não é habitada, né? As pessoas não vão se enfiar lá no meio do banhado já por ser encharcada. É, aí precisa aterrar, né? O que a gente sabe lá do histórico, antigamente que tentaram de aterrar para fazer um hotel, né? E aí avançaram dentro da área. Precisa aterrar, ou pelo menos parte do que for construir, se for tentar construir na área, precisa mexer para poder... Os pescadores andam ali pelo Pontal, né? Tem aquele acesso lá pelo fundo, pelo canal. Tem um pouco de acesso, mas é diferente. Eu acho que é diferente, na minha opinião. É diferente.

Tá certo. Olha, era mais ou menos isso. Nossa, foi bem enxuto, mas atendeu os meus objetivos.

Eu te agradeço muito, Diogo, pelo tempo disponibilizado. Esse é o primeiro momento do meu projeto, do meu trabalho. Ele propõe... Como eu te falei, a ideia é montar uma rede com essas vozes, com esses olhares sobre a questão do Pontal.

Um segundo momento, um dos objetivos desse trabalho é fazer um documentário sobre o Pontal da Barra, falando sobre esses conflitos da história e mostrando as belezas do lugar, as importâncias do lugar, como a gente falou, né? Mostrando o que as pessoas consideram importante. Eu vou voltar em alguns entrevistados, fazer um segundo convite para participar desse documentário. Eu vou entrar em contato novamente com algumas pessoas para trazer novamente o convite, com alguém para gravar com qualidade digital.

Eu tenho uma estudante da área de cinema que integrou a equipe do projeto para poder fazer esse material. E aí, espero que seja no período pós-pandêmico, que a gente possa se ver pessoalmente, conversar, tomar um café e poder fazer esse material. E de dizer que também fico à disposição também, eu sei que você trabalha nessa área sobre as questões do Laranjal, enfim.

Eu não sou, não cheguei a mencionar que eu não sou daqui de Pelotas, eu moro aqui há três anos e é uma área que eu admiro muito também ali e estou desenvolvendo

esse trabalho. E esse material também fica depois para o pessoal, seja da ciência, da mídia, dos moradores, da população local. É um modo de eu também retribuir para a comunidade, deixando uma ferramenta, esse documentário ser uma ferramenta para chamar as pessoas à discussão da questão do Pontal do Laranjal, enfim.

Sobre as questões daquela região. Lamento não poder ter contribuído com mais, mas é isso que eu te disse, assim, é uma relação que eu tenho com o Pontal é com uma área que não é habitada, é uma área de preservação, é uma área que sofre com incêndio, é uma área que sofre com descarte de lixo, sabe? É uma área que é muito valorizada, que ela está sobre os olhos de muita gente, querendo construir, mas, ao mesmo tempo, sob uma... sob a perspectiva de que o impacto pode ser desastroso, já que a pessoa vai construir uma casa ali e daqui a pouco chove e vai estar tudo cheio d'água. Ou então, ainda num outro viés, vai estar acabando com uma parte da fauna, da flora, de riquezas naturais ali, que daqui a pouco vão ficar perdidas mesmo. Tem que se estudar, tem que se esgotar tudo, o estudo necessário da área, criar esse parque, preservar uma fração da área e liberar o resto. Acho que penso dessa forma, que venham obras que deem condições para as pessoas viverem naquela área, que se preserve o que tem preservado, mas que também não se veja a questão ambiental como um impedimento para o desenvolvimento, porque muitas vezes as questões ambientais ficam barrando o desenvolvimento de algumas áreas da cidade e por algum tempo. Entendo, mas como é que você... Não, claro, eu entendo a tua ideia, mas ali no pontal, como você imagina que é possível liberar uma área, porque ele é tudo banhado, você mesmo falou, tudo serve como uma esponja, mesmo se a gente liberasse parcialmente uma parte para ser aterrado e reconstruir em cima, isso de toda forma afetaria, mesmo que parcialmente afetaria tanto a questão hídrica do local como esses animais que só vivem ali no banhado, porque eu tenho conversado com os professores, porque eu sou arqueóloga, entendo de arqueologia, eu entendo de contextos de animais endêmicos e plantas, e eles me explicaram que esses animais que só existem ali, não existem em outro local.

Se for impactado parte daquela área de banhado, os animais não vão mais existir naquela parte. E a questão hídrica é que se parte dele for aterrado, vai realmente as águas da laguna invadir naquelas casas, não existe talvez aquela área definida, não teria como mexer nela, porque de toda forma esse desastre aconteceria. Eu tento

imaginar que teria que ser em outras áreas para poder se desenvolver esses loteamentos, essas propostas de hotel, não sei.

O que você pensa sobre isso? Eu acho assim, eu acho que animais ou plantas que existam ali, estejam em iminente risco de em termos agora de extinção, têm que ser preservadas, sem dúvida. Mas por isso que eu digo, de se preservar uma fração, de se ter, inclusive, de valorizar isso, de que se tenha um parque, sei lá, com trilhas, com coisas... Você fala de uma proposta turística para o Pontal da Barra? Não que fique só para as pessoas saberem, não, isso aqui está fechado, é um banhado fechado e não se tira proveito nenhum. Eu acho que tem que se pensar em alguma proposta de se preservar e de se valorizar, e que a população entenda e que valorize, que tenha proveito com a educação, que a escola possa levar as crianças lá, entendeu? Que tenha uma integração com a comunidade.

Hoje isso não existe. Muitas vezes a escola não consegue fazer trabalho com as crianças, mesmo estando aqui na praia, não tem dificuldade, sei lá, para levar uma turma de crianças ali na beira da praia. Essa é a realidade, né? A gente imagina lá em cima, mas a realidade é que não tem nem transporte para levar as crianças nos lugares, né? É isso, é isso.

Mas assim, quando eu falo... Não, mas tem que... Eu não quero levantar a bandeira dizendo que o banhado tem que ser habitado, entendeu? Eu acredito que nós vivemos num mundo feroz capitalista, primeiro. Eu não posso me deixar de ser... Apesar de eu ter ideais, eu não posso ser realista, né? Então eu acredito que isso é questão de tempo, o que eu já tinha te dito. Então eu acho que mais cedo ou mais tarde alguém vai conseguir passar algum projeto, vai ceder, vai dependendo do governo, dependendo do prefeito, do governador, sei lá, da situação, vai se conseguir novamente se trazer um projeto que não seja tão conflitante com a área.

Tu me perguntou da questão hídrica, né? Como é que vai se construir ali se está tudo encharcado? Aí eu me apoiaria na engenharia, já que existem tantos locais aí com problemas com água demais ou água de menos, isso não seria problema tendo a universidade aqui, tendo esse conhecimento técnico todo acumulado aí com a engenharia civil, agrícola, um monte de gente aí que eu conheço da universidade que é capacitada para isso, sabe? Então eu acho que assim, é um pouco eu acho que a gente traz um pouco assim de não quero dizer romance assim, Mas de dizer assim, ah, mas tem os peixinhos se eu não me engano é um espinho ali que ele é protegido

e ele não vai existir mais mas teria que aterrar a área, o Laranjal todo nasceu assim, quase todo boa parte do Laranjal foi aterrado boa parte do Laranjal era banhado quanta coisa já sumiu que a gente não sabe então eu bato na tecla de que se faça um trabalho científico pra se conhecer o que existe pra que isso não suma, mas que também não barre o desenvolvimento você acredita que é possível eu entendo você acredita que é possível então manter uma postura preservadorista sem impedir um desenvolvimento empresarial na região é o que você defende eu acredito que isso seja o ideal o ideal não é não como lhe falei, são os discursos de toda forma ações que possam ser feitas em determinadas áreas eu vou te falar do ponto de vista da arqueologia quando a gente resgata sítios arqueológicos, há locais que a gente pode remover o material arqueológico fazer todo o resgate e a obra continua e há sítios arqueológicos e há locais e sítios arqueológicos que não podem ser removidos tem coisa que não dá pra sair do local que tá o que você tá me argumentando é que é possível que através de estudos de conhecimento que se faça funcionar a questão de desenvolvimento imobiliário e capital com o olhar preservadorista e de equilíbrio ecológico, por assim dizer manter o equilíbrio ecológico porque assim Diogo, a gente sabe que no passado você falou, Laranjal é uma área de aterro aqui onde eu moro, moro no Navegantes é uma área aterrada, esse bairro aqui é um grande aterro em cima de um banhado é por isso que é tão úmido também, nossa região toda aqui a gente mora na beira da água mas por que ninguém reclama quando esse tipo de zona zonas desprivilegiadas são aterradas então é o que eu tô falando né, a gente tem por isso que tem que existir políticas públicas, isso são ações que foram feitas no passado sem um olhar preservadorista e sem políticas públicas de preservação, hoje a gente tem que tentar de alguma forma preservar o que restou disso porque a gente vai acabar ficando sem nenhum testemunho da pelota de antigamente com seus ambientes naturais a ponta da barra aqui da região talvez seja um dos únicos contextos que ainda tá mais bem preservado com esse testemunho do passado, ali tem sítios arqueológicos, ali tem animais que não só existe contexto de banhado a área toda

Entrevista: Dona Tereza Correia Gomes.

Entrevista realizada presencialmente no contexto da Granja Santa Helena, na residência do entrevistado em 2021.

Sabrina: Então, assim, para iniciar, qual o seu nome?

Tereza: Tereza.

Sabrina: Tereza de que?

Tereza: Correia Gomes.

Sabrina: Gomes, e a senhora mora quanto tempo aqui, dona Teresa?

Tereza: 34 anos.

Sabrina: 34 anos e bom primeiro momento, senhora, me autoriza a fazer essa entrevista e autoriza utilizar o que foi gravado, as imagens, tudo para a publicação do meu trabalho, do meu projeto para minha pesquisa?

Tereza: Sim, sim.

Sabrina: Tá muito obrigada a dona Teresa. Eu desenvolvi uma pesquisa, conversando com as pessoas, principalmente ali da região do Pontal da barra, sobre a importância do lugar sobre a questão da preservação, sobre o que que é importante ser estudado, preservado essa região aqui que é a mata. Ligadas ao Laranjal, ao Pontal da barra. O que que a senhora acha que é importante a gente cuidar, preservar para as próximas gerações o que você aconselha? Importante.

Ué, as áreas, plantas, pássaros, bicho, é que tem muito bicho, né? O ruim aqui tem as galinhas do banhado, que convive com as minhas galinhas. Eu estou horrível do pão e elas vêm na beira das casas para comer.

Sabrina: E conta um pouquinho que a Senhora falou que existe animais, que que são?

Tereza: Ham nativos que são aqui da região que não são animais criados, que vem próximo dos seus animais aqui para comer. Bastante lagarto que come os ovos.

Come os ovos, todos come os bichos que a Senhora cria, né? A não. Ela Jaguatirica, que já matou as patas aqui.

Sabrina: O que que a Senhora tem de preservado aqui nessa região que as que é ainda nativa, ainda é original?

É só.

Acerta, casaram eles aqui da atrás tem um banhado, essa mata aqui todinha atrás aqui da sua casa é banhado que ele tudo é original, não é? Original, certo? E, e, de antigo de construção antiga dos sítios de índio que os meus colegas?

Falaram aqui eu não sei, eu nunca vi.

Nunca viu que dentro do seu terreno.

Aqui dentro da Terra, nunca.

Vi, e existe pessoas que que estão aqui dentro desse espaço, profissionais pesquisadores, que. Então, tomei uma atenção, a importância que essa região só tinha falado do professor Giovanni, mas outras pessoas que venham aqui. É e eu professor Giovanni vem aqui com os alunos dele que vão lá. É, e eu, professor Giovanni, vem aqui com os alunos dele que vão lá para as dunas. Lá.

Sabrina: E por que a Senhora acha que o professora Giovanni dá atenção aqui nessa região?

Aqui tem bastante, parceiro, pesquisa os pássaros, né? E tem parceria aqui mesmo, um passo que ele andava pesquisando que ele me mostrou. Ele vem aqui na minha goiaba, a na bananeira se alimentar.

Sim, aqui no perto das, na ponta da sua casa.

É vem na bananeira, se alimenta.

Sabrina: Certo, aqui as outras pessoas que moram aqui, quanto tempo também? Ao mesmo tempo que a Senhora?

É, se os meus filhos estão aqui que nasceram aqui, só que são mais jovens, não é o meu grito em 30 anos, A, a Priscila que ele tem 26 anos. 26 anos, e ela está sempre foi aqui que ela morou no caso. Sim, ela nasceu. Aqui ela nasceu aqui, certo?

Sabrina: E o que que a Senhora pensa sobre futuros empreendimentos aqui que vão construir loteamentos, casas que vão mexer na mata? O que que o senhor acha sobre isso?

Ai, eu não acho uma boa. Eu até pensei, se eles vão construir pelo menos aqueles pé de rua, pegar e fazer uma praça para, não, não afugentar os pássaros. Procurar alguma alternativa para não perder o que tem de natural aqui, né?

Sabrina: Sim. Bom, a Senhora me falou um pouco do que achei importante, não é a do que a Senhora tem visto desses profissionais que vem que eu conversar com a Senhora, que mais que eles apontam, usa as aves e agora vivemos agora, uma, essas professores hoje conversar com a senhora sobre a questão também dos sítios indígenas, né?

Só que isso aí eu não sei. Só não revenda nenhuma.

Sabrina: Encontrou nada que pudesse ser uma. Não tem informação, perfeito.

Pode ver que aqui tem bastante cocota. Por que que elas vieram para cá, que a gente deixa elas quieto ali?

Sabrina: Acho que é a da verdade. Vocês convivem, não é? Junto com a natureza, sim. Vocês convivem bem aqui. Falando sobre aquilo que é importante ser preservado, a senhora considera esse lugar como um bem de patrimônio da sua família? Assim porque meus filhos nasceram aqui, não? É independente da questão de propriedade. A gente não está falando de, de, de propriedade, de documento. Enfim, né? Mas a questão de memória, questão de pertencer ao lugar, a senhora cria alguma relação com esse lugar? Só se sente relacionado.

Nesse lugar, sinto e eu sou feliz assim eu no meio das áreas das plantas, dos animais, eu sou feliz.

São muitos anos vivendo aqui, né?

Se o pessoal me convida assim, vamos para fora. Eu estou feliz da vida, se me convida assim, vamos lá no centro, no shopping. Não acho mais aquela graça.

Sabrina: A senhora se sente que pertence a esse lugar?

Sim, eu, eu gosto daqui.

Sabrina: Um e a relação com a sua família também? Como é que a Senhora se imagina? Se houver, se esse lugar ou, de alguma forma, for modificada? A senhora tiver aqui para outro lugar, qual é o seu sentimento e qual é sua relação com esse lugar? Essa perda eu queria que a senhora falasse um pouquinho do sentimento de perda. Se a senhora precisar sair daqui. Ai eu vou sentir muita falta se eu tiver que sair, eu, é Claro, vou sair, não é? Mas eu vou sentir muita falta disso aqui, porque eu não vou arrumar um outro lugar igual esse aqui, cheio de plantas, cheio de pássaros, cheio de bicho.

Sabrina: Não vai ser de também, não vai ser esse lugar, né?

Tereza: E outra coisa a assistir tinha ali uma cobra, Cipó enrolada num canto, pegando sozinho. Eu passava pra lá e passar para cá. A não me dava bola, porque ela sabe que eu não vou mexer com ela.

Sabrina: Sim.

Aí eu te dizer para tirar foto, vídeo, máscara que eu não posso estar assim. Mas com você conversa sem máscara e agora que estou levando que eu tenho orientação para eu conversar com as pessoas sem máscara, eu bem faceira.

Sabrina: Mas é isso, então, muito obrigada. Eu acho que que é mais ou menos essa ideia que eu gostaria mesmo de conversar com a senhora é mais importante disso é a sua relação com o lugar que é o que me que mais me preocupa. Me interessa nesse trabalho. Sim, é pensar como a Senhora se relacione aquilo que a senhora acha que é importante desse lugar. Sim, então na de tudo isso que a senhora conversou comigo. Relação de família. Lugar é muito importante, não é?

Tereza: Assim, aqui a gente convive com as cobras, com os bichos, lagarto e, e a gente deixa eles, é, eles querem, eles vão embora.

Sabrina: A Senhora considera que a sua família vivendo nesse lugar tem uma relação com esse? Essa natureza não é a uma relação com ela.

É realmente eu. Eu não quero, né? É, deixa.

Entrevista: Dona Arlene da Silveira Guerra.

Entrevista realizada presencialmente no contexto da Granja Santa Helena, na residência do entrevistado em 2021.

Sabrina: A qual seria o nome da Senhora Arlene. Isto de que.

Da Silveira guerra.

Sabrina: Certo? A Senhora que mora quantos anos aqui?

Eu acho que o total 30 eu morei 15 sair 15, voltei.

Certo, aqui, como é o nome dessa região?

Aqui é Laranjal, é Granja Santa Helena.

Sabrina: Helena Granja, Santa Helena Ham, a Senhora me autoriza gravar nessa entrevista e usar alguma foto no meu trabalho da faculdade? Doutorado futuramente para a publicação, enfim, a sua autorização.

Sim.

Sabrina: Está bem, muito obrigada. Então, como eu conversei com a Senhora anteriormente, a ideia gente conversar um pouquinho informalmente dentro da sua perspectiva, que é o que realmente me interessa aqui, sobre o que que a Senhora considera importante que seja para preservar, para estudar, que a Senhora imagine que é muito importante que seja preservado para as próximas. Ações aqui dessa região, esse trabalho, faço focado no Pontal da barra, porque eles também estão querendo mexer no Pontal.

Sabrina: Mas a gente percebe que esse conflito, que é ambiental, que é educacional, que é patrimonial, ele vai além do Pontal da barra e aqui, aqui nessa região diretamente, tem a intenção de construir para si um loteamento, não é? Isto? É? Parece que é a que é um loteamento. Agente já viu alguma coisa ali no grupo do FDAM, hã, hã, para início, né? O que que a Senhora considera que é importante, que nessa região, na sua perspectiva?

Mocinha nós moramos aqui como eu te disse vamos dizer 30 anos não E a gente sempre dá essa natureza toda a volta, né? Isso aí é uma coisa que a gente vê. O que a gente vê, pássaros que a gente não costuma ver em outros lugares, né? Nós temos lebre, que passam The Noite aqui correndo, tá? Nós temos nós mesmos na propriedade, nós temos vários cachorros, nós temos 17 cachorros que ser em outro lugar não daria porque tu teve um vizinho em um loteamento com 17 cachorros. Tu já tem reclamação, Claro, então já não pode também e fora isso aí, todas as árvores que estão aí, tudo é a ar, né? Tudo é qualidade de vida, é que é.

A gente tem e a gente é lamentável. Se realmente viesse loteamento, que eles estão dizendo que vem. E assim é tudo no sentido de barulho, não é? É, a gente não tem muita segurança porque a gente não sabe quem é que vai vim morar junto da gente, então são todas coisas assim que acabam mexendo com aquela estrutura que a gente já tem há anos de vida, né? A gente sabe que o

mundo mudou, mas só que eu acho que também tem que ter um certo cuidado, né? Se todo mundo começar a desmatar tudo e tirar tudo, quer dizer, nós não vamos ter mais animais, nós vamos ter mais nada porque as aves verdade são de lugar para ficar, né? Claro que não tiver as árvores. Que eles estão habituados para onde eles vão? Então isso aí é tudo, qualquer tipo de animal que mesmo que a gente não enxergue, mas eles existem, não é? Tem coisas que a gente não percebe que alguns só saem à noite, coisas assim, mas eles precisam desse espaço, do habitat e o homem que está tomando conta, né?

Sabrina: Verdade, é verdade. E esse impacto ele vai pela natureza e também para as pessoas que vivem naquele lugar. AA questão de pertencimento a Senhora já mora bastante tempo aqui, não é? Aqui é uma construção histórica, então deve ser é da sua família há muito tempo.

É. É da família. É de 1943. Essa casa aqui foi as 5 primeiras construídas no Laranjal. Só tinha 5 casas, não é? Então, essa aqui é de 43. Depois tinha uma de 1921, que

era também da família. Depois, mais 3 aí depois, Claro, foi tornando loteamentos e coisas, foi povoando. Foi se tornando na num lugar assim. Para as pessoas poderem usufruir, mas na verdade, o Laranjal aqui era uma instância da ponte para cara, uma instância de 3 irmãos. Então esses 3 irmãos, que por um acaso ficava na beira da praia, Estância deles. Que às vezes as pessoas não sabem disso, não é? E então eles a depois dos 3 irmãos, resolveram então fazer os loteamentos, que foi o Valverde, um irmão que era o Arthur Assunção. Se era. O pai da proprietária dessa casa aqui da Helena Assunção, depois o Antônio Augusto fez o loteamento do Santo Antônio e o Luiz Augusto fez então do balneário dos prazeres, que ia até a colônia z 3 e aí então se usou a nova partir de um 1944 e começou a se tornar público, né? O pessoal começou a vir, enfim, compra terrenos, aquela coisa toda, mas é ainda era 11 área muito grande, que era um casas. Era, né? Era um país, tornou um bom em área, não era nada assim de agora, na questão de que Washington 6, né? Tantos para casa já veio vários condomínios lá antes. Aí, condomínios de 400 pessoas. Não sei. E mexe diferente na natureza de uma propriedade grande de ver, que tem várias áreas. Aqui estão preservadas que ainda são originais e um loteamento e acaba por baixe tudo, né? Adri para. Tudo porque aí que não é que a gente queira se gosta, mas é que eu vou te aumento, começa. O trânsito fica muito maior. Se tu vais querer e nós estamos mesmo ao centro, tu precisa ir ao centro, tu já não vais poder sair 10 minutos como a gente costumava sair 1015 5 minutos antes. Tu vai levar meia hora e se for numa temporada, tu leva 1 hora, 1 hora e meia mesmo trajeto que tu faz em 10 minutos, porque são mais de 400 pessoas no loteamento, tem um outro loteamento ao lado, com mais de 400. Então tu pensa assim, são 400 casas que moram, talvez 4 ou 5 pessoas em cada casa, com 3 ou 4 carros. Não é que multiplica isso aí em tudo, aí é a água, não é?

Sabrina: Claro.

Que tem uma, se teve sempre 11 problema de água à porque está não chega no verão, falta água, mas é aqui, Claro. Eu de eu me dizer de 40000 pessoas, passa para 100 e tantas 1000 pessoas.

Sabrina: Sim, o impacto de que aquelas pessoas viviam naquele lugar não se compara a uma família que vive naquele espaço. Aqui a Senhora me contou que tem animais que, que vem próxima à casa, né?

Se alimenta da Terra do. Ela disse que até os animais dela, quando ela que ela cria não é aves. A partir de bom a sua casa já é uma casa histórica, não é uma construção histórica, quase centenária.
Sabrina: A Senhora conhece outros contextos antigos aqui nesta área? Casas materiais antigos, que a gente chama de sítio arqueológico.
Nós temos aqui, se tu sair aqui passando a dona Teresa onde foi, tem uma primeira caixa d'água do Laranjal. Eu rompi.

Entrevista: Sr. Antonio Carlos Barbosa Júnior
Entrevista realizada presencialmente na comunidade de pescadores do Pontal da Barra, na residência do entrevistado em 2022.

Grupo de pescadores na casa do Sr. Antônio: Se essa é uma das redes. Até terminar a safra, ele arruma (risos). Gente, terminar as vezes eu, camarão, galera, nenhum pedaço. Até terminar a safra, o seu Antônio termina.
Antônio: Calma, Bruno.
Sabrina: Seu Antônio, se apresenta por favor o seu nome inteiro, por favor.
Antônio Carlos Barbosa Júnior.
É o seu Antônio. Sr quanto tempo mora aqui no Pontal da barra?
E eu estou morando uns 10 anos, mais de 10 anos, está afetivo, fora que já andou na hora dos anos.
Sabrina: E o senhor, a sua relação com o ponta da barra. O que o senhor faz aqui? Como se ela se relaciona aqui com o Pontal da barra?
Antônio: Bah, aqui mesmo que é que só a relação básica é a pesca. Que as tenha? Nesses 10? Anos, todos, todos, todos os dias perfeitos mais uns dias, é muito, muito menos vento. Que Deus de guri, né?
Sabrina: Sua vida toda foi trabalhando com pesca.
Antônio: Delas, cara, é. Eu trabalhei uns barcos aí, mas daí já foi outras mulheres reais. Não foi muito certo.
Sabrina: Eu vou pedir autorização, então, para fazer essa gravação tá que eu estou gravando? Pedir sua autorização para usar esse vídeo no trabalho da faculdade que era de arqueologia para o Pontal a barra? E também material que está sendo produzido aqui, que a imagem, o vídeo, senhor, autoriza.

Antônio: Não, pode, pode, pode.
Sabrina: Pode estar, eu lhe agradeço. Então o senhor falou da sua relação e como sou definido, na sua visão, que que é o Pontal da barra pro senhor?
Antônio: É isso, aqui é fonte de uma fonte de jabá de trabalho, de pesca pessoal, já mora, já estão habituados aqui. Sim, é só sobrevivência, não é? Sobrevivência própria comer, né? Que o pessoal que pesca é tem que pescar para comer. Exato, é, acabou aqui, acabou tudo. Acabou, mas é só dia que não me emocionar. Acabou o Pit. Não, eu já estou aposentado, mas quem não tá aí é mais ruim, né? (Inaudível) com certeza ainda tem uma renda de aposentadoria.
É? Agora só os sem, sem o peixe, sem o camarão. Tem o camarão ata, ainda que não der aí o camarão, aí tem que dar um linguado de inverno, o bar eles botaram em extinção, coisa que não está em extinção.
Eles botaram igual, é proibido carregar a barra. Se pegar um cara com barra 500 pau de multa por 1 kg de barra. De apreensão, aí tem. Mas aí da metade do da Lagoa para Porto Alegre. É liberado? Não dá pra entender nada. Dali da barra pra cá, é proibido. Aí eles proibiram por causa que o pessoal primeiro tirava uma nota, não contava no bar. Eu pescava tainha, camarão, corvina, a esqueci de botar o barco. Aí não podia nem um pessoal, era para ter botado o peixe desde o início, que aí não estava incisão. Então outro peixe não existe mais.
Que eles liberam só um, né? Que ela se tu ia viajando. Se tiver umas 10 caixas de vaga. Dentro do trazer para cortar o fazer o filé pra te comer ou pra dar pros amigos. Se eles pegar esse prende, é logo tinha droga, aí tem que pagar 1200 para sair, não era? Pouco dinheiro. Né?
Sabrina: O que que o senhor acha que só senhor falou de sua relação aqui com o Pontal da barra? Sobre a questão da pesca, o que que o senhor definiria como o mais importante de tudo isso aqui no Pontal para o senhor? De importante?
Antônio: Não, porque era mais importante, era água, luz já tem. Ao fazer os molho? Ali fora, ali, se eles conseguissem. Senhora. Acha que ainda falta muita? Coisa é a falta, falta curva ali a curva ali se deu uma chuvinha ou deu um vento leste destrói tudo. Ninguém consegue passar de carro, nem de a pé. Não entendemos mãe sentia que foi em 2015 e outro em 2000 na Jorginho e 2. Nós andava aí de barco, destruiu tudo por causa que não tem os moles, tivesses molho, um ataque a Mara. Mas botar até retirar o cara, não. Eles podiam botar aquela hotel daqueles bote no Rio Grande.

Cara, fica. Né? Aquela que ele boto lá, a estrelada aquela, sabe? Eu sei qual que é Conta ela, bolinho. Não alheia, carrega samas. De botar dizer uma Pedra ali hoje, que o. Foram, usava dinheiro para a cidade, umas 300 pedras. Já terminaram? Que ele ficava com a tá com amargura, cara, dizendo que pegam bonito. A vale não leva meu pé da cara aquela curva ali. Vai levar verde, uma Pedra de 3 m e pouco.

Sabrina: Sim, e que que o senhor acha que era responsável por cuidar dessa região aqui então? Tome cuidado de cuidar da do banhado, cuidado que está faltando aqui no Pontal da barra, porque o Senhor acha que é responsável?

Antônio: Vai mudar o uma pessoa da prefeitura, um que pudesse. Dá atenção à isso, porque não adianta uma, eles aparecem, é por causa de eleição que sabe. É? Época de eleição, marca vai votar. Em mim mesma? Coisa é aí depois deles termina eleição. Ele te deu no pé, né? Verdade? É verdade, é verdade, ela sabe, é, não é nova, mas sabe.

Sabrina: Então o senhor não acredita que está sendo cuidado essa região e não estado como?

Sim, sim. Ia pouco, muito isso aqui para ver aqui, ó, pra ter turismo, vai ter turismo bom aqui na barra. Para o Pescador ganhar algum dinheiro? Tinha que arrumar essa essa barra linha até o dono daquela pastelaria, aqueles caras ali. E era o país é tá um dinheiro, alguém que estava ganhando mais aí na barra.

Era pra arrumar a priminha, não é? Não, não, certo, não, não era para eles. Ganham que que adianta ganhar e não reinventar nada? Não, não bota uma camisa dos compradores corpo. Mas vê se bota uma casa de férias e não mostra uma carga? Dica, quote na rua, não bote.

Sabrina: O senhor sabe o que que a gente tem um banhado grande não é seu Antônio quem tem para que toda aqui atrás, né? AE que alagou aqui, onde vocês pesca, não é ligado ao banhado?

Mas só que ele tinha que fazer um de que ele tinha que fazer um Dique seco. Sim. Em toda volta, para não alargar o landaus, não vai alargar. Naquela Lagoa que Alves e tinha uma cobra e tudo que é bicho ali No dia que a linda de Laranjal. E não fizeram?

Entrevista: Sra. Rosa Koglin

Entrevista realizada presencialmente na comunidade de pescadores do Pontal da Barra, na residência e também comércio da entrevistada em 2021.

Sabrina: Pronto, você tem a Senhora só pedir que seu nome, dona Rosa, senhora, se apresentar.
Meu nome é Rosa Maria.
Sabrina: Certo? Sra. Maria, a senhora mora muito tempo aqui no Pontal da barra?
42. Anos 42 anos, só isso. Mas a Senhora estava me explicando que aqui , onde a gente está é conhecido por outro nome? Barra de Pelotas, barra de Pelotas. Que todo mundo tem, muita gente que diz ai lá eu vou lá no Pontal lá no Pontal, mas geralmente o certo é barra.
Sabrina: Perfeito, dona Rosa. Qual é sua relação aqui no Pontal? A Senhora já mora aqui muito tempo.
Eu tenho família. Eu tenho, tem marido e 3 filhos, um neto. Todos moram aqui. É, não, os carros tem só um filho que mora comigo, mas não tá aí e o meu marido tá dormindo e é eu, meu marido e um filho. E tem 2 filhos, mora lá adiante, um mora do lado. Fala do Eduardo? Lado é casado que mora lá e almoça comigo. Nossa, toda a família. Então tá carregando um. Todo mundo mora aqui.
Sabrina: A Senhora mora em todo esse tempo? Vocês têm relação com a pesca daqui do Pontal?
Sim, meu marido é Pescador, Pescador. Os filhos são pescador. Toda a família então, né, toda a. Família, não.
Sabrina: Na sua opinião, dona Rosa, o que que a senhora acha que é importante aqui no Pontal da barra?
Você sempre tá assim, olha aqui, ponta da barra ou a barra. No caso é importante porque, o que que você quer que uma Vila que mora sua Pescador, né? Mas em algum de fora que não é pescador, mas aqui, certo, porque é muito longe de tudo, longe do ônibus, é longe do super, da farmácia do doutor, tem que ter carro. Se tu não tiver carro, vai, porque? Trabalhador, ônibus. Bem, isso mesmo. Bem, isso mesmo. E discursar aqui uma coisa importante.
Sabrina: O que a Senhora acha que é responsável por proteger e proteger o que é importante daqui e preservar o que que o senhor acha que é responsável por isso?
Não sei, nós moradores que. Né? Que Marina, que eu acho que ele vê que o vereador aqui, isso não é por causa de política, depois some, não vê ninguém, é. Perfeito, não é? Acaba ficando. Fala, senhor. Dá uma. Olhada aqui então, tá? Pode, eu tô passando.

Sabrina: A Senhora sabe que aqui tem umas campanhas, uns trabalhos, que é o de preservação do banhado, né? O senhor conhece alguma coisa sobre isso?
Não, isso que não sai de dentro de casa, mas aí eu banhado que eles chamam de área ecológica. Né? Isso? Isso, a faculdade trabalhando muito com isso aqui. Vocês conhecem alguma coisa sobre esse trabalho e do um tempo atrás, quando eles criam construir? Ham tem um hotel. Aí eu fui suspenso, não deixaram.
Sabrina: É o que que a senhora acha sobre isso?
Você acha que é ser bom é ser ruim. Pior se, apesar que é muito, é muito banhado, mas eles tinham Ham. Se construir se constrói. Eu não ia ficar muito coisa por causa do banhado, né? Que cede, né? Mas eu acho que era ser bom também, porque ia movimentar dinheiro, movimentar pessoa ou na Barra, né? Que esse outro lado, né? Tem 2 lados. Ruim, um, sem assim. Tudo tem 2. Lados, aí é um outro lado que pensa em preservar.
Sabrina: O que a senhora acha, então, falam, falam de fazer uma unidade de conservação aqui. O que que a Senhora acha sobre isso?
Não me prejudicando. Entra lá no banhado, se eu me casei aqui. É, e a economia de vocês? A base é pesca, não é? Então você pesca, então, se a pesca tiver preservado, é. Não se pescasse se não tiver, peço que eu não te gente não tem dinheiro.
Sabrina: Tá base de tudo, né? Até do comércio. E a Senhora acha que Pontal da barra as coisas que acontece assim, de preocupação com o preservar o peixe? Como vai ser no futuro? Existe outros lugares aqui de Pelotas ou Pontal da barra? É diferente aqui. Bar?
Isso que tudo é igual aqui é quase. Só que as vitrines tem mais moradores que. Nós mesmos conflitos. A gente vê em outros lugares. Profunda anos que nós aqui é o negócio. Peixe dando peixe para os pescadores, vendas, dinheiro na minha venda.
Sabrina: Perfeito para isso. Muito obrigada.

Entrevista: Gabriel Barcelos de Paula.

Entrevista realizada presencialmente na comunidade de pescadores do Pontal da Barra, na residência do entrevistado em 2022.
Sabrina: Gabriel, Camila, vocês moram quanto tempo aqui no Pontal?
3 anos.
Sabrina: Pode me dizer por favor, o teu nome, todo o Gabriel que me registrar?

Gabriel Barcellos de Paula.
Sabrina: Tá eu vou te pedir autorização pra fazer esse trabalho tais concordo. 100 entrevistados para participar do projeto pode continuar trabalhando, viu? Gabriel, não quero te atrapalhar, esse é um trabalho de arqueologia, do conflito do Pontal, da barra, que eu estou te pedindo autorização para gravar, então, e para reproduzir as imagens do, do da entrevista. Tudo bem, Gabriel?
Sim.
Sabrina: Então tá te perguntar, Gabriel, qual é a tua relação, tua e da tua família aqui? Com ponta da barra?
Eu tinha aqui a relação nossa. A gente mora, né? Moradia, sustento. Família, você tem relação de família aqui, mas a gente mora, o pessoal, vocês, criança. Só.
Sabrina: Sai do outras coisas, não tem outros parentes aqui, não?
Aqui não tem outros parentes, não só conhecidos mesmo.
Sabrina: Se tu fosse dar falar um pouco sobre o Pontal, que que é o Pontal para ti? Hoje em dia, o que que significa para ti, é?
Pra mim? É um pouco de moradia, sabe, sustento para a família. É onde eu tiro esses tempos, tentava mulheres, crianças. Aí aqui eu gosto do campo. O contrato da barra pra mim, desculpe, na verdade. É bom de morar.
Sabrina: Você gosta de morar aqui, né?
Adoro morar aqui, amo morar aqui, prefiro morar aqui mais tarde.
Sabrina: Tu acha que a tua família é feliz morando aqui? Gosta de morar no Pontal? E o que que tu considera que é importante que no Pontal para ti e para a tua família?
Importante que eu diria na nossa casa, que a gente tem aqui no meu sossego. Todos e sem incomodar. Fazer tudo, né? E meu sustento, a minha família é a pesca. É que a relação de tudo, não é?
Estou dentro de água.
Sabrina: Essa água da pesca?
Aí a gente fala sobre cuidar o lugar, assim, você sabe o que é que é? Todo tem um banhado grande, não é? A gente fala muito sobre preservar isso, banhado, cuidar desse, banhado cuidar também da das pessoas, né, que fazem parte daqui, não é nosso.
Sabrina: Nós fazemos parte do que precisa ser cuidado, né, que que tu acha que é responsável por cuidar disso?

Pessoas, moradores. Cuidar disso, banho.

Sabrina: Perfeito além dos moradores, se você acha que tem mais alguém que é responsável para cuidar?

Não é só aqui em baixo, o pessoal de baixo. Não é porque eu só fazem lá, afeta que não é. Vem tudo para cá. Sujeira no arroz que jogam é também. Dentro pra cá, né?

Sabrina: Perfeito, né? Água está toda interligada, né gente? Sempre fala com os problemas daqui, os problemas de nossos problemas de lá é daqui e de lá, né, gente? Daqui de lá e vai dar. Aqui tá tudo, tá tudo interligado, não é? As pessoas não sabem respeitar. Passa, deixa o lixo, eles não. Eles não sabem respeitar. Sim, ela tem que ter para preservar, tem que ter respeito, respeito de quem mora e de quem mora fora do lugar também, mas está ligado, não é? Eu quando eu converso com as pessoas de lá, é a mesma coisa. Elas falam, ela tá tudo interligado, água carrega tudo. Então se tu larga lixo lá, carrega para casa, carrega de lá pra que o banhado fica parado, lixo fica parado é pior ainda, né?

Sabrina: Então, Gabriel, assim que tem um histórico de pesquisas sobre a preservação do banhado aqui do Pontal, não é? Foram vários esforços que as pessoas fizeram envolvendo faculdade, eu fui pé, o Cepel? Não sei se vocês têm conhecimento que eles têm que fazer uma campanha,

até para preservar aqui a fazer uma unidade de conservação aqui No, no banhado, né? A tem um projeto e tem um estudo, vários estudos na realidade sobre o banhado.

Sabrina: E sobre a preservação, né? Vocês conheciam esse estudo da unidade de conservação? Não conhecia e que que vocês acham com a ideia de fazer uma unidade de conservação aqui no Pontal da barra?

Eu acho novo, porque aí tem regra, tem lei para proteger, né? Sim. As mais cuidado que um beijo não é sempre com certeza. Você tá cuidando, cuida das pessoas junto, né? As pessoas vivem num lugar, né? Deixa eu ver que mais alguma. Um gato aí para mim.

Sabrina: E vocês acham que vai ser fácil fazer uma unidade de conservação aqui porque até hoje não é uma realidade que que você acha que até hoje não foi informada a unidade de conservação?

Eu não sei. Aí eu não posso falar. Mas é uma pena que eles não vão. As pessoas da comunidade não é para. Para essas questões, não é?

Sabrina: Bom, meu trabalho é, é basicamente isso é escutar a comunidade para ver o que que ela pensa sobre isso, né? Tipo de questão de preservação em outros lugares aqui da de Pelotas também. Com esses mesmos problemas de cuidar, de sujeira, de preservar.

Bastante, né? Você sabe algum se mencionar algum lugar aqui que vocês conheçam?

Sabrina: Perfeito. Com certeza.

Sabrina: E aqui na no Laranjal também, você sabe também de outros lugares.

Rosa: Na Sanga Funda mesmo bem esquecido, verdade, minha mãe mora ali, é bem a pessoa que está me vencendo, sanga Funda. O pessoal mencionou muito mata do Totó. Esses outros lugares aqui que também estão enchendo de sujeira, né? E não estão cuidando sim. As áreas de ambiental, de mata, as áreas naturais, né? E eu tenho um entrevistado bastante, as pessoas lá do Barro Duro também, e eles falam muito sobre a beira aí, pessoal também que trabalha com pesca, reclamando da sujeira, da falta de preservação.

É? E aí vai diminuindo, o bicho vai diminuindo, o peixe vai diminuindo tudo,

né?

Sabrina: É verdade, mas tá bom, gente, muito obrigada, tá?

Entrevista: Sr. Joabe Bohns

Entrevista realizada presencialmente na sede da Federação em 2022.

Sabrina: Já está bonito, seu Joabe, então hoje é 31/01/2022, hã, eu. Eu pedi senhor Joabe, que o senhor se apresentasse, por favor.

Eu sou Joabe Bohns, presidente da federação. Desde 1000 desde 2000 e desde 2000 não é e. A minha vida é, é direcionada a religião hoje, não é? Eu fui, eu estudei psicologia, eu estudei, é dentro da, trabalhei dentro da faculdade de medicina, lei que estou só fazendo uma apresentação básica, né? É, eu fui caminhoneiro, fui empresário, né? E hoje me dedico a, a minha religião nos meus 70 anos de idade.

Sabrina: Perfeito, seu Joabe, eu tenho primeiro. Essa questão, somente formalização da entrevista. Eu tenho que pedir autorização para o senhor. Se o senhor concorda, então, em ser entrevistado, participar do projeto arqueologia do conflito no Pontal da barra grande do Sul Brasil, e o senhor autoriza, então eu usar as informações que nós fomos? Ham registrar agora por escrito, áudio, vídeos e as imagens produzidas por

um estudo e também para divulgação, talvez até por um possível documentário que nós vamos construir no final do no final do doutorado.
Pessoal autorizado o início, não vou conseguir assinar o vídeo, mas que está assinado embaixo time.
Sabrina: Não acreditando no vídeo suficiente nesse momento eu agradeço, obrigado por autorizar. Então cê já sabe como conversei com o senhor antes da de começar a gravar ai eu parto, eu parto as minhas questões, as perguntas, as provocações dos conflitos que acontecem lá no Pontal da barra. Então assim, eu primeiro queria perguntar, se o senhor conhece lá o pontal da barra e se o senhor tem alguma relação com aquele lugar.
É, eu conheço hoje, hoje não tenho mais relação, não tenho eu. A minha relação do Pontal da barra é, eu vou te dizer assim. Há uns. 8 anos atrás, não é? Mas tenho conhecimento, sim, tenho conhecimento daquilo ali, daquela parte ali aonde. Vi muita. Muito pra muita demanda ali dentro, com obras que fará únicas que queriam fazer ali dentro. Sim, é a trens. Obras, não é, senhor? Lembra quais são essas obras que eles queriam fazer?
É eu lembrar o nome, não, mas lembro assim era um restaurante, não é? É um restaurante. Os nomes das obras. Eu não me liguei muito, não me liguei, não me liguei não, não faço lembrança do dos nomes, uma dera é era do Dr. Irajá nesse prefeito de Pelotas, queria fazer construir. O restaurante é tem um nome meio. Beijo difícil como? Índice é falar, eu tenho pesquisado a história de lá. Eles têm que fazer também um hotel também falam em loteamentos. Eles querem ter ao banhado, né isso.
Sabrina: E assim o senhor não morador muitos anos aqui, conhece muito a história que está região há, em algumas palavras, como o senhor definiria o que seria o Pontal da barra no seu olhar?
Bom, fiz sentido. Essa é uma pergunta? Perguntou. Como definir o Pontal da barra?
Sabrina: Que que o senhor acha que o ponta da barra pode ser considerado importante?
Teve para mim é importante porque aquilo ali é uma área que é que a natureza praticamente aqui fez, não é? E que hoje temos que ter o cuidado para que o homem não destrua aquilo que está lá, né? Aonde era apanhado, aonde tinha muitos animais da própria natureza, hoje não encontra inclusive capivaras. Tinha naquela área ali não sei se você tem conhecimento na então tem muitos animais.

Nativo dali que foram simplesmente foram-se ficando extinto. Não é? Então eu acho que aquilo ali é uma área importante para nossa da a nosso, a nossa cultura, né? De dentro de Pelotas, em outras áreas que poderiam ser aproveitadas dessa maneira e não destruir de login.

Além do ponto ao senhor, sabe de outras áreas que o senhor acha que também que são importantes aqui em Pelotas, para preservar, proteger?

Há sim o ruim, não meu. Meu balneário, do do, do, do estrangeiro, meu Barro Duro que está sendo totalmente destruído e uma mentira. É uma mentira que que vem me dizer que é uma área de app para onde é que está a preservação permanente daquilo ali está destruído a eu vou, eu vou mudar, já está fazendo uma pergunta, eu vou praticamente mudar o mundo porque ali já estão, agora já tem um projeto da prefeitura para fazer 11 ligação entre o balneário de Brasil, EOO, vice versa. Não é que para mim nada mais é do que destruir mais a natureza que tem ali. Não tem porque não é o nosso campo. Está todo mundo todo tirado, AAA ao relento e dizendo que aquilo ali é área de app. É, as pessoas fazem muita relação com a mata do totó. OE eu Barro Duro, falando que ele também precisaria de um de um projeto de unidades de conservação. Sabrina: Senhor sabe que o Pontal da barra tem um projeto que foi feito pela universidade para construir uma unidade de conservação do Pontal da barra. Senhor conhecia esse projeto que o senhor diz sobre?

Isso não, não tenho. Em cima desse projeto? Pois é. Conhecimento do projeto tem conhecimento de ouvir falar do projeto, mas a divulgação do projeto essa e foi dentro. Da sim, sim, é um projeto que foi em vários profissionais que se dedicaram a construir todos os argumentos científicos para necessidade de criar uma unidade de conservação no pontal da barra. E é um documento recente, mas já foi entregue para prefeitura e hoje a gente espera que que os órgãos competentes encaminhem, né?

Para que aconteça essa unidade de conservação. Acho que ela perguntou se eu tenho conhecimento de outra área que tinha que ter uma preservação. Tem uma área bem, bem, bem que está sendo corroída. O ruim da devagarinho, que é a parte da Baronesa, me criei dentro de criei ali dentro, aquilo ali foi está sendo, aos pouquinhos. Estão desmanchando a Baronesa. Vamos deixar só no limite de vou lhe dizer assim, no máximo uns 30 m do ali de frente. Se ando viajando ali tinha 100 m de comprimento, né? Eu me criei ali dentro é que eu morei defronte, tá? (...)

Entrevista “Tarzan” Sr. Rubimar Rodrigues Medeiros (Tarzan), morador da comunidade do Barro Duro

Sabrina: Até que a gente, por exemplo, projeto depois eu posso fazer edição, não tem problema nenhum que esse aqui vai para os arquivos da universidade. Eu ia te pedir que fizesse a apresentação, o seu nome, um pouco da sua história.
Sim, sim, por favor, a professora, as questões a em balneário dos prazeres são remota. Bom, o que nós colocamos em ênfase da sua visita, que a minha residência colocamos em pauta o que?
A nossa parte cultural, os valores sociais que nós temos, valores sociais, culturais e éticos.
Que que nós temos? Nós temos aquela que eu falei para a Senhora anteriormente, temos um paralelo com pessoas que podem ajudar a desenvoltura do seu projeto.
Nós temos, além do material. Que nós temos consolidado desde do século 18.
Que remonta até o nosso, a nossa vivência de hoje. Entendesse? São peças que estão comigo, entendesse? Muitas peças que estavam no Palácio da República rio-grandense que mostra as questões do gaúcho. Essa esposa, sim. Foram algumas coisas absorvida, não as questões financeiras. Mal que nós temos o balneário dos prazeres tem. Rica que (...) servos, nós de pessoas que têm. Uma desenvoltura que já faleceu. Partes peças, entendesse que já estão, inclusive com alguns professores, pessoas que eu conheço, que nós podemos resgatar, o que que nós colocamos em pauta aqui no balneário dos prazeres para a Senhora nesse tocante?
Temos um espaço público. Espaço público. Espaço privado que poderia ser transformado num espaço público. Para universidade, para nós disso fluir dessas questões. A minha área é gastronomia. Ensinar pessoas, alunos novos à culinária campeira. Entendesse? Para colocar eles no mercado de serviço perfeito. E entendeste então o que que acontece? Além das peças, nós temos as questões remota que nós podemos é um é Ana. Tudo cultural, né? É uma. Questão da culinária, questão da biologia a história do balneário, a história das pessoas. A gente sabe que tudo tem uma relação, né?
Sabrina: Eu só para fazer o registro, eu peço sua permissão, então se o se autoriza o uso da dessa entrevista. O que nós estamos fazendo hoje para o trabalho que eu venho apresentar? Se você me autoriza?

A Senhora quer? No tocante para divulgar a questão dos pares, que a Senhora, isso nossa conversa hoje, se o senhor autoriza que o que se da (...) No projeto quer isso é, é procedimento para fazer.

Sim. Eu quero colocar assim, diante dos seus pares, no momento que a Senhora veio hoje, um fim de semana me pegou sem a minhas pilcha. Louco as questões afrescalhado que eu estava no meu cochilo, é tranquilo. Gente, pode. É, podemos fazer esta é porque eu sou uma pessoa entender esse tradicionalista, e então eu gostaria estar com a minha, a minha farda minha, as minhas questões, minha épica do Rio Grande do Sul, né? É eu. E o meu trabalho, e em parte, a questão. Bonitos lá no poupam da barba e eu cheguei aqui até o Barro Duro, né?

Sabrina: O senhor conhece ali o Pontal da Barra?

Como, é isso? O Pontal da barra é uma área, assim, vamos supor, é uma área que foi hoje na área, por pescadores, entendeste? Pessoas que precisavam de um espaço é pra se mobilizar com as colocar as pessoas, a família deles e como pescadores, entendesse que eu tenho até o momento, entendesse. Além disso, eu tenho uma carta de marinha. Eu sou marinheiro, entendesse muitas vezes nós temos a desenvoltura de ajudar aquela parte ali, mas o que que acontece? O Pontal da barra, Pontal da barra é uma área assim. A Mara, que é lógico também, com certeza, entendeu o que aconteceu ali. Naquela mata, tem muita coisa naquela parte de juncos, entendesse muita a para fora. Assim, a parte da direita tem muita coisa que já foram encontradas. Entendesse verdade? Pessoas campineira com as assim, mas não houve um relacionamento entre universidade por causa da intendência. Eu sei que a universidade tem aquela parte técnica financeira até encontrar alguma.

É essa alguma coisa que venha fundamental entender se 11 avaliação não foi que nem o ali o, o Totó foi feito uma infra-estrutura foi feito onde locavam peças carro com as assim dentro da minha residência, onde eu morava vinha agravando. Então, professora, professora, pra mim é um bálsamo o chegar agora aqui e eu com essa meia idade poder contribuir. Culturais de todo o Rio Grande do Sul, que eu faço parte disso aí. Nesse momento, também aqui, na verdade, a nossos partidos estão do Pontal senhor, apontou. Apontou a importância ali daquele local, né? E hoje em dia a gente tá falando muito sobre a preservação, sobre a estudo, sobre, acionou o que eu fiz, tudo ali No Barro Duro. Houve estudos também no Pontal da barra.

Aqui o senhor considera que a responsabilidade de proteger a esses lugares de estudar esses lugares é uma coisa delicada? Responsabilidades.
As responsabilidades vão dizer uma coisa, é do poder público. Bom, eu me dou muito com o deputado. E senador? Entendesse que veio e um colega meu, o tenente Bruno. Tenente Bruno v, ex vereador e agora o secretário de segurança pública. Ele veio e colocou em pauta quando era vereador, colocou lá em cima com o senador.

Entrevista: Fundação Tupahue, Stela e Paulo Ricardo Faraco.

Entrevista realizada via Plataforma webconf da Ufpel.
Os fatos, tá? Porque, como eu disse pra Sabrina, tem muita coisa que eu só ouvia, não participava, e a minha memória, pra datas e fatos, ela é super seletiva, entendeu? Tá. O detalhe da trilha ali com as pedras tá tranquilo, tá? Pode contar. Eu só vou fazer mais uma pequena introdução, então.
Então, essa entrevista é relativa à relação com a Fundação Tupauê, né, que teve início em 1999. Eu tô muito feliz que eu tenho dois entrevistados nesse momento. Eu ia pedir que você se apresentasse um pouquinho sobre o seu nome, sua relação com a Fundação, né, e depois eu parto por umas etapas de autorização também pra gravação e... A autorização da entrevista pode ser? Pode.
Estela, talvez você queira começar, se apresentar. Eu sou, meu nome é Estela Marines, eu sou conselheira da Fundação Tupauê no momento. Estou no time da Fundação desde que ela foi instituída.
Ela foi instituída pelo meu sogro e pela minha sogra, Milton Moreira e Vera Lúcia Pérez Moreira. Quando meu sogro partiu, eu assumi, durante a última gestão, a presidência da Fundação. E quem tá dando continuidade agora na diretoria é o Paulo Ricardo Faraco.
E eu voltei a ser conselheira, uma conselheira atuante, né, Paulo? Sim. Bem participativa. Sou formada em publicidade e propaganda, especialista em marketing e biopsicologia.
E moro num espaço onde hoje são realizadas as atividades da Fundação Tupauê. Perfeito. Paulo, gostaria de se apresentar, por favor.
Bom, meu nome é Paulo Ricardo Faraco, sou engenheiro agrônomo, professor. Quando eu trabalhava na Prefeitura Municipal de Pelotas, junto à SQA, Secretaria de Qualidade Ambiental, eu entrei em contato com... eu representava a SQA junto ao

conselho, ao COMPAN, e ali entrei em contato com o professor Almir, o senhor Milton, na época, engenheiro agrônomo, e outros colegas, e me chamou a atenção o propósito da Fundação, com aquele viés multifocal, mas principalmente concentrado em educação ambiental, em valorizar a questão ambiental da área do parque, da área ali em geral, mas muito... conforme a Estela falou anteriormente, o propósito era a educação ambiental e via escola, e algumas ações. Mas não tinha uma conectividade com o entorno, conforme essa proposta, a Sabrina está falando, olhar multifocal.

E depois, dando continuidade na gestão da Estela, que foi um... após o senhor Milton, eu acho que essa gestão da Estela marcou, foi uma transição, esse rearranjo de... quando fui convidado para participar, para assumir a presidência, eu acho que é muito interessante, porque a gente começa a ver, na parte dos conselheiros, a formação, ela é multidisciplinar, aí começa a ver, tem advogado ambientalista, tem agrônomo, tem MEB, todas essas formações que a gente necessita para esses olhares, e eu acho que o meu desafio, e tendo a Estela como aluna nessa gestão, é a gente aproximar mais o conselheiro, não só aquela forma na tomada de decisão ali no finalzinho do processo, não, é fazer com que o conselheiro interaja mais, que ele traga assuntos, por exemplo, que participe de repente de um grupo da área de arqueologia, e mesmo que esteja fora da área da fundação, ou ir fazendo esses links, e é uma forma também, eu acho que é um contraposto em relação ao que foi falado antes, antes o senhor Milton trabalhava muito sozinho, então se caracterizou aquela figura centralizadora, puxando o trem, sendo a locomotiva, e eu acho que a locomotiva no conceito de hoje, o trem, aliás, melhor dizendo, são várias locomotivas, uma na frente, uma no meio e outra atrás, que é bastante comum para os trens de carga, ter essa distribuição de força, peso, etc, e até rendimento. É uma forma de centralizar um pouco, e cutucar os conselheiros para que atuem mais, de forma mais efetiva, tragam assuntos dessa natureza, que venha complementar essa importância da multidisciplinaridade do coletivo, dentro desse olhar multifocal, no caso que é o propósito da entrevista, e a trajetória da tupauê tem isso aí, conforme a Estela falou, e já vão para 20 anos, Estela, de fundação. Então, a gente, a Sabrina disse que encontrou esse relato de 1999, a gente até resgatou a data formal, porque, Sabrina, a gente tem algumas coisas, uma coisa foi o momento que começou o movimento, outra que isso se formalizou junto à procuradoria, então tem datas diferentes.

Tem datas. Mas é por aí, em torno de 20 anos, talvez um pouco mais, desde que o movimento se iniciou e o seu amigo... Eu fui na informação do blog que tem na fundação, mas acredito que essa coisa de formalizar e iniciar o movimento sempre tem diferença, mas é mais ou menos em meados, no caso de 1999. Mas cabe ressaltar, Sabrina, que independente de datas e essa concretização, Estela, de fundação, etc., a participação, na época do seu Hamilton, já era pelo CIPEL, Centro das Lutas de Pelotas, e eu me lembro que tinha representantes de outras instituições, mas o viés sempre foi o ambiental.

O que o Centro das Lutas de Pelotas está fazendo em relação aos rejeitos industriais, mesmo estando no bairro industrial, ali na saída de Pelotas, em direção à Porto Alegre, problemas sérios que tinha, na época, com o arroz parbolizado, ali na ponte sobre o Pelotas, o arroz tio João, independente de mencionar marcas, mas só assim, são pontos que marcaram uma determinada época. Eu também sou de fora, Sabrina, e me integrei nesse grupo e foi muito... E, de uma certa forma, quando me formei em agronomia, claro, a gente vem com aquele estímulo todo nessa área, mas quando encontrei o grupo da Tupauê representando o COMPAN, uma cadeira cativa, e a Tupauê sempre teve uma representação, Estela se me falha a memória, no Conselho Municipal de Proteção Mental, no COMPAN. Isso é uma coisa muito importante dentro da trajetória.

Então, independente se já era Tupauê ou não, essa formalização, e esse propósito dos conselheiros sempre foi nunca deixar uma cadeira vazia para discutir aquelas faltas do momento. Então, isso é legal deixar registrado. E, em relação a esse contato com o pessoal, por exemplo, tinha o Rui Thorman Alves, se eu não me engano, ele era veterinário, Estela? Ou biólogo? Eu acho que é agrônomo também.

Agronomia, é. Então, outro colega da agronomia... Milton, na época, em termos de idealização, enfim, de inspiração. E é legal trazer que os dois tiveram... Teve um momento... Desculpa te interromper, mas é que me veio a memória agora, Paulo. O Samuel teve um momento muito especial na trajetória dele, que foi quando ele encontrou o Lutz Hemberg.

Eles se conheceram, e ele sempre trazia aquela conversa, aquele dia. O Lutz Hemberg tocou ele em algum lugar, de uma forma muito representativa, e ele tinha o Lutz Hemberg sempre como uma grande inspiração, um grande mestre. E eu tive a

oportunidade de conhecer a Fundação Gaia, estive lá, e é impressionante mesmo o projeto dele, o trabalho dele.

E essa velha guarda, depois o João Carlos Walwitz, outro conselheiro muito atuante, sempre foi nosso braço direito em perpetuar o pensamento, as diretrizes, o viés da Tupauê dentro do conselho, não só nas tomadas de decisão, que muitas vezes a gente tem que ser contemplativo em algum momento lá com a prefeitura e outras instituições, mas não sair, Sabrina, daquele viés assim simplesmente... Pode ou não pode tirar a árvore, pode ou não pode implantar tal indústria, mas por quê? Para colar um pouco essa questão mecânica de tirar ou não tirar a árvore, o problema é muito maior que isso. Tem que sair aquela figueira mesmo, o Centro Centenário, ela está caindo em cima de um barraco, porque a senhorinha ali é uma questão de vida. E ali é má propriedade, porque aí tinha as câmaras técnicas.

E essa sensibilidade e a relação, uma certa intimidade com a Tupauê ao longo dessa trajetória, eu fiquei por 15, 13 anos na prefeitura, então eu nunca atuei diretamente, mas sempre tive a Tupauê como grande parceira lá dentro, na tomada de decisão, como parceria em termos até para fazer uma vistoria como técnico. Me lembro que uma vez caiu uma figueira, duas figueiras ali no Valverde, agora a rua está asfaltada, Antônio Augusto Assunção, é a rua oposta a Rio Grande do Sul. Eu chamei o professor Eduardo Chapon, Estela, porque eu olhava aquele monumento, duas figueiras centenárias, que era quase um pórtico na entrada do Valverde, quando olhei aqueles dois monumentos caídos por cima de grades e de casa, interrompendo o acesso, e os bombeiros só queriam fatiar a figueira e dar acesso, e eu olhei aquela quantidade de orquídea e bromélias associadas, aquilo ali era um universo em monte de mingue, de pássaros, coisas assim.

Eu vou chamar alguém da Fundação para me respaldar no parecer, porque não podia ser só um parecer técnico. Desobstruir o caminho, por exemplo, estava a CE, a CE queria ver o lado dela, desobstruir o caminho ali e fornecer energia de novo para os moradores. Os bombeiros só queriam fatiar e passar reta escavadeira para abrir o acesso para os carros e deixar.

Mas nessa abertura de serviços, tanto para a rede elétrica quanto para passar os carros, tinha muito material botânico ali, tinha muita vida ali, e foi uma oportunidade quase que única de a gente ver, ou são marcos, conforme falou do Luxemburg, são marcos na trajetória profissional da gente que a gente percebe. Olha o universo de

vida que tem em torno de uma figueira, o quanto ela abriga. Então isso nos faz pensar depois, em uma tomada de decisão, na hora que tem que tirar uma árvore em um perímetro urbano e nasceu de forma involuntária, simplesmente o passarinho foi ali, desfocou naquele moirão, poste, foi se desenvolvendo, e por falta de condições econômicas nunca tiraram, e hoje ela se tornou um monstro.

E aí é uma questão de vida, a senhora não pode sair dali, porque ali é propriedade dela, é o único bem. Então tinha grupos que eram quase que xiítas, com todo o perdão da palavra, Ah não, mas a figueira... Aí o Valvítez, o Joaquim Cunha, todos os representantes da FAOE, pessoal, vocês não estão vendo que está caindo? Olha ali, já tem um ângulo de inclinação, tamanho, qualquer vento acima de 70, 80 por hora vai tombar, e a senhora vai virar óbito. Então esse contraponto foi muito bom também, a Tupauê teve essa importância de participar nas saídas com os técnicos da prefeitura, que não é só lá aquela cadeira cativa de dar o voto no conselho, a participação do Valvítez em inúmeras vistorias foi muito importante, e isso ajudava muito o técnico a levar um outro olhar para o conselho.

Então não ficava simplesmente o conselho, digamos, engessado naquela decisão, e aí vai para a próxima reunião, e vai para a próxima, e quando vê um processo simples como esse que foi citado, para tirar a figueira, suprimir, ou fazer uma poda drástica para a readequação do espaço, isso ia quase um ano, arrastando aquilo ali, e os problemas acontecendo. Então a Tupauê teve sempre essa participação bem efetiva. Perfeito, Paulo.

Paulo, preciso fazer uma pergunta, mas é só para caso de registro, porque a gente está iniciando a nossa conversa, eu preciso perguntar para vocês, para ambos, se vocês concordam em serem entrevistados, participar do projeto Arqueologia do Conflito no Pontal da Barra, do Sul Brasil, que eu desenvolvo, se vocês autorizam, então, o uso das informações por escrito, os áudios, os vídeos, as imagens que estão sendo produzidas, para o referido estudo, e também para divulgação, se vocês autorizam. Tranquilo, né, Estela? Eu acho que da nossa parte está bem... Autorizado. Autorizado.

Muito bom o trabalho. Muito obrigado. É, eu preciso pedir autorização para vocês, e também dizer que esse material também fica disponível para a fundação, se vocês também quiserem usar, da minha parte eu também autorizo, para divulgação, para

promover educação ambiental, para promover a fundação, ele fica de acesso também para a fundação, tá bem? Tá ok, obrigada.

Esse está sendo gravado, e esse depois é convertido pela plataforma, e a gente tem acesso ao vídeo, essa conversa que a gente está tendo agora. É um prazer conhecê-los, para iniciar, a gente teve uma conversinha anterior ali um pouco, para contar sobre a minha proposta, eu conheci um pouquinho mais a fundação, porque eu também não sou de pelotas, muita coisa eu estou conhecendo agora, sobre o que tem de pessoas trabalhando na área ambiental, na área arqueológica que eu conhecia, eu acredito que ambos moram... Paulo e a Estela já me falaram que moram em Laranjal, Paulo também, que também é morador de Laranjal. Não, moro no centro e estou atualmente agora aqui na Chacra, aqui na Colônia Baquine, aqui no interior, de pelotas.

Certo. Mas existe uma relação próxima ali, porque participou da fundação. Eu vou trazer a discussão para o Pontal da Barra, que é a proposta que eu venho trazer, para ver se pode a gente conversar.

Eu queria saber um pouquinho da relação de vocês, o que vocês sabem sobre os conflitos ali no Pontal, e a relação de vocês a nível pessoal mesmo, pessoal, profissional, levando também a relação com a fundação, sobre o Pontal da Barra, e sobre todo esse histórico de conflitos. Não só tanto o papel da fundação, como também a relação de vocês pessoal, e alguma atuação profissional que vocês já têm feito também. Como eu comentei no início, na nossa conversa antes da entrevista, esses conflitos vêm desde a década de 80.

Então, muitas pessoas, muitos profissionais, moradores, órgãos públicos, privados, ONGs, se envolveram com a questão dos conflitos ambientais ali no Pontal. Eu não sei se a fundação teve também alguma atuação ou não nesse momento. E a relação também de vocês, como pessoas, como indivíduos, com o Pontal da Barra.

Eu queria ouvir um pouquinho. Estela. Eu acho que o Paulo traz um pouquinho mais desse contexto possível, desse histórico de envolvimento da fundação, que eu desconheço.

E depois eu vou trazer a minha visão mais pessoal, pode ser? Tá. Bom, essa terminologia, Complexo Pontal da Barra, é muito interessante. Tem algumas vertentes que só Pontal da Barra, o Complexo Pontal da Barra Dunas.

Eu acho bastante interessante que até um colega nosso do curso de gestão ambiental, o professor Maurício, Giovanni Maurício, traz com bastante ênfase contextualizar o

ambiente completo. Então tem o ambiente posteiro ali, Lagoa, com aquela foz do Canal São Gonçalo, a zona de banhado e depois a formação de dunas e um pouco de formação de campo que pega duna e campo ali dentro da Tupauê. Então não tem como pensar a fundação separada do Pontal e pensar o Pontal sem a fundação.

Essa seria a minha opinião e o olhar, esse olhar mais recente, digamos, não tão estagnado. O Pontal é uma coisa, desenvolver projetos dentro da fundação sem contextualizar esse entorno, Sabrina. A participação efetiva, sim, me atrevo um pouco a dizer, da fundação, sim foi em relação ao Pontal de forma de força-tarefa.

Junto à Prefeitura, a PATRAN, a Patrulha Ambiental, que agora é o oitavo comando, se não me engano, o Comando Ambiental, nunca foi assim de forma individual. Por exemplo, o CEA, Centro de Estudos Ambientais, já tinha uma participação mais efetiva, individual. Por exemplo, em prol das orquídeas, em prol dos peixes anuais, assuntos pontuais, focados, e a Tupauê de forma mais abrangente.

Então, sempre apoiando a Prefeitura, apoiando a Patrulha Ambiental, alguns movimentos de forma mais coletiva. Então, uma ação ambiental na semana da primavera, no Dia Mundial do Meio Ambiente, aqueles faxinões que se chamavam limpeza da praia, eu quero a minha praia limpa, então se geravam camisetas, mas aí vinha como apoio, nesse sentido. Mas acredito que na época do Hamilton e dos conselheiros mais velhos, os que sempre puxaram a fundação, eles permeavam esse pensamento, essa vertente do pensamento de que a área da fundação estava dentro de um contexto muito importante.

Ela é uma engrenagem importante. Para você ter o pontal da barra, você tem que ter a fundação, a fundação para sobreviver, tem que pensar o pontal da barra. Mesmo que saiam projetos independentes, tem que ter esse pensamento.

Por exemplo, nós temos ali espécies endêmicas, típicas da região, dessa zona toda lacustre, mas principalmente ambientes bem regionais, com aquele tipo de formação de banhado. Então temos a palmeira, uma palmeira que dá no interior do mato, com bastante sombra, que é a genoma escociana, e a gaminhova. A gaminhova é mais rara ainda, só tem depois lá em Maquiné, e na zona de Torres ali.

Então, naqueles fragmentos de Mata Atlântica, o pessoal continua no extrativismo clandestino, para usar como se fosse uma palmeira, areca, bambu, de interior, ou então plantar ela só ao pleno, e ela não aguenta. Então faltam estudos nesse sentido. Outras espécies que o professor Giovanni e Maurício estão trabalhando com espécies

como se fossem flores, parece 11 horas, ou umas margaridas, não me recordo agora todas as espécies, mas ela está conseguindo fechar o ciclo nessa transição das dunas móveis e permanentes, que na Tupauê já tem muita duna permanente, já totalmente coberta, e no Pontal é aquela primeira transição das dunas servindo como barreira, e volta e meia elas se deslocam um pouco, só que existe só uma linha imaginária para nós, pode existir uma cerca, aqui é a propriedade da Tupauê, aqui é a propriedade de Aoude, mas essa linha tem que estar muito tranquila.

A divisão é nossa, do ponto de vista natural não existe divisão, está interligado, essa é a divisão que a gente faz. Trazendo um pouquinho do que o Palika estava falando, eu fico pensando, mal ou bem, e eu sempre olho para o ponto de vista também, eu gosto dessa relação sempre em conjunto, ser humano e meio ambiente, nós somos parte desse meio ambiente, como a gente convive em harmonia. Então, se essas áreas todas estão preservadas hoje, estão do jeito que estão, também é graças aos proprietários dessas áreas, porque eles mantiveram elas assim, nem tudo virou, eu desconheço boa parte da discussão, mas eu me lembro da discussão ali da área do ex-prefeito, esqueci o nome.

Irajá. Irajá, aquele que se faz um empreendimento, alguma coisa assim, eu me lembro dessa discussão, eu não acompanhei, mas eu lembro de ouvir sobre, tá? Dos demais, eu não me lembro de nenhuma necessidade, seja da área do Jardim, ou aqui mesmo do São Hamilton, que tem uma boa representatividade desse espaço, de alguma, enfim, de uma intenção de fazer algo que pudesse imacular esse ambiente, sabe? Pelo contrário, sempre vi o Jardim e o São Hamilton como grandes guardiões desses espaços aqui. Interessante que você está falando dessa teleatuação do homem, tanto pode vir como destruição, como também preservação, necessariamente uma coisa está ligada à outra, o ser humano compõe a paisagem, essa que é a grande questão. E aí eu penso assim, tá, tudo bem, vamos transformar isso em uma área de preservação, ok. Como que a gente tem que olhar para essas pessoas, esses proprietários, que preservaram esse ambiente para que hoje eles se transformassem em uma área de preservação, né? Para que eles pudessem estar aptos e praticamente intocados, né? Praticamente preservados, de fato. Então, é um olhar de equilíbrio também, né? E de reconhecimento, porque o que eu percebo é que às vezes quem vem em defesa do meio ambiente esquece o que que aconteceu.

Não, essa área tem que... Tá, mas ok, como é que a gente acomoda esse investimento privado que foi feito durante tantos anos para que esse ambiente continuasse sendo dessa forma, né? O investimento ou o fato, só o fato de abrir mão de ter algum meio de extrair recursos dessas áreas, já é um grande passo, ao meu ver, entende? Então, eu acho que essa conversa que é importante, isso que o Paulo está falando, eu participei de algumas reuniões do Compan, e era um desastre, era terrível. Porque eu realmente via isso, né? A força produtiva versus a força ambiental e uma tragédia, porque imobilizava a conversa. As reuniões não aconteciam.

As reuniões paralisavam em função de... de bobagens, assim, sabe? Porque a gente precisa encontrar o caminho do meio, e isso foi uma fala que eu fiz numa das... Gente, pelo amor de Deus, tem coisas que todos nós concordamos. Vamos falar das coisas que nós concordamos? E eu acho que a Fundação sempre teve um pouco desse viés, porque seu Hamilton era um cara apaixonado pela natureza, mas era empresário, né? Então, a gente não pode dissociar a vida do desenvolvimento do ser humano da sustentabilidade. Isso é um dos tripés.

Eu ouvi num congresso sobre varejo internacional que o tripé de sustentabilidade são os três P's, né? Profit, Planet and People. Ou seja, orçamento, planeta e pessoas. As pessoas, a gente pode falar de preservação ambiental, mas as pessoas não podem viver sem banheiro dentro de casa.

A gente pode falar de preservação ambiental, mas as pessoas não podem não ter um saneamento básico, sabe? Então, a questão é muito mais ampla, como diz o Palika. Eu não posso pensar só na árvore que vai ser derrubada ou não. Eu tenho que pensar... O ecossistema, nós fazemos parte.

Sabrina: Nós fazemos parte. Tu achas, Stella, que é possível, então, um equilíbrio entre os discursos empreendedores e ambientalistas? Porque a gente, como você falou, a gente vê muito um embate, né? O conflito entre os olhares. E tu acha que é possível alcançar esse equilíbrio nos discursos?

Stella: Eu não vou te dizer que é possível, mas ele é indispensável.

As pessoas precisam ter vontade de ouvir e isso eu não percebo, pelo menos nos encontros que eu... Existe um ponto de vista e esse ponto de vista, ele... Exatamente o que a gente está vivendo, as polaridades socialmente falando. O que está fazendo com que a gente se agarre às polaridades é a gente parar de pensar, a gente deixar

de falar sobre aquilo que a gente converge. A gente só vê as divergências, não vê o que a gente converge.

Se eu perguntasse para qualquer pessoa, ambientalista ou empresário extremamente capitalista, que eu não tenho problema nenhum com o capitalismo, tá? Perguntasse para eles assim, vocês acham que é importante nós vivermos em harmonia com o meio ambiente e termos qualidade de vida, saúde, para vivermos? Todo mundo ia dizer que sim, só que cada um está enxergando isso de uma maneira diferente. Ok, tu enxerga isso, eu enxergo aquilo. Tá, mas... E não é não, é o... E o e, né? E se nós fizéssemos tal coisa? Então, essa falta de diálogo é muito triste e ela está muito... E ela cega muito as pessoas e eu entendo que cada uma delas está muito magoada, está todo mundo muito magoado.

Os empresários estão muito magoados pela falta de reconhecimento do esforço que eles fazem para que as coisas aconteçam e para que o mundo gire, para que as pessoas se alimentem e tenham acesso às coisas. Os ambientalistas, ou pessoas que têm uma cabeça um pouco mais aberta em relação a isso, estão magoadas porque veem que a maior parte dos esforços capitalistas talvez sejam responsáveis por isso que está acontecendo, mas não entendem que a gente não pode abrir mão de uma coisa ou de outra. Nós não podemos voltar atrás.

...da natureza, e isso está deixando o ser humano doente. E aí eu volto àquilo que eu falei contigo lá no início. E esse afastamento da natureza, muito é porque a gente não vive com ela mais.

E hoje a gente não estava dando o valor que ela merece. Ou porque a gente sempre teve ela em abundância, e a gente aqui ainda tem isso. Nós ainda temos uma natureza em abundância, então talvez ela seja vulgar.

E o outro é porque eu vivo tão à parte dela que eu esqueço que... Então, cadê a nossa conexão? A gente precisa voltar a se conectar, entender. E quando eu te falei que o Seu Hamilton era um cara que andava por aqui, fotografava os pássaros, fotografava as florzinhas, e mandava pra gente, e eu ficava olhando. Ah, mas tá um florzinho, um pássaro, né? Qual é a vantagem? Qual é a grande novidade? É apurar esse olhar.

É a gente andar, e é isso que a gente busca quando agora a gente quer retomar a educação ambiental com as crianças. Que eu participei de uma das visitas que a gente fez aqui, piloto, até pra entender mais como seria o processo. E as crianças vêm pra

cá tão estimuladas, tão energizadas, um grupo de estímulos que elas recebem todos os dias com eletrônicos, etc.

Que elas têm dificuldade de se desligar e se conectar com a natureza. E aí, o projeto que a gente tá desenvolvendo agora é quase uma gamificação dessa visita. É uma visita lúdica, é uma visita interativa, é uma visita que tenha arte, é uma visita que tenha jogos, né? Então, pra que de alguma forma, a gente não tem que obrigar, de novo, a gente não tem que obrigar as pessoas a olharem pra isso e entenderem que isso é importante.

Elas precisam voltar a se reconhecer nesse ambiente. E aí, criar essa conexão é bem complexo hoje, porque a gente luta com estímulos que são pensados pra trabalhar nossa neurociência pura, sabe? Quando a gente fala em eletrônicos, etc., eles estão afetando nossos sistemas neurais. E aí, a gente precisa voltar.

Mas a gente vê exemplos bem sucedidos disso, Sabrina. Quando a gente vai pra fora daqui e vê... Eu visitei um espaço em Paris que eu compartilhei com o Paulo, incrível, que é um espaço de ciência absolutamente interativo, né? Com estímulos visuais, com integração, que não é simplesmente assim, ah, vamos sair fazer uma trilha e eu tenho alguém aqui que está explicando. Aí, eu saio em uma trilha com 20 crianças, a pessoa está explicando lá na frente, as três primeiras crianças estão entendendo, as do meio pra cá já estão noutra esfera, não estão nem entendendo o que está acontecendo.

E aquele passeio virou, tudo bem, eu não estou tirando mérito que isso não seja bom, só o fato de elas estarem na natureza já é bom. Mas esse passeio não teve a efetividade, não teve o aproveitamento que ele poderia ter, né? Só que eu não posso obrigar as crianças, crianças, fiquem quietas, prestem atenção. Isso não existe mais. Eu tenho que me aproximar delas pra que a gente converse, pra que elas entendam do universo delas, o que chama a atenção delas, o que elas gostariam de ver, né? E é isso que a gente está tentando fazer agora a partir desse novo processo. Então, é isso, o que eu vejo disso tudo? Tentando resumir essa viagem toda que eu fiz. A gente precisa buscar integração, a gente precisa buscar convergência, ouvir e não forçar, eu não posso forçar que os empresários mudem 100%, porque eles também estão fazendo o melhor que eles conseguem dentro do cenário, eu tô falando do que eu acredito, todos são maravilhosos, mas eu acredito na intenção da maioria de querer fazer o melhor, e eu acho que eles estão fazendo isso dentro do contexto que é

oferecido e da educação que eles receberam, tá? Eu ouço muitos empresários falando assim, eu estou, eu me sinto sufocado, eu gostaria de, eu não sei como, eles se sentem exauridos, tá? Tendo que fazer a coisa acontecer dentro de um ambiente tão hostilizado que a gente vive, econômico, social, etc.

E vejo as pessoas, vejo também os ambientalistas e pesquisadores, com as preocupações super pertinentes e reais, tipo assim, gente, estamos esgotados, estamos esgotados, só que como que o cara vai frear a força produtiva dele do dia pra noite? Ele vai botar milhares de pessoas pra rua? Ele vai diminuir a capacidade produtiva dele? Nós vamos ter uma miséria absurda? Como que isso vai ser? É possível fazer isso hoje? Como que a gente começa a construir o caminho do meio nisso tudo, sabe? É, eu acho que a grande pergunta aí é como fazer, né? Eu acho que... Como fazer? Mas antes do como fazer, antes do como fazer, vamos nos ouvir? Então, é essa a minha proposta. Tanto que a multivocalidade, eu incluo a parte empresarial, a parte política também, né? Eu quero escutar também os poderes políticos locais, que a ideia é a gente discutir, não está se diminuindo importâncias, é aí que está. É claro que eu, como arqueóloga, eu vou... O meu olhar vai destacar a importância do arqueológico, né? O biólogo vai destacar a importância dos animais, dos vegetais, o empresário vai destacar a importância do desenvolvimento que precisa ter, casa pras pessoas morarem, precisa ter saneamento.

A questão é, todos são importantes. Como a gente poder fazer isso funcionar? Porque nós precisamos do equilíbrio ecológico, nós precisamos proteger o patrimônio e precisamos do desenvolvimento empresarial, o desenvolvimento da cidade. Como fazer esses discursos funcionarem juntos? Que é a grande pergunta, porque é por isso que é um conflito.

Cada um está discutindo, defendendo seus argumentos sobre o que é importante e o conflito existe. E como fazer isso funcionar é a grande questão, né? O que é importante nisso tudo? A gente está falando de várias importâncias. Não é porque é importante preservar o banhado frontal, mas também é importante pensar no desenvolvimento do laranjal.

Isso tem que funcionar que uma importância não se sobressaia ou acabe com a outra, né? Fazer funcionar que é o grande desafio. Por isso que eu sempre pergunto, é possível fazer isso? Eu acredito que não é uma coisa nada fácil, senão a gente não estava conflituando aí há muitos anos, né? A gente vê o histórico de conflitos aqui da

região, é sempre nessa base. E sempre as forças ambientais de uma forma de um lado e as empresariais de outra.

Mas a coisa é muito mais complexa do que isso, né? Simplesmente A versus B, né? A coisa é muito mais complexa. São as escolhas que nós precisamos fazer, estamos dispostos, porque todo mundo vai ter que abrir mão de alguma coisa, sabe? Todo mundo. O sacrifício, ele precisa ser conjunto.

Não dá para ser só de um lado ou só de outro, entende? Então é isso, mas é que tu vai precisar de um grau de... E aí eu acredito que o trabalho da Fundação, mas aí é a Estela falando, né? Como uma das conselheiras da Fundação, é realmente promover esse reencontro do ser humano com a natureza através das crianças. Porque aí eu penso o seguinte, né? A gente tem muito mais chances de ter uma geração que vá menos para a polaridade, que vá... Porque talvez... Eu acho complexo que a gente consiga, nessa geração, estabelecer esses acordos, né? Talvez a gente não consiga, mas a gente pode começar a trabalhar um futuro, um futuro mais promissor, trazendo de novo esse entendimento para essas crianças, né? Eu acredito que é um grande legado possível. Eu vou puxar um pouquinho de novo para o Pontal da Barra.

Eu queria que vocês, na verdade, me falassem, sim, vocês conhecendo o trabalho aqui nessa região, o Pontal da Barra está sempre no centro dessas discussões de conflitos ambientais. Na opinião de vocês, o que vocês acreditam que é importante no Pontal da Barra? Qual a importância dele? Pode ser. Vou falar uma visão mega... Enfim, comum, sem respaldo técnico nenhum.

Eu costumo dizer, quando eu falo com o Giovanni, porque o Giovanni é o professor que mais faz passeios aqui, é o cara que mais conhece essa área, entende? Então, e quando a gente estava conversando sobre o roteiro das visitas das crianças, eu dizia para ele, assim, Giovanni, a gente precisa mostrar para a criança por que preservar essa margaridazinha aqui faz diferença no arroz com feijão que ele vai comer no almoço dele? Ou por que a gente olhar para essa palmeirinha que está aqui faz diferença no aumento da água dos oceanos? Então, é entender que esse pequeno universo, que não é tão pequeno assim, mas que esse pequeno universo tem um impacto grandioso sobre o nosso planeta, sobre a nossa vida, que é aquilo que eu falei para ti de novo, Sabrina. Quando eu estive lá na minha casa e percebi que a árvore frutífera que meus pais tinham plantado tinha sido dizimada pelo uso de

fertilização aérea, é olhar para o que eu tenho aqui e perceber que isso tem impacto no todo. Pode ser pequeno, mas é muito importante.

Valorizar isso, sabe? Porque senão a sensação de impotência paralisa. Porque eu penso assim, o que eu posso fazer em relação ao aquecimento global? Gente, não posso fazer nada. Eu não dou conta.

Porque é muita coisa que precisa ser arrumada nesse planeta. Mas eu posso dar conta de um pedaço, e esse pedaço é importante. É reconhecer que essas pequenas coisas estão no meu quintal.

O Pontal da Barra é o nosso quintal. Ele é o quintal da cidade de Pelotas. E aí, como que a gente está cuidando do nosso quintal? E de fato, se a gente olhar para a maioria das casas em Pelotas, as pessoas não cuidam bem do seu quintal, né? Então, a gente tem um processo de educação bem importante para fazer isso, mostrar para as crianças.

Desde o lixo, do consumo. Então, nesse projeto de visitação, a gente gostaria de trazer para as crianças em relação a um despertar de consciência até sobre o que elas consomem. Mas não vai ser dessa vez que a gente vai fazer isso.

A gente começou a perceber que a gente está tentando dar um passo muito amplo. Acho que eu falei que caiu. Caiu.

Mas tipo assim... Eu estou falando, eu estou me lembrando... Meu filho, eu tenho um filho de nove anos, né? E um dia eu estava no Laranjal e a gente ficou na praia e tudo mais. Eu peguei uma sacola e recolhi os lixos que a gente fez, amarrei e levei para dentro do carro. E ele dizia assim para mim, mãe, para quê que a senhora está recolhendo lixo? Todo mundo conta o lixo na praia, né? Que diferença vai fazer? Eu disse, meu filho, é menos da minha parte.

É uma garrafinha menos que está boiando o Laranjal. Entendeu? É uma garrafinha menos que está fazendo aqui. Se eu reciclo lixo, é uma sacola de lixo a menos que vai para um terreno baldio, com plástico, para durar cem anos ali.

Entende? Então, são como você está falando, são os pequenos atos que contribuem para o todo, né? É, e principalmente conhecer a importância disso que tem. Ou seja, não colocar o lixo na rua, que é uma coisa imediata, que talvez as pessoas em alguns ambientes, as próprias crianças que vivem em comunidades mais simples, percebem que a rua enche porque o bueiro está entupido. Talvez elas tenham um pouco do

reflexo disso, já é mais simples a gente mostrar, né? Mais simples no sentido de que elas enxergam.

Mas como mostrar que aquela margaridinha ali, ela tem uma potência sobre a nossa vida, sabe? Reconhecer, olha para essa margaridinha, ela parece tão bobinha, né? Eu olhava para ela, achava assim, tem tanto aqui. Quando o Giovanni falou, gente, essa margarida só existe aqui, eu falei, meu Deus, salve a margarida. É, aquela... É um lagarto que não tem patas, né? Que também tem contra que a cobra de vidro.

É só também lidar do contexto do banhado, né? E alguns peixes anuais também, que se acabou o banhado, também acaba os peixes. Os sítios arqueológicos também, que se vê também construção foram destruídos. São sítios muito importantes, são complexos sítios arqueológicos na região.

Tem nas dunas também do La Caça, também o sítio Guarani. Então a gente tem, não falta argumentos e motivos para preservar o Pontal da Barra, né? Eu fico pensando assim, olhando sobre o ponto de vista de... Ah, como viabilizar economicamente, né? Porque daqui a pouco tu vai dizer assim, ah, vai ter ali a região do Pontal da Barra, que isso vai ser preservado, vai ser, sei lá, vai ser... O governo vai ali, vai expropriar, sei lá. Estou supondo que vai acontecer, tá? Teria que ser, claro, a coisa mais justa possível, como eu comentei contigo.

Mas aí vamos olhar para a atividade econômica que possa ser desempenhada aqui, à beira, né? Que ainda vai ter uma área que vai ser vizinha ao Pontal da Barra e que a gente tem que ter um cuidado sobre isso, né? Como que a gente vai estimular que os proprietários dessas áreas, que têm custo com isso, vejam isso como algo economicamente viável também para eles. Porque daqui a pouco, cansa. Seu Hamilton, que era um cara que tinha outras atividades, e daqui a pouco, para ele estava tudo bem manter essa área aqui, entre aspas, é uma coisa, descendente, sei lá o que vai acontecer.

Daqui a pouco vem uma proposta imobiliária irrecusável. E boiada anda é a vida, né? Vamos fazer negócio, né? Mas como que isso poderia ser valorizado para que também se transformasse em uma atividade econômica razoável e que justificasse a preservação? Turismo seria excelente, né? Uma indústria limpa, mas que de fato faria com que as pessoas pudessem usufruir dessa área, preservando ela. E aí a gente fala, internacionalmente falando, tem esse poder estimular a vinda de turistas do mundo inteiro.

Aqui moraram índios, está aqui, está vendo isso daqui? É o lugar que os índios habitavam. Então, esses tempos, a gente teve uma visita de uma norueguesa aqui. E ela ficou encantada.

E a gente perguntou para ela se a gente tivesse aqui receptivos. Tu acha que as pessoas viriam e passariam dias aqui? Porque as pessoas querem ir em lugares assim, diferentes, né? Na Europa, quem mora na Europa já conhece toda a Europa. Ir para lugares que são inusitados, que são diferentes mesmo.

Então, e aí um outro contrassenso, na minha opinião, a função das dunas. Tu já teve oportunidade de pisar nas dunas? O que eu estou falando aqui é crime ambiental, tá? Tu já teve oportunidade de pisar nas dunas? É, eu já estive procurando sítios arqueológicos no local. Como trabalho de campo, assim, né? Tu já botou teu pezinho, assim, sem calçada? Sim, sim, sim, sim, sim.

Para mim, é uma das coisas mais curativas que possam existir. Assim, tu olhar para as dunas, tu estar ali, é uma coisa. Quando tu bota teu pé na duna, com o respeito que aquele espaço merece, tu tem uma outra relação com esse espaço.

Então, por que a gente não pode pisar nas dunas? Por que a gente... Tudo bem, a gente não está dizendo que isso tem que ser liberado para o pessoal fazer acampamento. Mas até onde vai o que eu preciso preservar? E até onde vai o que eu preciso transformar em experiência para que as pessoas, de fato, entendam, sintam o potencial daquilo? Para mim. Sim, mas isso ali eu acho que é possível.

Na verdade, a visitação de sítios arqueológicos em dunas existe áreas que você vai fazer o trajeto. Você não pode, por exemplo, que o grupo pise em cima da área, por exemplo, onde está o material arqueológico, porque os sítios são erodidos sobre dunas. Há um derramamento, em termos, dos fragmentos arqueológicos, potes, ossos humanos.

Naquela área onde tem o material arqueológico, você não pode pisar porque você quebra e destrói. Mas o contorno daquela área não teria problema nenhum do acesso. Eu acho que o grande problema das dunas aqui, não é só no Laranjal, eu acho que em todos os sítios de dunas na região aqui, é que o pessoal faz o rally com os carros, com o moto, e aquilo ali realmente acaba com o sítio arqueológico.

Mas você caminhar no contorno da área onde tem material arqueológico para fazer registro, para fazer foto, isso aí, como você falou, tem a questão de satisfação, tem a questão turística, tem a questão de educação, aquilo ali é uma área para se explorar.

Dentro da regra do que seria para acesso aos sítios, não teria problema. O problema é que o ser humano tem dificuldade de limitar onde ele pode, onde ele não pode.

Eu já trabalhei com educação patrimonial, já fiz acesso a sítios de dunas. Se você deixar à vontade, a criançada, a pessoa, sai pisoteando, quebrando urna, quebrando tudo, é uma loucura. Então, é preciso ter uma pessoa que oriente aquela visitação, como é no Brasil, proibir.

Mas não proibir, entende? Não, não. É preciso orientar, é como diz, como fazer. É preciso ser feito e como se deve fazer.

Mas se abrir o acesso... Outra coisa, alguns podem ser intencionais, mas boa parte não é intencional, porque eles não sabem. Olha isso aí, amor. Isso é pedra.

Criatura de pedra. A Malu não tá lá pra cima? Não, ele tava aqui embaixo. O meu cachorro tem que botar lá pra cima.

Tu queres lá atender teu cachorro? A gente continua... Não, não, a Malu vai ali abrir pra ele. Não sei se eu tô te interrompendo, Sabrina, vamos adiante, porque daqui a pouco é meio-dia, e tu vai me deixando falar... Não, tranquilo. Assim, eu vou só seguir aqui assim.

Na tua opinião, Estela, quem tu acha que é responsável, então, pra fazer esse trabalho de preservação, pra fazer esse trabalho de orientação, de como desenvolver as coisas, como fazer? E se tu acha que o pontal da barra, ele tá sendo protegido, ele tá sendo estudado, como deveria? Qual a tua opinião? Eu acho que essa função de preservação é de todos. É um diálogo que precisa ser estabelecido entre todas as partes envolvidas. Como eu te falei, é o quintal da nossa cidade, então, tem uma responsabilidade de quem é proprietária das áreas? Tem, mas não é só os proprietários das áreas que precisam ser responsabilizados por algo que tem benefício pra todos, pra ecossistema como um todo.

Então, tem que ter uma conversa aí entre poder público, entidades, ambientalistas, ciência, enfim, tem que ter diálogo. Diálogo, primeiro passo. Pra definir esses caminhos, um trabalho conjunto.

Todos nós somos responsáveis por isso. A tua outra pergunta era qual? Se tu acha que, hoje, na atualidade, tudo que você já viu falar sobre o pontal da barra, você acha que ele tá sendo protegido, tá sendo estudado como ele deveria? Eu tenho, eu sinto uma imensa gratidão por essas pessoas que são proprietárias dessas áreas e por

terem mantido essas áreas como estão hoje. E elas têm potencial pra muito mais estudos do que já foi realizado.

Já foram realizadas coisas aqui, sim, mas tem um potencial gigantesco, né? Isso aqui é um laboratório a céu aberto. Então, é... Eu escuto muito esse termo, laboratório a céu aberto, espaço de aprendizado, escuto muito esse termo. Que é uma coisa que vai ficar pras gerações futuras, né? E Sabrina, tem uma infraestrutura que eu digo assim, é uma área privada aqui, às vezes eu fico olhando, nossa, é tão legal isso tudo. Que pena que isso não tá acessível pra outras pessoas. Mas não é uma decisão, não é uma decisão, sabe? Pra isso ser acessível pras outras pessoas, tem que ter infraestrutura, tem que ter educação, tem que ter receptivo. Não dá pra simplesmente abrir as portas e as pessoas virem pra cá e usufruírem como se estivessem na Praia do Laranjal com todo o respeito, ouvindo música alta e tomando cerveja, sabe? Não dá.

É, por isso que eu digo, é preciso saber como fazer, né? Como fazer é a base de tudo. A gente sabe que é preciso, a gente sabe que é importante, mas como a gente trabalha isso, né? E é preciso ter acesso, sim, é preciso promover trabalhos de educação, as pessoas usufruírem da natureza, do contato com essa natureza, fazer essa ligação, como você falou, voltar a fazer essa ligação homem-natureza que a gente tem perdido, mas como fazer é muito importante, porque no final das contas, adequada, sem pessoas que possam te dar informação, acaba com que se destruir, né? A população, intencional, uma boa parte não é intencional, nem sabe o que está destruindo, porque não existe a informação, não existe o conhecimento, não teve acesso a esse conhecimento para que se possa preservar isso daí e entender, né? O entendimento parte do conhecimento. Se o conhecimento não é compartilhado, não é divulgado, não existe ações nisso, o conhecimento se perde, a destruição é ilimitada, né? Uma coisa que você conhece.

Um dos projetos da fundação que foi desenvolvido lá na Praça Coronel Pedro Osório e que foi encabeçado pela fundação que levava escolas com monitores para visitar as espécies da Praça Coronel Pedro Osório, a fundação fez toda a identificação das espécies que tinha lá e durante o período organizava então esses voluntários que levavam as crianças para fazer as visitas. O nome desse projeto chamava Conhecer para Preservar, e que eu acho que é o que faz sentido para tudo isso, tem que realmente conhecer, tu não vai cuidar daquilo que tu não entende, né? As pessoas

não podem ser responsabilizadas totalmente, sabe? Elas são ignorantes, elas ignoram isso, porque não é um assunto que a gente trabalha no nosso dia a dia. Como eu te falei, eu fui criada para fora, a gente não ficava falando sobre isso porque era natural, entendeu? Tinha árvores, desmatava também, que na época não se entendia que o desmatamento tinha que ter limites.

Enfim, era isso, sabe? Só que hoje talvez esse conhecimento ele está vindo como um ataque, como uma acusação, tipo, ah, vocês não fazem nada. Então eu só estava fazendo o que eu achava que era certo, e para sobreviver, para sustentar minha família, para levar meu negócio adiante. E aí a coisa fica parecendo uma batalha, com dois lados.

Na verdade, não tem lado, não tem lado, todos estamos sobre o mesmo teto, que é o céu, e sobre o mesmo chão, que é esse planeta. Então assim, no histórico da preservação neutro pontal, foram vários, a gente tem conversado desde o início, que foram vários os esforços, envolveram várias universidades, instituições, ONGs, isso aí remete desde a década de 80 até o presente, e continuam esses esforços em prol da criação de uma unidade de conservação no Pontal da Barra. Na sua opinião, o que você acha dessa proposta da unidade de conservação? E por que você acha que, até o momento, a unidade de conservação ainda não saiu do papel, ela ainda não é uma realidade? Eu não conheço a proposta de preservação na íntegra, eu não sei exatamente o que ela está propondo, mas eu não tenho dúvidas de que é importante a gente olhar para esse espaço e de pensar em maneiras de fazer com que esse espaço seja preservado.

Por que ela não está indo adiante? Olha, se eu não tivesse contato com o professor Giovanni, talvez eu nem soubesse que essa proposta existisse, sabe? E eu estou falando que eu sou da família de um dos proprietários da área. Então, quando se estabeleceu essas conversas, inclusive com os proprietários, entende? Eu não sei, às vezes as pessoas acham que esse assunto está super debatido, mas estão numa bolha, está super debatido entre quem, com quem. Eu soube desse estudo, Giovanni me mandou o PDF, deveria saber mais porque eu poderia ter lido o PDF, mas não li.

Mas, de fato, qualquer outra pessoa que eu converse aqui até do bairro onde eu moro, eu moro em Las Acacias, eu duvido que os meus vizinhos saibam desse projeto. Aí eu penso assim, toda vez que alguém vai fazer um novo empreendimento, tem uma contrapartida que é comunicar os vizinhos, né? Tu tem que fazer uma pesquisa,

comunicar os vizinhos. Então, nesse caso, por que os vizinhos não são chamados a pensar sobre isso, conversar sobre isso? Não sei se precisa ter uma, eu sei que existem, não sei como é que chama, não é assembleia, mas é, isso aqui, pública, é uma audiência pública.

Audiência pública, quando existe alguma coisa... Ela ouve, ela ouve audiência. A questão é que, novamente, meu trabalho está convidando as pessoas para discussão, e ela sai do grupo de cientistas, sai da universidade, eu estou tentando conversar com pessoas da comunidade. Isso, por isso que Arqueologia Pública, trabalhos de educação patrimonial são tão importantes nessas discussões.

É que você está falando, por que meu vizinho não sabe sobre isso? Se é do lado da casa dele, por que o empresário que trabalha com areia, ali na região, que faz aterramento, não sabe disso? Essa informação tem que sair da instituição e levar para o grande público para discussão, entendeu? As pessoas têm que saber, e têm que opinar, e têm que conversar. Meu trabalho é uma pena, na verdade, a gente está numa pandemia. Eu estaria levando essas discussões para muitas escolas na localidade.

Eu estaria conversando com as pessoas casa a casa para poder convidá-los a discussão. É aquilo que você está falando, a necessidade de incluir essas pessoas na conversa, no que está sendo falado. Muitas pessoas não sabem que tem um propósito de unidade de conservação, entende? E são pessoas que moram do lado, ali do pontal, ou moradores do pontal mesmo, que é o caso dos pescadores.

Poucos sabem sobre o que está acontecendo, em que limite já foi esses conflitos, o que está se reivindicando, qual é a proposta da UC. Então, é preciso. Eu, como te falei, eu tenho quase três anos ainda de tese pela frente, eu ainda pretendo fazer muita coisa na comunidade, mas esse momento limitou por causa da pandemia, mas a comunidade tem que saber o que está acontecendo e é preciso discutir, participar da discussão.

E como levar essa comunidade mais próxima desse espaço, que de fato o pontal da Barra, mesmo que é muito difícil chegar lá, esses tempos, eu fui com o meu marido, a gente foi, botamos umas botas, a gente quase atolou, não tem como chegar ali, não tem acesso, entendeu? Ou tu vai a cavalo, que é um pouco menos ruim, ou tu tem que, é muito, como que, tipo, de novo, é uma coisa que eu não convivo, eu não conheço, por que eu vou achar que é importante? Isso eu nem sei, né? Isso daqui a

pouco a gente vai falar. Ao invés de, eu quero, eu preciso entender melhor esse projeto, mas porque talvez se ele diga assim, ah, a gente tem que limitar o acesso, sei lá, a gente tem que evitar que aquilo seja, ah, meu Deus, sei lá, urbanizado, não sei se é essa palavra correta, tá? Eu concordo que aquilo não deveria ser urbanizado, mas se a gente tivesse uma highline, sabe a highline? Que tem em Nova Iorque? Fala aqueles excessos, os trapichos, isso, exato, que as pessoas pudessem fazer um passeio por sobre, tem um espaço assim, no que eu vi em São Paulo, que é a Praça do Japão, que foi um presente que Japão deu no centenário da, no bicentenário da imigração japonesa do Brasil. É incrível, as pessoas caminham sobre as árvores, sabe? Foi feita uma super... Um dos capítulos do relatório da UCE é sobre o ponto de sal turístico nessas áreas, nessas áreas úmidas, né? E aí ele fala... E aí ele fala com essa proposta, né? Aí tu imagina, tem uma highline e nessa highline tem um café, tem um restaurante, se esse lugar tiver ali instalado, com todos os cuidados necessários, qual o problema de se existir? Tu imagina poder tomar um café no final de tarde, olhando para aquela paisagem incrível.

As pessoas que estiverem ali... Maricela, isso aí é a meta perfeita, é o... Mas antes de fazer isso, a gente tem que primeiro transformar numa unidade de conservação, para poder, de alguma forma, transformar isso num turístico.

Entrevista Adriano

Sabrina: Ham, então para começar a nossa entrevista, o professor Adriano, eu que eu tenho. Eu queria perguntar assim, então para registrar que se você concorda, então de fazer essa entrevista participando do projeto arqueologia do conflito no Pontal da barra, Rio Grande do Sul Brasil, então se autoriza então o uso das informações por escrito, áudios, vídeos e imagens que vão ser divulgados dessa entrevista para o referido estudo. (inaudível)

Adriano: Sim.

Sabrina: Perfeito. Muito obrigada. Então, professor Adriano, a gente fez uma apresentação prévia sobre a proposta do projeto e eu queria começar a gente conversando um pouco sobre a sua relação com um lugar chamado Pontal da barra.

Muito bem, então, eu construirei minha formação acadêmica aqui em Pelotas. Eu sou formado em Geografia pela universidade federal de Pelotas. É posteriormente, eu fui para São Paulo, fiz meu mestrado e meu doutorado lá em São Paulo e tive a

oportunidade de retornar para Pelotas no ano de 2011. Então esse ano completo 10 anos, completei 10 anos de universidade federal de Pelotas e minha relação com o Pontal da barra. Ela se inicia meu retorno, porque é durante a formação na minha formação, durante a minha volta. Ela, o Pontal da barra e o Laranjal. Na verdade, o Laranjal era algo muito distante dos lugares que eu frequentava na cidade de Pelotas, eu era um estudante, morava na casa do estudante, então o meu acesso ele era limitado, aquele quadrilátero central, né? Onde estão os prédios da Geografia, da história, enfim, e o que eu podia fazer enquanto estudante? É, mas eu conheci o Laranjal e muito embora eu tivesse o conhecimento do que era o Laranjal dos processos que envolvia a formação da praia do Laranjal da Laguna, dos Patos, do sistema lagunar, Patos mirim.

O Pontal da barra não era algo que apareceu, é, não era um sujeito que apareceu com muita constância durante a minha formação acadêmica.

Então eu já começa a minha jornada de formação, uma formação de uma barragem crítica em nenhum processo de formação do Pontal da universidade como ele tem hoje, por exemplo, na formação dos vários críticos que nós damos na universidade federal de Pelotas. Como eu, retorno a Pelotas.

E a minha vinculação à pesquisa, ela se deu exatamente com o meu primeiro projeto de pesquisa regular na universidade federal de Pelotas. Ele trabalha com áreas próximas a lagunar, marginal ao canal de São Gonçalo, desde a Lagoa mi do canal, até a desembocadura de São Gonçalo, lá no extremo dos Patos. E isso abrange também o Pontal da barra. E uma proposta? Ela deu todo esse levantamento de realizar um grande mapeamento já feito, porque a minha especialidade é a geologia, é a ciência que estuda formas do relevo, do que de realizar um mapeamento geomorfológico para toda essa extensão de mapeamento geomorfológico para a área de relevo. Um mapeamento geomorfológico retrospectivo, ou seja, que tivesse 2 tempos um tempo passado e um tempo presente, a fim de que a gente pudesse verificar mudanças. A quais áreas foram alteradas por meio da construção de canais para cultivo de arroz. Quais áreas possuem canais de arroz que foram abandonados aonde os núcleos urbanos se expandiram? Aonde eu tenho até a areia ou outras formas de mineração e dentro desse processo todo de mapeamento A orla, que eu chamo a orla do canal São Gonçalo pelotense e a orla lagunar pelotense colocaram obviamente, como a maior zona de alteração. Já a morfológica. Das formas do relevo,

e dentre elas. De forma mais crucial, o Pontal da barra e o Laranjal intervenções como aterramentos é depósitos irregulares de resíduos sólidos, formando aquilo que a gente chama de depósitos tectogênicos, né? Que são depósitos construídos pelo homem. Evolução irregular de áreas urbanas, evolução irregular de silvicultura, principalmente. A apropriação inadequada das áreas de que nós chamamos de áreas de exumação de depósitos pleistocênicos, que nada mais são do que as a as dunas do Laranjal. Não é bem como processos indevidos de ocupação ao longo do canal São Gonçalo e aquilo começa a me chamar muito atenção, porque é esse o Pontal da barra. Ele traduz de forma bastante didática a toda uma gama de conflitos que ocorrem especificamente ali, mas que É Ela, ela se dá de forma generalizada ao longo de todas essas planícies lagunares ao longo do São Gonçalo, desde a Laguna dos Patos até a Lagoa mirim. Então, a partir daquele momento é finalizado esse projeto de pesquisa. Nós publicamos um artigo que foi publicado na revista geral ciências de da Unesp de Rio Claro. É, e a partir dele, eu basicamente tenho conduzido vários trabalhos de campo, de disciplinas de graduação do primeiro semestre. É como introdução à Geografia física. Como biogeografia, por exemplo, como planejamento ambiental, tendo as relações sociedade e natureza no Pontal da barra como recorte espacial de estudo, porque eu Acredito que o Pontal da barra é um laboratório didático excelente para compreender relações atuais e pretéritas entre sociedade e natureza. Porque as alterações oriundas dessa relação, elas estão presente, presentes quase que em tempo é em tempo é normal. Em tempo em tempo real. Eu digo, não é. Ou seja, os alunos, eles conseguem. É depois de um ano verificar mudanças que ocorrem nesse setor, mudanças vinculadas a todo tipo de ocupação e isso tem feito com que anualmente, o Pontal da barra, junto com a praia do Laranjal, seja um laboratório ou um recorte utilizado para trabalhos de campo. O ápice dessa relação com o Pontal da barra talvez tenha se dado no ano de 2015, quando houve aquele evento climático excepcional que foi a enchente é que acometeu o Pontal da barra, que deixou grande parte da população do Laranjal desabrigada naquele semestre. Naquele período, eu estava ministrando uma disciplina no mestrado. Que se chama ação antrópica sobre os sistemas muro hidrográficos e tudo aquilo aconteceu, os alunos ficaram, instiga, descemos quando o Eduardo leite propôs a construção do Dique e eu pensei nada mais efetivo para essa disciplina do que a construção de um mecanismo de controle. Humano, para evitar um processo que naturalmente ocorreria.

Entrevista: Paulo Otávio Pinho

Posso te pedir primeiro que tu te apresente assim, só para fazer o registro, por favor? Tá ótimo. Meu nome é Paulo Otávio Pinho, eu sou jornalista, tenho 56 anos, tenho uma editora em Pelotas, trabalho com sindicatos, com movimentos sociais em Porto Alegre e tal, mas eu tive uma passagem... Já vamos direto para o pontal ou não? Fique à vontade. Eu chamo de entrevista porque, na realidade, tem todo um padrão voltado para a minha proposta de estudo, mas é uma conversa, a gente pode conversar de uma forma bem informal.

O pontal da Barra surgiu na minha vida ali em 1991, quando eu trabalhava na Zero Hora. Um grupo de ambientalistas ligados à universidade e outros sem nenhum envolvimento com a universidade me procuraram e me apresentaram esse problema, que, na verdade, acabou sendo um grande problema. Então, você pegou desde o início dos conflitos

Eu sempre vejo na documentação, final dos anos 1980 e início dos anos 1990, que houve os mais conflitos ali na região. Exatamente. Você pegou desde o início da história.

Eu não sei se desde o início, mas quando o grupo já estava... Porque talvez isso já tenha começado um pouco antes. Eu acho que você deve saber da história. Havia legislação que proibia o Irajá, ex-prefeito, foi lá, Irajá Andara Rodrigues, foi lá, comprou o terreno e tal, e quando era prefeito... Nessa época ele não era prefeito, não me fale a memória, era o Anselmo Rodrigues, o ex-prefeito.

Ele foi lá e comprou. Como o projeto estava parado e tal, não saía do... Ele foi lá e, com a sua habilidade política, resolveu seguir com o projeto de implantação do loteamento. E, imediatamente, um grupo começou a... E um grupo já pesquisava na época e tal.

Ficou... Começaram a se unir ali e formaram... E a primeira, se não me fale a memória, a primeira ação deles foi questionar o RIMA, que é o Relatório de Impacto Ambiental, que havia sido produzido por um, digamos assim, amigo do Irajá, alguma coisa assim. Enfim, estou à disposição sua. Não sei, estou relatando as coisas, mas se quiser fazer... Prefeito, vou só fazer uns procedimentos básicos.

Então, eu pedi a sua autorização, se você concorda em fazer essa entrevista, participar desse projeto. Estou denominando, porque eu chamei de Arqueológico Público, não contou na base. Se você autoriza o uso das informações dessa entrevista, vídeos, imagens, estou produzindo.

Certo, obrigada. É só formalidade. E, assim, quero conhecer um pouco mais, saber um pouco mais da sua relação com o Pontal.

Sabrina: Você é morador daqui de Pelotas, mora no Laranjal ou não? E como você já tinha começado a falar da sua relação com o Pontal? Começou desde a década de 90, não é? Falar um pouco da sua relação com o Paulo Otávio com a questão do Pontal da Dara, pessoal e profissional. O ponto... A minha relação é de quem morou desde criança em Pelotas. Agora, ligação com o Pontal propriamente dito, nunca tive. Só um pouco mais tarde, quando comecei a fazer pescarias e tal. Mas, enfim, a minha relação é... Como é mais assim, amigos que se relacionavam comigo e tal, até então não tinha essa relação. E o Pontal surgiu exatamente nesse período.

Em 1991, quando fui procurado, comecei a pesquisar, comecei a ler sobre a fauna, a flora. Comecei até a me surpreender. Na verdade, os conflitos que aconteceram de alguma forma começaram a te trazer outras informações sobre o Pontal ali.

Exato, exatamente. Quando surgiu esse movimento, o pessoal me procurou e ali é que me deparei com aquela... Não sei se sou... Como não sou técnico, mas com aquele idioma... Fica à vontade. A ideia é como você entende o Pontal, o seu olhar sobre o Pontal, que é o que eu gostaria de conhecer.

O que você pensou naquela época quando começou todo aquele movimento de proteção, biólogos, arqueólogos, comunidade, tudo envolvido com isso? O que você pensou, o que você entendeu na época? Ali, fui estudar, fui ver, fui ver. O que acabou acontecendo? Havia um relatório de impacto ambiental feito pelo Irajá, e esse grupo, ligado à universidade, produziu um outro relatório, questionando o relatório que havia sido feito. E foi nesse cenário que comecei a me relacionar com o Pontal.

Comecei a ler, comecei a ficar sabendo da grandiosidade, da importância, comecei a me aprofundar... O olhar voltou, no caso. Completamente, completamente. Inclusive em relação a banhados, a importância dos banhados.

Sem dúvida nenhuma. Informação é tudo. E eu fiquei... E eu fiquei impactado com aquela situação.

E o interessante na época, acho que, conversando contigo, estou me lembrando. Havia um grupo que não era ligado à Universidade Federal de Pelotas. Não sei se vou me lembrar do nome.

Depois posso te passar matérias que produzi pela Zero Hora. E ali está bem... Digamos assim, uma radiografia do que acontecia na época. E tem alguns fatos também muito interessantes nesse processo todo.

A seguir eu te relato. O cenário é esse, de um repórter que se vê diante de duas versões. Uma com um interesse claro econômico e a outra de pessoas sensibilizadas e que já atuavam no meio ambiente e conheciam, inclusive pesquisavam na área.

Aquilo ali, para mim, foi muito impactante saber de tudo que o Pontal possuía. Ficou bem claro o panorama de conflito e você via claramente a questão econômica e a questão ambiental. Eu sempre tive curiosidade de saber se aquela comunidade de pescadores que moram ali ainda se envolviam ou não se envolviam na época no complexo.

Não te entendi. A comunidade de pescadores que moram ali no Pontal se envolviam no conflito ou ficavam um pouco à parte do que estava acontecendo? Eu te coloco assim, o meu olhar é o do jornalista. A tendência do jornalista é que, como não tem muito espaço, eu não cheguei a me aprofundar no aspecto esse.

Não sou a pessoa mais indicada para te dizer isso. Eu não saberia te dizer. Ótimo.

Você acabou ficando na questão de conflito entre o imobiliário e a pessoa ambiental.

Eu fiquei na posição de um repórter da Zero Hora que queria fazer uma narrativa sobre esse problema. Então, eu fiquei selecionando, porque o trabalho do jornalista que diferencia um jornalista de uma pessoa que não é jornalista, principalmente hoje em dia, é exatamente isso.

O jornalista tem aquele olhar de saber o que interessa e o que não interessa, o que é fato, o que é versão. E ele vai percebendo as coisas. Eu fui percebendo as coisas e ali é que fui construindo, fui tirando as minhas conclusões, fui me deparando com o cenário.

Sem dúvida nenhuma, eu me posicionei mesmo. Estando dentro da Zero Hora, eu me posicionei. Ótimo.

E nesse panorama que você viu, realmente, conflitos, interesses, o que você percebeu, que hoje a gente pode pensar que é importante, do povo da barra? Qual é a importância, as importâncias do povo? Tem ali... Tem vários aspectos. Tem o

aspecto da importância do banhado, por si só já é importante, e tem a importância da fauna e da flora, coisas que pouco se fala ou quase nada se aborda. É a importância da diversidade, inclusive, se não me falha a memória, existia... Exato, existia, sim.
Na verdade, nem li novamente. Quando você me falou, foi tão rápido que não cheguei a olhar novamente a matéria, mas, sem dúvida nenhuma, agora estou me recordando, ali tinham espécies em extinção e espécies que só no pontal, se não me falha a memória, existiam. É a cobra-de-vidro, que é um lagarto que só existe no pontal.
E os peixes anuais são os peixes... Isso, exatamente. Além dos sítios arqueológicos também, que foram registrados 18 sítios arqueológicos na região. Naquela época não se falava ainda.
Isso, os sítios arqueológicos são, acho que 15 anos depois, mais ou menos, desse período, um pouco mais até, que foram localizados. Sim. E, além da própria questão de equilíbrio das águas, que os biólogos também... Exato, a importância do banhado e de todos os banhados para essa relação com as chuvas, com as enchentes, com os alagamentos.
Você sabe que essas questões, essas discussões, elas se mantêm até hoje, até hoje se fala sobre questão de preservação do pontal, escudo do pontal, além do assunto atual. A gente vê ali no FEDAM, (...), aparece alguém falando sobre as questões do pontal. A preocupação ainda existe.
Sabrina: Falando sobre responsabilidades, na sua opinião, quem seria responsável por preservar e estudar essas coisas que a gente contou? Quem seria responsável?
Paulo: Responsabilidade de preservar, de cuidar, de estudar... O Estado. O Estado tem que zelar pelo bem-estar de todos. E o incrível nessa situação é que existem legislações.
A gente se depara com essa situação. Existe uma legislação que proíbe, mas que, através de, estratégias jurídicas, políticas e tal, consegue burlar a lei. Enfim... Não sei se eu te respondi.
Não. Perfeito, é isso mesmo. E a gente também percebe que uma estratégia é deixar o assunto morrer, ficar parado nela.
Depois as pessoas começam a retomar, a falar sobre isso. E o tempo vai passando e o que é preciso ser feito não é feito. Você sabe que nesse histórico que a gente tem falado, desde a década, afinal dos anos 80, sobre preservação no campo da barra, foram vários esforços que envolveram várias instituições, o FITEL, o CEPEL, o FURG,

ONGs, grupos privados, tem aí o grupo do Pontal e mais outros grupos, também ações individuais.

Enfim, a gente tem aí pelo menos 40 anos, acho que é um dos contextos de conflito ambiental mais antigos que a gente tem visto aqui na região, é a questão do campo da barra. Você acompanhou aí desde a década de 90. E de tudo isso foi feita uma coleção de um relatório... O teu microfone, acho que ele deu uma paradinha.

Bom, quer escutar? Agora eu também. Vou levantar um pouquinho. E de todos esses esforços, principalmente através do FITEL, foi criado um relatório com o objetivo de criar a unidade de conservação do campo da barra.

Primeiro momento, o que você acha dessa proposta de unidade de conservação do campo da barra? Sou amplamente a favor, favorável. Não poderia ser diferente. Qualquer pessoa que se preocupe com o meio ambiente... Eu só não sei os termos.

Não sei qual é a proposta. Não cheguei a ler, mas... É muito fácil a gente perceber quem é. Só você vê as pessoas que propõem e você já vê onde é que elas querem muitas vezes. Perfeito.

E você acha que é viável? Porque eu já ouvi discursos contrários, dizendo que não seria possível. De tudo que você acompanhou dos trabalhos que foram feitos no portal da barra, você acha que a unidade de conservação é uma boa ideia? E, na sua opinião, por que ela ainda não é uma realidade? Não, exatamente. Ela é uma excelente ideia, uma ideia preservacionista.

Tudo que for feito nesse sentido... Olha, tua pergunta é complexa, mas tem vários fatores. Tem os aspectos políticos, tem os aspectos econômicos e tem uma certa... Eu diria... Não sei se esse enfoque é correto, mas tem a questão educacional, da educação, do conhecimento, da valorização do que interessa e do que não interessa, da preocupação com o que interessa e o que não interessa, a questão do interesse público. Essa é uma questão fundamental.

A gente não é educado para ter essa noção do que é interesse público e o que é interesse privado. Isso tudo está... Você acredita que a unidade de conservação não é uma realidade ainda? Porque são os interesses, como você está falando agora? Acho que sim. Por exemplo, embora eu não esteja acompanhando muito de perto, hoje, essa questão, acho que uma unidade, segmentar... Segmentar não, mas criar um espaço preservacionista dentro dessa realidade que a gente vive é extremamente importante.

Não há dúvida disso. Sim, concordo. Aqui, na região de Pelotas, a gente vive discutindo isso constantemente, que é uma grande área com várias áreas alagadas.
A gente tem o mercado de rios, de áreas úmidas. Então, as discussões são sempre em torno dessa questão de como fazer, como a cidade pode crescer e preservar essas áreas. Inclusive, isso serve muitas vezes para justificar.
Mas aqui em Pelotas só tinha... Era tudo banhado. O que vocês querem? A visão de que... Se sempre foi feito assim, faremos sempre assim. Se nunca foi cuidado, nunca foi preservado, para que vai agora? E as repercussões ali no Pontal, naquela localidade, já é visível pelos moradores do Laranjal.
Contra fatos não há argumentos. Então, quanto mais se termina com os banhados, mais problemas ambientais e problemas estruturais. Mas eu queria falar uma coisa que eu falo há muito tempo.
A falta de noção de tempo que as pessoas têm. As pessoas falam das coisas como se elas, por exemplo, falassem da cidade apenas vendo do ponto de vista do hoje, do agora. Não se tem uma preocupação do que vai acontecer daqui a 10 anos, e muito menos daqui a 100 anos.
Qual é a repercussão? Isso a gente pode estender para todo o país, mas, especialmente, eu noto que a nossa sociedade não olha... Tem uma visão muito curta e muito imediatista. A gente chegar e dizer assim que daqui a 30 anos a situação vai estar... Todo mundo só pensa agora que vão gerar emprego, essas coisas assim. Também percebo que, no caso do meu caminhão, as pessoas acreditam que pensar o meio ambiente, pensar o ser humano morando naquele espaço, são coisas contraditórias.
Porque, na verdade, aqui nessa região, se não pensarmos o modo de onde construir e como construir, o modo de viver, a gente vai estar se prejudicando até a própria proposta de morar local. Ou, por exemplo, banhar do ponto da barra. Já foi provado que, se você aterrar para morar ali, a água vai subir, vai tomar conta da tua casa.
Exato. Então, a gente está pensando... O problema não é não crescer a cidade, porque a cidade precisa crescer. É crescer de uma forma inteligente e com um olhar de preservação.
Precisamos que os discursos fechem, que a gente veja um discurso que parece que são forças contrárias. Mas, na realidade, você não precisa necessariamente pensar

dessa forma. E também, depois que foi destruído no passado, a gente tem que continuar com essa ideia.

Eu espero qualquer esclarecimento do que você falou. Não quero olhar daqui a dez anos para frente, quero resolver o problema no momento. Isso é uma coisa inteligente na cidade.

Eu acrescentaria uma outra questão, que é o convívio com a ideia de normalidade. A ideia de normalidade. Isso é normal e tal.

Algumas coisas que acontecem não são normais, não podem ser consideradas normais. Por exemplo, esses tempos eu estava no Laranjal e tinha um cara pescando e tal. E eu conversando com ele e ele tratando como uma coisa normal.

O fato de quando ele tinha seus 60 anos e o fato de quando ele era criança ele pescava, fazia... Como se diz? Camarão. Passava rede com camarão quando era criança e aquilo saía em abundância. As pessoas pescavam no Laranjal e tal.

E parece que elas se acostumaram e isso é uma coisa incrível. Elas se acostumaram a tratar tudo com essa normalidade. Naturalizar a barbárie, digamos assim.

Ou seja, a poluição. É incrível. Não existe um estado cada vez menor.

Menos fiscalização, menos capacidade de regramento e de cobrança do que precisa ser feito. Enfim, essa coisa de tratar as coisas como se fossem normais, essa normalidade, é uma coisa que acho difícil de a gente solucionar. Tratar o que é porque as pessoas acham que é normal.

O cara me narrando. Eu andava no Laranjal quando era criança eu caminhava e olhava meus pés. Não tinha aquela cor.

Ficou horas me falando sobre aquilo. A gente vê os impactos da natureza no nosso contexto ambiental e aceita isso como se fosse normal. Exatamente.

Aí tu vê o cara numa parada de ônibus esperando 40 minutos. Eu digo, como é que um cara... Eu pegaria uma bicicleta, se eu tivesse que fazer isso, por exemplo, num sábado, que geralmente é uma hora que se espera o ônibus, eu pegaria uma bicicleta ou iria a pé. Mas é tudo dentro da normalidade.

É uma coisa bem... Eu tenho 43 anos. Eu sou de Rio Grande. Eu me criei na praia catando marisco para levar para casa.

Levava uns baldes cheios de... A praia, qualquer lugar que tinha terra, uma barra, tinha marisco. De tanto circular os carros, o impacto que deu no cassino, você não compra mais os mariscos. E as pessoas acham, mas isso não é normal.

Olha o tamanho dessa praia. A maior praia do mundo. O impacto ambiental que teve que acontecer para acabar o habitat do bicho.
Não tem mais bicho. E isso, numa faixa de 20 anos da minha vida, eu vi isso acabar. A gente não tem peixe.
Eu lembro do meu pai, que tinha uma facilidade na lagoa dos patos. Um peixe atrás do outro. Hoje eles têm idade, eles vão pescar na lagoa.
Olha, o dia que você (inaldível) é muito, porque está tudo poluído. E a gente tem que aceitar esse absurdo como normal. Eu entendo o que você quer falar.
É um absurdo e a gente aceita com naturalidade isso. A gente fica sabendo da poluição das águas. Poluição das águas.
O veneno. Estamos bebendo veneno. E aí é uma notícia... Daqui a pouco é um rodapé, um jornal.
Ninguém dá a importância que tem. E essa é uma questão... Voltando dos conflitos do Pontal, eles são bastante comuns, como a gente está conversando agora, na atualidade. Cada vez mais a gente vê esses embates entre empreendimentos, seja imobiliário, como é o caso do Pontal, ou outro tipo de empreendimento, e interesses das pessoas que querem preservar aqueles ambientes ecológicos, áreas de patrimônio arqueológico, como é o caso também do Pontal.
Aqui em Pelotas, na nossa região mesmo, você identifica outros contextos de conflitos que são parecidos ou análogos, que se aproximam das coisas que a gente discute no caso do Pontal da Barra? Há várias, várias, várias. Eu não saberia te fazer o relato de todas, mas a gente sabe. Amariles.
Os conflitos são... A Mata do Totó. Não. Elas são permanentes, inclusive essa visão de que se quer impedir o progresso, essas coisas estão sempre presentes.
Então, os conflitos surgem. Agora, eles deveriam existir mais. Acho que existem poucos conflitos.
Esse é um outro assunto importante. Acho que, pelo tamanho da universidade, ou das universidades, do IFSU e tal, junto a tudo isso, acho que há pouca ação. Acho que o interesse público deveria haver mais conflitos, mais mobilização, digamos assim.
Acho que as empresas fazem o que querem. Essa é a minha visão. Perfeito.
É aquilo que a gente está falando. Tolerar e aceitar o inaceitável. Não, mas é inaceitável para nós.

Entrevista: Verônica Chistino.

Sabrina: Pronto. Então, hoje é 26 de agosto de 2021. A entrevistada de hoje é a Verônica.

Eu te pedi, Verônica, que você podia se apresentar, por favor.

Verônica: Muito bem. Meu nome é Verônica Cristino, eu sou técnica em Química na Universidade Federal de Pelotas, atualmente trabalhando ali no Núcleo de Planejamento Ambiental junto à ProPlan.

Não sei se tu queria mais alguma informação. Não, está perfeito. Associada à ProPlan, né? E, nesse primeiro momento, eu tenho que te pedir autorização, né? Então, concorda em ser entrevistada para esse projeto, Arqueologia do Conflito, no Pontal da Barra, Rio Grande do Sul, Brasil.

Isso autoriza, então, o uso das informações por escrito, áudios, vídeos, imagens produzidas, então, dessa entrevista, para o estudo e também para a posterior divulgação. Sim, autorizo. Muito obrigada.

Sabrina: Então, Verônica, como eu te expliquei anteriormente, é uma conversa informal. Eu tenho um roteiro de orientação, né, para algumas perguntas que são pertinentes ao meu trabalho, mas tu fica bem à vontade para extrapolar essas questões que eu vou te apresentar. O assunto é Pontal da Barra.

Então, gente, esse trabalho vai tratar desses conflitos aí que partem desde a década de 80 e que são também conflitos atuais, né? É uma questão que ainda é do presente. E eu queria que tu falasse um pouco sobre o Pontal da Barra. Eu sei que você teve uma participação ali naquela produção de relatório da Unidade de Conservação, né? A gente já conversou também um pouco sobre a tua participação do Relação com aquele relatório.

E eu queria que tu falasse um pouco sobre o Pontal da Barra, sobre a tua perspectiva. Então, nesse momento, falasse um pouquinho da tua relação com o Pontal da Barra. Tá bem.

Atualmente, assim, a minha relação com o Pontal da Barra, ela é muito pequena, né? Digamos assim, eu tenho consciência da existência do Pontal da Barra, sei lá, há cerca de uns 10 anos para cá. Eu não sou natural da cidade de Pelotas, eu moro aqui há 20 anos, e diria que há uns 10 anos para cá que eu tenho conhecimento da existência desse espaço, muito para ir lá para contemplar um espaço de calmaria, de

beleza, comer um peixe-rei na pastelaria, comer um pastelzinho de camarão ali na pastelaria. Era um ambiente que eu gostava de ir para usufruir desse espaço de tranquilidade, assim, de beleza, de bater umas fotos num final de tarde que dava fotos lindíssimas ali.

É essa a minha relação com o Pontal da Barra, eu diria. E aí, já vindo mais recentemente, então, não sei se já cabe nesse momento, mas há cinco anos atrás eu fui trabalhar no Núcleo de Planejamento Ambiental, antes eu trabalhava em outro espaço da Universidade Federal. Então, desde 2017, eu fui trabalhar no Núcleo de Planejamento Ambiental e com a mudança de gestão... Verônica, acho que caiu a tua conexão.

Alô? Alô, oi? Ah, voltou. Boa, agora deixa eu ver aqui. Foi isso aí, será que foi? Aqui? Não tem problema, viu? Porque a plataforma, ela grava, mesmo quando cai a conexão, a gente não perde o que está anterior.

Foi uma das coisas que fez a plataforma da UFPEL, foi que, por exemplo, se a gente está falando uma hora de entrevista, aí cai a conexão, a gente perde, tem que repetir tudo, e ela grava quando cai. Então, até se eu cair e houver algum problema, a gente pode partir de onde parou, não tem problema nenhum. Ah, tá, que ótimo, então.

Não sabia disso. Mas, então, não sei em que momento que cortou, mas eu estava dizendo que desde 2017, no núcleo, e eu soube de dois professores, pelo menos esses dois, professor Rafael Milheira e professor Rodrigo Krieger, de procurarem inicialmente, agora não sei se foi direto, eles procuraram um professor notável na época, pró-reitor de planejamento, sobre essa questão do pontal da barra, que eles queriam que a universidade se envolvesse mais diretamente, fizesse alguma coisa pelo pontal da barra. E, nesse período, eu já, por óbvio, já conhecia alguns movimentos, já tinha ouvido falar que algumas pessoas queriam criar uma unidade de conservação no pontal da barra e tal, não tinha muito conhecimento sobre unidade de conservação, mas já sabia.

E aí, quando eu soube dos professores ali, eu acho que eles entraram em contato diretamente com o professor Otávio, depois com a Sílvia, acredito, que a Sílvia trabalhava na coordenação de desenvolvimento de inserção territorial. E comentou ali no núcleo de planejamento ambiental sobre esse trabalho, se tinha alguém interessado. E eu me interessei de participar dessas primeiras reuniões.

Na verdade, foi uma reunião chamada até pelo reitor, assim, agora, recapitulando agora, eu me dei conta que o assento do professor Rodrigo e do Rafael Milheira tenha sido diretamente com o reitor Pedrinho, na época, porque, efetivamente, quem chamou uma reunião geral foi o próprio reitor, né? Então, ele fez uma primeira reunião ampliada, aberta, toda a comunidade universitária que tivesse interesse pelo tema do pontal da barra. E eu fui nessa reunião. E dessa reunião surgiu, então, um GT, um grupo de trabalho para estudar o caso do pontal da barra.

E, então, comecei a fazer parte desse grupo de trabalho, nesse período aí, foi em 2017, mais para o final do ano, mas muito, assim, de forma muito mais curiosa, e não é bem esse o termo, de forma que iria aprender, entender um pouco mais, porque eu sabia que o intuito era preservar aquele espaço. Então, me interessei de participar. O que te motivou a participar seria uma sensibilidade de importância ambiental da tua parte, né? Ah, sim, sim, sem dúvida, é isso, sim, a questão ambiental é uma coisa que sempre... Eu sempre me preocupei, sempre aquela ideia de fazer a nossa parte, né? Então, pequenas coisas, né? De reciclar o lixo, separar, bem separadinho, deixar o lixo limpo, contemplar.

Eu sou uma pessoa que curto muito a natureza, assim, adoro esse tipo de espaço, contemplar, tanto que eu gostava de ir para o pontal nesse aspecto, de curtir a beleza daquele ambiente ali, né? Mais recentemente... Como é que tu definirias o que seria o pontal para ti, dentro desse teu olhar sensível à questão ambiental, à questão de importâncias? Como é que tu definiria o pontal da Barra? Ah, eu... A primeira coisa que me vem é sempre isso, um lugar de contemplar o belo, assim, de calmar, de silêncio, e de contemplação mesmo da natureza, assim, né? E depois disso, agora, conhecendo um pouco mais, até pelo envolvimento junto ao GT, esse do pontal da Barra, hoje eu já tenho algumas noções maiores, porque antes eu não tinha essa noção, por exemplo, da questão dos peixes, das espécies ameaçadas de extinção que lá existiam, que lá existem, a própria noção da importância dessas áreas úmidas para o nosso ambiente, para o nosso ecossistema, aqui de Pelotas... Era uma questão também que eu queria que tu falasse, depois dessa experiência que tu teve em relação a esses trabalhos sobre o pontal, tu ampliou a tua perspectiva, né? Dentro dessa perspectiva, o que tu viu que era importante ali no pontal da Barra, sobre o teu olhar? O que é importante? No todo. No todo. Ah, então, a questão das espécies

ameaçadas de extinção, tanto animais quanto de flora também, que a gente sabe da existência.

Interessante também lembrar que a gente teve uma oportunidade de fazer uma visita presencial, digamos assim, a vários espaços do pontal da Barra a partir desse IGT, porque a gente fica com a ideia do pontal da Barra só aquele pedacinho do pontal onde tinha peixaria e a área a ser protegida é muito maior do que isso, e eu não tinha noção que nós tínhamos aqui em Pelotas um ambiente que misturava dunas com parte de uma mata nativa, nós entramos dentro da floresta ali, e eu fiquei maravilhada. A gente não conhece o nosso ecossistema aqui bem pertinho da gente, a gente não conhece o que a gente tem. Então, foi muito, muito importante, porque hoje eu tenho um outro olhar, voltando do pontal.

É isso, a questão das espécies ameaçadas e do papel dos serviços ambientais mesmo que aquele espaço de áreas úmidas fazem pela cidade, pelo espaço. E até me ocorre assim, eu fico pensando como gosto muito de natureza, isso é uma coisa do ser humano, lógico que não tem ninguém que não goste também de natureza. O próprio Laranjal é um movimento das pessoas que querem ir morar próximo àquele ambiente maravilhoso que é o Laranjal, as pessoas querem a lagoa, a proximidade das águas e tal.

Só que, na contramão disso, a gente pediu para as pessoas que foram para lá, para curtir a natureza, talvez não seja o mesmo tipo, eu ia para o Laranjal, por ser um ambiente de praia, que tem a lagoa, tem a natureza, então a gente vai para lá e asfalta tudo, asfalta o supermercado, chove, tira toda a característica do espaço do nosso Laranjal. Tira a cidade, tira todo o espaço, tem gente que admira isso, porque é mais natureza do que ser outro nada. Também, aí a gente acabou, se eu fosse morar no Laranjal, eu iria morar nas ruas de terra.

Sabe, eu acho um charme aquelas ruas de terra. Essa discussão que a gente tem no Laranjal, muito testada, né? (...) porque é de toda uma região, nunca se viu essa discussão, sobre a mesma coisa. Você quer um casino porque conta com o mar, a natureza, aí você quer um palco para curtir da sua casa, não quer entrar tudo batendo na porra, porque é para ficar comemorando.

Não pode ser, não tem sentido. Não se troca com a praia. Não se troca com a água.

A primeira coisa importante, é que as pessoas não têm noção de uma funcionalidade. Existe um objetivo aqui que eu confesso sobre a nossa FGI, o banhado do consal, ele

tem uma função ali, uma função de equilíbrio, que se tu tirar o banhado, eles não querem ficar perto de uma água que não é mais separada. Se o banhado estiver dividido, as vezes se suja, porque se suja a água, a escondida não funciona, o controle hídrico.

Quem mora no cassino, vai morar dentro da duna, porque a duna não existe se tu tirar a duna, o mar vai avançar, e as pessoas vão ir para casa. Você vai acabar contendo o equilíbrio, que a duna existe por um motivo, o banhado existe por outro motivo, e se tu não está ali para admirar, e viver dentro daquele espaço familiar, você também vai se impactar. Porque assim, a relação entre ser humano e natureza, a gente tem que entender que a gente está sim impactando, o ser humano naquele contexto.

E aí tem os pessoal, os moradores, depende do equilíbrio que existe entre o banhado e a duna, se o equilíbrio também se desestabiliza, se não pode afetar, para afetar aquelas pessoas que moram ali, os moradores do bairro Laranjal também vão ser afetados, a região vai ser afetada, porque eu também sou arqueóloga, eu discuto, eu discuto com os biólogos, e tem um conhecimento que não é o meu conhecimento em específico. Os biólogos deixam muito claro essa relação das águas, e da posição das águas, em relação a todas as áreas úmidas da região. Isso equilibra tudo.

Se você vai impactar um grande banhado, tem uma função estratégica ali, de controle da parte das águas. Então, tudo tem relação. Não é um problema só a pontar, é um problema de toda a região que você tem que pensar onde você faz o impacto desse porte.

Mas tem importância desse banhado. Eu gosto muito dos discursos que as pessoas falam, que é o ícone, ele é um debate que envolve outras questões além dessa. Eu vou deixar você falar, se sou só eu falando.

O caminho é esse, a gente tem que pensar o que que é importante, né? Ela vai, as importâncias vão além justamente do ponto de vista. Qual o pontal que as questões se relacionam mais com outras do que com a nossa região, né? Agora, mas a gente até fala um pouquinho mais sobre isso. Agora eu vou tocar uma questão delicada.

Responsabilidades, Verônica. Na sua opinião, quem você acha que é responsável por preservar e consertar essas questões que você apontou que são importantes? Quem você acha que está sendo protegido e que está sendo consertado como deveria ser?

É, claro, é uma responsabilidade de todos. Não, não é. Eu não acho que isso salva a vida de todos nós.

Pode ser, mas tem um peso maior. Bom, eu tenho uma consciência ambiental. Eu faço o meu pequeno, né? O meu trabalho.
Eu acho que é claro que é importante para o autor dar o trabalho de um amiguinho, o trabalho de uma família. Enfim, aquela história. Mas não é o caso.
Nesse contexto do pontal, assim, eu tenho muita... Claro, eu diria, assim, que é uma questão política do município. Uma decisão, uma definição política do plano gerador da cidade, né? Envolve isso, a gestão do município, que aí sim deveria envolver todos os munícipes, ter audiências públicas, ter uma conversa aberta para construir, dizer, para onde nós queremos andar, que cara a gente quer dar para a nossa cidade. Qual é a característica da nossa cidade, o que ela apresenta em termos de espaços naturais, o que a gente acha que deve manter, o que não deve manter e tal.
Então, é isso, essa discussão da urbanização é uma coisa que se faz de cima para baixo. Envolve diretamente com construção de políticas públicas de preservação, né? Sem dúvida. Envolve o município, envolve o Estado, né? Ações de poderes públicos. Principalmente o município também, porque é isso, né? O pessoal às vezes se apega em legislações. Eu sempre... As legislações têm uma área de atuação, né? Bom, a gente pode agora mesmo, nós estamos vivendo a nível federal e até estadual, um relaxamento, uma flexibilização total das legislações ambientais, mas aqui no nosso município nós podemos ter uma legislação mais protetiva, né? Nós não podemos ser menos do que aquela legislação ambiental que o Rio Grande do Sul propõe, por exemplo, mas mais protetiva, podemos. Dentro do nosso limite de atuação, podemos. Então, acaba sendo, sim, muito uma definição política em nível municipal, né? Porque é no município que as coisas acontecem, é no município que a gente sente os reflexos de ter tal ou tal postura, definição com relação a isso, né? Eu vejo, assim, com muita tristeza, assim, e aí não sei se cabe agora, até porque fiz parte do COMPAN, representei o FIPEL durante quatro anos, juntou com o COMPAN também, nesses quatro, desde 2017, e muito triste, assim, de ver o rumo que a política ambiental da cidade toma, assim. A gente tem... O Conselho se chama Conselho de Proteção Ambiental e o que menos se vê dentro do Conselho é a preocupação com proteger o meio ambiente. É sempre a lógica do... Tá, mas qual é o custo-benefício? Mas o custo-benefício sempre pensando mais no custo, né? Então, tipo assim, é uma lógica de... É aquela lógica, assim, ah, mas os empreendedores, se não empreenderem aqui, vão embora e a cidade vai falir, e nós precisamos dos empreendedores aqui, então... Mas

sabe, assim, a que custos? A que preço? Mas eu não entendo o quanto isso coloca, de uma forma, uma coisa ou outra, né? A cidade tem como crescer e a gente tem que enfrentar as áreas dúvidas.

Dúvidas, é isso. É possível ser feito isso. É preciso... Eu não entendo uma cidade que... A gente é cercado de águas por todos os lugares, né? Nós temos as áreas úmidas, as áreas de banhado, nós temos toda a região que é laguna.

Pelotas é água, em todos os sentidos. Como que a gente não tem políticas públicas bem construídas para preservação disso? Porque se não houver um controle disso, a cidade vai sentir. Claro que a gente está falando do ponto de vista ecológico, a gente pensa nos animais que precisam ser preservados.

Eu me preocupo sobre os sítios arqueológicos. Mas, gente, a gente está falando de uma abordagem inteligente de crescimento da cidade. Não pode ser feito de qualquer jeito.

Não pode ser feito passando por cima dessas áreas úmidas, desses banhados, porque isso, em médio prazo, a gente vai ver o reflexo dessas escolhas mal feitas. Seja no ponto de vista paisagístico, ambiental, arqueológico, e de própria logística inteligente da cidade. É preciso pensar.

Como é que nós não temos um vazamento político, de leis, uma política construída em prol do controle de preservação dessas áreas? A gente está falando de uma coisa que deveria ser lógica, e não existe, pelo que eu tenho acompanhado. E a água é o nosso bem mais precioso também. Gente, daqui a poucos anos, isso não é mais o futuro lá adiante.

Daqui a poucos anos, nós vamos estar guerreando por água. E a gente tem esse privilégio de ter tanta água ao nosso redor, e a gente vai destruindo com esses ambientes hídricos. É um consumo social também, Verônica, porque nós temos as comunidades que dependem desse equilíbrio ecológico para poder se manter.

Então, sim, nós somos uma comunidade de herança de pescadores. Uma parte da nossa sociedade, da economia local, não depende disso, mas uma parte, sim. Então, reflete o econômico, reflete o social dessas comunidades.

Nós consumimos o peixe, parte também do nosso alimento que nós consumimos aqui na região. Quer dizer, tudo está interligado de importâncias. Por isso, quando eu falo, é muito importante conversar com as pessoas, porque as importâncias, elas estão atreladas.

É uma grande rede de importâncias e significados que envolve várias pessoas. Extrapola o pontal da barra. A gente está falando nisso porque desequilibra tudo.

Então, como não falar sobre isso? Como não pensar em políticas públicas adequadas para o nosso contexto aqui de região? Isso era uma coisa que já devia ter. E o que eu acho, sim, só para fechar essa coisa de responsabilidade, eu acho que a responsabilidade, pensando agora na universidade, sim, tem uma responsabilidade, um papel importante. Nós poderíamos prestar apoio técnico, consultoria.

Nós temos outras, as mais diversas áreas, uma formação de as mais diversas áreas de conhecimento na universidade. E já se mostrou, mais de uma vez, que estamos abertos a construir junto esse processo. Então, falta de conhecimento técnico ou de uma consultoria, isso não seria o caso.

Isso entraria em diálogo. Uma prefeitura não se valer de ter uma universidade federal no seu município, não aproveitar disso para construir, melhorar as ideias, porque daqui a pouco vamos pensar assim, bom, eles têm um quadro pequeno de servidores, não dão conta, mas o apoio técnico e consultoria de conhecimento, eles teriam também aqui. O que eu acho que é aí que se limita o papel da universidade.

A gente tem feito, se construiu o documento esse, mas não temos o poder da caneta, da decisão do que fazer. Não é em gerência da universidade. Então, para mim, eu vejo muito claramente que é uma questão municipal, do poder público municipal mesmo.

Eu tenho levantado todo o histórico desses conflitos do Pontal e eu percebi que esse histórico de preservação do Pontal da Barra envolveu vários esforços, que envolveu várias instituições, várias pessoas, e o relatório que foi feito sobre Pontal é um dos produtos desses esforços. A UFPEL, como centro ali, organizando documentos e pesquisas, a gente também tem contribuição da UCPEL, tem professores da FURG, tem profissionais de história da universidade, liberais, então a gente tem um movimento muito grande, perfeito, tem um movimento muito grande de pessoas e instituições em prol da preservação do Pontal. E aí tem esse relatório que foi feito.

Eu queria saber, você também teve sua participação, o que você acha sobre essa proposta da unidade de conservação e, na sua opinião, por que você acha que a unidade de conservação do Pontal da Barra hoje, em 2021, ainda não é uma realidade? Então, a partir da participação nesse IGT, foi quando eu comecei a entender um pouco mais sobre o que seria uma unidade de conservação e as diversas

categorias de unidades de conservação. Então, uma questão muito interessante que eu aprendi na participação desse IGT foi justamente sobre essas possibilidades de unidades de conservação, que tem tipos e tipos de unidades de conservação, umas de proteção mais integral, que não pode acontecer quase praticamente nenhum tipo de uso humano, digamos assim, outras menos. E daí a gente, muito mais os técnicos mais específicos da área, que fizeram parte do grupo, viu que construíram ali que a categoria mais interessante para o Pontal da Barra seria a categoria de refúgio de vida silvestre, que é uma categoria ainda de proteção integral, mas que permite diversos usos.

Então, não é uma unidade de conservação que não permite nenhum tipo de uso social e até econômico, porque era uma grande preocupação que sempre vinha a questão da tainha e a pesca, e o pessoal que vive da pesca artesanal, os pescadores. Então, a gente vê que muita coisa pode continuar, a pesca artesanal pode continuar numa unidade de conservação desse tipo de categoria. O próprio uso para algum tipo de plantio ou para algum tipo de agropecuária não muito ostensiva, digamos assim, uma criação de um gado tão ostensiva também é compatível com esse tipo de unidade de conservação.

Então, eu vejo que a proposta ali é uma proposta interessante além da questão do uso para visitação, para pesquisa, para ser um ambiente até de turismo, já que pensam tanto na questão financeira. Tem esse olhar, e o próprio trabalho desenvolvido pelo grupo da UFPEL atentou para esse olhar. A gente teve professores do curso de turismo envolvidos no GT, que vêm aí no turismo ecológico... Um capítulo, não é? Um relatório só disso.

Que vêm, então, nesse tipo de unidade de conservação, nesse espaço do pontal, um potencial enorme para o turismo ecológico. Mas o turismo ecológico não é esse que a gente está acostumado, da pessoa, como a gente fala, estar um momento com a natureza e jogar o papel de bala no chão, bater foto, não. Um turismo ecológico com outro viés, de pessoas que realmente gostam de estar em meio à natureza, que contemplam a natureza, que literalmente sabem contemplar um espaço desses, e não apenas usar esse espaço.

Então, eu acho isso, que foi uma proposta bem interessante, dentro disso, de refúgio, de vida silvestre, porque permite vários usos. Não é uma proposta que requer, necessariamente, a desapropriação, porque esse é o grande entrave do pontal da

Barra, que boa parte dele, aliás, acho que quase toda a parte, a maior parte é nas mãos de dois ou três, mas é toda uma área de propriedade privada. E esse é o grande entrave, para mim.

É por isso que a unidade de conservação não sai do papel. Há um entendimento de que, para se criar essa unidade de conservação, teria que se comprar as terras do proprietário, serem terras municipais. E até o que eu pude conhecer com esse grupo é que não.

A unidade de refúgio silvestre pode ser em terras particulares, em propriedades privadas. Porque é isso, porque permite alguns usos. Não dá para aterrar e construir um grande edifício, sei lá, um condomínio, um hotel, mas tem diversos usos possíveis. Sem contar que o proprietário ganharia isenção de algumas coisas também. Ele também teria algumas vantagens de vista econômico. Se os proprietários não conseguem perceber o ponto de vista ambiental, dá para pensar pelo lado econômico também.

É, cada um mantendo o seu olhar. Para mim, não sai do papel, é comum por isso. Acho que não sai pela questão dos empresários.

Sim, sim, do proprietário, que tem esse viés do empreendimento imobiliário. Alguns proprietários do local, os maiores proprietários, têm esse entendimento de ver o Pontal da Barra como um espaço de construir um hotel à beira-mar. À beira-mar não, na beira da lagoa.

Ou construir um condomínio de frente para a lagoa, coisas do tipo. Vem esse potencial. E aí o poder público não bate de frente.

Se houvesse esse entendimento... Porque se o proprietário... Tudo que tem que fazer é do interesse público preservar aquele espaço. Se o dono não se interessa, mas o poder público intervém, diz que vai ser feito, que é importante, é necessário, não tem o que questionar. Ele pode não querer fazer.

Eu sempre escuto a questão de boa vontade dos poderes públicos para que se torne, de fato, uma unidade de conservação. Falta... Falta vontade política mesmo de enfrentar isso, que é uma pauta difícil. Eu concordo que não é uma negociação fácil.

Mas ainda mais no período atual que a gente vive, que já está mais do que comprovado que a questão ambiental... A crise não é mais apenas uma crise de capital. Ela é uma crise ecológica. Nós vivemos uma questão ecológica muito séria, uma crise ambiental.

Arqueologia Colaborativa: Roda de conversa.

Sabrina: Mas antes de iniciar a minha fala, eu quero agradecer o convite do Guto por estar podendo participar desse momento, nesse espaço, a gente entende como é importante essas iniciativas dentro da comunidade, com a intenção de valorizar o que é nosso, valorizar que é nome de nosso patrimônio, que que vem estudando. História que aqui nós não falamos. Quando a gente fala de patrimônio da comunidade, do nosso patrimônio, está falando da história da nossa família, dos nossos amigos, dos espaços que a gente cresceu e a gente quer que isso tenha espaço para ser divulgado, para ser valorizado. A gente quer reconhecimento, a gente quer proteção e não tem o melhor lugar pra gente poder discutir esse tipo de tipo, de questão, do que dentro da nossa própria comunidade. Hoje eu estou muito feliz de estar nesse momento, participando dessa primeira ação com a comunidade. Que é um projeto que estou desenvolvendo dentro da universidade, que é uma proposta de arqueologia pública. É uma arqueologia colaborativa, com a ideia de se construir o conhecimento junto com a comunidade e não para a comunidade. Na realidade hoje eu vim aqui conversar com vocês mais para aprender do que para ensinar. A gente vem construir junto a ideia de o que que é importante para nós, que deve ser preservado, que deve ser valorizado, para pensar o que que pode ser melhorado, o que está sendo feito, que ela nossa memória, que a nossa cultura local, certo? Então, a primeira proposta que eu estou fazendo hoje é uma roda de conversa, porque a ideia não de fato está só de mim, não é? Eu vim com a minha bagagem, eu vim com meu conhecimento, mas esse meu conhecimento em cima bagagem é muito própria, muito minha. Eu, Sabrina, arqueóloga de todo o processo que o tive de educação, mas o mais importante dessa troca, é o que vocês vêem como patrimônio e dentro da comunidade de vocês, certo?

Porque esse olhar e que vai conseguir definir, construir junto. Conhecimento local, o conhecimento que nós temos sobre o nosso património dentro aqui da comunidade do Barro Duro, dentro do Laranjal, dentro de Pelotas e isso vai transbordar para essa região toda e é isso que a gente vai trabalhar junto, certo? Então assim não vai ser sem uma formalidade de palestra. Nós vamos sentar numa roda ali, vamos conversar,

tá? Então vamos, vamos carregar nossas coisas. O Guto tem um espaço bem bacana ali atrás, com 5 mesas (…)

A importância da própria paisagem é as pessoas que moram nela, então tem que ser bem pensado. A coisa tem que ser feita de uma forma inteligente. Quero que entendam que arqueólogos e pesquisadores não são contra o avanço imobiliário ou o crescimento da comunidade.

Pelo contrário, a gente quer que a comunidade tenha estrutura, tenha desenvolvimento econômico, a gente quer tudo isso. Junto com uma abordagem inteligente, bem pensada, pensando a questão dos patrimônios ambiental, artístico, arqueológico, preservando os patrimônios, pensando em uma logística inteligente de ser feita para que isso aconteça. Não pode ser feito de qualquer jeito.

Então, essa é a ideia que nós, como comunidade, como professores, temos que combater isso. Não pode ser feito de qualquer jeito. E tem lugares que não dá para fazer.

Desculpa, não tem como você chegar no banhado lá do ponto da barra e aterrar o banhado. Tem uma vila de pescadores. A comunidade de pescadores, aquilo ali aterrar e a laguna avançar, vai acabar com a comunidade de pescadores.

As pessoas que moram ali na volta, se enterrar o banhado para construir em cima, vai acabar, as pessoas vão ter a casa delas na beira d'água. Então, o custo para as coisas tem que ser pensado. O dinheiro não pode ser acima de qualquer coisa, entende? Essa grande questão é a sela de toda a discussão.

Como fazer? Entende? Por que fazer? E o que é mais importante? Que é o que a gente está conversando. Para você, o que é mais importante na sua comunidade? Eu estou encantado com esse sabiá que está cantando aqui em cima de nós. É ótimo, ele está acompanhando as ideias.

Eu falo e ele faz o contrário. Eu moro no Fragata, mas eu não sou de Pelotas. Mas uma coisa que me chama atenção é quando a gente sai do centro e vai para o Fragata, é que a gente tem aquele vestígio de uma ponte, onde antigamente era o Canal Santa Bárbara, que depois ele foi transposto.

Então, me chama atenção saber a história de por que aconteceu essa transposição. Isso é uma coisa que me interessa, sabe? De conhecer o que aquela praça dos enforcados, que acompanha ali ao lateral, por que acontecem os alagamentos, quantas coisas estão interligadas, né? Mas saber um pouquinho desse histórico, o

que motivou essa transposição de Santa Bárbara, se foi alguma coisa econômica. Enfim, é uma das curiosidades que eu tenho.

Não exatamente do Fragata, mas... Você nasceu ali? Não, eu sou de Arroio Grande. De Arroio Grande, quer dizer, você chegou ali, você conseguiu ter esse olhar para o patrimônio. É que eu sou biólogo também, né? Perfeito, já consegue ter uma maior sensibilidade, né? Aí você consegue ter esse olhar, você vai perceber mais.

Agora você, de algum momento, você está começando a se aproximar do patrimônio como seu. No momento que você consegue ter essa sensibilidade, ver de importância. Por isso que é tão importante.

Importante pensar a importância, né? A gente parar para refletir sobre o que é patrimônio naquela localidade. E no momento que você mora um certo tempo, você vai começando a apropriar, né? É meu também. Se chega uma construção, ou uma empresa que chega destruindo tudo aquilo, você vai se sentir perdendo também, né? Todos nós perdemos.

Mas aqueles que estão mais próximos a esse patrimônio não vão se sentir mais. Você que mora aqui tantos anos, eles começaram a aterrar aqui tudo, meter o trator aqui, para fazer, sei lá, um estacionamento, né? Isso vai lhe destruir a alma, porque esse patrimônio também é seu, né? A senhora vive de próxima. Eu vou sentir, mas a Sabrina não mora aqui no Barredouro, entende? Eu vou sentir também, mas a senhora que mora aqui é muito mais próxima dessa relação.

E essa relação que é tão importante. E a gente tem que ter espaço para falar dessa relação. Esse que é o verdadeiro ponto.

Espaço para falar. E espaço para ser escutado, que é o mais importante. Dentro da onde? Da universidade.

A universidade tem que saber a relação que as pessoas têm com aquele patrimônio. Os poderes públicos têm que saber disso, para que se possa ter ações dentro daquela comunidade, respeitando as relações de patrimônio daquela comunidade com esses elementos, com essas construções, com esses espaços. Isso é muito importante.

Qual o teu nome? Eu não te perguntei. Leonardo. E você, qual é o teu nome? Tomás. Tomás, me diz, da onde você mora, Tomás? Pode falar de lá também. Aqui é a cidade da favela. Você vê como a gente, quando está falando de patrimônio, a gente vai logo vim cair com o início das coisas, com o início daquela comunidade, com o início daquela cidade.

Você fala que ele iniciou tudo. Aqui, Barbura, ele é muito antigo, como eu estava falando. até o início de toda uma estruturação de vilarejo, de cidade, a partir da chegada aqui da laguna.

Então, a gente está falando de uma localidade histórica. Consequentemente, a gente vai ter muitos lugares importantes, questão é que as pessoas nesse momento não dão tanta atenção, por quê? Porque a gente está envolvido com um turismo mais voltado para espaços mais estruturados, como é o caso do Laranjal. O Laranjal foi lá de um centro ali, naquela entrada principal.

Aí as pessoas têm um olhar para cá como um lugar mais calmo, mais tranquilo e tudo mais, mas não com o mesmo peso de valor que acontece ali. Por quê? Porque não tem estrutura. Lembrando que nem sempre a estrutura é uma vantagem, né, Duque? Às vezes a estrutura, a gente paga um preço muito grande, e também pode ter destruição para essa estrutura.

Geralmente a estrutura vem com investimento, porque também tem o interesse do solo, do exército. Então, uma estruturação comunitária, pensando em respeitar a natureza, respeitando... Porque é bem difícil fazer as duas coisas. Respeitar a natureza, respeitar os lugares históricos, os sítios, as construções.

Isso seria o ideal, né? A gente está falando uma ideia utópica disso, porque seria uma intervenção do poder público de uma forma ideal, né? Mas é o que deveria acontecer, né? Jacqueline, da sua opinião, de onde você mora, o que você considera importante? Ah, o rio Camaroto, com certeza, né? Já estou tentando minerar há muito tempo lá. E tem população, minha família mora no rio Camaroto. Perfeito.

A preocupação é a mineração, porque a mineração de alguma forma vai impactar o rio. Vai impactar? Vai impactar o rio, porque eles já estavam se tirando. E aí, eu não lembro muito bem o nome do... Mercúrio? Sim, sim.

Ele matou muitos dos peixes lá na costa. E também, a questão que ele falou sobre a praça do Rio de Janeiro, eu sei um pouco da história sobre lá, que era um local onde enforcavam escravizadas e explosões. Porque, às vezes, a gente tem essa ideia que eles eram pacifistas, mas não.

Existiam rebeliões, alguns fudintros, que estavam por esses quilômetros. Então, esses escravizados que apontavam, eram atacados na praça do Rio de Janeiro. Agora, se o local está atirado, e a ponte aí, não é tudo.

Você pode ver que, como é importante para as mulheres que moram na beira d'água, a água é o fluxo da vida. Ali, ela parte de tudo. Economia, bem-estar de vida, patrimônio, do ponto de vista histórico.

Arqueológicos, muitos sítios arqueológicos são na beira d'água. A gente sabe, para quem pesquisa muito tempo com arqueologia, sabe que os moradores do passado também foram despreocupados em morar perto de pontes de água. Como a gente também se preocupa.

Então, a gente conta a maioria, não todos, mas a maioria dos sítios arqueológicos são próximos à água. Então, essas comunidades que moram na beira d'água, a ligação, esse vínculo, essa relação é muito importante. Se impacta a água, todo o resto sofre esse impacto.

A vegetação, as famílias que se alimentam da água, que moram em qualidade de vida, tudo vai virando uma grande bola de neve. E é essa preocupação que a gente retomei aqui na nossa realidade do bom meado. Qual é o seu nome, irmão? Rafael.

Rafael, pra que? A minha coisa de arqueológico, a gente tinha uma praça lá perto de casa, tinha várias árvores e tinha uma praça ali também. Aí eles destruíram tudo, fizeram uma nova e estavam plantando árvores novas. Aí chegou uma empresa para arrumar a estrada, tapou todo mundo aqui em cima das árvores, destruiu tudo.

Arrumaram, foram lá e destruiu tudo. Já estava tudo grande pra lá. Mal pensado, provavelmente a pessoa que tomou a decisão não tem noção nenhuma de patrimônio ambiental, de nada.

Às vezes são as pessoas erradas no postos errados para tomar as decisões. Desculpa quem for a favor, mas a gente vê isso no nosso governo muito, essa questão de pessoas que não têm condições de estar no cargo, estão tomando decisões erradas em vários sentidos possíveis. Então a gente vê isso também localmente.

Impacto local, mas para muitas pessoas fez diferença. Você está comentando, poxa, destruíram aquele monte de árvore, como é que pode uma pessoa pensar dessa forma e usar dinheiro público para fazer isso? Nessas árvores tinham vários meios de passagem. A beira, no outro dia, quando destruíram na Ferro da Nangô, saiu a beira para tudo que é lado, mas saiu das árvores.

Saiu a beira para tudo que é lado, mas saiu das árvores. Gente, a natureza tem só razão de ser.

Entrevista Aluísio Alves

Sabrina: Então, Aluisio, eu queria te pedir para apresenta-se, por favor, para registro.
Aluísio: É meu nome é Aluisio Alves. Eu sou o arqueólogo no Instituto de Ciências Humanas. Aqui no final, não é colocado no Lake pelo laboratório de estudos interdisciplinares da cultura material. E quando a Ufpel, como servidor desde 2013. É, mas eu fui aluno aqui, né? Fim de graduação eu trabalhei no Lepaarq como pesquisador associado até a minha entrada sim oficial, que aí eu acabei sendo, possivelmente em outro espaço.
Sabrina: Perfeito para registro, eu vou. Eu vou perguntar para você, então, se tu concordas, então ser entrevistado participar do projeto Arqueologia do Conflito do Pontal da Barra, Rio Grande do Sul Brasil, e se autoriza, então, uso das informações por escrito, os áudios, vídeos e imagens produzidos do referido estudo para o referido estudo e também para divulgação.
Aluísio: Sim, sim, concordo.
Sabrina: Então, assim a gente fez uma conversa prévia para a gente apresentar a proposta do projeto, né? E eu queria partir nossa conversa, a de você me falar um pouco sobre a sua relação com o pontal da barra à, da onde que se originou, e que você atuou dentro daquele espaço.
E eu queria partir nessa conversa de você me falar um pouco sobre a tua relação com o Pontal da Barra, de onde que se originou e que você atuou dentro daquele espaço.
A primeira vez que eu estive ali foi no contexto que estavam anunciando a estação de tratamento de afluentes do SAMEP. Isso era de 2004, 2005.
Aluísio: Não me recordo exatamente. A gente estava procurando para confirmar. E acabou indo eu e um outro colega, que estava com a gente na época, que era o Alcônia, e a gente foi olhar o lugar só para ver aonde ia ser feita a estação de tratamento.
E desse a gente sentiu algum potencial arqueológico, né, do mesmo que a gente imaginava. Então, a gente nem chegou a entrar na área, a gente olhou bem de fora e a gente acabou vendo que tinha, mas a gente nunca, não tinha retornado ainda, né. Porque o Le Parque, na época, tinha um projeto de mapeamento arqueológico.

Então, foi dentro desse contexto. E a gente acabou, na época, relatando para o Rafael, para o André Loureiro, para o Fábio. Mas, na época, a gente estava fazendo levantamento em outros locais, na Ilha da Feitoria, por exemplo.

E, posteriormente, o Rafael Milheira acabou recebendo contato, ou entrando em contato, com o senhor que residia lá, o senhor Vieira, se não me engano, foi o nome dele. Dentro dos trabalhos de dissertação dele, a gente envolveu mapeamentos do Guarani. E ele acabou visitando alguns, o senhor esse acabou levando ele a alguns locais que se comprovaram sim.

E, a partir dali a gente acabou frequentando o local de forma mais direta. E acabou mapeando em diversos sítios. Inicialmente, acho que foram 16, depois foi 18, foi 19.

Em relação aos conflitos do local, sempre existiu isso. São anteriores da pesquisa arqueológica, né. Eu acho que pode vir um pouco desse histórico dentro do próprio processo que a Ilha da República acabou movendo depois.

E começa ainda nos anos 90. Depois dos sonhos para licenciamento. Então, faz muito tempo que eles querem fazer algo ali, né.

Coisa de (inaldível), de hotel, de estrada, pela margem do São Gonçalo, né. Então, tem isso lá dos anos 90. Bem anterior a gente, assim.

Inclusive teve processo nessa época, se não me engano. E os empreendedores acabaram ganhando. E aí tinha discussões, inclusive, sobre as rubricas de quem assinou.

Se foi um geógrafo que teria assinado logo da época, queria que tivesse biólogo ou alguém do tipo, né. E no momento que a gente começou a mapear o sítio, a gente acabou também se intercalando com o que estava acontecendo. Tinha uma articulação da Associação de Moradores em Defesa do Pontal, da Associação de Moradores do contexto do Laranjal.

Também tinha uma articulação junto à Escola Municipal. E a gente acabou entrando nesse processo, assim, de participar das reuniões, de tentar contribuir de alguma forma. E um dos argumentos que depois acabou gerando processos na Procuradoria da República foi justamente o sítio arqueológico.

Então, uma vez o processo na parte ambiental já estava vencido, precisava de novos elementos para reabrir o processo e rediscutir a proteção do local. E a arqueologia acabou sendo uma das formas de subsidiar esse material e ir trazendo elementos novos para estar reabrindo a discussão, uma vez que nunca tinha sido feito dentro do

processo de licenciamento arqueológico. Isso acabou fazendo um laudo e foi até publicado.

Não sei se chegou a ver. Tem uma documentação completa do processo. Você acredita, então, que, no caso, o papel da arqueologia dos arqueólogos acabou sendo o que direcionou, determinou, desfechou esses conflitos naquele momento? Depois acabou surgindo outros elementos também na área ambiental, como os puxos anuais para o protegido, etc.

E aí aconteceram pesquisas também da ONG... Acho que é a Propampa, não me lembro. E acabou trazendo outros elementos também. O que acontece? Na legislação, de forma geral, os diferentes órgãos que licenciam acabam trazendo um check-list.

E se você pega alguém que domina minimamente os procedimentos burocráticos envolvidos no termo de referência, a pessoa acaba cumprindo o check-list e obtendo as licenças. E o contrário também. Só que, no caso, os empreendedores estavam querendo fazer a coisa de qualquer jeito e não tiveram muita preocupação em seguir realmente as coisas.

Porque, na prática, se tivessem feito todos os estudos na época, eles teriam conseguido aprovar o tratamento. Porque era o que eles estavam fazendo, era uma parte dos empreendimentos. Primeiro porque tem uma legislação que, lá com o Conan, 1986 e tal, delegou certos empreendimento para o governo do Estado.

E, uma vez o município com o Conselho Municipal constituído, eles também ganharam o direito de licenciar certos tipos de empreendimentos. E eles acabam... Por exemplo, a pesquisa ecológica, como ela é regulada no mundo federal, não pode ser terceirizada por um governo do Estado, por um município, o município pede um termo de referência onde ele não exige, por exemplo. E aí funciona na base da denúncia, ou na boa vontade de algum empreendedor que queira fazer, muitas vezes.

E, na maior parte das vezes, eles seguem o check-list da prefeitura, por exemplo, e obtêm uma licença. Na época... Processo bem simples. Na época, por exemplo, eles tiveram uma série de erros, porque ele foi licenciado no estado-alvo, se não me engano, em primeiro lugar, na parte ambiental, e não foi equipe da arqueologia.

Então, a arqueologia acabou servindo como esse novo elemento para embargar o lugar ali e fazer os estudos necessários e reabrir a discussão, na verdade. Ótimo. Perfeito.

Você conhecendo, então, o pontal, essa questão arqueológica, os sítios que foram encontrados, que foram registrados ali, a questão dos peixes anuais, que são endêmicos à realidade do pontal, mas o próprio papel do banhado na questão hídrica da região. No seu olhar como arqueólogo, que fez a pesquisa ali na área, juntamente com outros pesquisadores, como você definia o pontal da Barra? Então, do ponto de vista arqueológico, ambiental, é uma área extremamente importante. O que eu estava falando, assim... Eu estava relembrando essas questões burocráticas, jurídicas, etc.

Esse tipo de conflito envolve coisas mais amplas do que simplesmente o cumprimento da legislação ambiental, etc. É algo complexo, assim, porque o impacto tanto ambiental quanto arqueológico está envolvido também não só com o empreendedor em si, mas está envolvido também com o contexto de pessoas que têm certa condição de vida. Ou seja, a desigualdade acaba também gerando que as pessoas acabem fazendo intervenções no meio ambiente, no espaço específico do pontal, de forma a degradar os sítios.

Tirar a terra, por exemplo, para vender para jardinário. Ao mesmo tempo, tem ocupações irregulares, que acontecem desde muito antes. Começou ali com a colônia de pescadores que têm no pontal da barra, depósitos de lixo irregular.

E aí a gente presenciou depósitos de lixo irregular de diversas instâncias. O próprio município a gente presenciou correndo o lixo lá, especializados do município. As próprias pessoas.

E mais o impacto dos empreendedores, que queriam licenciar de qualquer jeito e tocar o seu empreendimento imobiliário também. Então, é um problema complexo. Os conflitos que estão ali não envolvem só o cobrimento de termos de referência ou ritos burocráticos.

Cheque em lixo para licenciar o ambiente. É muito mais não. Então, o simples fato de a gente, enquanto academia, definir que é um local importante para preservação, tanto para o serviço ambiental, porque existem espécies endêmicas, existem sítios arqueológicos, etc.

Eles não vão eliminar os conflitos diversos que estão ali, que têm a ver com problemas que são historicamente constituídos bem ao longo do tempo. A mesma forma da falta de regramento, etc. Mas também tem a ver com desigualdade social.

Também tem a ver com especulação imobiliária. Então, é um problema bem complexo. E tu tem que atacar essas frentes e discutir isso tudo.

E é um problema da América Latina, de forma geral. E a gente está vendo, em outros lugares do Brasil... Então, a questão é que não é uma questão isolada. São questões emaranhadas e ligadas com várias outras questões.

Essa é a minha visão. O problema que tu está vendo cotidianamente no Brasil hoje, que tem a ver com desmatamento, tem a ver com garimpo, tem a ver com... E a terra permeia todos esses conflitos. Quando tu vai falar dos conflitos, a terra está em negociação.

O território está em negociação. Então, os conflitos se dão em função do território. Pessoas que estão ocupando, porque não têm uma condição de moradia, vão ocupando o espaço para criar a sua casinha.

E, ao mesmo tempo... Como é que tu vai falar de preservação do meio ambiente de alguém que não tem nem recurso? E ela vê a terra como recurso. E a forma que ela lida com a terra sempre é no sentido de preservar mesmo, de retirar terra para vender para jardinagem no verão, que está cheia de turistas e quer fazer sua grama, sua horta. E ele vê uma forma de ter um recurso, de subsistência, de falta de opção.

Ou... O que eu quero dizer é que tem que ver o que realmente está gerando os impactos. Qual é a condição daquela pessoa? Ela tem outra alternativa? Não sei. Talvez não tenha.

Ótimo. Eu vou tocar agora um ponto mais sensível, a questão de responsabilidades. A gente está falando que tudo que é importante no Pontal, toda a complexidade desses conflitos e relações... Quem você acha que é responsável por preservar, por estudar, para essas coisas que nós estamos apontando como importantes na questão do Pontal da Barra? Em primeiro lugar, de forma geral, o poder público.

Porque tem uma série de estudos que vêm sendo feitos, não só no Pontal, mas em várias áreas da cidade. E o poder público poderia muito bem compilar, digamos assim, ou articular junto com a academia, com as universidades. Esses estudos, de forma a já ter um certo zoneamento da cidade.

Tanto no sentido de quando o empreendedor vai escolher uma área para fazer um projeto, quanto no sentido de pensar a política pública para minimizar essas questões ligadas à desigualdade social, à ocupação irregular, etc. Quanto de criar espaços que propiciem a continuidade dos estudos e, ao mesmo tempo, que essa informação chegue às pessoas. Ali é um exemplo, porque é um lugar próximo da cidade, está do lado, que tem um potencial ambiental, tem um potencial arqueológico, as pessoas

estão morando ali, então pode funcionar como um piloto, digamos assim, para que o restante da sociedade comece a ver isso de forma que está tudo muito naturalizado.
Essa que é a verdade. Você sai na rua e vê a desigualdade social todo dia. Pessoas morando na rua, sem condições mínimas.
E está tudo naturalizado isso que as pessoas não percebem. O ambiente ali está sendo destruído, tem determinados tipos de espécies que estão morrendo, que habitam aqueles espaços que estão morrendo, que o sítio arqueológico é a memória de populações indígenas. Então tem essa questão também.
No momento que você elimina esses espaços, esses sítios, está eliminando parte da memória também. Ou seja, também está fazendo uma seleção do que continua sendo colocado à frente enquanto elementos que constituem a nossa sociedade e os que não. Então você escolhe, no momento que você seleciona o que vai ser preservado e o que não, digamos que deixem para lá, você está simplesmente apagando completamente mais um espaço que materializa a presença indígena, por exemplo, na nossa região.
Então, como eu disse, é complexo. Em primeiro lugar, o poder público. A academia também tem um papel nisso, mas a sociedade em geral também tem.
Mas o poder público tem na mão a caneta, digamos assim, para regrar as políticas públicas. O que a gente, enquanto sociedade, vai fazer para discutir por que a nossa sociedade é tão desigual a todos os conflitos que estão em heranças nela. Os conflitos não nascem do nada, eles estão historicamente constituídos.
Eles vêm de um passado colonial, escravocrata e aí por diante. O que culmina nesses conflitos hoje tem a ver com as propostas imobiliárias, mas também tem a ver com a desigualdade social. Na realidade do presente, a gente reflete no que é o passado, todo um processo histórico de exclusão social, de questões econômicas.
Aquilo que eu estava conversando com você, é difícil você trabalhar a preservação de sítios arqueológicos, as pessoas não sabem nem o que é sítio arqueológico. Isso é parte do princípio que você tem que fazer todo um trabalho de educação patrimonial junto com a comunidade para que a presente, para que eles tenham ideia do valor daquilo, para você poder ter esse olhar para preservar. O ponto de você não me importo, eu me importo, é precisar de informação.
Se a informação não chegou dentro da comunidade, como é que faz? Como é que trabalha junto? Você trabalha junto? Eu faço uma distinção, alguma coisa. O que é

preservação em termos de categoria jurídica, o que é para nós, enquanto academia, mas acho que a arqueologia tem que servir para a gente refletir também sobre esses processos de conflito. Ela tem que servir para a gente não só subsidiar o emprego do Aloysio na universidade, dos professores, etc., para nós mesmos.

Ela tem que servir para a gente refletir como a gente chegou enquanto sociedade até aqui, que é uma sociedade cheia de conflitos, de violência, de desigualdade, etc., e como a gente pode usar essa arqueologia para pensar como esse processo ocorreu. Se a gente simplesmente mostrar que tem um síntese lá, e por que a gente não tem mais essas pessoas aqui? Por uma série de motivos, mas a gente pode ajudar a pensar por que ninguém sabe que aqui tem uma longa história de ocupação indígena. E o que foi feito dessas pessoas? Onde elas estão agora? E assim por diante.

Acho que o nosso papel é um pouco discutir essas coisas todas e, consequentemente, discutir elas no presente, porque aí a gente tem que discutir o meio ambiente, o conflito da terra, e assim por diante. Acho que a academia, em parte, já faz isso dentro das suas limitações, que são econômicas, de estrutura, de equipe e também do alcance que a gente tem de subsidiar as políticas públicas. Acho que vontade não falta.

Muitas vezes, o que falta é esse diálogo. E o poder público muda. A cada quatro anos, mudam as pessoas, mudam os interesses.

E você pensa em uma política muito imediatista, de forma contínua, a pensar processo mesmo e de como articular isso tudo, de como resolver o problema das pessoas, de como mediar os interesses do mercado imobiliário e, ao mesmo tempo, continuar fazendo a pesquisa acadêmica. E, ao mesmo tempo, essa pesquisa acadêmica, por exemplo, chegando nas escolas. O exemplo que a gente fez lá atrás, nessa questão do pontal, um dos blocos de discussão era a própria escola.

A própria escola queria discutir. E a gente foi para lá, fez exposições. Nesse artigo que eu falei que foi publicado em 2002, por exemplo, tem exposições de uma situação que teve no veraneio de aqueles anos do Laranjal, levando as coleções arqueológicas para lá, etc.

E, ao mesmo tempo, qual era o interesse das pessoas em dialogar com os arqueólogos? Era proteger o lugar porque eles sabiam que, historicamente, acontecem, por exemplo, cheios da lagoa e o banhado ajuda a que não alague a casa delas. A cada ano que está se escondendo a ocupação daquela região, tem mais bichos indo para a casa das pessoas. Cobra, rato, relatos de várias coisas.

Isso chegou a ser feito em entrevista. O Rafael chegou a fazer entrevista com algumas pessoas. Eu acho que está nesse artigo também

De qualquer forma, seria legal tu dar uma olhadinha no processo que a Procuradoria da República, na época abriu. É bem extenso e tem vestígios de vários arqueólogos. Acho que tem essas entrevistas.

Acho que tem parte do relato de todo esse processo. Então, parte da comunidade já tem essa visão. Sim.

Se não, das associações de moradores, por exemplo, o pessoal tinha essa preocupação da escola, não me recordo o nome agora, junto ali do partido, também tinha essa preocupação. Ao mesmo tempo, parte de pescadores artesanais também tem com a lagoa. Eu tenho notado que os discursos às vezes divergem, às vezes divergem.

Tem um discurso em prol da preservação, tem essa informação da questão do papel do banhado. Em alguns outros momentos, eles reproduzem o discurso do avanço imobiliário, do desenvolvimentista, que ele tem que aterrar o banhado, que aquilo ali é só para que a cobra, que eles precisam de uma estrada ligando direto o centro para vender o peixe deles. Então, não tem uma uniformidade de discursos.

A gente encontra as duas coisas. Claro que o discurso desenvolvimentista é alimentado pela questão da necessidade de comércio, de sustento. A comunidade é muito precária, ela tem falta de muitos... estrutura básica, saneamento, segurança, falta de dinheiro.

Imagina agora com a pandemia, com a crise que todos nós estamos sentindo, essas comunidades mais pobres, eles sentem na base da coisa, o comércio caiu muito. Então, isso alimenta. Esse discurso, vamos salvar vocês, a gente vai desenvolver a região, vai que todo mundo fica bom.

Essa é a questão que eu perguntei, desenvolvimento para quem? Quem, na verdade, vai ter retorno nesse desenvolvimento? E a que custos? É o que a gente está conversando. De tudo que está sendo apresentado, qual o custo desse desenvolvimento que eles estão propondo. E algumas pessoas na comunidade compram esse discurso, alimentam esse discurso, e outros ainda têm a informação sobre as pesquisas, sobre o porquê do papel do banhado, e ele vem de nós, a gente tem que preservar, a gente sabe que se tirar aqui, o problema vai ser muito maior, a gente vai ter perdas irreparáveis, questão ambiental, questão histórica, ecológica.

Então, assim, é como você falou, é um grande emaranhado de relações, sentimentos, várias questões que estão interligadas, não é uma coisa isolada. Eu fico na esperança que meu projeto possa delinear todo esse emaranhado, que é essa proposta do registro oral, e poder trazer essa discussão para fora da comunidade acadêmica e para dentro da comunidade dos moradores. Eu fico acreditando que, por mais que meu projeto tenha os seus limites, os primeiros dois anos eu não pude ir dentro da comunidade por causa do Covid.

Agora estou conseguindo, realmente, ter esse contato direto com a comunidade, porque até a questão de fazer entrevistas pela internet, é uma comunidade que tem um acesso muito precário à internet, e muitos não têm, ou as entrevistas são presenciais ou não são. Acho muito o trabalho de ser legal falar disso. Falar de todo o processo.

Eu já registrei todo o processo que estou desenvolvendo, porque eu tive um grande acesso à comunidade acadêmica, porque a comunidade acadêmica tem outra estrutura social, econômica, tem acesso à internet, sabe mexer num computador. Tem pessoas que não sabem mexer nem num celular dentro da comunidade. Então, vai delimitar os registros que eu vou fazer nos primeiros dois anos da pesquisa por causa do contexto pandêmico.

E agora que eu tenho acesso, que vou lá na comunidade conversar, eu percebo que não era nada daquilo que eu esperava. Os discursos são vários, não existe uma uniformidade. As pessoas se perdem dentro dos outros discursos construídos seus próprios.

E grande parte é alimentado pela carência. Carência de estrutura, carência de sustento, pela própria crise. Então, isso agarra a ideia que vamos desenvolver essa região e a gente vai ser resgatado dessa realidade difícil que nós estamos.

E outros que ainda permanecem na ideia, não, a gente tem que preservar, se destruir tudo vai afetar o nosso peixe, vai afetar a nossa economia, nossa vida é água. Então, se isso afetar a água, afeta a nossa existência como comunidade. Então, tem pessoas que tem esse olhar.

E outros que não tem que aterrar esse banhado cheio de cobra, que é só incomodação, a gente tem que se desenvolver. E o caminho é esse. Então, é complicado, como você falou, é tudo muito complexo.

E eu registro todas porque a minha ideia é mostrar que ela não é tão simples assim, não é A versus B. Vários conflitos dentro de um grande maior, interligados. Bom, eu queria falar um pouco sobre a unidade de conservação. Só um comentário, você estava falando, ao mesmo tempo, você tem a forma que a legislação do Brasil foi constituída, e ela é basicamente o seguinte, o Estado, em série, ele terceiriza grande parcela das coisas que ele deveria fazer.

Dessa perspectiva neoliberal, então, a própria pesquisa arqueológica, quem paga por ela é o empreendedor que não está nem um pouco interessado no produto caro. Então, para ele, quanto mais, cumprindo o checklist que ele tem cumprido, os termos de referência, quanto mais barato sair, melhor. Então, se a arqueologia não está de subsidiar essas discussões que a gente estava falando, que são complexas, que tem a ver com ocupação irregular, porque tem a ver com desigualdade, porque tem a ver com a pessoa não ter certas oportunidades, não vai interessar ninguém nisso, nenhum deles.

Ele quer fazer um empreendimento para lucrar o máximo que ele conseguir, gastando um ninho. Não tem idealismo. O olhar é totalmente consumista.

Quanto custa, qual o tempo e quanto mais rápido posso resolver a questão. Talvez os ideais sejam outros. Talvez tenha algum idealismo na parte dos empreendedores, mas não nessa perspectiva.

Talvez seja um detalhe que a gente faz a isso. Quando eu digo que não tem, deve ter a partir da cosmologia deles, mas não dessa que a gente participa. Mas são discussões bacanas de fazer.

As dificuldades que eu estava falando de tecnologia, por exemplo, durante esse processo, acho que é legal colocar o trabalho no sentido de pensar a construção acadêmica a respeito desses conflitos. Muitas vezes, eu, por exemplo, é muito pessoal o que eu vou dizer, eu acho que a gente está, enquanto academia, muito distante da realidade dessas pessoas. Mas, ao mesmo tempo, não é, muitas vezes, falta de vontade de fazer, etc.

É não ter tempo. Não ter recurso. E a gente fica também imerso em muita burocracia. Então, uma das mais diversas, o próprio docente está cheio de... Uma coisa é ele estar na sala de aula conversando com ele e só acompanhar o que eles fazem. A burocracia é imensa. O servidor é a mesma coisa.

Fica o tempo inteiro, fica mais preenchido.

Como clicar em coisas para, desde bater o ponto, pedir uma licença para ir a campo, do que propriamente conseguindo fazer o que a gente gostaria de fazer. Então, acho que a burocracia também vem para isso, para fazer a gente ficar preso nela e naturalizar esses conflitos que também estão dentro da universidade. Eu tive um contato com a comunidade de pescadores e com a comunidade do Barro Duro, que também é de pescadores.

E a gente percebe, é o desafio, é a proposta que eu fiz, desafiar para que pudesse trabalhar com uma arqueologia público-colaborativa dentro das comunidades. Mas o próprio projeto tem vários limites que a gente vai encontrar com a questão de deslocamento, com a questão econômica, com a própria estrutura. Não tem estrutura para fazer as coisas dentro da comunidade.

Por exemplo, eu consegui um espaço dentro do Barro Duro para poder fazer as rodas de conversa e tem um artesão que trabalha com a cerâmica ali, com o Barro Duro, que ele tira da beira do rio e faz cerâmica. E eu fiz uma oficina de cerâmica com as crianças, reproduzindo decoração indígena. Eu não tenho um espaço desse dentro ali da comunidade do Pontal, não tenho um espaço.

Eles não têm um centro comunitário, eles não têm um galpão aberto que eu possa... Talvez eu consiga com uma pessoa que tenha, onde traça tratamento de peixe, um espaço para utilizar. Mas a própria comunidade não tem quase nada de estrutura para que se possa fazer um trabalho de educação patrimonial, educação ambiental ali dentro daquele espaço, que possa ter palestra, que possa... Entende? É uma coisa basal para a gente poder desenvolver outras atividades dentro da proposta. Então, como eu posso trazer essa proposta de pensar sobre o que está dentro da comunidade acadêmica, para dentro da comunidade de pescadores, sem nenhum tipo de estrutura? Então, esse é um desafio.

Não estou dizendo que não vai ser feito, que eu não possa fazer, mas é um desafio que a gente encontra pelo contexto social, pela realidade que está ali sendo apresentada. E, como você falou, até a questão de acesso à internet, eu estava mencionando de poder fazer as entrevistas. Eles têm muito problema de violência, de assalto.

Então, pessoas que são fora da comunidade, eles olham com muita desconfiança. Eu tive dificuldade de conseguir conversar com as pessoas, porque as pessoas fugiam de mim. Elas não queriam que... Achavam que eu era alguma coisa de questão

política, que eu era uma pessoa da política, ou que eu estava ali querendo tirar a casa deles, porque eles sempre dão alertas que alguém vai tirar aquelas pessoas daquele espaço.

Então, até eu conseguir convencê-los que eu queria era convidá-los a discutir sobre a importância do pontal, eu tive bastante dificuldade. Então, são pessoas que já estão nervosas, alertas com tudo o que pode acontecer, para prejudicá-las ainda mais. Não é um ambiente tranquilo de diálogo, é um ambiente tenso, numa área... Olhando com certa distância hoje, com certo pensamento, imagina também para essas pessoas o número de outras pessoas, de outras instâncias que circularam no interior ao longo desses anos, arqueólogos, biólogos, políticos.

Então, não é à toa que eles são ressabiados. Há um monte de gente que vai para lá e fica um tempo lá com eles, e faz a sua pesquisa, os seus ganhos políticos, etc., e eles saem na mesma, e a gente vai embora, etc. Não tem nada com aquela comunidade, sim? E quando o poder público vai para lá, é nessa discussão de que eles estão ocupando de forma irregular, e o ministério público quer que eles mudem de lugar, e não é à toa que eles não querem conversar.

Eu já passei por situações, também, de várias pessoas terem visitado um certo lugar, e depois, não acho que é à toa que eu venho aqui agora. O fulano esteve aqui, e depois ainda prejudicou a nossa estrada, quer sair. É assim que acontece depois.

Também é uma coisa bem pessoal. Eu, hoje, já fiz também educação patrimonial, etc. De forma geral, acho que a gente não educa ninguém.

A gente fornece esse desvio, e as pessoas se atropelam deles de formas mais diversas. Então, acho que, no final, a gente tem que se auto educar. Nós, enquanto pessoas que estamos vindo a esses lugares... Eu evito ter esse termo de educação patrimonial.

A gente se auto educa. Não é uma proposta de educar também. É uma proposta de construir juntos conceitos com as pessoas.

Por exemplo, se eu vou trabalhar a questão de patrimônio, vou construir o conceito junto, junto com a comunidade. E não vou apresentar o conceito pronto para a comunidade, que isso seria o educar. Eu até evito um pouco o termo.

Por isso que eu gosto muito de trabalhar no viés de arqueologia pública. É o conhecimento público sendo construído junto com a comunidade, e não apresentado

para a comunidade. É o que distância das propostas de educação patrimonial que a gente vê nos contratos, e uma proposta de abrir espaço de diálogo com a comunidade. Não que, necessariamente, na educação patrimonial a gente também não faça isso. Eu já fiz isso também. Eu trabalhei muitos anos com o contrato, e fiz muita educação patrimonial.

A gente vem com o folheto pronto, com os conceitos. O que é importante nessa região é isso. E vamos apreciar para vocês.

Vocês têm que cuidar disso. E a proposta do meu projeto... O que vocês acham importante para preservar? O que faz parte da memória, do olhar de vocês sobre essa região? E vamos construir junto. Eu sou arqueóloga, tenho o meu olhar, mas eu tenho o olhar sobre o que nós podemos pontuar aqui juntos e por que é importante.

Nesse contexto do arqueólogo, ele está preso na burocracia também. Então, ele tem que cumprir o checklist ali. O procedimento de trabalho já é preso dentro de uma proposta.

E é muito rápido. É um trabalho muito rápido. Então, você tem o folheto, você tem o texto, você tem a palestra, o conversa.

Entregar o folheto... Eu fiz muito isso. Muito mesmo. E eu sempre me questionava se isso aqui é muito pouco, é muito limitado, e vim do meu olhar.

Eu nunca fui naquela região, mas eu vinha pronta com o texto sobre a história daquela região, o que era arqueológico, o que era considerado importante, e eu prestava pronto para as pessoas. E hoje, quando eu estou fazendo arqueologia pública, eu parto desse novo. Eu vou construir essa ideia junto com eles.

É óbvio que eu não sou neutra. Isso aí é ilusão. A ciência é neutra.

Eu estou ali junto. É óbvio que só a minha presença... Se eu estou propondo a uma arqueóloga falar sobre a região, eu já estou propondo que vou falar sobre sítios arqueológicos. Eu vou ter a minha influência na conversa e nos caminhos que vão levar para a construção do conceito de patrimônio.

Eles vão dizer que eu estou neutra ali. Não existe isso. Mas, com certeza, eu consigo diminuir a minha posição de poder dentro do discurso.

E, diminuindo a minha posição, eu consigo abrir espaço para que eles possam falar sobre o patrimônio deles, no momento em que eu diminuo a minha posição. Eu acho que essa é a ideia, tentar simetrizar essa posição dentro do trabalho. Esse é o desafio.

Dentro do que a gente estava falando, isso é a discussão que permeia na relação dentro desses diferentes conflitos. A outra dimensão que a gente não pode perder, acho que o trabalho do Rafael, do Guilherme, é exemplo para isso, é a dimensão do quanto a arqueologia e a preservação daqueles lugares trazem informação. A profundidade histórica da ocupação indígena de cerrito tem datações de mais de 2 mil anos daquele contexto.

Tem diferentes aspectos do cotidiano daquelas pessoas que foram trazidas só para a pesquisa. Desde, por exemplo, ossos humanos, tem um lugar que indica como as pessoas estavam sendo enterradas ali. A partir dos ossos humanos, você consegue saber a arte daquelas pessoas, o tipo de trabalho que elas estavam fazendo ali, a dieta alimentar deles.

Uma série de informações... A relação com os outros animais, o cachorro que foi encontrado também naquela área. Pode discutir a própria questão ambiental (...) deixou um subsídio, digamos assim, de entender como era o ambiente naquele contexto, há dois minutos atrás.

Desde a diversidade de espécies, de peixes, de aves, etc., a partir do registro arqueológico pode resgatar e comparar com o que está aí. Pode até, em certa medida, medir uma discussão do impacto que teve na chegada do europeu até agora. E assim por diante.

Então, tem um monte de espaços que se abrem, mas o desafio é a gente fazer chegar essas discussões também nas pessoas. E como a gente pode contribuir para estar pensando naquele contexto lá e, de repente, melhorar a vida delas. Ou mostrar alternativas.

Querendo ou não, as pessoas, como elas se apegam tanto nessa questão econômica, que é imediata, por exemplo, comer é imediato. Exato. Moradia é imediato.

Isso aí. Segurança. De alguma forma, a gente, acho que, consegue também substituir discussões que possibilitem pensar alternativas para aquelas pessoas ali.

Preservando o espaço, criando outro... Não sei. São desafios grandes. Não é nada simples.

Mas, às vezes, a gente tem que pensar isso enquanto processo. E tem que sensibilizar o poder público, acho que, de alguma forma, pensando nessas políticas. E como a política partidária é muito imediatista, ela pensa na próxima eleição, daqui a pouco surge alguém com poder, digamos assim, e faz a estrada no meio da coisa.

E faz. E faz. E faz.

Ou libera um empreendimento com 2 mil lotes. E aí, aquelas pessoas vão ficar lá? Não vão. Vão ser retiradas.

Vão ser desalojadas. Vão ter reintegração de posse. Esse é o grande medo da grande maioria das pessoas que eu tenho conversado.

Isso acontece. Isso acontece. Você já deixou bem clara a sua posição sobre a questão de preservação, a questão da unidade de conservação.

Sabrina: Eu queria saber, na sua opinião, por que a unidade de conservação hoje ainda não é uma realidade? Tem diferentes interesses ali. Mais uma vez, a gente vai falar de terra, de território. E aí, do valor econômico.

Eu tenho espaço ali. Está em uma área que está em franca expansão. Para pegar a região do Laranjal inteiro, ela é uma das fronteiras de expansão imobiliária, com vários loteamentos, prédios, etc., acontecendo por aquilo lá.

E, consequentemente, é uma área mais valorizada da cidade. Ou, pelo menos, está entre as áreas mais valorizadas da cidade. Eu acho que o que segura a unidade de conservação é a questão de valor econômico daquele espaço.

Também de vontade política. Porque a política, de forma geral, o que ele está falando é de alguém que nunca fez parte da política partidária. É alguém que está vindo de fora.

Na política, todo mundo aceita. Tem que pensar o seguinte também. Qual é o retorno que esses políticos vêm em fazer isso? A sociedade, de forma geral, vai dar ok? Vai dar retorno, em termos de votos, etc.? Isso aí é uma grande dúvida.

Quem é que está realmente preocupado em preservar aquele espaço, etc.? Como é que tudo? Eu acho que as pessoas, de forma geral, a cidade, de forma geral, está pouco informada sobre esses debates. E ela está vendo pouco retorno disso aí. E, consequentemente, como ela vê pouco retorno, o político também vê pouco retorno, em termos de votos.

É o que ele vai pensar. Isso é opinião pública, né? Os argumentos, por exemplo, científicos... Tem pesquisa de tudo que é... Tem pessoa da arqueologia, da biologia, deve ter de pessoa de solo, deve ter de... Os professores sempre falam. Não falta justamente fazer argumentos para que isso seja feito.

Agora acho que até que está começando a andar. Eu estava vendo uma notícia agora. A prefeita teve, junto com a reitoria da universidade, para tentar criar, etc.

E aí tem uma outra coisa também, que acaba... Como é que funcionam esses processos aí também? Vou ter que dar uma olhada nisso lá. Se eu vou falar, posso estar falando besteira. Mas tem a ver com... No momento que você vai tentar transformar aquilo numa área de proteção ambiental, por exemplo, em âmbito municipal, o município poderia fazer isso.

Mas por que eu acho que a alternativa não vai ser via município? Porque vai ter pressão dessas pessoas que são donos da terra e eles vão querer se indenizar. Então, qual o melhor lugar para conseguir dinheiro para indenizar as pessoas? Vão ver via União. Vão botar isso aí no âmbito do Instituto Chico Mendes, botar isso em âmbito federal, porque aí, ao mesmo tempo, eu remunero aquelas pessoas lá que são donos ali.

A preocupação não é a pessoa que está lá, de porcento. Pelo menos eu acho que não é. Não, eu concordo também com o Chico. Porque o cara lá que é dono da terra, que tem dois mil terrenos, dois mil lotes, ele vai chegar lá.

Olha, eu tenho... Cada lote aí, se eu vender... Se eu sair hoje num terreno laranjal, eu não encontro por menos de 150 mil um loteamento desses. E se eu botar que ele gastou 100 mil para fazer, coisa que não é. Mas digamos que ele gastou 100 mil para fazer, que ele vai alocar 50 mil por terreno. E tu tem dois mil terrenos, aí tu faz aí a conta, tu vê quantos milhões dá.

E ele vai chegar e vai dizer assim, olha, eu vou lutar até o último segundo para que não saia essa área de conservação aí, porque eu tenho não sei quantos milhões ali. Se eu não ver no mínimo um retorno desse dinheiro, eu não vou entregar isso aí para vocês. Então, tem coisas por baixo aí, que a gente não tem nem ideia.

E que envolvem dinheiro. Envolve terra, envolve... A discussão toda é permeada pela terra. No final, é a minha visão.

E envolve dinheiro. Envolve dinheiro. Você falou... Sim.

Como você falou no começo, os conflitos do Portão da Barra, eles são bastante comuns na atualidade. A gente vê cada vez mais frequente esses embates que a gente está falando aqui entre empreendimentos e interesses de preservação ambiental, histórico, arqueológico. E em áreas de patrimônio cultural, áreas de patrimônio ambiental, a gente está trabalhando o conceito de patrimônio, patrimônios, que é o conceito que o Iphan trabalha.

A gente sabe que ali, a Ponta da Barra, ele é um contexto único. Mas aqui na região de Pelotas, a gente sabe também de outros conflitos. Você identifica outras áreas, outros lugares aqui no município, na nossa região aqui, de conflitos análogos ao Pontão da Barra? Tem ali na região da Mata do Totó também.

E ali é outro exemplo. Pode até botar no seu trabalho isso. Legal.

O Lepaarq... O Lepaarq fez pesquisa ali também, desde os anos 2000, uma dissertação de mestrado sobre um sítio ali específico. O sítio está dentro do terceiro plano diretor, acho que, do município. A gente colocou todos os sítios que foram mapeados até aquele momento lá.

O Rafael, para te ajudar nisso, ele também participou do processo. E a prefeitura simplesmente destruiu o sítio. Ela mesma.

E aí tem foto da prefeita, do vice-prefeito, dentro da destruição do sítio. Eles postaram. Eles estavam reformando a ponte e foram fazer propaganda lá.

E eles tiraram foto deles mesmos, postaram umas redes. Acho que tenho essas fotos aí. Me passa, por favor.

Deles no sítio destruído, uma cratera. Por favor, me faça. Com certeza.

Tenho que fazer um bom subcapítulo, uma boa parte do texto, falando sobre também as questões da Mata Totó. Ele é muito citado. Quando menciono conflitos aqui na região, as pessoas saem do pontal e vão para a Mata Totó.

Primeiro, depois partem para outros pontos da cidade, mas a Mata Totó faz isso. Ali tem várias ocupações irregulares também. Outra coisa ali também.

Tem a reivindicação da estrada. A Colônia dos Pescadores da Z3 reivindica há muitos anos a estrada. De algum momento vai acabar saindo.

Durante, por exemplo, a ministração de estrada, passei, sei lá, oito meses direto naquela região, tem épocas que as empresas de ônibus passavam a máquina para arrumar a estrada. E quando elas raspavam a estrada, a reta escavadeira, que se chamava Patrola, a Patrola passava, eu seguia a estrada mais de uma vez. E, literalmente, eu ia encontrando manchas do que eram os fundos das casas Guarani ali.

A casa, assim, a cada quilômetro tinha manchas ao longo da estrada. Onde é que eles estavam ocupando? Era aquela região onde tu tem uma pequena elevação na margem da lagoa, que é exatamente onde está a mata e onde está a passada estrada. Então, eu ia seguindo a estrada e ia vendo várias manchas, várias.

Então, aquela mata inteira era ocupada. Eu digo que a mata era o sítio. Tinha uma ocupação indígena ali em toda ela.

Então, quando eu for fazer a estrada... Tem uma distensão, tem toda uma camada de ocupação que se estende em toda a área. Quando eu for fazer a estrada mesmo, isso vai aparecer. Vai cortar tudo.

Vai, porque está ali. Vai rasgar os sítios. Está ali.

E o Poder Público sabe que tem sítios ali, porque estava no plano diretor. E aí, quando vai fazer, por exemplo, um termo de referência, ele não leva em consideração isso. Ele volta ao início.

Se o Poder Público tivesse vontade política para isso, não só na área de metodologia, em todas as áreas, na arquitetura, no funcionamento, etc., ele faria um zoneamento da cidade, usaria esse plano diretor, inclusive para dizer para os empreendedores que aquelas regiões têm maior possibilidade de ter problemas de tal ordem. Outros não. E assim por diante.

Só que o que acontece? O Poder Econômico quer que os seus interesses se sobreponham a qualquer outro. Então... Porque eles vêm como dinheiro, né? Então, todo o resto tem que ser adequado. Se tem animais que vivem ali, é problema dos animais.

Se tem pessoas que estão ali e são pessoas miúdas ou pobres, o problema é delas. E assim por diante. Eu vejo um pouco assim.

Quando é que se preocupam com esses contextos, onde tem peixes, vegetais, animais, ou pessoas voando, elas gritam. Como um animal e bicho não gritam, tem que ter gritado. Quer dizer, gritam, mas nos espaços de decisão, O papel das organizações, das pesquisadoras e comunidades que são militantes, com questão de preservação, aí que está a importância do papel.

Porque, se não tem dica, a coisa fica por isso mesmo. Em outros lugares, por exemplo, perto do BIC, tem aquele banhado urbano no centro da cidade, e chega ali final de tarde, tem na primavera e verão, qualquer um passa ali. Eu corri ali.

Agora eu faço parte do Foro de Democratização Ambiental. A discussão no momento é o banhado do BIC. Eu corri ali, e são milhares de aves no final de tarde ali.

E todo mundo passa ali. O secretário de qualidade ambiental passa ali, o prefeito passa ali, o Aloysio passa ali, todo mundo passa ali. Quem é que não ria aqui? O empreendedor sabia também.

Eles estão batendo prédio ali, estão aterrando, etc. Também duvido muito tempo se o Egito ali aterrar aquilo tudo. Também está dentro da área urbana.

Mas tem um prédio ali. Eles provavelmente conseguiram acabar com o prédio. E tem estudos também ali.

Também tem estudos ali. Então tem... Como é que eu vejo esses órgãos licenciadores? A pessoa que está lá dentro sabe. Vamos falar da arqueologia de novo. A prefeitura tem arqueólogo. Tem arqueólogo dentro da prefeitura. Ele não consegue fazer um planejamento com sítios, por exemplo, já mapeados.

Não consegue dialogar com a gente para saber áreas de potencial. Claro que consegue. Tem interesse de nenhuma parte.

É importante falar é sobre compensação. Você aterrar um banhado desse tamanho, o impacto que acontece, você plantar mais árvores no centro, isso não compensa os impactos que estão acontecendo. Então se parte dessa proposta de política pública de compensação em impactos ou destruições que não tem como compensar, você pode plantar quantas árvores for, que não vai substituir o papel daquele banhado naquele ponto estratégico para as aves.

É isso. Essa é a grande discussão. Tem que ser construído políticas públicas de preservação ambiental, arqueológica, entendendo que há certas coisas que não têm como se compensar.

De impacto, de destruição. Não vai ser feito. Não tem como ser feito.

Se nós vamos aterrar esse banhado pelo bico, nós vamos plantar árvores. Não vai minimizar, não vai resolver o problema. Até lá não pode ser mexido, ponto.

Isso dá dentro da proposta de política pública. E nós não temos isso. Sempre tem a questão da compensação.

Deixa eu olhar a coisa do outro lado também. Toda situação de conflito potencialmente é passiva de reflexão. O nosso papel é esse.

Quando se coloca nos espaços, é subsidiar a discussão também. A gente sempre fez isso. Essa é a verdade.

Não estou dizendo que isso é certo, mas a urbanização da cidade, loteamentos, etc., os empreendimentos de forma geral sempre foram feitos nesse ritmo. Até agora, teve um boom imobiliário muito grande. Eu estava vendo que é lá em cima da cidade que tem o maior número de pessoas associadas à especulação imobiliária.

O retorno aqui, acho que a cada dois anos, é quase 100%. Uma coisa assim. Tem reportagens sobre isso.

Não me lembro agora qual, mas eu estava lendo alguma reportagem sobre isso. Vários construtores, etc., também viram como oportunidade esse contexto e resolveram por mim. É justo.

A gente vê o processo de verticalização da cidade. Eu mesma moro aqui no Navegantes. Todo esse trecho aqui do big atrás até a calçadão do shopping é um prédio atrás do outro que estão sendo construídos.

A paisagem da cidade, a verticalização, é explícita. É acelerada. E os loteamentos estão surgindo no Laranjal também.

E Laranjal é uma área muito valorizada. Por isso que a gente fala sobre a pressão econômica, a questão do valor do território, o valor da terra. O que eu quero dizer disso tudo é que se existe essa pressão, aumenta mais ainda.

Só que tem que ter tempo de reflexão. A gente sabe que o histórico, isso é mencionado por alguns dos meus entrevistados, que o histórico de desenvolvimento de Pelotas é todo feito na base de aterramento de áreas de banhado. Porque a região de Pelotas toda é um grande banhado em si.

Laranjal, um dos meus entrevistados justificou que todo Laranjal foi construído em cima de aterramento de banhado. Então, o que nós temos hoje, boa parte são áreas aterradas de banhado. A questão toda é que nós não podemos olhar como foi feito no passado e continuar reproduzindo isso sem reflexão.

Essa é a grande discussão. Nós não podemos reproduzir a forma que foi feito o avanço do crescimento da cidade, como foi feito isso há 100 anos atrás, há 80 anos atrás. A mentalidade de vários agentes continua sendo essa.

Então, a gente está com uma mentalidade sem nenhum tipo de reflexão sobre o impacto do que sobrou das áreas de banhado que nós precisamos parar e ver. Nós precisamos dessas áreas de banhado, das áreas úmidas da cidade. O equilíbrio da paisagem da cidade, do ambiental, são as áreas úmidas.

Se você aterrar essas áreas, a gente vai ter vários problemas, não só pela questão de preservação animal vegetal, mas até do equilíbrio hídrico dessa região. Então, a coisa não pode ser feita assim, imediatista, existe um grande retorno econômico, mas existe um custo isso. E o custo vai muito além... Por isso que eu falo, são vários conflitos dentro de um maior.

Ele vai muito além somente da questão de sítios arqueológicos ou de um animal endêmico, aquele determinado banhado. A coisa é muito mais complexa. Tem outros projetos.

Voltem neles, eles retornam, são ambientais úmidos. Tem essa estrada que desejavam fazer ali, em paralelo ao São Gonçalo, sendo demonstrada de engenho, a Chácara da Brigada ali por baixo. A própria Chácara da Brigada é um contexto que está ligado ao Passo dos Negros, que era o local de entrada de pessoas escravizadas ali, na época da charqueada.

Tem todo um conflito ali também, ligado à ocupação irregular, também de fazerem... É um prejuízo ali, de fazer uma subsidiária do Porto de Rio Grande, mudar o industrial lá de Rio Grande. E tem vários outros projetos ali. Isso volta em mim, ele retorna.

Agora, parece que a Prefeitura quer fazer um parque, etc. Acho que meio inspirada na região portuária de Porto Alegre, transformar aquela região. Mas, ao mesmo tempo, tem pessoas que estão ali em ocupação irregular também.

E eu vejo um pouco, às vezes, as pessoas... A gente tem que defender os interesses dessas pessoas, enquanto academia, mas tem que angariar também a melhor qualidade de vida para aquelas pessoas. E como elas estão lá, não dá para dizer que é bom. Eu não vejo esgoto, lixo, moradia precária, sem piso, sem banheiro.

Então, a gente tem que discutir isso também. Não dá para dizer que vamos deixá-las ali. Está ótimo assim.

Não, não está ótimo. Vamos ver. Tem alternativas para aquilo ali também.

Outro empreendimento que eu estava vendo é do outro lado do São Gonçalo, do lado de Rio Grande. Fazer um porto privado ali. Tem uma discussão que foi trazida por um deputado agora.

E isso é recente. Eu não sabia.

Audiência Pública SOS Pontal da Barra de 17 de novembro de 2023.[34]

Discursos de moradores, alguns dos mais antigos da Vila da Barra

[34] A transcrição das falas é parcial, principalmente por se tratar de uma Audiência Pública onde há momentos onde mais de uma fala ocorre simultaneamente, discussões e falas mais alteradas e emocionadas, o que dificulta a transcrição em sua totalidade. Para manter a essência dos discursos registrados foram feitas escolhas no recorte das transcrições registradas com o foco nas manifestações de relacionalidade e pertencimento com o lugar Pontal da Barra.

Sr. Cláudio Antônio Nizola, morador da Vila da Barra, mais conhecido por Macaco:

Já é a segunda vez que eu venho aqui. Ano atrás viemos aqui, para fazer uma contenção para evitar isso que tá acontecendo não foi feito nada deu no que deu. Que dá de barbada para arrumar aquilo ali. Uma mixaria de material com ele tem um pedaço lá para levar mais. Eu já tava trabalhando todo tudo trancando. O pessoal quer trabalhar. Eu já tinha tava tudo por você, quer Vereador uma moradora Biane aqui também. Estamos nessa luta faz tempo essa luta aí. Era isso aí que eu queria dizer, o pessoal que desmanchou, deixar a contenção está pronta, por causa que tinha um bichinho alí, não sei o que… agora matou os bichinhos tudo...

Flávio Bous, morador da Barra:

... eu sou moradora da Barra à agora não sei 27 anos ali aqui sempre foi uma luta para nós amigos do macaco no jogo de ontem que não está presente da grande luta porque nunca foi feito uma coisa.
Pois entrou naquela estrada foi sempre improvisada. Então não sei eu acho que eu consegui uma melhoria para não precisar de onde sai o nosso pescado. Onde sai o nosso ganho de vida, muitos alegam que não têm rendimento nenhum, mas sempre bem não adianta e foi ficando jeito outro alguém ganhar todos os ganham. Tá então, não quero fazer uma reivindicação para ver se nós conseguimos melhorar nossa estrada melhor no jeito de trabalhar e agora mesmo não estando trabalhando que eu não temos condições de trabalhar porque quando é que nós vamos levar nosso pescado, não tenho condições sair de vender na rua e nem carro nós não conseguimos tirar de lá, nem coisa nenhuma. Estamos trancados. Eu não tô em casa não era o que eu queria dizer para você que pra todo mundo.

Célia Carvalho, Moradora da Vila da Barra:

Boa tarde a todos. Hoje eu vim aqui com lágrimas nos olhos falar com vocês da nossa situação, pois faz 60 dias pessoal que a gente tá morando de favor que é uma alma

caridosa, minha brigou eu e a minhas quatro filhas, pois eu faço faculdade de gestão ambiental. E uma filha minha faz meio ambiente e as outras duas estuda na escola do Laranjal 1 estão nos apoiando e os professores da Escola Barreto. Flávia essa luta por essa nossa estrada por essa nossa contenção faz anos junto com a vereadora. Eu compro aqui de madeira dos que estão sempre apoiando a nossa causa. A minha mãe tá com câncer e não pode ficar na barra tá na casa da minha outra irmã lá que ela tem os animais dela para cuidar para poder fazer uma quimioterapia. Hoje ela está presente aqui, mas ela passou mal e não pode vir o meu neto no dia que teve. lista dos Vereadores de um representante do Ministério do ministro da Pesca na Barra queria sofrer um acidente na escola quebrou o braço, ele está presente na bateria agora e se não fosse o vereador Peixoto dá uma carona para minha filha que eles foram já km e pouco porque não tinha Estrada. E aí ele disse pedaço levar ela para escola e ofereceu para levar até o pronto-socorro tava na escola dando atendimento a minha filha não ia nem consegui acompanhar, acompanhar o filho dela até o pronto a Traumatologia. Então eu peço assim abriu a nossa safra dia primeiro.de outubro a gente paga talão a gente Ela Faz notas do Peixe. Tem que pagar a colônia e a gente não pode pescar. E a gente tá dependendo, dependendo da caridade das outras pessoas, pois a prefeita falou no Ofício que ela mandou para vereadora Marisa que me guardei essas palavras. Essa ela tem lutado incansavelmente para com a defesa civil e assim Assistência Social, só que o que que ela pensa que é 2kg arroz de 1kg de feijão um tubo de óleo e um açúcar sem café e sem higiene pessoal e a gente vai adiantar para uma pessoa vai durar uma semana quando ele tem. Não pelo pela ajuda que ela quer dizer que tava sempre dando assessoria para gente é mentira. Pois ela nunca foi nem um dia na barra ver a situação dos moradores, as pessoas doentes que nem o outro morador mais velho é o Dodoce o dodoce vir aqui o doce, só não conseguiu chegar aqui. Queria ver um doente, pois a água tava com mar muito violento e ele não pode cair porque ele usa muleta, ele tem que se sentar dentro do Caíque para poder entrar dentro para poder sair de lá para ir no postinho. Como ele falou da outra vez, depende da qualidade dos outros amigos. Que que tem que não tem amigos não tem nada, ele depende dos amigos levar um remédio para ele quando ele tá doente. Que está sem acesso à saúde, tem acesso as escolas? Não tô podendo da escola e eu só penso assim que a gente não saia daqui como a gente vem fazendo de tudo, quanto é lugar só mostrando a nossa cara na rede social. A gente tá com as

mãos amarradas. A gente tá assim. Desculpa da palavra que eu vou falar que ele não é infeliz a gente podia todos os pescadores que juntar para dar uma máquina e só abrir um vãozinho que a gente só pediu isso para Vitoria mente para prefeita um vãozinho que passasse um carro uma bicicleta e ela botou dificuldade nisso. Daí a gente tem que ser assim, como já foi falado já vem ocorrendo. Esse passo aí só que a gente precisa dar entrada secundária e a gente precisa da nossa principal estrada porque ela gera o turismo. que vai comprar da gente ali ele vai na Praia do Laranjal passar para um pastel alguma coisa, ele vai na barra os melhores para São Francisco na Barra tem Pastelaria no final de semana e traz os moradores para isso pescadores vão para ele o pessoal se junta dá emprego na época de Castro. Tem várias pessoas de todos os de todos volta aí de do pestana das três vendas de Getúlio Vargas em tudo quanto é lugar eles contratam van que leva as moradoras relação sem emprego para descascar camarão agora na em fevereiro. E aí a gente vai continuar assim já se passaram 70 Dias isso vai se estender, ela não teve nem a capacidade a prefeita de vir aqui ouvir as nossas dores. E vai dizer que vai marcar uma reunião para vereadora Marisa para ouvir e não deu nenhuma data prevista? Isso não faz com ninguém. A gente só quer ter direito a gente tem que ter 169 que a favor ao pescador a gente tem a lei de 1988 no artigo número 6 que a gente tem direito a acesso a gente tem que ter direito, a escola educação Saneamento básico e a saúde da condição de 1980 igualdade de condições para acesso. A gente não tem nada disso a gente bloqueia.
A nossa dignidade de volta porque a gente tem que pagar a água e a gente tá vindo da conta da água. R$ 100, a gente tem que pagar a luz e internet a gente paga tudo. E aí? 100g de comida ela vai comprar a gente? Não vai não vai porque simplesmente a colônia de pescadores aí matéria mandou uma cesta bem maior que a dela que tá fazendo mais movimento para nos ajudar e ela tá mandando para gente então a gente só quer ter os nossos direitos reconhecidos e respeito com a nossa comunidade.

Marilanda Fonseca, moradora da Vila da Barra, conhecida como Preta:

Oi oi, bom dia, gente com todo mundo me conhece eu sou a preta eu tenho 37 anos, nasci e cresci na barra fica muito chateada. Quando eu escuto a palavra área de risco de pescador tivesse medo da água, a gente vai para casa a gente vamos então tem que parar de ver a gente como área de risco. O que é isso que tá pegando de arrumar

um pequeno pedacinho de estrada. Se arruma em qualquer lugar, dá um exemplo. A gente tá 69 dias sem entrada aqui em 24 horas arrumar uma contenção para entrar para não entrar água na casa do rico. Eu fui lá eu moro no Chalé, eu não tenho armário de cozinha e eu não tenho mais como eu não tenho mais geladeira, eu não tenho mais roupeiro porque tava tudo e se eu não tiver estrada que eu não vou conseguir aí eu vou ter que ter relação, eu não preciso não, eu sempre trabalhei assim como eu e todas a 52 famílias que moram lá a gente não quer sacola a gente não a gente tentou o que é o direito estrada eu fico muito chateada e cadeiras lotadas de morador. Eu votei eu saí de lá da Barra para ir votar lá na Fernando Osório. Na época eu botei no Barriga. Cadê ele? Cadê o Cristiano? Cadê os demais? Desculpa? Não precisa de visto que até então falaram que eu tinha ido embora, eu acho que tem que tá sentado na cadeira é aquele que a gente vota. Existem ela fala que eu saí de casa para botar ela é uma falta de respeito com a gente que mora lá a mais de 50 mais de 60 anos então faltando quando eu agradeço a Marisa agradeço Cristiano. A Mirian, o Marcola, cadê o resto da vereadora Fernanda tá aqui. Eu acredito assim gente, a gente não tá pedindo nada que não seja nosso por direito é uma coisa simples, é só fazer uma pequena contenção que acaba com nosso problema que chega agora janeiro, todo mundo conhece a barra enche de gente quando chega no inverno, só tem ela lá sabe o transtorno que é a dificuldade de levar uma criança para se frequentar um postinho de ir no mercado comprar alguma coisa virasse conseguir. Eu só peço ajuda eu vim aqui somente para pedir ajuda de todos que conhecem a barra e manifeste. Os mais conhecidos e não dá pé aí para ver se a gente consegue dessa vez arrumar Estrada. Muito obrigado.

Vereador Ireno “Xuxa”, morador da Vila da Barra:

Morador a 25 anos, vivo da pesca como os demais. Eu vim aqui. Para fazer contenção da Barra. Por que dizem que tem um bicho ali que é que escreve preservar a gente que mora na quer conservar? Nós que é morador a gente quer conservar. Mas para conservar tem teu apoio político. Contenção porque cada vez que dá um vento desses 30 a 40 m some dá uma olhada. Aí o político quando quer o teu voto eles vão lá. Tudo bom? Eu tô falando e tal eu quero que eu gosto. Quando a gente precisa aparece 12 como ter lá? Paula , Fernanda e o Cristiano foi então Jurandir, e Dona Mariza, fechou

também é que eu sou meio analfabeto e esqueço o nome das pessoas, o nome da pessoa quando esqueci de moto que eles vão tudo lá hoje que tinta aqui esse pegar muita gente aí tomando cafezinho. Então tá comendo do bom do melhor. Até a prefeita deve estar no Alphaville. Aquela contenção se não fizer não vai ter mais banhado. Melhor apresenta deve tá fazendo a casa dela no Alphaville. Quero ligar de novo e aí aquela contenção se não quiser. 7 anos não vai ter mais banhado não vai ter mais aquele coisa ali. moradores da praia que tem muito bem de vida com a água invade a casa dele. Quem é o pescador que morava na Barra na verdade não foi o pescador? Esses políticos do meio ambiente que eu fui não eu não é a primeira vez que eu venho aqui na audiência pública. E toda vez a mesma história. Quando precisam estão lá. Comer pastel lá na Barra, já foi, não foi? Agora a senhora vai lá? Agora não agora não.

Mas não apoiou. Hoje eu fiz também não precisa ir lá. Você não reconhece. Tem que dar valor a isso. (…) Agora a prefeita botou a luz pública. Aí junto aqui só quer ir para que aconteçam para proteger a barra proteger a base proteger o meio ambiente. E poder viver em paz. Agora mesmo já botou a luz a gente tá fazendo estrada. Novinha não vale nada. Pagamos o caminhão do lixo tratamento do lixo mas não vou lá buscar lá para tirado não foi ela não vai dar nem para olhar nenhuma pessoa dela, vai lá para ver. Enquanto você tá na hora de pagar as contas. Não pagar vai ser cortado. Mas tem crianças de colégio a família para morar e trabalhar, como se faz a pergunta aqui. Quem vai sustentar. Tem caminhão do lixo tinha água. Para nada. Então é isso que eu quero dizer que eu só espero colaboração foi eleito pelo povo. Diz que trabalho pelo povo. Olhe para o povo também. Estou esperto de todos, mas muito obrigado atenção. Tenha uma boa tarde para todo mundo aí.

Beatriz Farias, moradora da Barra 22 anos:

Bom dia pessoal, meu nome é Beatriz, sou moradora da barra 22 anos, sou pescadora, faço rede faço filé de peixe trabalho, mas eu não tenho muito que falar agradeço a milhão agradeço a Fernanda. O Jurandir a pessoa que teve agradeço vocês todos o senhor agradeço a gente só quer estrada. A gente não quer nada demais pessoal. Valeu só quer entrada e precisa a gente tem o direito de ir e vir e esse direito a gente não tá tendo o quatro vezes na praia levar a menina para escola a

minha menina no dia que eles tiveram lá do ministério o ministro da pesca tava com o rosto todo vermelho descascou porque não tem chapéu não tem protetor solar que consiga. Tem que falar aqui consiga, imagina quatro vezes na praia leva ela vem leva não tem a gente não tem como trabalhar sem a estrada. Então eu não tenho muito para falar. Realmente que a gente quer. O que eu ganho vem aqui peço para vocês todos é uma resposta daquele lá gente fazer protesto e lá o prefeito aí lá não tem e não tem nenhuma resposta. Eu só quero uma bota a estrada não tem dinheiro para fazer a estrada. Como não tem dinheiro para fazer estrada pessoal. A gente tá indo lá, a gente tá vendo lá na frente do biruta. Eles tão fazendo um trapiche de concreto e lá tem uma placa da Prefeitura e como a prefeitura não tem para fazer para nós uma estrada que são os moradores. Eu sou lá 70 dias eu não, tá todo mundo de folga, não sai daí agora eu tenho a minha filha lá e eu preciso trabalhar tem a estrada, não tem como porque se eu vou fazer aqui que eu vou vender os pescadores peço lá na beira da praia para mim fazer o que é como que eles vão levar lá não tem como passar então eu digo. Muito obrigado a todos vocês entende? E eu só preciso de uma resposta. Aí eu só quero uma foto o que vão fazer, obrigado.

Carlos Eduardo Vaz, morador da Vila da Barra:

Boa tarde pessoal, todo mundo já conhece aqui não precisa tá falando muito tempo, mas a gente não me conhece, meu nome é Carlos Eduardo, tá? Eu botei meu pé na casa quando eu tinha 14 anos.
Sabia que eu marquei o meu ponto ali para eu poder pescar tirar meu pescado escolar tudo que eu fazia da água da Terra era por ali Deus.
Notas destacadas a linha cuja dias o endereço ali da minha residência.
então falar porque eu pago ali que eu pago por ano é na média de 400 500 600 até r$ 800 por anos são notas que eu tiro da Então vem descendo aí eu não pago IPTU. Apagar nota daquela residência. Então é como se fosse o IPTU, porque eu não tenho ela como moradia só eu tirar ela como local de trabalho. Você e assim mesmo, tem muitos também de peixarias que destacam notas. Tem comércio tem pastelaria. Tem pessoal que entrega a gente alinha então aquilo ali é uma zona ali que ela é altamente produtiva do Pescado é serviço é mão de obra e tudo que a gente não tem estrada agora a gente não tem como por um caminhão na porta da saudali das nossas

pescarias para arrecadar especial sair da água. Não são 10Kg e 20kg que a gente possa transportar numa sacola e caminhar na beira da praia, como se diz. Obrigada livre. Isso vai para todo estado vai para Santa Catarina. Vai para Rio Grande vai para o seu lugar agora mesmo. Estou pescando por onde está saindo da minha nota por onde eu pago a minha aberta e a Fera fazendo por onde o Rio Grande saindo pelo endereço ideia da peixaria da salga onde eu descarregou. Então eu tô pagando para lá minha nota e além de eu estar pagando para lá afirma que recebe também a minha nota paga mais 3% a mais do que eu pago. Então ela também tá pagando para esse sábado, né? Ela não tá aí essa merda aqui, eu moro aqui em Pelotas não tá ficando em Pelotas. Tá saindo para os lábios.

Tem crianças ali preciso da escola. Você sabe até o Conselho Tutelar não Tá tocando muito não sair porque Sábado é Nossa atual realidade sabe quem com quem é diferente da nossa querida prefeita que a gente realmente a capacidade de botar lá na cadeira que ela dizendo. Hoje é completamente alguns casos que ela tá com nós pecadores ali daquela localidade localidade que já era não é de agora é muito antiga é muito antiga, só que agora aos poucos, ela tem sido ou tem sido vista, mas

Mandado, ela tá esquecida completamente esquecida pelo atual governo atual governo. Diz que manda essa cola manda em cima da cama pura mentira mandou uma duas vezes sacolinha assim meu respeito. Não tô negando nem nada mais uma pessoa sozinha móvel. Imagina a sua família Deus o marido do esposo da Célia. Então, a gente também tá separado, separado, por que que a gente tá separado, separado por uma estrada que era ela precisa estudar e a minha filha também precisa estudar tem curso as coisas que eu preciso pescar eu tô aonde estou na barra. Ela tá onde tá lá no Laranjal, aonde a gente conseguiu uma casa emprestada. Me desculpa pessoal. Um pouco de diversão. Mas é brincadeira isso aí a família separada simplesmente por causa de 1 m de estrada, não é uma estrada não é 34 km são. Estrada que a gente tá precisando ali tem famílias que precisam famílias vão tão pedindo nem mendigando Um Pedaço de Pão e uma sacola, mas graças a Deus agora vai trabalhar a gente precisa trabalhar isso que morde a gente senão tem que sair algum dia. Gostaria de fazer um lado da gente a gente estaria que simplesmente aí fazendo que muitas vezes as pessoas que não tem o que fazer fazendo o quê assaltar roubar ou se jogar Matheus, graças a Deus pai dela que tiveram capacidade de dar estudo e ela não tá falando por aí está estudando e aí eu quero para minha filha, você

acha que todos aqui querem que a gente não tá ele não tá tendo acesso à escola, a gente não tem acesso da médico não tem nada nada. A gente tá simplesmente isolado, isolado, quando é por nada é uma coisa tão simples de resolver tá virando uma polêmica e essa folha é para eu digo sinceramente minha prefeita.
Gravada da minha da minha da minha mente vai ficar gravado esse seu mandato e o seu descaso que tem a capacidade de ir no trapichão fazer reportagem dizer sobre a O que que a natureza está fazendo, mas não perguntou sobre a localidade da Barra que estava virado estava a - 800 m da Costa. É isso aí é demais gente é demais. Quase toda uma família, graças a Deus a gente tem a cidade de sair deixar na casa da minha prima. A gente trabalha ali. Eu preciso para mim. Eu preciso de um caminhão ali quando meu peixe louco. Porque eu não tenho estrada não, tem como me mandar um caminhão sendo que no início de sair para o caminhão ficou 15 dias parado ao lado do Clube. Porque não queria nada e o pessoal tava ali esperando muito. Boa noite pescadores ali que eu compro texto também muitas vezes, não temos nada, não. Temos como instalar a gente não tem isso de mão amarrada. Mas vamos ver a luta necessário por nós, vamos se mexer, mexer os pauzinhos e me desculpe, se a gente fizer alguma coisa errada, mas a gente tá já do limite. Muito obrigado a coisa aí.

Nathaniel Machado, morador da Vila da Barra:

Boa tarde queria agradecer a todos que estão aqui reunidos. E é com muita tristeza e insatisfação que eu chego nessa Tribuna nessa tarde indignado com a negligência da prefeitura. Porque no tempo de eleição, eles falam democracia. Democracia é essa que se tem direito de ir e vir, e democracia que trabalhar que nem perto de sair da minha casa para comprar comida e que impede a grávida fazer o pré-natal, que direito é esse que eu não tenho mais direito nenhum só agora para ver se ele ver. Casa eu não consigo sair eu não consigo pagar minhas contas. Uma sacolinha de comida com todo respeito eu agradeço a Marisa a todos que nos ajudaram mais arroz, feijão e farinha não alimenta.
Coração decorado é essa? Cadê os direitos humanos ajudar? Serviço muita palavra todos os tempos de crise política essa laranja é promessa de promessa ninguém.

Nós não queremos mais falar com vocês, porque queremos ação estamos cansados pessoal da gente. Vem aqui a gente debate. Eu não quero mais ser debater política pública, eu quero ação. Não dá mais para viver desse jeito.
Tem um ano inteiro todos os anos compromete a não tenho dinheiro, mas de obra de milhões para cá.
Estrada não queremos a estrada pessoal, eu tô aqui eu acredito que a minha indignação.
Eu sou pescador, eu dependo unicamente da Pesca. Eu não tenho nenhuma outro fazer. Como é que a gente vai fazer? Nós estamos ficando no limite, porque temos falando nós estamos falando e não estamos tendo ouvidos, o que que tá acontecendo para política pessoal?
A gente conversa para uns outros que se danem os mais.
Como se vai a Constituição Federal garante que todos somos iguais perante a lei e não temos o direito de ir e vir?
Crime. Que Nós não vemos uma ação.
Realmente nos trará uma reação positiva nós vamos agir pessoal, nós estamos pensando a gente fala para ele assim, se não tá sendo visto. Não tem mais condição na coisa aberta lá. Precisamos de ajuda. Agradeço a todos até o Cristiano a Marisa a Jurandir.
Fernanda e a todos os que estão envolvidos que estão lutando por nosso muito obrigado, por que ajuda de vocês é importante nós queremos mais queremos ajuda os direitos humanos são para todos mas eu não vi direito tomando conta da cidade a prefeitura fala isso e aquilo que a cidade está melhorando, mas aonde que ele deve tá melhorando eu vejo isso. Ficando para trás. (inaldível)
Por que que o político está exercendo o poder que o povo que você deu para ele não queremos ajuda e é isso a minha fala pessoal, eu agradeço a todos pela oportunidade eu tenho mais para falar, mas eu vou dar espaço para os outros.

Yasmim Silva:

Bom dia, boa tarde. Pessoa moradora do Pontal 11 anos, eu cheguei lá com 17 anos já é a segunda enchente que eu esquento da primeira a gente não deu tanta burocracia da prefeitura em nos ajudar da gente tá vendo muita burocracia da

prefeitura. Fazer algo por nós não somos produtores a gente produz alimento todo mundo que mora lá vive, depende da Pesca, trabalha usando as armas que a gente tem lá e a gente se sente muito esquecido em relação à prefeitura os vereadores que nos ajudam vão ficar juntos. Eles vão pensar que fazer para gente quem tem esse papel é dela, ela não fala nos moradores do Pontal da Barra nas entrevistas entre me aborrece. O que é a Z3 Situação de calamidade a barra também esteve e nem andamento. Posicionar para falar algo sobre nós. Do mesmo jeito que eles são trabalhadores, são pescador. Nós também somos nós, estamos atrás do nosso direito, tá? A gente não consegue mais fazer mais nada ninguém para fazer mais nada, porque ele tá todo mundo aborrecido a gente precisa viver. Pergunta para fazer a um que esteja aqui que eu gostaria de sair de lá a gente vive de lá a gente trabalha e a gente gosta do que a gente faz. Não adianta dizer para gente que vai nos colocar em qualquer outro lugar, porque se tu me perguntar o que que eu tenho que fazer você responder eu sei trabalhar vendendo o peixe. O outro lugar eu não ia conseguir fazer isso. Então a gente quer uma resposta uma resposta que não venha por intermediários.

Que olhe na nossa cara, para gente que vai ser feito algo por nós. como mandar um representante para falar alguma coisa porque ele falaram para nós o protesto tirar segunda-feira e ia ser mandado avaliadores lá e 1 semana e meia depois foi aparecer alguém lá daí tá passando dos limites tem pessoas lá não só doente física, mas esse colar O que como é que tu vai viver sem poder trabalhar? Como é que sustenta seus filhos que não tem uma renda é complicado gente, hoje, eu venho aqui pelos meus filhos, tá que não consegue ir para escola não consegue ir no médico pelos moradores de lá a gente vai se unir. A gente vai ter uma vila a nossa vida é do jeito que a gente sempre imaginou e que isso eu tiver acontecendo possa nos unir moradores para a gente ter mais voz que a gente tudo que a gente queira conquistar gente consiga, porque a gente também é uma família.

João Carlos Fonseca, morador da Vila da Barra:

Boa tarde. perdão por não ter almoçado ainda vai jogando batalha, mas já tô dando boa tarde. Então eu tenho para te dizer o seguinte há um ano atrás, a gente veio aqui pedir uma construção para estado, a gente vai querer o meu pijama.

A gente veio aqui reunido e pediu. Só que a gente veio no lugar errado. Se fosse você é mais nova nessa cidade que já foi destruída, destruída esses vereadores. Ex-prefeito daqui tivesse lá já pararam para ver no centro sem nada feito. Descendo a gente só aqui na Z3.

E na barra onde nós moramos? Só e não se animar a fazer. imagina lá. A cidade que eu vi pela televisão a Maria tem luz lá, eu vi um dia ter enchente hoje as patroas as patroas a prefeitura tava tudo lá Prefeito tudo lá aqui são tudo era os pais água são tudo alérgico a água porque não vão. não vou lá. Valverde vai tudo para o saco porque porque ali eu tenho ali tem um cemitério pouca gente sabe aqui eu tenho 70 anos de idade estou dois anos o pai da registra 2 anos menos ali passou do trapiche tinha um cemitério ali, eu tinha 15 anos de idade tudo Mor. Tu morreu Rico. Tudo bonito as culturas que era pobre descendente de escravo enterrado lá na beira da praia. Tirei ele tinha um cemitério acabou tudo. Comeu tudo quer preservar o meio ambiente. Faça uma contração lá, eu já disse eu vou dizer de novo, talvez eu não vivo a tanto.

Para ver mas em breve pegou a logo a seca pegou a lagoa cheia, vai tudo para o saco.

Total de cada um amigo meu tem problema do coração tomando os remédios, eu sou diabético, eu tô de favor do lado de carro de favor. Tô morando de favor lado de cá por um atalho no meio da reserva ecológica é uma cambada de sem vergonha que não dá para ser educado com eles. Tão procurando nós não fica tocando em mim que é verdade.

Então torturando nós. Já imaginou uma coisa chama de uma coisa tão procurando nós então torturando. Isso é tortura que a gente tá passando lá, a gente passa tem pai chorando sem poder trabalhar para quem quer vender o peixe e tem criança chorando pedindo aí. E tem criança chorando pedindo leite. Meu Deus do céu (inaldível) criança chorando me ajudar uma criança com 5 anos e o pai chorando impedindo de trabalhar e pedindo de comprar leite para eles comida jamais gente. Isso é tortura. Porque lá no exterior tem cara explodindo e matando. Vocês não param para pensar no Brasil isso aí. Seja rico torturando pobre que quer trabalhar as pessoas perdem as estribeiras percebendo tortura. Crescer vendo desde 5 anos pequenininho cresce vendo pai chorando. Trabalhar que não pode trabalhar então. Então trabalhar é contra a natureza, então não pode trabalhar. Tem que sair a roubar. Ser político para enfiar a mão no dinheiro dos outros.

É só isso, minha filha e um filho que ver essa aqui que fez faculdade. Minha filha não queriam que viesse aqui que fez faculdade. Mas eu fui trabalhar, mas eu não fiz faculdade, mas eu sei trabalhar com essas mãos. Eu queria que eu criei eles tudo.
Trabalhar sem trabalhar é isso é um exemplo que eu dei para ele se trabalhar, só isso.
Acho que ela lá estão no colégio que vieram agora, mas Cadinho cinco seis filhos fora do colégio de fome.
Aquele que matar um político aí dá para ele comer três dias amarrar, eu ajudo cato e mato. Eu quero não tá pedindo. Somente uma estrada. Ninguém queria conversa aqui porque eu chego eu chego que eu não fiz faculdade, mas você trabalhar nas faculdades não come arroz feijão em casa, nem peixe não é tão rico que Brota alimento Red. Nossa essa pessoa vai tudo pede frutos do mar aquilo ali é nós já tive perdido.
Eu fui sair na Argentina meus colegas morreram tudo eu xinguei a semente de uma vez.
Por que por que que não foram todos procuraram ninguém foi uma guerra morre ator de susto, mas solteira liberta do mundo, é nós pequenos andando aqui sabe que eu faço agora vendo peixe um peixe de porta em porta em toda cidade e disse que ele morreu na gelar.
Depender de mim, por favor pedir para todas.
A outra que tá aí (prefeita) só tem obra no centro, mas algum buraco de outro do outro.
Marrone não arrumava tudo. Só que ele queria nos tirar de lá. Marrone queria tirar nós de lá e vendo peixe até meia-noite da madrugada chovendo. Ele que não queria que eu viesse aqui. Esses políticos de sem vergonha.

Cláudia Mesquita, moradora da Vila da Barra:

Obrigado, boa tarde, boa tarde a todos. Eu venho aqui representando a minha sogra tá Maria, ela mora mais de 30 anos ou mais para lá na barra, tá? Ela viveu a vida toda dela remendando rei de emburrado barco para criança, filha dela junto com meu sogro que já é falecido e ultimamente a gente descobriu que ela tá com câncer. Para uma pessoa que viveu a vida toda lá e ela não entendi já levou ela para outro lugar, ela não se adaptou tá e eu penso assim, médico. Nada e no dia que tem. Como é que é? a gente tem que para passar para poder. Para poder ir ao médico. Isso tá muito. muito

errado, quem quer uma estrada os moradores que vivem lá há mais de 30 anos que criaram seus filhos lá que ainda criam e vivem aí só quer uma estrada e de ele vir que eu que a gente precisa a gente passa. (inaudível) poder visitar nossa casa a gente ver a nossa casa abandonada jogada às traças. Porque não pode fazer uma contenção? Eu sei quem tá pedindo. Nós vamos lutar até dar em uma resposta para nós, nós somos humanos e nós precisamos do nosso direito.

Orlando Mendes, morador da Vila da Barra:

Olá boa tarde a todos meu nome é Orlando, sou pescador nascido e criado na barra de Pelotas, eu só queria pedir para vocês que a gente não porque ali é o que a gente sabe fazer que nem eu nasci, cresci. Aprendi. Então quer dizer que eu só queria agradecer, como se a gente agradece com quem não faz nada. Eu não estudei muito queria saber.
Então, só quero que vocês entendam que a gente não foi para aí ontem, meu avô morou ali meu bisavô, meu pai eu minha filha. Que é isso? Eu que a gente quer nem vou falar porque eu acho que a gente não tá sendo ouvido. Então, só queria agradecer por nada. Muito obrigado.

Fabiane Fonseca, cientista e moradora da Vila da Barra:

Também vou dar boa tarde sem comer, o horário que nós conseguimos para falar é no horário do almoço, sem o poder público(…) Aliás sem o poder público executivo Municipal e praticamente nós estamos falando para nós mesmos. (…) A gente se manteve aqui para fazer a denúncia. E ninguém nos ouve. O que a gente tá numa situação de desumanidade como já foi dito, né a situação que a gente se encontra e ninguém mandou ninguém mandou o Ministério da Pesca. Quem é a Paula pelo Ministério da Pesca e a Paula não visitou? Quem é a Paula, perto do ministro da pesca de todo o país que não tem a meia hora de agenda para ir lá a comitiva do ministro foi lá fotos deputados têm vindo de outras localidades para visitar a comunidade quem é ela que o poder público municipal de Pelotas que não visita suas comunidades que o elegeram. (...) A barra elegeu vocês, a barra elegeu a Paula (…) recebem muito bem para isso. Ela não chama não, não disse a pública porque não é que tá boazinha

porque o papel dela esse papel dela para comunidade, ela sabe que é seu papel dela para comunidade, como fala existe a barra que não visitou são 2 Km de estrada.
Está realmente na situação crítica o restante ela podia muito bem mandar para sua máquina pelo menos para reduzir a quantidade de quilômetros que a Dona Maria 30 min após a fisioterapia é verdadeira. Tem que fazer aqui, minha terapia a mãe minha mãe fazer saúde mental tenta caminhar tudo isso. Então é isso para que eu pudesse trabalhar na escola que eu sou professora vai quantas pessoas pudessem trabalhar então que a gente tá pedindo é absurdo, absurdo! 500m para prefeito olhar para nossa cara, na verdade eu não olhar para nossa cara e dizer que não tem recursos para fazer obra. A gente leva uma apresentação aqui que nascer em 1995 na barra, minha mãe saiu de lá quase se criando. Me criei ali, a esposa do macaco que a Rosa que diz que pegou no meu colo que limpou minha bunda porque ela assim as pessoas não vivem lá, não é de ontem para hoje é uma comunidade tradicional de pesca, eu fiz uma dissertação, por favor, eu me criei na praia eu tive verdade isso daí usa-se tipo diploma para ajudar a comunidade diferentes que usa o diploma para prejudicar a comunidade para dizer fazer relatório do que é situação regular. (…) A barra é uma comunidade tradicional de pesca. Eu queria explicar o que significa uma comunidade tradicional. Como indígenas, quilombolas, ciganos e pescadores. Precisam do local (...) Não é na zona de risco! Não é uma ocupação irregular que está dentro da lei para identificar como acessar, tem direito de morar. Nós também temos.
São comunidades que dependem do território. São comunidades que tem uma dependência de relação com a natureza com o território. Se eu tirar comunidade de você não der condições. Para comunidade permanecer ali. Elas não tem como manter seu modo de vida tradicional. Modo de vida que produz saberes próprios. Eu duvido que alguém sabe fazer a rede comandando a Bia faz, com a Dona Maria faz, corte o linguado dos dois lados (...)acessar aquele território com condições dignas (...) mas eu não tenho dúvida de que vocês já comeram lá na peixaria. (…) Então, você pode até não reconhecer a barra diretamente como uma comunidade tradicional. Mas você sente na prática, no bucho de vocês, que a barra é comunidade tradicional de pesca com saberes próprios. Quero ver se alguém tem conhecimento de remendar rede com o Macaco tem (…) Aquele costume, conhecimento, sobre o que são povos tradicionais. Não é que a gente que não tem onde morar, não é isso não. É isso a gente vai mostrar pode passar por favor. Também como já falei que a gente pode

arremendar rede como uma Bia emenda. (...) a comunidade está adaptada com a localidade. Tem condições plenas de viver, inclusive e tratamentos existentes nos garante plenitude? É falta de estrada, né? Só falta é a estrada há muitos anos. Dona Maria que tá com câncer. Como essa mulher constrói a Dona Maria que constrói bases a esses conhecimentos relacionados produzidos na barra. Por que nós somos uma comunidade para a nossa fonte Fernando e pesca de camarão? É porque eu também tainha. Pescador, pescador de quadro feito Marcelo pescando é disso que vive a barra (...) É conhecido em direito reconhecer esses espaços de território tradicional com outros espaços esse conhecimento tradicionais que mencionei a pessoa faz para mostrar para você tá falando que nós nunca viu e não existe isso não (...) tão apresentando para você e fazer trabalho acadêmico não tem que saber para gaveta. Tem que servir. O que é trabalho acadêmico? Eu não tenho que ficar em casa tem que servir para população, por isso que eu não aceito em fevereiro tava defendendo a minha dissertação. Foto de Fevereiro estava descascando camarão A nana fazendo bolinho de camarão, este conhecimento que temos sobre, você pode passar por favor, nós somos uma comunidade tradicional de pesca. (…) a primeira foto está o pai do Orlandinho pescador da barra de Pelotas do outro lado. Na outra foto pai dele adulta mãe dela adulta e o Orlandinho. Eu tenho. 55 geração morador mais antigo que mora na barra da conta de 1969 ele mora. Depois que eu falar com ele com uma citação sobre instalar a barra usada a palavra que você mais a muito tempo. Esse reconhecimento não se dá do nada a gente (...)

Presidente da colônia de pesca Sérgio Duarte

Eu quero dizer para você que eu tô dizendo para amanhã. Eu saí de casa 8 horas da manhã para discutir a questão da peça lá no desenvolvimento Rural aí de lá direto para cá. Descaso do governo Municipal governo estadual com a pesca artesanal eu tô falando em nome dos pescadores não da Vila da Barra que a barra é o nosso lugar, eu saio da base muitas vezes a gente sair da base para na barra é tradição do pescador É verdade da Osório de onde tem da Mirim parada é a barra ali o local do carro que carrega o pescado são pescadores eu de 1990 foi embarcado tem embarcação e peço também que hoje representa o seu caso do governo do estado do Governo Municipal papel que eu fico indignado com isso não é só apaga não gente. Eu tinha que durante toda a gente bebeu

Fabiane. Fonseca macaco todos eles viveram aqui junto com a Emater. Nós levamos para sacola cidade na estrada. Tem o apoio da prefeitura que apareceu. A ponte do Rio Grande Curitiba e a água na cintura eu tive na ponte do rio grande número de pescadores sabendo que ele precisava. Eu tive nada, mas a gente caminhando conversando com você. Perguntando o que que é necessário que nós saindo para alguém para reuniões em vários lugares durante a semana inteira em Rio Grande a tabela do Parque da Lagoa buscando recurso pedindo recurso a Salgueiro para o pensar do ônibus, estamos lá com a emenda pedido. Ah tá, mas dois salários do pescador não tem vamos conseguir o tanto sacolão conseguimos agora através das medidas da peça segunda-feira também do Rio Grande para depois levava para pessoa também que eu não vejo a prefeitura fazer nada para nós nada fazer três continua com uma conta para outra para lá outro dia mandar uma imagem para nós lá limpando a saída do ar hoje, porque a água não sair de casa tava cheio d'água conte uma máquina para fazer a limpeza da Barra. A muitos anos eu vender batendo a barra. Tem que ter alternativa para evitar esse tipo de coisa, nós precisamos dar entrada principal. Precisa sim, mas precisava de uma alternativa para acontecer alguma coisa, não sei como sair. Mandando lá de barco a massa da Emater Arruda Ramos de baixo lá para o tempo da rotação acampado nos canais. Por que não tem como ficar na barra e as casas abandonadas em casa e eu vi pessoas do caminhão usado tinha tomado conta das pessoas que a prefeita de uns que é área de risco não vai atrás do extra supermercado conjugado. Eu quero aqui ó a vereadora de batalha travada, mas também ali onde estão fazendo uma falta de trazer o carro parado na casa da casa de moradia dali comunicado da prefeitura. Com quanto tempo fazendo invadir a área?

Indicado também estão sendo 800 que abre a área dele tem que tirar mais nova em breve legenda de Angélica para ir no condomínio para ir para o rico Pode Ou seja tão trabalha Brasil Pelotas 500 pelada Deus no início a Vilas agachado com cunhado das antigas ada de Oliveira. Faria apanhado geral moradores ali tem um palhaço e também tudo ocupado e os pescadores estão errados de hibisco. Tem que ser retirado quem saiu agora para o ano que vem é a vergonha Cruzeiro sempre 129 mil. Chapéu para mais de 400 Versículo 129, r$ 1000 não dá para dar um trabalhão para cada um é uma vergonha uma coisa dessa É uma vergonha de casa, não tem nada nenhum projeto para o pescador não tem que perguntar para a prefeitura hoje, o que que ela tem despertador nada nenhum projeto e eu quero ser para você se eu trabalhei 5 anos na prefeitura tem coronavírus cabelo sempre bate ligeiramente apertado ontem dizendo que tinha que ter registrado a alternativa que seria um projeto são os pescadores que nós não temos isso é uma vergonha uma vergonha

de dizer que o nosso município que a gente participa de Fora Fabiano para tomada ali no fórum. Prefeito e Vereador tem o ministro da pesca de 3 mas não de representante da Prefeitura São João VI a não ser feriado ele tava lá o cachorro que tava lá mais o restante podendo digitar o secretário da Pesca que hoje tem uma Vidraçaria do Roberto Leal deveria estar lá não estava para pedir também cobrar para vocês. Nós temos que nos unir cada vez mais e pedir se tiver que parar entrada no Laranjal como falar assim, então existirá estrada na estrada consertada. Avenida Antônio Augusto Assumpção e até hoje não quiseram prolongamento foi isso que eles alegaram em 2008 e o remover a 50 família que morava ali passando o tráfico para fazer O pigmento da Avenida até a barra e as duas dois lados calçadão até hoje nada e agora o orçamento da Barra aí tá vendendo todinho terreno ali da vó e como é que não puder só o pessoal não tô arrumando a Strada para vender para quem tem 110 mil real.

Vereador Jurandir:

Foi depois você vai ter que ser você podia eu não vou fazer muitas saudações aqui, você não tá falando mais rápido possível para atender a senhora fala metade ninguém falar eu quero lamentável, mas tem que fazer assim a ausência meio corrido. As pessoas vieram de longe no horário de almoço (...) E aí peço desculpa também foi moradora de moradora que eu gostaria de fazer uma fala com início meio e fim que assim que eu trabalho assim, eu gosto de fazer, mas o final porque eu ia que eu tinha do meu organizar para falar aqui uma coisa reunião e ontem inclusive nós vamos conversar com os moradores não localidade e eu tava no lugar que era fundamental. Ir aqui a presença das secretarias como relatório que ele tinha os comprometidos conosco no dia em que teve a manifestação no Pontal de que a equipe técnica ia ser lá fazer ligação que fosse apresentado ontem se comunicou a vereadora Marisa de questão a tua não estava pronto e que na semana que vem no início da semana que vem este relatório pronto para ser apresentado para a comunidade. Inclusive lá na comunidade compromete audiência pública. Porque quem tem que dar respostas para os problemas de uma secretaria é o governo. Tem que dar resposta o que nós não temos que a senhora o senhor faz aumentar não parece tem obrigação de seguirem exigindo para crianças, resposta, o compromisso que foi apresentado o documento encaminhado a vereadora Marisa em que até o início da semana que vem haverá a resposta e a visita à comunidade. Sugestão cabe comunidade conversar entre si tomar a decisão de qual será o seu nível de paciência para esse para essa semana que vem lembrando para quem tá assistindo em casa e por que essas pessoas estão em 80 dias

sem entrada e sem resposta porque elas tiverem nenhuma paciência é afundamento previsível aceitável.
Funções aqui eu acho que tá na relatoria Vereador Marisa da ausência porque veja bem as respostas precisamos são uma imediata do ponto de vista para ter acesso à Estrada e a outra resposta, resposta sobre... será que terá uma nova estrada? Problemas estão acontecendo. Você precisa só acredito que é sobre ele.
Desbloqueio Nativa ligação e nem lembrando que as pessoas estão assistindo eles estão quem está pescando e tá saindo aqui do portal vender o peixe em Rio Branco, eu consigo eu acho que a gente tem que usar para cabelo e vampiro existe alternativa para Perspectiva da Saúde Secretaria de Saúde. Remédio para pessoas são diferentes ou se uma equipe esse momento que vivemos um relato de quê? Telefone da casa que tem, olha tem que fazer a criança para escola pode ter problema com o conselho tutelar.
pessoas que tiveram pescaria de um homem dessas crianças
Telefone celular tá muito bugado poderia ver as alternativas no Brasil, quantos anos resolve cubo da estrada penso que depositar as Med cursinho bolsa questão dos moradores apresentaram Auto Escola Nativa não há coleta de lixo nessa comunidade desde que o problema da estrada aconteceu criativo que é serviço Urbano ambiental se acumulando na frente das casas das pessoas e 80.
Desculpa falei mais que o necessário, mas eu tinha botado aqui pelo menos encaminhamento que o pessoal fala, muito obrigado.

Vereadora Fernanda:
Se puder ser bem breve em breve apesar da gente tá aqui com a comunidade e a registrar que é uma falta de respeito da prefeitura não manda nenhum representante na verdade, não é falta de respeito cumprir o projeto que eles querem para a comunidade da Barra, infelizmente a palavras do Seu Fonseca dói nos nossos ouvidos, mas dói mais a vida das pessoas que estão lá o que a prefeitura coloca para fazer portabilidade da Barra é tortura palavras de quem mora ali que eu tô com seca é cultura para aquela mãe escola. Daqui a pouco tem uma criança que aconteceu com o menino machucou na escola, ele teve sorte de ter machucado na escola.
Como é que eu vou sair daqui lá já tem que sair dos braços no meio da areia pela estrada que não tá não se consegue nem passar ali até né, imagina cifra não teve tempo para fazer a manutenção ali eu tirar um pouco da areia para as pessoas que a minha conta não tenho mínimo gente não tem básico cara que tem que tomar para a comunidade a segunda

comunidade do feijão e arroz para comer, quem sabe que não dá a semana toda vai levar ele tem. (…) Imagina Célia não ter um mínimo então assim gente está projeto, sinceramente a comunidade de acomodar ser feito o bi legal, mas eu prefiro mesmo existe uma reunião. Prefeita não tem muito dinheiro. Uma falta de respeito com outra pessoa querendo se o governo é uma falta de respeito as pessoas que estão passando necessidade de se passa mal como é que tá o que que vai acontecer alguma coisa moradora da Barra?

Vai ser sim a prefeitura a Prefeitura Municipal de Pelotas que não estão dando nenhuma resposta da cidade que só sabe dizer que não tem dinheiro, mas não tem dinheiro para o rico tem? (…) Mande agora para o pobre que não é fácil ficar passando por isso aqui tem passado pelo apagamento histórico do seu lado para pagamento de tanto chorar concluir vereadora.

Coloquei tudo, tudo. Que garante. Por que você escreve lá fica tivesse feito de Oliveira, porque eu saio dizer agora que não é o que eu falei a prefeita Thalita dias e mais uma dela vai deixar triste para você. Quero saber se estou passando eu não fico com ela consegue saber que tem gente passando esses dias e apagar apagar todas as lutas de alguém falou ontem sobre uma moça memória de memória ela paga ela quer comprar essa pergunta. Ela quer fazer comigo. Você faz lá porque não vai ter condições mais para mim. É isso que ela quer, eu sei que vocês vão sair tá? Eu sei que vocês vão fazer isso. Agora eu na minha concepção de que as pessoas que ela quer que você descanse em paz, eu vou sair você tem canta para continuar agora era a estrada seja receita.

Vereadora Mirian:

Você não pensou Marisa? Vou dizer que primeiro é uma questão de direitos humanos, de urgência, a comunidade está sob risco, risco social de saúde (inaldível) criança, não pode ficar fora da escola, então Ministério Público, vereadora Marisa, em função da situação de mais de 70 dias de risco em uma comunidade pode estar correndo em risco sem a estrada. Ninguém tá pedindo a obra. Afinal a obra cara, a obra de contenção basicamente a prefeitura tem obrigação de torná-la viável, que é uma pedrinha. Está inviável é urgência e emergência, ninguém tá pedindo, comece a grande obra, agora então assim tem que cuidar da segurança da saúde, do acesso à escola, ela tem que cuidar de ter obrigação uma comunidade, não pode estar sob risco segundo aí a questão que a Fabi ela tá trazendo. Momento de discussão (…) aquele local como tradicional, como a área de comunidade

Pesqueira (...)Todos esses dados e poder reconhecer legitimamente como comunidade pesqueira. Isso não aconteceu ainda, eu acho que a menina que traçado de tudo que podem usar condição de parar com essa briga é área é invasão, não é invasão pelo por tudo que você tem vivido hoje. O reconhecimento que não é uma invasão, o pescador não vai ficar longe do lugar de trabalho que está na beira da água, então a minha disposição é me dedicar para que ali seja oficializado como na zona uma represa, eu não sei como se chamaria. Para concluir a colônia não, a nossa eu já tá bem. Também não mas não tem pé. Se você pensar em eu terminar. vereadora Marisa o regimental já passou o tempo. Pessoal temos o tempo regimental que é o tempo regimental de 2 horas e se a gente não pode ultrapassar. Por que o tempo Regime? Assim o Seu Tempo regimental acabou. Esse é o problema.